

TECNOLOGIA, PARTICIPAÇÃO E TERRITÓRIO

REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA EXTENSIONISTA

FELIPE ADDOR
FLÁVIO CHEDID HENRIQUES
organizadores



TECNOLOGIA,
PARTICIPAÇÃO E TERRITÓRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

VICE-REITOR Denise Nascimento

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO (PR-5) Pablo Cesar Benetti

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

COORDENADOR Carlos Bernardo Vainer

EDITORA UFRJ

DIRETOR Michel Misse

DIRETORA ADJUNTA Fernanda Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL Eduardo Viveiros de Castro
Heloisa Buarque de Hollanda
Norma Côrtes
Renato Lessa
Robert Lent

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NIDES/UFRJ

DIRETOR Walter Issamu Suemitsu

NÚCLEO DE SOLIDARIEDADE TÉCNICA

SOLTEC/UFRJ

COORDENADOR Felipe Addor

VICE-COORDENADOR Sandro Rogério do Nascimento

Coleção
Pesquisa, Ação e Tecnologia

**TECNOLOGIA,
PARTICIPAÇÃO E TERRITÓRIO**

Reflexões a partir
da prática extensionista

FELIPE ADDOR
FLÁVIO CHEDID HENRIQUES
organizadores

Editora UFRJ / Faperj
Rio de Janeiro
2015

Copyright © 2015 Felipe Addor e Flávio Chedid Henriques (org.)

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico SIBI/UFRJ

T255 Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista / Organizadores Felipe Addor, Flávio Chedid Henriques. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

396 p.; 16 X 23 cm. – (Pesquisa, ação e tecnologia ; 3)

ISBN 978-85-7108-388-2

1. Extensão universitária. 2. Soltec. I. Addor, Felipe, org. II. Henriques, Flávio Chedid, org. III. Série.

CDD 378.1554

Supervisão editorial

Sonja Cavalcanti

Edição de texto e revisão

Babilonia Cultura Editorial

Projeto gráfico de capa e miolo

Cláudio Bastos

Marisa Araujo

Editoração eletrônica

Marisa Araujo

Estagiários de revisão/Editora UFRJ

Matheus Dias

Nefferson Ribeiro

Foto da capa

Assembleia da Comuna Panamericana, município Torres, Venezuela, de Felipe Addor.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Forum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Av. Pasteur, 250 – CEP: 22295-902

Praia Vermelha – Rio de Janeiro

Tel. e fax: (21) 2542-7646

Livrarias Editora UFRJ

Praia Vermelha e CCMN: (21) 2295-4095

<http://www.editora.ufrj.br>

Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ)

<http://www.nides.ufrj.br>

Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ)

Av. Athos da Silveira Ramos, 149, CT, salas ABC

112 e F 122 – CEP: 21941-909

Cidade Universitária – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 55 (21) 3938-7780

<http://www.soltec.ufrj.br>

Apoio



Fundação Universitária
José Bonifácio



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

INTRODUÇÃO, 15

PARTE 1

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

O conceito de economia solidária, 23

Flávio Chedid Henriques

Economia solidária e autonomia, 47

Fernanda Santos Araújo

Os conceitos de autogestão e de assessoria, 69

Flávio Chedid Henriques

As flores no asfalto de uma vida severina: as rupturas
na organização capitalista do trabalho, 93

Flávio Chedid Henriques e Michel Jean-Marie Thiollent

PARTE 2

PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

Sobre o conceito e a prática da pesquisa-ação, 119

Felipe Addor e Celso Alexandre Souza de Alvear

A construção do método do LlpE para a formação
continuada de professores, 145

*Antônio Cláudio Gómez de Sousa, Ricardo Jullian da Silva Graça e
Rejane Lúcia Loureiro Gadelha*

Teoria democrática e participação popular, 159
Felipe Addor

As condições para a transformação democrática na América Latina, 199
Felipe Addor

PARTE 3

TECNOLOGIA E SOCIEDADE

O conceito de tecnologia: reflexões para a prática
da extensão universitária na área tecnológica, 235

*Flávio Chedid Henriques, Vicente Nepomuceno e
Celso Alexandre Souza de Alvear*

Tecnologias da informação e comunicação e
movimentos sociais: o caso da Cooperativa Eita, 259

Alan Freihof Tygel

Engenharia e alteridade: casamento possível?, 293

*Flávio Chedid Henriques, Sidney Lianza e
Vicente Nepomuceno*

PARTE 4

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Estratégias participativas e a pesquisa-ação para
o desenvolvimento local, 309

Ricardo Ferreira de Mello e Ruth Espínola Soriano de Mello

Comunicação como resistência: representação de favelas e
comunicação comunitária no Rio de Janeiro, 331

Marília Gonçalves

Território, identidade socioterritorial, conflito e
(in)justiça socioambiental, 347

Vera de Fátima Maciel Lopes

Redes como elemento ou método de análise, 365

Celso Alexandre Souza de Alvear

SOBRE OS AUTORES, 391

APRESENTAÇÃO

“Utopia é fruto de um pensamento radicalmente crítico do presente”.

Ana Clara Torres Ribeiro

Caminhando para uma revisão de seu percurso histórico, começa a consolidar-se um movimento sólido e amplo nas áreas tecnológicas da academia que busca inverter suas prioridades, levando a esse campo maior sensibilidade para com as demandas sociais da maioria da população brasileira. Repensar o campo tecnológico de forma que ele possa contribuir para a construção de um mundo social e ambientalmente justo é um dos principais desafios da atualidade. Historicamente, o desenvolvimento tecnológico esteve sempre voltado ao atendimento das necessidades das elites econômicas e políticas. Passados mais de duzentos anos do nascimento da Academia Real Militar (1810), berço da primeira escola de Engenharia do Brasil, e a alguns anos de completarmos o centenário da primeira universidade do Brasil (Universidade do Rio de Janeiro, 1920), urge a necessidade de repensar a atuação dos profissionais da área tecnológica.

Na luta cotidiana contra uma pesada herança elitista, excludente, machista, racista, alguns grupos começam a construir caminhos que buscam aproximar o processo de construção das tecnologias das realidades dos grupos mais desfavorecidos do país. Isso ocorre, afortunadamente, em um momento de valorização da extensão como prática vinculada ao ensino e à pesquisa, como comunicação entre universidade e sociedade, conforme defende Paulo Freire, gerando uma desconstrução da metodologia acadêmica tradicional que se baseia em três diretrizes: na ideia da transferência do saber da universidade para a sociedade; na concepção da universidade como única fonte de conhecimento, com a supervalorização do conhecimento acadêmico e a desvalorização do saber informal; no fetiche tecnológico, que ignora, ou busca ignorar, as causas e as consequências do desenvolvimento tecnológico, mostrando-o como um caminho único a ser traçado.

Apesar dos avanços, ainda é grande a resistência a projetos que apresentem maior vínculo entre universidade e sociedade (quando esta não for representada por grandes empresas e multinacionais) no contexto tecnológico. A frequente tentativa de classificação dessas ações como “voluntarismo”, “trabalho voluntário”, “militância”, “filantropia” exige uma resposta sólida e estruturada que explicito o aspecto científico envolvido nesse tipo de trabalho. É preciso mostrar como a extensão precisa estar intrinsecamente vinculada a projetos de pesquisa e a atividades de ensino, gerando uma alimentação mútua nas diferentes práticas desenvolvidas na universidade. A atividade de extensão não deve abrir mão de ser uma importante geradora de conhecimento para a sociedade. A discussão sobre o desenvolvimento social do país ainda é, numa visão geral, uma responsabilidade das áreas das ciências humanas e sociais. A extensão aparece como o principal caminho para propiciar o diálogo universidade-sociedade e, para tanto, torna fundamental uma reflexão contínua sobre essa prática.

Dessa forma, uma atuação alternativa à predominante nos cursos de Engenharia propõe, em primeiro lugar, trabalhar com os grupos historicamente ignorados pelos integrantes do campo tecnológico: pequenos empreendimentos, trabalhadores autônomos, populações tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, caiçaras), catadores de produtos recicláveis, jovens da periferia, estudantes de escolas públicas, empreendimentos populares e cooperativos, redes solidárias, entre outros. Contudo, a construção de um novo campo não se limita a mudar os interlocutores, envolve também uma ruptura metodológica com uma série de práticas e hábitos dos engenheiros na interação com a sociedade.

Faz-se necessário estabelecer uma nova práxis metodológica baseada em um percurso mais dialógico, rompendo com o paradigma que estabelece que o profissional universitário possui conhecimentos, técnicas, teorias, enquanto o trabalhador é desprovido de qualquer forma de conhecimento e de capacidade de raciocínio lógico. A incapacidade do engenheiro tradicional de trabalhar com a maior parte da população não é simplesmente por não ter esse grupo como foco, mas também porque ele não está preparado para ouvir, para dialogar, para aprender com pessoas que por vezes possuem conhecimentos milenares, passados de geração a geração, mas que não foram sistematizados e compilados em livros, apostilas, teses. É preciso compreender que desenvolvimento de conhecimento e tecnologia não são exclusividade das universidades ou institutos de pesquisa; a construção de uma tecnologia que sirva à população e que produza transformações efetivas passa, inexoravelmente, por uma nova concepção de desenvolvimento tecnológico.

É buscando inserir-se nessa trilha que se funda, em 13 de março de 2003, no Departamento de Engenharia Industrial da Escola Politécnica, o Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ). Aparentemente estimulados por uma potencial transformação da conjuntura política desenhada a partir dos resultados das eleições presidenciais de 2002, alunos e professores que tinham uma visão crítica sobre

a formação do estudante de Engenharia começaram a se mobilizar com o objetivo de construir um espaço que promovesse uma atuação profissional diferente, que tivesse como base a *solidariedade técnica*, conforme definido anteriormente:

Solidariedade técnica é a responsabilidade recíproca, construída a partir do diálogo livre e qualificado entre os atores da sociedade, do Estado e do capital, que enseja o surgimento de inovações sociais e tecnológicas, visando ao desenvolvimento social e solidário, baseado na paz, na democracia e na justiça social.¹

O Soltec/UFRJ, que é formado por alunos de graduação, pós-graduação, professores, pesquisadores e técnico-administrativos da UFRJ, configura-se como um programa de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e, atualmente, compõe o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), órgão suplementar do CT/UFRJ. Define-se como

um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da tecnologia social e da economia solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.²

Nossa identidade é fruto de uma construção coletiva baseada em um processo contínuo de reflexão intelectual e de aprendizado com a prática, a partir da qual podemos identificar nossos erros e acertos. Os espaços de discussão coletiva são importantes momentos de consolidação estratégica em que se busca aprofundar os conceitos com os quais trabalhamos e a metodologia a ser adotada nos projetos de extensão universitária.

O Soltec/UFRJ pauta suas atividades pela integração com os atores interessados nos projetos científicos, locais e de fomento, sendo guiado, portanto, pela solidariedade técnica, uma vez que as parcerias devem ser estabelecidas por meio da responsabilidade recíproca e do interesse comum. A construção técnica baseia-se numa prática solidária, a partir da valorização dos diversos conhecimentos e do conhecimento das diferentes realidades das pessoas envolvidas.

Buscamos prezar pelo desenvolvimento de *políticas públicas*, no sentido de não restringir as ações a problemas específicos e âmbitos territoriais limitados. Cada projeto desenvolvido procura pensar como aquela experiência pode contribuir

¹ LIANZA, S., ADDOR, F., CARVALHO, V. F. M. de. Solidariedade técnica: por uma formação crítica no desenvolvimento tecnológico. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005. p. 27-41.

² Disponível em: <www.soltec.ufrj.br>. Acesso em: 2 dez. 2014.

para a construção de políticas que atendam às necessidades da população em suas diversas realidades, sempre respeitando os valores, a cultura, as especificidades de cada local. Além disso, no diálogo com o poder público, buscamos contribuir para a construção participativa e a avaliação de políticas públicas, estimulando uma mudança na histórica cultura governamental hierárquica de definição de ações a partir de um restrito grupo de especialistas. É preciso aprofundar a democracia para que o povo possa definir os caminhos para o seu bem-estar.

No campo econômico, atuamos na perspectiva da *economia solidária*, baseados na crença de que a melhoria das condições econômicas das populações marginalizadas passa pelo trabalho coletivo, pela solidariedade, pela autogestão. A formação de associações, cooperativas, grupos autogestionários deve ser uma estratégia de atuação quando se deseja a transformação da realidade de uma comunidade, de uma região, e, portanto, sua abrangência de impacto não deve ser limitada às paredes do empreendimento, mas sim estar vinculada a melhorias para a comunidade do entorno.

Temos uma atuação territorial que, na articulação com o poder público, as empresas, as organizações sociais e os cidadãos, preza pela *gestão compartilhada de recursos naturais*, por entender que esses recursos são um bem de uso comum e sua destinação deve ser decidida pela sociedade a partir da análise da realidade do território, na busca de um quadro de referências³ o mais amplo possível, que permita perceber as variáveis envolvidas nessas decisões que impactarão os diversos atores e pessoas envolvidos.

Toda a interação com a sociedade estrutura-se a partir de *metodologias participativas*, em que a construção de um projeto busca inserir os atores envolvidos desde sua concepção e desenvolvimento até sua execução e avaliação. Os pesquisadores têm a consciência de seu compromisso com a sociedade e sabem que toda e qualquer atuação gera expectativas e demandas que devem ser profissionalmente tratadas. Não há conhecimento maior ou menor, mais rico ou mais pobre, mais ou menos importante. Todos os conhecimentos que se apresentam são respeitados e valorizados, e todas as pessoas têm o que aprender e o que ensinar, sem estar acima ou abaixo umas das outras. A estratégia metodológica que orienta, em geral, nossas ações é a pesquisa-ação.

No desenvolvimento de soluções para as demandas sociais, estamos inseridos no propósito da *tecnologia social*, que propõe que as tecnologias devem ser concebidas com os atores locais, a partir de demandas reais, em um processo que serve de formação a todos os envolvidos e que gera um produto acessível à maioria da

³ Quadro de referência diz respeito às variáveis que são consideradas na definição de um problema e na construção de uma solução. MARQUES, Ivan da Costa. Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 13-25.

população e com potencial de reaplicação em diversas realidades. Devemos lutar contra o paradigma elitista da tecnologia e a ideologização desta como caminho imutável e inexorável ao desenvolvimento do mundo. A tecnologia não deve ser mais propriedade de meia dúzia de intelectuais, mas sim uma ferramenta democrática de transformação da realidade brasileira.

Finalmente, o Soltec/UFRJ tem como visão em longo prazo, como utopia, a transformação da universidade pública brasileira, na aspiração de torná-la um espaço mais democrático, mais popular e mais útil para a maioria da população. É uma luta para mudar o rumo histórico de construção das universidades públicas brasileiras, permeado por traços elitistas, excludentes, desagregadores e distantes da realidade. Isso só será possível quando conseguirmos avançar na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em um ciclo de retroalimentação, em que uma atividade se alimenta da outra e se tornará cada vez mais difícil diferenciar o que é cada um desses pilares da universidade brasileira.

De 2003 até hoje, muitos outros grupos vêm surgindo com o intuito de aprofundar e consolidar essa nova vertente da atuação tecnológica. Vale registrar dois fenômenos que simbolizam essa transformação. Primeiro, a consolidação e difusão, cada vez maior, do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds – www.eneds.org), criado pelo Soltec/UFRJ em 2004, que representa atualmente o mais importante espaço de reflexão teórica, metodológica e política e de intercâmbio de experiências para os estudantes, professores e pesquisadores que atuam no campo da *tecnologia e desenvolvimento social*. Além de mobilizar pessoas de todas as regiões do país, foi a fonte para a criação da Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (Repos), que pretende articular engenheiros em todos os cantos que atuem nessa perspectiva. Segundo, a aprovação, pelo Conselho Universitário da UFRJ, da criação do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides – www.nides.ufrj.br), órgão suplementar do Centro de Tecnologia, que concentra os grupos que trabalham com extensão tecnológica na perspectiva do desenvolvimento social. O Nides pretende propiciar ao Soltec e a outros grupos que atuam no campo da tecnologia e desenvolvimento social dentro da UFRJ o apoio institucional necessário para a continuidade e o aprofundamento dessa área, garantindo sua perenidade independentemente da vontade política de algum dirigente ou da militância de algum professor.

Com a coleção Pesquisa, Ação e Tecnologia, editada em comemoração aos dez anos do Soltec, procuramos socializar a experiência acumulada nessa década de experimentação de uma nova prática no campo tecnológico, de uma nova perspectiva que almeja que o desenvolvimento tecnológico não sirva apenas a um pequeno grupo e que seja uma ferramenta de transformação efetiva das condições de vida da maioria da população brasileira. Ainda é tímida a sistematização de experiências similares no campo tecnológico, o que limita o intercâmbio e a difusão de métodos, metodologias, ferramentas que apoiem essas práticas. Além do apoio técnico-meto-

dológico a outros projetos, buscamos ampliar a sensibilização de mais profissionais e acadêmicos dessa área.

Corroborando a história de construção do Núcleo, esta coleção é um produto coletivo que reflete o esforço de muitas pessoas que deram sua valiosa contribuição para a construção do Soltec nesse período e que certamente levaram consigo algum aprendizado, algum sentimento que ainda as faz sentir-se, anos depois, parte desse grupo. O número de autores dos capítulos é enorme; ainda maior é a quantidade de pessoas que participaram dos projetos, do cotidiano, mas que não estão registradas aqui. A propósito, gostaria de deixar um agradecimento especial a Bruna Maffei, Camila Rolim Laricchia, Leandro Capela, Pedro “Jammal” Miranda, Sandro Rogério do Nascimento e Verônica Maia Rodrigues, por participarem da idealização da trilogia da coleção em seus primórdios, ao lado dos seus respectivos organizadores.

Em nome de todos os soltec@s que contribuíram, com maior ou menor intensidade, para chegarmos aonde estamos agora, gostaria de homenagear quatro pessoas que não estão mais aqui para ver essa conquista mas que tiveram grande influência nessa história. O mestre Fernando Amorim, que foi um exemplo de luta incansável pela democratização do ensino superior brasileiro e por uma universidade voltada ao povo brasileiro. Um grande defensor da extensão dentro da UFRJ, tendo sido nosso cicerone na primeira experiência de extensão do Soltec. A professora titular da UFRJ Ana Clara Torres Ribeiro, nossa *mulher lenta*, que, com sua habilidade inigualável de aliar profundo conhecimento científico e rigor metodológico com uma prática crítica e transformadora, nos ajudou a ver o mundo por outras lentes. O camarada Clóvis Bucich, admirador das coisas simples, sábio e sensível como ninguém, amigo das plantas e dos animais, professor que trouxe grandes contribuições a nossa atuação em Pouso da Cajaíba. E, em nome de todos os trabalhadores com quem interagimos e aprendemos nas caminhadas nos projetos de extensão, faço uma homenagem especial à Maria Celeste Batista dos Santos, pescadora que participou do primeiro projeto de extensão do Soltec e foi, para todos nós, um exemplo de mulher guerreira, batalhadora, que enfrentava as dificuldades do cotidiano, mas também se dava o direito de sonhar com uma vida melhor. É por ela e por muitos outros trabalhadores espalhados pelo país que seguimos batalhando por nossas utopias.

Nos capítulos apresentados nos três livros desta coleção estão registrados os sucessos e os fracassos, as conquistas na interação com a comunidade e as dificuldades na tentativa de transformar uma realidade que não faz parte dos nossos cotidianos. Se, por um lado, tentamos trazer à tona a reflexão sobre o papel da universidade pública em contribuir para a equidade e a justiça ambiental no país, por outro, mostramos os limites e os obstáculos, internos e externos, para a concretização de avanços nesse sentido.

Cada um dos livros apresenta uma perspectiva. O primeiro livro é composto por capítulos sobre projetos antigos que foram realizados ao longo desses dez anos. O segundo traz textos sobre projetos recém-executados ou em andamento, explíci-

tando, a partir disso, a prática atual do Núcleo. O terceiro livro contém as principais reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas pelos pesquisadores do Núcleo nesses dez anos, em sua maioria extraídas de monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em nome do Soltec, gostaria de ressaltar o fundamental apoio, para a concretização desta coleção, da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, simbolizada no enorme esforço, dedicação e carinho do nosso diagramador Claudio Bastos, e da Editora UFRJ, que teve em Marisa Araujo e Sonja Cavalcanti duas comprometidas profissionais que garantiram a qualidade editorial dos livros.

A publicação da coleção Pesquisa, Ação e Tecnologia reforça a preocupação do Soltec de buscar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em que a prática extensionista se constitui a fonte de questões de pesquisa e resulta em novos conhecimentos. Esses novos saberes, por sua vez, vão contribuir para a estruturação de um campo de conhecimento que poderia ser denominado “tecnologia e desenvolvimento social”.

Felipe Addor

INTRODUÇÃO

Neste volume da coleção, apresentamos as principais reflexões conceituais e metodológicas feitas a partir da atuação de membros do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) em atividades de pesquisa e extensão descritas nos volumes anteriores, muitas das quais se tornaram projetos de final de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O título desse livro busca explicitar os conceitos que embasaram os mais de onze anos de atuação na luta por um campo crítico dentro das engenharias. Toda nossa reflexão se iniciou pelo questionamento da suposta neutralidade da técnica e pela percepção da necessidade de se descortinarem os valores expressos nas tecnologias físicas e de gestão. A mudança que almejamos não é possível sem a efetiva participação dos sujeitos sociais afetados pelo desenvolvimento das tecnologias em suas concepções. Da mesma forma, acreditamos não ser possível falar em participação sem considerá-la em seu sentido mais amplo, que acontece na esfera política e nos territórios, a fim de evitar a instrumentalização do discurso da participação.

Para tanto, dividimos este volume em quatro partes. Na primeira delas, apresentamos reflexões sobre os campos da economia solidária e da autogestão, em que dedicamos nossos esforços para refletir sobre os conceitos de tecnologia e trabalho. No primeiro capítulo desta parte, Flávio Chedid Henriques aborda as principais disputas em torno do conceito de economia solidária, assim como apresenta as interseções com outros conceitos, como economia social e economia popular e defende a visão do Soltec de que as experiências de trabalho associado representam importantes experimentos, que, mesmo sem constituírem uma ruptura completa com o modo de produção hegemônico, trazem contribuições relevantes do ponto de vista da organização do trabalho.

No segundo capítulo, Fernanda Santos Araújo discute a questão da autonomia nos espaços de trabalho e nas relações de produção. Ao problematizar a questão da autonomia individual e coletiva, assim como a autonomia no sentido forte e no sentido fraco, a autora desenvolve uma reflexão que visa a contribuir para a análise da experiência de empreendimentos econômicos solidários no contexto político e econômico de opressão e exploração em que vivemos. Como diz, “por meio de um processo histórico de exclusão e subordinação, essas pessoas foram convencidas de que, por não terem percorrido os caminhos da educação formal, não são capazes de gerir suas atividades produtivas”.

No terceiro capítulo, Flávio Chedid Henriques apresenta o debate em torno do conceito de autogestão, destacando o que foi chamado de movimento da autogestão na década de 1960, assim como as principais discussões contemporâneas para traçar especificidades metodológicas da assessoria a empreendimentos de autogestão, diferenciando-a, principalmente, da consultoria empresarial. Exemplificando com experiências relevantes e inovadoras de autogestão em fábricas, o mesmo autor discorre, junto com Michel Thiollent, no quarto capítulo, sobre as inovações organizacionais e produtivas implementadas pelas experiências de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina.

Na segunda parte, enfatizamos o conceito de participação e as propostas alternativas de construção da democracia. No primeiro capítulo, Felipe Addor e Celso Alexandre Souza de Alvear fazem uma revisão bibliográfica da pesquisa-ação, que é a principal inspiração metodológica do Soltec. A partir da consulta a uma bibliografia diversa, os autores apresentam a trajetória de construção do conceito, mostrando como possui concepções diversas em cada local. São destacados os pilares que fundamentam a estratégia metodológica da pesquisa-ação. Os autores analisam também a prática da pesquisa-ação subsidiada pela sua experiência em projetos de extensão do Soltec.

No segundo capítulo, Ricardo Jullian, Rejane Gadelha e Antônio Cláudio Gómez de Sousa apresentam os pilares teóricos que delineiam a construção metodológica da informática educativa presente nos projetos do Laboratório de Informática para a Educação. Combatendo a forma tradicional de ensino, denominada por Paulo Freire de “educação bancária”, os autores mostram como buscam desenvolver um processo de aprendizagem participativa, no qual se quebra o paradigma do professor como detentor do conhecimento e dos alunos como meros receptores. Os autores destacam a importância de haver uma troca de conhecimento e trazem alguns conceitos que são referência na atuação do laboratório como pesquisa-ação em ciência, tecnologia e sociedade.

No terceiro capítulo, Felipe Addor contextualiza a questão da participação popular como é tratada pelos teóricos que discutem os sistemas democráticos contemporâneos. O autor analisa, inicialmente, a diferença de origem dos conceitos de democracia e governo representativo, que hoje tentam articular-se em um sistema

de democracia representativa ou, como defende, em um sistema de representação democrática. Addor defende um aprofundamento da reflexão sobre as formas de participação, tendo como base, principalmente, a proposta de uma maior valorização das experiências participativas contemporâneas realizadas em diversos países da América Latina.

No capítulo seguinte, o mesmo autor traz para o contexto latino-americano a discussão sobre a teoria democrática. Destacando a diferença de contexto da construção de um sistema democrático nos países centrais da região, Addor ressalta que esse processo precisa caminhar em paralelo a um avanço na conquista de direitos para a população. Por fim, o autor defende a consolidação de uma nova teoria que contemple essa realidade, permitindo uma análise concreta em relação ao que ocorre em nossos países.

Na terceira parte, o foco é a relação entre tecnologia e sociedade. No primeiro capítulo, Flávio Chedid Henriques, Vicente Nepomuceno e Celso Alexandre Souza de Alvear abarcam uma ampla revisão bibliográfica sobre o conceito de tecnologia social. Iniciam com uma conceituação e análise da tecnologia em si, utilizando autores como Álvaro Vieira Pinto, Andrew Feenberg, Bruno Latour, em suas reflexões sobre os caminhos do desenvolvimento tecnológico e sua relação com o homem. Mostram as diferentes compreensões sobre tecnologia social e a questão política envolvida em sua consolidação, particularmente no âmbito da Rede de Tecnologia Social. Por fim, os autores refletem sobre o trabalho de extensão na área tecnológica a partir da experiência do Soltec, com proposições para a atuação na extensão tecnológica.

No segundo capítulo, Alan Tygel apresenta as possibilidades de uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) por movimentos sociais do campo popular, utilizando o caso da Cooperativa Educação, Informática e Tecnologia para a Autogestão (Eita), a fim de ilustrar essa potencialidade. Tendo como pressuposto metodológico a adequação sociotécnica, o autor mostra como os movimentos sociais vêm se apropriando das TICs, assim como dos novos desafios nesse campo, para que haja uma efetiva participação dos movimentos sociais na concepção dessas tecnologias.

Para fechar essa parte, Flávio Chedid Henriques, Sidney Lianza e Vicente Nepomuceno refletem sobre a formação do engenheiro e defendem uma transformação da formação na engenharia, baseando-se, para tal, em uma pedagogia que ajude na construção do sentimento de alteridade nos estudantes, para que possam ter maior capacidade de compreender os contextos, as realidades da vida dos diferentes grupos que são afetados pelas decisões tomadas pelos engenheiros. Discorrem sobre uma proposta do setor, dentro do curso de Engenharia de Produção da UFRJ, que permitiria aos alunos ter maior contato com a realidade que envolve a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, muito diferente do contexto que hoje é estudado neste curso.

A quarta parte finaliza o livro com um debate sobre território e desenvolvimento local. Ricardo Ferreira de Mello e Ruth Espínola Soriano de Mello abordam o desenvolvimento local, ressaltando o conceito de capacidade endógena territorial. Para os autores, a utilização de métodos participativos – particularmente a pesquisa-ação – e a necessidade de mobilização e participação dos atores locais são fatores fundamentais para um processo de desenvolvimento territorial que garanta o protagonismo dos moradores e sua autonomia. Destacam que se faz necessário que o Estado assuma seu papel de provedor de serviços públicos e de fomentador da participação popular para que se possa avançar em conquistas efetivas para os territórios trabalhados.

No segundo capítulo, Marília Gonçalves reflete sobre a importância da comunicação comunitária como estratégia de resistência dentro das favelas. Ao analisar o contexto comunicacional no Brasil, ela destaca a forte e antidemocrática concentração nos meios de comunicação no país e o esforço da mídia hegemônica tradicional para construir uma imagem negativa das favelas. A autora apresenta experiências de jornais comunitários em favelas, ressaltando a importância da construção de uma imagem desses territórios baseada em seu cotidiano, a partir da visão de seus moradores.

Vera de Fátima Maciel Lopes, no terceiro capítulo, aprofunda a discussão sobre o conceito de território, entendendo-o como um espaço de construção de relações sociais e de existência de conflitos. Baseada em Milton Santos, faz uma crítica sobre o entendimento do território unicamente como recurso, prática dos atores hegemônicos que realizam ali seus interesses particulares, em contraposição ao território como abrigo, prática no território dos atores hegemonzados. O posicionamento da autora permite discutir o modelo neodesenvolvimentista em curso no Brasil e seus impactos em comunidades tradicionais com as quais o Soltec trabalha, como os pescadores artesanais. Vera se ancora no conceito de justiça ambiental para repensar as possibilidades de luta dos atores hegemonzados.

Por fim, Celso Alexandre Souza de Alvear contextualiza o conceito de redes e apresenta as diferentes classificações de redes que são encontradas, além das formas de analisar sua força e importância. Apresenta uma série de teorias que descrevem os tipos de rede existentes. Por fim, desenvolve o conceito de capital social e sua relação com a ideia de redes, no campo de atuação territorial desenvolvido no Soltec.

A indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino que o Soltec busca em sua prática cotidiana exige um cuidado redobrado na construção do conhecimento acadêmico. A variedade de temas explorados ao longo desses anos pelos pesquisadores do Soltec reflete uma cultura aberta em relação aos interesses de seus pesquisadores. Ainda que o Núcleo tenha diretrizes, princípios e estratégias metodológicas que proporcionam uma identidade aos seus integrantes, procuramos garantir uma autonomia aos pesquisadores para que possam construir seus caminhos de reflexão, instigados pelas experiências dos projetos de extensão.

A extensão não pode ser considerada como tal se não estiver, no seu âmago, vinculada a uma sólida estratégia de investigação e construção de conhecimento. O aprendizado obtido pela troca entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento empírico precisa ser registrado, sistematizado e divulgado, propiciando uma maior valorização do saber popular e mostrando como a extensão deve deixar de ser um terceiro tripé da universidade para ser um método fundamental para a realização do ensino e da pesquisa.

*Felipe Addor e
Flávio Chedid Henriques*

PARTE 1

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA¹

Flávio Chedid Henriques

O Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/UFRJ), desde sua gênese, atuou em parceria com grupos de trabalhadores associados por acreditar na importância de conhecer e apoiar formas de organização do trabalho baseadas na autogestão. Tal investida significou a abertura de um canal ainda pouco explorado dentro do curso de Engenharia de Produção, do qual são oriundos boa parte dos membros originários do Núcleo.

As práticas autonomistas no interior das unidades produtivas vêm sendo entendidas por teóricos como espaços de luta por outra economia. Vários conceitos diferentes são utilizados para designá-las: economia social, economia popular, economia dos setores populares, economia do trabalho, economia social e solidária, socioeconomia solidária e economia solidária. Este último ganhou força no Brasil desde meados de 1990.

As pesquisas relacionadas a esse tema são variadas e possuem diferentes características. Há muitos estudos de caso, que buscam evidenciar as novas relações existentes no espaço de trabalho. Essas pesquisas, assim como as análises feitas dos mapeamentos nacionais da economia solidária, realizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, tentam caracterizar as experiências tais como elas são hoje.

Também podem ser encontrados estudos teóricos sobre o tema, que têm como principal objetivo criar o projeto político da economia solidária. Esses trabalhos, em geral, são marcados pela projeção, por parte dos acadêmicos e militantes do

¹ Este capítulo é um extrato da tese de doutorado *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina* (Henriques, 2013).

movimento de economia solidária, das características que eles gostariam de encontrar nas práticas, mas que nem sempre condizem com o que efetivamente ocorre nas experiências existentes.

Há também a dimensão dos estudos que refutam a proposta política da economia solidária. A partir da perspectiva crítica, esses trabalhos, muitas vezes embasados pelos resultados do mapeamento, negam a ideia de que esse projeto político tenha a força e a radicalidade necessárias para ser uma alternativa ao sistema do capital. Mais do que isso, sugerem que tais práticas sirvam como colchão amortecedor do capital, sendo funcional ao mesmo.

A ORIGEM DO TERMO E OS DIFERENTES

CONCEITOS UTILIZADOS

Para Cruz (2006), o chileno Luiz Razeto Migliaro, em 1984, foi o primeiro a desenvolver o conceito de economia solidária, que chamava de “economia de solidariedade”. Apesar de este conceito incluir as experiências associativas, é mais abrangente e menos preciso do que o que é utilizado hoje em dia no Brasil. Em texto originalmente publicado em 1999, Razeto Migliaro (2007) desenvolve a ideia de que a solidariedade não deve se restringir às ações de compensação realizadas depois de terminado o ciclo econômico; ao contrário, deve ser introduzida na produção, distribuição, consumo e acumulação.

Migliaro propõe caminhos para incorporar a solidariedade na economia. Como a solidariedade possui gradações, a economia de solidariedade pode ser exercida entre os trabalhadores de uma empresa capitalista, entre trabalhadores individuais que compartilham suas dificuldades e também entre trabalhadores associados em um mesmo ambiente produtivo. Como observa Cruz (2006, p. 41), “as formulações de Luis Razeto se apresentam mais como um projeto de sociedade que propriamente como uma análise científica fundamentada em observações empíricas sistematizadas”.

Já segundo França Filho e Laville (2004), o termo economia solidária surgiu concomitantemente no Brasil e na França ao longo dos anos de 1990. Até meados dessa década, as instituições que surgiram no Brasil, para assessorar os empreendimentos coletivos, utilizavam o conceito de cooperativas populares, como o Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), surgida na Coppe/UFRJ.

Em sua pesquisa, Sardá de Faria (2011) identificou que Paul Singer, em 1996, foi o primeiro a empregar a expressão “economia solidária” no Brasil, em artigo publicado pela revista *Teoria e Debate* da Fundação Perseu Abramo. Singer (1996) tenta desenvolver a ideia de uma proposta não capitalista para o desemprego e que ainda não tenha explorada sua potencialidade de autogestão para emancipação da classe

trabalhadora. Preocupado com a grave crise financeira pela qual passava o país, o autor propõe a criação de um novo setor econômico com um mercado protegido da competitividade externa. Essa proteção se daria com a criação de uma moeda própria e de cooperativas de produção e consumo, nas quais os cooperados deveriam ter o compromisso de consumirem na própria cooperativa.

Nesse período, diversas instituições passaram a dar suporte à criação e à manutenção de empreendimentos coletivos no Brasil e em outros países da América Latina. A Rede Unitrabalho e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) impulsionaram a criação de incubadoras universitárias, com o objetivo de dar suporte técnico e político para formação de trabalhadores interessados em se associarem. Organizações não governamentais já consolidadas, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), o Centro de Ação Comunitária (Cedac), a Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)² e Cáritas Brasil, também passaram a discutir esse projeto político e desenvolveram estratégias de assessoria para os grupos de trabalhadores associados. Instituições foram criadas para dar suporte às empresas que estavam sendo recuperadas por trabalhadores, como a Anteag e, mais tarde, já nos anos 2000, a Unisol, ligada à CUT. Experiências pioneiras de políticas públicas voltadas para esse setor foram desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul, no governo Olívio Dutra (1999-2002) e na cidade de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy (2001-2004).

Em 2001, no 1º Fórum Social Mundial (FSM), parte dessas instituições constituíram o grupo de trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária.³ Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, o GT Brasileiro pleiteou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que se concretizou em 2003 dentro do Ministério de Trabalho e Emprego. O GT responsabilizou-se, então, por organizar a Plenária Brasileira de Economia Solidária para a construção de um projeto político para o movimento em diálogo com

² Essas são entidades de assessoria que atuam no estado do Rio de Janeiro, e suas atividades em apoio aos empreendimentos de autogestão foram detalhadas por Henriques (2007).

³ “As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (Abicred); e gestores públicos que constituiriam a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”. (Disponível em: <www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 9 jul. 2012.)

a secretaria. Em junho de 2003, na III Plenária, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que, além de agregar os fóruns estaduais e municipais já existentes, impulsionou a formação de outros. Segundo informações de sua página web, hoje o FBES abrange “mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, quinhentas entidades de assessoria, doze governos estaduais e duzentos municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária” (FBES).⁴ No esquema abaixo, elaborado pelo FBES, pode-se observar a variedade de instituições que compõem o movimento de economia solidária no Brasil.



FIGURA 1 – Atores da economia solidária no Brasil

Fonte: www.fb.es.org.br.

Com a articulação dessas instituições, ganhou fôlego uma discussão do projeto político da economia solidária, que teve respaldo nos trabalhos acadêmicos e nas políticas públicas.⁵ Antes de apresentar as definições que sustentam o projeto polí-

⁴ Disponível em: <www.fb.es.org.br>. Acesso em: 9 jul. 2012.

⁵ Como observou Sardá de Faria (2011), o programa do governo do Rio Grande do Sul voltado para a economia solidária estabeleceu critérios objetivos para avaliar o conteúdo político das experiências, buscando impulsionar a democratização das relações de trabalho. Entre os critérios, destacam-se a não contratação

tico da economia solidária, cabe apresentar os conceitos de economia popular, economia do trabalho e economia social, dados que apresentam diferenças.

O argentino José Luis Coraggio (2007a) parte de observações empíricas do *realmente existente* para delinear possibilidades de ações que, em contraposição à acumulação de capital, sinalizem para uma “reprodução ampliada da vida”. Seu conceito de economia popular realmente existente tem como protótipo as unidades domésticas, que são os espaços fora da economia pública e da economia capitalista – apesar de serem influenciadas por elas –, em que os setores populares produzem as condições necessárias para suas existências, como determinadas atividades informais mercantis e a produção para autoconsumo.

O autor ainda ressalta que não se pode idealizar a economia popular, que é colonizada em seus valores e no sentido de sua existência pelo sistema do capital, apesar de ser regida por outra lógica. Esta nova lógica, segundo Quijano (2005, p. 491), caracteriza-se pelo fato de que “as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social”.

Para Coraggio (2007b), a economia do trabalho representa uma perspectiva utópica de construção possível, um subsistema econômico centrado no trabalho, com lógica própria e contrário às economias capitalista e pública. Se a economia popular é a realmente existente, a economia do trabalho é a outra economia possível, na qual a lógica do capital é substituída pela do trabalho.

Tanto a economia popular quanto a economia do trabalho se diferem do conceito de economia solidária com relação ao grau de abrangência. As duas primeiras têm como protótipos as unidades domésticas e entendem as associações, cooperativas e outras formas de agrupamento de trabalhadores como suas extensões. Já a economia solidária tem como protótipo os grupos de trabalhadores associados. Segundo Cruz (2006, p. 80), “as iniciativas de economia solidária partem da economia popular, numa condição de informalidade, para – de forma associada – alcançarem a formalidade”.

Para Cruz (2006), outro diferencial está relacionado à subordinação dos participantes das unidades domésticas, como pode ser observado em algumas iniciativas de base familiar. Um exemplo desse limite estabelecido se deu quando foi decidido não incluir as experiências de agricultura familiar no mapeamento nacional de economia solidária uma vez que supostamente esses empreendimentos reproduzem as hierarquias existentes no ambiente familiar. No documento da IV Plenária de Economia Solidária, foi evidenciado que os empreendimentos que envolvem famílias, sejam rurais ou urbanos, assim como as práticas das comunidades tradicionais

de mais de 10% de trabalhadores com relação aos associados e a indicação de que as regras de remuneração fossem estabelecidas em assembleias gerais, com objetivo de evitar disparidades salariais.

seriam considerados parte da economia solidária apenas se fossem autogestionários e suprafamiliares.

Outro conceito muito utilizado atualmente para designar as experiências econômicas baseadas em relações não capitalistas é o de economia social. Sendo que algumas vezes utiliza-se a variante social e solidária. Cruz (2006) apresenta as concepções do início do século XX feitas por León Walras e Charles Gide sobre o conceito de economia social. Para ele, entretanto, o campo de conhecimento defendido por esses autores não representa inovações sociais com relação à sociedade capitalista, tendo sido o conceito utilizado como estratégias de redução da pobreza dentro do sistema do capital. Ainda segundo Cruz (2006, p. 103), “a economia solidária, conscientemente ou não, representa uma contestação às relações sociais de produção capitalistas – uma ‘subversão’ das relações de propriedade, e poder e de apropriação da riqueza produzida que são típicas do capitalismo e das iniciativas”.

Já Defourny (2009) apresenta um conceito de economia social próximo ao de economia solidária. Entende que a primeira é representada por atividades econômicas exercidas por sociedades de pessoas que buscam democracia econômica associada à utilidade social. Entretanto, mesmo para esse autor a incorporação do adjetivo “solidário” ao conceito de economia social se dá pela necessidade de incorporar práticas focadas na gestão coletiva, o que demonstra a fragilidade deste conceito para denominar experiências de autogestão.

Há ainda outros conceitos que, dependendo do recorte, podem ser mais adequados. Costa e Kraychete (2007, p. 10), por exemplo, utilizam o conceito de economia dos setores populares, que definem como “atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho, e não de inversão de capital”.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para além da proposta inicialmente apresentada por Singer, de alternativa ao desemprego, os debates conceituais, que se dão a partir do fortalecimento do movimento de economia solidária, passaram a abarcar, sobretudo, três questões:

1. a autogestão como a característica central desta outra economia, representada por inovações na organização do trabalho;
2. a economia solidária como um novo modo de produção que atua nos interesses da economia capitalista;
3. a economia solidária como uma experimentação prática de novas relações sociais de produção.

Para Nascimento (2004), a economia solidária é representada pelo conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão. Essa definição subsidiou o mapeamento nacional da economia solidária, que será abordado mais adiante, e é a definição oficial utilizada pela Senaes para elaboração de políticas públicas. É a partir dela, por exemplo, que se fez o recorte que decidiu não incorporar as experiências de agricultura familiar no mapeamento.

Cruz (2006, p. 69) também reforça essa característica da radicalização da democracia no interior das unidades produtivas ao definir a economia solidária como:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito, etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

Inspirado pelos quatro princípios do comportamento econômico de Karl Polanyi,⁶ Singer (2004) acredita que junto com o modo de produção capitalista coexistem a produção simples de mercadoria, a economia pública, a economia doméstica e a economia solidária. O autor define esta como um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (Singer, 2003, p. 13).

Mesmo sem utilizar a categoria *modo de produção*, Luiz Inácio Gaiger (2004) conceitua a economia solidária como uma nova forma social de produção, já que se modificam os princípios e fins da organização econômica e alteram-se as relações estabelecidas entre os indivíduos no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e seus resultados. Para o autor, o sentido histórico da economia solidária encontra-se “na emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência” (Gaiger, 2004, p. 372), que, embora incompleta e passível de retrocessos, é decisiva como experiência humana.

Já Macdonald (2005), que também entende que a autogestão é a característica central da economia solidária, fala de um modo de produção autogestionário, mas ressalta a contradição de no processo de circulação das mercadorias se fazer necessário atuar dentro do mercado capitalista.

Tanto a afirmação da autogestão como característica diferencial, quanto a definição da economia solidária como um novo modo de produção, suscitaram críticas relacionadas à inserção dessas experiências em uma sociedade capitalista. A maior

⁶ A domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado (apud Singer, 2004).

parte delas está relacionada à afirmação de que não se pode falar em autogestão em uma sociedade hegemônica pelo sistema do capital. Outros críticos dizem que um novo modo de produção numa concepção marxista deveria alterar não só as relações sociais de produção como o conjunto das forças produtivas, e tais mudanças ainda seriam muito limitadas nas experiências de economia solidária para que se pudesse falar em um novo modo de produção.

A terceira questão conceitual abordada pelos teóricos que auxiliam a construção do projeto político da economia solidária parece absorver as críticas realizadas e busca realçar as características mais imediatas dessas experiências, que são as potencialidades educativas do exercício da autogestão. Gadotti (2009) enxerga a economia solidária como uma práxis pedagógica, que implica novos valores para um novo projeto de sociedade. Já Pedro Cunha Bocayuva (2007) a vê como uma experimentação prática coletiva para o socialismo. E mesmo Singer (1998), ao tratar essas experiências como implantes socialistas no sistema capitalista, está reforçando o caráter pedagógico que essas experiências transmitem aos que dela participam e aos que nela se inspiram.

AS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As diferenciações conceituais explicitadas fazem sentido quando o que está em jogo é o projeto político que se quer alcançar. Mas, nas experiências concretas, os limites são identificáveis? O que se considera hoje como uma experiência de economia solidária apresenta as características teoricamente formuladas? Considerando que existem iniciativas com diferentes graus de participação, como delimitar as que se enquadram num processo autogestionário?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, faz-se necessário recorrer a estudos de casos e aos dados do mapeamento nacional de economia solidária. Em um importante trabalho etnográfico sobre o universo da economia solidária, a antropóloga Eugênia Motta (2010) identifica a fala “sou empreendimento” para denotar as pessoas que se entendem como protagonistas da economia solidária no Brasil. Esse sentimento de pertencimento do conjunto dos trabalhadores e o reconhecimento das instâncias locais de atuação na economia solidária, como os fóruns municipais, parecem ser elementos mais do que suficientes para a caracterização e o enquadramento de uma iniciativa no universo da economia solidária. Denotam ao menos a intenção de praticar a gestão coletiva que, mesmo que seja frágil, promove um processo de formação, que é a própria participação nas instâncias do movimento de economia solidária.

As demais experiências, que ainda não possuem a consciência de estarem praticando o que hoje se denomina economia solidária, precisam ser reconhecidas a

partir das características das iniciativas que já atuam dentro do movimento, as quais podem servir de parâmetros para o reconhecimento de potenciais novos grupos. Esses parâmetros são mais interessantes do que os resultantes dos trabalhos acadêmicos que têm como objetivo construir o projeto político da economia solidária, já que haveria, nesse caso, o risco de serem consideradas apenas as experiências modelos ou tipos ideais, significando um desperdício de práticas com potenciais emancipadores.⁷ Essa perspectiva não exclui a necessidade de alguns limites. Nos dois mapeamentos de economia solidária, por exemplo, foram considerados como EES as seguintes organizações:

- a) coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc.;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (Anteag, 2009, p. 18).

O principal limite imposto nessa definição é a prática da gestão coletiva. Com o entendimento de que em uma organização familiar dificilmente se tem a perspectiva de exercer a gestão coletiva, esses empreendimentos são excluídos do mapeamento. Evita-se, inclusive, a palavra “autogestão”, dando preferência à utilização do termo “gestão coletiva”, provavelmente pela polêmica conceitual existente em torno do primeiro.⁸ Nesse sentido, a experimentação da gestão coletiva, que significa, a meu ver, a perspectiva de exercício da autogestão, figura como elemento central para definição dos empreendimentos de economia solidária.

Como revela Motta (2010, p. 127), segundo explicações de profissionais da Senaes, o conceito de economia solidária (ES) deveria abarcar “o máximo (maxi) de experiência possível e contemplar um mínimo de características fundamentais sem as quais não pode ser considerado ES (mini)”, o que chamou de um conceito “maxi-

⁷ Essa é uma afirmação inspirada no que Santos (2007) chamou de crítica à razão indolente, por entender que conceituações normativas tendem a excluir uma série de iniciativas com potenciais emancipadores.

⁸ Em outro capítulo deste livro, é apresentado o debate sobre os conceitos de autogestão e assessoria.

-mini”⁹. A interpretação da autora com relação à ausência do conceito de autogestão na definição e sua substituição pelo termo “gestão coletiva” é semelhante à que foi acima colocada e parte, na visão dela, dessa visão “mini” relacionada aos critérios de corte. Em suas palavras: “A autogestão não é exigência para que um empreendimento seja considerado um EES [empreendimento econômico solidário]. ‘A gestão coletiva’ aqui é suficiente” (2010, p. 130).

RESULTADOS DO SEGUNDO MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Já foram realizados três mapeamentos de empreendimentos de economia solidária no Brasil, sendo que os resultados do último, no momento da redação deste texto, ainda não haviam sido divulgados. Ainda segundo Motta (2010), antes de se realizar o primeiro mapeamento, foi verificada a impossibilidade de unificar os distintos bancos de dados já existentes em pesquisas acadêmicas, dada a diversidade de questões que cada um tratava. Também se tentou construir um levantamento em conjunto com o IBGE, que não foi concretizado por não ter sido de interesse do instituto.

Serão apresentados, sobretudo, dados do segundo mapeamento,¹⁰ uma vez que os percentuais obtidos nos dois foram muito parecidos. Enquanto o primeiro cobriu 41% dos municípios brasileiros, encontrando 14.954 EES, o segundo, abrangeu 53%, identificado 21.859 EES, dos quais 43,5% se encontram na região Nordeste. A maioria deles está organizada sob a forma de associação (54%) e apenas 9,6% na forma cooperativa. Uma parcela significativa, de 36,5%, é formada por grupos informais. Quase metade (48%) das experiências atua exclusivamente no âmbito rural. Outros 35%, na área urbana e 17% têm atuação mista. Atividades agropecuárias, extrativistas e a pesca representam 41% das experiências. Outros 17% atuam no setor alimentício, com igual porcentagem para o setor artesanal. Apenas 1,8%, ou seja, 406 experiências atuam na indústria.

Um dado importante para avaliar o componente ideológico dessas experiências está relacionado ao motivo de criação do EES. Entre as seis opções existentes, cada empreendimento podia escolher três delas, hierarquizando-as. Dos que responderam (17.675) apenas 1.571 colocaram como motivação principal a possibilidade de realizar um trabalho de forma associada, o que representa 8,8%. Enquanto isso,

⁹ Apesar de concordar com uma concepção que tente incluir os empreendimentos que buscam praticar a gestão coletiva, é preciso atentar para a necessidade de uma visão crítica ao se analisar essa perspectiva, dado que é comum que instituições governamentais tentem inflar as estatísticas.

¹⁰ Disponível em: <www.sies.mte.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2012.

6.746 EES (38,1%) disseram que se associaram prioritariamente como alternativa ao desemprego e outros 6.399 (36,2%) para obterem maior ganho ou complementar renda. Sem dúvida, essa é uma característica que dificulta o projeto de fortalecer uma economia centrada no trabalho coletivo.

O tratamento dos dados feito pela Senaes, no segundo *Atlas da economia solidária*, de 2009, apresenta esses dados de maneira agrupada, reunindo todos que responderam a cada uma das alternativas, independente da ordem que as colocou. Dessa maneira, 46% das empresas responderam que um dos motivos foi a alternativa ao desemprego, 44%, complemento de renda, 34%, obtenção de maiores ganhos e 27%, possibilidade de gestão coletiva.

Para avaliar a efetividade da gestão coletiva, o mapeamento identificou a periodicidade da realização de assembleias ou reuniões gerais, além das principais formas de participação dos sócios: 73,6% dos EES afirmam realizar assembleias e reuniões gerais com periodicidade de no mínimo três meses, sendo que 48,2% mensalmente. As principais formas de participação indicadas foram: decisões cotidianas (66%), prestação de contas (61%), eleição da diretoria (60%) e acesso a registros e informações (60%).

Para aprofundar na qualidade da participação se faz necessário analisar os inúmeros estudos de casos realizados em EES.¹¹ Em muitos deles, como em Henriques (2007) e Rufino (2005), há uma forte barreira cultural para a implementação da autogestão. Nas instâncias de participação, como nas assembleias, são poucos os que têm voz ativa e efetivamente participam das discussões. Outra característica que evidencia a fragilidade dessas experiências e a luta pela sobrevivência como a característica mais marcante é a baixa remuneração gerada: 71,32% dos empreendimentos têm faturamento mensal inferior a R\$ 5.000,00 e, destes, 30,89% revelaram estar sem faturamento, sendo alguns EES limitados a atividades de subsistência. Dos que possuem faturamento, 62% remuneram seus sócios em até um salário mínimo, 26% entre um e dois salários mínimos e 10% entre dois e cinco.

Vale ainda apresentar alguns dados relativos à atuação externa dos EES, que envolve cooperação com outros grupos de trabalhadores e com a sociedade. Foram identificadas mais de 9.300 ações de cooperação econômica entre os EES. Mais da metade dos EES, 57,7%, afirma participar de movimentos sociais e populares e um número um pouco menor, abrangendo 45,7%, de redes ou fóruns de ES. Em um interessante estudo de análise dos dados do SIES, Culti et al. (2010) indicam, entretanto, que 40,9% das experiências fazem parte de um grupo que quase não possui envolvimento social.

¹¹ Como, por exemplo, Singer e Souza (2003), Gaiger (2004), Rufino (2005), Henriques (2007), Novaes (2007), Araújo (2009).

Esse mesmo estudo aponta que apenas 15% dos EES contratam trabalhadores, sendo 55,3% deles em caráter temporário:

O quadro nacional dos EES se caracteriza por apresentar predominância absoluta daqueles que têm como associados trabalhadores ocupados diretamente nas atividades dos empreendimentos, gerando renda monetária destinada para remuneração de seus associados e, na maioria, não há trabalhadores não sócios (Culti et al., 2010, p. 58).

OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E A AUTOGESTÃO

O quadro nacional apresentado evidencia a fragilidade econômica das experiências mapeadas. A principal questão, entretanto, é o exercício da autogestão, numa tentativa de avaliar se as práticas se aproximam do projeto político da economia solidária apresentado na seção anterior.

Algumas análises nesse âmbito já foram realizadas. Culti et al. (2010) consideram que os EES funcionam dentro de uma racionalidade e eficiência diferenciada, seja pela alta incidência de espaços de participação existentes, seja pela presença massiva de associados que trabalham diretamente nas atividades produtivas, seja pela capacidade de fomentar o desenvolvimento local e regional ou ainda pela alta taxa de participação em redes ou fóruns e movimentos sociais.

Em análise feita sobre os dados do primeiro mapeamento, Gaiger (2007) buscou, com a construção de hipóteses e coeficientes, evidenciar a existência de práticas do que chamou de “baixo solidarismo”. Entre as hipóteses estavam a inexistência de órgãos colegiados de decisão, a contratação de força de trabalho de forma permanente e a falta de participação social e política. O autor também criou coeficientes de baixo solidarismo e do que seria o “alto solidarismo”. Concluiu que:

Os empreendimentos não estão rentes ao chão, próximos aos patamares mínimos, mas tampouco concentrados no topo. A sua grande maioria nem apresenta características negativas, contrárias ao empreendedorismo solidário, nem se destaca por características de alto desempenho. À luz do instrumento de análise aqui utilizado, eles estão acima do ponto crítico e abaixo do ponto ótimo: distribuem-se pelo gradiente existente entre esses dois níveis, com práticas variáveis, mas efetivas de economia solidária. (Gaiger, 2007, p. 459)

Os dados apresentados sugerem que, em boa parte das experiências, ao menos em mais da metade, há indícios de que os EES apresentam algumas das características principais do projeto político da economia solidária, possuem elementos que apontam para a busca do exercício da autogestão e configuram-se em práticas con-

cretas de experimentação de uma nova forma de organizar o trabalho. É, entretanto, ainda muito frágil o peso dessas iniciativas na economia nacional, sendo a participação na indústria inferior a 2% das experiências, com um alto índice de atividades de subsistência e produção artesanal. Esses dados indicam a incipiência dessas iniciativas e apontam vulnerabilidades no sentido da economia solidária configurar-se em um sistema alternativo ao capitalista.

Ainda cabe questionar a parcela significativa das experiências que não realiza assembleias ou reuniões gerais ao menos trimestralmente (25,4%), assim como os casos em que a eleição de diretores não foi uma das formas de participação apontadas no mapeamento (40%). Uma das possíveis respostas, como constatado por Culti et al. (2010), é de que pouco menos da metade dos EES possui organização administrativa muito simples. Nesses casos, pode ser que não haja a figura de coordenadores e diretores, nem de presidentes dos empreendimentos; ou ainda devido à possível proximidade dessas iniciativas das práticas de empreendimentos familiares.

Como hipótese a ser explorada em análises futuras, parece que uma parcela considerável das experiências mapeadas não se diferencia das práticas que são agrupadas pelos conceitos de economia popular e economia social, das práticas individuais ou familiares ou das práticas em que não ocorrem efetivamente uma gestão coletiva, mas diferencia-se, entretanto, de empresas privadas por se pautar na lógica da “reprodução ampliada da vida”, para utilizar os termos de Coraggio (2007b). Essa hipótese, contudo, carece de um estudo mais aprofundado sobre as experiências mapeadas.

Ainda, como elementos da realidade que explicitam um projeto político em andamento, cabe citar dois fatos que foram protagonizados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Ambos sinalizam que há um posicionamento do movimento que tenta afirmar a identidade da economia solidária. O primeiro foi desencadeado pelo Projeto de Lei nº 865, encaminhado ao congresso em março de 2011 pela Presidência da República, que propunha a criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa e colocava a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) dentro dele. A partir de um pleito do FBES e de 28 parlamentares, em menos de dois meses realizaram-se 23 audiências públicas em 22 estados do Brasil, envolvendo mais de 2.500 pessoas, segundo informações do portal do FBES. Os debates ocorridos sinalizaram a afirmação da identidade da economia solidária, diferenciando-a do caráter das micro e pequenas empresas,¹² e o resultado dessa campanha acabou sendo positivo, já que

¹² Apesar de existirem organizações que eram favoráveis à mudança, pleiteando que o nome do ministério incluísse a economia solidária.

o governo solicitou a retirada das instâncias da economia solidária desse projeto de lei.

O segundo fato foi gerado, principalmente, pela tentativa de incorporação do discurso da economia solidária em projetos de responsabilidade social empresarial. Em 29 de junho, o FBES divulgou o seguinte manifesto:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem a público se manifestar sobre iniciativas no tema da economia solidária que ocorrem por parte de empresas e corporações capitalistas.

A economia solidária que defendemos e praticamos, reafirmada junto com a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária da América Latina e Caribe (Ripess-Lac), não é a economia que empresas como Camargo Correa, Votorantim, Cargil, Monsanto, entre tantos outros conglomerados capitalistas, desenvolvem na sociedade e no meio ambiente. A economia solidária que defendemos não se promove e não se confunde com empreendedorismo e responsabilidade social empresarial, com iniciativas do terceiro setor ligadas a estas empresas por institutos ou pelo assistencialismo.

É fundamental que a sociedade faça a reflexão sobre o que é economia solidária e o que é sustentabilidade, mas negamos que tais debates mascarem as causas reais sobre o porquê nossa sociedade é hoje marcada pela desigualdade, pela produção e consumo insustentáveis sobre a Terra e pela exploração. A sociedade precisa refletir e denunciar o que empresas como a Camargo Correa e tantas outras geram em nosso planeta, o que está por trás da dita responsabilidade social que ora se projeta.

Somos contra o trabalho precário ou escravo, contra a reprodução do capital, contra a lógica das grandes corporações. Defendemos o fortalecimento do movimento social da economia solidária nos seus princípios: da organização autogestionária, autônoma e emancipada dos trabalhadores/as associados, pelo bem viver, contra a mercantilização da vida, contra a mercantilização da terra, das sementes, do conhecimento e da água.

Seguimos em defesa dos bens comuns, da justiça, da autogestão, da solidariedade entre os povos e pela sustentabilidade em sentido pleno!¹³

É perceptível que o projeto político, por vezes, fala mais de uma realidade que se quer alcançar que de uma realidade concreta, conferindo às experiências de economia solidária um potencial econômico e político que ainda não foram comprovados na prática. Isso pode soar negativo se a percepção do hiato existente representar

¹³ Disponível em: <www.fb.es.org.br>. Acesso em: 15 jul. 2012.

um processo de rejeição das experiências diante da idealização inicial. Entretanto, o conteúdo ideológico do projeto, quando discutido a partir das contradições da realidade que se impõem, é importante para influenciar as práticas das instituições envolvidas com o movimento de economia solidária. Os dois casos acima relatados são exemplos de como um posicionamento político do movimento de base tem condições de interferir nas práticas das experiências.

A DESCONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alguns estudos, porém, apontam na direção contrária. Não só refutam as ideias de que existe uma nova racionalidade econômica e um novo modo de produção, como também acreditam que a proposta da economia solidária é funcional ao sistema capitalista.

Barbosa (2005) considera que a economia solidária pode até apresentar um modo de produzir, mas não um modo de produção. Tal posição está ancorada na ideia de que a economia solidária não está dissociada do capitalismo, uma vez que está subordinada ao mercado e ao processo de valorização capitalista. Por serem raras as experiências de cadeias produtivas autônomas, a lógica organizacional e o ritmo produtivo são regidos pelo mercado, que, para a autora, tende a interagir com os EES para subcontratá-los e diminuir os custos de reprodução do trabalhador, numa alusão à terceirização de atividades das empresas.

Wellen (2008) acredita haver uma mistificação promovida pelos representantes da economia solidária os quais desconsiderariam a fase monopolista do sistema hegemônico, ao não perceberem suas determinações, e estariam propondo uma interface mais harmoniosa com o capital, evitando o confronto direto. O autor desenvolve os argumentos que justificam sua afirmação de que a economia solidária representa uma forma de legitimação do sistema capitalista e um retrocesso na luta dos trabalhadores. Para o autor, o principal erro em que incorrem os teóricos da economia solidária é de não inseri-la na totalidade social, ou seja, não perceberem o fato das experiências serem determinadas pelo modo de produção em que estão submetidas: “Tanto no interior da organização, assim como na íntima subjetividade de cada integrante da organização de ‘economia solidária’, constam vários rebatimentos das determinações sociais provenientes da estrutura econômica e social” (Wellen, 2010, p. 65).

A partir de dados do mapeamento de economia solidária, o autor reforça a fragilidade econômica das iniciativas e a dependência econômica que possuem em relação às empresas capitalistas e ao Estado. Dependência essa que impossibilitaria qualquer afirmação de que se trata de um sistema alternativo.

Compreender a totalidade social em que estão inseridas as experiências de economia solidária certamente é relevante, assim como é pertinente a crítica com relação à mistificação do projeto da economia solidária, que pode ser observada, segundo Wellen (2010), na tendência de uma supervalorização das experiências individuais. Entretanto, não há novidade nessa crítica. Gaiger (2004), um dos autores que Wellen chamaria de representante da economia solidária, diz que os EES sofrem uma dupla subordinação à economia capitalista, por estarem sujeitos a sua lógica de acumulação e regras de intercâmbio, e também pela necessidade de utilizar de sua base técnica.

Wellen (2010), para defender sua tese central, parece descumprir alguns procedimentos metodológicos que anuncia. Ao mesmo tempo que afirma que o que determina a função social de qualquer objeto de pesquisa não são os discursos proferidos por seus representantes, dialoga, em muitos momentos da tese apenas com as teorias anunciadas pelo professor Paul Singer.

O autor também anuncia que não busca identificar qualidades específicas ou singulares das organizações, mas não deixa de citar casos isolados, cuja relevância dentro do movimento de economia solidária se desconhece,¹⁴ para defender seu argumento central. Mesmo a título de exemplo, tal procedimento se assemelha ao que o autor critica quando fala de uma “atribuição supervalorizada aos sentidos individuais” (Wellen, 2010, p. 43).

Apesar de Wellen (2010) acertar ao dizer que as referências ideológicas da economia solidária nem sempre são questionadoras ao modo de produção capitalista,¹⁵ há em sua tese a ausência de autores que, de dentro do movimento de economia solidária, produziram críticas aos argumentos centrais que ele apresenta, como os trabalhos de Novaes (2007) e Sardá de Faria (2011),¹⁶ o que dá ao leitor uma impressão parcial das discussões acerca desse tema. Alguns outros dados da realidade, que foram esquecidos também, não podem deixar de ser mencionados, como a total ausência em sua tese de referências ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que é, desde 2003, o principal espaço de articulação entre empreendedores, assessores e membros do poder público que participam do movimento de economia solidária.

¹⁴ Como quando cita um caso da Instituição Comunitária de Crédito Portosol (Wellen, 2010).

¹⁵ Como afirma Cruz (2006), economia solidária é uma expressão conceitual em disputa. Não apenas entre os que divergem sobre o potencial transformador desse projeto, mas dentro do próprio movimento de economia solidária.

¹⁶ Este autor, que durante muitos anos trabalhou na Secretaria Nacional de Economia Solidária, defende a tese de que a economia solidária e o novo cooperativismo podem significar uma metamorfose da relação capital-trabalho, mas não a sua superação: “uma mudança nas relações de propriedade, certamente, porém com a manutenção das relações sociais de produção que fundam o capital e a sociedade contemporânea” (Sardá de Faria, 2011, p. 31).

Cabe ainda comentar algumas informações ou análises equivocadas do autor. Por mais que haja teóricos que escrevam sobre economia solidária que possam partilhar da visão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),¹⁷ não se pode confundir as ideias com os fatos, como o próprio autor sugere. Há uma clara cisão entre as instituições que participam da economia solidária e essa organização, assim como a Economia de Comunhão não é uma experiência peculiar de economia solidária, como diz o autor. São conceitos distintos e práticas distintas.

A fragilidade das iniciativas de economia solidária é uma realidade. Corroboro a ideia de que nas relações sociais de produção de qualquer organização, assim como nas vidas pessoais, incidem valores do modo de produção capitalista, mas não compartilho da concepção de que as práticas no interior de uma unidade produtiva estejam predeterminadas pelo modo de produção hegemônico. Wellen (2010) sugere que o projeto de economia solidária é um impeditivo às revoltas organizadas pelos trabalhadores, escurecendo o horizonte revolucionário. Essa é uma afirmação dogmática, que desconhece a realidade vivida pelos trabalhadores da economia solidária, os quais, em geral, não tiveram uma prática militante anterior nem poderiam ter seus horizontes revolucionários mais obscurecidos do que já eram.

Menezes (2007) e Germer (2006) também apresentam concepções similares às de Wellen. A primeira sugere que o projeto da economia solidária é conciliador e funcional para a sedimentação da hegemonia do capital por estar em sintonia com as recomendações dos organismos multilaterais, contribuindo para a hegemonia norte-americana, por reforçar a ideia do “faça você mesmo”. Germer (2006) é ainda mais explícito em sua proposta política ao afirmar que a adoção da estratégia da economia solidária atua em contraposição à luta pelo poder do Estado, este que é, para ele, um terreno em que as condições são mais favoráveis aos trabalhadores.

É no mínimo curioso que iniciativas tão frágeis, tratadas por vezes com menosprezo,¹⁸ sejam tratadas ao mesmo tempo com a capacidade de contribuir para a hegemonia norte-americana. Apesar do apelo por uma crítica marxista, constata-se que tais investidas carecem profundamente de uma base concreta capaz de validar suas formulações teóricas.

As críticas provenientes do que hoje se denomina Movimento de Fábricas Ocupadas apresentam maiores bases materiais de discussão, uma vez que analisam o isolamento de determinadas experiências de economia solidária. Essa crítica se dá a partir de experiências concretas vivenciadas por seus teóricos e apresentam uma alternativa ao projeto da economia solidária, que é a estatização de empresas sob

¹⁷ Ou cometer deslizes sobre a obrigatoriedade de filiação nesta entidade, que pareceu ser o caso.

¹⁸ Germer (2006, p. 206), por exemplo, fala das cooperativas de artesãos como uma reunião de pequenos produtores autônomos em decadência, que representariam nada mais que “esquemas paliativos destinados a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes”.

controle operário. Mais que uma bandeira distinta, seus protagonistas têm praticado uma relação mais próxima dos demais movimentos sociais, o que pode trazer contribuições para o debate dos rumos do movimento de economia solidária.

Também muito presente nas críticas dirigidas às experiências de economia solidária está a questão dos direitos trabalhistas. Para Barbosa (2005), o apoio do Estado a essas iniciativas devem-se ao descomprometimento com a perspectiva social de universalização de direitos, referindo-se, especificamente, ao trabalho assalariado. Além disso, a autora reproduz o argumento de que a vinculação do Estado ao movimento de economia solidária tenta desviar as lutas sociais da reconceituação do trabalho.

É importante ressaltar a pertinência da observação da autora sobre o processo de precarização das relações trabalhistas por meio da formação de cooperativas, que nada fazem além de intermediar o trabalho. Há muitos casos também, como ressalta Leite (2009), em que empreendimentos que surgiram com os ideais autogestionários são desvirtuados de suas intenções originais na medida em que vão estabelecendo vínculos com redes empresariais. Tal fato é compreensível na medida em que a associação de trabalhadores se dá muito mais pela falta de perspectivas de emprego regular ou como alternativa ao desemprego do que pela convicção de um trabalho autônomo e emancipador (Lima, 2007). Entretanto, é necessário compreender que as cooperativas de intermediação de trabalho e as que perderam as características da gestão coletiva não pertencem ao heterogêneo quadro dos EES. Mais que a forma cooperativa, o que distingue essas iniciativas é a prática da autogestão, ou a sua tentativa.

Com relação ao argumento da luta pelo trabalho assalariado, cabe indagar se este teria condições de atender à demanda de emprego no país e se as práticas de economia solidária não podem representar um desejo de trabalhar de outra maneira, na busca de alternativa às relações sociais engendradas pela heterogestão.

Entre a dualidade dos que idealizam as potencialidades da economia solidária e os que renegam sua importância, adoto a cautela de Márcia de Paula Leite (2009, p. 39) que diz que

embora não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa, elas são parte da nossa história e vêm deixando marcas importantes em nossa sociedade ao promover a solidariedade e a autonomia. Nesse sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho.

Não há como negar que os EES têm a potencialidade de construir novas formas de sociabilidade, como, por exemplo, as novas relações que muitas mulheres

estão tecendo no âmbito familiar. Com forte participação feminina – sobretudo nos pequenos empreendimentos, de até dez participantes, segundo o Sies –, a economia solidária representa, em determinados casos, a emancipação na vida conjugal para mulheres que nunca trabalharam fora de casa, conforme observa Araújo (2009).

Essas potencialidades são limitadas, mas não inexistentes. Renegá-las ou diminuí-las faz parte de uma visão míope acerca das possibilidades de transformação social. As suas fragilidades são decorrentes, como sugerem Santos e Rodríguez (2005, p.26), de seu caráter antissistêmico. Assim como esses autores, busco uma “perspectiva que interprete de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas baseadas em princípios não capitalistas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas apontadas por Márcia de Paula Leite (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2007) refletem bem a forma como o Núcleo de Solidariedade Técnica atua dentro do movimento de economia solidária, embora haja espaços para termos visões distintas dentro do Núcleo. Sem termos clareza do ponto de chegada e da potencialidade dessas experiências, acreditamos na importância de compreendê-las e impulsioná-las por apresentarem elementos inovadores com relação à economia do capital.

A combinação de uma perspectiva crítica com a utópica, sem perder de vista as condições reais das práticas de economia solidária, é importante para a construção de um projeto político emancipatório que possa direcionar para a conquista das políticas públicas desejadas pelo movimento e evitar a apropriação do conceito por ideólogos do sistema capitalista. Entretanto, ter um projeto político que aponte para onde se quer chegar não pode ignorar as fragilidades existentes e as limitações impostas pelo sistema do capital. Da mesma forma, a perspectiva crítica não deve imputar aos trabalhadores um peso que eles não têm condições nem interesse de carregar, muito menos deve refutar as experiências realmente existentes pelo simples fato de elas não se enquadrarem em esquemas teóricos previamente formulados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda Santos. *Economia solidaria e autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTO-GESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG) (org.). *Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

CORAGGIO, José Luis. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (org.). *Economia dos setores populares: Sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007a.

_____ (org.). *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007b.

COSTA, Ricardo; KRAYCHETE, Gabriel. Introdução. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (org.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 9-18.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade: a dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Miti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. *Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários*. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DEFOURNY, Jacques. Economia social. In: CATTANI, Antônio David et al. (coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009. p. 156-161.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. As emancipações no presente e no futuro. In: _____ (org.). *Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 371-402.

_____. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, ano 2, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007. p. 444-465.

GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Revista Outubro*, n. 14, p. 1.193-1.214, 2006. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

HENRIQUES, Flávio Chedid. *Assessoria a empreendimentos de autogestão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, São Paulo, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jan. 2013.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade do Estado de São Paulo, v. 21, n. 1, p. 113-132, São Paulo, 2007.

MACDONALD, José Brendan. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, Cezar Nonato; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco (org.). *Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos*. Maceió: Edufal, 2005. p. 42-60.

MENEZES, Maria Theresa Cândido Gomes de. Economia solidária: elementos para uma crítica marxista. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: questão social e desenvolvimento no século XXI, ano 3, 2007, São Luís. *Anais...* São Luís: UFMA, 2007.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. *Trajetórias e transformações no mundo da economia solidária*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NASCIMENTO, Claudio. *A autogestão e o novo cooperativismo*. Texto para discussão da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

NOVAES, Henrique Tahan. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 474-508.

RAZETO MIGLIARO, Luis. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: CORAGGIO (org.). *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 317-338.

RUFINO, Sandra. *(Re)fazer, (re)modelar, (re)criar: a autogestão no processo produtivo*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o canône da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-78.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: UFSC, 2011.

SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não capitalista. *Teoria e Debate*, revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, n. 32, jul./ago./set. 1996.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 110-130.

_____. Prefácio: um olhar diferente sobre a economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 5-9.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da “economia solidária”. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 1, p. 105-115, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=179613968010>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

WELLEN, Henrique André Ramos. *Para a crítica da “economia solidária”*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA¹

Fernanda Santos Araújo

A temática da economia solidária (ES) ganhou importância no cenário brasileiro a partir da década de 1980, quando a reestruturação do sistema produtivo mundial trouxe à tona o problema do desemprego estrutural. A partir daí, uma série de iniciativas associativas já em curso passaram a ocupar espaço na pauta de movimentos sociais, instituições governamentais, grupos acadêmicos e intelectuais, organizações do terceiro setor e até mesmo programas de responsabilidade social corporativa.

Um movimento que teve origem nas bases do Partido dos Trabalhadores (PT) e da organização sindical fez surgir, com a eleição do presidente Lula, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).² Mais tarde, foram criadas ainda outras secretarias ministeriais, estaduais e municipais específicas para a temática, assim como fóruns de debate e construção de políticas nessas outras esferas.

Além disso, a proposta desperta o interesse de outros movimentos sociais, como os movimentos ecológicos e ambientalistas, movimentos de gênero e etnia, movimentos de luta pela terra e moradia, etc. Também desempenham papel de destaque na recente história da economia solidária organizações do terceiro setor como Pacs,

¹ Este capítulo é um extrato da dissertação de mestrado *Economia solidária e autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado* (Araújo, 2009). Na dissertação, a base teórica apresentada foi utilizada como referência para análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado localizados no estado do Rio de Janeiro.

² Para mais informações históricas sobre a economia solidária no país, sugere-se Nascimento (2000).

Cáritas, Ibase, Fase, Cedac e Capina.³ No campo acadêmico, já são cerca de cinquenta Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) vinculadas a universidades e institutos de formação técnica, além de outros grupos de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a organização dos trabalhadores e a formação profissional e assistência técnica para grupos populares, e assim, participando da sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema.

O que, portanto, esse conjunto tão heterogêneo de atores busca com esse movimento? As respostas variam, girando em torno de algumas questões-chave como: geração de trabalho e renda, inclusão social, desenvolvimento local sustentável, melhoria da qualidade de vida, justiça social e ambiental, direitos humanos, comércio justo, consumo ético, cidadania, emancipação do trabalhador e autonomia – sem falar de fins eleitorais, muitas vezes vinculados a projetos dessa natureza – além de programas de “responsabilidade social” corporativa, que estão preocupados, de fato, apenas com o marketing da empresa.

Essa diversidade de formas e objetivos tomados pelos atores que se intitulam como pertencentes à ES gera uma confusão em torno do termo que permite sua apropriação indevida por aqueles que pretendem utilizá-lo para “tapar o buraco” da pobreza e da miséria que o sistema de produção capitalista está constante e progressivamente cavando para a massa de trabalhadores rurais e urbanos, sem questionar as bases do sistema e sem, portanto, chegar à raiz do problema. Sendo assim, em primeiro lugar, faz-se mister buscar maior clareza, tanto no que tange à compreensão sócio histórica do fenômeno, quanto em relação à formulação de um conceito que reflita uma proposta viável e, de fato, transformadora.

Para nós, a ES não deve se limitar à proposição de soluções imediatas para a situação de pobreza e miséria da população diante do problema crônico do desemprego estrutural. Entendemos que uma solução efetiva para essa situação só é possível se pensada em um projeto de longo prazo, que tenha como requisito fundamental a contestação de verdades – relativas à forma de organização da sociedade e da produção – instituídas pelas sociedades passadas e tomadas pela sociedade atual como universais e imutáveis, e o reconhecimento do caráter historicamente criado do homem e de suas leis.

A economia solidária não deve ser entendida como uma proposta concreta e acabada, como uma cartilha que orienta a população a organizar o trabalho e a produção desta ou daquela maneira. Mas, sim, como um percurso político-pedagógico que, a partir da *experimentação de novas relações sociais de produção*, pode

³ Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac); Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina).

contribuir com a *formação de indivíduos e coletividades autônomas*, capazes de construir suas formas de vida próprias na interação com o mundo ao seu redor.

Essa construção conceitual é resultado de uma leitura da obra de Cornelius Castoriadis, em especial no que tange à sua contribuição com o tema da autonomia, dialogada com um breve resgate da história da economia solidária no Brasil, bem como do debate conceitual que a acompanhou. Apontamentos extraídos dessa obra foram úteis para a análise das experiências em curso nos dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescados estudados pela autora na referida dissertação de mestrado e podem ser apropriados para estudos futuros.⁴

AUTONOMIA

As diferenças físicas, intelectuais e morais não passam, para Descartes, de “acidentes” de uma essência comum. Tal essência, Descartes deduziu-a da qualidade que possui todo homem de querer sem medida; em outros termos, [...] o homem sente no fundo de si uma “vontade infinita”. Quando experimentamos frequentemente os limites de nossa força, de nossa memória ou de nossa inteligência, “não resta” – escreveu Descartes [...] – “senão a vontade única que sinto, em mim, tão grande, a tal ponto que não admito a idéia de haver outra maior e mais extensa”. Esse infinito, não certamente na ação, mas no pensamento, é característica de todo homem; é a razão profunda da igualdade das pessoas, pois nenhum infinito pode ser maior que outro. (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 48-49)

Autonomia é uma expressão de uso corrente, que pode ser utilizada para definir uma relação, um indivíduo, uma organização ou uma sociedade. Sua aplicação em situações variadas, com significados distintos, gera confusões em torno do conceito, o que nos traz a preocupação de defini-lo com precisão antes de iniciar uma reflexão sobre as possibilidades de formação de sujeitos autônomos a partir de novas relações sociais de produção.

A palavra autonomia tem origem grega: *autós*, significando “o próprio”; *nómos*, significando “lei”. Ou seja, a análise etimológica do termo leva a sua definição “dar-se a lei a si próprio” ou “guiar-se por suas próprias leis”. Há que se diferenciar, no entanto, a autonomia individual da autonomia em sua dimensão social.

⁴ Na dissertação, soma-se a essa base teórica, o conceito de “associação autonomista” desenvolvido por João Roberto Lopes Pinto (2004) também com importante contribuição para análise dos casos. Aos interessados em aprofundar o estudo sobre economia solidária e autonomia, recomenda-se a leitura deste autor.

Para traçar uma definição de autonomia individual, Castoriadis (1982) opõe o consciente ao inconsciente, e diz que a autonomia consiste no domínio do primeiro sobre o segundo. Assim, se a autonomia é a legislação por si mesmo, seu oposto, a heteronomia, é a legislação pelo outro, em que o outro é “um outro em mim”.

Para ele, “o inconsciente é o discurso do Outro” e “a autonomia torna-se então: meu discurso deve tomar o lugar do discurso do Outro” (Castoriadis, 1982). O que não implica na eliminação pura e simples desse outro e seu discurso, mas sim na elaboração de um discurso próprio a partir de uma instância ativa e lúcida que reorganiza constantemente as ideias, com base na entrada de novos conteúdos. Trata-se de uma situação permanentemente ativa, e não de um estado concluído. Não se vislumbra uma tomada de consciência efetuada para sempre, mas sim uma outra relação entre o consciente e o inconsciente, ou uma outra atitude do sujeito em relação a si mesmo e a outros.

Marilena Chaui (2002, p. 338) resume brilhantemente essa definição quando diferencia o sujeito passivo do sujeito ativo:

Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade.

Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo.

Essa conceituação implica na afirmação de que não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos. Sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva, pois a autonomia individual requer uma relação em que o outro está sempre presente como alteridade do sujeito. Dito de outro modo, o outro aparece “como constitutivo do sujeito, de seu problema e da sua possível solução” (Castoriadis, 1982).

Então, partimos para a definição da autonomia no plano coletivo, ou na sua dimensão social. No plano coletivo, a autonomia diz respeito à presença de instituições sociais que permitam a existência de indivíduos autônomos. Souza (2006) diz que a autonomia coletiva pode ser entendida “como um sinônimo de *democracia radical*, também expressável como *autogestão*” (grifos do original).

Mas que instituições sociais seriam essas que permitiriam a existência de sujeitos autônomos, que poderíamos chamar de democracia radical ou autogestão?

A resposta de Castoriadis é que essas instituições não existem e nem poderiam existir de forma pronta e acabada. Elas não podem ser antecipadas, projetadas, pré-concebidas. Elas devem ser construções que jamais podem dar-se por concluídas, pois, uma vez estabelecidas suas leis, suas regras e suas formas, estas tendem a autonomizarem-se.

Isso porque as instituições possuem suas lógicas próprias, que ultrapassam suas funções, suas finalidades e suas razões de ser. Como assinala Castoriadis (1982), “as evidências se invertem; o que podia ser visto ‘no início’ como um conjunto de instituições a serviço da sociedade, transforma-se numa sociedade a serviço das instituições”.

Portanto, quando Castoriadis fala de instituições que permitam a existência de sujeitos autônomos, ele não está se referindo a uma forma institucional, mas sim a um processo. Um processo de autoinstituição permanente da sociedade, por meio da atividade autônoma e lúcida dos homens, em que juntos possamos discutir e refazer a todo momento nossas regras de acordo com as nossas necessidades e prioridades. A supressão da heteronomia é, segundo este autor, “a modificação da relação da sociedade instituída com sua instituição, a ruptura da submissão da sociedade em relação a sua instituição” (Castoriadis, 1983c).

Acrescente-se ainda que a instituição da sociedade é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, instituição real-material e instituição de uma significação imaginária social. O conjunto articulado dessas significações imaginárias sociais é aquilo que confere sentido ao mundo. Ele forma o imaginário da sociedade, no interior do qual os indivíduos são socializados e modelados enquanto seres sociais. Esse conjunto “fabrica” os indivíduos como membros desta sociedade particular.

Em virtude do imaginário da sociedade heterônoma,

as pessoas são definidas, concebidas e ‘tratadas’, reciprocamente e por si mesmas como, ‘superiores’ e ‘inferiores’ segundo uma ou várias relações de ordem socialmente instituídas. A interiorização por cada um e por todos desse dispositivo hierárquico, mais ainda: a impossibilidade, quase, para cada indivíduo de pensar em si mesmo e nos outros, isto é, de existir social e psicologicamente sem se situar num ponto qualquer dessa hierarquia, foi e continua sendo uma pedra angular das sociedades ‘históricas’. (Castoriadis, 1983b, p. 279)

A autoinstituição permanente da sociedade passa, portanto, pela contestação das significações sociais imaginárias instituídas – pela “destruição das significações sociais tradicionais, herdadas e instituídas, do *poder político*, de um lado, e da

produção e do trabalho, de outro” (Castoriadis, 1983b, grifos do original) – e pelo reconhecimento do caráter historicamente criado da instituição.

“Políticos” e intelectuais, supostamente buscando construir uma sociedade livre e justa, porém frequentemente raciocinando de acordo com a velha lógica, vacilam ao propor regras universais e abstratas, acreditando em uma única forma possível de solução para os problemas. Castoriadis (1955) lembra que, seja qual for o problema, sua solução só é possível se “for uma solução concreta que implique a participação permanente do conjunto organizado dos trabalhadores”.

Para Castoriadis (1955), a classe trabalhadora só pode se libertar exercendo seu próprio poder. Ela deve “encontrar em si mesma, ao mesmo tempo, a vontade e a consciência da transformação necessária da sociedade”. O autor acredita na transformação social a partir do agir espontâneo das massas, ou seja, do agir baseado na sua experiência social e histórica. A espontaneidade aqui não se opõe à consciência; também não é contrária à organização. Ela questiona sobre *qual* organização e a organização *de quem*. A ação espontânea visa justamente à organização, mas não à organização baseada em uma teoria abstrata. Ela é a auto-organização, como processo, e não como um estado acabado (Castoriadis, 1983b, p. 268).

Não que o povo tenha enfim descoberto “a” forma apropriada de organização social; mas ele se dá conta de que esta “forma” é a sua atividade de auto-organização, de acordo com a sua compreensão da situação e dos fins que ela se fixa a si mesma. [...] A “espontaneidade” não designa aqui nenhuma outra coisa senão a atividade criadora social-histórica na sua expressão mais elevada, aquela que tem por objeto a própria instituição da sociedade.

A proposição de soluções prontas, de formas acabadas de organização da sociedade, estaria reproduzindo o que, para Castoriadis (1955, p. 58), é o aspecto fundamental do conflito da sociedade de classe, ou seja,

a limitação e, no final das contas, a tentativa de supressão do papel humano do homem no domínio da produção. E o fato de o homem ser expropriado do comando de sua própria atividade, tanto individual quanto coletivamente. Pela sua submissão à máquina e, através dela, a uma vontade abstrata, estranha e hostil, o homem é privado do verdadeiro conteúdo de sua atividade humana, a transformação consciente do mundo natural.

Para ele, o que de fato fundamenta a divisão da sociedade em classes são as relações efetivas de produção, e não as formas jurídicas de propriedade ou os métodos de gestão da economia global adotados pela classe dominante. Sua superação impõe a necessidade de construção de relações sociais de produção autônomas, ou seja, em que o conjunto de produtores decide sobre o que produzir e como organizar a

produção – o que Guillerme e Bourdet (1976) chamaram de autogestão e que não se limita à esfera da produção, implicando uma transformação radical da sociedade em todos os planos – e sobre a forma de organizaleticamente ligados; política, economia e vida social.

A formação de indivíduos, coletivos e sociedades autônomas requer a abolição da “*divisão* estabelecida da sociedade e [d]a *separação essencial* entre os principais campos da atividade coletiva” (Castoriadis, 1983b, grifos do original). Busca-se não somente a abolição da divisão e da separação entre dirigentes e dirigidos e entre especialistas e não especialistas, mas também da divisão e da separação entre uma estreita esfera política e o resto da vida social, principalmente o trabalho e a produção.

Evidentemente, a abolição da divisão e da separação essencial não significa “o advento de uma ‘identidade’ indiferenciada de cada um e de todos, de uma sociedade ‘homogênea’” (Castoriadis, 1983b), pois se a afirmação de universais abstratos – “cidadão”, “proletário”, “consumidor” – implica a explicitação “negativa” das diferenças e a reafirmação da separação entre os indivíduos, a abolição da divisão e da separação essencial deve implicar o reconhecimento positivo das diferenças.

Desde que tenham sentido uma competência e um saber especializado, estes não devem ser eliminados, uma vez que técnicos, engenheiros, advogados, contadores, médicos, jornalistas, etc. pertencem ao coletivo. Eles podem e devem manifestar suas opiniões como membros desse coletivo e em sua capacidade técnica específica, afinal “a autogestão exige a cooperação entre aqueles que possuem um saber ou uma competência particulares e aqueles que assumem o trabalho produtivo no sentido estrito” (Castoriadis, 1983a), porém eles não se tornam dirigentes. Cabe à totalidade do coletivo decidir sobre o quê e como fazer, pois nenhum saber e nenhuma competência podem ser colocados acima da opinião dos trabalhadores, baseada nas suas experiências, necessidades e desejos.

Portanto, quando se trata da igualdade, não significa a homogeneização total da sociedade, não significa suprimir as diferenças ou alteridades da sociedade, mas sim, suprimir a hierarquia política, a divisão da sociedade como divisão do poder e do não poder. É a igualdade efetiva concebida em sentido social, instituído: igualdade de direitos, de deveres e de participação no poder instituído.

A igualdade, nesse sentido, implica a liberdade, e vice-versa. A liberdade aqui está ligada à capacidade de ação, é liberdade “efetiva, social, concreta: [...] do espaço de movimento e atividade o mais amplo possível assegurado ao indivíduo pela instituição da sociedade” (Castoriadis, 1983c). Como propõe Souza (2006), a liberdade não se resume a uma “liberdade” privada – “como um mero atributo da vontade individual, sobre a base do individualismo egoísta e ensimesmado”.

A liberdade é, também, liberdade para estar com outros e fazer com os outros, levando em consideração as necessidades coletivas, que não se redu-

zem a um simples agregado de vontades e preferências individuais. [É] liberdade para se informar confiavelmente, atuar e decidir sobre os negócios de interesse coletivo.

Uma sociedade autônoma implica em indivíduos autônomos, necessariamente livres e iguais. Pois, se poder é a capacidade de levar alguém a fazer aquilo que, de outro modo, com conhecimento de causa, não teria desejado fazer, como se pode ser livre sem igualdade de poder?

Somente homens iguais podem ser livres e somente homens livres podem ser iguais. Uma vez que na sociedade necessariamente existe poder, aqueles que não participam desse poder em pé de igualdade estão sob a dominação daqueles que participam e o exercem, e portanto não são livres. (Castoriadis, 1983c)

Assim, o autor define uma sociedade livre como aquela onde o poder se exerce efetivamente pelo conjunto de todos os indivíduos adultos, ou, “por uma coletividade da qual todos efetivamente participam na igualdade” (Castoriadis, 1983c).

Mas participar não é somente decidir sobre questões triviais, é participar do poder instituinte. É a participação ativa em todas as esferas da vida. E decidir é decidir por si mesmo, com conhecimento de causa, com disponibilidade de informações, e não delegar (alienar) seu poder de decisão a outro, ao “especialista”, ao “profissional da política”, como acontece nas “democracias” atuais.

[...] a representação “política” tende a “educar” – isto é, a deseducar – as pessoas na convicção de que elas não poderiam gerir os problemas da sociedade [e de] que existe uma categoria especial de homens dotados de capacidade específica de “governar”. [...] Ela contribui, portanto, para a apatia política, o que, por sua vez, alarga na mente das pessoas o fosso entre a extensão e a complexidade dos problemas sociais e sua própria aptidão a enfrentá-los. (Castoriadis, 1983b, p. 275)

Portanto, após algumas décadas de “democracia” representativa (sem falar dos longos períodos ditatoriais), é preciso resgatar a capacidade de intervenção do ser humano. E para isso, deve-se propiciar uma ambiência onde o indivíduo possa pensar livremente, o que exige “a instituição de um espaço público de pensamento aberto à interrogação; [e] exclui imediatamente, com toda certeza, o estabelecimento da lei – da instituição – como imutável” (Castoriadis, 1983a).

Se concebermos o enfrentamento dos problemas da sociedade como tarefa de todos, entenderemos que os indivíduos devem ser educados para participar de suas soluções. Porém, na construção desse percurso educativo devemos considerar que,

sejam quais forem as formas institucionais da sociedade, elas jamais poderão garantir (obrigar) a participação efetiva das pessoas. Elas podem, no máximo, torná-la possível. O desenvolvimento da atividade autônoma do povo depende “da relação entre as questões discutidas e a existência concreta das pessoas e da diferença que as decisões tomadas trazem ou não às suas vidas” (Castoriadis, 1983b). A participação efetiva no exercício do poder requer o reconhecimento, por cada um, a partir de suas experiências concretas, de que sua existência cotidiana depende dessa esfera de ação e decisão. Essa constatação levaria à responsabilização coletiva pelos atos públicos.

Decorrem dessa leitura algumas pistas sobre a (auto-)organização da produção segundo os princípios da autonomia, que podem ser úteis para a análise de experiências em cursos nos empreendimentos da economia solidária. Evidentemente, não se pretende, com isso, propor uma forma de (auto-)organização⁵ da produção ideal e de validade universal, pois isso estaria em completo desacordo com tudo que foi dito até aqui.

A primeira delas diz respeito à organização das condições prévias (herdadas social e historicamente) do processo produtivo. A afirmação da autogestão da produção demanda uma transformação consciente da tecnologia para adaptá-la às necessidades e aspirações dos homens, tanto como produtores, quanto como consumidores. E demanda transformações também, e, sobretudo, dos “indivíduos presentes e futuros, [d]os seres humanos, [da] sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo” (Castoriadis, 1983c).

Um segundo aspecto da autonomia que se reflete na organização da produção faz referência à questão da disciplina.

A questão não é a de saber se é necessária a disciplina ou às vezes mesmo a coerção, mas qual disciplina, decidida por quem, controlada por quem, sob que formas e para quais fins. Quanto mais os fins a que serve uma disciplina forem estranhos às necessidades e aos desejos daqueles que devem realizá-los, mais as decisões que dizem respeito a estes fins e às formas da disciplina lhe serão exteriores e mais haverá a necessidade de coerção para fazê-los respeitar. (Castoriadis, 1983a, p. 216)

Dito de outro modo, quando nem o trabalho nem o seu produto pertencem ao trabalhador, quando ele se sente alienado e explorado, quando ele próprio não decide nem o quê, nem como, nem para que trabalha, o trabalhador não manifesta interesse espontâneo pelo trabalho. Por isso existe o aparelho hierárquico, com a

⁵ Nos próximos parágrafos deste capítulo, onde estiver escrito “organização”, leia-se também auto-organização.

função de hetero-organizar a coerção, impondo uma determinada forma de disciplina e igualmente uma forma de execução “correta” das atividades. Aliás, a hierarquia e a coerção coexistem de forma dialética: “É preciso que haja hierarquia para organizar a coerção – e é preciso que haja coerção porque existe a divisão e o conflito, isto é, também, porque existe hierarquia” (Castoriadis, 1983a).

Mas a disciplina não vem apenas como imposição do aparelho hierárquico. Já nos sistemas de produção heterogeridos, ela surge no interior dos grupos de trabalhadores muito mais discreta, porém não menos forte do que a imposta externamente. Os grupos envolvidos em uma tarefa comum sempre estabelecem (implícita ou explicitamente) normas de comportamento e uma pressão coletiva que os faz respeitar. Portanto, uma coletividade autogerida nunca vai ser uma coletividade sem disciplina. Na autogestão, o coletivo vai decidir sobre suas formas de disciplina e como cada um deve desempenhar seu papel no exercício do controle mútuo.

Um terceiro e último aspecto a ser observado refere-se à origem das motivações na organização da produção autônoma. Se, como dissemos há pouco, alienado o trabalhador não manifesta interesse espontâneo pelo trabalho, as motivações desse trabalhador tendem a ser oriundas, por um lado, da oferta de vantagens materiais, sobretudo financeiras, e, por outro lado, da perspectiva de alcance de degraus superiores na estrutura hierárquica, o que os confere maior poder (em uma sociedade em que o poder não é compartilhado igualmente por todos). Em situação oposta, como protagonista da sua atividade, o trabalhador não precisaria de sanções para motivar-se a trabalhar, “então outras motivações, que por sua vez possuam um valor social verdadeiro, poderão aparecer ou de preferência desabrochar: o interesse pelo próprio trabalho, o prazer de bem fazer o que se escolheu fazer, a invenção, a criatividade, a estima, e o reconhecimento dos outros” (Castoriadis, 1983a).

Por fim, antes de partimos para o diálogo entre essas ideias e o conceito de economia solidária, gostaríamos de resgatar uma ressalva feita por Marcelo de Souza (2006, p. 82) a respeito da obra de Castoriadis. Esse autor fala da conveniência de uma diferenciação entre autonomia “em sentido forte” e autonomia “em sentido fraco”.

Em “sentido forte” a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: o projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o “sentido fraco” refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmo (redistributivo, político ou outro), podem colaborar, político-pedagógicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro.

Para ele, a conquista da autonomia não é uma questão de tudo ou nada, podendo-se falar de “graus de autonomia”. Diante de certa ambiguidade na obra de Castoriadis a esse respeito, Souza (2006, p. 86) afirma que “vitórias e conquistas táticas podem significar muito mais que oportunidades para ganhos ‘materiais’: podem carregar, em seu bojo, uma dimensão *político-pedagógica* de valor potencialmente *estratégico*, por colaborar para organizar a sociedade”. Afinal, no momento atual, não é possível vislumbrar uma ruptura sem que se invista em um projeto de longo prazo na base de experiências alternativas de organização da produção e da sociedade: “[...] é preciso começar a construir o ‘depois de amanhã’ já ‘hoje’ e [...] é necessário investir, o máximo possível, no despertar maciço de uma consciência crítica e construtiva/propositiva, de uma consciência de direitos”.

Nesse sentido, queremos acreditar que as experiências desenvolvidas no bojo de empreendimentos econômicos solidários, pautadas pelos princípios da autogestão, podem estar gerando uma contribuição político-pedagógica para a transformação social por meio da organização dos trabalhadores em busca da construção de relações sociais de produção autônomas, “em sentido fraco” – é nessa concepção que utilizaremos esse conceito daqui por diante. Porém, para melhor avaliar essa possibilidade nos propomos, na sequência, a contextualizar e conceituar o que chamamos de economia solidária.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária surge no Brasil como resposta à situação de desemprego estrutural, como já mencionado, fruto da reestruturação do sistema produtivo mundial, a partir da década de 1980, agravada ainda pela intensificação da automatização da produção.

A desregulamentação financeira do final dos anos 1970 deu início ao fenômeno que ficou conhecido como globalização. Facilitada pelo avanço das tecnologias de informação, a flexibilização produtiva levou à desindustrialização dos países centrais, até mesmo dos ditos *em desenvolvimento*, como o Brasil e outros da América Latina, e à transferência das fábricas principalmente para países asiáticos, seja por vantagens logísticas ou, principalmente, pela oferta de força de trabalho mais barata (Furtado, 2000; Antunes, 1999).

A consequência mais imediata desse processo é a redução dos postos de trabalho formais nesses países, além do aumento da precarização do trabalho. Porém, outro importante efeito dessa reestruturação é a combinação de diferentes formas de organização da produção na composição do grande sistema de produção capitalista. Observa-se uma tendência de transferência das atividades menos qualificadas e com menor incorporação tecnológica para regimes de produção menos formais, com condições de trabalho cada vez mais precárias. As grandes empresas ficam

com as atividades mais especializadas e com maior aporte de capital, mantendo um pequeno número de trabalhadores no regime formal, enquanto a grande massa de trabalhadores expulsa das fábricas constitui um mercado informal (Pinto, 2004; Antunes, 1999). Como mostra Tiriba (2006), a reestruturação produtiva demanda trabalho *por conta própria* na composição da cadeia produtiva toyotista, que produz cerca de 75% dos seus bens e serviços do lado de fora das grandes empresas.

Esses dois polos compõem o sistema de produção capitalista em uma relação de interdependência mútua. Ou seja, as grandes empresas se aproveitam da situação de vulnerabilidade dos empreendimentos e empreendedores do mercado informal para cada vez mais explorá-los e assim reduzir seus custos e aumentar seus lucros. A maior vulnerabilidade econômica e a falta de uma estrutura de proteção social levam ao agravamento desses efeitos nos países *em desenvolvimento*.

A relevância desse mercado informal fica explícita nos dados do IBGE-PNAD de 2004, que mostram que, no Brasil, do total de 92,8 milhões de pessoas classificadas como economicamente ativas, 84,5 milhões (91%) estavam ocupadas e 8,2 milhões (9%) desempregadas. Entretanto, do total da população ocupada destacam-se 48 milhões (57%) de pessoas no chamado trabalho precário, em que se consideram os empregados sem carteira assinada, os trabalhadores *por conta própria*, os não remunerados e os que produzem para o autoconsumo (Kraychete, 2007).

Contrariando o discurso de prosperidade do empreendedorismo, esses trabalhadores *por conta própria* encontram-se em situação marcada pela precariedade. A renda média auferida nesse setor é inferior à gerada pelo trabalho assalariado. Cerca de 44% deles têm rendimentos de até um salário mínimo (Kraychete, 2007).

Nesse cenário de grande número de trabalhadores desempregados ou subempregados, (re)surge a ideia da associação de pessoas que buscam construir seus meios de vida por intermédio do trabalho. Partindo da perspectiva processual e dialética da história, não se pode identificar uma única origem datada e registrada para esse fenômeno social. Em geral, são

fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia. Tudo isto concorrendo para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão. (Lechat, 2002, p. 4)

O retorno à associação que observamos hoje encontra referências em momentos históricos anteriores, sempre coincidindo com situações de crise do sistema econômico hegemônico. Foi assim com o movimento do cooperativismo operário da Inglaterra do início do século XIX, após a aceleração do processo de industrializa-

ção da produção, reconhecido por Singer (2002) como a origem dos princípios e valores da economia solidária atual. Foi assim também que as cooperativas agrícolas e de poupança ganharam destaque na Europa após a crise dos anos 1873-1895, e que as cooperativas de consumo e habitação ressurgiram nos Estados Unidos após da depressão de 1929 (Lechat, 2002).

Entretanto, a natureza diferente das crises e as novas condições histórico-sociais (locais e regionais) definem particularidades em seus movimentos de resistência. O momento da crise da década de 1980, que deu origem à economia solidária atual, é marcado ainda por pelo menos três importantes aspectos.

O primeiro deles diz respeito à existência de movimentos sociais e entidades de mediação que reforçam a ideia de indissociabilidade entre o social, o econômico e o ambiental, e que asseguram a interlocução com agentes públicos, além de auxiliar na organização dos trabalhadores e contribuir com a geração e sistematização de conhecimento sobre a temática.

O segundo refere-se à queda do muro de Berlim, representando o fim de uma utopia socialista e abrindo espaço para formulação de novas utopias, que considerem o diálogo entre saberes, a valorização do local e do comunitário, e o respeito à diversidade cultural e à natureza.

Além disso, na América Latina, o fim de longos períodos ditatoriais, frequentemente truculentos, recoloca as questões dos direitos humanos e da democracia nas mais diversas esferas, inclusive na econômica. Observa-se a ascensão de diversos governos de esquerda que buscam o alargamento da participação popular em seus programas.

A favor da organização de uma economia solidária, Gaiger (2004, p. 374) destaca ainda a

presença de setores populares com experiências em práticas associativas, comunitárias ou de classe, quer trate-se de uma experiência legada a memória, um sentido ainda que difuso a evocar uma tradição e um estilo de comportamento arraigados no tempo, quer trate-se de uma experiência viva, de mobilizações e lutas vivenciadas pelos protagonistas da economia solidária, nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para defesa de seus interesses.

É nesse contexto histórico, sociocultural e econômico que surge o atual movimento da economia solidária.

EM BUSCA DE UM CONCEITO

Segundo Lechat (2002), o termo “economia solidária” aparece pela primeira vez no Brasil em 1993, em publicação organizada por Gadotti e Gutiérrez, em que Razeto (1993, p. 40) a concebe como

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de um conjunto significativo de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, etc. –, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

A partir daí, variadas experiências de trabalho associado já em curso, até então identificadas como “economia informal”, “estratégias de subsistência”, “economia subterrânea”, “cooperativismo”, entre outros nomes (Gadotti, 2009), passaram a ganhar espaço gradativamente na pauta de movimentos sociais, universidades, governos, instituições religiosas e outras organizações do terceiro setor. Desde então, esse conjunto heterogêneo de experiências é identificado por um outro emaranhado de conceitos, dentre eles: economia solidária, socioeconomia solidária, economia social e solidária, economia popular solidária, etc.

Cada um desses termos apresenta especificidades, mas não se pretende aqui reatualizar a profunda análise destas. Faz-se a opção pela utilização do conceito de economia solidária, pelo alcance por ele conquistado no contexto brasileiro, inclusive dando nome à Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE). Não há consenso sobre a formulação desse conceito; ele é disputado por diversas concepções político-ideológicas, o que reforça a opção anteriormente assinalada.

Dessa forma, procuramos caracterizar o que chamamos de economia solidária (ES) e identificar suas potencialidades e limitações dentro do sistema de produção capitalista global. Essa tarefa é complexa não só pela já citada falta de consenso em relação à definição do conceito e à própria compreensão sócio-histórica do fenômeno, como pela diversidade de formas e objetivos tomados pelos atos e atores, alguns já apresentados aqui, que se intitulam como pertencentes à ES.

A ES é formada por um conjunto de experiências com origens e formas variadas que têm em comum o trabalho associado como forma de produção e reprodução dos meios de vida, em torno das quais se aglomeram ainda entidades, instituições e pessoas com perspectivas diversas. Esse conjunto constrói identidade enquanto movimento social na medida em que compartilha de um processo de construção coletiva de uma cultura que irá orientar a prática de uma ES que se pretende transformadora.

A TRANSFORMAÇÃO PRETENDIDA PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gaiger (2002) analisa o modo de produção capitalista mostrando, como vimos anteriormente, que ele não é monolítico, comportando contradições no seu interior. Assim, ele permite a criação de novas formas que podem inclusive representar a base de uma sociedade futura. A partir dessa análise, o autor entende os empreendimentos da economia solidária como expressão de uma outra forma social de produção, que convive com a forma tipicamente capitalista, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção hegemônico. Entendendo dessa forma, a economia solidária pode representar uma forma de luta contra o capitalismo que germina no seu interior e como parte dele. Ela é uma prática necessária para a formulação de um *novo*, ainda indefinido. Buscando qualificar o sentido histórico da ES, o mesmo autor a define como uma experiência humana de “emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência” (Gaiger, 2004).

Arruda (2003) afirma que a ES consiste em “uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação material”. Ela busca a requalificação do trabalho humano no sentido da “reprodução ampliada da vida”, criando as condições para o desenvolvimento integral e efetivo do ser humano e da coletividade.

Tiriba (2006) entende a ES como um movimento que busca fortalecer a organização de trabalhadores em torno da criação de uma nova cultura de trabalho, vislumbrando a criação das bases culturais para uma sociedade de produtores livremente associados. Ela diz que a economia se torna solidária quando o trabalho humano e a comunidade ganham o lugar de principais fatores de produção, e que isso só é possível diante de

uma organização do trabalho na qual se garante espaços de socialização e de articulação de saberes para que os trabalhadores, efetivamente, possam dar os rumos da produção, criando e recriando uma cultura do trabalho que possa materializar um outro sentido para o próprio trabalho, para economia, para as relações de convivência, não apenas no interior da unidade produtiva, mas também na comunidade local, no território mais amplo das relações sociais, criando redes de produção e de socialização de saberes e de novas práticas sociais. (Tiriba, 2006, p. 10-11)

Estas são, para nós, as características fundamentais dessa *outra* economia. Mais que propor soluções imediatas para situação de pobreza e miséria da população, diante do problema crônico do desemprego estrutural, a ES exerce um papel polí-

tico-pedagógico essencial para o exercício da participação ativa, distinguindo-se de outras lutas e movimentos sociais contemporâneos por questionar justamente a dimensão do trabalho e da produção. Sua grande potencialidade está em juntar uma estreita esfera política com o resto da vida social – em particular o trabalho e a produção. Poderíamos ainda afirmar, de acordo com a leitura da obra de Castoriadis, que a ES busca a formação de indivíduos e coletividades autônomas por meio da experimentação de novas formas de auto-organização da produção, ou, de novas relações sociais de produção.

Nessa empreitada, o movimento da economia solidária encontra um conjunto de fábricas abandonadas por seus patrões que faliram no contexto da reestruturação produtiva, e recuperadas pelos trabalhadores que buscam construir uma alternativa para sobrevivência diante das remotas possibilidades de recolocação no mercado de trabalho.⁶

O movimento encontra e valoriza também, e principalmente, em especial no contexto brasileiro, a riqueza representada por séculos de práticas de economia popular comunitária, organizadas de diferentes formas em comunidades excluídas do acesso aos bens e serviços produzidos pelo sistema capitalista hegemônico. Entretanto, é necessário reconhecer que essas experiências nem sempre contribuem para a emancipação do trabalhador; muitas vezes reforçam critérios não equânimes de divisão do poder, do trabalho e da renda, assim reproduzindo a velha lógica de organização da produção e da sociedade. As organizações populares e comunitárias, apesar de constituírem um importante ponto de partida para auto-organização dos trabalhadores, não necessariamente implicam em “uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação material” (Arruda, 2003).

Não se trata, portanto, apenas de dar visibilidade àquelas iniciativas. Pretende-se ir além do reconhecimento e da valorização de uma pluralidade no agir econômico; pluralidade esta permitida e necessária para o desenvolvimento da economia capitalista. O campo das práticas econômicas populares e comunitárias é propício para o desenvolvimento de uma nova cultura de trabalho, de uma nova forma de fazer economia, de produzir e distribuir recursos e bens, pois nele as formas instituídas estão mais abertas ao questionamento e à mudança. Porém, para isso, ele precisa se sujeitar a um processo reflexivo, que pense nestas iniciativas como alternativa para a transformação social efetiva. Como propõe José Luis Coraggio (2007, p. 86):

Necessitamos de uma utopia. [...] Se for uma utopia de trabalhadores livremente associados, mas que com isso resolvam apenas as suas necessidades, sem, além disso, tomando consciência, chegarem a reconhecer que sua vida

⁶ No segundo livro desta coleção, relatamos a pesquisa realizada nacionalmente sobre a experiência das fábricas recuperadas no Brasil.

não faz sentido se os outros todos não têm também o mesmo direito a “viver bem”, não é suficiente. Agora, se, ganhando esta consciência, passarem a lutar não apenas por um lugarzinho no qual se vejam bem acomodados neste sistema, mas passem a lutar e participar de um movimento coletivo que tenha como finalidade que todos possam “viver bem”; então, sim, aí é onde se dá a ruptura fundamental, entre uma economia solidária associativa – mas em última instância capitalista – e uma economia que, realmente, quer transformar a realidade social.

Cabe então questionar sobre o que, de fato, caracteriza um empreendimento econômico solidário. Razeto (1993, p. 41) o diferencia de outras práticas de economia popular dizendo que, nessa nova forma social de produção, estaria presente de maneira determinante o que ele denomina de “fator C”, que tem expressões variadas manifestando-se

na cooperação no trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa [...]; na satisfação de necessidades de convivência e participação, que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferentes, etc.

Ora, esses elementos podem definir uma forma de organização da produção autônoma, conforme sugerido pela leitura de Castoriadis. Como vimos, a abolição da “*divisão* estabelecida da sociedade e [d]a *separação essencial* entre os principais campos da atividade coletiva” (Castoriadis, 1976) deve implicar a cooperação no trabalho, o compartilhamento de conhecimentos e informações, a adoção da decisão coletiva e a integração entre a esfera econômica e as demais esferas da vida social, a igualdade e liberdade efetivas ou, ainda, a autonomia individual e coletiva.

Esses fatores, em parte já presentes em iniciativas populares e comunitárias, constituiriam a base das novas relações sociais de produção em construção no bojo das experiências da ES. Entretanto, eles não podem ser produzidos em um vazio, e, mesmo se o fossem, não poderiam se sustentar sem uma ambiência favorável a sua existência. Os empreendimentos econômicos solidários hoje sofrem por serem levados a uma dupla subordinação à economia capitalista, estando, de um lado, compelidos a adotar a base técnica do capitalismo e, de outro, sujeitos aos efeitos da lógica da acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos.

Portanto, a criação e a manutenção dessa nova forma de organização social da produção preconizam, de um lado, a formulação de novas tecnologias produtivas, adequadas às necessidades, aspirações e desejos do coletivo de trabalhadores. E, de outro lado, a construção de mercados solidários, cadeias produtivas solidárias e redes solidárias, que propiciem a sua relação com uma nova forma de distribuição de bens e serviços.

Ainda assim, a transformação das condições materiais não seria suficiente para garantir a sobrevivência dos EES, tais como aqui concebidos. Como vimos, formas institucionais que garantem espaço para participação dos indivíduos não podem garantir o exercício da participação efetiva. Com variações entre os diferentes grupos e comunidades, os valores que orientam a prática nessas experiências são próprios de uma mesma cultura basicamente impregnada pela civilização capitalista, competitiva e individualista. Frequentemente se observa, entre os atores da economia solidária, a predominância de uma cultura passiva ou, quando muito, reivindicatória de seus direitos, que pode, em parte, ser explicada pela falta de confiança e a baixa autoestima das classes populares. Por meio de um processo histórico de exclusão e subordinação, essas pessoas foram convencidas de que, por não terem percorrido os caminhos da educação formal, não são capazes de gerir suas atividades produtivas. Ou, retomando as ideias de Castoriadis, elas estão submetidas ao imaginário social instituído pela sociedade heterônoma.

Adotando o imaginário capitalista, a ES não tem futuro senão o próprio capitalismo. Como afirma Coraggio (2007), o futuro da economia solidária depende de profundas mudanças subjetivas, “requer a autopercepção e a subjetividade de que estamos fazendo história e, não, [de] que estejamos apenas sobrevivendo”. Por isso, as experiências em curso devem ser entendidas como uma práxis político-pedagógica, no sentido de que servem a uma transformação cultural pretendida, desejando despertar uma consciência crítica e construtiva/propositiva, influenciando diretamente na instituição imaginária social. Uma práxis político-pedagógica que nos permita contestar verdades – relativas à forma de organização da sociedade e da produção – instituídas pelas sociedades passadas e tomadas pela sociedade atual como universais e imutáveis, e reconhecer o caráter historicamente criado do homem e de suas leis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos apontamentos extraídos da leitura da obra de Cornelius Castoriadis sobre o tema da autonomia, buscando encontrar contribuições que ajudassem a refletir sobre a realidade atual da economia solidária no Brasil.

A economia solidária pode ser um importante caminho para a transformação social, por meio de um percurso político-pedagógico que, a partir da experimen-

tação de novas relações sociais de produção, pode contribuir com a formação de indivíduos e coletividades autônomos; capazes de construir suas formas próprias de vida na interação com o mundo ao seu redor.

No entanto, para trilhar esse caminho, entendemos que essas experiências de trabalho associado devem questionar as tecnologias prontas e formular novas tecnologias produtivas, adequadas às necessidades, aspirações e desejos do coletivo de trabalhadores. Além disso, devem participar da construção de mercados solidários, cadeias produtivas solidárias e redes solidárias, que propiciem uma nova forma de distribuição de bens e serviços.

Para que a economia solidária se torne esse percurso político-pedagógico rumo a transformação social, é preciso estar atento a criação de espaços que propiciem a participação efetiva das pessoas. E para esses espaços existirem e serem, de fato, ocupados igualmente por todos, é preciso um esforço de educação para a participação.

Nossas leituras indicam ainda que, nessa forma de produção associada, o coletivo deve decidir sobre suas formas de disciplina e como cada um deve desempenhar seu papel no exercício do controle mútuo.

Por fim, se conseguirmos trilhar esse caminho, pouco a pouco, veremos surgir o interesse e a motivação real pelo trabalho. Buscamos, no horizonte, a requalificação do trabalho humano no sentido da reprodução ampliada da vida, criando as condições para o desenvolvimento integral e efetivo do ser humano e da coletividade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Fernanda Santos. *Economia solidária e autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – PEP/Coppe/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ARRUDA, Marcos. Situando a socioeconomia solidária. *Cadernos FLEM*, n. 5, Economia solidária: desafios para um novo tempo, Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, p. 19-32, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. *Sobre o conteúdo do socialismo*. Rio de Janeiro: Achiarmé, 1955.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Autogestão e hierarquia. Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983a. 1. ed. 1974.

_____. A fonte húngara. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983b. 1. ed. 1976.

_____. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983c. 1. ed. 1979.

CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz/Unitrabalho, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CORAGGIO, José Luis. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 67-89.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, M. *A economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Palestra proferida no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. As emancipações no presente e no futuro. In: _____. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 371-402.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HENRIQUES, Flávio Chedid. *Assessoria a empreendimentos de autogestão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – PEP/Coppe/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (org.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32-60.

LECHAT, N. M. P. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Campinas: Unicamp, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. Outros valores. *CADERNOS da Cidade do Futuro*, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2000.

PINTO, J. R. L. *Economia solidária: um elogio à associação em tempos de crise*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, 2004.

POCHMANN, Márcio. *Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites*. Ipea, 2004. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2009.

RAZETO, Luis. *Economia de solidariedade e organização popular. Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (org.). *A economia solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes*. Palestra proferida na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho. Unisinos, 2006.

OS CONCEITOS DE AUTOGESTÃO E DE ASSESSORIA¹

Flávio Chedid Henriques

Este capítulo apresenta os debates sobre os conceitos de autogestão e de assessoria. Há diversos tipos de assessorias, alguns descritos neste trabalho, mas a atuação do Soltec/UFRJ ao longo de seus primeiros dez anos de existência se deu especificamente na assessoria organizacional voltada para empreendimentos que buscam praticar a autogestão. Dessa forma, refletimos sobre a atividade de assessoria a empreendimentos de autogestão.

Inicialmente, é relatado um breve retrospecto histórico de iniciativas autogestionárias. Em seguida, são apresentados os principais debates em torno dos conceitos de autogestão e de assessoria. Por fim, a partir de entrevistas realizadas com representantes das principais entidades de assessoria a empreendimentos de autogestão do estado do Rio de Janeiro, são definidas as peculiaridades conceituais e metodológicas desse tipo de assessoria.

EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE AUTOGESTÃO: UM BREVE RELATO

Guillerm e Bourdet (1976), ao descreverem o que chamaram de pré-história da autogestão, retomam o modo de produção das sociedades primitivas europeias, mais especificamente de gauleses e germanos, que tinham características similares às sociedades primitivas da Amazônia, África e Polinésia. Estas teriam sido, para

¹ Este capítulo é uma compilação da minha tese de doutorado *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina* (Henriques, 2013) e da minha dissertação de mestrado *Assessoria a empreendimentos de autogestão* (Henriques, 2007).

os autores, as únicas “sociedades da abundância” que a humanidade conheceu, em que se podia produzir, com um trabalho mínimo e um sistema ecologicamente equilibrado, o dobro da necessidade de consumo, com o excedente estocado para momentos de catástrofes e festas. Não há, na descrição dessas sociedades, traços de exploração da mulher pelo homem ou do homem pelo homem, já que os chefes, designados assim pelos etnólogos, “não chegam a se fazer obedecer senão quando seus compatriotas assim o querem” (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 99).

É provável que se encontre, em diversos momentos da história da humanidade, o controle do trabalho pelos produtores associados, como descrito acima, exercido como prática comum dos povos, mas é a partir da revolução burguesa, quando os meios de produção não mais pertenciam aos produtores diretos, que se pode verificar pelas intensas lutas pela autonomia no ambiente de trabalho, o que Nascimento (2005) chama de “lutas pela autogestão”. O mérito deste autor está em unificar, em um único estudo, experiências que costumam aparecer em pesquisas distintas. Em geral, quem tem como ênfase o conceito de “cooperativismo” relata que as práticas se originaram com as ideias de Roberto Owen, no início do século XIX. Quem enfatiza o conceito de “autogestão” ou “controle operário” costuma iniciar o relato histórico pela Comuna de Paris, já em 1871. Ao utilizar a autogestão como conceito central, Nascimento (2005) compreende que a luta por autonomia no ambiente de trabalho unifica bandeiras ideológicas distintas. Com base na periodização feita pelo autor, são apresentadas, com algumas modificações, as diferentes etapas das lutas pela autogestão:²

- Início do século XIX com as ideias de Robert Owen até os tecelões de Rochdale na Inglaterra (1820-1870);
- A partir da Comuna de Paris, passando pela Revolução Russa, até dois anos depois do fim da Primeira Guerra Mundial, que revelou casos em contextos revolucionários (1871-1920);
- Desde a consolidação da Revolução Russa até o fim da Guerra Civil Espanhola, que apresentou experiências combatidas pelo governo soviético (1917-1939);
- Desde o fim da Segunda Guerra, passando pelo maio de 1968 na França, até o início da década de 1980, que apresentou casos heterogêneos entre si (1946-1982);
- Um novo período iniciado em novas condições estruturais do capitalismo globalizado iniciado no início de década de 1980 e que segue até os dias de hoje (1982-2014).

² Em Henriques (2013), cada um desses períodos é detalhado, e são apresentadas, brevemente, as principais lutas pela autogestão da história.

Desde os primórdios da Revolução Industrial até hoje, de maneira quase ininterrupta, podem-se encontrar experiências de lutas pela autogestão na história. Certamente, em alguns momentos, essas lutas foram mais intensas; em geral, em momentos de profunda crise do sistema capitalista e de contextos revolucionários. Entretanto, a utilização do termo “autogestão” pode ser datada historicamente.

O CONCEITO DE AUTOGESTÃO

A construção histórica do conceito

Embora a ideia de “lutas pela autogestão” tenha sido utilizada neste texto para designar experiências do século XIX, esta não era uma expressão conhecida até meados do século XX. Mothé (2009) afirma que o termo “autogestão” foi introduzido como conceito na década de 1950 pelo partido comunista iugoslavo. Segundo Guillerm e Bourdet (1976), a palavra aparece nos dicionários franceses apenas na década de 1960 para descrever a experiência da Iugoslávia, sendo uma tradução literal da palavra servo-croata “samoupravlje”. Apesar de Desroche (apud Sardá de Faria, 2011) ter registrado o uso desta palavra pelo secretário da Aliança Cooperativa Internacional, H. Maury, em 1937, a propagação do termo se deu apenas após maio de 1968. O conteúdo desse conceito, entretanto, recebia, muito antes desse período, outras denominações, como gestão democrática, gestão coletiva, gestão socialista, auto-organização dos produtores, autonomia operária, etc. (Sardá de Faria, 2011).

Um grupo de teóricos franceses, sendo alguns provenientes do grupo “Socialismo ou Barbárie”,³ teve fundamental importância para a consolidação do conceito de autogestão. Nascimento (2003) revela que em dezembro de 1966, um ano após o fim do grupo “Socialismo ou Barbárie”, foi lançada a primeira edição da revista *Autogestion*, que passou a se chamar *Autogestion et Socialisme*⁴ em 1970, e *Autogestions* em 1980. Depois de um tempo sem publicações, a revista ressurgiu em 1993 com outra direção e o título de *Utopie Critique*. Na revista, foram publicados artigos de renomados intelectuais, como Henri Lefebvre, Alain Touraine, Albert Meister, assim como de sindicalistas e militantes de movimentos sociais.

A partir da leitura das publicações dos principais autores franceses que escreveram na revista, pode-se notar que, influenciados pelo contexto pós-68, a autogestão

³ Grupo surgido na Quarta Internacional, que existiu de 1948 a 1965. Conhecidos como “comunistas de conselhos”, exerceram uma crítica importante contra a burocracia soviética.

⁴ Guillerm e Bourdet (1976) dizem que a mudança de nome se deu pelo fato de muitas livrarias de filosofia, sociologia e política terem recusado a publicação, por entenderem que o tema se relaciona à administração individual das fábricas. Ou seja, justamente pelo fato de o conceito de autogestão ainda não estar consolidado, a mudança de nome se fez necessária.

era entendida como um movimento social – “o movimento por excelência da classe operária” – que representava a transformação radical da política e da economia:

[...] a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação sem intermediários e em todos os níveis, de todos os “seus negócios” por todos os homens. (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 30)

Há três pontos centrais que caracterizariam o movimento destacado por esses autores. Em primeiro lugar, eles buscam demarcar o conceito diferenciando-o de práticas que não tenham o mesmo conteúdo emancipatório, nem a apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora. Joyeux (1972), por exemplo, busca denunciar o modismo da utilização do termo autogestão para designar práticas que: não significam a gestão integral dos instrumentos de produção pelo trabalhador; não pressupõem a quebra de hierarquias no interior da fábrica; e são intermediadas pelo Estado. Da mesma maneira, Guillerm e Bourdet (1976) delimitam o conceito ao definirem quatro níveis de atuação dos trabalhadores nas fábricas: participação, cogestão, controle operário e a cooperativa. Para eles, a autogestão significa a generalização do sistema de cooperativas, o qual é o único nível em que não só a propriedade dos meios de produção é contestada, como todo o controle dessa é reivindicada pelos operários (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 29):

Esquemáticamente, pode-se, com efeito, convir que, apesar das advertências de Marx, as cooperativas têm vegetado sempre sob formas locais, a tal ponto que esta limitação se tornou seu sinal distintivo. Por isso, para designar a generalização do sistema de cooperativas, far-se-ia mister uma palavra nova. O termo autogestão deveria assumir o papel.

Em seguida, os autores apresentam a ideia de que a autogestão deve reger as relações para além das unidades produtivas. René Berthier (2002, p. 63), em consonância com a ideia de generalização do sistema de cooperativas, em um artigo publicado em 1971, na revista *Autogestion et Socialisme*, critica a restrição da prática da autogestão ao nível empresarial, que chama de microautogestão:

Que interesse há em que as fábricas sejam “autogeridas” se suas relações entre si, suas relações com seu ramo industrial e com a economia em geral não se fazem segundo os mesmos princípios? Que interesse há em que uma localidade seja “autogerida” se essa localidade não tem relações de autogestão com a região e com o país inteiro?

Esse debate foi retomado recentemente por José Henrique de Faria (2009a). O autor entende que a organização autônoma de trabalhadores no interior do capitalismo deve ser denominada de autogestão nas unidades produtivas ou autogestão parcial, para que não se perca de vista a dimensão mais ampla de organização da sociedade, que é, para ele, a autogestão social. As unidades produtivas caracterizadas pela gestão democrática deveriam ser denominadas, segundo o autor, de organizações com características autogestionárias. O debate sobre esta questão será retomado adiante.

Por fim, influenciados pelo ideário anarquista e também pelas críticas que tinham às experiências iugoslava e argelina, os autores franceses convergiam com relação à necessidade de abolição do Estado. Berthier e Joyeux afirmavam que “ela [a autogestão] é incompatível com todo sistema econômico e político centralizado, com o Estado” (Berthier, 2002, p. 65) e que “a gestão da indústria pelos trabalhadores deve ser total e tocar, em prioridade, as forças econômicas essenciais. Ela é o fruto da destruição completa das estruturas econômicas do regime capitalista e de seu elo de coordenação: o Estado” (Joyeux, 1972, p. 46).

A análise feita por Marx (1984, p. 28) sobre o Programa do Partido Operário Alemão em 1875, publicado em “Crítica ao Programa de Gotha”, também influenciou a visão desses teóricos sobre o papel do Estado. Nesse texto, Marx repudia a ideia de que fossem criadas cooperativas de produção com a ajuda do Estado. Para ele, as sociedades cooperativas deveriam ser “criações independentes pelos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses”.

Nesse período pós-68, o conceito de autogestão, que havia sido utilizado inicialmente para designar a experiência iugoslava, sofreu uma mutação. Foi conferida a ele uma radicalidade que não havia em sua origem, crítica ao próprio modelo que o originou. Daniel Mothé, já mencionado neste texto, cujo nome verdadeiro é Jacques Gautrat, foi um militante operário da Renault e um dos participantes do grupo “Socialismo ou Barbárie”, que contribuiu para a construção do conceito de autogestão no contexto pós-68. Em textos publicados em meados dos anos 2000, ele apresenta uma visão crítica acerca do que chamou de concepção maximalista da autogestão:

A concepção política maximalista da autogestão repousa sobre três hipóteses: o sistema capitalista, fator de desigualdade econômica, deve ser destruído para que se realize a autogestão; o exercício do poder corrompe o indivíduo; e os cidadãos livres da exploração capitalista e dos profissionais da política ficarão disponíveis para investir nas questões públicas. Afirmando inicialmente que a autogestão não é compatível com a economia de mercado e que só poderá se realizar quando abolida a propriedade privada, os maximalistas priorizam a revolução e não aceitam qualquer tentativa experimental de autogestão. Parecem ignorar a experiência das práticas de

democracia direta das cooperativas, das sociedades mutualistas e das associações que se instituíram em reação ao sistema capitalista desde o século XIX. (Mothé, 2009, p. 27)

Ao analisar o que chamou de “cinquenta anos de ideias e práticas autogestionárias”, Mothé (2009, p. 29) conclui que as principais realizações de autogestão se deram por iniciativas concretas em baixas doses homeopáticas, em vez da maneira fulgurante que os revolucionários esperavam. O autor compreende ter havido um processo de idealização da autogestão dado o contexto em que foi pensada:

A autogestão foi pensada no âmbito de um elã revolucionário cujos atores são movidos pelo desejo da mudança. No calor de uma vitória sobre seus opressores, as multidões convidam-se à mesa do debate político; não precisam ser convidadas. Esses são breves períodos que servem de referência, superando os menos espetaculares, assinalados ao longo do tempo, como os kibutzim e as cooperativas operárias, os quais devem sobreviver ao ardor pela mudança desencadeada por seus fundadores.

A DISPUTA CONTEMPORÂNEA PELO CONCEITO

Muitos teóricos atuais buscaram resgatar essa característica defendida por Mothé do conceito de autogestão. Não mais se contrapondo ao modelo iugoslavo, mas numa tentativa de evitar sua indevida apropriação e de afirmar seu conteúdo anti-capitalista: “Devemos distinguir o ‘participacionismo’ ensejado pelo capital da participação autêntica” (Novaes, 2011, p. 40), e “podemos sugerir que o axioma comum que atravessa esses coletivos e publicações é o de que a autogestão não pode ser reduzida às variantes de participação dos trabalhadores na administração das empresas, nem mesmo pode ser equiparada à cogestão” (Sardá de Faria, 2011, p. 303). A crítica atual não está, porém, restrita à apropriação do conceito por empresas privadas, que, como estratégia de obtenção de maior produtividade, permitem aos trabalhadores participarem de aspectos pontuais do processo produtivo.

Retomando a perspectiva de generalização do sistema de cooperativas, teóricos atuais, inspirados em Marx,⁵ defendem que a autogestão não tem condições

⁵ “Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’?” (Marx, 1999, p. 97).

de suplantar o sistema do capital a partir de experiências isoladas. Sardá de Faria (2011) fala da impossibilidade de existirem ilhas no interior do capitalismo e que a autogestão, numa fábrica, é tão impensável quanto o socialismo num só país. José Henrique de Faria (2009b) entende que só poderá existir autogestão nas unidades produtivas quando o sistema social for autogestionário. E Novaes e Dagnino (2011), baseados em Mészáros, falam da necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados.

Essa perspectiva que pensa na autogestão como superação do sistema atual é importante para manutenção do que Nascimento (2007), baseado em Ernst Bloch, chama de utopia concreta, que é o “extraordinário possível”, a antecipação do que ainda não é. Entretanto, se aproxima da perspectiva maximalista apontada por Mothé (2009), cujo principal risco é o de ignorar as experiências concretas ou projetar nelas um modelo ideal que nunca encontrarão. Sobre isso, Mothé (2005, p. 108-109) alerta para o que chama de paradoxo antecipatório da autogestão:

Uma vez que ela não é pensada senão em uma sociedade futura, pós-capitalista, a autogestão aparece paradoxalmente como sendo de ordem profética: 1) afirma-se que são os cidadãos que exercerão soberana e diretamente sua decisão. Se não podemos saber o que eles decidirão, afirmamos que sua decisão será de uma natureza diferente das decisões políticas atuais. O futuro autogestionário não será o portador das heranças culturais passadas, demonstrando assim que a autogestão se inscreve no quadro das luzes, onde a história se renova permanentemente. 2) Embora o futuro seja novo, os partidários da autogestão se acreditam suficientemente esclarecidos para já anunciar o que os cidadãos decidirão imperativamente – a supressão do capitalismo e da economia de mercado. Esta afirmação surpreende, pois tem lugar num país [França], onde a direita recolhe a maioria dos votos e onde a esquerda não reivindica mais a abolição do capitalismo.

Desejar e lutar para que as experiências de autogestão sejam anticapitalistas é diferente de afirmar a inexorabilidade desse caminho. A principal questão envolvida, entretanto, é sobre o que caracteriza o conceito de autogestão. A citação acima é inquietante no sentido de abrir a possibilidade, por exemplo, para que um coletivo de trabalhadores decida não participar da gestão da sua empresa ou opte por separar trabalho manual de trabalho intelectual, baseados no método taylorista.

Muitos autores entendem que sem autogestão não há socialismo e adotam a expressão “socialismo autogestionário”. Singer (1998) afirma que a essência do socialismo como modo de produção é a organização democrática da produção. Toda experiência autogestionária seria, contudo, socialista? Tragtenberg (2008) diz que é preciso, ao dizer que socialismo é o regime em que a autogestão elimina o Estado como órgão separado da sociedade, eliminar o administrador em nome do

capital e também o político profissional. E se a autogestão for entendida como o controle dos meios de produção pelos produtores associados ou como o controle das decisões políticas de nossa sociedade, é necessário supor a possibilidade de que as decisões tomadas dentro dos coletivos autogeridos não se encaixem no modelo ideal socialista.

A NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO DO CONCEITO DE AUTOGESTÃO COM A PRÁTICA

Essa reflexão se faz importante para explicar a utilização do conceito de autogestão neste capítulo. Ao contrário de Faria (2009b), entendo que pode haver autogestão em uma unidade produtiva isolada. Algumas empresas que pude visitar demonstraram que a abertura para além dos muros do empreendimento potencializa a gestão coletiva, o que me faz concordar com a tese do autor de que há uma forte relação entre a autogestão social e a autogestão na unidade produtiva. Entretanto, procuro não negar o novo vivido, inclusive dentro das experiências que apresentam muitas das características das empresas capitalistas. O fato de as empresas de autogestão preservarem elementos característicos da heterogestão não encerra a possibilidade de serem identificados elementos que apontem para uma inovação na gestão e organização do trabalho.

Essa discussão, que parece apenas terminológica, tem como fundo uma perspectiva metodológica. Ao analisar um estudo feito em uma empresa recuperada, que também tive a oportunidade de visitar durante o trabalho de campo da minha tese de doutorado, Faria (2009b) diz que o empreendimento não pode ser considerado autogestionário por não cumprir requisitos de uma autogestão, já que preserva hierarquias, distingue salários por lugar e por função, centraliza decisões, entre outras características de uma empresa tradicional. Para o autor, chamá-la de autogestionária significa uma perda de rigor conceitual.

Concordo haver a necessidade de requisitos mínimos para classificar uma experiência como autogestionária, pois o contrário tiraria dessa palavra qualquer especificidade. Não vejo sentido, porém, em criar esses requisitos senão em bases concretas.

Algumas das experiências históricas são comumente apresentadas com os seus sinais distintivos, muito embora a maioria delas tenha ocorrido em um espaço tão curto de tempo que não permitiu a elaboração de análises detalhadas, como as que são feitas atualmente. A Comuna de Paris, por exemplo, que durou pouco mais de dois meses, deve servir como inspiração para os que militam pela autogestão, mas não deveria servir de caso modelo ou um tipo ideal para avaliar as experiências contemporâneas, que além de terem prosperado em um contexto defensivo dos movimentos sociais, são experiências longevas de gestão de empresas pela classe traba-

lhadora. Em dez anos, as contradições aparecem com muito mais clareza, sobretudo quando o ímpeto inicial não existe mais.

Entre mais de cinquenta empresas de autogestão que pude visitar, nenhuma deixa de apresentar, em maior ou menor grau, algumas das características relatadas por Faria (2009b). Certas experiências atuais apresentam mais rupturas que outras com relação ao modelo de organização capitalista do trabalho. Entretanto, o requisito básico para chamar um empreendimento de autogestionário é o controle dos meios de produção pelos produtores associados e a existência de espaços de gestão que permitam ao coletivo de trabalhadores interferir na condução do empreendimento. Entende-se, dessa forma, a autogestão como um processo, influenciada por inúmeros fatores, como o contexto histórico e o território em que as experiências estão inseridas.

Não discordo de autores quando avaliam a incapacidade dessas experiências isoladas de interferir no poder do sistema capitalista e na influência limitadora que este exerce sobre as práticas de autogestão. No entanto, com relação ao questionamento feito por Berthier (2002, p. 63), “que interesse há em que as fábricas sejam ‘autogeridas’ se suas relações entre si, suas relações com seu ramo industrial e com a economia em geral, não se fazem segundo os mesmos princípios?”, acredito que o interesse seja o de experimentar a gestão da classe trabalhadora, criar as bases necessárias para a emergência de outro modelo de organização do trabalho. Mészáros (2011) afirma que imediatamente após a “expropriação dos expropriadores”, os meios materiais, tecnologias de produção e a organização do trabalho permanecem os mesmos. Esta última, profundamente arraigada na divisão social hierárquica do trabalho, deve, para Mészáros, ser radicalmente reestruturada.⁶

Mesmo reconhecendo a limitação das iniciativas isoladas, entendo que a experimentação da autogestão e sua sistematização são elementos que podem contribuir para a conformação de uma lógica do trabalho nos estudos organizacionais. Como diz Faria (2009b), são elementos de contradição do sistema de capital em pequena escala, ou como diz Singer (1998), são implantes socialistas que atuam nas brechas do sistema dominante.

⁶ Mészáros (2011, p. 1.052) entende que “em Marx não há a menor alusão ao fato de que, além da fragmentação ‘entre capital e trabalho’, etc., deve-se também enfrentar a fragmentação dentro do próprio trabalho como um problema importante para o proletariado, tanto antes quanto depois da conquista do poder político”. Para o autor, a fragmentação resultante da divisão social hierárquica do trabalho dificulta a afirmação de um interesse comum entre os trabalhadores.

O CONCEITO DE ASSESSORIA

Origem

Buscando entender o porquê da utilização do termo assessoria para designar a atividade de apoio aos empreendimentos de autogestão, realizei duas entrevistas com pesquisadores que vivenciaram o surgimento das ONGs e identifiquei em diferentes práticas de assessoria características que remetem ao trabalho realizado junto aos movimentos sociais.

Segundo Beatriz Costa, o termo “assessoria” passou a ser utilizado no campo da educação popular no início dos anos 1970. Ao conceituar as atividades realizadas junto aos movimentos populares, Beatriz (2006) diz que a “assessoria referia-se ao trabalho de subsidiar e ajudar a reflexão mais crítica e qualificada de grupos e iniciativas populares nos campos de suas respectivas atuações, como na alfabetização de jovens e adultos, movimentos de bairro, sindicatos, entre outros”. A pesquisadora afirma ainda que, apesar do trabalho de assessoria sempre conter e expressar uma posição política, a palavra não trazia uma carga ideológica definida capaz de provocar censuras e proibições por parte do regime militar vigente.

Para Eduardo Baptista, o termo “assessoria” passou a ser usado para referenciar o apoio técnico realizado por militantes da causa social ou instituições da sociedade civil a organizações de base e movimentos sociais. Para Eduardo, no contexto da época, a definição do papel do assessor foi inspirada na ideia gramscianiana do intelectual orgânico, que, em sua opinião, era a de colocar um saber técnico – informação, conhecimento – a serviço das organizações populares.

Baptista ressalta que o trabalho de assessoria tem suas raízes com as pastorais da igreja, pois era “o único espaço de liberdade que se manteve relativamente intacto durante o período militar”. Oliveira (2004) confirma esse fato quando diz que as igrejas eram os únicos lugares em que era possível fazer reuniões de conteúdo político-organizativo. Segundo Eduardo Baptista, nas décadas de 1950 e 1960, os religiosos que acompanhavam grupos populares eram chamados de assistentes eclesiais. A partir da década de 1970, com o surgimento da Teologia da Libertação, passaram a ser chamados de assessores. Ao ser perguntado o porquê da mudança, não soube precisar, mas acredita que o termo “assistente eclesial” remetia a uma igreja clerical que não condizia com os fundamentos e a prática dessa teologia. Na revisão bibliográfica, percebi que o termo “assistência” deixou de ser usado para diferenciar “assessoria” de “ações assistencialistas”.

Tipos de assessoria

Pude identificar quatro diferentes tipos de assessoria relacionados ao fim da atividade desenvolvida: assessoria de comunicação e de imprensa; assessoria jurídica

universitária ou popular; assessoria educacional; e assessoria organizacional. Nem todos esses tipos de assessoria atuam necessariamente junto às classes populares, como a assessoria de imprensa e determinadas assessorias organizacionais que atuam junto a empresas privadas. Entretanto, em muitas atividades de assessoria, há a aproximação de movimentos sociais, o que justifica a adoção do termo pelo movimento de economia solidária.

As assessorias jurídica popular e educacional, por exemplo, caracterizam-se por atuarem junto aos movimentos populares e por utilizarem-se de métodos participativos com objetivo de emancipação das classes populares.

No caso da assessoria [jurídica] popular, necessariamente tem de existir uma complementaridade entre o saber do advogado e o saber popular, operando-se constante e ininterruptamente traduções entre um e outro, na busca de um pensamento que seja comum, capacitando não apenas a analisar a estrutura e o sistema da sociedade como também interferir sob formas diversas em sua transformação e ainda, e isto é importantíssimo, teorizar sobre as distintas práticas. (Pressburger, 1991, p. 42)

Referindo-se à assessoria educacional, Costa (1981, p. 14) disse que a “educação popular é uma prática – entre outras – na qual o que está sendo criado, transformado, desenvolvido ou, pelo contrário, destruído, é basicamente o conhecimento das camadas populares (e dos agentes)”.

Entendendo como assessoria organizacional a realização do apoio técnico necessário para a estruturação de organizações, também há, nesse tipo de assessoria, uma aproximação com os movimentos populares, como é o caso da assessoria ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A assessoria a empreendimentos de autogestão é uma das formas de assessoria organizacional, que se distingue por atuar junto a empreendimentos produtivos solidários. Como a atuação do Soltec/UFRJ está muito mais relacionada a esse tipo de assessoria, na próxima seção, suas características são detalhadas, a partir de entrevistas realizadas com onze assessores.

A ASSESSORIA A EMPREENDIMENTOS DE AUTOGESTÃO

A atuação de agentes externos em empreendimentos produtivos é normalmente chamada de “consultoria”. Entretanto, com a explanação anterior sobre os princípios da autogestão, pode-se notar que há especificidades dos empreendimentos de economia solidária que devem ser respeitadas no processo de apoio externo, devendo a assessoria considerá-las e, portanto, se diferenciar da consultoria de organizações privadas.

Na próxima subseção, relato as características conceituais e metodológicas da assessoria a empreendimentos de autogestão.

O conceito

Do ponto de vista conceitual, pude notar que a discussão na literatura ainda é muito incipiente, havendo definições que agregam as atividades de formação às atividades de assessoria e outras que as separam, de modo a tratar a assessoria apenas como uma intervenção técnica no empreendimento autogestionário.

A preocupação com essa separação não se trata apenas de um preciosismo conceitual, mas, como alerta Singer (2003, p. 129) na citação abaixo, de um risco metodológico:

Na ITCP/UFRJ, há uma divisão de trabalho entre a formação e o apoio técnico, jurídico, etc. e a atividade econômica da cooperativa em incubação. Na ITCP/USP, tentou-se inicialmente adotar o mesmo esquema, mas depois abandonou-se a ideia porque a especialização dentro da equipe da incubadora acarretaria a alienação de seus membros, cada equipe especializada ignorando o que as outras faziam. Em nome da unidade integral do processo de incubação, preferiu-se uma estrutura que permitisse aos especialistas em educação e formação aprender a lógica da administração, economia, engenharia de produção e direito e vice-versa: os especializados nestas áreas deveriam aprender uns com os outros.

A partir do relato de onze diferentes assessores entrevistados, encontrei diferentes formas de conceituar a assessoria a empreendimentos de autogestão: quanto aos objetivos, quanto à intensidade de aproximação do empreendimento e quanto à natureza da atividade.

Objetivos

Entre os objetivos citados pelos entrevistados, há a recorrência dos seguintes: a viabilização econômica do empreendimento, a conquista da autonomia pelos assessores e o diálogo de saberes, como exemplificados nas citações abaixo:

Nosso sentido de assessoria é esse: partir do conhecimento daquela própria comunidade, daquele grupo, daquelas pessoas que estão ali. Aí você trabalha a partir disso [...] para aportar e trocar conhecimentos para que esse grupo se desenvolva, [...] para que efetivamente gere renda, contribua para o desenvolvimento de sua comunidade e seja sujeito de sua própria caminhada. (Marcos Albuquerque, entrevista concedida em 8 dez. 2006 no Cedaps)

[...] assessorar é estar acompanhando e dialogando com os atores, que são os protagonistas da economia solidária, que estão no dia a dia, que sobrevivem daquele empreendimento com ferramentas, criando facilidades pedagógicas, metodológicas e traduzindo a teoria “pra” prática. (Rosemary Gomes, entrevista concedida em 12 dez. 2006 na Fase)

Para Ricardo Costa, da Capina, uma boa assessoria é aquela que trabalha no sentido de fortalecer a autonomia do grupo na condução de seu empreendimento e na qual assessor e grupo assessorado coparticipam da construção de um conhecimento novo sobre o empreendimento.

Em todos os outros depoimentos, que se encontram na dissertação que deu origem a este capítulo (Henriques, 2007), podem ser encontrados elementos que citam os objetivos de ajudar o grupo produtivo a conseguir sua viabilidade econômica, porém com um método participativo capaz de permitir que os trabalhadores incorporem os seus conhecimentos aos processos de assessoria e que, com isso, tenham condições de conquistar a autonomia necessária para gerir o empreendimento produtivo sem a presença do assessor.

A intensidade de aproximação do empreendimento

Identifiquei diferentes tipologias conferidas à assessoria, variando conforme a intensidade de aproximação do empreendimento: assessoria permanente, assessoria pontual, assessoria direta, assessoria tópica, assessoria para dentro, assessoria para fora, acompanhamento e incubação.

Há divergências no que se refere à relação entre os conceitos de assessoria e incubação. Alguns entendem que são conceitos distintos, estando a incubação relacionada a uma maior aproximação do empreendimento e a assessoria mais relacionada ao conceito de consultoria. Entretanto, a maioria dos entrevistados os trata como sinônimos, entendendo haver uma clara distinção entre assessoria e consultoria.

Essa distinção ocorre em três níveis, estando relacionada aos: objetivos do trabalho, ao relacionamento entre assessores e grupo assessorado e à motivação dos assessores.

Com relação aos objetivos, como relata a Anteag (2005), quando se realiza uma assessoria, não se pode trabalhar unicamente com a perspectiva de viabilização econômica ou maximização dos lucros, uma vez que o objetivo maior é a satisfação das necessidades pessoais de todo o grupo – o que nem sempre passa pela obtenção de maior retirada. A conquista de autonomia dos assessorados é condição fundamental para que não seja gerada uma relação de dependência entre assessor e grupo assessorado.

Do ponto de vista do relacionamento entre assessor e grupo, há orientações metodológicas para que o compromisso do assessor seja com todos os membros

do empreendimento e com os demais atores do movimento de economia solidária (Anteag, 2005). Enquanto isso, os referenciais teóricos de consultoria deixam claro que o compromisso do consultor é com a alta administração da empresa que o contrata (Kubr, 1986).

Segundo as falas dos entrevistados, a motivação política e ideológica do assessor é diferente da do consultor, estando o primeiro envolvido emocionalmente com o grupo, o que faz com que a relação não seja de neutralidade e imparcialidade. Segundo Kubr (1986), os consultores, por serem agentes externos, não possuem envolvimento pessoal, sendo neutros e imparciais com relação à organização. Apesar de não acreditar que haja neutralidade em qualquer tipo de relação, a citação serve para exemplificar as diferenças existentes nos discursos de assessores e consultores.

Schein (1987, p. 20), ao listar possíveis tarefas de um consultor, cita “ajudar a implementar decisões difíceis ou não populares”. Esse é outro exemplo de como a natureza do empreendimento influencia na atividade do agente externo que o auxilia. Em organizações coletivas, em que os seus membros têm direito a voto e estes tenham pesos iguais, decisões não populares, ou ao menos que não agradem a maioria dos sócios dos empreendimentos, não são tomadas.

Quanto à natureza da atividade desenvolvida

Por fim, identifiquei quais variações nas conceituações de assessoria dadas pelos entrevistados estavam relacionadas à natureza da atividade desenvolvida. A divergência entre os conceitos de assessoria e incubação, por exemplo, está também relacionada à atividade fim do apoio externo. No depoimento de um dos entrevistados, a assessoria relacionava-se às atividades técnicas, enquanto a incubação seria um processo mais amplo que englobaria as assessorias técnicas e os processos de mobilização e formação do grupo. Entretanto, a maioria dos entrevistados definiu a incubação como uma forma de assessoria, porém com uma maior intensidade de aproximação do empreendimento.

Essa discussão conceitual se torna uma discussão de método no momento em que conceitos diferentes são utilizados para designar as atividades de formação e as de apoio técnico. A separação entre essas atividades pode gerar uma capacitação técnica sem levar em conta as especificidades da economia solidária, que tem ou deveria ter a cooperação como princípio norteador. Determinadas ferramentas desenvolvidas para o trabalho com empresas privadas não podem ser aplicadas junto aos empreendimentos de autogestão sem a necessária adequação aos princípios da economia solidária.

Os métodos

Para esta subseção, descrevo alguns dos passos metodológicos adotados pelos assessores desde a aproximação com o empreendimento até a avaliação da assessoria. Há uma ampla variedade de dinâmicas de atuação e etapas seguidas pelas assessorias, porém, o que interessa para este capítulo é a descrição de alguns resultados que podem ser importantes para quem se propõe a atuar com assessoria a empreendimentos de autogestão.

A aproximação com o empreendimento

Procurei com essa questão entender o impacto causado pela forma de aproximação entre assessores e grupo, identificando se faz diferença quando a demanda parte do empreendimento ou quando é estimulada pelos assessores. Identifiquei orientações metodológicas para que a demanda parta dos empreendimentos uma vez que, “já é quase impossível quando a demanda parte deles, imagina se não partisse. Querer muito ter uma cooperativa e ter buscado isso é um fator que ajuda muito” (Bárbara França, entrevista concedida em 7 nov. 2006 na Unitrabalho/UFF).

Apesar da recorrência de depoimentos que entendem que a demanda estimulada tem mais dificuldades de dar certo, alguns entrevistados entendem que a forma de aproximação não interfere no processo de assessoria, uma vez que havendo a necessidade do grupo de obtenção de apoio externo, o comprometimento com o processo é algo que acontece naturalmente.

Essa discussão remete-se, por sua vez, ao nível de organização do grupo assessorado. Sendo o grupo capaz de se unir e formular uma demanda para as entidades de assessoria, já há uma identidade coletiva que facilita uma das etapas da atividade de assessoria, o que não exclui a importância do apoio, que tem como objetivo inicial sensibilizar grupos para a ação coletiva.

Referenciais teóricos e metodológicos

Como referencial teórico utilizado pelos assessores, destaco:

- autores clássicos, como Karl Marx, Karl Polanyi, Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci;
- autores do movimento de economia solidária, como Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, Jean-Louis Laville, Genauto Carvalho França Filho, Euclides Mance, Gabriel Kraychete, Xico Lara;
- autores internacionais, como José Luis Coraggio, Luiz Razeto, Muhammad Yunus;
- o educador Paulo Freire.

Como referencial metodológico, destaco:

- Paulo Freire, Kátia Aguiar, Aida Bezerra, que contribuem com a metodologia da educação popular;
- Tânia Zapata, com a Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local (Gespar);
- Michel Thiollent, com a pesquisa-ação, e Carlos Brandão, com a pesquisa participante;
- o estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos Associativos desenvolvido pela Capina;
- os métodos de incubação desenvolvidos pela ITCP e a Unitrabalho;
- métodos participativos, como o Zopp e o Cefe – Competência Econômica Baseada na Formação de Empreendedores –, desenvolvidos pela Cooperação Técnica Alemã (GTZ), Capacitação Massiva – de Clodomir de Moraes –, e o Desenvolvimento Rápido Participativo.

Alguns entrevistados destacaram a falta de referencial metodológico voltado especificamente para o trabalho de assessoria a empreendimentos de autogestão, uma das principais dificuldades enfrentadas por essas entidades. Algumas publicações com esse fim são: a da Anteag (2005) e artigos relacionados aos trabalhos da ITCP (Singer, 2003) e da Unitrabalho (EID, 2002); uma publicação da Fase de autoria de Ricardo Henrique Salles (2001) que discutiu a elaboração de plano de negócios para cooperativas e associações; e duas publicações da Capina, denominadas *Puxando o fio da meada*, de 1998, e *Retomando o fio da meada* de 1999, que apresentaram uma proposta de estudo de viabilidade econômica voltado para empreendimentos associativos (Henriques, 2007).

Participação na assessoria

Com relação à participação dos membros dos empreendimentos no processo de assessoria, pode-se perceber pelas referências metodológicas acima listadas e pelo objetivo de conquista de autonomia do assessorado, que há a intenção de envolvimento do grupo com o processo.

Entretanto, nas entrevistas foram identificados dois limites à participação: a limitação técnica do grupo e a dificuldade de obter a participação de todos no processo de assessoria. A limitação técnica se dá, por exemplo, nos estudos de viabilidade técnica e econômica, que devem preceder à formação de empreendimentos incubados. Uma pergunta que se pode fazer antes de dar seguimento ao processo é: como, no início do processo de assessoria, podemos envolver pessoas com pouco conhecimento de matemática na elaboração de tal estudo? A principal indicação que encontrei para a solução desse problema foi o curso de formação de assessores desenvolvido pela Capina, voltado para capacitar trabalhadores na elaboração desse tipo de estudo de forma participativa, a partir de um instrumento que buscou

facilitar a linguagem matemática. A questão do problema da educação de base no Brasil aparece em muitas outras atividades que demandam conhecimentos de matemática, leitura e tempo de formação teórica. Por essa razão, é necessária a adoção de métodos capazes de tratar essas questões a partir dos problemas reais existentes nos empreendimentos.

Com relação ao envolvimento de todos os membros dos empreendimentos com os resultados gerados pela assessoria, as soluções de triangulação entre diretoria e demais membros conduzida pela Anteag não se mostrou satisfatória, uma vez que tal triangulação não ocorre naturalmente, segundo relato de Luigi Verardo. A dificuldade de envolvimento de todos trabalhadores no processo de assessoria pode gerar uma diferenciação entre os trabalhadores que a acompanham e os demais, o que também exige a adoção de métodos capazes de compartilhar com todo o grupo o conhecimento gerado nas atividades de apoio externo.

Escopo da assessoria

Neste tópico, são levantadas as principais atividades desenvolvidas pelas entidades de assessoria. Na assessoria realizada com os grupos de produção, chamo de “assessoria direta”, há a recorrência de atividades relacionadas à capacitação técnica e à formação cidadã.

Com relação à capacitação técnica, destaco o estudo de viabilidade econômica, a formação de preço, o planejamento estratégico, o plano de negócios, a elaboração de projetos para financiamentos, a capacitação em técnicas de vendas e marketing, em contabilidade, a legalização do empreendimento, o desenvolvimento de produtos e a capacitação na atividade produtiva do grupo.

Nas atividades de formação que buscam a conquista da cidadania pelos membros dos grupos, ocorrem debates sobre cidadania, cooperativismo, direito dos trabalhadores, participação em outros movimentos, participação nos fóruns de economia solidária, saúde do trabalhador, meio ambiente, mercado de trabalho, igualdade de gênero e cor, relações de classe e comércio justo e solidário.

Em assessorias que não trabalham diretamente com os grupos produtivos, que denominei de “assessoria indireta”, ressalto os cursos para assessores oferecidos pela Capina e Unitrabalho e atividades relatadas por João Roberto Pinto do Ibase: comunicação da economia solidária, produção de conhecimento engajado e articulação dos atores nos fóruns.

Avaliação das assessorias

A maioria das assessorias não possui métodos sistematizados de avaliação e costuma fazer a avaliação por meio de reuniões anuais ou semestrais com os assesso-

rados buscando responder questões como, por exemplo, se a assessoria atendeu à demanda do empreendimento, se cumpriu o planejamento e se mudou a realidade do grupo.

Apenas duas entidades que possuem sistemas de avaliação sistematizados foram identificadas: a ITCP/Coppe e a Fase. Abaixo, reproduzo a fala que explicita o método de avaliação da ITCP:

O SIG-Incubcoope foi desenvolvido em módulos a partir de uma abordagem sistêmica. O sistema integra três níveis de decisão da ITCP estruturando seu processo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA):

- a) gestão institucional: permite o PMA dos níveis estratégicos e táticos da ITCP;
- b) gestão da incubação: é voltado ao PMA do processo de incubação;
- c) gestão da cooperativa: dá apoio ao processo de incubação.

O significado do sucesso do processo de incubação parte da premissa de que a visibilidade da ITCP está diretamente ligada à sustentabilidade dos empreendimentos incubados. Dado que o público beneficiário do processo de incubação é composto, em sua maioria, por trabalhadores que não possuem experiência gerencial anterior, prover instrumentos que facilitem a adoção de técnicas eficientes de gestão e o acompanhamento *pari passu* da efetiva gestão do empreendimento é de suma importância. Deste ponto de vista, o módulo Gestão da Cooperativa representa um recurso didático e dá suporte à eficácia do processo de incubação. (João Guerreiro, entrevista concedida em 20 out. 2006 na ITCP/Coppe)

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ASSESSORIAS E DIÁLOGO COM UM ESTUDO DE CASO

As dificuldades mais citadas pelos entrevistados são de ordem estrutural e dizem respeito à falta de políticas públicas voltadas para a economia solidária e à crise de ordem financeira por que passam as ONGs. Como relatou João Guerreiro, a falta de recursos para manutenção de equipe gera descontinuidades nos processos de incubação e a necessidade de elaboração constante de projetos para agências de fomento. Para João Roberto Pinto do Ibase, “a relação dos empreendimentos com a ação política no sentido da incidência sobre políticas públicas ou da articulação para fora com outros empreendimentos é algo que tende a ser ainda frágil”.

Uma dificuldade destacada por três entrevistados – Nahyda Franca, Teresinha Pimenta e Sandra Mayrink Veiga – diz respeito às heranças culturais do trabalho

heterogestionário. Alguns depoimentos de trabalhadores do estudo de caso realizado em uma cooperativa de parafusos⁷ reforçam essa questão:

“Você não tem aquela segurança que o patrão dava.”

“Um supervisor faz falta, alguém que cobre mais no chão de fábrica.”

“Falta cobrança por parte da diretoria.”

“Nas empresas tradicionais, existe horário pra chegar, pra sair, pra almoçar [...] Isso é melhor, o supervisor faz falta, mas não pra mim.”⁸

Essa questão dificultou a realização de atividades de ensino na cooperativa. Por mais que tenhamos buscado levar casos práticos para o curso que tentamos realizar, essas atividades não tiveram o êxito planejado. Um dos pontos que pode ter contribuído para isso é a alta média de idade dos seus funcionários: 56 anos. Hoje entendo que a assimilação desses conceitos deve se dar na resolução dos problemas reais da fábrica, no dia a dia de trabalho.

Outro ponto levantado pelos entrevistados é a baixa escolaridade dos membros dos empreendimentos, o que dificulta a assimilação dos conteúdos do processo de incubação e os processos inerentes a um empreendimento coletivo, como a realização de assembleias, a elaboração de atas e a constituição de um conselho fiscal.

Na assessoria realizada, houve muitas barreiras relacionadas aos diferentes níveis de formação dos cooperados, fato que dificultou a assimilação de conteúdos técnicos ligados à engenharia de produção, o que, a meu ver, está ligado à dificuldade de aproximação entre a linguagem técnica da engenharia e a capacidade de compreensão dos cooperados. Para que o conteúdo desse tipo de assessoria, mais técnica, seja apreendido pelos membros dos empreendimentos é fundamental que qualquer conceito colocado esteja vinculado a um problema real da fábrica.

Também pude identificar inúmeras dificuldades relacionadas aos aspectos técnicos do empreendimento. A cooperativa estudada atua em um ambiente em que fornecedores e clientes têm alto poder de barganha e há uma concorrência muito acirrada. Ao mesmo tempo, opera com máquinas muito antigas e não possui capital para investimento, produzindo mais de quinhentos produtos que possuem uma variabilidade de demanda muito alta, o que dificulta a programação da produção.

Muitas das questões aqui levantadas denotam que o acompanhamento a empreendimentos de autogestão demandam a elaboração de metodologias próprias, que considerem as especificidades dessas iniciativas. Por isso, é necessário que se distinga das formas tradicionais de consultoria empresarial o que é um desafio

⁷ O autor deste capítulo atuou como assessor de uma cooperativa de parafusos por dois anos, e os resultados dessa assessoria estão descritos no primeiro volume desta coleção.

⁸ Depoimentos de membros da fábrica.

tanto para os profissionais de áreas técnicas, acostumados a atuarem como donos do conhecimento, quanto para os membros dos empreendimentos, que ainda não romperam com a lógica de submissão a que estavam acostumados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância principal dos debates conceituais presentes neste capítulo é a de permitir que o Soltec/UFRJ faça suas opções metodológicas partindo do conhecimento das divergências existentes dentro dos campos apresentados.

No debate sobre o conceito da autogestão, fugindo de uma visão que Mothé (2009) chama de “maximalista”, a entendemos como um processo, por definição, inacabado. Por isso, ao realizarmos, no âmbito do Soltec/UFRJ, um mapeamento de empresas recuperadas,⁹ por exemplo, não excluímos os casos que buscam praticar a gestão coletiva, mas que apresentam ainda elementos do trabalho heterogerido. Isso não significa dizer que discordamos das análises que consideram que a autogestão é potencializada quando praticada para além dos empreendimentos produtivos, mas que valorizamos, dentro do Núcleo, as práticas dos trabalhadores nas suas distinções, sabendo que a fragilidade e incipiência dessas experiências dificultarão rupturas totais com o modelo capitalista de organização do trabalho.

Ao mesmo tempo, o debate sobre assessoria permite distinguir-nos de consultorias de empresas por utilizarmos bases conceituais que prezam pela dialogicidade como método de aproximação das experiências de autogestão, já que nosso objetivo principal é o de permitir que os grupos com os quais trabalhamos tenham autonomia nas suas decisões, mesmo as que envolvam aspectos técnicos.

Entre as diversas possibilidades das assessorias organizacionais, pôde-se identificar diferenciações com relação à natureza da atividade desenvolvida. Embora a atividade de incubação possa ser caracterizada como uma delas, diferencia-se das demais por ter como objetivo a formação de grupos autogestionários, acompanhando-os desde suas formações até o processo de desincubação.

A partir de duas experiências concretas de incubação de empreendimentos produtivos, o Soltec/UFRJ optou por não realizar mais atividades de incubação, sendo sua aproximação dos grupos de autogestão restrita a demandas mais específicas que não envolvem a complexidade de cuidar de todas as demandas existentes para a formalização de um empreendimento produtivo. Houve alguns motivos para essa decisão: a percepção de que a dificuldade de aquisição de ativos permanentes, como máquinas e espaço físico, era uma barreira para que os trabalhadores conseguissem rendas dignas; o fato de não ser priorizado a formação de cadeias produtivas nas

⁹ Os detalhes desse mapeamento estão descritos no segundo livro desta coleção.

propostas de incubação, pensadas a partir dos territórios populares, o que dificultava a sobrevivência desses empreendimentos; falta uma equipe técnica capaz de acompanhar todas as etapas de uma incubação, como técnicos em direito e contabilidade; e ainda a já existência de instituições voltadas para essa atividade específica dentro das universidades.

Apesar de tal decisão, não deixamos de reconhecer o importante papel que tem sido desempenhado por diversas incubadoras de cooperativas nas universidades brasileiras, sobretudo na valorização das atividades de extensão, permitindo aos estudantes conhecerem realidades que suas grades curriculares não abarcam. Nossa aproximação dos empreendimentos de autogestão reconhece nossas limitações e busca que, por meio de métodos participativos, aproximam a universidade da realidade dos grupos autogeridos.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. v. 2. Brasília: MTE/SPPE; São Paulo: Anteag, 2005.

BERTHIER, René. Concepções anarcossindicalistas da autogestão. In: LEVAL, G.; BERTHIER, R.; MINTZ, F. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002.

CAPINA. *Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I*. Rio de Janeiro: Capina, 1998. Coleção Prosas e Debates.

_____. *Retomando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos II*. Rio de Janeiro: Capina, 1999. Coleção Prosas e Debates.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. *Cadernos de Educação Popular*, n. 1. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EID, Farid. *Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação*. Trabalho apresentado na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária na Unitrabalho, 2002.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder: fundamentos*. v. 1. 5. reimp. Curitiba: Juará, 2009a.

_____. *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009b.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HENRIQUES, Flávio Chedid. *Assessoria a empreendimentos de autogestão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JOYEUX, Maurice. *Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Brasília: Novos Tempos, 1972.

KUBR, Milan. *Consultoria: um guia para a profissão*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. 1984. Virtual Books. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaoridendo/critica_ao_programa_de_gotha.htm>. Acesso em: 18 out. 2006.

_____. *A guerra civil na França*. Editora Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_guerracivil.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTHÉ, Daniel. L'autogestion entre l'utopie et la pratique: histoire d'une définition. In: 4e DÉBAT INTERACTIF DE L'ADELS. Disponível em: <www.adels.org/rdv/autogestion/17_1%27autogestion_entre_1%27utopie_et_la_pratique.rtf 2004>. Acesso em: 13 jan. 2013.

_____. Balanço crítico do conceito de autogestão na França. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p. 102-118.

_____. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David et al. (coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009. p. 26-30.

NASCIMENTO, Claudio. Socialismo autogestionário. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. *Do "Beco dos Sapos" aos canaviais de Catende: os "ciclos longos" das lutas autogestionárias*. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <www.mte.senaes.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2013.

_____. Autogestão: palavra e ideia. In: MELLO, Sylvia Leser de; BARBIERI, Estela Maria; SÍGOLO, Vanessa Moreira. *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, 2007. p. 29-46. v. 2.

NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato. A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias. In: NOVAES, Henrique Tahan (org.). *O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associação de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 95-116.

OLIVEIRA, Angelina de. Entrevista concedida para Cedac em Ação. Rio de Janeiro: Cedac, 2004.

PRESSBURGER, Miguel. *A construção do estado de direito e as assessorias jurídicas populares*. Conferência proferida em 29 de novembro de 1990 no Latin American and Iberian Studies Program. Coleção Seminários n° 15 – Discutindo a assessoria popular. Rio de Janeiro: Ajup/Fase, 1991.

SALLES, R. H. *Plano de negócios para cooperativas e associações*. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2001.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: UFSC, 2011.

SCHEIN, Edgar. *Process consultation*, v. II: lessons for managers and consultants. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1987.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexão sobre o socialismo*. 8. ed. rev. São Paulo: Eduesp, 2008.

AS FLORES NO ASFALTO DE UMA VIDA SEVERINA

As rupturas na organização
capitalista do trabalho¹

Flávio Chedid Henriques e Michel Jean-Marie Thiollent

No heterogêneo quadro que compõe o universo da economia solidária no Brasil, um tipo de experiência chama atenção por não se tratar da formação de novos agrupamentos de trabalhadores. A recuperação de empresas é uma prática desenvolvida por trabalhadores que, na iminência de ficarem desempregados, negociam ou lutam pelo acesso aos meios de produção de empresas falimentares. Ruggeri (2009) define a recuperação de empresas como um processo social e econômico que pressupõe a existência de uma empresa capitalista anterior cuja falência ou inviabilidade econômica resultou na luta dos trabalhadores pela autogestão.¹

Há vários exemplos históricos de manutenção dos postos de trabalho por meio da ocupação e recuperação das empresas, como na Comuna de Paris em 1871, na formação dos conselhos (soviets) na Rússia em 1905 e 1917, no Chile de Allende entre 1971 e 1973, durante a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974, entre outros. A partir da década de 1990, essa prática ressurgiu como alternativa para um contingente significativo de trabalhadores, sobretudo no Brasil e na Argentina.

No Brasil, há experiências de empresas recuperadas por trabalhadores (ERTs) desde a década de 1980, como exemplifica o caso da empresa de extração de carvão mineral em Criciúma (Cooperminas). Foi, entretanto, a partir da década de 1990, com o apoio da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), que aconteceu o crescimento e a consolidação dessas experiências no país. A partir de 1999, a Central Única de Trabalhadores (CUT) passou a apoiar a recuperação de fábricas por meio da Central de Coopera-

¹ Uma versão resumida deste capítulo foi publicada na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2.

tivas e Empreendimentos Solidários (Unisol), transformando a recuperação numa das possibilidades da luta sindical. Em 2002, surgiu o Movimento de Fábricas Ocupadas diante da falência das empresas do grupo Cipla de Joinville.

Em uma pesquisa realizada no Brasil, no âmbito da pesquisa que gerou este artigo, foram identificados 67 casos de ERTs em funcionamento e 78 casos de recuperação, que já foram encerrados.² Na Argentina, embora também existam experiências na década de 1990, a explosão do fenômeno se deu com a crise de 2001. Ocupar fábricas tornou-se uma alternativa concreta para 205 empresas,³ segundo dados do levantamento, feito em 2010, por pesquisadores da Universidade de Buenos Aires (Ruggeri et al., 2011).

Este capítulo sintetiza os resultados de uma tese de doutorado em que foram realizados cinco estudos de casos, sendo quatro na Argentina e um no Brasil, que permitiram realizar uma análise qualitativa das inovações produzidas por essas experiências. Durante o percurso da tese, foram visitadas mais de cinquenta ERTs nos dois países, com o intuito de descrever com maior clareza o universo estudado.

O capítulo estrutura-se em três seções: na primeira, é apresentada a especificidade da organização capitalista do trabalho, a qual serve de base para que se evidenciem as inovações das ERTs; na segunda, são apresentados dados das ERTs brasileiras e argentinas, além das principais pesquisas já realizadas sobre esses países, que ajudam a traçar um panorama geral das experiências; e, por fim, são relatadas as inovações identificadas em cinco estudos de casos com relação ao modelo capitalista de organização do trabalho.

A ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO

No intuito de identificar as inovações empreendidas pelas práticas de autogestão das empresas recuperadas, se faz necessário perguntar: que fatores comuns podem ser identificados nas diferentes escolas de organização do trabalho? Quais desses fatores são especificidades do modo de produção capitalista? Antes de respondê-las, faremos uma breve reflexão sobre o conceito de trabalho.

² Um capítulo que detalha esse mapeamento está no segundo livro desta coleção, mas, para podermos apresentar de forma comparada os casos do Brasil e da Argentina, foi necessário retomar alguns deles.

³ Com a crise de 2010, novas fábricas entraram em processo falimentar, e estima-se que cerca de cinquenta novas empresas foram recuperadas.

O conceito de trabalho

A discussão aprofundada acerca do conceito de trabalho extrapola os objetivos deste capítulo. O importante debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, que se encontra em Antunes (2003), por exemplo, excede nossos objetivos, muito embora sua tese sobre a centralidade do trabalho sirva de justificativa para o objeto de pesquisa aqui colocado.

Para identificar algumas das características centrais da organização capitalista do trabalho, faz-se necessário apresentar antes um conceito abrangente de trabalho para que a forma de trabalho capitalista, que é um momento particular e histórico, não seja compreendida como única possível. Mas como nosso foco é compreender as especificidades do trabalho no sistema capitalista, são apresentados também os conceitos em Marx, que permitem fazer tal distinção.

Muitos estudos conferem ao instrumento de tortura chamado “tripalium” a origem etimológica da palavra trabalho. Nessa concepção, o trabalho era entendido como uma atividade penosa, apenas exercida por escravos e pobres sem posse.⁴ Por eternizar um período histórico específico, essa definição exclui uma série de atividades realizadas por comunidades primitivas, nas quais os seres humanos puderam deixar de ser nômades.

Marx (1982, p. 202) define trabalho como o processo de interação do homem com a natureza que impulsiona, regula e controla seus recursos materiais, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Em sua definição, o trabalho é uma atividade exclusivamente do homem devido à sua capacidade de mentalizar o produto do trabalho antes de iniciá-lo: “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Braverman (1981), partindo da definição de Marx, diz que o trabalho humano⁵ é consciente e proposital, enquanto o trabalho de outros animais é instintivo. Essa é, para Liedke (1997), a dimensão física do trabalho. Com essa capacidade de antever o produto de seu trabalho e de poder executá-lo não apenas a partir de estímulos instintivos, os seres humanos puderam, por exemplo, planejar suas atividades a fim de produzir excedentes, o que permitiu que se fixassem em locais específicos. A utilidade dos produtos do trabalho para satisfação das necessidades humanas, Marx (1982) chamou de valor de uso.

⁴ Retirado de um dicionário etimológico (on-line). Disponível em: <www.dicionarioetimologico.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2012.

⁵ Dejours (2004), por entender que a atividade de trabalho é fundamentalmente humana, considera essa expressão um pleonasmo. Braverman (1981), de forma diferente, classifica determinadas atividades de outros animais como trabalho instintivo, mas entra em acordo com os demais autores citados no que diz respeito à capacidade única do ser humano de conceber o trabalho antes e independentemente da orientação do instinto.

Faria (2009a, p. 44) define o processo de trabalho como o “conjunto das operações realizadas pelos sujeitos trabalhadores, individual ou coletivamente, com a finalidade de produção de mercadorias”. Marx (1982) afirma que o processo de trabalho é realizado com o auxílio dos meios de trabalho,⁶ que atuam sobre os objetos de trabalho e as matérias-primas.⁷ O uso e a fabricação de meios de trabalho caracterizam o processo especificamente humano de trabalho, sendo a evolução dos meios de trabalho, para Marx (1982), um dos fatores distintivos das épocas econômicas.

Como afirma Liedke (1997, p. 271), “a quantidade de trabalho obtida depende do modo de organização do processo produtivo”. A busca por compreender e aprimorar as distintas formas de organização do processo produtivo dá origem ao campo de estudos sobre organização do trabalho,⁸ que Faria (2009a) define como a forma pela qual o trabalho é estruturado.

A organização capitalista do trabalho, foco de análise deste capítulo, caracteriza-se, em primeiro lugar, pela separação, datada historicamente, entre os detentores dos meios de produção, os capitalistas, e os detentores da força de trabalho, os trabalhadores. Como define Braverman (1981, p. 55), já se referindo ao modo de produção capitalista, “o processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador”.

Esse contrato de trabalho permite aos detentores dos meios de produção apropriarem-se do valor excedente produzido pelos detentores da força de trabalho. Esse valor refere-se ao trabalho realizado não pago pelo capitalista, que é o responsável por gerar mais valor (mais-valia) com relação ao capital investido. Como observa Marx (1982, p. 218), “o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas”. A forma capitalista de produção é, deste modo, caracterizada pela produção da mais-valia e por separar o produto de seu produtor. A mercadoria deixa de ter apenas valor de uso para ter também valor de troca.

Em um momento imediatamente posterior à primeira Revolução Industrial, a principal forma de extração de mais-valia era a extensão da jornada de trabalho, que Marx (1982) chama de mais-valia absoluta. Até determinado momento, embora não possuísse os meios de produção nem os produtos de sua atividade, o

⁶ Seguindo a classificação apresentada no capítulo anterior, feita por Faria (2009a), meios de trabalho são as tecnologias físicas.

⁷ Para Marx (1982), os objetos de trabalho são fornecidos diretamente pela natureza, enquanto as matérias-primas são objetos de trabalho que sofreram modificação e também servem de subsídio para a produção de valores de uso. Meios e objetos de trabalho formam os meios de produção.

⁸ As técnicas desenvolvidas para aprimorar o processo de organização do trabalho conformam as tecnologias de gestão.

trabalhador ainda detinha o controle sobre o ritmo de suas ações na fábrica. Marx (1978), no capítulo inédito de *O capital*, entende que, nessas condições, o processo real de produção ainda não tinha sido alterado, sendo essa uma fase de transição para a relação capitalista propriamente dita. A esse processo inacabado e apenas formal, Marx (1978) chamou de “subsunção formal do trabalho ao capital”.

O surgimento do *modo de produção especificamente capitalista* se dá, para Marx (1978), com a produção do que ele chamou de mais-valia relativa, que consiste em aumentar a produtividade do trabalho. Para isso, se fez necessário resgatar o controle, por meio de novas tecnologias de processo – físicas e de gestão – da atividade de trabalho. Marx (1978) chamou esse processo de “subsunção real do trabalho ao capital”, em que as relações de produção são alteradas substancialmente.

É curioso notar que o autor não pôde conhecer o processo que revolucionou totalmente as relações sociais de produção com o surgimento da administração científica de Taylor, o que sugere que as experiências em curso já apontavam para a tendência de desapropriação do saber do trabalhador. Como observou Braverman (1981), houve uma “alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador”.

Características centrais da organização capitalista do trabalho⁹

Como afirma Faria (2009a), a organização do trabalho é a forma pela qual o trabalho é estruturado. Tal estrutura pode ser identificada pela maneira de repartição do excedente, pela forma como o trabalho é concebido, controlado e executado, pela definição da sequência das atividades, pela organização do espaço de trabalho, pelas estratégias de aquisição de matéria-prima e controle de estoque, pela definição de estruturas de poder e tomadas de decisão, entre outras. A organização do trabalho não se restringe, então, ao modo de produção capitalista, sendo seu estudo relevante para compreensão das distintas racionalidades presentes nas formas humanas de trabalho.

Entretanto, o tratamento do tema como uma ciência, seguindo uma nomenclatura científica e tendo como objetivo sistematizar o conhecimento obtido por meio de uma racionalidade instrumental, é datado historicamente e coincide com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Além da alcunha de “administração científica” conferida ao modelo de Taylor, é comum que se referencie o modelo capitalista de organização do trabalho como sendo de “racionalização da produção”. Sem querer entrar na discussão sobre o fato de se tratar de uma ciência ou não, ou ainda de um método racional ou não, o fato é

⁹ Um detalhamento maior desta subseção pode ser encontrado em Henriques (2013).

que caso, possam ser assim designados, é preciso ter clareza de que se trata de uma ciência e uma racionalidade bem específicas.

Adorno e Horkheimer (2006, p. 11), assim como outros membros da Escola de Frankfurt, se debruçaram sobre a análise da racionalidade vigente no mundo capitalista e no que se transformou a ciência no período que se seguiu ao Iluminismo. Perguntam os autores: “Por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie?”. Ocorreu uma grande distância entre o esclarecimento idealizado e o realizado e, segundo eles, o pensamento esclarecedor não pode acontecer sem a liberdade na sociedade.

A escola da gestão capitalista é, em primeira instância, guiada pela razão instrumental, na qual os objetivos de acumulação do capital estão acima de qualquer outra variável que possa ser colocada nas funções administrativas; parte do pressuposto de que a desigualdade é natural e os diferentes precisam colaborar para que nada se altere. Como afirmam Adorno e Horkheimer (2006), a naturalização da desigualdade coloca o homem ainda mais submisso à natureza, dessa vez inventada por ele, colocando a ciência a serviço da coerção social. Como, então, essa escola teórica a serviço da coerção social se operacionaliza? Que características são intrínsecas das técnicas de gestão capitalista?

O primeiro elemento que pode ser extraído das principais escolas de organização de trabalho, como o taylorismo, o fordismo e o ohnismo, compreende a gestão da produção capitalista como um poder de controle que se exerce sobre o outro,¹⁰ ou seja, trata-se de uma heterogestão. Tal poder é exercido de forma coercitiva por uma minoria, detentora dos meios de produção, ou designada por esses, mesmo nos modelos que reivindicam a participação dos trabalhadores, como no caso do sistema japonês.

O segundo elemento presente nos modelos de organização capitalista do trabalho diz respeito à expropriação do saber do trabalhador. As técnicas desenvolvidas, sejam físicas ou de gestão, buscam eliminar o trabalho vivo e, quando não é possível, tentam restringir ao máximo a possibilidade de haver falha humana. Nesse sentido, convergem a simplificação das tarefas de Taylor e a autonomia toyotista.

O terceiro elemento é decorrente do fato da força de trabalho ser uma mercadoria. A organização capitalista do trabalho, por conta disso, caracteriza-se pela tentativa de utilização ao máximo dessa mercadoria, o que é feito por meio da intensificação da atividade de trabalho.¹¹ Para isso, o próprio conceito de trabalho é ressignificado, ou restringido, para o trabalho que agrega valor ao capital, como

¹⁰ Como afirma Faria (2009b), o controle é uma característica inerente às organizações, não sendo a especificidade capitalista, mas sim o controle coercitivo da classe burguesa sobre a classe operária.

¹¹ Esse elemento refere-se à produção de mais-valia relativa, que para Marx (1978) é responsável pelo surgimento do modo de produção especificamente capitalista.

feito por Ohno (1997). Como forma de eliminar desperdícios, os tempos ociosos nas fábricas são vistos como um problema, havendo, inclusive um conceito para designá-los, que é o de “porosidade”. Na gestão capitalista, a porosidade é um problema a ser enfrentado e o ritmo de trabalho é intensificado de sorte a que todo o tempo do trabalhador na fábrica seja gerador de valor.

Dessa concepção, segue uma quarta característica, que diz respeito ao local de trabalho. A lógica é a de que o que é feito dentro do espaço da empresa tem que gerar lucro. Mesmo quando se promove atividades que não sejam da produção propriamente dita, como, por exemplo, confraternizações entre os funcionários, isso se faz diante de uma lógica de que é possível, com essa forma de interação controlada, obter mais lucro. Não fogem dessa caracterização as novas concepções de espaço de trabalho em que atividades de lazer são permitidas e estimuladas nas empresas, dado que também buscam o aumento da produtividade e, em determinados casos, o aumento da jornada de trabalho.

O quinto elemento se refere às estratégias de ideologização, em que há uma apropriação da subjetividade dos trabalhadores. Nega-se, nesses casos, a existência da luta de classes, buscando fazê-los “vestir a camisa da empresa”, pois dessa forma também supostamente serão beneficiados. Esse processo os faz assumir os valores que regem o modelo capitalista. Trata-se de uma ideologização no sentido amplo, em que há também controle da vida social dos trabalhadores.

ERTS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Nesta seção, apresentaremos os resultados de pesquisas realizadas no Brasil e na Argentina sobre a totalidade dos casos de empresas recuperadas, com o intuito de gerar um panorama geral dessas experiências.

Argentina

As ERTs na Argentina foram objetos de pesquisa de inúmeros livros e teses desde 2001, período de uma das principais crises financeiras da história do país. Além de variados estudos de casos, que ajudam na compreensão das especificidades das iniciativas e dos principais motivadores da recuperação de empresas pelos trabalhadores, houve um esforço sistemático de levantamento de dados, como nos três mapeamentos realizados pela equipe do programa de extensão Facultad Abierta, da Universidade de Buenos Aires. Além dessas referências bibliográficas, baseamo-nos no trabalho de campo realizado entre março e julho de 2011, quando foram visitadas dezenove empresas argentinas recuperadas.

Foi no fim da década de 1990 que surgiram as experiências consideradas como antecedentes diretos das ERTs argentinas. Em 1996, o Frigorífico Yaguané foi recu-

perado por seus trabalhadores; seguindo-se a ele, em 1998, a Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina (Impa); e mais tarde, no ano 2000, a metalúrgica Unión y Fuerza, que foi a primeira a conseguir uma lei de expropriação. As três fábricas seguiram caminhos distintos e formaram diferentes entidades de representação.

Apesar desses casos, é muito difundido que na Argentina o surgimento das experiências de ERTs se dá a partir da crise de 2001 e 2002. Ruggeri (2011) demonstram que 14,6% dos casos existentes são anteriores a esse período, o que equivale a pouco mais de trinta iniciativas. Embora não se possa explicar o fenômeno de recuperação de empresas apenas pela crise financeira, vale lembrar que o ano de 2001 foi apenas o estopim de uma crise que já se anunciava. Segundo o último mapeamento realizado, das 205 ERTs identificadas no ano de 2010, 62% das experiências surgiram entre os anos 2001 e 2004 (Ruggeri, 2011). Mas além dos casos previamente existentes, depois de estabilizada a situação econômica do país, empresas continuaram sendo recuperadas por trabalhadores.

Se, em 2004, a equipe do Programa Facultad Abierta identificou a existência de 161 ERTs, em 2010 contabilizou 205 casos, envolvendo 9.362 trabalhadores. Depois de 2007, período de alto crescimento econômico no país, surgiram 10,2% das iniciativas mapeadas até 2010, ou seja, pouco mais de vinte iniciativas. Neste último mapeamento, uma das novidades foi a identificação de uma tendência de crescimento das experiências no interior do país. Se em 2002 essas representavam menos de 20% dos casos, hoje as fábricas fora da área metropolitana de Buenos Aires já representam pouco mais de 40% (Ruggeri, 2005; Ruggeri, 2011).

Na Argentina, o principal setor das ERTs é o metalúrgico, com 23,4% das experiências, seguido pela indústria alimentícia, gráfica e têxtil, com 12,6%, 7,8% e 6,3%, respectivamente, segundo Ruggeri (2011). O setor gráfico se organiza em uma rede que agrega dezenove gráficas com intuito de comercializar e comprar insumos de forma coletiva, além de ser um importante instrumento político de negociação com o Estado e de apoio à recuperação de novas gráficas.

Os dados apresentados demonstram que há uma forte relação entre a recuperação de empresas e o período mais agudo da crise, mas também revelam que antes do estopim da crise e depois de seu fim, tal ferramenta fez parte das estratégias de luta dos trabalhadores argentinos. Rebón (2007) considera que a recuperação produtiva de empresas é a resultante da alteração das identidades sociais e morais preexistentes por conta da crise, o que possibilitou a realização de novas articulações. Tais articulações foram possíveis devido a uma total perda de credibilidade nos políticos e em boa parcela do empresariado.

Em parte das empresas que foram recuperadas na Argentina, houve tentativas de fraudes no processo de falência. Álvarez (2009), ao analisar o discurso dos legisladores na aprovação da expropriação de uma empresa, identifica um apelo à imoralidade dos seus proprietários, diante das fraudes cometidas, ao que se contrapõe a moralidade dos trabalhadores que ocuparam as fábricas para manter a produção. Não se tratava, portanto, de uma afronta ao capital. Como bem observou Ruggeri

(2009), havia uma situação paradoxal na atitude dos trabalhadores que, ao lutar contra as fraudes, impediam que o capital roubasse a si mesmo.

Foi a partir das articulações feitas para evitar a fraude à indústria nacional argentina que a luta dos trabalhadores ganhou legitimidade por recuperar suas fontes de renda. Sem o apoio dos vizinhos das fábricas ocupadas, de sindicatos, assembleias de bairro e de movimentos sociais – entre eles, os que surgiram para apoiar especificamente as ERTs –, a recuperação de empresas não teria alcançado a mesma magnitude. Como relatam Ruggeri (2011), em 62% dos casos foi necessária a realização de ações diretas para a recuperação, sendo a principal delas, em 73,5% dos casos, a ocupação, seguida do acampamento na porta das fábricas (30,1%) dos que não conseguiram acessar o interior da fábrica ou que foram expulsos das instalações. Metade dessas experiências sofreu repressões ou tentativas de despejo, e as ocupações duraram, em média, de cinco a seis meses (Ruggeri, 2011).

Finalizando essa parte, em uma reportagem no jornal *Página 12* de 20 de novembro de 2012, os pesquisadores Julian Rebón e Rodrigo Salgado, da Universidade de Buenos Aires, revelaram dados de uma pesquisa feita com seiscentas pessoas da área metropolitana de Buenos Aires, na qual 70% dos entrevistados demonstraram conhecer o fenômeno das empresas recuperadas. Destes, 97% apresentaram uma ideia positiva dessa prática como uma forma de preservar fontes de trabalho e 86% considera justo que haja ocupação de fábricas para que estas sejam recuperadas.

Brasil

Até o fim da década de 1990, as pesquisas publicadas se limitaram a estudos de caso, sobretudo das primeiras empresas que foram recuperadas no Brasil na década de 1980 e início de 1990. Nos anos 2000, foram publicadas as primeiras pesquisas mais abrangentes que, a partir de estudos multicase, tentaram compreender o fenômeno, ressaltando suas potencialidades e identificando suas fragilidades.

A primeira foi realizada por Candido Giraldez Vieitez e Neusa Maria Dal Ri, entre os anos de 1998 e 2000, a partir da pesquisa de campo com dezenove empresas autogestionárias do setor industrial, e publicada no ano de 2001. Em 2002, em publicação organizada por Rogério Valle, foi relatada uma pesquisa empírica que ocorreu entre 1997 e 2000, envolvendo nove empresas que passaram por processos de recuperação. Em 2001, em uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e a Anteag, foram entrevistados 367 trabalhadores de treze empresas filiadas à Associação, dentre as quais oito eram provenientes de processos de recuperação. E em 2005, foram visitados 27 empreendimentos provenientes de massa falida pela equipe de pesquisa coordenada por José Ricardo Tauile et al. (2005).

Mesmo sem terem tido o objetivo de englobar a totalidade das experiências de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, os estudos supracitados são

importantes pontos de partida para caracterizar a atual situação das ERTs no país. Vieitez e Dal Ri (2001, p. 19) buscaram compreender a estrutura das relações de trabalho nas empresas estudadas, avaliando o estágio de democratização dessas relações e identificaram haver “modificações significativas na estrutura empresarial, particularmente na organização do trabalho”. Para eles, as principais modificações ocorreram na variável “controle do trabalho”, que, nestas empresas, passa a ter o significado de “regulação do trabalho”.

Mesmo que Vieitez e Dal Ri (2001) tenham identificado e valorizado os novos espaços criados para participação dos trabalhadores, não deixaram de notar a formação de uma elite político-administrativa, que tende a se perpetuar nas funções gerenciais com relativa autonomia do coletivo de trabalhadores e que podem futuramente representar o retorno das empresas às condições anteriores de funcionamento. Holzmann (2001), por meio de um estudo de caso, identificou que dois fatores prejudicavam a ampla participação dos trabalhadores que recuperaram a Wallig Sul: a timidez e a internalização de que não são capazes de dominar processos que vão além de suas atividades rotineiras.

Foram encontrados, portanto, nesses estudos um bom ponto de partida para a compreensão do universo das experiências de ERTs no Brasil. Entretanto, ainda não havia uma pesquisa com intuito de gerar informações sobre a totalidade de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil. A partir de um esforço coletivo envolvendo dez universidades, foi realizada uma força tarefa para analisar dados de livros, teses, artigos, além de bases de dados preexistentes para definir o número atual de ERTs no Brasil. Em seguida, buscou-se visitar a totalidade das experiências com intuito de realizar uma pesquisa censitária. Esse grupo¹² conseguiu identificar 67 ERTs em funcionamento no Brasil, envolvendo 11.704 trabalhadores, e 78 casos de ERTs que já faliram ou se reconverteram em empresas privadas comuns. Entre as que estão em funcionamento, foram visitadas 52 ERTs. As demais empresas, que não puderam ser visitadas, forneceram dados básicos por correio eletrônico ou telefone, o que permitiu que fosse traçado um quadro geral das ERTs no Brasil. Abaixo, são apresentados alguns dos principais dados dessa pesquisa (Henriques et al., 2013).

Entre as ERTs estudadas, quase a metade (45%) é do ramo da metalurgia. O ramo de atividade têxtil é o segundo mais frequente, com 16%. Em seguida, destacam-se ramo alimentício, com 13%, e a indústria química e de plástico, com 10%. A maioria das ERTs está concentrada nas regiões Sudeste (55%) e Sul (32%). Com exceção da região Centro-oeste, onde não foram encontrados casos, foram localizadas ERTs no Nordeste (10%) e Norte (3%), em que se encontram apenas dois casos.

¹² Que hoje mantém no CNPq o Grupo de Pesquisa sobre Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPRT).

A maioria dos casos estudados (81%) revelou que a recuperação da empresa se iniciou com uma crise financeira ou com a falência da antiga empresa, sendo o não pagamento de salário (43%) e a demissão de pessoal (23%) os principais motivos que levaram os trabalhadores a lutar por seus postos de trabalho. Os períodos que apresentam o maior número de recuperações das empresas ainda existentes foram os de 1995 a 1999, com 31% dos casos, e o de 2000 a 2004, com 29%.

Sobre a existência de conflitos no processo de recuperação, pouco menos da metade dos casos que responderam a essa questão (26 de 53), relataram ter sido necessário algum tipo de medida de força, sendo que, em 68% dos casos, houve ocupação ou acampamento, com duração média de 52 dias entre as catorze empresas que precisaram o tempo de ocupação.

Há uma predominância entre as ERTs que adotaram a forma jurídica de cooperativa (85%), seguido de empresas (10%), associações (3%) e um caso de comissão de fábrica (2%). Algumas ERTs se formalizaram inicialmente como cooperativas e fizeram a mudança legal para microempresa, pois consideram que a figura jurídica de cooperativa não tem os mesmos incentivos fiscais que as empresas.

Dentre 21 empresas que responderam sobre o perfil dos seus trabalhadores, identificou-se que 23% são mulheres e 77% homens, sendo 67% sócios dos empreendimentos e 37% contratados. A amostragem com relação à idade foi de dezessete empresas, sendo que 46,2% estão na faixa etária de 36 a 54 anos, seguidos de 39% na faixa etária de 18 a 35 anos, 12,7% de 55 a 64 anos e 19% acima de 65 anos. O percentual de trabalhadores com ensino médio completo é de 26,1% e com fundamental completo é de 19,5%. O percentual de trabalhadores com fundamental incompleto é de 21,7%. Há uma maior incidência de ERTs entre zero e cinquenta trabalhadores, totalizando 28 empresas. De cinquenta a cem, há doze. De cem a quinhentos, 22 e com mais de quinhentos, apenas quatro.

Há dezesseis casos de empresas que possuem mais contratados que sócios, o que revela uma prática de assalariamento em uma parcela significativa das ERTs. Entretanto, em 39 casos, o número de contratados não ultrapassa dez. Em dezenove empresas, todos os trabalhadores são sócios ou têm o mesmo poder na empresa. Com relação a diretores ou gerentes da antiga empresa, 40% das empresas (equivalente a cinquenta empresas) que responderam informaram que ao menos um gerente continuou na empresa depois da recuperação, enquanto 60% afirmam não haver a participação desses quadros após o período da recuperação.

Sobre mudanças na organização do trabalho, 43 ERTs (88%) afirmam ter realizado alguma alteração. As principais mudanças citadas foram: descentralização de poder e nível hierárquico; colaboração, comprometimento e motivação; rodízio e polivalência; flexibilidade (horário, função e posto de trabalho); melhoria do diálogo e relacionamento; autonomia e liberdade; e acesso à informação. Corroborando, o que já havia sido observado por Vieitez e Dal Ri (2001), 52% dos entrevistados

tados compartilham a ideia de que o papel dos supervisores/coordenadores deve ser de orientação, coordenação/organização do trabalho e das relações interpessoais.

A assembleia geral (AG) é a instância máxima de decisão das ERTs. Quase todas as empresas pesquisadas dizem que realizam AGs. A frequência de realização desses encontros varia bastante, sem apresentar nenhuma tendência predominante: 30% das ERTs realizam AGs uma vez por mês ou mais; 28% menos de uma vez por mês e mais de uma por ano; 28% anualmente; e 6% não responderam.

A jornada de trabalho nas empresas pesquisadas é, quase sempre (85% entre aquelas que responderam a questão), de 8 h/dia ou 44 h/semana, ou bem próximo disso. Ou seja, seguem a jornada estipulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na maioria das empresas (34 ERTs), todos os trabalhadores trabalham a mesma quantidade de horas por dia.

Quanto à remuneração, 49 empresas relataram ter retiradas diferenciadas entre os trabalhadores. A principal justificativa dada pelos entrevistados para a desigualdade de remuneração é a diferenciação por função. Apenas uma empresa informou ter retiradas iguais para todos os trabalhadores, e trata-se de uma empresa de pequeno porte que no momento da entrevista contava com apenas sete trabalhadores produzindo. Esse é um dos pontos em que os casos brasileiros de ERTs mais diferem dos casos argentinos. Ruggeri (2011) identificaram que mais de 50% das 205 ERTs argentinas praticam a retirada igualitária. A média da diferença entre o valor mínimo e o máximo no Brasil é de 4,76 (máximo/mínimo).

Dentre as 42 ERTs, 71,5% mencionaram que os acidentes de trabalho diminuíram depois da recuperação, sendo que nenhuma empresa mencionou que os acidentes aumentaram. Entre elas, 90,5% disseram que há mudanças com relação à pressão, sendo que, em 78% dos casos, essa pressão diminuiu. Buscou-se identificar um padrão de respostas do motivo da diminuição ou da intensificação, dado que a pergunta do questionário era aberta. A maioria incidência de respostas é de que a diminuição da pressão está relacionada à diminuição do controle e da hierarquia, que pode ser simbolizada em um dos relatos: “Quem determina o ritmo hoje é o próprio trabalhador”.

Com relação aos sindicatos, percebe-se que não existe um único caminho ou uma única opção tomada. Cada um deles atuou de maneira singular frente aos processos de recuperação das empresas. Por um lado, existem os casos em que o sindicato ofereceu assessoria, apoio e acompanhou os trabalhadores durante todo o processo de recuperação tendo, dessa forma, um papel fundamental. Também existem os casos em que o sindicato ofereceu apoio só no início. Em outros casos, há experiências nas quais o sindicato se manteve afastado totalmente do processo, sem prestar qualquer apoio aos trabalhadores, inclusive se colocando a favor dos empresários no momento de negociar as dívidas.

Outro aspecto relevante refere-se à pouca frequente relação entre as ERTs e a economia solidária, mostrando certo isolamento das experiências. Boa parte das

experiências nunca teve contato com nenhum tipo de organização, fórum ou empreendimento de economia solidária, nem com outras ERTs. Entendemos que o pouco contato existente entre as ERTs limita as possibilidades de estabelecerem vínculos solidários e comerciais, que seriam importantes para a implementação de melhorias e avanços no desenvolvimento das experiências, assim como também o incentivo para a constituição de redes. Acrescenta-se que essa falta de laços também se apresenta com o território no entorno das empresas. São muito poucos os casos de ERTs no Brasil que realizam atividades solidárias ou culturais para a comunidade e a vizinhança. O caso argentino de empresas recuperadas contrasta com o brasileiro nesse ponto; enquanto no primeiro há uma relação orgânica com as assembleias de bairro, vizinhos, movimentos sociais (Ruggeri, 2011; Rebón, 2007), no caso brasileiro, há pouco relacionamento e, quando há, são atividades pontuais.

RUPTURAS IDENTIFICADAS COM OS ESTUDOS DE CASO

Foram realizados cinco estudos de caso com o intuito de aprofundar a pesquisa sobre a organização do trabalho das empresas recuperadas. Entre os casos, havia o caso de uma rede de gráficas argentinas (Red Gráfica Cooperativa), que envolve dezenove empresas desse setor, das quais foram visitadas onze; uma empresa de cerâmica da província de Neuquen (Fasinpat Zanón); uma gráfica da cidade de Buenos Aires (Chilavert); uma empresa que presta serviços de tratamento de solo para o município de Avellaneda (Unión Solidaria de Trabajadores); e uma fábrica de bombonas de Sumaré, São Paulo (Flaskô). Como neste artigo não é possível descrever todos os casos, abaixo apresento uma síntese das inovações identificadas nas experiências analisadas.

A jornada e o ritmo de trabalho e a segurança do trabalhador

Um dos pontos polêmicos relacionado às ERTs é o que diz respeito à jornada de trabalho. Alguns estudiosos, como Fajn (2003) e Novaes (2007), apontam para o risco do que chamam de autoexploração, devido a identificação de casos em que há o prolongamento da jornada de trabalho.

Os resultados desta pesquisa apontam que não ocorre a intensificação da atividade de trabalho nas ERTs, como tentam afirmar alguns teóricos. Mesmo Rebón (2007), que também chega a falar do risco da autoexploração, identificou que há uma “desintensificação” da atividade de trabalho, que está relacionado ao novo ritmo, com mais tempos mortos e sem a pressão da patronal. Ruggeri (2009), a princípio, relativizou o termo “autoexploração” por ter identificado, assim como Rebón (2007), a existência de uma menor cadência na execução das tarefas. Mas a partir

do último levantamento realizado em 2010, em que foi identificado que a média da jornada de trabalho é de 8,6 horas, junto com sua equipe de pesquisa, afirmou que os dados contrastavam com as afirmações catastróficas sobre a jornada de trabalho nas ERTs (Ruggeri et al., 2011).

Em todos os casos estudados, a redução do ritmo de trabalho¹³ foi entendida como o principal fator para a diminuição do número de acidentes de trabalho. Essa é uma das principais críticas que os casos apresentados permitem fazer à organização capitalista do trabalho, responsável pela morte de 3 mil brasileiros e 410 mil acidentes por ano.¹⁴ Sem a característica principal da organização capitalista do trabalho, que é o controle externo da atividade de trabalho,¹⁵ há relatos que indicam haver uma redução significativa de acidentes de trabalho.

A diferenciação salarial

Os levantamentos realizados e os estudos de caso apontam para a existência de uma redução dos salários mais altos e o aumento dos salários mais baixos nas ERTs no Brasil e na Argentina. Embora no Brasil haja uma menor tendência na adoção de retiradas igualitárias, como já dissemos, a média é de que os salários mais altos sejam 4,7 vezes maior que os mais baixos. Na Argentina, mais de 50% das iniciativas adotam a retirada igualitária e quando há diferenciações, como nos casos apresentados, elas não costumam ser superiores a 100%.¹⁶

Mesmo nos casos em que há uma diferenciação, como na Flaskô, percebe-se que esta não se define apenas pela lógica de mercado, havendo critérios estabelecidos pelos trabalhadores que não estão relacionados a uma maior valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual. Nesta fábrica, por exemplo, o teto salarial é estabelecido de acordo com o maior salário do chão de fábrica, que é o do ferramenteiro.

O que pôde ser verificado é que algumas experiências ajudam a problematizar o tratamento da força de trabalho como mercadoria,¹⁷ mas não superam esta questão, por estarem inseridas no mercado capitalista. Nos casos em que a contratação de trabalhadores se tornou uma regra, essa questão não só deixa de ser problemati-

¹³ Este fato contrasta com o terceiro elemento da organização capitalista do trabalho, identificado no início deste capítulo, que é a intensificação máxima da atividade de trabalho.

¹⁴ Disponível em: <www.segurancaotrabalho.eng.br/artigos/acid_brasil.html>. Acesso em: 3 jan. 2013.

¹⁵ Na primeira seção, este foi o primeiro elemento destacado como uma das características da organização capitalista do trabalho.

¹⁶ Nos três casos argentinos em que houve um maior aprofundamento, a diferença entre o maior e o menor salário não ultrapassava 30%.

¹⁷ Terceiro elemento da organização capitalista do trabalho, identificado na primeira seção.

zada, como é estimulada para manter os privilégios dos sócio-fundadores, que são, em geral, os responsáveis pela recuperação das empresas, que passam a explorar trabalhadores assalariados.

Novos significados do espaço de trabalho

Outra característica marcadamente presente nas ERTs é a alteração do espaço físico, que dá um novo significado ao ambiente de trabalho. A lógica nas mudanças promovidas pelos trabalhadores contrasta com a racionalidade instrumental da organização capitalista do trabalho, que confere a esse ambiente unicamente a função de gerador de lucro.¹⁸

Nesse sentido, há uma série de novidades implementadas pelos trabalhadores. Uma delas diz respeito à aproximação entre o chão de fábrica e o setor administrativo. Em dois dos casos apresentados, este setor foi deslocado para que pudesse funcionar ao lado da produção, simbolizando uma aproximação entre profissionais que tendem a ser separados na organização capitalista do trabalho. Em alguns casos, como na *Flaskô*, foi ressaltada a ausência de barreiras de entrada no setor administrativo, além da possibilidade de livre circulação dos trabalhadores na fábrica, que ampliou o espaço da empresa para muitos trabalhadores que estavam restritos ao seu posto de trabalho,¹⁹ o que contrasta com as fábricas tayloristas e fordistas, onde o contato entre os empregados é evitado.

Todavia, a alteração mais emblemática está relacionada aos novos significados dados ao espaço de trabalho. Dentro do ambiente de trabalho convivem espaços de cultura, de ensino, acadêmicos e políticos. Foram identificadas em muitas das fábricas visitadas a formação de escolas, projetos de universidade popular, de centros culturais, de teatros, de complexos agroecológicos, de centros de lazer e de esportes, entre outros, que ressignificam o papel das empresas na sociedade. As visitas de escolas para conhecerem os processos produtivos são símbolos da quebra do sigilo fabril e da aproximação entre os trabalhadores e a vizinhança que circunda as empresas, que passam a ter uma relação de outro tipo.

Para além dos muros das fábricas: a relação com o território

Além de as experiências de ERTs estarem abertas para receber a sociedade civil, há, em muitos casos estudados, a atuação para além de seus muros. A iniciativa mais

¹⁸ Quarto elemento da organização capitalista do trabalho, identificado na primeira seção.

¹⁹ Essa questão ficou muito evidenciada também na *Zanón*, pois anteriormente os uniformes de setores possuíam cores diferentes para evitar que houvesse circulação entre eles.

emblemática é a da União Sindical dos Trabalhadores (UST), que destina 25% do seu excedente para investimentos na comunidade que a circunda, o que a permitiu implementar uma série de instrumentos públicos que beneficiam os seus moradores, dentre os quais estão cerca de 85% dos trabalhadores da empresa. Trata-se de uma relação nova com o território vizinho à empresa.

Não menos importantes são os casos da Zanón e da Flaskô, que atuam em parceria com trabalhadores de distintos segmentos, como professores, profissionais da área de saúde, além de movimentos sociais, como o movimento dos trabalhadores desempregados, dos sem-terra e dos sem-teto na luta por direitos sociais. Essa forma de atuação classista confronta a negação do conflito de classes e toda a tentativa de ideologização do trabalhador que busca implementar a organização capitalista do trabalho.²⁰ A Flaskô apoia a ocupação de parte de seu terreno por mais de mil pessoas que construíram suas casas e os auxilia no processo de urbanização, estabelecendo diálogo com a prefeitura.

A Red Gráfica Cooperativa (RGC) também demonstrou ser um caso importante para exemplificar ações realizadas entre ERTs, em que a identidade de classe dos trabalhadores superou a de empresários. Sem se preocuparem com a possibilidade de entrada de novos atores no mercado em que atuam, os trabalhadores que compõem a rede ajudaram a recuperar gráficas e passaram a atuar em parceria.

Relações entre os trabalhadores

A relação entre os trabalhadores também foi um dos aspectos muito ressaltados nas entrevistas. Há uma clara aproximação entre eles, que está relacionada à lógica de cooperação que passa a ser mais evidente. Muitos relatos ressaltaram que, anteriormente, os trabalhadores eram estimulados a competir entre si, seja por uma estratégia da própria empresa, acreditando ser essa a forma de obter maior produtividade, seja pelo fato real de que um novo trabalhador significava uma ameaça aos mais antigos, que por conta disso buscavam não ensinar a atividade de trabalho aos seus ajudantes.

O caso da UST, por exemplo, é significativo, pois ressalta a atuação da empresa com os trabalhadores desempregados da comunidade de San Lorenzo, seja por meio da incorporação de novos sócios na empresa, seja pela concessão de microcréditos para permitir a formação de microempreendimentos. A UST faz parte da Central de Trabajadores de la Argentina (CTA), uma central sindical com longa trajetória de atividades com desempregados do país. Os casos analisados demonstram que, embora haja a possibilidade de acirramento de ânimos devido à necessidade de tomadas de decisões coletivas, ocorre nas experiências de ERTs uma aproximação

²⁰ Quinto elemento da organização capitalista do trabalho, apresentado na primeira seção.

dos trabalhadores por haver uma consciência de que a cooperação entre eles não os ameaça e é um fator que beneficia toda a empresa. Se, antes, um novo trabalhador poderia significar a perda do posto de trabalho para um operário mais qualificado, hoje representa a possibilidade de que esses tenham substitutos em ocasiões em que seja necessário se ausentarem, sem representar uma perda de produtividade para o coletivo.

Mudanças no processo produtivo, no produto e no maquinário

Com relação ao maquinário, foram citadas algumas ideias, como a dos trabalhadores de Chilavert, que pretendiam reduzir o ruído das máquinas para que não precisassem utilizar os protetores auriculares. Entretanto, as alterações no maquinário parecem ter se restringido às adaptações necessárias para que a fábrica voltasse a funcionar e para que se mantivesse sem a necessidade de compra de novos equipamentos.

Em alguns casos, observa-se, por exemplo, que há um prolongamento da vida útil dos equipamentos, o que, de certa forma, problematiza a lógica predominante de atualização constante dos meios de trabalho, gerando cada vez mais instrumentos obsoletos. O fato de 46,2% das ERTs brasileiras e 70,8% das argentinas terem declarado que suas instalações e máquinas estão em boas condições, contrastando com diversos parques fabris observados, demonstra que há uma percepção distinta desses trabalhadores sobre o que consideram “boas condições”. Certamente não estão se referindo ao fato de terem tecnologias mais avançadas, mas adequadas às suas necessidades.

Com relação às inovações no processo produtivo é curioso notar que, na pesquisa brasileira, 74% das empresas declaram ter realizado inovações em alguma parte ou componente das máquinas ou no processo produtivo. Essa pergunta deveria ter sido formulada de outra maneira, pois é evidente que algum tipo de alteração foi necessário para recolocar a empresa em funcionamento. Além de ter sido mal interpretada, pois muitos, ao citarem as alterações, se referiam a aspectos organizativos, que estavam sendo analisados por outras questões.

Baseado em algumas respostas que obtive com os estudos de caso, pude concluir que apenas alguns poucos trabalhadores têm a consciência de terem sido realizadas mudanças no processo produtivo. Por exemplo, na Flaskô, embora tenha entrevistado muitos operadores de máquina, apenas um relatou haver uma mudança desenvolvida por eles: “A gente desenvolveu um molde que não tinha, a gente desenvolveu outra maneira de trabalhar mais fácil. A maneira de tirar as peças das máquinas, por exemplo. Foi conversando para pensar em novas formas de produzir” (trabalhador da Flaskô, entrevista concedida em 17 mar. 2012).

Essa declaração demonstra que uma pesquisa mais aprofundada sobre a atividade de trabalho, como estudos na área de ergonomia, por exemplo, podem revelar novidades relacionadas às adequações realizadas pelos trabalhadores de ERTs. Se parte das máquinas foram projetadas para retirar desses trabalhadores a maior quantidade de mais-valia e se, ao mesmo tempo, eles afirmam que conseguiram reduzir o ritmo de trabalho, essa é uma pista de que adaptações foram feitas para que pudessem se adequar à nova situação de trabalho.

A divisão de tarefas e o papel da mulher

Nos casos estudados, foi identificada a maior possibilidade de realização de tarefas distintas ao longo da vida laboral. Embora em nenhum deles haja um critério definido para rodízio de setores, o desejo dos trabalhadores e, por vezes, a necessidade das ERTs fazem com que seja comum a troca de função. Em alguns casos foram identificadas rotações de funções, como na Zanón, que define que os trabalhadores que atuam no sindicato precisam retornar para o setor produtivo, para que não percam a identidade operária. Verifica-se também, nessa empresa, a existência de rodízio dos trabalhadores do setor de imprensa e difusão, que atuam mais nas mobilizações e comunicação da ERT. Dessa situação, pode-se concluir que há um esforço para que haja um rodízio nos cargos que têm atuação política.

Esse fato, aliado ao livre acesso a informações e à livre circulação nas fábricas, permite aos trabalhadores um maior conhecimento do processo produtivo, como afirmado por muitos entrevistados. Isso representa um processo de desalienação que, em contraste com o segundo elemento extraído na primeira seção sobre a organização capitalista do trabalho, devolve o saber expropriado do trabalhador. Ou, seguindo o conceito de Simone Weil (1979), representa um enraizamento da classe operária.

Em todos os casos estudados, foi ressaltado que os coordenadores de produção ou encarregados, embora ainda exerçam um papel de organização, não têm a mesma função da empresa anterior de ser um elo entre o patrão com o chão de fábrica. Esses resultados corroboram a tese de Vieitez e Dal Ri (2001), que identificaram haver uma mudança de qualidade nas atividades desses trabalhadores, que deixam de exercer uma função de controle para uma de regulação.

Verificou-se, entretanto, que está mantida a divisão sexual do trabalho nos casos estudados. As mulheres seguem exercendo funções administrativas, de zeladoria, de cozinha e em setores leves da produção. Apenas em Zanón pudemos identificar poucos casos de entrada de mulheres em setores e funções que antes não exerciam, como de coordenação de setor. Também pudemos entrevistar duas mulheres que eram presidentes das cooperativas, uma na Argentina e outra no Brasil. Foi também a Zanón a única empresa na qual identifiquei haver uma luta explícita por

direitos iguais entre homens e mulheres, o que se materializa na formação de uma comissão de mulheres na fábrica. O mural da Zanón, que diz que “sem as mulheres, a luta vai pela metade”, simboliza esse processo e ajuda a lembrar a importância das mulheres no período de recuperação, seja no apoio direto na ocupação, seja na manutenção da família dos trabalhadores acampados.

A radicalização da democracia no interior das empresas

A democratização das relações sociais no interior das empresas é o último ponto a ser destacado na síntese dos aprendizados obtidos com os casos estudados. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a existência de instâncias formais em que há a efetiva possibilidade do conjunto dos trabalhadores associados interferir em decisões estratégicas da empresa, como na eleição do conselho administrativo, na demissão de algum membro, na aquisição de um novo equipamento e na definição das próprias remunerações. Em geral, essas instâncias são chamadas de assembleias, embora, em Zanón, receba o nome de *jornada*. Entretanto, estudos como o de Vieitez e Dal Ri (2001) alertam sob a tendência da formação de uma elite político-administrativa que tende a se manter nos cargos de direção e de monopolizar os espaços de decisão das empresas. A esse fato, os autores deram o nome de gestão de quadros.

Em algumas empresas ligadas à Red Gráfica Cooperativa, na UST e na Flaskô foram levantados problemas relacionados à baixa participação de parte dos trabalhadores nas assembleias e, em geral, foram vinculados à falta de formação dos mesmos, que pela dificuldade de formularem suas questões, optam por atuarem apenas no momento de votação. Casos como o de Chilavert, com número reduzido de trabalhadores, tendem a reduzir o hiato entre esses quadros e os demais, pois é mais comum que haja reuniões do conjunto de trabalhadores, rompendo possíveis barreiras que dificultem que se expressem.

Isso não significa que a democracia no interior das fábricas se limite às pequenas ERTs. A Zanón e mesmo a Flaskô demonstraram que há outras formas de estimular a participação de um maior contingente de trabalhadores. No caso da Flaskô, a existência de um Conselho de Fábrica ampliado, com 13 trabalhadores, e uma alta rotatividade de membros nessa instância, ajuda no processo de formação. Na Zanón, o rodízio implementado entre o chão de fábrica e o setor administrativo é importante para formação de novos quadros. Além disso, a existência de outros espaços de tomada de decisão, como o Conselho de Coordenadores, que se reúne toda semana, e as reuniões por setores ampliam numericamente e qualitativamente a participação dos trabalhadores nas jornadas. A jornada, que tem esse nome por ser levada a cabo numa jornada de trabalho de oito horas, permite que os problemas políticos e econômicos sejam tratados com cautela.

O quadro das ERTs aponta algumas dificuldades que impedem que a experiência da Zanón se generalize. Além da baixa formação já citada, há, em algumas iniciativas, limitações impostas pelo mercado, dado que há um número significativo de empresas na Argentina que produz por facção, o que pode significar uma interferência externa nas decisões da empresa. Ruggeri et al. (2011) afirmam que 49% das ERTs utilizam alguma forma de trabalho por facção, sendo que pouco mais de 30% dependem exclusivamente deste tipo de contrato. No Brasil, a dependência de empresas externas é menor, sendo que apenas 14,3% vendem mais de 80% da sua produção para um mesmo cliente.

Nos casos estudados, foram identificados espaços de tomada de decisão que não são meramente informativos, nos quais há uma possibilidade efetiva de reversão de uma proposta do Conselho Administrativo. Entendo este processo como um germe de radicalização da democracia no interior das fábricas, de fundamental importância para um processo de transição socialista. Não quero dizer que essas práticas irão resultar numa mudança sistêmica, mas que os aprendizados dessas experiências podem ser de fundamental importância para que, num eventual processo revolucionário, não sejam cometidos os mesmos erros do passado, em que o modelo capitalista de organização do trabalho foi transplantado para experiências de economia planificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das empresas recuperadas por trabalhadores faz parte da luta do movimento operário. Por um lado, no Brasil e na Argentina, elas representam uma nova estratégia para manutenção de postos de trabalhos em países que viveram crises profundas nas décadas de 1990 e 2000, causadas pela adoção da cartilha neoliberal. Por outro lado, representam uma nova etapa do que Nascimento (2005) qualificou como lutas pela autogestão, mesmo que o motivador inicial para a formação de grande parte das ERTs não tenha sido o desejo da prática da autogestão. Essas talvez sejam as experiências mais longevas em que a classe trabalhadora teve o controle das empresas que antes pertenciam a um capitalista.

É preciso que as ERTs sejam compreendidas dentro de seus contextos e que esteja claro que os objetivos iniciais dos trabalhadores que empreenderam essas lutas não era o de promover uma revolução socialista. Por esse motivo, parece-me que boa parte dos pesquisadores que fala em “degeneração”, para se referir aos casos que deixaram de apresentar o conteúdo de uma democracia radical, se esquece que a autogestão não era o norte buscado por seus protagonistas. Essas considerações têm objetivo de fazer uma crítica ao que Santos (2007) chama de razão indolente, que desperdiça as experiências reais por estar presa a soluções preestabelecidas para

os problemas sociais. É preciso que as iniciativas concretas permitam a ressignificação dos conceitos e das estratégias de luta para a emancipação social.

Apesar das diferenças explicitadas, Brasil e Argentina apresentam muitas semelhanças com relação às dificuldades encontradas pelos trabalhadores para colocarem de pé empresas que, em geral, estavam em condições de desvantagem no mercado globalizado. Os trabalhadores dos dois países também encontraram algumas soluções similares para enfrentarem esse desafio, e, tanto no Brasil como na Argentina, podem ser encontradas inovações nas experiências de ERTS, que são importantes aportes para os estudos da Tecnologia Social, sobretudo os referentes à organização do trabalho.

Destrinchar esse ponto é tentar responder à questão de pesquisa: “Que inovações no campo da organização do trabalho se produziram nas experiências de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina?”

A primeira das inovações diz respeito ao controle externo da atividade de trabalho, que deixou de existir parcialmente nas iniciativas apresentadas. Apesar de se manterem os líderes de setor, coordenadores e encarregados, esses deixaram de ter uma função de controle para ter uma função de coordenação. Ou para citar Vieitez e Dal Ri (2001), uma função de regulação. O profissional responsável por criar o elo entre a administração e a produção parece não ser mais necessário, pois há uma linha direta de comunicação, que fica ainda mais clara quando há rodízios entre essas funções. A heterogestão, ao ceder lugar para a autogestão, permite pensar que o que Marx (1978) chamou de “modo de produção especificamente capitalista” é parcialmente alterado nessas experiências, pois o controle do processo produtivo não é mais exercido pelo detentor dos meios de produção. Não se pode, entretanto, ignorar a pressão externa estabelecida por fornecedores e clientes, como nos casos das ERTs que trabalham por facção.

A segunda problematização que os estudos de caso permitem fazer está relacionada à expropriação do saber do trabalhador. Mesmo não havendo um rodízio sistemático nas ERTs, o maior convívio entre trabalhadores de distintos setores, a participação nas esferas de tomada de decisões estratégicas e a possibilidade de diálogo entre os que executam os trabalhos intelectual e manual permitem afirmar que há um maior conhecimento por parte dos trabalhadores da totalidade das ações que ocorrem na fábrica. Com isso, seus trabalhos passam a fazer mais sentido dentro do conjunto, sobretudo porque os resultados deles não são apropriados por outra pessoa. Para utilizar a categoria de Weil (1979), trata-se de um processo de enraizamento da classe operária.

A terceira ruptura, que está relacionada com a primeira, diz respeito à desintensificação da atividade de trabalho, tendo sido a questão do ritmo de trabalho a mais citada nas entrevistas realizadas. Como visto, essa característica representou, nos casos estudados, a redução do número de acidentes e uma maior satisfação dos

trabalhadores, que passaram a ser responsáveis por programar suas ações de acordo com suas reais possibilidades.

A quarta inovação que merece destaque é a ampliação do significado do trabalho e, conseqüentemente, do espaço de trabalho. Na estrutura organizacional dos casos apresentados sempre esteve presente um setor de mobilização, que estabelece vínculos das empresas com vizinhos e movimentos sociais. O entendimento sobre o que é a atividade de trabalho foi ampliado para ações de solidariedade,²¹ que exigiram modificações no espaço de trabalho, que passou a comportar escolas, centros culturais, teatros, entre outros. São provas de que a atuação das ERTs não se restringe ao âmbito econômico.

Não se pode ignorar a dependência que essas experiências têm de agentes do capital, como seus fornecedores, clientes, bancos e competidores, que limitam suas potencialidades, pois há interferências diretas em suas atuações. Também não se deve esquecer que os casos estudados foram escolhidos por já apresentarem previamente indícios de inovações organizacionais mais avançadas, o que não permite a generalização para o conjunto das ERTs.

Há, entretanto, nas contribuições das distintas ERTs, um conjunto de práticas que devem ser sistematizadas, divulgadas e trocadas entre as experiências. Há, por enquanto, uma flor que rompeu o asfalto, o tejo, o nojo e o ódio, como descreveu Carlos Drummond de Andrade (2008) simbolizando a construção de novas relações sociais de produção, materializada por iniciativas de luta de mais de vinte anos da classe trabalhadora. Suas práticas representam o que Ana Clara Torres Ribeiro (2005) chamava de “arte de resolver a vida”. A explosão de vida, mesmo quando franzina, como de uma vida severina, como propôs João Cabral de Melo Neto (2009), é o que mantém acesa a esperança de relações sociais de produção pautadas na lógica do trabalho.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Teodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ÁLVAREZ, María Ines Fernández. Expropiar la fábrica, apropiarse del trabajo. Procesos de construcción de demandas y prácticas de acción estatal em recuperaciones de fábricas em la Ciudad de Buenos Aires. In: GRIMBERG, Mabel; ÁLVAREZ, María Ines Fernández; ROSA, Marcelo Carvalho (org.). *Estado y movimientos sociales:*

²¹ Como no caso da Flaskô, em que foi criado um código para definir que o trabalhador não está operando porque está em atividade de mobilização.

estudios etnográficos em Argentina y Brasil. Buenos Aires: Antropografía, 2009. p. 131-156.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ANTUNES, Ricardo L. C. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2003.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DEJOURS, Cristophe. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Paralelo 15 / Ed. Fiocruz, 2004. p. 127-139.

FAJN, Gabriel (coord.). *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividade*. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. 5. reimp. Curitiba: Juará, 2009a. v. 1.

_____. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. 5. reimp. Curitiba: Juará, 2009b. v. 2.

HENRIQUES, Flávio Chedid et al. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HOLZMANN, Lorena. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: EdUFSCar, 2001.

IBASE/ANTEAG. *Autogestão em avaliação*. São Paulo: Anteag, 2003.

LIEDKE, Elida Rubino. Trabalho. In: CATTANI, Antônio David. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 2. ed. Porto Alegre: Vozes, 1997. p. 268-274.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, cap. VI. São Paulo: Cultura, 1978.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David et al. (coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009. p. 26-30.

NASCIMENTO, Claudio. *Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende: os “ciclos longos” das lutas autogestionárias*. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <www.mte.senaes.gov.br>. Acesso em: 3 jan. 2013.

NOVAES, Henrique Tahan. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OHNO, Taiichi. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

REBÓN, Julian. *La empresa de la autonomía: trabajadores recuperando la producción*. Buenos Aires: Colectivo Ediciones/Picasso, 2007.

REBÓN, Julián; SALGADO, Rodrigo. *La fuerza del trabajo. Página 12*, Buenos Aires, 20 nov. 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida. In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 109-120.

RUGGERI, Andrés. (coord.). *Las empresas recuperadas en la Argentina: informe del segundo relevamiento del Programa*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. Seube. Universidad de Buenos Aires, 2005.

_____. (org.). *Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

_____. (coord.). *Las empresas recuperadas en La Argentina: informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores*. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

TAUILE, José Ricardo et al. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massa falida*. Brasília: MTE/Ipea/Anpec/Senaes, 2005.

VALLE, Rogério (org.). *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Naria. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PARTE 2

PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

SOBRE O CONCEITO E A PRÁTICA DA PESQUISA-AÇÃO

Felipe Addor e Celso Alexandre Souza de Alvear

“Trata-se de conhecer para agir,
de agir para transformar”.

Michel Thiollent, 1996

Este capítulo foi desenvolvido a partir da releitura de dois trabalhos de revisão bibliográfica desenvolvidas por pesquisadores do Soltec/UFRJ. Primeiro, recuperamos a reflexão desenvolvida ao longo da dissertação de mestrado acerca da estratégia metodológica da pesquisa-ação (Addor, 2006). O intuito do trabalho foi o de analisar o percurso metodológico que vinha sendo traçado pela equipe do Soltec/UFRJ no projeto Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (Papesca), entre os anos de 2004 e 2005, em Macaé, na primeira experiência de atuação extensionista do Núcleo.¹ Para tanto, Addor (2006) procurou fazer um estudo mais amplo sobre o conceito de pesquisa-ação para que essa pesquisa desse subsídios para analisar o quanto a metodologia em desenvolvimento no projeto estava afinada com os preceitos metodológicos propostos pelos teóricos da pesquisa-ação, tendo como referência principal o autor Michel Thiollent.

Além disso, atualizamos as reflexões sobre o conceito a partir da tese de Alvear (2014), que traz um debate sobre o uso de metodologias, como a pesquisa-ação, no desenvolvimento de sistemas de informação para movimentos sociais. Essa tese utiliza-se da análise de dois estudos de caso – o Portal Comunitário da Cidade de Deus e o sistema de informação da economia solidária Cirandas.net – que fazem parte do projeto Tecnologias da Informação para Fins Sociais (Tifs) do Soltec/UFRJ.

Destacamos, inicialmente, as diferentes origens do que hoje viria a ser conhecido como a pesquisa-ação. Em seguida, com base em diferentes atores, apresentamos os pilares da pesquisa-ação, destacando três pares de conceitos que estruturam sua

¹ Os resultados deste trabalho podem ser vistos com mais detalhes em capítulo sobre a Papesca, no primeiro livro da coleção.

proposta metodológica: conhecimento e ação; pesquisador e ator; conhecimento científico e conhecimento popular. Por fim, contextualizamos a colocação em prática dessa proposta metodológica de pesquisa.

A HISTÓRIA DA PESQUISA-AÇÃO

Como a construção de uma estratégia metodológica de pesquisa não é pontual, é difícil delinear precisamente a origem da pesquisa-ação. Diversos pesquisadores são citados como precursores na utilização dos seus princípios.² No entanto, é amplamente aceito que o psicólogo norte-americano Kurt Lewin (1890-1947) foi quem, em meados da década de 1940, formulou e sistematizou a pesquisa-ação nos moldes conhecidos atualmente. Ela nasceu de uma insatisfação quanto aos métodos e princípios de pesquisa presentes no momento, que não abordavam as demandas percebidas na realidade. Susman e Evered (1978) indicaram que o primeiro artigo em que Lewin usou o termo pesquisa-ação (*action research*) foi publicado em 1946 e se chamava *Action Research and Minority Problems* [Pesquisa-ação e problemas das minorias], indicando, segundo os autores, “a preocupação de Lewin de que a ciência tradicional não estava ajudando na resolução dos problemas sociais críticos” (1978, p. 587).

Lewin teve o mérito de quebrar paradigmas vinculados à pesquisa naquela época,³ com ênfase em dois. A primeira ruptura foi em relação à participação dos trabalhadores. Como afirmou El Andaloussi (2004, p. 75), Lewin defendeu a participação dos trabalhadores nas pesquisas sobre o trabalho e nas tomadas de decisão, em uma proposta alternativa à *taylorista*⁴ prevalecente na época, pois acreditava que “a participação dos atores no trabalho, em um clima democrático, permite maior rendimento”. A segunda ruptura de Lewin foi sua proposta de uma relação mais próxima entre pesquisa e ação, incentivando os pesquisadores a saírem de seus

² El Andaloussi (2004, p. 73) destaca: Hess, que defende que suas origens podem ser atribuídas a autores como Mayo, Roethlisberger e Dickson; e Thirion, para quem Dewey seria a fonte. Masters (1995) cita: McKernan, que coloca como pioneiros Collier, Lippitt e Radke e Corey; McTaggart, que fala de Moreno com seus trabalhos de desenvolvimento de comunidades em Viena; e Freideres, que menciona Fals-Borda e o próprio Freideres. Masters define, ainda, grandes movimentos que tiveram influência na construção da pesquisa-ação desde o século XIX.

³ Susman e Evered (1978, p. 589) falam de “seis características da pesquisa-ação que servem como corretores das deficiências da ciência positivista”: é orientada para o futuro; prevê colaboração; implica um desenvolvimento sistemático; gera teoria embasada na ação; é agnóstica; é situacional.

⁴ Referente a Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro americano que se dedicou ao estudo da metodização para maior eficiência dos processos de trabalho na indústria. Sua obra central é *Princípios de administração científica* (São Paulo: Atlas, 1990), em que aplica os métodos científicos aos problemas de administração, baseando-se em leis, regras e princípios definidos. Segundo o autor, esses métodos são aplicáveis a todo tipo de atividade humana.

laboratórios para se depararem com controvérsias do mundo real (Thiollent, 2005, p. 173), passando de observadores distantes a envolvidos na resolução de problemas concretos (Greenwood; Levin, 1998, p. 19).

Tendo esse movimento como origem, o conceito da pesquisa-ação disseminado hoje é fruto de duas vertentes: a primeira, mais presente nos países industrializados, conhecida pela aplicação em organizações de diversas naturezas (escolas, empresas, cooperativas) para resolução de problemas; a segunda, mais forte na América Latina, utilizada em movimentos sociopolíticos, a partir dos anos 1960 (Thiollent, 1997).

Nos países latino-americanos e em outros países em desenvolvimento, a pesquisa-ação ganhou um caráter emancipatório. Nesse contexto, a pesquisa-ação é voltada principalmente para o engajamento sociopolítico de movimentos sociais, grupos oprimidos ou grupos mais pobres da sociedade. Por outro lado, no contexto norte-americano ou europeu, muitas vezes a pesquisa-ação tem um caráter mais pragmático, ou seja, busca o envolvimento e a participação dos envolvidos como uma forma de a ação ter maior eficácia (Thiollent, 1996, p. 14).

Greenwood e Levin (1998, p. 15) detalharam a primeira vertente vinculando o movimento *lewiniano* ao que chamaram de tradição ou movimento da democracia industrial⁵ na Europa, que, segundo eles, foi o primeiro esforço sistemático e significativo da pesquisa-ação em países ocidentais industrializados. Os princípios de Lewin foram levados, por volta dos anos 1950, para a Europa pelo Instituto Tavistock de Relações Humanas (Tavistock Institute of Human Relations), do Reino Unido, e foram utilizados por pesquisadores para aplicação de seus trabalhos diretamente em experimentos diários. Em sua obra sobre essas experiências, os autores Trist e Bamforth (apud Greenwood; Levin, 1998, p. 20), em 1951 mostraram que a tecnologia da produção e a organização do trabalho estão intrinsecamente ligadas, quebrando a tradicional abordagem *taylorística* do trabalho, “em que a pesquisa está sempre enfocada em achar o meio mais tecnicamente eficiente para organizar o trabalho em grupos responsáveis e segregados, que lidam apenas com um elemento claramente identificado e delimitado do ciclo de produção”. No entanto, por questões políticas, essas experiências não foram muito longe no país.

A abordagem *lewiniana* foi levada à Noruega,⁶ entre os anos 1960 e 1970, no âmbito do Projeto de Democracia Industrial Norueguesa,⁷ que objetivava realizar experiências de incentivo à democracia no chão de fábrica, o que foi chamado de reorganização sociotécnica do trabalho. Foi criada a ideia dos grupos semiautônomos, que propiciavam maior motivação aos trabalhadores e possibilitavam parti-

⁵ “Industrial democracy tradition or movement”.

⁶ Por intermediação do psicólogo norueguês Einar Thorsrud (Greenwood; Levin, 1998).

⁷ Norwegian Industrial Democracy Project.

cipação efetiva dos trabalhadores na tomada de decisão (Greenwood; Levin, 1998, p. 21). Lewin é creditado por alguns slogans vinculados à pesquisa-ação como “Nada é tão prático como uma boa teoria” e “A melhor maneira de compreender alguma coisa é tentar mudá-la”⁸ (Greenwood; Levin, 1998, p. 19).

Posteriormente, grandes empresas suecas, como a Volvo, atraídas pelo sucesso das aplicações em ambientes produtivos noruegueses, adotaram práticas similares. Entretanto, os diferentes objetivos buscados fizeram que essas tivessem como meta central a eficiência, deixando em segundo plano o discurso da democracia. Assim, a “democracia industrial ganhou a reputação na indústria mais como um meio eficiente de organizar o trabalho na produção em linha de montagem do que um caminho para um sistema mais justo” (Greenwood; Levin, 1998, p. 25). A aplicação dos princípios sistematizados por Lewin na organização industrial baseou-se na busca pela eficiência produtiva, deixando para trás, ao longo desse caminho, os pilares democratizantes de sua origem. Greenwood e Levin (1998, p. 26) afirmaram, ainda, que o pensamento da democracia industrial influenciou movimentos em outros países, como na construção do modelo japonês, país onde a cultura de trabalho em grupo representou um solo fértil para esse movimento.

A segunda vertente histórica da pesquisa-ação, construída na América Latina, teve início com o movimento da pesquisa participante, que, apesar de representar uma alternativa metodológica à pesquisa tradicional, não seguia exatamente os padrões lewinianos, pois possuía “um propósito muito mais crítico, compromissado e emancipatório” (Thiollent, 2005, p. 173). Thiollent (2005, p. 173) apresenta como as principais contribuições para o movimento, os pensamentos de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, as influências dos textos de Antonio Gramsci e Jürgen Habermas, e, depois dos anos 1980, no Brasil, as movimentações de Carlos Brandão, João Bosco Pinto e Pedro Demo. Nessa época de luta pela redemocratização, a pesquisa participante se apresentava como uma alternativa para a maior atuação das pessoas. Nos anos 1990, esta pesquisa continuou evoluindo e já se via alguma presença da pesquisa-ação.

Segundo Kemmis e McTaggart (2005), a vertente latino-americana da pesquisa-ação tem suas raízes associadas à teologia da libertação e a abordagens de desenvolvimento comunitário neomarxistas, estando todas, portanto, voltadas para a resolução de problemas de grupos oprimidos. Essa vertente tem como uma de suas principais premissas o entendimento de que, apesar de as ciências sociais ortodoxas se identificarem como neutras, elas possuem uma visão ideológica e servem para manter as relações de poder e os interesses dos grupos no poder.

⁸ No original: “*Nothing is as practical as a good theory*”; “*The best way to understand something is to try to change it*”.

Para Rahman (1991, p. 27), a pesquisa-ação, no contexto latino-americano, surgiu do ativismo e da militância de ex-universitários, que depois buscaram o equilíbrio entre o ativismo e a reflexão, questão central do World Symposium on Action-Research and Scientific Analysis, que aconteceu em Cartagena, na Colômbia, em março de 1977. A partir do fim dos anos 1980, com o seu reconhecimento inclusive por organismos internacionais, a pesquisa-ação começou a ser apropriada, cooptada e muitas vezes distorcida.

Para Fals Borda (1991b, p. 154), os pesquisadores da PAR (Participatory Action Research) costumam priorizar aplicações de tecnologias apropriadas às necessidades de grupos excluídos/oprimidos. Além disso, é muito comum trabalhar com sistemas de conhecimento voltados para pequenos grupos e para resgate/fortalecimento de culturas tradicionais. No caso brasileiro, podemos ver, atualmente, muitas ações que buscam desenvolver tecnologias sociais, conceito relacionado a tecnologias apropriadas a grupos contra-hegemônicos, que utilizam a metodologia da pesquisa-ação.

Segundo Fals Borda (2001, p. 27), o ano de 1970 foi um ponto de virada, no qual vários pesquisadores sociais largaram as universidades e decidiram envolver-se, mais ativamente, na transformação social. Havia uma vontade de combinar rigor científico e métodos críticos com o conhecimento popular, em uma construção coletiva do conhecimento. Pretendia-se, dessa forma, uma desconstrução científica e uma reconstrução emancipatória do conhecimento. Para alcançar esse objetivo, havia três desafios a ser enfrentados.

O primeiro desafio era desconstruir a ciência como verdade, mostrando que esta é uma construção social. A partir da convergência do conhecimento acadêmico com o popular, seria possível a criação de um conhecimento mais amplamente aplicável, que poderia ser voltado, principalmente, para ajudar classes sociais oprimidas. Assim, há uma busca pela recuperação crítica do conhecimento popular, não caindo na armadilha de um populismo (Fals Borda, 2001, p. 28).

O segundo desafio era criar uma teoria a partir de um envolvimento forte com a prática, com a intervenção e os processos de ação social. Para tanto, dialogou-se muito com a educação popular (relação pesquisa e ensino). Além disso, a prática e seus resultados são uma forma de validar as teorias (Fals Borda, 2001, p. 29-30).

O terceiro desafio era estabelecer uma relação diferente entre pesquisadores e pesquisados, para além da relação sujeito e objeto. Nesse sentido, era necessário tratar os pesquisados como seres pensantes e reflexivos. Devia-se fugir de uma visão liberal de participação, que tende à manipulação, possibilitando a combinação do conhecimento científico com o popular. Assim, os questionários tinham que ser construídos conjuntamente, desde o início. Também era muito comum o uso de grupos coletivos de reflexão, que estabelecia resultados mais confiáveis, e era fundamental tratar também a questão da linguagem, para permitir uma relação horizontal entre todos (Fals Borda, 2001, p. 30).

Como tarefas emergenciais da pesquisa-ação (Fals Borda, 2001, p. 33), estavam, portanto: (i) a transformação multidisciplinar e institucional, com a busca pelo trabalho multidisciplinar e a articulação entre técnica, cultura e ciência; (ii) o estabelecimento de rigor e de critérios de validade, combinando métodos quantitativos com qualitativos, triangulando resultados, através da examinação indutiva e dedutiva e da avaliação crítica dos resultados; (iii) a busca por generalizações, investigando grandes projetos de pesquisa e de diálogo com teoria, para análise de macroproblemas.

Segundo Thiollent (2005), o início do século XXI veio acompanhado de um movimento internacional de renovação da pesquisa-ação, estando presente em um maior número de áreas, inclusive as técnicas. Mesmo no meio acadêmico, houve um crescimento significativo nos últimos anos. No entanto, parte considerável das pesquisas classificadas como pesquisa-ação não reflete seus princípios metodológicos: “Tem-se observado a existência de uma grande quantidade de pesquisas que se denominam pesquisa-ação pelo simples fato de o pesquisador ter colhido informações diretamente no campo de observação com o público” (El Andaloussi, 2004, p. 71).

Porém, por possibilitar uma construção teórica mais próxima da realidade por meio do envolvimento dos trabalhadores, a pesquisa-ação atraiu muitos pesquisadores, como constatou El Andaloussi (2004, p. 58): “Nos últimos cinquenta anos, os pesquisadores, insatisfeitos a respeito dos paradigmas e dos métodos de pesquisa ditos clássicos, vêm explorando outras possibilidades”.

O CONCEITO DA PESQUISA-AÇÃO

Pela análise da bibliografia sobre pesquisa-ação percebe-se que a compreensão do termo é muito variada, inclusive na classificação dada por diversos autores.

Morin (2004) e Thiollent (1996), por exemplo, a consideraram como um *método ou estratégia de pesquisa*: “O termo pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores” (Morin, 2004, p. 56), e

a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. [...] à luz do que procede, a pesquisa-ação não é considerada como metodologia. Trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação. (Thiollent, 1996, p. 25)

Já El Andaloussi (2004, p. 16) a classificou não como um método, mas como um paradigma de pesquisa:

A pesquisa-ação não é uma simples técnica, nem um método de investigação de campo. Também não é uma simples prática de coleta de dados para a pesquisa. Ela se apresenta como um paradigma que possui suas próprias finalidades, seus próprios fundamentos teóricos e suas próprias características.

Na definição da pesquisa-ação, um ponto comum presente é a questão da atuação do pesquisador, o qual deve extravasar as paredes dos laboratórios e vincular-se diretamente às situações e problemas reais presentes na situação estudada. No entanto, uma das maiores controvérsias identificada na revisão realizada é se no termo pesquisa-ação está embutida a participação dos atores na identificação de problemas e na elaboração de soluções. De um modo geral, todos aceitam que os atores sociais devem ser inseridos na ação; mas isso não é senso comum para a fase de identificação de problema e elaboração de soluções. Como veremos mais adiante, enquanto alguns autores (Thiollent, 1996; Morin, 2004; Desroche apud Thiollent, 1997; El Andaloussi, 2004; Gauthier apud El Andaloussi, 2004; Greenwood e Levin, 1998) propõem que no conceito de pesquisa-ação já vem embutida a questão da participação dos trabalhadores em todas as etapas do processo; outros (Lewin; Masters, 2000) não fazem essa vinculação direta e classificam diversos tipos de pesquisa-ação, sejam estas participativas ou não.

Greenwood e Levin (1998, p. 6),⁹ por exemplo, foram enfáticos em afirmar que “pesquisa-ação se refere à conjunção de três elementos: pesquisa, ação e participação. A não ser que os três elementos estejam presentes, o processo não pode ser chamado de pesquisa-ação”. Thiollent (1997, p. 14), na mesma linha, define que

A pesquisa-ação consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real. Simultaneamente, há produção e uso de conhecimento.

Morin (2004, p. 56) defendeu que “o termo pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores”. El Andaloussi (2004, p. 102), depois de analisar vários autores sobre a definição de pesquisa-ação, expôs sua opinião de que ela é “um jogo de articulação entre teoria e prática, segundo estratégias que associam o pesquisador e os atores em um dispositivo elaborado em comum para realizar o projeto”. Desroche (apud Thiollent, 1997, p. 36) definiu a pesquisa-ação como aquela em que “os *autores* de

⁹ Greenwood et al. (1993) informam que “nossos colegas escandinavos ficam surpresos pela insistência americana em adicionar o termo ‘Participatory’ à ‘Action Research’. Na perspectiva deles, pesquisa-ação é impossível sem participação”.

pesquisa e os *atores* sociais encontram-se reciprocamente implicados: os atores na pesquisa e os autores na ação”. O autor elaborou um quadro no qual ele define oito diferentes tipos de participação, apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Pesquisa-ação e tipologia das participações

PESQUISA				
	DE EXPLICAÇÃO	DE APLICAÇÃO	DE IMPLICAÇÃO	Tipo de Participação
	SOBRE a ação e seus atores	PARA a ação e seus atores	PELA ação e seus atores	
1	+	+	+	Integral
2	+	+	-	Aplicada
3	+	-	+	Distanciada
4	+	-	-	Informativa
5	-	-	+	Espontânea
6	-	+	-	Usuária
7	-	+	+	Militante
8	-	-	-	Ocasional

Fonte: Desroche (apud Thiollent, 1997, p. 108).

Gauthier (apud El Andaloussi, 2004, p. 99) também entende a participação como pressuposto da pesquisa-ação. Baseado no quadro de Desroche, o autor elaborou uma nova proposta de análise e classificação dos tipos de pesquisa-ação, como apresentamos na tabela 2, mas deixando claro que “em cada um dos casos, os atores fazem parte tanto da dinâmica ‘pesquisa’ quanto da dinâmica ‘ação’” (Gauthier, 1993, apud El Andaloussi, 2004, p. 99).

Tabela 2 – Tipologia das pesquisas-ações

Tipos	FINALIDADES	INICIATIVAS	FORMA
	(A) Adaptação (T) transformação	(P) Pesquisador (A) Atores	(A) Ação (S) Sobre a ação
Recuperadora	A	A	S
Integradora	A	A	A
Avaliativa	A	P	S
Aplicada	A	P	A
Conscientizadora	T	A	S
Integral	T	A	A
Distante	T	P	S
Militante	T	P	A

Fonte: Gauthier (1993 apud El Andaloussi, 2004, p. 100).

O pioneiro Lewin não entendia a participação como um pressuposto da pesquisa-ação. Segundo Adelman (apud El Andaloussi, 2004, p. 75), Lewin e seus colaboradores fizeram quatro classificações da pesquisa-ação: ação pesquisa diagnóstica; ação pesquisa participativa; ação pesquisa empírica; e ação pesquisa experimental. Dentre estas, apenas a segunda coloca a participação como uma condição necessária para sua realização.

Masters (1995) segue o tipo de classificação de Lewin, ao categorizar a pesquisa-ação em três tipos: pesquisa-ação técnica; pesquisa-ação deliberativa ou colaborativa; pesquisa-ação participante ou emancipatória. No primeiro caso, o objetivo do pesquisador é testar uma intervenção particular baseada numa estrutura teórica previamente especificada. Seria papel do pesquisador identificar o problema e definir a intervenção a ser feita, em que a comunidade seria inserida, e haveria um acordo mútuo para implementação do projeto. A segunda classificação apresenta uma visão mais pragmática da pesquisa-ação, que enfoca, centralmente, na identificação e resolução de problemas. Já a terceira procura aumentar a consciência coletiva dos participantes ao longo de todo o processo, mostrando maior preocupação com métodos participativos.

O livro *Information systems action research: an applied view of emerging concepts and methods*, organizado por Kock (2007), exemplifica bem a vertente norte-americana pragmática da pesquisa-ação. Não contém nenhuma citação da questão emancipatória, de autonomia ou da abordagem latino-americana da pesquisa-ação. Apenas um artigo discute a questão da distribuição de poder dentro de uma pesquisa-ação, mas não se posiciona sobre buscar criar uma estrutura mais balanceada de poder. Ou seja, praticamente não há uma perspectiva política, e muito menos crítica, na abordagem norte-americana da pesquisa-ação, principalmente no que tange aos trabalhos com sistemas de informação.

Para a maioria desses autores do livro organizado por Kock (2007), a pesquisa-ação tem dois objetivos: resolver um problema imediato e desenvolver novo conhecimento científico (Baskerville, 2007, p. 313). Assim, o foco da discussão dos artigos está em como garantir a cientificidade da pesquisa-ação. Nesse sentido, Narayanaswamy e Grover (2007) propõem que todo artigo sobre uma pesquisa-ação deve descrever os seguintes aspectos: desenho do estudo, questões de controle, estrutura, metodologia, aplicação e aprendizado.

Muitas vezes, há uma confusão entre o conceito da pesquisa-ação e o da pesquisa participante, sendo considerados sinônimos. No entanto, há diferenças entre eles, principalmente nos métodos utilizados. Enquanto a pesquisa-ação está lastreada numa perspectiva de ação com base no conhecimento acumulado, a pesquisa participante, não. Na primeira, existe uma “vontade de ação planejada sobre os problemas detectados na fase investigativa”. Na segunda, prevê-se um “conjunto de discussões entre pesquisadores e membros da situação”, porém “nem sempre há uma ação planejada” (Thiollent, 1997, p. 21).

Por não ter como objetivo a ação concreta para além da formação das pessoas envolvidas, o método da pesquisa participante é diferente inclusive quanto à participação das pessoas. Como uma de suas metas principais é a conscientização, não há exigência de haver convergência de interesses nos envolvidos na situação pesquisada. Como ressalta Thiollent (1997, p. 22), muitas vezes “a pesquisa participante lida com situações de contestação de legitimidade do poder vigente”. Já a pesquisa-ação, por ter como objetivo a ação, e esta depender das diferentes instituições e pessoas afetadas no contexto, “requer legitimidade dos diferentes atores e convergência de interesses”. Isso significa que a pesquisa-ação pode ser participativa, estando mais próxima da pesquisa participante, mas não deve ter como pressuposto a participação dos atores, como vimos anteriormente.

Apesar das diferenças, esses dois tipos de pesquisa nascem de uma mesma natureza, como contraponto à pesquisa tradicional, positivista.¹⁰ A tendência que se percebe atualmente, segundo Thiollent (2005, p. 186), é de dirimir as diferenças colocadas entre as duas classificações de pesquisa, em direção a uma *fusão* em torno de uma pesquisa-ação participativa, hoje conhecida por PAR (Participatory Action Research).

Em função dessa controvérsia, é importante esclarecer que a pesquisa-ação pressupõe a participação dos atores em todas as etapas do processo de diagnóstico e resolução dos problemas, ou seja, pode ser entendida como a PAR, definida por Thiollent (1996, p. 14):

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Mesmo quando estamos falando de métodos participativos, a participação efetiva dos atores pode ter vários níveis. Sherry R. Arnstein (1969, p. 216), analisando políticas sociais do governo estadunidense, propõe uma escala de classificação para identificar as diferentes formas de participação cidadã, como é ilustrado na figura 1. Todos se promovem como métodos participativos, no entanto apenas alguns realmente permitem a participação.

¹⁰ El Andaloussi (2004, p. 62) apresenta o princípio essencial dos positivistas: “Toda observação de um fato particular, por indução, deve levar a uma teoria geral, a qual deve permitir, por dedução, explicar e prever todos os fatos particulares”.

Controle pelo cidadão	Poder cidadão
Delegação de poder	
Parceria	
Aplacamento	Participação simbólica
Consulta	
Informação	
Terapia	Não participação
Manipulação	

FIGURA 1 – Oito níveis na escada de participação cidadã

Fonte: Arnstein (1969, p. 217).

Na figura 1, os dois “degraus” de baixo representariam formas de “Não participação”; formas de “educar ou curar” as pessoas. Abrem-se espaços para a participação cidadã, mas sem que as opiniões sejam de fato consideradas. Os três níveis seguintes possibilitam que as pessoas ouçam as informações e/ou deem suas opiniões, mas sem influenciar, necessariamente, as tomadas de decisões, sendo classificado como “Participação simbólica”. Nesse formato, os cidadãos conhecem seus direitos, e suas opiniões e reivindicações são consideradas, mas não há nenhum comprometimento de que elas influenciariam nas políticas públicas. É uma participação controlada (Arnstein, 1969, p. 219).

Os últimos três degraus da escada podem ser considerados, segundo a autora, como níveis de “Poder cidadão”. Na *Parceria*, representantes reais da sociedade dialogam com os tomadores de decisão e é feito um acordo de compartilhamento de planejamento e de tomada de decisão. Não pode haver mudança unilateral após as decisões coletivas, existindo uma real distribuição de poder. Na *Delegação de poder*, os representantes da comunidade possuem a maioria dos assentos em conselhos deliberativos e grupos tomadores de decisão. Finalmente, o formato de *Controle pelo cidadão* ocorre, na maioria das vezes, quando pessoas da comunidade gerenciam um programa ou uma instituição que trata de questões locais, como escolas públicas, às vezes sem intermediários entre a fonte de financiamento e a organização (Arnstein, 1969, p. 223).

Essa sistematização é útil no sentido de definir o objetivo que um projeto que utiliza os princípios da PAR deveria ter. Mesmo não começando com um controle completo dos cidadãos, deve-se buscar subir paulatinamente a escada, até que seja alcançado seu degrau mais alto. Não significa que uma pesquisa só pode ser considerada PAR quando estiver no maior nível de participação; mas alcançá-lo deve ser seu objetivo.

Nas próximas seções, discutiremos os principais aspectos que caracterizam a pesquisa-ação e que a diferenciam de outros métodos de pesquisa.

CONHECIMENTO E AÇÃO

Um pilar forte na conceituação da pesquisa-ação é a relação entre conhecimento e ação. Esse também é um dos maiores desafios dos adeptos da pesquisa-ação.

A pesquisa-ação procura quebrar o método da pesquisa tradicional de pesquisar com o objetivo primordial de desenvolver conhecimento. Ela “encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais” (Thiollent, 1996, p. 16). Seus métodos preconizam que a geração de conhecimento não deve ser apenas para a troca entre pares acadêmicos, para ser publicada em revistas e para servir de fonte de livros e teses. Ela tem como meta auxiliar a construção de ações para a transformação da situação real estudada. “A relação entre conhecimento e ação está no centro da problemática metodológica da pesquisa social voltada para a ação coletiva” (Thiollent, 1996, p. 39).

Rahman (1991, p. 13) aponta que pessoas pobres e oprimidas, quando se tornam autoconscientes, transformam seu ambiente, progressivamente, pela práxis. Para o autor, muitos trabalhos de pesquisa-ação são inspirados pelo materialismo histórico, mas divergem de uma interpretação que acredita que é papel da vanguarda fazer a transformação social.

Um elemento essencial para a pesquisa-ação é a existência de uma relação entre dominação dos meios de produção e de dominação da produção de conhecimento. Assim, para transformar a sociedade, não basta, apenas, a coletivização dos meios de produção, mas é necessário, também, democratizar o processo científico, a geração de conhecimento, reconhecendo e permitindo que outros agentes historicamente excluídos do processo possam gerar conhecimento, e que este seja aceito no circuito científico (Rahman, 1991, p. 14-15). Para isso, é necessária a criação de uma ciência realmente popular (Fals Borda, 1991b, p. 151).

Outro elemento essencial é a criação de uma organização autônoma, a partir da formação de novos grupos ou do fortalecimento de grupos existentes. Para tanto, é necessária a busca da autoconsciência dos indivíduos e, da conscientização, como proposto por Paulo Freire. Espera-se, assim, que os agentes possam tornar-se sujeitos da pesquisa-ação, o que não é fácil, pois grupos oprimidos são, tradicionalmente, vítimas de uma estrutura de dominação, e têm dificuldades para superar suas atitudes de subordinação (Rahman, 1991, p. 16-17).

Por outro lado, o adepto da pesquisa-ação deve também estar atento para evitar o ativismo militante e colocar a ação como objetivo único, descuidando do rigor científico necessário a qualquer tipo de pesquisa. Essa ação deve lastrear-se numa base de conhecimento construída em conjunto pelos saberes científico e popular: “Entrosado com o trabalho dos profissionais, o do pesquisador consiste em cuidar do equilíbrio entre rigor científico e realidade dos fatos” (El Andaloussi, 2004, p. 156).

Portanto, a pesquisa-ação é adequada para situações complexas em que a pesquisa e a mobilização das pessoas são indispensáveis para o direcionamento e a concretização das ações, como defendem Thiollent (1996, p. 15), “é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida”; e El Andaloussi (2004, p. 145), “trata-se de uma ação que é a base de um projeto no qual o pesquisador e os atores estão implicados para exercer uma mudança, uma inovação, uma transformação dentro de uma dada problemática”.

Thiollent (1996, p. 18) conclui que a pesquisa-ação possui um duplo objetivo:

- a) Objetivo prático: contribuir para um melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes às ‘soluções’ para auxiliar o agente (ou ator) na sua atividade transformadora da situação.
- b) Objetivo do conhecimento: obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos e aumentar nosso conhecimento de determinadas situações.

O desafio está em equilibrar os dois objetivos, promovendo esse diálogo entre conhecimento e ação, sem pender para nenhum dos lados; como previne Thiollent (1996, p. 20): “É preciso evitar, de um lado, o tecnocratismo e o academicismo e, por outro, o populismo ingênuo dos animadores”. Não devemos procurar, como defende Paulo Freire (1987, p. 53), “nem um diletante jogo de palavras vazias – quebra-cabeça intelectual – que, por não ser reflexão verdadeira, não conduz à ação, nem ação pela ação. Mas ambas, ação e reflexão, como unidade que não deve ser dicotomizada”.

Pesquisador e ator

Uma segunda problemática na realização de pesquisas aplicadas é a relação do pesquisador com os atores. Por *ator* entendemos

toda pessoa, grupo de pessoas ou instituições que tenham alguma influência na situação avaliada ou sofram suas consequências. São tanto sujeitos quanto objetos da realidade considerada e interagem entre si. Assim, como estão de algum modo envolvidos no problema, poderão se envolver na tentativa de solucioná-lo por meio da realização do projeto. Provavelmente cada um dos atores – indivíduos, grupos ou instituições – terá uma compreensão diferente da mesma situação. (Campos et al., 2002)

Durante muito tempo, o papel tradicional do pesquisador foi o de forçar um distanciamento do seu objeto de estudo. Não deveria haver trocas entre ele e o meio,

pois isso impediria que sua análise tivesse um valor científico, já que estaria afetada pelo objeto de estudo, e que a situação real fosse avaliada, já que ela teria sofrido interferência da presença do mesmo (El Andaloussi, 2004). Na pesquisa-ação, o pesquisador deve estabelecer a maior troca possível com os atores. Para a realização do projeto é fundamental a construção de relações de confiança entre os participantes, que possibilite o trabalho conjunto e solidário: “A pesquisa-ação participativa implicante é um sistema aberto que permite trocas, informação e formação mútua, criando um clima de reciprocidade, com relações de igualdade, confiança e democracia” (El Andaloussi, 2004, p. 138).

Esse “sistema de trocas” promove a construção de uma base de conhecimento sólida e homogênea entre os atores, o que fomenta a ação coletiva. Tanto os pesquisadores trazem e fornecem seus conhecimentos científicos adquiridos em livros, em oficinas e em salas de aula para a sociedade, quanto esta agrega seus saberes empíricos, baseados no cotidiano, no trabalho diário e no acúmulo de conhecimentos realizado ao longo de gerações. Percebe-se, com isso, uma formação recíproca:

A articulação entre pesquisa e ação, a participação nas diferentes fases do processo e a negociação de cada uma das ações põem os atores e o pesquisador em uma posição de formação em que uns aprendem com os outros. Os conhecimentos se constroem à medida que os atores e o pesquisador avançam na resolução dos problemas. (El Andaloussi, 2004, p. 139)

Esse método tem um papel importante de preparação para quando as ações começarem a ser tomadas. Além do próprio conhecimento – sempre em construção –, forma-se, nessa relação dialógica, um grupo conciso e solidário que será o responsável pela transformação. Sem a vinculação dos atores e dos pesquisadores por meio de confiança, respeito, amizade e afetividade, o trabalho conjunto tem grandes chances de fracassar. O pesquisador precisa ter o cuidado de deixar claras suas intenções e obter, ao longo da pesquisa, aceitação e confiança das pessoas, conforme destaca Dione (apud El Andaloussi, 2004, p. 93):

A capacidade de reconhecer o interlocutor que está na frente, um do outro, a importância de cumprimentá-lo pelo nome e, se possível, de situá-lo com relação aos seus próximos, a seu pai, seus tios, ou seu clã, e também, aos acontecimentos recentes ou antigos nos quais esteve envolvido, determinam profundamente a comunicação que poderá se iniciar entre dois indivíduos.

Nessa perspectiva, há uma mudança no paradigma da pesquisa. Os pesquisadores passam a se envolver como atores. A pesquisa-ação, “com objetivo emancipatório e transformador do discurso, das condutas e das relações sociais”, não é feita pelos atores, sobre eles ou para eles; é realizada *com* eles (Morin, 2004, p. 55).

Cada parceiro é, ao mesmo tempo, pesquisador e ator na resolução de problemas. A reorganização das relações sociais na pesquisa-ação em torno da negociação redefine as representações dessas relações e permite transformar as lógicas reputadas opostas em sinergia dinâmica e construtiva. (El Andaloussi, 2004, p. 138)

Por outro lado, a pesquisa-ação pressupõe a aproximação do ator, do trabalhador, aos métodos reflexivos utilizados pelo pesquisador. Espera-se construir nos atores uma consciência crítica e uma reflexão sobre o seu cotidiano. Mas não significa que o pesquisador deva procurar levar o ator para a realidade de seu laboratório. Como afirma Morin (2004, p. 83), “para o pesquisador que se faz ator, não se trata de trazer ao seu laboratório o ator que se torna pesquisador, mas de ajudá-lo a construir suas próprias teorias ou lições de prática”.

Conhecimento científico e conhecimento popular

No processo da pesquisa-ação, duas preocupações ligadas à construção do conhecimento devem ser constantes. Primeiro, os pesquisadores devem sempre procurar passar o máximo de seu saber científico para os atores. Além de todo o conhecimento técnico, os pesquisadores devem transmitir os métodos de pesquisa, de análise e de mobilização, com o objetivo de contribuir para a formação de indivíduos com maior capacidade de intervenção em sua realidade e para a busca de sua emancipação social, que, num ponto ideal, não precisarão mais do apoio da universidade para realizar outros projetos. Ou, como destacou El Andaloussi (2004, p. 17): “Para que os indivíduos deixem de ser espectadores e se tornem cidadãos na vida da cidade”. Nessa transmissão, o pesquisador não pode se ater a ministrar palestras, pois isso não garante o real aprendizado. Deve procurar transmitir de diversas formas como os conhecimentos teóricos e metodológicos podem contribuir para a situação cotidiana dos atores. Tentar envolvê-los em cada processo da pesquisa, em cada oficina metodológica, é uma estratégia que pode ajudar (Thiollent, 1996, p. 66).

Em segundo lugar, os pesquisadores devem estar muito bem preparados e atentos para abrir espaços que facilitem emanar o conhecimento empírico dos trabalhadores – o que é muito importante para a construção da problemática real. Conseguir assimilar esse conhecimento facilita a identificação de dificuldades concretas e diminui a possibilidade de definir ações/soluções que não impactem diretamente nos principais problemas ou que não tenham viabilidade, principalmente socio-política (Thiollent, 1996, p. 67). Para tanto, deve-se estar comprometido com a compreensão da própria lógica de pensamento dos atores envolvidos. Esse fato nos remete ao que Miguel de Simoni (2000) propõe para projetos com comunidades,

para os quais devemos realizar um processo baseado em três etapas: *ir para ver; ir para viver; e ir para ver com os olhos dos outros*. Ou como Latour (2000) defendeu, o pesquisador deve procurar compreender a sociológica em que se baseia o ator para fazer suas asserções; sobre que articulação de fatos, experiências e raciocínios aquela opinião é formada. A compreensão dessa sociológica contribui na compreensão dos problemas e também na construção das ações.

A troca de saberes proposta pela pesquisa-ação é uma de suas grandes vantagens sobre outras formas mais tradicionais de pesquisa. A participação ativa dos trabalhadores enseja uma aproximação de sua realidade muito maior do que a pesquisa que não pressupõe a intervenção deles. Para atingir um equilíbrio complementar dos dois tipos de conhecimentos, científico e popular, faz-se necessária uma metodologia precisa e rigorosa que forneça aos participantes da pesquisa-ação um ambiente que os deixe à vontade para se colocar, mesmo contradizendo outros atores, mas com toda abertura e respeito para ouvirem outras opiniões, a ponto de mudarem as suas. Opiniões divergentes são construtivas e contribuem para o aprendizado dos participantes, conflitos pessoais, não. Um clima conflituoso entre atores tende a ser desagregador e a não permitir que se atinjam conclusões e propostas objetivas (Dubost apud Morin, 2004, p. 68).

Com métodos participativos próprios, estrutura-se uma complexidade muito mais próxima da realidade:

Às vezes, o bom senso popular está mais próximo do que se pode chamar de verdade, em termos realistas. Noutros casos, há nas generalizações populares exageros, unilateralidade, ou erros cometidos em função do predomínio de uma ideologia ou de crenças particulares. Mas isto não quer dizer que as generalizações dos pesquisadores sejam sempre de melhor qualidade [...]. A nossa perspectiva exige um controle mútuo estabelecido de forma dialógica a partir da discussão entre pesquisadores e participantes. (Thiollent, 1996, p. 38)

Como defende Thiollent (1996, p. 101), o estabelecimento dessa relação dos saberes formal e informal em um enriquecimento mútuo constitui um “desafio para o futuro em matéria de metodologia de pesquisa e de ação em diferentes áreas de atividade”.

Para Fals Borda (1991a, p. 3-4), um dos principais elementos da pesquisa-ação é a aquisição de conhecimento, que é combinada com a construção de um poder contra-hegemônico, voltado para pobres, grupos oprimidos, classes sociais mais baixas e suas organizações e movimentos sociais. Para isso, é necessária uma vivência e um comprometimento autêntico com os grupos, o que possibilita ver para que e para quem o conhecimento está sendo construído. Dessa forma, é estabelecida uma união dos internos e externos às classes oprimidas, para a transformação social.

Para o autor, existe uma tensão dialética entre o conhecimento acadêmico/cartesiano e o conhecimento da vivência/popular, o que leva à rejeição da assimetria sujeito-objeto. A pesquisa-ação entende que a ciência não é neutra e que é apenas uma das formas de construção de conhecimento; uma forma válida, mas que produz verdades relativas. Além disso, é enviesada por questões de classes, das quais os cientistas fazem parte (Fals Borda, 1991a, p. 4-7).

A pesquisa-ação tem como principais técnicas (Fals Borda, 1991a, p. 8): (i) a pesquisa coletiva: uso de dinâmicas de grupos, debates, assembleias, comitês, discussões, argumentação e consenso para coletar e sistematizar informações; (ii) a recuperação crítica da história: uso de conhecimento popular e de história oral para levantar a história – a partir da visão dos oprimidos, principalmente com os mais velhos – que permita entender melhor o contexto; (iii) a valoração e a aplicação da cultura popular: com o uso de elementos culturais como música, artes, esportes e outras expressões lúdicas e recreacionais; e (iv) a produção e a difusão de novos conhecimentos: com o retorno do conhecimento gerado.

Por fim, para Fals Borda (1991a, p. 10), é necessária uma busca contínua na criação de uma linguagem comum (ou um código compartilhado) aos pesquisadores e aos atores da pesquisa-ação, para que o conhecimento gerado possa ser apropriado por eles (agentes internos da pesquisa-ação).

PRÁTICA DA PESQUISA-AÇÃO

Não existe um passo a passo que oriente os praticantes da pesquisa-ação. Por procurar valorizar as características da situação, do local e dos atores envolvidos, cada projeto tem suas especificidades, e uma tentativa de produzir uma fórmula para estabelecer um método preciso de atuação só levaria ao insucesso e ao desrespeito aos princípios da pesquisa-ação. É difícil estabelecer um processo metodológico de pesquisa-ação que sirva a todas as ocasiões e lugares (Thiollent, 1997).

A pesquisa-ação vai além dos limites das ciências sociais, de sua origem, e é aplicada nas mais diversas áreas. Como mostra Thiollent (2005, p. 175), além de seus campos tradicionais de utilização (educação, organização, serviço social, saúde coletiva, extensão rural e comunicação), desde os anos 1990, ela tem sido aplicada também em outros campos como educação ambiental, design participativo e arquitetura, ergonomia, desenvolvimento local, engenharia de produção, sistemas de informação e extensão universitária. O Soltec/UFRJ vem experimentando a aplicação da pesquisa-ação nestes campos em seus projetos.

A utilização da pesquisa-ação vem aumentando no meio acadêmico, inclusive com uma maior abrangência de áreas, o que parece indicar uma proximidade maior que as universidades procuram com as comunidades. Como afirma Thiollent (2005, p.184), “se o papel da universidade for redefinido de modo a desenvol-

ver conhecimentos e formas de interação com o conjunto dos atores da sociedade, dentro de formas democráticas de atuação, a pesquisa-ação encontrará um espaço mais favorável”. A realização de projetos com a sociedade, como forma de troca dos conhecimentos acadêmico e popular, exige metodologias participativas, por todos os princípios que pressupõem, e por isso, a pesquisa-ação pode ajudar, pois ela possibilita dinamizar a extensão universitária (Thiollent, 2005, p. 185) em direção a uma maior valorização do popular.

Os objetivos de projetos de pesquisa-ação não necessariamente estão resolvidos e alcançados em seu fim. A geração de conhecimento e a resolução de problemas podem, muitas vezes, ser alcançadas, mas um terceiro objetivo ainda está em pauta: a formação de cidadãos. A realização desse tipo de projeto pauta-se por procurar estabelecer uma organização social democrática diferente da que hoje vemos. Como se preocupa Zuñiga (apud Thiollent, 1996, p. 45), o impacto sociopolítico deve ser constantemente analisado, pois

a pesquisa-ação é inovadora do ponto de vista científico somente quando é inovadora do ponto de vista sociopolítico, isto quer dizer, quando tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos e das coletividades que expressam uma aprendizagem coletiva tanto na sua tomada de consciência como no seu comprometimento com a ação coletiva.

Principalmente quando nos referimos a pesquisas-ações que trabalham com situações complexas de comunidades, a busca da emancipação dos atores locais pode conferir um sucesso maior ao projeto do que a simples resolução de problemas pontuais levantados. Uma metodologia que as conscientize, que possibilite sua participação e influência nas decisões, e lhes dê maior compreensão dos potenciais de sua mobilização, tende a representar resultados mais efetivos, em longo prazo, para a comunidade. Uma pesquisa-ação voltada para o desenvolvimento local com cidadania, como o caso da Papesca, estudado em Addor (2006), não deve colocar a questão da formação nas entrelinhas, mas como um terceiro objetivo, no mesmo patamar ou até mais alto que a construção de conhecimento e a concretização de ações para transformar a realidade.

A pesquisa-ação não pode ser aplicada a qualquer tipo de cenário. Algumas condições devem ser respeitadas para que seja possível realizar um projeto com essa estratégia metodológica, e a maioria delas não depende única e simplesmente da vontade ou atuação dos pesquisadores. O principal fator nesse sentido é o interesse dos atores e a capacidade de mobilização. Não será viável realizar um projeto de pesquisa-ação se as necessidades percebidas pelo pesquisador não forem compartilhadas pelas pessoas realmente inseridas na situação (Thiollent, 1997, p. 25). Nesse sentido, o pesquisador está sempre a andar numa corda bamba sobre a qual ele tem que se equilibrar. De um lado, está o risco da vertente tecnocrata, com o respeito

excessivo aos instrumentos e aos métodos científicos, que leva a um isolamento dos conflitos reais da pesquisa. Do outro, o perigo de, ao tentar não se prender a métodos e ferramentas, tender ao ativismo militante, sem a preocupação da cientificidade das ações e do registro dos métodos.

Na concepção da pesquisa-ação, um grande desafio consiste em desenvolver a instrumentalidade sem excluir o “espírito crítico”. De um lado, o uso intensivo de instrumentos sem consciência seria inadequado e, sem dúvida, de caráter “tecnocrático”. Por outro lado, a postura do tipo “consciência sem instrumento” leva os pesquisadores a uma forma de vivência sem produção de conhecimento. (Thiollent, 1997, p. 26)

Segundo Thiollent (1996, p. 8-9), a pesquisa-ação se ajusta, principalmente, no nível intermediário, entre o nível microssocial (indivíduos ou pequenos grupos) e o nível macrossocial (sociedade e grandes movimentos nacionais ou internacionais), portanto, é uma metodologia apropriada à análise de grupos, coletividades ou instituições. Além disso, tem como foco os aspectos sociopolíticos, em vez de aspectos psicológicos. Outro elemento importante da pesquisa-ação é o seu foco na análise de ações, e não nos aspectos estruturais de uma determinada realidade. Isso não quer dizer que os aspectos estruturais não devam ser levados em conta na análise, já que estes influenciam nas ações e nas relações sociais, mas que não é a prioridade na análise.

Buscando concretizar essas últimas considerações, poderíamos dizer que não faria muito sentido fazer uma pesquisa-ação sobre o Movimento Sem Terra (MST), sobre a favela Santa Marta ou mesmo sobre uma determinada ONG, mesmo que pequena. Porém, poderíamos fazer uma pesquisa-ação sobre um mutirão realizado pelo MST em uma determinada localidade, ou sobre a realização de um curso de educação para jovens e adultos na Santa Marta, ou sobre um projeto de fortalecimento da pesca realizado por uma ONG. Isto porque, por ter como elemento central uma ação, um elemento concreto, para buscar entender a realidade, a pesquisa-ação, normalmente, tem uma base indutiva, ou seja, parte do particular para o geral, porém, ela não se limita a isso, o objetivo é sempre um movimento de vai e vem entre o particular e o geral, entre a ação e a reflexão (Thiollent, 1996, p. 9).

Desde o início de uma pesquisa-ação, é muito importante ter claro qual é a ação que se pretende fazer e quais são os seus agentes. Deve-se estabelecer, conjuntamente, a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem implementadas. Além disso, a pesquisa-ação não pode ficar limitada apenas à resolução de um problema, mas deve buscar aumentar a consciência de todos os participantes sobre o problema, evitando um simples ativismo e aumentando a emancipação e a capacidade dos próprios participantes de resolver seus problemas de forma autônoma (Thiollent, 1996, p. 16).

No caso de uma pesquisa-ação dentro de uma organização que possui hierarquias preestabelecidas, um ponto muito importante é evitar a manipulação da pesquisa-ação por grupos que têm mais poder ou mais capacidade de influência. Deve-se buscar estabelecer uma negociação entre os participantes e cuidar para que todos os diferentes grupos estejam representados (Thiollent, 1996, p. 17).

É preciso ter clareza entre os objetivos da pesquisa e os da ação, e da relação entre esses objetivos. Enquanto o objetivo da ação costuma ser o de resolver um problema prático, sendo normalmente bastante específico, situacional, temporal e contextual, o objetivo da pesquisa envolve a geração de um conhecimento novo que, dificilmente, seria obtido por meio de outros procedimentos, e tem um caráter mais geral. É fundamental buscar um equilíbrio e uma conciliação entre esses objetivos ao longo da pesquisa-ação (Thiollent, 1996, p. 18).

Para auxiliar na práxis, Thiollent (1996) aborda doze temas relacionados com a prática da pesquisa-ação. Segundo o autor, esses temas não possuem uma ordem fixa, e ao longo da pesquisa se estabelece, entre eles, um “vaivém” em função das circunstâncias. Apenas o primeiro e o último podem ser considerados como “o ponto de partida e o ponto de chegada”. Os temas são os seguintes:

- Fase exploratória: “Consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas, e estabelecer um primeiro levantamento (ou “diagnóstico”) da situação”.
- Tema da pesquisa: é a designação do problema prático e da área de conhecimento a serem abordados.
- Identificação dos problemas:¹¹ definição dos principais problemas a partir dos quais a investigação será desencadeada.
- Lugar da teoria: “O projeto de pesquisa-ação precisa ser articulado dentro de uma problemática com um quadro de referência teórica”, “o papel da teoria consiste em gerar ideias, hipóteses ou diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações”.
- Hipóteses: não é fundamental para a pesquisa-ação. “Uma hipótese é simplesmente definida como suposição formulada pelo pesquisador a respeito de possíveis soluções a um problema colocado na pesquisa.”
- Seminário: técnica principal para “conduzir a investigação e o conjunto do processo”. “O papel do seminário consiste em examinar, discutir, e tomar decisões acerca do processo de investigação.” São momentos coletivos da pesquisa-ação em que pesquisadores e atores debatem e decidem os caminhos do trabalho.

¹¹ Embora esse tema apareça no livro (Thiollent, 1996) como “colocação dos problemas”, utilizamos neste capítulo, por indicação do autor, o conceito “identificação dos problemas”.

- Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa: refere-se às definições do campo de aplicação da pesquisa-ação, e das formas de representação do universo da população considerada pelo projeto.
- Coleta de dados: apresenta as técnicas para a coleta de informações necessárias ao prosseguimento da pesquisa.
- Aprendizagem: ao longo do processo, os pesquisadores devem estar preocupados com o processo de aprendizagem dos participantes.
- Saber formal/Saber informal: ressalta a importância da troca entre os saberes dos especialistas e técnicas e o dos interessados.
- Plano de ação: “Para corresponder ao conjunto dos seus objetivos, a pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada.”
- Divulgação externa: além do retorno da investigação aos interessados, deve-se procurar divulgar externamente os resultados obtidos no projeto.

Esses temas não pretendem apresentar-se como etapas ou como uma estrutura lógica de procedimentos para o desenvolvimento da pesquisa-ação. Seu papel é, acima de tudo, o de estimular os praticantes da pesquisa-ação a construírem suas práticas sem descuidar-se dos rigores científicos e dos procedimentos metodológicos básicos para a legitimidade de uma pesquisa.

No embate existente no meio universitário pela defesa da cientificidade da pesquisa-ação e da própria extensão, a realização de projetos de forma ativista, sem preocupar-se com a sistematização de informações, com a construção e a difusão do conhecimento e com a autoanálise metodológica, dará razão aos contrários às práticas extensionistas e aos pesquisadores do modo tradicional, ao diminuírem sua importância na indissociabilidade com a pesquisa e o ensino.

Segundo Thiollent (1996, p. 20-24), é importante manter algumas das exigências do ideal científico, o que não se confunde com uma visão positivista da ciência. A pesquisa-ação não deixa de ser um “laboratório social”, ou seja, um experimento semicontrolado que envolve seres humanos e, por isso, é tão importante seu caráter participativo e cooperativo na definição dialogada de seus objetivos entre os pesquisadores e os atores. No diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, constroem-se soluções melhores para problemas concretos, gerando, até mesmo, novos conhecimentos acadêmicos mais úteis e voltados para a população de uma forma mais ampla.

Uma vez que a pesquisa-ação trabalha com aspectos mais qualitativos que quantitativos, deve-se buscar estratégias para manter a objetividade dessa metodologia de estudo. Uma das estratégias é a construção do consenso, entre os pesquisadores e os atores, sobre o que está sendo observado e interpretado. Além disso, pode-se triangular as observações qualitativas com dados quantitativos, quando possível. Por fim, é por meio da argumentação que se busca interpretar os dados obtidos, o que permite gerar análises de cunho provável e plausível (Thiollent, 1996, p. 30). Dessa forma, a pesquisa-ação se diferencia do ideal positivista, pois não tem como

objetivo chegar a uma verdade, mas a fortes indícios ou indicativos de uma proposição.

Por mais que seja uma metodologia mais indutiva que dedutiva, é fundamental que o início da pesquisa-ação estabeleça algumas hipóteses, ainda que sejam exploratórias. Diferentemente do que ocorre em experimentos das ciências da natureza, nessa modalidade de pesquisa não é possível controlar todas as variáveis, nem os fenômenos possuem total repetitividade (mesmo nas ciências da natureza isso não é totalmente possível, como mostram os estudos sociais da ciência). Porém, no caso da pesquisa-ação, as hipóteses têm como objetivo principal nortear a pesquisa, facilitando a definição das estratégias e dos mecanismos da pesquisa.

A relação entre conhecimento e ação é um dos problemas centrais da pesquisa-ação. Essa relação envolve a passagem de uma proposição descritiva ou indicativa (por exemplo, “o maior problema da Cidade de Deus é a educação”) para uma proposição normativa ou imperativa (por exemplo, “Temos que construir uma escola”). Como não há uma relação direta nessa passagem, os pesquisadores devem ter cuidado para não impor sua visão, buscando contribuir através dos conhecimentos que têm, mas respeitando a vontade dos atores, os quais, no fim, serão aqueles que sofrerão as consequências das decisões tomadas pela proposição normativa ou imperativa.

Voltando a exemplos concretos, uma pesquisa-ação sobre uma passeata do MST dificilmente faria sentido, ao contrário do exemplo do mutirão dado anteriormente. O nível de influência que o pesquisador teria sobre a ação, no primeiro caso, seria muito pequeno, enquanto, no segundo, haveria uma maior possibilidade de estabelecer hipóteses antes da ação e de ter algum controle sobre as variáveis que influenciam na ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos ver no levantamento bibliográfico sobre pesquisa-ação, há uma diversidade na compreensão do que vem a ser esse conceito, direcionados, principalmente, pela sua construção histórica. Por um lado, as diferentes vertentes desse conceito, em uníssono, trazem a perspectiva de ruptura ao vincularem a construção de conhecimento, a pesquisa, a um objetivo efetivo de transformação da realidade, a ação. Por outro, há entendimentos da pesquisa-ação que não rompem com a ideia tradicional de que a sistematização e o gerenciamento do conhecimento devam ser de responsabilidade exclusiva dos tradicionais pesquisadores, descartando qualquer proposta de inclusão dos trabalhadores ou atores locais, que no caso são apenas o objetivo da pesquisa, no processo de pesquisa.

A pesquisa-ação é um dos principais conceitos utilizados no Soltec/UFRJ, ao lado de outros como economia solidária, tecnologia social, extensão e desenvol-

vimento local, representando nossa principal referência metodológica. Seus princípios e diretrizes estão presentes em todos os projetos que desenvolvemos. Vale ressaltar, portanto, que utilizamos, para nossa reflexão e prática, a perspectiva da concepção participativa da pesquisa-ação. No Brasil, em geral, o termo pesquisa-ação já vem acompanhado da proposta de participação dos atores em todas as etapas do processo. Entretanto, quando necessário, esclarecemos que nossa concepção do conceito está ligada ao que é internacionalmente conhecido como Participatory Action Research (PAR).

A experiência da Papesca representa grande berço da construção da estratégia metodológica do Soltec/UFRJ que, embora seja estruturada nas diretrizes da pesquisa-ação, possui suas particularidades e individualidades, que procuram ser levadas a todos os projetos que realizamos até hoje. O estudo feito sobre a Papesca em Addor (2006) permitiu perceber a dificuldade na concretização de projetos que utilizam a pesquisa-ação como orientadora de seus princípios e métodos. A participação e a conscientização dos atores locais requerem uma grande dedicação à prática do projeto, o que já havia sido alertado por Morin (2004). Por vezes, há divergência entre o projeto profissional do pesquisador e as demandas apresentadas para a realização da pesquisa.

Na atuação da Papesca, foram obtidas conquistas que só foram possíveis por essa cuidadosa preocupação acerca da metodologia de envolvimento dos atores locais nas diferentes etapas do processo, o que permitiu claros avanços na formação crítica dos trabalhadores da cadeia produtiva da pesca. Além disso, foram conjugadas opiniões de trabalhadores da pesca e de especialistas, de locais e de pessoas de fora, de descascadeiras de camarão e de secretários municipais, de cooperados e de funcionários de ministérios. Esse mosaico de experiências dos participantes foi fundamental para que se construísse uma análise coletiva precisa e completa da situação da cadeia produtiva de pesca, que dificilmente seria resultado de uma estratégia de pesquisa que não previsse a participação ampla e irrestrita.

Atentos aos conselhos de Thiollent, tivemos uma grande preocupação de dedicar-nos à geração do conhecimento para difusão, tanto para o meio acadêmico quanto para a comunidade envolvida, com a elaboração de relatórios, cartilhas, artigos e trabalhos acadêmicos. Entretanto, ainda pecávamos por não conseguirmos estabelecer um equilíbrio entre a teoria e a prática, tendo sido identificado uma maior dedicação às realizações práticas e aos contatos com os atores. Para os que trabalham com a pesquisa-ação no contexto universitário, imaginamos que esse seja um dos maiores desafios.

Em mais de uma década de existência do Soltec/UFRJ, ainda acreditamos que a estratégia metodológica da pesquisa-ação representa um caminho de mudança real dos tradicionais paradigmas de pesquisa acadêmica, podendo trazer benefícios, principalmente no que concerne à integração entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito universitário. O seu reconhecimento como método científico de pesquisa

está atrelado a cada vez mais conseguirmos mostrar como a consolidação de espaços horizontais e dialógicos de interação com a sociedade pode contribuir para uma nova estratégia de geração de conhecimento e de construção de tecnologias. Uma estratégia que permita que a universidade pública esteja mais próxima da realidade da maioria da população brasileira e obtenha maior importância na transformação de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe. *A pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé: uma análise do percurso metodológico*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – PEP/Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ALVEAR, Celso A. S. *Tecnologia e participação: sistemas de informação e a construção de propostas coletivas para movimentos sociais e processos de desenvolvimento local*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – PEP/Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

ARNSTEIN, Sherry R. Ladder of citizen participation, *Journal of the American Institute of Planners*, p. 216-224, jul. 1969.

BASKERVILLE, R. L. Educing theory from practice. In: KOCK, N. (ed.). *Information systems action research: an applied view of emerging concepts and methods*. Nova York: Springer, 2007.

BROSE, Markus. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo, 2001.

CAMPOS, Arminda E. M. et al. *Elaboração e monitoramento de projetos sociais*. Brasília: Sesi, Departamento Nacional, 2002.

EL ANDALOUSSI, Khalid. *Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia*. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FALS BORDA, O. Some basic ingredients. In: FALS BORDA, O.; RAHMAN, M. A. *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research*. Nova York: Intermediate Technology Pubs/Apex Press, 1991a.

_____. Remaking knowlegde. In: FALS BORDA, O.; RAHMAN, M. A. *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research*. Nova York: Intermediate Technology Pubs/Apex Press, 1991b.

_____. Participatory (action) research in social theory: origins and challenges. In: REASON, P.; BRADBURY, H. *Handbook of action research: participative inquiry and practice*. Londres: Sage, 2001.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GREENWOOD, Davydd J.; LEVIN, Morten. *Introduction to action research: social research for social change*. Califórnia: Sage, 1998.
- GREENWOOD, Davydd J.; WHYTE, William Foote; HARKAVY, Ira. *Participatory action research as a process and as a goal*. Human Relations, v. 46, n. 2, 1993, p. 175-192. Publicação do Tavistock Institute of Human Relations.
- KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. Communicative action and the public sphere. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). *The Sage handbook of qualitative research*. 3. ed. Londres: Sage, 2005. p. 271-330.
- KOCK, N. (org.). *Information systems action research: an applied view of emerging concepts and methods*. Nova York: Springer, 2007.
- LATOURETTE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- LIANZA, Sidney et al. A pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 211-218.
- LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.
- MARQUES, Ivan da Costa. Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 13-25.
- MASTERS, J. The history of action research. In: HUGHES, I. (ed.). *Action research electronic reader*. The University of Sydney. 1995. Disponível em: <www.iopp.ru/pub/21sept06_M2.doc>. Acesso em: 6 nov. 2014.
- MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- NARAYANASWAMY, R.; GROVER, V. A critical assessment of information systems action research. In: KOCK, N. (org.). *Information systems action research: an applied view of emerging concepts and methods*. Nova York: Springer, 2007.
- RAHMAN, M. A. The theoretical standpoint of PAR. In: FALS BORDA, O.; RAHMAN, M. A. *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research*. Nova York: Intermediate Technology Pubs/Apex Press, 1991.
- SIMONI, Miguel. Engenharia de produção da exclusão social. In: THIOLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: Eduff, 2000.

STRINGER, Ernest T. *Action research*. 2. ed. Califórnia: Sage Publications, 1999.

SUSMAN, Gerald I.; EVERED, Roger D. An assessment of the scientific merits of action research, *Administrative Science Quarterly*, Cornell University, v. 23, p. 582-601, dez. 1978.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, p. 172-189.

A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DO LIPE PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

*Antônio Cláudio Gómez de Sousa, Ricardo Jullian da Silva Graça e
Rejane Lúcia Loureiro Gadelha*

Este capítulo apresenta um método para a formação continuada de professores em informática educativa desenvolvido pelo LIPE (Laboratório de Informática para Educação), resultado de muitas experiências e estudos realizados nos vinte anos de existência do laboratório. Iniciaremos apresentando as principais ações desenvolvidas pelo LIPE, que construíram a base experimental do método. Na seção seguinte, discutiremos o ambiente universitário próximo do Centro de Tecnologia (CT) da UFRJ e suas influências nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que engloba as atividades do LIPE. Na seção subsequente, veremos as bases teóricas sobre as quais se apoiam as atividades do laboratório e também de seu método. Em seguida, há uma descrição de como foi desenvolvido o método, com realce para as atividades de formação continuada de professores. E finalmente, revisitaremos os principais pontos levantados na construção do método.

AÇÕES DO LIPE

O Laboratório de Informática para a Educação (LIPE) começou em 1994, com o nome de Projeto Minerva, e nasceu pela disposição de dois técnicos com formação em licenciaturas e experiência em projeto de extensão da UFRJ, local onde participaram da formação de jovens para o trabalho, e de um professor do Departamento de Eletrônica (DEL) da Escola Politécnica (EP) da UFRJ. Quando estes se depararam com inúmeros computadores que já não comportavam os novos softwares em utilização na universidade e eram, simplesmente, jogados fora, mesmo funcionando, este desperdício, típico de nossa sociedade de consumo, foi uma afronta

frente à situação de nossas escolas públicas, carentes de investimentos em laboratórios de computação. A partir desse cenário, foi criado o Projeto Minerva, que passou a se chamar, em 2002, Laboratório de Informática para a Educação (LIpE), e teve como objetivo inicial obter doações de computadores para formar laboratórios em escolas públicas e apoiar a utilização desses laboratórios.

Na época de início do projeto, a política neoliberal de estado mínimo predominava no Brasil, e as escolas sofriam com a falta de investimentos. A opção por apoiá-las foi no sentido de ir contra esta política, fortalecendo o estado na área de ensino. Os computadores doados nem sempre funcionavam adequadamente, o que obrigou a trabalhar na sua manutenção, iniciando um trabalho de reciclagem. Os irrecuperáveis eram desmontados e as peças reutilizadas. Com o desenvolvimento das redes, foi necessário apoiar também a instalação de redes. Estas atividades, desde o início, contaram com a colaboração voluntária dos alunos de graduação da Engenharia Eletrônica e de outros cursos da UFRJ, fortalecendo a interdisciplinaridade.

Nos primeiros anos, o trabalho foi realizado diretamente com os alunos das escolas públicas, o que condicionava o funcionamento dos laboratórios à presença da UFRJ nos mesmos. Como se pretendia manter o projeto de um a dois anos em cada escola e, depois de assegurada a continuidade do uso dos laboratórios, passar a outra escola, foi necessário mudar a forma de atuar. Passou-se, então, a centrar o trabalho na “formação permanente dos professores” para a utilização da informática educativa, mantendo o apoio de manutenção nos equipamentos e softwares. Esta ficou sendo a forma de atuar do LIpE nas escolas públicas.

Em 2002, a UFRJ iniciou um programa de extensão na Vila Residencial da Ilha do Fundão, em que participaram várias unidades de diferentes centros. O LIpE ficou responsável pela instalação e funcionamento de um laboratório de computação. Foram discutidos com os demais participantes do projeto e com a comunidade da Vila os objetivos do laboratório, que passaram a ser a inclusão digital da comunidade, o reforço no ensino básico dos estudantes da Vila e a formação de multiplicadores que poderiam vir a assumir a responsabilidade pelo funcionamento do laboratório.

Dois anos depois, o LIpE passou a parceiro do Programa UFRJmar, em que participou na formação de professores de escolas do Ensino Fundamental de algumas cidades litorâneas do estado do Rio de Janeiro, e um ano mais tarde, em 2005, tornou-se parceiro do Soltec na formação de jovens para o trabalho em São João do Meriti.

Em 2008, o LIpE participou, junto com o Espaço Miguel de Simoni, da Coppe, de um edital da Finep – Inovação e Pesquisa, o ProMove – Business Intelligence Solutions, para a formação continuada de professores do ensino médio, no nosso caso, focado em uma escola técnica. Este projeto, além do trabalho com os professores, possibilitou melhorar os laboratórios do LIpE, no DEL/Polí, e do Colégio Graham Bell, antigo parceiro do laboratório. Ainda nesse ano, o LIpE participou, com

outras instituições da UFRJ, de um projeto da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) para a inclusão digital de jovens de várias comunidades do Rio de Janeiro.

Presentemente, o LIpE continua com o trabalho Informática Educativa de formação continuada de professores em escolas do Ensino Fundamental, participa com o Soltec em um projeto na Cidade de Deus, com a Coppe em um projeto para a alfabetização de trabalhadores terceirizados da UFRJ, e com a Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ para a formação dos funcionários da UFRJ.

Um aspecto que merece destaque é a participação de estudantes de graduação da Escola Politécnica e de outras unidades da UFRJ nos projetos, importante para sua formação, colocando-os como atores na solução de problemas sociais. Não apenas tomando contato com os mesmos, mas participando ativamente de reflexões e ações para resolvê-los. Esta atuação no mundo real deu-lhes um conhecimento aprofundado dos problemas, suas origens, e possíveis políticas públicas para resolvê-los.

O CONTEXTO

O LIpE está situado no Centro de Tecnologia (CT) da UFRJ. Na pesquisa, predomina no CT a busca de conhecimentos técnicos, com uma visão que separa a “cultura científica da cultura humana”. Aqui cabe uma explicação. Esta expressão é devida a Lorde Snow, que, em 1959, deu uma palestra em Cambridge com o título de “As duas culturas”. Snow discutia a distância que havia entre os cientistas e os literatos. A palestra teve enorme repercussão, mas foi muito criticada por sua simplificação do problema. Em 1963, ele apresentou uma nova versão, aceitando algumas críticas. Benakouche (2001) atualiza o tema com contribuições mais recentes, como as redes sociotécnicas de Latour, propondo que a divisão em dois polos é muito simplificada. Mas, apesar de realmente ser uma simplificação demasiada, para os fins dessa discussão, continuaremos a utilizar esses termos, chamando a atenção que não há essa divisão abrupta entre dois polos culturais.

A divisão entre “culturas científicas e humanas” leva muitos a utilizarem essas denominações, que inclusive orientam as divisões administrativas nas universidades, para “provar” que apenas a “científica” é verdadeira. Ela utilizaria para sua verificação “o método científico”, baseado em pesquisas quantitativas que se utilizariam da lógica e da matemática, que permitiria a falseabilidade, segundo Popper (1972). Na cultura humana teria de ser levada em conta a liberdade e a vontade humanas, o que exigiria coletar informações vividas pelos atores dos fatos, obrigando a recorrer à intuição humana e à inferência interpretativa, segundo Chizzotti (2013).

O ensino tem prestígio no CT, mas não tanto como a pesquisa, pois há a concepção de que a pesquisa gera conhecimento, e o ensino apenas reproduz. Esse ponto de vista analisa a realidade de forma pontual e parcial, pois ela surge da compa-

ração do ensino de um aluno com o resultado de uma pesquisa. No entanto, se considerarmos de forma global, veremos que há uma grande diferença. O ensino significa permitir que uma massa de estudantes se apropriem de conhecimentos, havendo, portanto, um aumento do conhecimento na sociedade. O conhecimento pode ser o mesmo, mas há um aumento de quantidade que significa um aumento de qualidade na sociedade. Quando se afirma que necessitamos aumentar a “massa crítica” de cientistas e técnicos para que haja desenvolvimento no Brasil, está-se utilizando, sem saber, a necessidade de aumentar a quantidade para se chegar a um aumento de qualidade que possibilite saltos no nosso desenvolvimento, sem entrarmos em detalhes sobre que desenvolvimento estamos falando. Generalizando este argumento, podemos concluir que todos os brasileiros, em idade escolar, devem ter o ensino básico e a oportunidade de cursar uma universidade. Com isto, teríamos uma enorme massa crítica em todas as áreas, evitando o crime que se comete por não dar condições para que todos os jovens tenham condições e oportunidades de se formar em cursos superiores.

No caso da extensão, a situação é pior. Como se trata de uma atividade dirigida a resolver problemas sociais e ambientais, que engloba, em geral, populações de trabalhadores pobres, a extensão é vista como uma atividade com “técnicas pobres para pobres”. É ignorado que todo projeto de extensão se desenvolve sobre a produção de conhecimento. Há uma diferença enorme com a produção do conhecimento na área científica, em que o conhecimento é produzido e depois divulgado, e na extensão, em que o conhecimento é produzido e divulgado durante e depois da execução dos projetos. Isso porque toda ação transformadora exige pesquisa sobre quais são seus problemas e soluções, e até mesmo se essa pesquisa e seus resultados devem ser compartilhados por todos atores. Deve-se chamar a atenção de que um dos objetivos dos projetos de extensão é a participação corresponsável de todos os atores, para que se apropriem dos conhecimentos desenvolvidos no projeto. Ao participar de projetos de extensão, a universidade aplica seus conhecimentos, que são enriquecidos pela prática na ação transformadora do real, o que permite à universidade fazer propostas de políticas públicas para a solução de problemas do país, a partir de suas práticas na extensão.

No Centro de Tecnologia da UFRJ, já há setores que trabalham com a interdisciplinaridade abrangendo diferentes áreas “científicas e humanas”. Por exemplo, começa a ser debatida a relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no ensino de Engenharia, como discutido por Bazzo (1998). No caso do LipE, desde o início, optou-se por trabalhar com interdisciplinaridade, pela opção de trabalhar na formação/transformação de pessoas, o que exigia métodos quantitativos e qualitativos oriundos da educação, do ensino de engenharia, da engenharia, da história, da sociologia e da antropologia. A colocação da engenharia nessa lista não é acidental. Ao apresentar os processos de engenharia de requisitos, Ian Sommerville (2003,

p. 114) discute a etnografia como uma ferramenta adequada para o levantamento de requisitos de software:

A etnografia é uma técnica de observação que pode ser utilizada para compreender os requisitos sociais e organizacionais. Um analista se insere no ambiente de trabalho em que o sistema será utilizado. O trabalho diário é observado e são anotadas as tarefas reais em que os participantes estão envolvidos. O valor da etnografia é que ela ajuda a descobrir requisitos de sistema implícitos, que refletem os processos reais, em vez de os processos formais, em que as pessoas estão envolvidas.

Esse exemplo mostra como o conhecimento de uma ciência humana, a Antropologia, é utilizado em uma área mais técnica e exata; e assim como este, há muitos outros casos.

BASES DO MÉTODO

Uma fonte essencial para o LIpE foi Paulo Freire (1987), pela sua proposta de dialogicidade e respeito pelos saberes do outro. A formação continuada de professores deve começar pelo respeito ao saber dos professores obtido em seus estudos teóricos e em suas práticas educacionais. Isso permitiu iniciar o projeto em um nível alto, mas foi importante também a pesquisa e a discussão com os professores, sobre suas condições de trabalho, para que o projeto tivesse uma base realista. Um ponto importante foi evitar o que Paulo Freire (1987, p. 33) chama de “educação bancária”:

Quanto mais analisamos as relações educador-educando, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras.

Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade.

Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos.

Os conhecimentos da pesquisa participativa e da pesquisa-ação foram outras fontes para o LIpE. Particularmente, um trabalho de Michel Thiollent foi importante, por discutir a pesquisa-ação na extensão universitária. Com respeito à produção do conhecimento, Thiollent (2006, p. 155) enumera como esta se dá em cada tipo de atividade dos projetos de extensão:

Nos diagnósticos e pesquisas efetuadas em comunidades ou instituições;
Nas ações formativas para membros dessas comunidades ou instituições;
Nas ações formativas para alunos, professores e técnico-administrativos da universidade;
Nas ações informativas ou mobilizadoras em públicos mais amplos;
Nas ações concebidas e planejadas pelos próprios participantes a partir de sua identidade e de sua situação.

Thiollent (2006, p. 161) discute a reflexão na prática como fonte de conhecimento, na ação para corrigir erros e o diálogo reciprocamente reflexivo entre professores, alunos e demais atores da ação. Ele dá um destaque para o propósito emancipatório do projeto de extensão:

Especialmente em contexto educacional, a busca de emancipação diz respeito a pessoas que sofrem as consequências de algum tipo de desigualdade social. Essa busca se concretiza quando as pessoas conseguem superar os obstáculos ligados a sua condição e alcançam níveis de conhecimento mais elevados, a partir dos quais poderão exercer atividades desafiadoras (em qualquer área de atuação específica).

Uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio às leis de reprodução social, gerando transformações sociais a partir do fato de as camadas desfavorecidas terem acesso à educação, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas sobretudo condição de construir conhecimentos novos, em termos de conteúdos, formas e usos. Um mesmo conhecimento tem usos diferenciados que dependem dos referenciais de classe, dos campos de atuação e dos meios sociais envolvidos.

Outra fonte importante para os trabalhos do LIpE foram os recentes desenvolvimentos de planejamentos adaptativos e processos participativos utilizados na Engenharia de Software. Ian Sommerville (2003, p.159) discute que as interfaces predominantes dos sistemas em software com os usuários são via interfaces gráficas, e estas exigem custos significativos no processo de desenvolvimento de aplicações. Para uma interface ser aceitável pelos usuários, ele considera que o projetista não pode impor seu ponto de vista sobre ela:

O usuário deve tomar parte do processo de projeto de interface. Essa compreensão leva a uma abordagem de projeto chamada de projeto centrado no usuário, que depende da prototipação de interface e do envolvimento do usuário com o processo de projeto de interface.

Roger Pressman (2011, p. 95), em seu livro sobre engenharia de software, discute o Desenvolvimento de Software Adaptativo (Adaptative Software Development – ASD), uma técnica para o desenvolvimento interativo e incremental de softwares, com equipes altamente colaborativas:

A filosofia ASD tem seus méritos independentemente do modelo de processos utilizado. A ênfase global da ASD está na dinâmica das equipes auto-organizadas, na colaboração interpessoal e na aprendizagem individual e da equipe que levam as equipes de projeto de software a uma probabilidade muito maior de sucesso.

No estudo de métodos, o texto de Feyerabend (1977) é relevante por criticar a utilização de métodos de forma rígida, e propor um certo anarquismo no método, incentivando a criatividade. No caso dos métodos participativos, essa proposta faz sentido, desde que não seja exagerada, pois está implícito nestes métodos a possibilidade de planejar e rever, conforme o andamento do projeto e as críticas dos atores sobre o mesmo. Há um método, mas ele não se torna uma forma à qual a realidade deve se ajustar.

A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO

A apresentação das ações do LIpE mostra a diversidade de suas atividades. Todas contribuíram para a elaboração do método que estamos discutindo, mas foi centralmente a prática na formação continuada de professores que mais enriqueceu nossa experiência e que deu base experimental à construção do método, aliada às bases teóricas já citadas.

Quando iniciamos as atividades em 1994, existiam poucos computadores em escolas públicas e não havia uma cultura computacional tão difundida como hoje, o que nos obrigou a começar as atividades com grupos novos de professores de uma escola por cursos de introdução à informática, seguido de outro de informática educativa. Nestes cursos, começamos a tentar aliar o estudo à prática, organizando algumas atividades dos professores com seus alunos. O resultado foi animador, mas foram detectados problemas que nos acompanharam durante todo o projeto.

A maior parte dos professores não tinha conhecimento de computação e era difícil encontrar horário comum para sua formação. No ensino fundamental (principalmente no primeiro segmento), era possível organizar alguns horários comuns para formação, mas em nossas experiências no ensino médio verificamos que essa dificuldade era mais grave. A ligação dos professores do ensino fundamental era forte com uma escola, já que a maioria deles tinha jornada de quarenta horas em um só lugar. No ensino médio, os professores podiam estar ligados a várias escolas, dificultando organizar horários comuns.

Para montar um laboratório de informática, havia também a dificuldade inicial de espaço. Vencida essa dificuldade, havia outra maior: quando o professor ia para o laboratório com seus alunos, não havia espaço para as turmas de trinta a quarenta alunos. Seria necessário levar metade da turma, e criar outra atividade, dirigida por outro professor, para a outra metade, o que demonstrou-se impraticável, pois não havia professores suficientes. A solução foi levar todos os alunos para o laboratório e colocar dois alunos por computador, o que trazia um inconveniente, já que havia grupos em que um aluno tomava a iniciativa e o outro ficava só acompanhando. Apesar desse problema, o trabalho em duplas trouxe uma grande contribuição à educação dos alunos: o aprendizado de trabalho em equipe. Assim, uma solução “inadequada” para o problema de turmas grandes trouxe uma contribuição pedagógica para nosso trabalho.

Algumas dificuldades para o projeto eram, e ainda são, a falta de condições adequadas para as escolas e o desincentivo à formação dos professores pela desvalorização social da categoria. Salários baixos e carreira sem expectativas para a formação continuada desestimulam projetos que exigem dos professores maior dedicação e o enfrentamento com novas situações na relação com os alunos, como ocorreu no projeto. Em algumas escolas, o laboratório foi construído à semelhança de uma sala de aula, o professor com sua mesa e um quadro na frente, e os alunos em fileiras. Para quebrar essa organização na sala do laboratório, que não mantinha a relação do professor discorrendo sobre um conhecimento e o aluno decorando o conhecimento, buscamos outra organização física dos laboratórios, organizando as mesas com os computadores junto às paredes da sala na forma de “U”, os alunos virados para os computadores e de costas para o restante da sala, e os professores caminhando no centro do “U”, atendendo aos alunos.

Discutimos outra forma que pareceria melhor, colocando os alunos de costas para as paredes e virados para a sala, mas essa disposição diminuía o espaço para as mesas e o cabeamento ficava exposto e sujeito a muitos defeitos. O fato de apresentar aos alunos outra organização da sala, quebrando a distribuição tradicional, foi eficaz para apoiar um novo espaço em que se pretendia aumentar a iniciativa dos alunos nas atividades de aprendizado. Esse é um ponto importante no projeto, pois a simples colocação de computadores não significa mudanças nos métodos de ensino. As trocas do quadro-negro pelo branco, deste pelas transparências, destas pelos slides, e destes pelos computadores, podem ocorrer sem maiores mudanças no ensino; mas nós buscávamos aumentar a iniciativa dos alunos no processo de aprendizado ao introduzir a informática educativa. Esse era um novo desafio para os professores, que se dava sem mudanças nas condições gerais acima relatadas de desvalorização da categoria e condições de trabalho. O que era apresentado podia significar uma satisfação pela melhoria do ensino, e, em nossa experiência, verificamos que esta foi a base para a participação dos professores, para vencer novos desafios e melhorar o ensino. Relatamos alguns aprendizados ligados às condições

gerais do trabalho, mas o centro da experiência foi na relação com os professores, e destes com seus alunos. O objetivo era participar na formação dos professores e apoiar o início da utilização da informática educacional, e se retirar da escola quando essa atividade estivesse estabilizada. Pretendíamos uma participação de um a dois anos em cada escola, o que significou que nesse período o trabalho deveria estar consolidado. Entretanto, havia um problema: a rotatividade dos professores nas escolas, pois, a cada ano, tínhamos de recomeçar com professores novos. Esse problema mais tarde revelou-se, em alguns casos, um benefício, pois, quando foram introduzidos laboratórios de informática nas escolas do município do Rio de Janeiro, professores que tinham participado do projeto em outras escolas foram importantes para a utilização dos laboratórios em suas novas escolas.

Além da rotatividade, a diferenciação de conhecimentos e experiências dos professores com a informática educativa era outra dificuldade, e o desafio era como utilizar essa diferenciação não como um problema, mas como uma vantagem. Ele foi resolvido quando decidimos utilizar o conhecimento dos professores mais experientes para auxiliar aos demais professores. Para isso, a relevância do curso sobre informática educativa foi reduzida, e aumentou o trabalho com os professores no sentido de discutir como se relacionar com seus alunos nos laboratórios, que atividades realizar, e como utilizar os recursos da informática, o que ficou sendo o centro do trabalho. A partir desse ponto, foi se estabelecendo o método de formação participativa dos professores.

Teve particular importância no estabelecimento do método a formação de professores realizada durante o Festival UFRJmar em 2006, no município de Cabo Frio. A atividade reuniu, por adesão voluntária, professores de escolas públicas de Cabo Frio e seus alunos, durante uma semana. Estava colocado um grande desafio: como, em uma semana, consolidar, nas escolas, o uso da informática educativa, que estabelecesse nova relação entre os professores, entre os alunos e entre os professores e os alunos? Esta experiência pode ser vista com maiores detalhes em Graça (2013) e em Gadelha (2013).

As atividades dividiram-se em várias etapas, e vamos destacar três delas.

Etapa 1

- Os professores apresentaram suas expectativas em relação ao curso, além dos conhecimentos e experiências que já possuíam sobre informática aplicada à educação.
- Foi realizada uma discussão baseada em Apple (1995) sobre os interesses que conduzem a introdução de computadores na educação, muitas vezes econômicos e não educacionais, e sobre pacotes educacionais fechados, em que os professores apenas monitoram essas atividades.

- Foram apresentados os usos do computador na educação baseados em Taylor (apud Valente, 1993), como “Tutor”, “Tutelado” e “Ferramenta”. Nessas atividades, seria priorizado o uso dos computadores como ferramentas, e seriam utilizados softwares de uso geral.

Etapa 2

- Os professores foram separados em duplas para realizar os seguintes passos: planejamento da primeira atividade em que cada dupla de professores organizou suas atividades, baseando-se nos itens: tema geral da atividade; objetivo; estratégias; roteiro.
- Durante a elaboração do planejamento, a equipe do LIpE apoiava cada dupla, auxiliando em temas técnicos e, quando necessário, repassando exemplos de planejamentos elaborados anteriormente por outros professores. Esse planejamento era feito pelos professores no computador com acesso à internet. O professor com maior conhecimento de informática auxiliava o outro professor. Quando os professores terminavam esse primeiro planejamento, realizaram essa atividade no computador como se fossem seus alunos.
- Avaliação conjunta dos planejamentos: cada dupla apresentou, para os demais integrantes do curso, o planejamento elaborado. Em seguida, todos os presentes foram encorajados a avaliar e apresentar sugestões de melhorias para esses planejamentos. Nessa etapa, além de mediar o processo, a equipe do LIpE aproveitava para aprofundar certos conceitos básicos sobre uso do computador, principalmente inseridos no paradigma de construção do conhecimento por parte dos alunos.
- Refazer planejamentos e fazer novos planejamentos: a partir das contribuições da etapa anterior, cada dupla de professores deveria refazer seus planejamentos conjuntos iniciais. Também deveriam planejar, ao menos, duas outras atividades específicas para suas disciplinas.

Etapa 3

- Os professores executaram as atividades com seus alunos, também organizados em duplas. Cada dupla de professores conduziu duas atividades planejadas por eles e apoiou outras quatro atividades de outros professores. Cada professor deveria ter a oportunidade de coordenar uma atividade, mesmo se possuísse pouca experiência na área de informática.
- No último dia, foi realizada uma reunião dos professores com a equipe do LIpE para uma avaliação sobre o curso, quando foi destacada a forma do curso. Era esperado um curso tradicional, e o que eles sentiram foi a equipe do

LIpE incentivando e organizando a participação dos professores, que foram os responsáveis pelas atividades. Neste sentido, estavam satisfeitos, pois tinham discutido pontos importantes e os colocado em prática com seus alunos. Estavam com uma base para continuar as atividades.

- A equipe do LIpE enfatizou que o trabalho rendera muito, porque o LIpE se apoiara nos conhecimentos e experiências dos professores e, muito importante, que todo trabalho fora sempre realizado de forma participativa e colaborativa. O segredo para a continuidade das atividades estaria exatamente na sinergia entre os professores no trabalho cooperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato mostra os pontos básicos sobre os quais se apoia o método para a formação continuada de professores: juntar a teoria à prática; desenvolver o trabalho de forma participativa e colaborativa; planejar adaptando à situação; respeitar os conhecimentos dos professores e apoiar-se neles; discutir criticamente as estruturas de poder e os interesses econômicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem; apoiar os professores em suas lutas por melhores condições salariais e de trabalho; promover a aprendizagem baseada na construção do conhecimento por parte dos alunos, ativos, críticos, e não uma educação “bancária”, no dizer de Freire (1987); e promover a apropriação crítica de um conhecimento interessado na emancipação das formas de opressão.

Não apresentamos aqui etapas rígidas para o método, pois os métodos baseados na pesquisa-ação admitem o planejamento participativo e adaptativo. O que foi apresentado serve para dar uma indicação das etapas do método.

No UFRJmar de 2007, foi repetido o curso em Cabo Frio, com a participação maior de escolas e professores, quando encontramos muitos professores que haviam participado do curso de 2006, e continuavam trabalhando com a informática educativa numa visão crítica e libertadora. Um fator positivo para a continuidade do trabalho foi o apoio da secretaria de educação de Cabo Frio, que criou condições favoráveis para a inclusão da informática educativa nas escolas. Esse exemplo é importante porque indica como a universidade deve propor políticas públicas para a educação e, junto com os professores, trabalhar para que sejam adotadas pelo estado.

Há, ainda, dois pontos que merecem citação especial em relação aos alunos. O primeiro é sobre os alunos das escolas públicas, que trabalharam em duplas nas atividades organizadas por seus professores com outros professores. Eles participaram de forma colaborativa e motivados pelas novidades, com ótimo desempenho e concentração nas atividades.

O segundo ponto é sobre os alunos de graduação que participaram como monitores bolsistas ou voluntários nas atividades de formação dos professores e deram apoio nas atividades nos laboratórios. Como acompanharam desde o início todas as etapas, desenvolveram uma visão crítica sobre o ensino e, como ele pode ser participativo e colaborativo, os alunos deram um salto na compreensão da realidade e do ensino. Com isso, passaram a atuar mais criticamente em suas turmas de graduação.

Finalmente, outra característica positiva do LIpE é que conseguimos chamar a atenção para a base dos métodos participativos, que estão de acordo com os métodos de ensino que procuramos desenvolver com os estudantes, ao mesmo tempo que incentivamos, nestes, a colaboração e a autonomia crítica, tornando-os socialmente responsáveis e críticos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BAZZO, Walter A. *Ciência, tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

BENAKOUCHE, Tamara. Duas culturas, três culturas... ou redes? Dilemas da análise social da técnica. In: BAUGARTEN, Maira (org.). *A era do conhecimento: matrix ou ágora?* Brasília: Ed. UnB, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADELHA, Rejane L. L. *Educação emancipatória crítica: um ensaio sobre fetiche tecnológico na práxis docente*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GRAÇA, Ricardo J. da S. *Reflexões em torno ao uso didático das TICs: um caminho possível para o professor problematizar sua cultura didática?* Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckov da Fonseca, Rio de Janeiro, 2013.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PRESSMAN, Roger. *Engenharia de software: uma abordagem profissional*. Porto Alegre: AMGH, 2011.

SOMMERVILLE, Ian. *Engenharia de software*. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

VALENTE, J. A. Diferentes usos do computador na educação. In: _____. *Computadores e conhecimento: repensando a educação*. Campinas: Nield/Unicamp, 1993.

TEORIA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Felipe Addor

“[...] de resto, as palavras não mudam em nada as coisas, e quando o povo está sujeito a chefes que governam em seu lugar, tenham o nome que tiverem esses chefes, constituem sempre uma aristocracia... no instante em que um povo se dá representantes, deixa de ser livre, cessa de ser povo.”

Jean-Jacques Rousseau – Do contrato social

As diferentes experiências de envolvimento com trabalhadores ao longo da minha trajetória em projetos de extensão do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) me fez valorizar cada vez mais a preocupação com o envolvimento destes nos espaços de decisão que determinam seu futuro. Minha formação extensionista, principalmente desenvolvida no âmbito dos projetos Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca e Rede Solidária da Pesca,¹ contribuiu na construção de espaços de experimentação de participação democrática, e na aproximação da população a esses espaços, de tomada de decisão política que visam interferir na construção de políticas públicas e na atuação do Estado.

Com esses trabalhos, pude perceber o potencial de transformação que os processos participativos possuem, o que fez emergir meu interesse pela reflexão sobre o tema das metodologias participativas, iniciado no meu mestrado (Addor, 2006). O foco na questão dos processos participativos instigou-me a pesquisar mais a fundo processos políticos de tomada de decisão que buscassem promover uma participação mais ampla da sociedade. Em princípio, meu foco era o desenvolvimento local, por influência da experiência que tive na área da pesca. No entanto, com o aprofundamento da pesquisa bibliográfica e a participação em mesas de discussão, fui alterando essa perspectiva e caminhando em direção ao tema que hoje direciona meu interesse maior de pesquisa: democracia participativa.

Desenvolvido a partir da minha tese de doutorado (Addor, 2012), este capítulo apresenta uma análise sobre a questão da participação popular no sistema demo-

¹ Ambas as experiências são relatadas em capítulos do primeiro livro desta coleção.

crático contemporâneo. Para tanto, inicio com uma análise sobre as diferentes origens dos conceitos de democracia e governo representativo que, embora hoje sejam entendidos como indissociáveis, nasceram em diferentes tempos e contextos. Apresento dois movimentos de democratização do sistema político nos países ocidentais: o primeiro, eleitoral, visando ampliar o alcance do sufrágio; e o segundo, participacionista, defendendo novas formas de inclusão política da sociedade. Em seguida, recorro a alguns autores para analisar como a participação aparece na teoria democrática, apoiando-me neles para defender um aprofundamento da reflexão sobre as formas de participação. Por fim, teço considerações sobre o tema, considerando a realidade contemporânea da América Latina.

OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA

Para a compreensão do movimento contemporâneo que busca maior democratização do Estado, é importante perceber as origens da proposta democrática e do sistema de governo representativo, que possuem passados e histórias diferentes. Foi na tentativa de articulação desses dois que começou a consolidar-se o sistema democrático hegemônico no mundo, que hoje passa por uma crise e busca se reinventar para não perder completamente sua legitimidade.

Democracia e governo representativo

A história de consolidação do governo representativo foi sendo construída a partir do modelo estatal de cada época e das demandas e pressões sociais desdobradas na relação entre Estado e sociedade. Ao contrário do que se pode supor pela realidade contemporânea, *sistema representativo* e *democracia* são conceitos que nasceram em lugares e épocas diferentes, não tendo, inicialmente, qualquer relação.

Hanna Pitkin (2004, p. 337) destaca as diferentes origens históricas desses conceitos. *Democracia*, apesar de a prática ser anterior, foi cunhado como conceito pela primeira vez pelos gregos, com base na democracia ateniense, conquistada por luta popular, e que era “direta e participativa a um nível surpreendente”, não havendo nenhuma relação com representação, para o que sequer existia uma palavra em sua língua.

Segundo a autora, *representação*, enquanto prática política, vem de um período mais moderno, não estando ligada a experiências de governo democrático. Pitkin (2004, p. 337) dá o exemplo da Inglaterra, onde o rei precisava de delegados em cada localidade para garantir o recolhimento de impostos, ou seja, as instâncias locais de governo eram postos de controle implantados pelo governo central. Foi com o tempo que os representantes começaram a se sentir parte das populações locais, passando a intermediar sua relação com a realeza, colocando condições e

negociando; e a função de delegado foi deixando de ser um cargo, um ônus, para ser um direito da população.

Bernard Manin reforça a análise de Pitkin afirmando que: “O que chamamos de democracia representativa tem sua origem em um sistema de instituições [...] que de forma alguma era percebido, inicialmente, como uma forma de democracia ou de governo pelo povo” (Manin, 1997, p. 1). Segundo Manin, no contexto de consolidação dos governos representativos não havia qualquer viés democratizante, inclusive, que buscasse um caminho de maior distribuição de poder à população. O autor defende que houve uma mudança de percepção em relação ao modelo de governo representativo, que só mais tarde começou a vincular-se a uma proposta democrática: “No final do século XVIII, um governo organizado através de formas representativas era visto radicalmente diferente de democracia, enquanto hoje é visto como uma forma de democracia” (idem, p. 4).

Similarmente, o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, afirmava em seu livro *Do contrato social*, escrito em 1762, que a representação era uma ideia moderna vinda do governo feudal. Grande estudioso e defensor das práticas democráticas na República de Roma, o autor (Rousseau, 2002, p. 46) afirma que “nas antigas repúblicas, e inclusive nas monarquias, jamais o povo teve representantes: não se conhecia sequer esse nome”.

As disputas entre reis e parlamentos no século XVII eclodiram a guerra civil na Inglaterra e as subsequentes revoluções democráticas do final do século XVIII, que deram origem à aproximação entre democracia e representação, ou o que é conhecido por democracia ocidental (Pitkin, 2004; Bobbio, 1986). As revoluções buscavam enfrentar uma histórica construção divina/imperial dos governos existente desde a Idade Média, trazendo um ideal democrático em que a população teria o poder de construir o Estado para servir a ela. No entanto, seja por dificuldades de colocar em prática o novo ideário, seja pelas pesadas heranças do sistema anterior, o aprofundamento da democracia, isto é, da interferência popular no governo, foi cerceado por obstáculos.

Ainda segundo Pitkin (2004, p. 338), o ressurgimento da democracia ocorreu em grandes Estados-nações onde a prática não democrática da representação já estava consolidada, o que impediu que um processo profundo de democratização fosse levado a cabo. Havia a crença de que a ampliação do direito de voto a uma maior parte da população seria suficiente para provocar uma profunda democratização dentro do sistema previamente existente (Pitkin, 2004, p. 338). Entretanto, não foi o que ocorreu. Em função da solidez daquele modelo político de funcionamento, a inserção de novos votantes não representou, efetivamente, uma capacidade de direcionamento do Estado pela população. A autora (Pitkin, 2004, p. 339) conclui que a representação, em vez de ter sido articulada à democracia, foi utilizada como instrumento para conter o ímpeto democrático e para controlar as classes mais baixas:

Apesar dos repetidos esforços para democratizar o sistema representativo, o resultado predominante foi que a representação suplantou a democracia ao invés de servi-la. Nossos governantes tornaram-se elites autopropetruadoras que comandam – ou melhor, administram – massas populares passivas ou privatizadas. Os representantes agem não como agentes do povo mas em seu lugar.

Outro fator importante destacado por diversos autores é o despreparo da população para a atuação na política democrática. Acostumadas a governos autoritários, centralizadores e monárquicos, não se poderia esperar que as pessoas, antes servos obedientes, se tornassem, automaticamente, cidadãos ativos e conscientes de seu papel frente ao Estado e na construção de um governo democrático. O processo de construção de um sistema democrático exige uma compreensão da população, uma mudança de cultura, uma formação política capaz de viabilizá-lo. Isso não significa dizer que a população é culpada pela falta de democratização nos novos sistemas políticos, mas destacar que seria ingênuo crer que a mudança de um sistema, feita de cima para baixo, levasse, natural e imediatamente, a uma mudança de postura dos cidadãos e a uma nova cultura política.

Dewey (1954, p. 204) criticou os autores que atribuem à população a responsabilidade pela falta de empenho na democratização da experiência política, defendendo que isso dependeria de um processo de formação:

[...] é um absurdo converter essa liberação legal em um dogma que alega que a liberdade de antigas opressões garante aos emancipados as qualidades morais e intelectuais necessárias para o compartilhamento das decisões de âmbito estatal. A falácia essencial da crença democrática é a noção de que um movimento histórico que permitiu uma emancipação importante e desejável representa uma fonte ou prova de capacidade de governar dos emancipados, quando, na verdade, não há fator comum entre as duas coisas.

Entretanto, entra aí uma questão: será que havia o interesse real numa participação efetiva da população? Era desejada pelas elites governantes da época uma tomada de poder por todos os cidadãos? Robert Dahl (1997, p. 53-54) analisa as diferentes sequências históricas de construção dos regimes democráticos atuais e argumenta que no modelo mais comum há, primeiro, uma consolidação de um sistema competitivo entre as elites, para uma posterior inclusão de parcela maior da população. Essa sequência, segundo o autor, permitiria uma participação dos ex-excluídos mais controlada pelas elites:

A sequência mais comum entre as poliarquias mais antigas e mais estáveis tem sido alguma aproximação do primeiro caminho, isto é, a política com-

petitiva precede a expansão da participação. Em consequência, as regras, as práticas e a cultura da política competitiva desenvolveram-se primeiramente entre uma pequena elite. [...] a severidade do conflito era restringida pelos laços de amizade, família, interesse, classe e ideologia que permeavam o grupo restrito de notáveis que dominava a vida política do país. Mais tarde, na medida em que novas camadas sociais eram admitidas na política, elas eram mais facilmente socializadas nas normas e práticas da política competitiva já desenvolvida entre as elites, e geralmente aceitavam muitas, se não todas, as garantias mútuas evoluídas no curso de muitas gerações. Consequentemente, nem o estratos mais novos, nem os governantes, que estavam ameaçados de perder seus cargos, sentiam que os custos da tolerância fossem altos o suficiente para suplantar os custos da repressão, particularmente porque a repressão provocaria a destruição de um sistema bem desenvolvido de segurança mútua.²

Como destaca o politólogo argentino Guillermo O'Donnell (2000, p. 541), a concessão de novos direitos políticos a grupos populacionais antes excluídos não foi, na maioria dos países, algo pacífico e consensual. O processo de inclusão deu-se por meio de muita luta e diante de uma enorme resistência por parte das elites, que recebiam uma abertura descontrolada:

A história dos países originários esteve marcada por antecipações catastróficas e às vezes pela resistência violenta de setores privilegiados que se opunham à extensão dos direitos políticos a outros nos quais “não se podia confiar” ou que eram “indignos” desses direitos. Em outras latitudes, com meios frequentemente ainda mais violentos e excudentes, essa mesma extensão sofreu resistências repetidamente (O'Donnell, 2000, 541).³

Segundo O'Donnell (2000, p. 541), as elites políticas argumentavam que esses grupos “careciam de autonomia e de responsabilidade” e não possuíam a “capacidade moral e intelectual necessária para participar da vida política”. Enquanto, em outros locais, vanguardas revolucionárias ou juntas militares implantaram regi-

² Dahl (1997, p. 37) prefere o uso do termo “poliarquia”, por não acreditar que haja atualmente no mundo qualquer sistema realmente democrático. Além disso, trabalha a relação de um governo com sua oposição a partir dos conceitos de custos de tolerância (deixar a oposição participar da competição democrática) e custos de repressão (eliminar a oposição). Segundo ele, “quanto mais os custos da supressão [repressão] excederem os custos da tolerância, tanto maior a possibilidade de um regime competitivo”.

³ No original, em inglês, O'Donnell usa o termo “originating countries”. Embora pareça similar, também poderia ser traduzido como “países originantes”, ou seja, que originaram a democracia. O autor esclarece: “Utilizo esta expresión para referirme sinteticamente a los países de democratización temprana situados en el cuadrante Noroeste del mundo, más Australia y Nueva Zelândia” (2000, p. 523).

mes autoritários, nos países originários, os grupos privilegiados consolidaram, na maioria dos casos, “democracias oligárquicas (quer dizer, não inclusivas) para eles e exclusão política para o resto”.

Portanto, a democratização do sistema político deu-se apesar da grande resistência das elites em ceder o poder e através de um processo controlado e restrinvido por elas, como afirmou o argentino José Nun (2001, p. 89): “*a burguesia nunca foi espontaneamente um agente central de democratização*; quando muito, e ao ver-se obrigada, procurou preservar sua dominação atendendo a algumas pressões e demandas que habitualmente surgiram *desde abajo*, ativadas por trabalhadores e por suas organizações sindicais e políticas”. O autor (Nun, 2001, p. 146) reforça essa visão de certo controle pela elite da democratização do sistema político, destacando que, ainda que a participação política tenha se ampliado na maioria dos países prósperos do Ocidente a partir do século XIX, a preocupação central dos que foram “concedendo o voto” era a manutenção e a viabilidade das instituições vigentes e a proteção de interesses individuais. O autor destaca os efeitos sentidos até hoje do paradoxo democrático levantado por Bernard Manin: “[...]os governos democráticos contemporâneos evoluíram a partir de um sistema político concebido por seus fundadores em oposição à democracia” (ibidem).

É a partir de uma compreensão parecida do fenômeno democratizante que Hannah Pitkin (2004, p. 340) conclui que o governo representativo (a democracia representativa) tornou-se, na realidade, um substituto do autogoverno popular e não seu *ativador*, havendo corroborado para a consolidação de um governo oligárquico. A autora deixa claro que não se opõe, *per se*, à representação, mas acredita que a forma como se gerou o sistema representativo atual impede a efetivação de um sistema democrático. Pitkin (2004, p. 340) baseia-se em Hannah Arendt para destacar que a “representação genuinamente democrática é possível [...] onde o sistema representativo centralizado, de grande escala, necessariamente abstrato, é baseado em uma democracia direta viva, participativa, concreta no nível local”.

Democratização quantitativa: sufrágio universal

Em suma, os movimentos democratizantes iniciados no século XVIII, embora tivessem uma agenda mais ampla e transformadora, acabaram, ao longo do tempo, convergindo para uma frente principal de luta democrática, em uma primeira onda de transformação: o movimento democrático por via eleitoral. O caminho traçado desde então, em vistas à democratização do Estado, teve como eixo principal o sufrágio universal, como método único de participação ampla. Assim, a luta democrática, até poucas décadas atrás, esteve atrelada à ampliação do universo de votantes, a partir da conquista do direito ao voto para os pobres, as mulheres e os analfabetos.

Como afirmou o filósofo italiano Norberto Bobbio (1986, p. 19): “Quando se diz que no século passado ocorreu em alguns países um contínuo processo de democratização quer-se dizer que o número dos indivíduos com direito ao voto sofreu um progressivo alargamento”; e o cientista político francês Bernard Manin (1997, p. 132):

Durante os séculos XIX e início do XX, uma tendência dominava o desenvolvimento das instituições representativas: a extensão do direito de votar, que eventualmente culminava no sufrágio universal. Outra transformação também ocorreu: desapareceram as exigências econômicas para representantes. Essas duas mudanças levaram à crença de que a representação estava caminhando na direção de um governo popular.

No entanto, é recente a conquista de uma democracia eleitoral efetivamente ampla, incluindo toda a população sem restrições de gênero, raça ou educação. Embora pareça uma ideia trivial e consolidada, foi apenas ao longo do século XX que se foram consolidando regimes políticos que realmente permitiam o voto a toda sua população adulta. O cientista político estadunidense Mark Warren é mais um autor que corrobora com a compreensão de que, atualmente, democracia tornou-se sinônimo de eleições competitivas: “Articulado mais claramente por teóricos da democracia realistas e elitistas como Joseph Schumpeter [...], democracia tornou-se identificada com a existência de facto de eleições competitivas” (Warren, 2002, p. 678). Warren ressalta o quão contemporâneas são as conquistas democráticas, mesmo quando nos restringimos ao ato de votar. O autor fez um levantamento de Estados democráticos existentes no mundo, considerando democráticos os sistemas onde há: (1) sufrágio universal; (2) sistema político de competição multipartidária; e (3) movimento de oposição com chances legítimas de ganhar ou participar do poder. Considerando apenas esses três critérios, o autor conclui que: em 1900, não havia realmente nenhuma democracia no mundo; esse número sobe para 22 de um total de 154 países em 1950; e 119 de um total de 192 países em 2000 (Warren, 2002, p. 677).

Essa ressalva é corroborada por outros autores. Outro cientista político dos Estados Unidos, Robert Alan Dahl, destaca que “dos 140 países nominalmente independentes existentes em 1969, cerca de duas dúzias eram fortemente inclusivos e possuíam sistemas de contestação pública”; e que se aproximavam dessas condições “uma outra dúzia ou menos” (Dahl, 1997, p. 33). O argentino José Nun (2001, p. 16) confirma o tímido alcance da democracia no mundo: “Em relação aos casos paradigmáticos, entre duzentas nações independentes que existem no mundo, designam-se hoje como democracias representativas estáveis cerca de trinta”. Mostra também como a história democrática é extremamente curta e que ainda hoje seria algo alheio a cerca de 80% da população mundial:

[...] ainda somando os quase dois séculos de democracia ateniense e os escasos dois séculos de democracia ocidental (cálculo que peca notoriamente por excesso), em 2.600 anos de história o fenômeno democrático só se manifestou em alguns poucos lugares da terra durante muito menos que 400 anos; e todavia hoje é alheio quase por completo a 4/5 partes da humanidade. Mais ainda: no último século, existiram regimes constitucionais continuamente democráticos em apenas uns vinte países que, ademais, apresentam abundantes diferenças entre si. (Nun, 2001, p. 130)

O cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos (2007, p. 13) também destaca a lentidão do processo de construção democrática e o quão recentes são os intentos de sua universalização. Registrou que a Nova Zelândia, em 1893, e a Austrália, em 1901, foram os países onde “pela primeira vez na história das organizações políticas consagrou-se a ideia de que todos os membros de uma comunidade são iguais perante as leis, entre as quais as leis eleitorais não figuram como exceção”. O autor faz uma análise do avanço democrático no Brasil e afirma que na Primeira República (1891-1930), “o comparecimento às urnas foi, durante todo o período, inferior a 4% da população, exceto na eleição de 1930, quando atingiu o espantoso recorde de 5,6% dos habitantes, ainda abaixo dos 10% alcançados pelo Império, em meados do século XIX” (Santos, 2007, p. 18). Pode-se afirmar que o país tornou-se plenamente democrático, no sentido da abrangência eleitoral, apenas em 1985, isto é, há menos de trinta anos, com a permissão de votos aos analfabetos (idem, p. 23).

O tímido e restrito processo de democratização política nos países centrais não possuía, em seu início, um vínculo com o conceito de democracia. A extensão do sufrágio começou a dar-se sem ter como direção, como horizonte, como meta de longo prazo, qualquer sistema de soberania popular. Vários autores ressaltam o caráter apaziguador de conflitos que revestia a inclusão de novos grupos nos espaços políticos de decisão e mostram como o conceito de democracia não tinha grande aceitação.

José Nun (2001, p. 20) afirma que “pelo menos até 1830 nos Estados Unidos e até as revoluções de 1848 na Europa, poucos se atreviam a proclamar-se partidários da democracia” e completa:

Leibniz, provavelmente o maior filósofo europeu do século XVII, escrevia: “Não existe hoje príncipe nenhum que seja tão mau a ponto de não ser melhor ser seu súdito que viver em uma democracia”. Como recordariam muitos anos depois, Charles e Mary Beard referindo-se à Constituição norte-americana: “Quando foi escrita a Constituição nenhum pessoa respeitável chamava-se a si mesmo de democrática”.

O advogado e politólogo argentino afirma que “até o século XIX, vários dos principais teóricos e defensores do governo representativo [...] negavam aberta-

mente que este se encontrasse relacionado com a ideia de democracia. Não apenas era outra coisa, mas era outra coisa melhor”. O autor afirma que nos debates de Filadélfia, sobre a Constituição dos Estados Unidos,⁴ vários políticos atacaram fortemente a democracia e “sua louca propensão ‘à turbulência e aos enfrentamentos’, ‘incompatíveis com a segurança pessoal e os direitos de propriedade’ e conducente a regimes de ‘vida curta e morte violenta’”. Ele destaca que Madison, na obra *O federalista*, escreve que “um governo representativo (que ele chamava ‘República’), a cargo de cidadãos ‘sábios, patrióticos e justos’, pode fazer com que ‘a voz pública, pronunciada pelos representantes do povo, esteja mais de acordo com o bem público que se fosse pronunciada pelo próprio povo, reunido para este fim’” (Nun, 2001, p. 145-146).

Assim, diferente do que se pode supor, a instauração de sistemas democráticos não se deu na base dos sistemas políticos atuais. É muito mais próxima do real a ideia de que regimes representativos de governo aos poucos foram absorvendo as demandas democratizadoras dos setores populares na busca pela amenização de conflitos, e, em algum momento não determinado, passou-se a valorizar o conceito de democracia e aplicá-lo aos modos de funcionamento dos países centrais. É por isso que Nun (2001, p. 146-147) acredita ser mais correto chamar esses sistemas de liberalismos democráticos:

[...] o liberalismo [...] se democratizou mediante a incorporação do sufrágio universal como seu quase único elemento democrático, mas mantendo a maior parte dos marcos institucionais que lhe eram próprios. Ou seja, quando hoje se fala de “democracias liberais” incorre-se deliberadamente em um exagero retórico que converte o adjetivo em substantivo. Nos encontramos, na realidade, diante de “liberalismos democráticos”, *nos quais são escassas as expressões concretas da ideia de uma comunidade que se autogoverna ainda que ela funcione como seu maior encanto ideológico*. Dizendo de outra maneira, as democracias contemporâneas mais exitosas não foram inicialmente a colocação em prática dessa ideia, mas cederam a ela muito depois e de maneira muito parcial. (grifos do original)

O autor argentino, portanto, vincula o conceito de democracia usado atualmente muito mais a uma definição com viés político que a uma definição precisa baseada em um conteúdo real dos sistemas políticos existentes. Em sua argumentação, destaca a grande diferença procedimental entre os sistemas políticos dos Estados Uni-

⁴ José Nun (2001) utiliza várias vezes a constituição dos Estados Unidos como exemplo do movimento democrático da época. Segundo ele, essa constituição, que inspirou fortemente várias constituições latino-americanas, preocupa-se tanto ou mais com os direitos de propriedade que com as liberdades políticas e mostra maior temor aos abusos de liberdade que aos abusos de poder.

dos e da Inglaterra, embora ambos sejam considerados exemplos de sistema democrático.⁵ Sobre o conceito “democracia”, o autor afirma que:

hoje em dia usamos esta palavra quando falamos de regimes políticos particulares não por conta das propriedades comuns que possuem mas que, na verdade, acabam possuindo essas propriedades comuns como resultado da operação que os classifica como democracias: tudo depende dos critérios considerados relevantes e do ponto em que se concorde em deixar de fazer distinções. (Nun, 2001, p. 15)

Seu compatriota Guillermo O’Donnell (2000, p. 522) segue a mesma linha e destaca como a definição de democracia não é, ou não deve ser, uma preocupação meramente acadêmica, afirmando que a qualificação de um sistema como “democrático” tem suas consequências morais, “na medida em que, na maior parte do mundo contemporâneo, há consenso de que a democracia, não importa o que o conceito signifique para cada um, é a forma de governo normativamente preferível”. Segundo ele, essa qualificação também leva a consequências práticas, já que, internacionalmente, o usufruto de alguns benefícios “bastante significativos” depende de que o país seja considerado democrático (ibidem).

Mesmo o austríaco Joseph Schumpeter (1961, p. 292), que possui uma visão elitista da democracia, percebe o grande uso político que se faz da utilização do conceito democracia, e defende que, longe de possuir uma definição fechada, um sistema será mais facilmente identificado como democrático por alguém quando esta classificação lhe for interessante:

A lealdade racional à democracia [...] pressupõe [...] certas condições da sociedade na qual a democracia pode operar de maneira que nos agrade. As afirmações sobre o funcionamento da democracia não têm sentido sem relação a determinados períodos, lugares e situações, e o mesmo ocorre naturalmente com os argumentos antidemocráticos.

Portanto, ao longo do tempo, cada vez mais o conceito e a prática de democracia, originados da participação política direta na política ateniense, foram se restringindo à dinâmica de eleições periódicas para definição dos representantes. Fazendo referência à etimologia da palavra (*demos* = povo; *cratos* = poder, Estado), é como se

⁵ Nun (2005, p. 15) afirma que enquanto alguns politólogos “no vacilan” em classificar os sistemas desses dois países como “democracias anglo-saxãs”, outros questionam essa classificação porque contrastam os sistemas dos dois países, já que um é uma monarquia constitucional, parlamentarista, com um governo de índole unitária e um bipartidismo forte, e o outro é uma república, presidencialista, com um governo de índole federalista e um bipartidismo débil e amorfo.

o poder do povo agora fosse definido como o direito de votar periodicamente.⁶ Essa perspectiva, atrelada ao movimento homogeneizador típico da atual globalização capitalista, foi assumindo um aspecto universal e hegemônico.

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2005, p. 71-72) trouxeram à tona o processo político que levou a essa homogeneização do modelo democrático:

Nos anos 60, se, por um lado, o modelo hegemônico de democracia, a democracia liberal, parecia destinado a ficar confinado, como prática democrática, a um pequeno recanto do mundo, por outro lado, fora da Europa ocidental e da América do Norte existiam outras práticas políticas que reivindicavam o *status* democrático e o faziam à luz de critérios autônomos e distintos dos que subjaziam à democracia liberal. Entretanto, à medida que essas práticas políticas alternativas foram perdendo força e credibilidade, foi-se impondo o modelo de democracia liberal como modelo único e universal, e a sua consagração foi consumada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ao transformá-lo em condição política para a concessão de empréstimos e ajuda financeira.

Os autores (p. 39) destacaram que a concepção hegemônica de democracia “implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para formação de governos”. Instaura-se, assim, um processo contínuo de perda da *demosdiversidade*. “Por *demosdiversidade* entendemos a coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas” (Santos; Avritzer, 2005, p. 71). Ocorre um *reduccionismo* do conceito de democracia, como cunhou Emir Sader (2002, p. 652), cuja compreensão torna-se restrita ao modelo de democracia liberal: “Esse *reduccionismo* ganhou ares de universalidade constituindo-se em uma canoização consagrada e multiplicada por várias instâncias, praticamente sem qualquer tipo de contestação”.

Santos e Avritzer (2005, p. 41) enfatizaram que os principais elementos da concepção hegemônica de democracia são: contradição entre mobilização e institucionalização, valorização da apatia política, concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais, o pluralismo como forma de incorporação partidária e competição entre elites, e “a solução minimalista para o problema da participação pela via da discussão das escalas e da complexidade”.

⁶ Uma ressalva quanto ao significado da palavra tem que ser feita em função da informação dada por Nun (2001, p. 19) sobre um possível duplo sentido: “O fato de a noção de democracia ter sido problemática desde o princípio é sugerido pelo duplo sentido original da palavra *demos* em grego: por um lado, o termo designava o conjunto dos cidadãos; mas, por outro, denominava a multidão, os pobres e os malvados”.

Mais recentemente, no entanto, dissemina-se o argumento de que o modelo de democracia representativa baseado apenas no voto (que alguns autores denominam de *democracia eleitoral*) não é suficiente para dar conta das complexas demandas sociais que se apresentam com diversas especificidades regionais/locais: origem étnica, habilidades profissionais, prioridades coletivas e construção histórica da cidadania. Como afirmaram Santos e Avritzer (2005, p. 48): “Torna-se cada vez mais claro que as burocracias centralizadas não têm condição de agregar ou lidar com o conjunto das informações necessárias para a execução de políticas complexas nas áreas social, ambiental ou cultural”.

Mais que isso, muitos autores são taxativos em afirmar que o modelo hegemônico de democracia na atualidade, ao invés de aproximar, distancia os cidadãos do Estado. Wanderley Guilherme dos Santos (2007, p. 34), com base em diversas pesquisas, traz à tona sua preocupação com o enfraquecimento do compromisso político dos cidadãos frente ao atual sistema:

[...] depois de avaliar os resultados das investigações sobre o eleitorado e seu comportamento dos anos 50 aos anos 90 do século passado, [um recente volume que traz a contribuição de diversos especialistas] lista certas conclusões preocupantes. Estariam em declínio a identificação com os partidos, a capacidade destes em mobilizar o eleitorado, a coerência do voto ao longo do tempo, a taxa de comparecimento às eleições, o interesse da sociedade pela política, manifestada pela redução sistemática do número de candidatos aos postos eletivos, além de algumas outras tendências de menor relevância – participação na vida partidária, em campanhas eleitorais e, não sem alguma relevância, grau de informação política. Apropriadamente, definem o momento histórico como o de partidos sem partidários, referindo-se, os especialistas, ao que designam por democracias industriais avançadas.

Nessa mesma linha, Carole Pateman, baseada em resultados de pesquisas empíricas realizadas em vários países ocidentais sobre atitude e comportamento político nos últimos vinte ou trinta anos, afirma que uma das principais características dos cidadãos, principalmente os grupos populacionais mais pobres e marginalizados, “é uma falta de interesse generalizada em política e por atividades políticas” (Pateman, 1992, p. 11). Santos e Avritzer (2005, p. 42) classificam a crise da *democracia liberal* como uma dupla patologia: “a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do absenteísmo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram”.

Constata-se a existência de um processo de distanciamento da população frente às discussões políticas do Estado, o que acentua a concentração do poder nas mãos de um pequeno grupo que manda e desmanda no governo. É o que Benjamin Bishin (2009, p. 4) denomina “tirania da minoria”. Segundo o autor, a falta de interesse da

maioria da população fomenta uma tirania em que as minorias, que detêm as características valorizadas no sistema político vigente, tomam decisões em nome de toda a população. O autor afirma, criticando o modelo de governo atual: “Democracia é caracterizada pela sua ênfase nos valores da soberania popular, a ideia de que a maioria deveria governar, liberalismo, a ideia de que todos são iguais, e liberdade. Um sistema em que minorias prevalecem sobre maiorias parece inconsistente com esses valores”.

Percebe-se um funcionamento do regime político que estimula a criação de uma *classe política*, de um grupo de pessoas que percebe a política, o sistema político, não como meio de governar um país, mas como um fim em si mesmo. O objetivo deixa de ser administrar o país, ou uma cidade ou um estado, com o intuito de gerar melhores condições de vida para a maioria da população, e passa a ser o simples *estar no poder*. O desejo maior da maioria dos políticos atuais, antes de eleitos, é chegar ao poder; quando se elegem, passa a ser manter-se no poder. Ser político, hoje em dia, é uma carreira profissional, que, como outras, exige um investimento inicial, tem um caráter hereditário e demanda uma formação que, em lugar de ter como base a compreensão de Estado e o estudo da relação Estado-sociedade e da construção da democracia, é centralmente fundamentada na capacidade discursiva e nos cuidados com a imagem. José Nun (2001, p. 27) destaca essa profissionalização dos dirigentes políticos:

Quanto aos dirigentes, necessariamente se profissionalizam, transformando-se em especialistas na coisa pública e no “trato dos homens” e – como advertira Weber – além de viver *para* a política, dedicam-se a viver *da* política. Como em qualquer outra profissão, os que a praticam desenvolvem seus próprios interesses, e o principal deles consiste em seguir exercendo-a, mantendo-se no poder uma vez que chegou a ele. (grifos do original)

Mesmo Schumpeter (1961, p. 335), que defende uma democracia com políticos profissionais, reconhece que, de forma geral, não há político que comece a atuar nesse campo sem ter o objetivo profissional de fazer carreira a partir dos votos dos eleitores:

Um homem pode ter convicções tão fortes a respeito de determinados problemas que deseja entrar na arena pública simplesmente para vê-los resolvidos à sua maneira e sem qualquer desejo de iniciar uma carreira política normal. Esta posição, no entanto, é tão fora do comum que dificilmente encontraremos dela um exemplo de primeira importância.

O distanciamento entre o corpo político e a sociedade tem sério efeito na legitimidade dos partidos políticos. Essas organizações deveriam ser as representantes

da população na política, deveriam ter como função impulsionar a participação dos cidadãos nos espaços públicos, nas contendas políticas, clamando o povo para contribuir nos debates e nos processos de construção das políticas públicas. Contudo, tornam-se instituições amorfas, que desprendem-se cada vez mais de seus projetos políticos iniciais e dos princípios ideológicos que alimentaram sua criação. Cada vez mais as palavras “socialista”, “comunista”, “nacionalista”, “social-democrata”, que compõem suas legendas partidárias, em nada interferem nas suas propostas políticas e na sua prática cotidiana. Os partidos políticos distanciam-se da sociedade e não conseguem apreender uma nova série de demandas que se apresentam no contexto político.

[...] fala-se hoje de uma profunda crise de representação dos partidos, tanto em escala internacional como especificamente na América Latina. Essa crise se refere ao fato de que os nexos dos partidos com os setores da sociedade se debilitaram no contexto de novas formas e condições da competição partidária. Lechner (1996), por exemplo, considera que está acontecendo “o descentramento e a informalização” da própria política. Isso significa que a política como espaço de constituição do Estado e da própria economia, isto é, como produtora da ordem, se enfraquece e se converte em um subsistema cada vez mais autorreferente, incapaz de reconhecer e expressar em seu seio a enorme diversidade do social, da cultura e das opções políticas emergentes. (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 36-37)

As pessoas deixam de ter a referência dos partidos como principal instituição de intermediação entre o meio político e a sociedade. As pautas dos partidos não mais se articulam às demandas de movimentos sociais e de grupos excluídos. Diluem-se as identidades coletivas de luta e

os partidos políticos já não oferecem à cidadania códigos interpretativos que permitam estruturar seus interesses e valores, suas preferências e medos, nas identidades coletivas. Os partidos políticos ficam sem discurso e os cidadãos sem aquelas pautas interpretativas com as quais ordenavam os processos sociais e seus lugares nos mesmos. (Lechner, 1994, p. 21)

Em função disso, a enorme distorção que ocorreu na compreensão da democracia, isto é, a grande distância entre o que seria o conceito de democracia e o que ocorre hoje nos países ocidentais levou à necessidade de atribuir ao conceito uma série de variações e complementações que acabaram por enfraquecer sua concepção original. O desejo de desenvolver uma conceitualização diferenciada de democracia, capaz de analisar as diferentes experiências democráticas em curso em vários países do mundo, mas sem alargar demasiadamente o conceito, fez com que

surgisse uma série de adjetivos que mais parecem levantar as falhas desses sistemas do que suas qualidades (Collier; Levitsky, 1996).⁷

José Nun (2001, p. 11-12) identifica que o pulular de adjetivos para a democracia é reflexo do mal-estar em que a mesma se encontra atualmente. Esses *epítetos*, como o autor os qualifica, remetem, na verdade, a “ausências ou deformações do objeto que descrevem”, e a noção de democracia se desfigurou a tal ponto que não há outro remédio que não “acudir aos epítetos (democracias *transicionais, incompletas, delegativas, de baixa intensidade, relativas* ou, inclusive, em uma significativa perversão da língua, democracias *autoritárias*)”. (grifos do original)

Além disso, a ampliação do dogma democrático para além dos países centrais fez com que o sistema começasse a ser implantado em contextos e culturas completamente distintos daquele onde se consolidou inicialmente. Desconsiderando as diferenças estruturais, poder-se-ia esperar que a transposição desse modelo para as novas democracias, como na América Latina, enfrentasse muitas barreiras e tivesse resultados muito distintos dos obtidos naqueles países.

O produto final das revoluções democráticas iniciadas no século XVIII é um governo representativo cujo cerne democratizante está na realização de eleições periódicas para seleção dos representantes do povo. Diversos autores questionam se o processo democrático atual de escolha de representantes possibilita que os cidadãos, com o aprendizado ao longo do tempo, possam cada vez mais escolher candidatos que realmente apresentem as melhores habilidades de governo e que atendam às demandas da sociedade como um todo. Norberto Bobbio (1986, p. 33) conclui que uma das promessas da democracia até hoje não cumpridas é a educação para a cidadania. Segundo o autor, o longo período de construção democrática não foi suficiente para que a população evoluísse nos critérios para a escolha de seus representantes, conforme muitos acreditavam. Pelo contrário:

Nos regimes democráticos, como o italiano, onde a porcentagem dos votantes é ainda muito alta (embora diminua a cada eleição), existem boas razões para se acreditar que esteja em diminuição o voto de opinião e em aumento o voto de permuta [voto di scambio], o voto, para usar a terminologia asséptica dos *political scientists*, orientado para os *output*, ou, para usar uma terminologia mais crua mas talvez menos mistificadora, o voto clientelar, fundado (frequentemente de maneira ilusória) sobre o do *ut des* (apoio político em troca de favores pessoais).

⁷ David Collier e Steven Levitsky, em *Democracy “with adjectives”*: conceptual innovation in comparative research (1996), apresentam uma análise estruturada das diversas adjetivações dadas ao conceito de democracia, vinculando-as aos autores que as apresentam.

Na lógica política contemporânea, insere-se, de forma cada vez mais intensa e profunda, uma racionalidade econômica (Lechner, 1994) que resulta na definição de outros fatores decisivos para as eleições dos representantes. Distanciando-se das discussões políticas e ideológicas, os temas das contendas eleitorais estão cada dia mais restritos, e novos *diferenciais competitivos* surgem como pilares da luta política, com uma consagração de critérios comerciais típicos do mercado capitalista: “O dinheiro, a competência, o êxito individual. À semelhança do frio mundo dos negócios, a política tornou-se altamente competitiva e extremamente cara. Muda o estilo político e o *ethos* tradicional da política, como serviço público, tornam-se obsoletos” (Lechner, 1994, p. 17). Segundo Lechner (1994, p. 18), “o *look* do político pode transmitir maior credibilidade do que um bom argumento”. Não são as habilidades de governar ou de definir políticas que orientam a escolha dos representantes, mas uma série de outros fatores como o poder econômico e o acesso à mídia, como destaca Manin (1997, p. 193):

O cenário público é crescentemente dominado por especialistas da mídia, especialistas em eleições e jornalistas, nos quais dificilmente se identifica uma reflexão de sociedade. Políticos em geral obtêm poder por causa dos seus talentos midiáticos, não porque eles se assemelham ou são próximos aos seus eleitores. A lacuna entre governo e sociedade, entre representantes e representados, parece estar se ampliando.

O historiador Marco Antonio Villa (2012), analisando as disputas eleitorais deste ano no Brasil, descreveu essa transformação da política brasileira em um *palco*, onde os candidatos se tornam atores, dirigidos por profissionais especializados em ganhar voto da plateia por meio da imagem e não das propostas:

O político de êxito virou um ator (meio canastrão, é verdade). Representa o papel orquestrado pelo marqueteiro (sempre pautado pelas pesquisas qualitativas). Não pensa, não reflete. Repete mecanicamente o que é ditado pelos seus assessores. Está preocupado com a aparência, com o corte de cabelo, com as roupas e o gestual. Nada nele é verdadeiro. Tudo é produto de uma construção. Ele não é mais ele. Ele é outro. É a *persona* construída para ganhar a eleição. No limite, nem ele sabe mais quem ele é. Passa a acreditar no que diz, mesmo sabendo que tudo aquilo não passa de um discurso vazio, falso. Fica tão encantado com o personagem que esquece quem ele é (ou era, melhor dizendo). Difícil crer que toda a heroica luta pelo estabelecimento da democracia, do regime de plenas liberdades, fosse redundar nesse beco sem saída.

Cristovam Buarque (2010, p. 7), por sua vez, critica a *privatização* da democracia por parte dos partidos políticos e outras organizações, que inutilizam os instrumentos democráticos e afastam o cidadão dos espaços públicos:

Até a democracia vem perdendo o uso de seus instrumentos, pois ficou apropriada pelos partidos, pela mídia, por grupos de pressão. O melhor exemplo dessa privatização está no alto custo das campanhas políticas, e no seu financiamento por grupos econômicos. A prática democrática se fez por um emaranhado de interesses que levam, quase que necessariamente, à corrupção. O ritual da participação social fica restrito; o povo fica excluído; as decisões são tomadas por poucos; as informações são divulgadas por uma mídia apropriada por grupos econômicos e até pelos governos. Os partidos se apropriam da atividade política, a mídia escolhe os candidatos a serem prestigiados; mesmo os eleitores veem a democracia como meio de obter alguma vantagem pessoal. A participação cívica fica restrita às intermediações da mídia, dos partidos, das corporações que se apropriam dos meios de participação política. A política democrática apropriada deixa de ser usada para a orientação da sociedade e se limita à distribuição das propriedades.

É um processo de privatização do público, como destacou Francisco de Oliveira (1999, p. 81), em que “a privatização das empresas estatais é apenas a forma mais aparente”. O autor condena esse processo privatista, que foi realizado sem a “correspondente publicização do privado que foi a contrapartida, ou a contradição, que construiu o sistema do estado do bem-estar” nos países europeus. Esse fenômeno, aliado a um movimento de retirada da voz dos movimentos populares, que o autor denomina por “exclusão da fala”, leva a um profundo e triste processo de “anulação da política” (ibidem). As pessoas passam a ter uma capacidade pequena de “produzir política”, de levantar temas de luta, propostas. A definição da agenda política fica restrita ao Estado e à mídia.

Outro fator de grande relevância levantado por esses últimos autores é o modo de funcionamento da economia mundial. A intensa globalização e internacionalização das empresas e das economias mina a capacidade de intervenção do Estado. O novo contexto econômico mundial é validado e reforçado por órgãos multilaterais, financeiros ou não, que interferem diretamente nas políticas de cada governo e cujo grande mote é a diminuição da participação do Estado na economia e a abertura irrestrita das economias nacionais (principalmente para os países em desenvolvimento, já que as regras são ligeiramente diferentes para os países centrais). Diante desse cenário, os Estados pouco poderiam fazer para alterar a real situação da população de seu país, pois estão amarrados a dívidas e diretrizes desses órgãos, e, nesse sentido, os votos e os partidos teriam perdido grande parte de seu potencial de

transformação (Nun, 2001, p. 120). O autor, ainda, critica fortemente os políticos que se submetem a essas condições e que as consideram como inexoráveis:

[...] trata-se de políticos que, em geral e sob pretexto das exigências da globalização ou do medo da fuga de capitais, aceitam submissamente os pesados condicionantes que impõem as forças econômicas dominantes. *Não é estranho, então, que a democracia representativa que se apresenta aqui como viável esteja se tornando cada dia menos atraente para amplos setores da população.* Assim, se é verdade que a maioria dos latino-americanos a segue preferindo a qualquer outro regime (o que é fácil de entender em função da cultura da época e da falta de alternativas), apenas um em cada três se diz satisfeito com o modo que funciona. (grifos do original)

E conclui (Nun, 2001, p. 152) que

tudo indica que a democracia representativa só está se tornando viável dentro de limites muito estreitos que os políticos devem negociar continuamente com os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, para os quais este regime aparece, por enquanto, mais confiável que tantas ditaduras militares que revelaram-se arbitrárias, inconscultas e difíceis de controlar.

Enfim, em função da falência do sistema democrático vigente em distribuir efetivamente o poder à população, isto é, de consolidar uma soberania do povo, as transformações dos sistemas pré-democráticos para os democráticos não foram tão estruturais como se previa e se desejava inicialmente. O que se encontra no sistema “democrático” representativo atual refere-se a uma transição das elites dominantes; uma mudança de mãos da tomada de decisão, que se desloca das mãos dos senhores feudais, das famílias reais, para os grandes empresários capitalistas, como acusa Dewey (1954, p. 203-204):

A oligarquia que agora domina é a da classe econômica. Ela reivindica governar, não em virtude de nascimento ou *status* hereditário [como nos sistemas políticos anteriores], mas graças à habilidade de gerenciar e às responsabilidades sociais que carrega, em função da posição que habilidades superiores lhe conferiram.

Hannah Pitkin (2004, p. 340) resume os séculos de luta pela democracia: “A recorrente ampliação do sufrágio e as numerosas melhorias técnicas nos sistemas de representação não causaram nem a redistribuição da propriedade e o caos social que os conservadores temiam, nem a efetiva democracia que os reformadores esperavam”.

Democratização qualitativa: democracia participativa

O sentimento de falta de legitimidade do modelo de governo representativo vem acompanhado de uma nova tendência de transformação: a tendência democrática participativa. Alastram-se movimentos que lutam por experiências que efetivamente busquem garantir e ampliar a participação popular em governos democráticos. Experiências de conselhos, conferências, orçamentos participativos, consultivos ou deliberativos apresentam-se como uma nova forma de trazer o cidadão para a reflexão sobre as ações governamentais e de inseri-lo no processo de tomada de decisão. Enquanto o primeiro movimento de aprofundamento democrático através do voto possuía um caráter quantitativo, de ampliar o número dos que interferem no Estado, o atual movimento defende uma bandeira mais qualitativa, dirigida ao aprimoramento das formas de influência da população na construção do Estado, na definição de políticas públicas e na priorização orçamentária. Procura-se criar espaços diferentes de participação efetiva e cotidiana na administração pública.

Busca-se, ainda, ampliar os espaços de debate e reflexão coletiva. Comprovou-se, empiricamente, a insuficiência do conhecimento detido por técnicos/especialistas para a correta definição das ações do governo. Deve-se, agora, ouvir as pessoas que vivem cada realidade, para que, a partir dos seus conhecimentos e de suas experiências somados aos conhecimentos científicos/técnicos, sejam reconhecidas as reais necessidades coletivas e as políticas dirigidas ao seu atendimento. Como ressalta Wanderley Guilherme dos Santos (2007, p. 8), o debate e a reflexão coletiva são as bases indispensáveis para um processo democrático efetivo: “O código de procedimentos democráticos se apoia em algumas crenças, entre elas a de que, inexistindo a onisciência humana, o método mais indicado para aumentar a probabilidade de que se adote uma boa política vem a ser o confronto de opiniões e de argumentos”. O mesmo autor criticou a visão quantitativa da democracia, ou seja, de que o sufrágio universal seja suficiente para garantir um sistema democrático: “O senso comum compartilha com os ideólogos a ilusão de que o número assegura a qualidade de uma opinião, mas não há conexão necessária entre uma coisa e outra”.

Embora a luta por diferentes formas de participação no governo tenha tido vários capítulos mais antigos e de grande relevância (como exemplos paradigmáticos, poderíamos citar, entre outros, a Comuna de Paris e os *soviets* da URSS), são identificados alguns marcos do movimento mais recentes de luta pela democracia participativa, com destaque para duas frentes: os chamados novos movimentos sociais na Europa e Estados Unidos; e os movimentos durante a democratização do Leste Europeu e da América Latina (Avritzer, 2009, p. 6). Nos dois casos, os debates ligados à cidadania e à interferência popular nas ações governamentais encontram-se presentes.

Nesse contexto, a maior participação popular vem sendo levantada como bandeira por muitos movimentos sociais, apresentando-se como uma batalha contra a

qual se torna difícil a resistência por parte dos setores conservadores. Afinal, qual argumento utilizar para dizer que o povo não pode participar do governo?

Não obstante, surgem falácias acionadas em direção à redução da intensidade da participação, tais como: o povo não tem competência para discutir questões públicas mais amplas; os processos participativos são caros e demorados; os representantes têm plena capacidade de identificar quais são as necessidades de seus representados; a complexidade da sociedade contemporânea inviabiliza processos democráticos participativos, etc.

Benjamin Goldfrank (1998, p. 16) analisa alguns casos de experiências participativas na América Latina e traz à tona a discussão sobre a validade e os benefícios da participação para os governos e a população. O autor critica teóricos que alegam que uma maior participação popular criaria diversos obstáculos administrativos, levando à ineficiência, ingovernabilidade e frustração dos cidadãos. Para ele, “esses pensadores acreditam que o governo deveria ser a província de uma elite educada, e que uma ‘onda de democracia participativa’ enfraquece o governo por sobrecarregar o sistema com demandas e tornando impossível governar efetivamente”.

Goldfrank analisa estudos de diferentes pesquisadores que analisaram os efeitos de experiências de participação local em diversos países e destacou que, em todos eles, a maior participação levou a uma maior responsividade, honestidade e legitimidade do governo (ou melhor percepção da população em relação a esses fatores) e a um maior senso de comunidade e tolerância entre os cidadãos, neutralizando, por vezes, conflitos entre diferentes grupos da cidade. Diferente da previsão de conservadores, não aumentou conflitos ou impasses na gestão, não introduziu vieses raciais ou econômicos na definição de políticas e nem gerou frustração ou desencantamento com o governo. Porém, até mesmo alguns defensores da democracia representativa se dedicam a diferenciar democracia representativa de *democracia eleitoral*, destacando que, no modelo representativo, devem ser diversos e variados os espaços de interferência da população no governo, não devendo a atuação cidadã estar limitada ao voto periódico. Como afirma Peruzzotti (2008, p. 16), defensor do modelo representativo:

A ideia de representação como uma forma particular de vínculo nos força a estabelecer uma ligação conceitual entre participação e representação. Participação não deveria ser pensada como uma ameaça ou uma alternativa à representação, mas antes como um pré-requisito de um bom governo representativo.

Nesse debate sobre a relação entre participação e representação no sistema político atual, Santos e Avritzer (2005, p. 75) reconheceram duas formas de interação entre o atual modelo de democracia representativa e a crescente proposta democrática participativa: a coexistência, que implica a convivência em diversos níveis e for-

mas, “a democracia representativa em nível nacional [...] coexiste com a democracia participativa em nível local, acentuando determinadas características participativas já existentes em algumas democracias dos países centrais”; e a complementaridade, numa articulação mais profunda, que “pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia” (ibidem).

Na prática, encontram-se as duas formas de articulação entre democracia representativa e democracia participativa, havendo, no entanto, predominância da *coexistência*, exatamente por esse tipo de relação representar uma menor transformação nas formas de reprodução do sistema político e, conseqüentemente, ser mais facilmente aceito pelos governos representativos tradicionais. Cabe, dessa forma, maior aprofundamento da reflexão sobre os instrumentos e os métodos de participação e sobre o papel que ela pode assumir na reformulação do atual sistema democrático hegemônico no mundo.

José Nun (2001, p. 172) afirma que não existe, necessariamente, incompatibilidade entre democracia representativa e democracia direta:

Em sociedades tão diferenciadas e complexas como as atuais, não é questão de que uma substitua a outra, mas que ambas se influenciem e condicionem entre si, distinguindo quais os níveis de ação mais apropriados para cada uma. Nesse sentido, meu argumento não é uma injúria contra os políticos ou contra a representação em geral, mas uma crítica ao modo em que tendem a operar os primeiros e às características que assumiu a segunda.

Se esse ambiente de defesa da maior participação é, por um lado, propício para o surgimento de fenômenos inovadores e transformadores no seio do sistema democrático, por outro, abre espaço para uma utilização desvirtuada, descontextualizada e/ou despolitizada do conceito de participação. A disseminação acrítica do conceito traz à tona, portanto, a necessidade de um aprofundamento do debate em torno do que pode ser reconhecido como participação efetiva. Quando a bandeira política da participação foi levantada por movimentos sociais que lutam pela transformação do modelo democrático vigente, a participação estava atrelada a um processo amplo de construção de um espaço para a formação de cidadãos. Os processos decisórios participativos teriam objetivos mais amplos que a simples tomada de decisão acerca de uma política.

Héctor Poggiese (2008) defende essa perspectiva, argumentando que os processos participativos são como “obras multipropósito” e devem ter como produtos: a consolidação de estratégias de participação cidadã; a geração e a troca de conhecimento entre os participantes; a conformação de um tecido social que fortaleça

a construção coletiva das políticas públicas, estabelecendo laços de amizade, confiança e solidariedade; a capacitação social dos participantes, possibilitando a reprodução da cultura/lógica participativa; e a solução de um ou mais problemas do grupo social envolvido.

Além disso, a participação efetiva da população exige condições indispensáveis que, se não forem consideradas, representarão um entrave a qualquer tentativa democratizante. Boaventura Sousa Santos (2006, p. 79) cita três condições fundamentais para a participação: “Tem que ter sua sobrevivência garantida, porque se está morrendo de fome não vai participar; tem que ter um mínimo de liberdade para que não haja ameaça quando vá votar; e, finalmente, tem que ter acesso à informação”. Portanto, para que as experiências de democracia participativa possam ter os efeitos esperados, deve haver uma reflexão prévia e rigorosa sobre o tipo de participação diante da ampla gama de concepções possíveis. É preciso aprofundar o conceito de *participação política*, ou seja, o tipo de participação necessário em um espaço público de tomada de decisão, na maioria das vezes governamental.

Com a disseminação do princípio da participação, há o risco cada vez maior de que o conceito seja utilizado como forma de legitimação de práticas não democráticas. Um exemplo disso são as audiências públicas feitas pelas empresas de petróleo na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, onde a participação, na maioria das vezes, encontra-se limitada à escuta da exposição feita por técnicos/engenheiros, que apresentam gráficos, estatísticas e mapas. A população é motivada a participar em função dos lanches servidos e brindes distribuídos no evento. Santos e Avritzer (2005, p. 60) analisaram resultados obtidos em estudos de caso, realizados em diversos países, sobre possíveis espaços de democracia participativa, identificando, em muitos deles, como em Portugal, Moçambique e Brasil, casos em que a bandeira da participação serve apenas para reforçar a dominação dos atores hegemônicos.

Da mesma forma, diversos organismos internacionais assumiram a participação como condição para o financiamento de políticas e projetos: o FMI e o Banco Mundial, por exemplo, condicionam a aprovação de financiamentos à existência de participação popular. No entanto, questiona-se se o tipo de participação desenvolvido realmente corresponde ao que é defendido na base dos movimentos pró-participação. André Borges (2003, p. 133-134), em estudo sobre a agenda do Banco Mundial, destaca a desconfiguração no uso dos conceitos antes transformadores, colocando, por exemplo, como objetivo central da participação a “boa performance”. Para Borges, essa perspectiva “restringe o significado e a amplitude da participação dos cidadãos nesta abordagem de modo a não afetar a racionalidade dos princípios de mercado introduzidos pelas reformas técnicas do Banco – ajuste fiscal, desregulamentação de mercados e privatização –, uma vez que tais princípios são considerados tão inquestionáveis quanto a lei da gravidade”.

Carole Pateman (1992, p. 9) também destaca o risco de perda dos princípios básicos de uma participação real:

O uso generalizado do termo nos meios de comunicação de massa parecia indicar que qualquer conteúdo preciso ou significativo praticamente desaparecera; ‘participação’ era empregada por diferentes pessoas para se referirem a uma grande variedade de situações. [...] a recente intensificação dos movimentos em prol de uma participação maior coloca uma questão crucial para a teoria política: qual o lugar da ‘participação’ numa teoria da democracia moderna e viável?

Nessa mesma direção, Avritzer (2009, p. 2-3) defendeu que nenhum autor fornece uma teoria abrangente da participação ou propõe uma teoria de instituições participativas, por isso destaca a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre a participação, os espaços participativos e seus impactos reais:

[...] a participação vem sendo estimulada por vários atores com diferentes propósitos: para alguns, significa empoderamento para atores sociais; para outros, significa compartilhar o controle sobre processos de tomada de decisão ou implementar um novo conceito de democracia. Um ponto comum, entretanto, é que nenhum dos atores desenvolveu uma forma de avaliar se a participação conduz aos resultados pretendidos.

Na ausência de aprofundamento teórico, a utilização instrumental e não democrática da participação pode ser articulada a uma visão, como sugerido pelos autores que Pateman denominou de *teóricos contemporâneos da democracia*, de que a participação massiva da população na política seria capaz de gerar instabilidade na democracia vigente. Segundo esses autores, “a visão ‘clássica’ do homem democrático constitui uma ilusão sem fundamento e um aumento da participação política dos atuais não participantes que poderia abalar a estabilidade do sistema democrático” (Pateman, 1992, p. 11); “em suma, a participação limitada e a apatia têm uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes, das mudanças” (p. 16).

Também Bishin (2009, p. 158) demonstra como o desinteresse e o distanciamento do cidadão comum do campo político possibilita que uma minoria (intensa, como ele classifica) se torne responsável pela tomada de decisão acerca das políticas públicas, inclusive, por vezes, selecionando opções contrárias ao desejo majoritário.

Uma minoria [...] pode explorar a apatia e ignorância do cidadão comum para perseguir políticas contrárias ao interesse da maioria. De fato, cientistas políticos documentaram como políticos tornaram-se especialistas em obscurecer a natureza e a origem – e, conseqüentemente, os responsáveis – das políticas que podem ter conseqüências adversas ou ser extremamente impopulares.

Diante dessa complexidade, um aprofundamento da reflexão sobre as formas de participação, que aparecem como reais alternativas democráticas ao modelo de governo representativo ocidental tradicional, é condição *sine qua non* para a construção de um caminho para a real democratização do Estado. Destaco a importância do debate acerca da metodologia da participação.

Nun (1989, p. 61) defende a ampliação democrática como método para a formulação de políticas e a tomada de decisões no âmbito estatal, mas enfatiza a importância que deve ser atribuída à reflexão da democracia “como uma forma de vida, como um modo cotidiano de relação entre homens e mulheres que orienta e que regula o conjunto das atividades de uma comunidade”. O autor contrasta o que seria conhecido por democracia governada (“governada”) e democracia governante (“governante”):

No primeiro caso, a participação popular tem reservado um papel secundário e basicamente defensivo: periodicamente, a lei convoca o povo para decidir qual das minorias potencialmente dirigentes deve governá-lo; e, uma vez cumprido esse ato, é dissolvido como povo [...]. Diferente é o caso da democracia governante, que busca maximizar a participação direta do povo na formulação de políticas e na tomada de decisões e não exclusivamente na eleição de quem será responsável por essas tarefas.

Nun (1989, p. 61) afirma que a busca por uma *democracia governante* pode evitar que uma “utopia concreta” se converta em uma “utopia abstrata”. Assim, seria preciso considerar que

a educação democrática não pode ser um fato prévio à participação mas sua consequência: só através de uma participação real, entendida no sentido amplo, é possível que o povo desenvolva efetivamente sua autonomia, ganhe confiança em suas forças e adquira controle sobre o curso de sua vida e das circunstâncias que a condicionam [...], há uma relação direta entre a participação e o próprio sentido da eficácia política.

Independentemente da perspectiva teórica, parece ser uma conclusão quase unânime entre os defensores de estratégias democráticas alternativas que os processos que promovem a real participação da sociedade civil, com sua consequente formação e crescimento político, tendem a entrar diretamente em choque com a atual classe dominante nos países capitalistas. Segundo Nun (1989, p. 129), há, no modelo de democracia hegemônico, um “confisco contínuo” dos possíveis espaços de participação, sendo eles utilizados para reforçar o poder das elites que já governam. O autor destaca a afirmação de Sartori que diz, sem rodeios (“sin ambages”), que “uma vez estabelecido um sistema democrático é importante que o ideal demo-

crático se minimize; isso porque, para além do voto, a participação popular torna-se uma ameaça para a estabilidade do regime” (Nun, 1989, p. 107).

Portanto, defendemos aqui a necessidade de construir uma maior compreensão e de alargar a reflexão das transformações na experiência política, orientadas pelo ideário de democracia participativa na América Latina. Nesse contexto, parece importante uma revisão sobre como a questão da participação aparece nos principais autores da teoria democrática. Certamente, ela está presente desde os autores mais antigos que discutem a democracia, como Rousseau, aos atuais, como Nun; tanto nos que a colocam como o coração da democracia, como Habermas, quanto nos que a deixam em segundo plano, como Schumpeter.

A PARTICIPAÇÃO NA TEORIA DEMOCRÁTICA

Há muito tempo, a participação é uma questão em debate na teoria democrática, já que são muito diversas as opiniões sobre como deve ser a interferência popular no sistema democrático. Se, por um lado, encontramos teóricos completamente adeptos a sistemas participativos, que defendem a constante busca pela garantia da soberania popular como um direito da sociedade, por outro, alguns autores expressam sua preocupação sobre a possibilidade de uma participação excessiva, o que poderia trazer sérias instabilidades ao sistema democrático.

Carole Pateman (1992, p. 13-14) faz uma revisão de alguns autores que compõem o cerne da reflexão sobre a teoria democrática e analisa como eles tratam a participação. A autora inicia seu livro com uma análise da crítica de Joseph Schumpeter à denominada *teoria clássica da democracia*, formulada no livro *Capitalismo, socialismo e democracia* (publicado em 1942). Segundo a autora, o ponto vital da teoria da democracia de Schumpeter é “a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo”, sendo que a participação “não tem um papel especial ou central”.

A partir dessa análise, Pateman seleciona os trabalhos mais recentes de quatro autores (Bernard Berelson, Robert Dahl, Giovanni Sartori e Harry Eckstein) que têm Schumpeter como referência e estão inseridos no que denomina de *teoria contemporânea da democracia*, para avaliar como estes consideram a participação popular na construção teórica de democracia.⁸

Segundo Pateman, Berelson (1912-1979) não confere à participação um lugar de destaque em sua teoria democrática acreditando que se pode “perceber que os altos níveis de participação e interesse são exigidos apenas de uma minoria de cidadãos

⁸ Trata-se da análise da autora sobre os teóricos. Apresentarei mais à frente a minha percepção da teoria de alguns desses autores, como Schumpeter e Rousseau.

e que, além disso, a apatia e o desinteresse da maioria cumprem papel importante na manutenção da estabilidade do sistema tomado como um todo” (Pateman, 1992, p. 17).

Ainda de acordo com Pateman, Robert Dahl (1915-) defende a ampliação do número de minorias que influenciam nas decisões políticas, como forma de aprofundar a democracia. No entanto, afirma que os grupos de “condição socioeconômica baixa” apresentam, com maior frequência, posturas autoritárias. Portanto, o aumento da participação política levaria esses grupos ao centro do processo e “o consenso a respeito das normas pode declinar”, isto é, “um aumento da taxa de participação, portanto, poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático” (Pateman, 1992, p. 20).

Com relação ao italiano Giovanni Sartori (1924-), Pateman (1992, p. 21) afirma que: “O medo de que a participação ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo permeia todo o discurso de Sartori. O povo, diz ele, deve ‘reagir’, e não ‘agir’; isto é, deve reagir às iniciativas e políticas das elites rivais”.

Analisando a concepção do alemão Harry Eckstein (1924-1999), a autora afirma que a “conclusão da teoria de Eckstein – que pode ser encarada como paradoxal, uma vez que se trata de uma teoria da democracia – é que, para um sistema democrático estável, a estrutura de autoridade do governo nacional não precisa ser, necessariamente, pelo menos ‘de modo puro’, democrática” (Pateman, 1992, p. 24).

Construindo uma visão desse conjunto de autores, Pateman (1992, p. 24-25) busca sistematizar alguns elementos que compõem a *teoria contemporânea da democracia*:

Nessa teoria, a “democracia” vincula-se a um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional. O elemento democrático característico do método é a competição entre os líderes (elite) pelos votos do povo, em eleições periódicas e livres. [...] A “igualdade política”, na teoria, refere-se ao sufrágio universal e à existência de igualdade de oportunidades de acesso aos canais de influência sobre os líderes. Finalmente, “participação”, no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. [...] São necessárias certas condições para conservar a estabilidade do sistema. O nível de participação da maioria não deveria crescer acima do mínimo necessário a fim de manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando.

Em seguida, a autora analisou os teóricos que comporiam a denominada *teoria clássica da democracia*, cujos integrantes separa em dois grupos. No primeiro, Pateman considera as obras do inglês Jeremy Bentham (1748-1832) e do escocês James Mill (1773-1836), que apresentam uma compreensão da participação como uma função de proteção aos cidadãos: “assegurava proteção aos interesses privados

de cada cidadão (sendo o interesse universal uma mera soma de interesses individuais)” (Pateman, 1992, p. 32). Estes, segundo Pateman, defenderiam a participação popular através do voto e nos espaços de debate, por postularem que as “classes numerosas” defendem o interesse universal, o que permite reconhecer o caráter democrático de suas teorias. No entanto, esses autores apresentam uma visão de participação próxima daquela dos teóricos da *teoria contemporânea da democracia*, destacando-a centralmente como um dispositivo de proteção.

No segundo grupo, Pateman situa John Stuart Mill (1806-1873), filho de James Mill, e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Para esses autores, a participação popular nos processos de tomada de decisão possui uma função mais abrangente, surgindo como prática fundamental para “o estabelecimento e manutenção do Estado democrático” (Pateman, 1992, p. 33). A autora reconhece em Rousseau o “teórico por excelência da participação”, demonstrando que, em sua teoria, a participação não se limita a um papel protetor, mas tem um potencial de transformação sobre as pessoas que participam, alimentando e fortalecendo o sistema democrático vigente, e também garantindo uma “inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas” (Pateman, 1992, p. 35).

Na visão de Rousseau, a *participação*, como forma de garantir a democracia do Estado, acontece na tomada de decisão e também possui uma função de proteção. No entanto, “a função central da participação na teoria de Rousseau é educativa, considerando-se o termo ‘educação’ em seu sentido mais amplo” (Pateman, 1992, p. 38). Ainda, a participação nos espaços públicos tem outras duas funções importantes: contribui para a aceitação, pelos cidadãos, das decisões tomadas; e promove um sentimento de integração e de pertencimento a um grupo de pessoas (Pateman, 1992, p. 41). Ainda assim, nenhuma dessas funções seria tão primordial e importante na consolidação do contrato social quanto a formação dos indivíduos para sua atuação enquanto cidadãos.

Seguindo a mesma linha de Pateman, Benjamin Goldfrank (1998, p. 8) faz um voo sobre as diferentes formas contemporâneas de se ver a participação, identificando três correntes políticas. O autor articula a questão da participação a um movimento recente de descentralização administrativa e identifica a existência de hipóteses em conflito na análise da relação entre esses dois aspectos. Foram identificadas as seguintes correntes: *desenvolvimentistas*, *democratizantes*, *centralistas*.

Para o primeiro grupo, segundo o autor, a participação está ligada a uma representação dos cidadãos como fornecedores de informações para que especialistas possam melhorar o desenho das políticas públicas. Não há, portanto, uma compreensão ou defesa da participação popular enquanto forma de compartilhamento do processo de tomada de decisão, ou enquanto possibilidade de dar maior poder de controle e interferência à população, mas sim a percepção de que os cidadãos podem contribuir, fornecendo dados para o aprimoramento do diagnóstico da

situação, para que a mesma minoria decida com base em uma análise mais próxima da realidade (Goldfrank, 1998).

No segundo grupo estão os estudiosos com uma abordagem democratizante, que reconhecem a descentralização administrativa como uma oportunidade de ampliar a participação popular no Estado. A leitura da participação, neste caso, não está restrita ao fornecimento de informações, mas é destacada, principalmente, como possibilidade de interferência direta na tomada de decisão, estando a população integrada ao processo de definição do desenho, da implementação e do controle das políticas. Estes defendem os espaços onde haja debates sobre as políticas governamentais e os cidadãos não são apenas informantes, mas possuem poder de decisão (Goldfrank, 1998, p. 9).

Os centralistas, finalmente, não reconhecem benefícios democráticos na descentralização, questionando o argumento de que os níveis inferiores de governo (prefeituras) estariam mais próximos da população e que, por isso, constituiriam esferas mais apropriadas ao encorajamento da participação ampla e efetiva. Na verdade, para este grupo, a descentralização administrativa seria apenas uma ferramenta para aumentar ainda mais o poder das elites locais, que se aproveitariam de mais recursos e de maior capacidade de decisão para aprofundar as práticas patrimonialistas e clientelistas mais comuns nas dinâmicas locais de poder (Goldfrank, 1998).

A obra *Do contrato social*,⁹ de 1762, de Jean-Jacques Rousseau, é uma das referências importantes na teoria democrática, sendo reconhecida pela sua valorização da participação dos cidadãos na tomada de decisão. Na realidade, sua construção baseia-se, fundamentalmente, na ideia de que um Estado é constituído a partir de interesses comuns de seus integrantes e, por conseguinte, seu governo deve ser dirigido unicamente em busca da *vontade geral*. A constituição de um Estado é a consolidação da *soberania* de uma população, e a *vontade geral* só poderá ser alcançada enquanto for respeitada essa *soberania*. Para o filósofo francês, o conjunto de regras a que se submete um grupo de pessoas deve respeitar sempre o *soberano*, que são os indivíduos unidos enquanto grupo, sociedade e corpo político. Independentemente do regime político em funcionamento, a população deve ter sempre o poder de mudar as leis que regem suas próprias vidas (Rousseau, 2002, p. 14-16).

Rousseau não é adverso à definição de um grupo, que denomina *governo*, *magistrado* ou *príncipe*,¹⁰ que se incumbirá de administrar o cotidiano daquela sociedade, pois percebe que não seria possível um governo feito por todos os indivíduos.

⁹ Também traduzida como *O contrato social*. O título original, em francês, é *Du contract social ou Principes du droit politique*.

¹⁰ O autor esclarece: “Chamo, pois, governo, ou suprema administração, ao exercício legítimo do poder executivo; e príncipe ou magistrado, ao homem ou ao corpo incumbido dessa administração” (2002, p. 28).

Entretanto, destaca que toda ação empreendida por esse grupo deve basear-se na *vontade geral*, ou seja, para um funcionamento saudável do Estado, os magistrados ou governadores devem ter essa vontade como a diretriz de suas ações. Esses agentes não são mais que promotores do desejo de toda a população:

Necessita, pois, a força pública de um agente próprio que a reúna e a ponha em funcionamento segundo os rumos da vontade geral, que sirva à comunicação do Estado e do soberano, e faça de alguma forma na pessoa pública o que a união da alma e do corpo faz no homem. Eis em que consiste no Estado a razão do governo, enganosamente confundida com o soberano, da qual não é senão ministro. (Rousseau, 2002, p. 28)

Faz-se mister, porém, colocar que, como não passam de “oficiais do soberano”, que exercem o poder que lhes foi concedido, o *soberano* tem o direito de “limitar, modificar e retomar” este poder quando bem quiser, visto que a “alienação de um tal direito é incompatível com a natureza do corpo social e contrária ao fim da associação [do Estado]” (Rousseau, 2002). Os integrantes desse corpo que forem selecionados para compor o governo devem ser fiéis ao objetivo maior da busca da *vontade geral* e precisarão lutar contra o risco natural de se priorizar a vontade particular ou a vontade do corpo que governa, o que é uma das principais ameaças à estabilidade do *contrato social*. Chegaríamos ao esvaecimento do Estado e à dissolução do corpo político caso “acontecesse ter o príncipe uma vontade particular mais ativa que a do soberano para exigir obediência a essa vontade particular [e] fizesse uso da força pública que tem em mãos, de sorte que houvesse, por assim dizer, dois soberanos, um de direito e outro de fato” (Rousseau, 2002, p. 30). Apesar desse *príncipe*, que dirige a sociedade, Rousseau deixa claro a importância de haver assembleias populares frequentes onde toda a população está apta a participar em condições iguais e onde serão tratados os principais temas concernentes ao *contrato social* em vigor para aquele grupo.¹¹

Nesses espaços, a atuação pública dos cidadãos é de extrema importância, pois garante que a vontade geral não seja subjugada à vontade particular dos que estão

¹¹ Apesar de Rousseau ser um vigoroso defensor da democracia para pequenos Estados, não a considera a melhor forma de governo em qualquer condição. Ele argumenta que diferentes modelos de governo podem se adequar a diferentes características de Estados, e que a democracia é a mais adequada a pequenos Estados: “Se, nos diferentes Estados, o número de supremos magistrados deve estar constituído em razão inversa do número dos cidadãos, segue-se que, em geral, o governo democrático é o que mais convém aos pequenos Estados; o aristocrático aos Estados médios; e a monarquia aos grandes” (Rousseau, 2002, p. 32). Por isso, na realidade, quando o autor aprofunda a questão procedimental da democracia e seus espaços, ele restringe sua abrangência a pequenos “Estados”. Uma de suas principais referências é Roma na época da República Romana – que é como se refere ao estado romano entre os anos de 509 a.C., quando cai o Reino de Roma, e 27 a.C., quando foi estabelecido o Império Romano.

atuando no governo. Na seção em que trabalha a questão de “Como se mantém a autoridade soberana” (livro III, seção XII), o autor destaca a importância das assembleias populares, que devem ser fixas e periódicas, sem poder ser adiadas nem abolidas, “a fim de que, em dia marcado, seja o povo legitimamente convocado pela lei, sem que se faça preciso para tanto nenhuma outra convocação formal” (Rousseau, 2002, p. 44). As *assembleias do povo*, como denomina o filósofo, são a “égide do corpo político e o freio do governo” e sempre foram consideradas o “horror dos chefes, os quais também jamais economizam cuidados, objeções, dificuldades ou promessas a fim de desanimarem os cidadãos” (Rousseau, 2002, p. 45).

A teoria de Joseph Schumpeter é considerada como uma perspectiva elitista da democracia. Para o autor, o cerne do processo democrático é a competição entre elites, e a população deve participar apenas por meio da escolha dos seus representantes, que serão os responsáveis por discutir as coisas públicas, por fazer os diagnósticos e as políticas e, ao fim do mandato, serão avaliados pelos cidadãos, podendo ser aprovados, para um novo período como representante, ou reprovados, sendo excluídos de cargos públicos. Não acreditando na possibilidade de um *governo do povo*, Schumpeter (1961, p. 296) sugere abandonarmos essa ideia em substituição a outra mais adequada e realista: o *governo aprovado pelo povo*. Para o economista austríaco,

numerosas afirmações que fazemos usualmente a propósito da democracia se aplicariam a todos os governos que contam com a lealdade da grande maioria do povo ou, melhor ainda, da grande maioria de todas as classes do povo. Isso se aplica particularmente às virtudes usualmente vinculadas ao método democrático: a dignidade humana, a satisfação de ver que, de maneira geral, os assuntos políticos se desenrolam de acordo com as expectativas da pessoa, a coordenação da política com a opinião pública, a confiança e a cooperação do cidadão com o governo, a dependência deste último do respeito e do apoio do homem das ruas — tudo isso e muito mais, que tantos de nós consideram a própria essência da democracia, é satisfatoriamente abrangido pela ideia do governo aprovada pelo povo. E uma vez que é evidente que, com exceção do caso da democracia direta, o povo, como povo, não pode jamais governar ou dirigir realmente, a justificativa desta definição parece completa.

Por conseguinte, o autor critica a teoria clássica da democracia que defende que o objetivo maior do sistema democrático é deixar na mão do eleitorado o poder de decisão. Ele propõe a inversão dessa prioridade, fixando como eixo central a escolha dos governantes, e estes se incumbirão de debater e tomar as decisões públicas em lugar de seus representados. Ou seja, o papel do povo é formar o governo, o que nos leva a sua célebre definição da democracia: “o método democrático é aquele arranjo

institucional para a tomada de decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 2003, p. 269).

Schumpeter (1961, p. 322) dá grande importância ao papel da liderança, criticando novamente os teóricos clássicos que, segundo ele, não dariam a importância devida a essa questão. Para o autor, a aceitação de líderes é um aspecto fundamental do funcionamento do sistema democrático e das relações políticas que o estruturam. Sendo assim, ignorar a questão da liderança seria um grande pecado de muitos teóricos da democracia: “As afirmações sobre o funcionamento e os resultados do método democrático que levam esse fato em conta serão infinitamente mais realistas do que as proposições que o ignoram”.

O economista austríaco compara a competição democrática entre partidos políticos a uma guerra, substituindo balas por palavras. Para ele, os partidos devem lutar para derrotar o inimigo, tendo como objetivo primeiro “derrotar os demais e assumir ou conservar o poder”, e os projetos políticos de cada um deles não seriam o fim de sua atuação, mas apenas o meio utilizado para chegar e se manter no poder: “Da mesma maneira que a conquista do terreno ou da colina, a decisão dos assuntos políticos é, do ponto de vista do político, não o fim, mas apenas a matéria-prima da atividade parlamentar” (Schumpeter, 1961, p. 332).

Nessa lógica, os políticos seriam os grandes responsáveis pela definição dos temas públicos e pelas decisões acerca destes. Por isso, o autor afirma que um dos “aspectos dessa definição pode ser expressado se dizemos que a democracia é o governo dos políticos”. Com essa afirmação, Schumpeter (1961, p. 339-340) busca contradizer os politólogos que criticam o contexto atual, em que a política virou uma carreira, conforme discutido anteriormente. Segundo ele, pela própria estrutura da democracia, é natural e benéfico que haja um grupo de pessoas que se profissionalize na atuação política, tornando todo o processo mais eficiente e profissional:

Numerosos expoentes da doutrina democrática fizeram o possível para despir a atividade política de qualquer conotação profissional. Sustentaram veementemente, algumas vezes apaixonadamente, que a política não deve ser uma profissão e que a democracia degenera logo que se torna meio de vida. Mas isto é puro idealismo. [...] Se desejamos enfrentar os fatos honestamente, devemos reconhecer que, nas democracias modernas de todos os tipos, com exceção da Suíça, a política inevitavelmente será uma carreira. [...] Politicamente falando, está ainda no jardim de infância o homem que não compreendeu, para jamais se esquecer, as palavras atribuídas a um dos políticos mais bem-sucedidos que já viveram. “O que os homens de negócios não entendem é que, da mesma maneira que eles negociam em petróleo, eu negocio em votos”.

Habermas (1997b, p. 60) destaca o viés elitista da teoria schumpeteriana, que distancia o Estado, ou a própria democracia, do povo e que se baseia na crença de que haverá um bom senso e uma boa vontade nos governantes de modo a orientar a política para o bem de toda a população:

Uma vez que os grupos de interesses são seletivos e sem muita influência sobre a política das associações, passa-se a pensar que a luta pelo poder se desenrola essencialmente entre as elites [...] De modo que restou uma teoria da elite, expurgada dos acréscimos pluralistas, e que reduz essencialmente o papel do processo democrático à escolha plebiscitária entre dirigentes, portanto uma seleção de condutores. [...] a única garantia de que as funções do Estado visam ao bem comum reside na racionalidade das elites capazes de decidir e desejosas de inovações. Nasce aqui a imagem de um sistema de administração relativamente independente da sociedade, que consegue a necessária lealdade das massas e determina, de forma mais ou menos própria, as funções e fins políticos.

O sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas é uma importante referência na discussão sobre democracia e os espaços públicos de participação cidadã. Em seu livro, *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, de 1992,¹² o autor apresenta suas reflexões sobre o processo democrático, defendendo o que ele cunhou como *teoria do discurso*. Habermas utiliza como referências para sua análise as duas perspectivas que considera como estruturantes nesse debate: liberal e republicana.

A perspectiva liberal, segundo Habermas (1997b, p. 19), apresenta um procedimento democrático que se estrutura em um compromisso de interesses entre os cidadãos e que estaria baseado numa série de “direitos fundamentais liberais”. Portanto, esse compromisso fundamenta-se em regras que devem “assegurar a equidade de resultados” do sistema democrático para todos os cidadãos, entre elas o direito igual e geral ao voto e a composição representativa das instituições parlamentares.

Nessa abordagem, o processo democrático não está vinculado, necessariamente, à construção de uma “cidadania eficaz em termos de coletividades”, isto é, ela não se orienta pelo *input*, tendo menor importância a estrutura política através da qual os cidadãos interferem no governo. O que caracteriza a democracia de um sistema está em seu *output*, quer dizer, o que importa é a consolidação de uma exitosa gestão do Estado, dos seus recursos, das suas políticas, com o fim de gerar o bem-estar da população. Há, nessa abordagem, uma clara e estanque separação entre *Estado* e *sociedade*, como resumiu o autor:

¹² O ano da publicação em português foi 1997. O título original é *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaates*; e em inglês, *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*.

Essa compreensão da política, centrada no Estado, pode prescindir da ideia aparentemente pouco realista de uma cidadania eficaz em termos de coletividade. [...] O nervo do modelo liberal não consiste na autodeterminação democrática das pessoas que deliberam, e sim, na normatização constitucional e democrática de uma sociedade econômica, a qual deve garantir um bem comum apolítico, através da satisfação das expectativas de felicidade de pessoas privadas em condições de produzir. (Habermas, 1997b, p. 20)

Na segunda perspectiva, Habermas discorre sobre a abordagem republicana, que compreenderia como base fundamental do sistema democrático a ideia da *autodeterminação dos sujeitos privados*, a partir de um *autoentendimento ético-político*. Na visão republicana, é através da formação democrática da vontade e da opinião, com a tomada de consciência da sociedade sobre si mesma, que se constrói a *vontade coletiva dos sujeitos privados*, permitindo caminhar para uma *auto-organização política da sociedade*; “a sociedade é por si mesma sociedade política – *societas civilis*”.

Disso resulta uma compreensão de política dirigida polemicamente contra o aparelho do Estado. [...] a esfera pública política deve ser revitalizada contra o privatismo de uma população despolitizada e contra a legitimação de partidos estatizados, para que uma cidadania regenerada possa (re)apropriar-se do poder burocrático do Estado, imprimindo-lhe formas de uma auto administração descentralizada. Isso pode transformar a sociedade numa totalidade política. (Habermas, 1997b, p. 19)

A partir dessa duas perspectivas, o filósofo apresenta sua proposta da *teoria do discurso*, que buscaria apreender elementos de ambas abordagens, “compondo-os de modo novo”. Por um lado, adota a proposta republicana de compreender a formação democrática da opinião e da vontade como o centro do processo político. Mas, diferentemente dela, Habermas não coloca como secundária a constituição do Estado de direito, que seria o potencializador “das formas pretensivas de comunicação” que alimentariam aquela.

O desabrochar da política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente e sim, da institucionalização dos correspondentes processos e pressupostos comunicacionais, como também do jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formaram de modo informal. (Habermas, 1997b, p. 21)

Por outro lado, sua teoria, como no modelo liberal, respeita essa separação entre Estado e sociedade, mas considera que a atuação desta, com sua “força social e integradora da solidariedade”, “deve desenvolver-se através de um amplo leque de esfe-

ras públicas autônomas e de processos de formação democrática da opinião e da vontade”, o que implicam a imagem de uma “sociedade descentrada” (Habermas, 1997b, p. 21-22).

Na interpretação liberal, a formação democrática da vontade tem como função única a legitimação do exercício do poder político. [...] Na interpretação republicana, a formação democrática da vontade tem uma função muito mais importante, que é a de constituir a sociedade como uma comunidade política e manter viva, em cada eleição, a recordação desse ato fundador. [...] A teoria do discurso coloca em jogo uma outra ideia: para ela, processos e pressupostos comunicativos da formação democrática da opinião e da vontade funcionam como a comporta mais importante para a racionalização discursiva das decisões de um governo e de uma administração vinculados ao direito e à lei. Racionalização significa mais do que simples legitimação, porém menos do que a constituição do poder.

Portanto, na teoria do discurso *habermasiana*, têm função primordial os espaços de comunicação entre os cidadãos, as *esferas públicas*, que constituem uma “rede ampla de sensores” que permitem à população ter a capacidade de reagir a situações indesejadas de pressão e, ao mesmo tempo, estruturar opiniões influentes que, se não chegam a dominar o poder administrativo, podem ao menos direcioná-lo. É nessas *esferas públicas*, nessas estruturas comunicativas, que se desenvolve o *agir comunicativo* (Habermas, 1997b, p. 52).

Habermas (1997b, p. 94) destaca, no entanto, que a consolidação dessas *esferas públicas*, bases do poder comunicativo, não deve buscar simplesmente uma superficial formação de opinião pública compartilhada entre os indivíduos ou uma “produção de generalidade”. Seu desenvolvimento está calcado em sua capacidade de promover a reflexão e a formação dos participantes, e seu sucesso pode ser medido “por critérios formais do surgimento de uma opinião pública qualificada”. O que alimenta as esferas públicas são as experiências de vida, os cotidianos, as necessidades que se apresentam na vida dos afetados pelas decisões tomadas pelo poder administrativo, e

a esfera pública política tem que se formar a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas. [...] Os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais de vida. (Habermas, 1997b, p. 97)

O advogado e cientista político argentino José Nun (1936-) é um dos grandes críticos dos atuais sistemas democráticos, particularmente na América Latina. Em

seu livro *Democracia ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?*, de 2000, o autor analisa as origens da proposta democrática atual, tendo como referência as duas correntes que expõe no título da obra: “Uma [corrente] é exatamente a da democracia entendida como expressão efetiva da vontade geral, quer dizer, como *gobierno do povo*. A outra, por outro lado, concebe a participação popular principalmente como suporte ao *gobierno dos políticos*” (Nun, 2001, p. 20).

Para este autor, duas experiências antigas de democracia podem servir de referência para buscar compreender o regime que hoje é hegemônico no mundo. A primeira é a de Atenas, onde, apesar de incluir um grupo restrito da população ateniense (não incluíam, por exemplo, mulheres, escravos e metecos – estrangeiros residentes), baseava-se em um modelo extremamente democrático, em que todos tinham direito a voz e voto. Os membros das instituições representativas tinham mandato inferior a um ano e eram eleitos por sorteio, já que “os atenienses não consideravam democrático o voto, pois, diziam, era um método que favorecia inevitavelmente aos ricos, aos de berço de ouro e aos exitosos” (Nun, 2001, p. 21). Essa experiência seria a referência para o que o autor chamou de *gobierno del pueblo*.

A outra experiência é a de Esparta, onde o poder estava nas mãos de uma elite e os candidatos ao conselho local desfilavam para seus “eleitores” que tinham que saudá-los segundo suas preferências. A decisão dos governantes dava-se, portanto, para os candidatos que haviam recebido as mais entusiastas saudações, em “um procedimento que antecipava em alguma medida o que depois seria a eleição de representantes através do sufrágio em muitas democracias modernas” (Nun, 2001, p. 21). Essa seria a origem do “*gobierno de los políticos*”.

Nun também identificou marcos mais recentes para as duas linhas de governo. Para esta última, o principal pilar de ideias e argumentos seria o clássico *Capitalismo, socialismo e democracia*, de Schumpeter, que “fixa alguns dos argumentos mais sérios em que se sustenta a visão do ‘governo dos políticos’”¹³ (Nun, 2001, p. 22). Para Nun, Schumpeter fornece uma definição elitista de democracia que em muito lembraria o modelo de Esparta: uma proposta democrática em que o papel central da população seria definir seus representantes, e estes seriam os responsáveis por discutir problemas, definir prioridades, consolidar a agenda e decidir as ações a serem realizadas. Os cidadãos, neste caso, poderiam avaliar, a cada eleição, se a atuação de seu representante havia sido satisfatória ou não, dando-lhe a chance de um novo mandato, caso tenha uma avaliação positiva de sua atividade política; ou não

¹³ José Nun (2001, p. 24) destaca a relevância do contexto político mundial em que Schumpeter publica sua obra: “[...] se o tema convidava a algo em 1942, era a exercer um realismo muito cauteloso: em 1920, havia no mundo cerca de 35 governos de democracia representativa constitucionalmente eleitos; em 1938, o número havia se reduzido a menos da metade; e, no começo da década de 1940, não sobravam mais que 12. Como relembra Hobsbawm, nessa época ‘ninguém previu ou esperava que a democracia se revitalizaria depois da guerra’”.

o reelegendo, em caso de avaliação negativa. Segundo Nun (2001, p. 67), Schumpeter considera o governo um assunto das elites, com a participação desempenhando um papel secundário: “De fato, nem sequer acreditava que em uma democracia fosse indispensável o voto universal, pois bastava o voto qualificado; tampouco dava muita importância à periodicidade das eleições”. Assim, a partir da concepção schumpeteriana, Nun diz que poderia afirmar-se que “em termos estritamente lógicos, o povo não é, então, mais que uma construção da lei. Por isso, fica dissolvido como tal no momento em que deposita seu voto nas urnas. Antes e depois desse momento, são os funcionários que se encarregam dos negócios públicos”.

Pelo governo do povo, Nun recorre a uma série de conferências dadas por Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), em 1949, nas quais, um ano após a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, o sociólogo inglês apresentou solidamente um conceito de cidadania baseada em três tipos de direitos: civis, sociais e políticos. Para Nun, aquela exposição de Marshall, defendendo a estrutura de direitos que deveriam ser garantidos para todo e qualquer cidadão, seria o marco teórico que melhor embasaria uma proposta de *gobierno del pueblo* ou, nas palavras do autor, é onde se “perfila o tipo de cidadão que exige atualmente qualquer proposta de democracia inspirada na ideia do ‘governo do povo’” (Nun, 2001, p. 22).

José Nun é defensor de uma democracia que permita, efetivamente, a soberania popular, com uma importante interferência em espaços públicos de tomada de decisão, no formato que ele identificou como *gobierno del pueblo*. Entretanto, o autor ciente da necessidade de articulação entre tais espaços públicos e as instituições representativas, em que parte das decisões será delegada a representantes, isto é, o *gobierno del pueblo* não prescinde do *gobierno de los políticos*:

a visão *gobierno do povo* tem a assembleia popular como sua manifestação mais característica e também como seu limite [...]. Ou seja, de fato, a assembleia – em qualquer de suas formas – deverá conviver necessariamente com diversos mecanismos de representação; e o mesmo ocorre com o referendo, com o mandato delegativo e com as demais modalidades de expressão direta da vontade dos cidadãos. Por mais à margem que se queira manter, a visão *gobierno dos políticos* escorre pelas rachaduras. (Nun, 2001, p. 29)

Na compreensão de Nun (2001, p. 68), não se poderia dizer que os modelos democráticos hegemônicos estariam baseados em apenas uma das duas correntes. Ele recorre aos diversos momentos de construção da proposta democrática atual para concluir que nos regimes vigentes no mundo contemporâneo, as duas correntes, “com dificuldades e tensões”, se fundem em uma só, gerando um sistema que possui heranças do *gobierno del pueblo* e do *gobierno de los políticos*, mas com uma forte e clara predominância deste último.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da longa reflexão já construída acerca da participação popular, parece ser relevante, no atual período histórico, o aprofundamento metodológico dessa questão. Têm sido difundidas experiências que conclamam a participação popular e se autodenominam de democracia participativa, no entanto, considerando o movimento inicial de defesa da participação enquanto princípio democratizante, qual tipo de participação estamos defendendo? Quais são as condições que podem transformar um espaço participativo de tomada de decisão em um efetivo momento de aprofundamento da democracia, de fortalecimento da democracia?

Um avanço fundamental para essa discussão é o maior conhecimento de práticas participativas que já vêm sendo desenvolvidas no mundo, particularmente em países da América Latina. Alimentados, na maioria das vezes, pelas culturas comunitárias de populações indígenas, afrodescendentes e rurais, inúmeros são os casos de experimentações democráticas realizados, na maioria das vezes, em âmbito local, e poderiam ser uma profícua fonte de inovações, amplamente difundidas, de forma a ampliar os espaços de participação efetiva da população nos sistemas políticos.

Além disso, a conquista, nos últimos quinze anos, de governos nacionais em diversos países latino-americanos por candidatos que representam as demandas de movimentos sociais e grupos excluídos, como Bolívia, Venezuela, Equador, Argentina, Brasil e Uruguai, consolida, com maior ou menor força, um novo ator de promoção de práticas participativas.¹⁴ Em tais casos, o governo tem sido um estimulador desses espaços de interferência popular nas políticas governamentais.

No entanto, é preciso, cada vez mais, aprofundar um senso crítico acerca do tipo de participação que estamos promovendo e colocar na pauta do dia o questionamento do atual sistema democrático vigente nesses países, destacando, principalmente, a importância da consolidação da democracia participativa para contribuir na renovação do sistema representativo, que hoje se encontra distanciado da sociedade. A participação não deve ser vista como um inimigo da representação, mas como sua cara-metade, sem a qual a representação está fadada a uma contínua falta de legitimidade e desconfiança junto à população.

¹⁴ Em minha tese (Addor, 2012), apresento dois casos de experimentos de democracia participativa no Equador e na Venezuela.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe. *A pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé: uma análise do percurso metodológico*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – PEP/Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Teoria democrática e poder popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Ippur/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

AVRITZER, Leonardo. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

BISHIN, Benjamin G. *Tyranny of the minority: the subconstituency politics theory of representation*. Filadélfia: Temple University Press, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 125-138, jun. 2003.

BUARQUE, Cristovam. Direito ao uso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 fev. 2010, p. 7.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. *Democracy 'with adjectives': conceptual innovation in comparative research*. Notre Dame: Kellogg Institute, 1996.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. In: _____ (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 13-91.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DEWEY, John. *The public and its problems*. Chicago: Swallow Press, 1954.

GOLDFRANK, Benjamin. *Decentralization and citizen participation in Latin America: deepening or dooming democracy?* 1998. Disponível em: <http://iis.berkeley.edu/sites/files/pdf/decentralization_and_citizen_participation_in_latin_america.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política – um esboço. In: BAQUERO, Marcelo (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 11-25.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NUN, José. *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos aires: Nueva Visión, 1989.

_____. *Democracia: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática y política comparada. *Desarrollo Económico*, v. 39, n. 156, Buenos Aires, jan./mar. 2000, p. 519-570.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 1999.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERUZZOTTI, Enrique. *Representative democracy as mediated politics: rethinking the links between representation and participation*. Londres: London School of Economics and Political Science, 2008.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representation and democracy: uneasy alliance. *Scandinavian Political Studies*, v. 27, n. 3, p. 335-342, set. 2004.

POGGIESE, Héctor Atilio. Políticas públicas y participación popular en Venezuela: una aproximación analítica. In: MOREIRA, Carlos; RAUS, Diego; LEYTON, Juan Carlos Gómez (coord.). *La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades*. Montevideú: Ediciones Trilce, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Ed. Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/eLibris/contratosocial.html>. Acesso em: 23 dez. 2014.

SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Edição digital, 1961.

_____. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2003.

VILLA, Marco Antonio. A desmoralização da política. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 ago. 2012.

WARREN, Mark. What can democratic participation mean today? *Political theory*, v. 30, n. 5, p. 677-701, out. 2002.

AS CONDIÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA¹

Felipe Addor

“A democracia é um luxo do Norte. Ao Sul é permitido o espetáculo, que não é negado a ninguém. E ninguém se incomoda muito, afinal, que a política seja democrática, desde que a economia não o seja. Quando as cortinas se fecham no palco, uma vez que os votos foram depositados nas urnas, a realidade impõe a lei do mais forte, que é a lei do dinheiro. Assim determina a ordem natural das coisas. No Sul do mundo, ensina o sistema, a violência e a fome não pertencem à história, mas à natureza, e a justiça e a liberdade foram condenadas a odiar-se entre si.”

Eduardo Galeano

A América Latina possui um contexto muito específico de formação das suas democracias. Em cada país da região latino-americana, o processo de construção da democracia se desenvolveu de acordo com suas especificidades históricas e suas características socioculturais. Porém, as lutas pela independência, a formação das repúblicas, os períodos ditatoriais e os processos de redemocratização são, em geral, acontecimentos que as aproximam, o que permite uma análise que abranja as diferentes realidades e estabeleça uma percepção mais ampla de como se desenvolveu a história da construção democrática de cada país. Resguardando as diferenças que há, pode-se concluir que na América Latina há um caminhar comum entre eles, o que leva muitos autores a fazer esse recorte territorial quando analisam fenômenos democráticos.

¹ Este capítulo foi baseado em uma parte da minha tese de doutorado (Addor, 2012).

Este capítulo apresenta uma sistematização da reflexão sobre as condições necessárias para a consolidação de regimes democráticos, que destaca a indissociabilidade entre democracia e direitos. Em seguida, aproxima essa reflexão do contexto latino-americano, recuperando a história recente de construção democrática na região, procurando ressaltar os grandes movimentos que a caracterizaram, e destacando em que aspectos torna-se necessário outro paradigma analítico para a compreensão dos sistemas democráticos latino-americanos e para o direcionamento de transformações que aprofundem a democracia nesses países. Por fim, são apresentadas questões importantes para se pensar em uma nova teoria que contemple a realidade e que permita uma análise mais próxima do que ocorre nesses países.

CONDIÇÕES PARA A DEMOCRACIA

Os diferentes teóricos da democracia, independentemente da corrente a qual pertencem, são praticamente unânimes em uma questão: a democracia não se resume a um mero procedimento, isto é, não é a simples existência de um conjunto de regras formais que garante que um país seja democrático. Mesmo autores que buscam construir uma definição baseada nos arranjos democráticos existentes não ignoram que, para um sistema político ser efetivamente democrático, deve haver uma série de liberdades e garantias que permitam a atuação autônoma e responsável dos cidadãos. Identicamente, os autores geralmente classificados como *procedimentalistas* ou *elitistas* argumentam que, para além do regime, faz-se necessária a garantia de um leque de liberdades, de direitos, sem os quais não é possível que um sistema seja democrático.

Entre os que teorizam sobre o conceito de democracia, há dois grupos: os intelectuais que buscam uma definição mais “utópica” ou etimológica, isto é, que partem da concepção de que a democracia baseia-se na ideia de soberania/governo do povo; e os autores “realistas”, que procuram definir o conceito a partir do que existe na sociedade. Embora as definições apresentadas pelos integrantes do primeiro grupo possam se distanciar da realidade e induzir à conclusão de que não há países democráticos no mundo atual, elas são úteis como um horizonte, isto é, como um conjunto de princípios e regras para onde devemos caminhar. Caso contrário, uma visão que se limita a analisar o que existe aumenta o risco de nos satisfazermos com o pouco que há de democrático na sociedade atual e cairmos em uma tendência pouco exigente, à *la* Schumpeter, que afirma que as democracias “são como devem ser”. A afirmação de que, no mundo hodierno, não existem democracias é encontrada na obra de vários importantes expoentes da teoria democrática (O’Donnell, 2000; Nun, 2001; Dahl, 1997).

Para Guillermo O'Donnell (2000, p. 527), mesmo os autores que se autoproclamam procedimentalistas, ou minimalistas (como Schumpeter e seus seguidores),² por terem, em princípio, uma definição de democracia mais vinculada ao conjunto de regras do regime democrático, destacam a condição inexorável de uma série de liberdades e garantias que devem ser respeitadas, sem as quais torna-se inviável a democracia: “[...] ainda que essas definições não se sobreponham por completo, todas coincidem em incluir duas classes de elementos: eleições limpas para os mais altos cargos governamentais [...] e as já mencionadas liberdades ou garantias”. O autor defende, portanto, que, para a existência de um sistema efetivamente democrático, deve ser garantida uma condição de cidadania que forneça aos cidadãos direitos e oportunidades semelhantes, no sentido da sua participação no sistema político; isto é, um conjunto de direitos civis, sociais e políticos que precisa ser promovido para que desigualdades decorrentes do contexto socioeconômico não interfiram no funcionamento do sistema. Essa exigência leva muitos teóricos da democracia a negar a existência efetiva de democracias.

O'Donnell (2000, p. 534) tem uma clara preocupação normativa quanto à teoria da democracia e apresenta uma definição “realista ou restrita [...] da democracia política”. Ele assim define por acreditar menos importante uma definição mais ampla sobre democracia, já que as da linha da “democracia etimológica”, que defendem que quem governa deve ser o povo ou a maioria da população, “enunciam características não encontradas em nenhuma democracia existente” (O'Donnell, 2000, p. 527). Em função disso, o autor se debruça sobre a definição do *regime democrático* ou da *democracia política* ou da *poliarquia* (considera os três como sinônimos), e previne que, se é aceito o uso do termo *democracia* para caracterizar os *regimes democráticos*, “deve recordar-se que se trata de uma metonímia”, pois o termo significa muito mais que a simples existência de um regime democrático (O'Donnell, 2000, p. 536).

Robert Dahl, por sua vez, baseia sua análise sobre democracia a partir de duas dimensões na democratização: permissão da oposição e amplitude da participação. Entretanto, em sua teoria, o autor não usa o conceito de democracia, pois como “nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democrático”, ele opta pelo conceito de *poliarquias*, que “podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (Dahl, 1997, p. 31).

Para Dahl (1997, p. 25), uma característica chave da democracia é a responsividade, isto é, a capacidade do Estado de responder às necessidades e preferências dos

² Em outro capítulo deste livro, é apresentado o modo como diferentes autores percebem a noção da participação popular em suas teorias democráticas.

cidadãos, atendendo efetivamente suas demandas reais. Por achar que entre os sistemas democráticos existentes no mundo não se encontra nenhum que tenha uma responsividade adequada a todos seus cidadãos, o autor, ao utilizar o termo *poliarquia*, explica: “Gostaria de reservar o termo ‘democracia’ para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo aos seus cidadãos”.

O argentino José Nun (2001, p. 20) tem a mesma compreensão sobre a inexistência de “democracias reais” e, para que isso não invalide sua análise, faz uma distinção entre o mundo da *ideia da democracia*, que identifica como *autogobierno colectivo*, e das práticas políticas reais, que denomina *manifestações históricas democráticas*: “Constituiria um paralogismo flagrante imaginar que estas últimas podem ser encarnações diretas e puras dessa ideia”. O autor critica a abordagem de Schumpeter, que afirma que, se o objetivo é compreender e não filosofar sobre uma ideia, as “democracias são como devem ser”. Assumindo essa postura, corre-se um sério risco de o “é” tornar-se o “deve ser”, ou seja, pode-se incorrer no erro de aceitar acriticamente os sistemas existentes e deixar em segundo plano o ideal democrático, que esteve presente em diversos momentos da história de construção dos Estados das nações ocidentais (Nun, 2001, p. 148).

Em suma, os sistemas democráticos que existem hoje no mundo são muito distantes da proposta democrática original, da ideia de poder ao povo e de soberania do povo. Por um lado, a aproximação desses sistemas de propostas efetivamente democráticas pode se dar através da inovação institucional, ou seja, da reconfiguração do conjunto de regras com o intuito de promover maior inclusão da população nas instituições políticas por meio de inovações; nos espaços de discussão e deliberação, nas formas de representação, nos métodos de identificação de necessidades e definição de prioridades.

Entretanto, o *esqueleto* democrático não garante a consolidação de uma *cultura* democrática. No caminho do aprofundamento da democracia, torna-se necessário, por outro lado, garantir os direitos necessários para a atuação dos cidadãos no sistema e promover espaços de formação político-democrática, possibilitando que a população tenha capacidade de interferir na política, de tomar para si esse *esqueleto* democrático, não deixando que apenas uma pequena parcela da população, a elite, domine e se aproveite das regras e oportunidades abertas pela democracia.

Procurando entender melhor esse recorte, apresentarei, em seguida, como diversos autores da teoria democrática percebem a relação entre democracia e direitos, e quais seriam as condições necessárias para que um *regime democrático* possa vir a ser realmente uma *democracia*.

Iniciamos com um dos autores mais tradicionais na defesa da soberania do povo, o francês Jean-Jacques Rousseau. A teoria de Rousseau baseia-se na ideia do *contrato social*. Este representaria um pacto fundamental entre os moradores de um território com um papel não de destruir a igualdade natural, mas, ao contrário, de

substituir a desigualdade física que existe entre os homens, de força ou talento, por uma igualdade “por convenção e por direito” (Rousseau, s/d, p. 13). Portanto, um Estado sólido, ou um bom governo, é o que promove essa igualdade entre os habitantes daquele território, sem a qual o *contrato social* não representa um benefício para todos os cidadãos:

Sob os maus governos, essa igualdade é apenas aparente e ilusória: não serve senão para manter o pobre em sua miséria, e o rico em sua usurpação. Na realidade, as leis são sempre úteis aos que possuem bens, e prejudiciais aos que nada têm: de onde se conclui que o estado social não é benéfico aos homens, enquanto não tiverem todos alguma coisa, e nenhum deles o tenha em excesso.

Rousseau defende que todo sistema de legislação tem dois objetivos principais que devem ser buscados: a liberdade e a igualdade. Uma não pode existir sem a outra. Ele não coloca como pré-condição, para um pacto social benéfico, que todos os habitantes possuam exatamente os mesmos graus de riqueza e poder, ou seja, uma igualdade plena. No entanto, quanto ao poder, ele afirma não pode haver uma diferença tão grande entre a população ao ponto que permita o uso da violência ou que garanta aos poderosos uma condição de estar acima das leis. E quanto à riqueza, “que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se: o que supõe, por parte dos grandes, moderação de bens e de crédito, e, do lado dos pequenos, moderação de avareza e ambição” (Rousseau, s/d, p. 26).

Rousseau (s/d, p. 33) constrói sua percepção de democracia com uma abrangência territorial pequena, pois apenas em Estados pequenos esse sistema seria viável. Destaca, como condições para o bom funcionamento da democracia, a necessidade de um “Estado bastante pequeno”, que facilite juntar o povo e onde as pessoas possam conhecer seus compatriotas; uma “simplicidade de costumes”, que não dê brechas para discussões extremamente complexas e contraditórias (ou “espinhosas”, como chama o autor); e “bastante igualdade nas classes e nas riquezas”, sem a qual, seria inviável haver, por muito tempo, igualdade nos direitos e na autoridade.

Por conta disso, Rousseau (s/d, p. 52) defende que seria possível resgatar a prática ateniense de eleições por sorteio, com poucos inconvenientes, em democracias verdadeiras. Quer dizer, há uma série de cargos que demandam habilidades específicas e cuja escolha de cidadãos aptos para tal seria importante, como os cargos militares, por exemplo. Não obstante, a maioria dos cargos, numa verdadeira democracia, poderia ser ocupada por todos os cidadãos, já que para esses trabalhos bastam “o bom senso, a justiça e a integridade, tais como os cargos de judicatura, porque, num Estado bem constituído, essas qualidades são comuns a todos os cidadãos. [...] Mas, como afirmei, não existe verdadeira democracia”.

Como citado anteriormente, Joseph Schumpeter (1961, p. 345) se utiliza do dilema do físico para afirmar que um método democrático não pode ser defendido ou condenado para qualquer época ou lugar em que seja desenvolvido. Como não é possível, afirma o autor, manter todas as outras variáveis constantes, não se pode generalizar uma avaliação da democracia. É por isso que o austríaco, quando discorre em seu livro sobre as “condições para o êxito do método democrático”, assume que sua teoria vale apenas para as “grandes nações industrializadas do tipo moderno”.³

Nesse sentido, considerando que o foco deste trabalho é América Latina, pouca validade têm as condições que ele sugere, pois parte de um contexto específico e extremamente restrito, se considerada a realidade da maioria dos países do mundo e a totalidade dos países latino-americanos. De qualquer modo, ainda é válido ressaltar o descrédito que o autor percebia na prática democrática atual, no que ele denominou de *democracia burguesa*, que estava diretamente atrelada ao funcionamento do capitalismo e que muitos dos seus problemas resultavam das desigualdades sociais que vinham sendo ampliadas dentro desse modo de produção: “[...] o capitalismo está perdendo rapidamente as suas antigas vantagens. A democracia burguesa, vinculada a esse ideal de Estado, vem funcionando com dificuldades cada vez maiores já há algum tempo” (Schumpeter, 1961, p. 355).

Por outro lado, Jürgen Habermas tem como um dos principais objetivos defender a existência de um nexos entre Estado de direito e democracia, mostrando como estão intrinsecamente ligados os direitos do cidadão e a soberania popular: “A argumentação desenvolvida no livro visou essencialmente provar a existência de um nexos conceitual ou interno entre Estado de direito e democracia” (Habermas, 1997b, p. 310). Para o autor alemão, “o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático” (Habermas, 1997b, p. 18), e este processo ocorre nas esferas públicas. Entretanto, a consolidação dessas esferas públicas só poderá se dar ao “contar com uma base social na qual os direitos iguais dos cidadãos conseguiram eficácia social” (Habermas, 1997b, p. 33).

Habermas (1997b, p. 314 e 316) busca explicar essa vinculação entre Estado de direito e democracia a partir da compreensão de que, para atuação do indivíduo,

³ Schumpeter (1961, p. 345, 347, 349 e 350) lista as quatro condições para funcionamento do *método democrático*: “[...] o material humano da política [...] deve ser de qualidade suficientemente alta”; “o campo real de decisões políticas não deve ser estendido demasiadamente longe”, isto é, deve haver apoio de especialistas onde couber; “o governo democrático na moderna sociedade industrial deve ser capaz de contar [...] com os serviços de uma bem treinada burocracia que goze de boa posição e tradição e seja dotada ainda de um forte sentido de dever e um não menos forte *esprit de corps*”; “deve prevalecer o chamado autocontrole democrático. Todos admitem, evidentemente, que o método democrático não pode funcionar suavemente a menos que todos os grupos importantes da nação estejam dispostos a aceitar todas as medidas legislativas, enquanto estiverem em vigor, e todas as ordens do governo, desde que emitidas por autoridades competentes”.

é necessário haver uma dependência mútua entre sua liberdade de ação, enquanto sujeito privado, e sua autonomia pública, enquanto cidadão.

O nexos interno entre “direitos humanos” e soberania popular, que buscamos aqui, reside, pois, no fato de que a exigência de institucionalizar a autolegislação em termos de direito tem que ser preenchida com o auxílio de um código, o qual implica, ao mesmo tempo, a garantia de liberdades subjetivas de ação e de reclamação. Inversamente, a repartição igualitária desses direitos subjetivos (e de seu “valor equitativo”) só pode ser satisfeita através de um processo democrático que justifica a suposição de que os resultados da formação política da opinião e da vontade são racionais. Deste modo, a autonomia privada e pública pressupõem-se mutuamente, sem que uma possa reivindicar o primado sobre a outra.

Para o argentino Guillermo O’Donnell (2000, p. 557), o regime democrático tem quatro características específicas que o fazem diferente dos outros sistemas políticos: 1) eleições limpas e institucionalizadas; 2) uma aposta incluyente e universalista; 3) um sistema legal que promulga e respalda os direitos e liberdades incluídos na definição de um regime democrático; 4) um sistema legal que exclui a possibilidade de haver cidadãos livres da lei.⁴ Enquanto as duas primeiras características vinculam-se ao regime democrático, as duas últimas estão relacionadas ao Estado e sua atuação para garantia das condições para o regime.

O’Donnell é um dos autores a destacar que para todos os teóricos, mesmo os autodenominados minimalistas ou procedimentalistas, que ele chama de realistas, as exigências de liberdades e garantias estão presentes, já que além de eleições limpas, esses autores enumeram “condições – denominadas liberdades, ou garantias, ou ‘direitos políticos primários’ – que rondam as eleições limpas” (O’Donnell, 2000, p. 530).

Entretanto, um argumento forte do autor é que não é possível haver uma predefinição generalizável do conjunto de direitos que possa garantir as condições básicas para qualquer democracia, isto é, esses direitos são *indecidibles* (“indecidíveis”). Cada regime deverá desenvolver um conjunto de direitos de acordo com sua realidade, sua construção histórica do sistema político e sua cultura democrática (O’Donnell, 2000, p. 533).

O’Donnell (2000, p. 535) afirma, ainda, que o apoio da população aos sistemas democráticos se dá, em parte, em função dessas próprias liberdades que o sistema fornece, ou deveria fornecer. Por conseguinte, a existência e universalização de direitos civis, sociais e políticos não é apenas uma condição para a consolidação de um regime democrático efetivo, mas também uma bandeira desse sistema, que

⁴ Para apresentar essa concepção, O’Donnell usa o conceito em latim: *de legibus solutus*.

tem na garantia de direitos um importante bastião de legitimação frente a outros sistemas políticos.

Parece claro que, para além de esperanças às vezes míticas sobre outros benefícios que conduziriam à conquista das liberdades políticas, a demanda por essas liberdades foi o motor das grandes mobilizações que frequentemente precederam o fim de regimes autoritários. Em muitas das novas democracias, há dados que mostram que uma alta proporção de suas populações reconhece e valoriza positivamente essas liberdades. Além do mais, se esquecermos que essas mesmas liberdades são importantes a muitos seres humanos, seria impossível entender o alto nível de apoio à democracia que existe hoje no mundo todo, apesar do desempenho frequentemente deficiente dos governos.

Sua argumentação valoriza os direitos básicos necessários, argumentando que uma democracia deve ser estruturada a partir do conceito de *agência* (*agency*) e na percepção de todo cidadão como um *agente*, que seria “conceder-lhe a capacidade de tomar decisões pessoais que se julgam suficientemente razoáveis para ter importantes consequências”, tanto como eleitor como para o desempenho de uma função pública. Assim, a discussão sobre a efetividade da democracia recai, fortemente, sobre as condições de habilitação ou desabilitação da *agência*, que também é definida pelo autor como “presunção de suficiente autonomia e racionalidade de cada adulto(a) como para tomar decisões cujas consequências implicam responsabilidade” (O’Donnell, 2000, p. 37).

O autor faz uma articulação dessa exigência dos direitos para a democracia como uma decorrência histórica dos direitos civis antes conquistados pelos cidadãos dos países centrais. Nesses países, a concepção de *agência*, como porte de direitos subjetivos, tornou-se o núcleo do sistema legal muito antes de haver o avanço da democracia política. Essa construção prévia dos direitos subjetivos, para o autor, é um legado da consolidação do capitalismo e da formação do Estado moderno, e não do liberalismo ou da democracia, “que surgiram quando essa construção já estava muito difundida nos países originários e se expressava em doutrinas jurídicas extremamente elaboradas” (O’Donnell, 2000, p. 542 e 545).

Sendo assim, no momento da construção de uma democracia política, *no incluyente*, nos países originários, no século XIX, uma série de direitos subjetivos já eram garantidos, principalmente à população masculina. Embora estes não fossem os direitos políticos da aposta democrática mais recente, eram os direitos civis, correspondentes às atividades sociais e econômicas privadas, que representavam a atribuição de uma *agência* a um número significativo de indivíduos, que fincou as bases para o posterior assento da cidadania política (O’Donnell, 2000, p. 546).

Quando se promoveu de forma mais intensa um processo de inclusão da população no sistema político, o que o autor denomina de *la apuesta incluyente*, já estavam

consagrados muitos direitos subjetivos, que compunham a cidadania civil. Além disso, o sólido estabelecimento e funcionamento do sistema representativo amenizava os temores – ainda presentes em função do fantasma da Revolução Francesa –, de que esse processo inclusivo levasse a uma democracia radical ou a um *gobierno de las masas* (O'Donnell, 2000, p. 547).

Esse é o contexto de formação da cidadania política, que se constrói a partir da lógica da cidadania civil; isto é, os direitos políticos que foram sendo promulgados e difundidos no período de maior democratização dos sistemas políticos são decorrência histórica dos direitos civis. Entretanto, segundo O'Donnell (2000, p. 552), em muitos sistemas democráticos contemporâneos, os direitos civis são garantidos de forma incompleta e estão desigualmente distribuídos entre as diferentes categorias de indivíduos, classes sociais e regiões. Essa incompletude influi fortemente na profundidade ou na qualidade da democracia: “É por isso que não vejo como exorcizar da teoria e da prática da democracia os problemas relacionados com a efetividade da cidadania política”.

Para O'Donnell (2000, p. 555 e 562), na realidade, as liberdades políticas que estruturam os regimes democráticos se diluem em um conjunto mais amplo de liberdades civis: “A liberdade de expressar-se e de associar-se são típicas liberdades civis; foram direitos legalmente promulgados muito antes de serem reconhecidos como direitos ‘políticos’ relevantes. [...] os direitos políticos são uma extensão jurídica e histórica dos direitos civis”. O autor conclui que o grau de vigência dos direitos e liberdades incluídos nos regimes políticos, junto com as possibilidades de participação dos cidadãos e a transparências dos governantes, permitirá análises sobre o maior ou menor grau de democratização política em cada caso.

Seu compatriota José Nun recorda que, inicialmente, o direito a voto foi algo muito restrito, limitado apenas aos que possuíam propriedade ou investimentos, tinham determinados níveis de educação formal ou haviam desempenhado cargos públicos. Ou seja, na sua implementação inicial, o primeiro direito político amplo foi concedido a pessoas que “se encontravam supostamente interessados em defender a ordem vigente e que, ao mesmo tempo, se encontravam material e intelectualmente habilitados para poder fazê-lo” (Nun, 2001, p. 62). O movimento democrático pela inclusão das pessoas mudou o perfil dos votantes e trouxe ao sistema político muitos indivíduos que não tinham condição de exercer sua cidadania política plenamente. Com isso, após muitas lutas, o Estado acabou por tornar-se o responsável por garantir essas condições, por suprir essas carências, e passou a promover a dimensão social da cidadania. Assim como O'Donnell, Nun discorda da construção de uma compreensão universal e única do conceito de cidadania, não havendo nenhum “princípio universal que possa ditar seus conteúdos. Todo depende das tradições e dos marcos institucionais de cada país e, em especial, da visão de política dominante” (Nun, 2001, p. 65).

Para o autor, o Estado de Bem-Estar Social construído nos países centrais europeus, que levou a uma profunda ampliação dos direitos sociais, representou um fator importante para o avanço da democracia nesses países. Os Estados, através das políticas sociais, ampliaram, “como nunca antes havia ocorrido”, o acesso aos direitos sociais, dilatando os limites da cidadania plena e reduzindo, enormemente, o número de pessoas que possuía um acesso parcial ou nulo à cidadania: “Não se trata de que gozem do conjunto desses direitos apenas alguns setores da população, mas uma maioria o mais externa possível” (Nun, 2001, p. 93).

O autor ressalta que o compromisso de um Estado ou de uma sociedade com as liberdades deve implicar, também, um compromisso com as *precondiciones sociales de la libertad*. Caso não sejam garantidas aos cidadãos as condições básicas de igualdade, que lhes concedam um mínimo de dignidade e permitam que não estejam dominados por medos elementares como o de conseguir sobreviver, retira-se qualquer possibilidade de autonomia e “sua presumida liberdade se torna em apenas simulacro”. A ausência de precondições efetivas de liberdade interfere diretamente na capacidade de atuação política do indivíduo. Em um contexto de eleições teoricamente livres, mas sem as garantias de liberdade, afirma Nun (2001, p. 101-102), “tais eleições podem ser um emergente da mesma coerção econômica e social de que sofrem os sujeitos, de sua falta de educação, de uma privação material que os obriga a aceitar protetores e a submeter-se às suas instruções”.

É por ter essa compreensão que o autor argentino dá grande valor à experiência dos Estados de Bem-Estar europeus de meados do século XX. Segundo Nun (2001, p. 102), apenas por meio da atuação forte do governo na promoção dos direitos sociais dos cidadãos é que se pode chegar a sistemas democráticos, em que as liberdades políticas sejam efetivamente aproveitadas pelos seus detentores, e pode haver, por exemplo, eleições autênticas: “O Estado de Bem-Estar é o encarregado de garantir essas precondições e isso não significa intervir nas eleições [...] mas torná-las autenticamente possíveis”.

Para fazer uma análise das diferentes histórias de construção da democracia e dos efeitos disso, Nun discute o desenvolvimento do sistema democrático na Índia, um país de grandes diferenças sociais. O autor argumenta que a manutenção das grandes iniquidades presentes no país só é possível em função do pouco acesso que os grupos pobres tem à proteção de um sistema judicial e policial, que é completamente corrupto. É essa inexistência de direitos civis e sociais que permite aos indianos acesso aos direitos políticos, já que estes não são plenamente aproveitados por conta da inexistência daqueles: “Acontece que os membros da coalizão dominante valem-se das urnas para dirimir os conflitos e por isso necessitam do apoio de uma vasta quantidade de pobres para chegar ao poder mediante eleições periódicas; com esse fim apelam a doses sempre crescentes de autoritarismo e de populismo clientelista” (Nun, 2001, p. 95).

Por conseguinte, José Nun (2001) defende, como ponto primordial da agenda pública, a garantia e generalização dos direitos civis, políticos e sociais para todos os cidadãos, sem os quais não podem haver sujeitos autônomos ou contratos sociais que possam ser considerados válidos, nem uma democracia representativa que mereça ser classificada dessa forma. É só através dessa garantia de direitos que se pode ir consolidando uma sociedade civil ativa, que atue em prol da democratização ampla e irrestrita do sistema político, promovendo maior participação e inclusão dos cidadãos nos diversos espaços públicos.

A necessidade de garantia de direitos para a efetividade da democracia é um aspecto extremamente relevante no debate democrático latino-americano já que todos os países da região, sem exceção, possuem sistemas de direitos incompletos e desiguais. A luta por direitos parece ser uma bandeira não apenas para que seja buscada como resultado do sistema democrático, mas, principalmente, para que permita a existência de verdadeiras democracias. Torna-se importante uma revisão do processo recente de construção democrática na América Latina, que é embebido de lutas por direitos, em oposição aos períodos ditatoriais anteriores.

HISTÓRIA RECENTE DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

A América Latina percorre, em sua história recente, um diverso processo de construção democrática, o que a torna um grande laboratório político nas últimas décadas, particularmente a partir da derrocada dos regimes autoritários em vários países. Em diferentes níveis de profundidade e recortes territoriais, encontram-se práticas variadas que brotam da insatisfação da população com a proposta hegemônica de um regime democrático liberal representativo.

A luta pela cidadania e pela democratização do Estado na região está diretamente vinculada à ação dos movimentos sociais. Foi a partir da pressão dos operários, das populações tradicionais, dos camponeses, que a conquista cidadã foi se dando ao longo do tempo (Garcez, 2002). Exemplos maiores são as lutas contra os regimes ditatoriais em toda a região. O contexto difundido de regimes autoritários militares faz surgir novos movimentos sociais e novas bandeiras, consolidando uma nova complexidade de conflito no campo político latino-americano, conforme defende Maria do Carmo Albuquerque (2002, p. 237):

Entre os anos de 70 e 90, o enfrentamento com violentas ditaduras militares, a luta contra o autoritarismo, a construção da democracia, a luta por direitos, a reivindicação de políticas públicas democráticas passam a ocupar, nesses países, um novo papel central na ação dos movimentos sociais e de uma nova sociedade civil.

O novo contexto representou um outro direcionamento da luta social. Somando-se aos recortes do campo econômico dados pelo paradigma anterior, de cunho marxista, os novos movimentos baseiam-se na questão política do aprofundamento da democracia. Mudam-se os conceitos: não se deseja mais tomar o Estado, mas transformá-lo de forma que a população possa interferir no seu cotidiano, na sua prática: “Aos atores sociais ‘tradicionais’ somam-se os ‘novos’ atores que [...] rapidamente introduzem um novo discurso centrado na ampliação dos direitos cidadãos. Inicia-se a construção de uma nova cultura centrada nos direitos e na participação” (Albuquerque, 2002, p. 241).

O movimento de redemocratização ocorrido na América Latina, somado às experiências de democratização no leste europeu, no fim da União Soviética e na África, após processos de independência e guerra civil, faz parte do que ficou conhecido como a “terceira onda de democratização”.⁵ Com grande impulso nos anos de 1980, o movimento culminou em uma ampla difusão da democracia eleitoral no mundo, a partir de “eleições livres e competitivas” e, em menor medida, na consolidação de direitos políticos e civis básicos. Essa democratização era fortalecida, em grande parte, por ser considerada um mal menor, em oposição às ditaduras em declínio (Raventós, 2008, p. 13).

Assim, nas três regiões (América Latina, Leste Europeu e África), ocorre uma ruptura com a realidade anterior, de sistemas políticos ditatoriais, autoritários ou colonialistas, trazendo à tona um novo debate e uma nova pauta para os embates políticos nesses países. A partir dessas transformações, um novo grupo de países passa a integrar o movimento de construção da democracia no mundo, abrindo um novo canal para a expansão de ideias e práticas democráticas (Caetano, 2006a, p. 249) e colocando no centro dos debates políticos a questão da democracia e da cidadania (Garcez, 2002, p. 10).

Entretanto, essa “terceira onda da democracia” ocorre em um contexto mundial em que se instaurava, por força dos países centrais, um novo modelo econômico e político nos países em desenvolvimento. Em função disso, o novo processo de democratização vem com uma base de princípios, valores e abrangência diferentes da que era conhecida algumas décadas antes. Em outros tempos, o conceito de democracia era mais abrangente, não se restringindo ao âmbito político, mas estando atrelado à justiça social e à distribuição de riqueza.

⁵ “Tras la primera ola expansiva de la democracia, desatada por las revoluciones norte-americana y francesa, y la segunda ola de las primeras décadas del siglo XX, asistiríamos en las últimas décadas a un visible avance a escala mundial de las instituciones democráticas” (Caetano, 2006a, p. 249).

Capitalismo neoliberal e a nova concepção de democracia

Ruy Mauro Marini (2008, p. 11), numa crítica à compreensão restrita do conceito, articula democracia a questões como *soberania e justiça social*, e defende que “a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma, ali onde se torna mais definida a luta pelo socialismo”.

O desejo democrático que se instaura nos países latino-americanos após o período autoritário enfrenta o problema contemporâneo de um contexto político-econômico mundial de imposição de uma proposta hegemônica e homogeneizadora, instaurando uma separação entre o econômico-social e o político. O modelo do sistema capitalista neoliberal tira do Estado o papel de provedor da democracia social e caduca a proposta do Estado de Bem-Estar Social que por décadas deu estabilidade à democracia dos países centrais. Ocorre, com isso, uma precarização das condições de trabalho e o aumento da pobreza em função da queda do nível de salários e do desemprego. Como afirmou Lechner (1994, p. 12): “A ordem democrática adquire um reconhecimento nunca antes tão extensivo na região, precisamente no mesmo momento em que uma transformação radical do contexto modifica o alcance e o sentido da democracia”.

Esse novo “modelo de desenvolvimento”, vendido principalmente aos países pobres em desenvolvimento, reconfigura indicadores de democracia de um país. Na análise democrática, deixa de ser relevante a condição econômica e social do país e da população, importando apenas as regras do regime político em vigor. Como destacou Raventós (2008, p. 14), esse sistema, hegemônico nos países em desenvolvimento a partir da década de 1980, supõe uma definição estritamente política da democracia, em contraposição à visão predominante nas décadas anteriores, nas quais “a democracia era vista como possível apenas quando se cumpriam algumas precondições sociais: um certo nível de renda, distribuição da riqueza, integração nacional ou homogeneidade cultural, [...] a questão social e distributiva se isolou do debate da democratização”.

É que Hubert Grammont (2006, p. 12) qualifica como um novo processo, não previsto pelos politólogos e nem pelos economistas, mas “que consiste em haver mais democracia com menos justiça social [...]. Em outras palavras, a democracia chegou na América Latina quando a política perdeu sua capacidade de influenciar a economia para definir a divisão da riqueza nacional”.

Por consequência, o movimento democratizante que se desenvolve na região interfere apenas no âmbito político. O Estado se afasta dos campos econômico e social, se distancia da função de promover igualdade econômica e justiça social, e se torna, no melhor dos casos, um regulador das relações, como acusa Emir Sader (2002, p. 652):

Na América Latina [...], o neoliberalismo transformou-se na ideologia oficial das ‘novas democracias’, que passaram a ser julgadas pela maior ou menor presença do Estado na economia, por um mercado de trabalho mais ou menos regulado, pela abertura maior ou menor da economia [...]. Reformar o Estado deixou de ser sinônimo de sua democratização para ser confundido com a redução de suas funções reguladoras.

Em vista disso, o capitalismo neoliberal não é, hoje, incompatível com a democracia, porque esta, em sua nova concepção, é reduzida ao campo político. A injustiça e a desigualdade social, que tradicionalmente acompanham o sistema capitalista neoliberal, não são contraditórias com a nova concepção democrática, pois esta se restringiu à igualdade dos direitos políticos. O português Boaventura de Sousa Santos e o argentino Atilio Boron destacam como a proposta democrática teve que se transformar para poder conviver com o contexto do capitalismo neoliberal, que passou a imperar nos principais países do Ocidente:

[...] a tensão entre capitalismo e democracia desapareceu porque a democracia começou a ser um regime que em vez de produzir redistribuição social a destrói. [...] Meu primeiro diagnóstico radical de nossa situação presente a nível mundial é que vivemos em sociedades politicamente democráticas mas socialmente facistas (Santos, 2006, p. 75-76).

A democracia pagou um alto preço pela respeitabilidade: teve que abandonar suas bandeiras igualitárias e libertadoras e se tornar uma forma inócua de organização política, cujo funcionamento, longe de transformar a distribuição existente de riqueza e poder em função de um projeto emancipatório, não apenas reproduz como também fortalece a desigualdade ao dotá-la de uma nova legitimidade. (Boron, 2011, p. 53)

De qualquer forma, é importante registrar a luta democrática encampada por diversos movimentos sociais latino-americanos que perduram até hoje. Sem dúvida, há uma grande conquista com o fim dos regimes autoritários. Porém, é preciso analisar como se deu esse processo, considerando o mosaico de forças que havia, inclusive nos movimentos pró-democratização.

Redemocratização

A mobilização popular na luta pela redemocratização em vários países latino-americanos foi longa e profunda, articulando diferentes setores, movimentos sociais e partidos. O desejo de pôr fim aos regimes ditatoriais agregou mobilizações de diversas origens e articulou grupos que lutavam por diferentes projetos políticos.

Estando mais próximas dos espaços de poder, as elites, tirando proveito de processos transitórios pacíficos, conseguiram assimilar a seu favor os esforços de luta e de construção democrática empreendidos pela sociedade, adquirindo o direito de definir os novos rumos democráticos. O sangue profundamente democrático que corria nas veias de parte significativa dos movimentos é substituído por outro, ameador de conflitos, que preza por uma transição suave, uma redemocratização dissimulada, implantando uma nova hegemonia controlada por uma nova classe dirigente. Segundo Marini (2008, p. 25), “A burguesia assumiu as aspirações populares e as devolveu, diluindo-as, deformando-as, para oferecer reformas liberais ali onde começavam a colocar-se exigências de participação, democracia e socialismo”.

Mario Garcez (2002, p.10) defende que o processo de amenização dos conflitos e de manutenção de uma classe dirigente, ou seja, de transição negociada, é consequência da construção política histórica do continente: “[...] pode-se afirmar que os países do Cone Sul compartilham um passado autoritário monárquico (tanto espanhol como português), regimes oligárquicos pós-independência, assim como desiguais processos de democratização no século XX”. Com essa resolução negociada, fragiliza-se o movimento de aprofundamento de princípios democráticos, como, por exemplo, cidadania, participação popular e democracia direta. Formalmente, são implantados sistemas democráticos, com sufrágio universal e direito irrestrito de participação (voto). Os partidos políticos aparecem como as instituições basais da democracia e é recorrente o discurso acerca da igualdade política, dos direitos políticos. No entanto, reflexos dessa *redemocratização negociada* sobrevivem até hoje.

Raventós (2008, p. 14) destaca algumas omissões no novo sistema democrático: a atenção limitada dada aos meios de regulação das finanças eleitorais e ao acesso equitativo aos meios de comunicação; o descaso em relação aos direitos efetivos de participação cidadã; a quase inexistente transparência política e prestação de contas por parte dos governantes, etc. Como efeito perverso, a nova democracia instaurada após os regimes militares se estrutura em uma cidadania de baixa intensidade, fraca, e em função, entre outras coisas, de “reiterados questionamentos às formas políticas tradicionais e ao sistema de partidos, da corrupção, ou pela apatia crescente de vastos setores cidadãos” (Garcez, 2002, p. 27). A mediação feita pelas elites se traduziu em resquícios autoritários que ainda seguem presentes em nosso sistema político, particularmente na relação entre sociedade civil e Estado. As negociações entre as forças democratizantes e as conservadoras deixaram uma forte herança através de uma cultura política autoritária, personalista e que impõe uma série de dificuldades para consolidação das instituições democráticas.

As transições de regimes ditatoriais para novas democracias, por outro lado, culminaram, na maior parte dos países, em revisões constitucionais que visavam fortalecer as bases da redemocratização e atender a demandas colocadas pela sociedade civil. Diversas alterações foram feitas a partir das experiências de longos e duros períodos ditatoriais, de forma a buscar a aproximação entre sociedade e Estado, e

em fortalecer a cidadania política e social. O primeiro destaque nessas mudanças político-administrativas, importantes na definição da nova realidade democrática, é a consolidação de uma tendência de descentralização do poder político-administrativo, que dá maior autonomia e força aos governos locais. Essa descentralização, que poderia representar um fortalecimento da participação popular nas localidades, tornou-se, na maioria das vezes, um instrumento para corroborar a força das elites locais, que privatizam o Estado ao seu benefício (Garcez, 2002, p. 28).

O segundo ponto importante de alteração constitucional foi a inserção da participação popular como um direito do cidadão, representando uma grande conquista de movimentos sociais. Felipe Hevia (2006), analisando a constituição de vários países latino-americanos, destaca como grande parte deles inseriu a questão da participação em reformas constitucionais realizadas nas últimas décadas. O autor encontra, nas diversas Constituições e leis de participação, uma grande diversidade propositiva de princípios e mecanismos participativos e identifica a Venezuela e a Nicarágua como os países onde ocorreu maior avanço nesse quesito (2006, p. 358).

A criação de espaços participativos é, sem dúvida, um importante avanço, mas não é fator suficiente para fomentar um processo de construção de uma cultura política participativa e propositiva na sociedade, como afirma Hevia (2006, p. 360): “[...] a institucionalização dos mecanismos de participação não assegura por si mesma que exista ou se fortaleça uma democracia participativa”. A herança dos anos de chumbo pesa sobre a prática cidadã da população, que se percebe distante e desconfia (muitas vezes, com razão) dos espaços públicos de participação criados pelo Estado, como alerta Albuquerque (2002, p. 248):

A histórica falta de credibilidade que marca, ainda que de modo desigual, as instituições estatais na América Latina, seu vínculo com interesses privados das elites, seu distanciamento de compromissos públicos e sociais, provocam uma desconfiança nos atores sociais populares em relação aos novos espaços de diálogo e negociação.

De qualquer forma, não se pode diminuir a importância histórica das conquistas democráticas obtidas no período da redemocratização e que continuam se ampliando e consolidando. Inserido no novo paradigma de luta dos movimentos sociais latino-americanos, um projeto de transformação que coloca a cidadania e a participação como elementos motores para a inovação democrática se constrói. É o novo sistema democrático, que deve fortalecer as formas locais de organização, ampliar a capacidade de interferências da sociedade nos espaços públicos, por meio de foros que deliberam sobre políticas públicas, e promover uma dinâmica de intensa formação de cidadãos ativos, reflexivos, que compreendam sua realidade e sejam capazes de ter uma visão crítica sobre o funcionamento do sistema político.

Projetos políticos em disputa na pós-ditadura

Um dos desafios para a consolidação de um projeto efetivamente participativo é a disseminação de uma compreensão democrática de três conceitos-chave: cidadania, participação e democracia participativa. As diferentes abordagens que aparecem nas práticas hodiernas exigem um maior cuidado na análise de cada experiência e na identificação de seus vínculos com projetos políticos mais amplos. A compreensão destes projetos parece ser de fundamental importância na construção de uma proposta transformadora.

Calcados na compreensão dos processos históricos ocorridos nos países latino-americanos e preocupados com a análise das experiências políticas em desenvolvimento na região, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 43) defendem a necessidade do reconhecimento dos três projetos políticos que, segundo os autores, estão em disputa na América Latina, pois só a partir dessa identificação será possível entender as práticas e suas vinculações a um processo efetivo de transformação estrutural do sistema político. Esses três projetos são: *projeto autoritário*, *projeto democrático participativo*, *projeto neoliberal*. Embora os três compartilhem um patamar mínimo em relação ao processo democrático, principalmente pela filiação à democracia representativa e às instituições elementares do Estado de direito, são estruturais as diferenças entre o que se deseja desenvolver.

O *projeto autoritário*, embora seja mais fraco e residual, ainda se encontra presente nos países latino-americanos, demonstrado pelas diversas tentativas de deposição de presidentes eleitos democraticamente, como aconteceu há uma década na Venezuela e, mais recentemente, em Honduras e no Paraguai (nestes dois, o golpe foi exitoso). Segundo os autores, a ineficácia das democracias latino-americanas em resolver os problemas básicos de sua população é um combustível para a defesa de governos autoritários: “O fracasso do neoliberalismo em termos de redistribuição de riqueza e a inconsistente possibilidade de inclusão política dos governos democráticos torna frágeis as democracias latino-americanas” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 45). Eles destacam que na pesquisa do Latinobarómetro de 2003, mais da metade da população dos países da América Latina estaria disposta a aceitar governos ditatoriais, desde que resolvessem suas demandas. Na pesquisa de 2011, este índice caiu para 35%, sendo que 17% preferem governos autoritários e, para 18%, o sistema político é indiferente.⁶

Nesse projeto, não há um reconhecimento da existência de uma *sociedade civil*, promovendo a anulação do princípio da cidadania e a supressão dos direitos polí-

⁶ O Latinobarómetro (2011) faz entrevistas anuais à população para medir aspectos ligados à democracia e à avaliação do governo de cada país. Vale citar que em países como México e Honduras, essa estatística de pessoas que aceitariam um governo ditatorial chega a 50%, e gira em torno dos 40% para Colômbia, El Salvador, Paraguai e Brasil. Disponível em: <www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 21 maio 2013.

ticos. Sua característica é a concessão seletiva de direitos sociais a alguns grupos e não a todos os cidadãos. Isso significa que a construção das políticas públicas é feita exclusivamente pelo Estado e é aplicada de forma clientelista e particularista; ou seja, a influência da sociedade civil sobre esse processo é mínima. Em geral, as únicas organizações autorizadas a atuar politicamente são as que estão vinculadas ao partido oficial (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 46-47).

O segundo projeto político em pauta na América Latina contemporânea é o *projeto democrático participativo*. Essa proposta confronta diretamente o sistema da democracia liberal representativa e apoia-se no aprofundamento e radicalização da democracia, defendendo os modelos de democracia participativa e deliberativa, que se contrapõem ao caráter excludente e elitista do atual sistema. A participação da sociedade é um fator fundamental, pois contribui para a formulação de políticas públicas mais vinculadas ao interesse público e à busca da igualdade, levando à desprivatização do Estado, “menos subordinado à apropriação privada dos seus recursos”. Nesse sentido, estimula-se a formação de espaços públicos, criados e mantidos pela população ou articulados ao Estado. Estes são espaços de prática efetiva do processo de radicalização democrática, e servem como arenas de discussão e deliberação, que permitem a interferência direta da população no direcionamento das políticas públicas (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 48 e 51).

Além disso, no cerne do projeto democrático participativo, está a retomada de uma compreensão marshalliana da cidadania. Segundo os autores, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil empreenderam uma redefinição da visão clássica de cidadania de Marshall, adequando-a à luta pela transformação democrática. “A partir de uma premissa básica, a do *direito a ter direitos*, essa redefinição sustentou a emergência de novos temas e a constituição de novos sujeitos políticos, definindo por meio de suas práticas o que consideravam seus direitos e lutando por seu reconhecimento” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 52; grifos do original).

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 53) destacam a importância, na disseminação desse projeto político, do intercâmbio entre práticas participativas de diferentes países. Esse “efeito demonstração”, fortalecido por redes de movimentos sociais e ONGs, possibilitou o aprendizado mútuo por meio das experiências, tendo como carro-chefe os orçamentos participativos, inaugurados em 1989, em Porto Alegre, e hoje disseminado por vários países.

Por fim, há o *projeto neoliberal* que, diferente do democrático participativo, não tem como impulso original a questão democrática. Seu objetivo é facilitar a expansão do grande capital internacional, abrindo as portas dos países em desenvolvimento e “liberando o mercado dos obstáculos que o impediam de funcionar como organizador da vida em sociedade. É isso que confere ao projeto o seu eixo organizador” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 54). Dessa forma, o projeto neoliberal prega a transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil

e para o setor privado, que passam a ser os responsáveis por amenizar os problemas sociais gerados pelo capitalismo. Nessa perspectiva, “a transferência da lógica do mercado para o âmbito estatal transforma os governos em ‘provedores de serviços’ e os cidadãos em ‘clientes’, ‘usuários’, com relação aos quais é preciso ter sensibilidade com respeito às suas demandas e eficiência no seu atendimento”. Concebe-se a sociedade como uma fornecedora de “informações qualificadas sobre as demandas sociais” e suas organizações em executores eficientes de políticas públicas voltadas para atender a essas demandas específicas (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 55).

Na estratégia de mudança de papéis, o projeto neoliberal utiliza-se de conceitos disseminados pelos movimentos democratizantes para legitimar sua proposta. Assim, as noções de *participação*, *cidadania*, *sociedade civil* assumem outra concepção que aprofunda o distanciamento da população dos espaços políticos de tomada de decisão. A compreensão de *sociedade civil* é reduzida às ONGs ou ao terceiro setor, um setor complementar a Estado e mercado que vai assumindo a função social do Estado (Garcez, 2002) e que representa um parceiro confiável no diálogo com as demandas das populações marginalizadas, evitando a interlocução politizada com movimentos sociais e organizações de trabalhadores, o que leva a uma diluição do perfil crítico que a ideia de sociedade civil possuía até meados dos anos 1990 (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 56): “Autodesignado como apolítico, o terceiro setor reforça uma concepção estatista de poder e de política, precisamente contra o qual se dirigiu a visão de sociedade civil do projeto democrático, ao confrontar o monopólio do Estado e da sociedade política no exercício da política e do poder” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 58).

A noção de *participação* perde seu potencial político de interferência popular para assumir a abordagem da eficiência, sendo considerada como forma de contribuir para uma melhor gestão e implementação das políticas públicas. A participação estrutura-se na ideia de *solidariedade* para combate à pobreza e outras carências, despidendo-se de seu significado político e coletivo, e baseia-se nas ideias de voluntariado e de responsabilidade social dos indivíduos e das empresas: “O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social” (Dagnino, 2004, p. 7).

Na mesma direção, a noção de *cidadania* perde sua bandeira de direitos universais. Os direitos sociais conquistados são eliminados, pois constituem “obstáculos à livre ação modernizante do mercado”. As políticas sociais substituem o caráter universalista por perspectivas emergenciais e focalizadas, direcionando suas ações para grupos em situação de risco. As organizações da sociedade civil, que passam a responsabilizar-se por essas políticas, adotam o discurso da solidariedade para com os pobres, que são vistos não como cidadãos distantes de seus direitos, mas como pessoas carentes dependentes da caridade alheia. Além disso, vincula-se a cidadania ao mercado, difundindo-se a ideia de que ser cidadão é ser consumidor

(Dagnino, 2004, p. 9). Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 58) concluem que as concepções de cidadania, sociedade civil e participação apresentadas pelo projeto neoliberal mostram uma “intenção despolitizadora” e carregam “uma visão minimalista da política”.

A similaridade dos discursos do projeto democrático participativo e do projeto neoliberal mascara sua visceral distinção e esconde as propostas efetivas de transformação do projeto que tiveram os movimentos sociais como berço. Constitui-se, dessa forma, uma crise discursiva, resultado de uma *confluência perversa* entre os dois projetos (Dagnino, 2004, p. 2). A semelhança dos conceitos compõe um cenário político delicado, mascarado, em que propostas de ações aparentemente inclusivas e solidárias podem estar servindo, de fato, para a legitimação de um projeto de diminuição dos direitos da população e de despolitização da sociedade civil. Como afirmou Dagnino (2004, p. 3): “Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário”.

Albuquerque (2002, p. 249 e 254) também identifica essa faceta cruel da proximidade superficial entre as duas propostas de projetos para a democracia e denuncia um “sequestro’ liberal do significado de participação e de democracia”:

Contra uma cidadania ampliada e política, propõe-se uma cidadania limitada ao consumo; contra a participação com controle social sobre o Estado, propõe-se uma participação filantrópica e substitutiva das responsabilidades sociais do Estado; contra a radicalização da democracia, vemos experiências de democracias de baixa intensidade.

Uma diferença fundamental entre esses dois movimentos ou projetos, não destacada pelos autores é o seu estágio de articulação supranacional. Por um lado, o projeto político neoliberal desenvolve-se a partir da articulação internacional de diferentes atores de grande peso político e econômico, incluindo países desenvolvidos e empresas multinacionais, que estabelecem um ambiente sedutor para as nações pobres e em desenvolvimento. Por outro, o projeto democrático participativo resiste baseado em iniciativas locais e isoladas, que lutam contra o contexto político e econômico de seus países, sem encontrar respaldo político ou financeiro em organizações internacionais. Recentemente, este último tem conseguido estruturar-se melhor, seja a partir da ação de governos latino-americanos de esquerda que vêm tentando promover mudanças no sistema democrático de seus países, seja a partir da articulação de movimentos sociais. Mas essa organização ainda é extremamente frágil diante da articulação do projeto neoliberal.

Renovação da construção democrática

Apesar dos obstáculos históricos colocados, seja pelas ditaduras ou pela imposição de modelos econômicos e políticos desfavoráveis, e da complexidade de luta no campo democrático, há uma onda democratizante na América Latina que vem construindo uma plataforma de debate e consolidando uma gama de experiências que podem fortalecer e aprofundar a inovação democrática na região. Um dos desafios para esse movimento está em consolidar uma reflexão sobre as experiências de democracia participativa que propicie construir uma proposta de projeto alternativo articulado para a região, “um projeto alternativo ao simulacro de democracia que está em curso” (Marini, 2008, p. 28). Gerardo Caetano (2006a, p. 245), seguindo a mesma linha propositiva, denotou que a construção de “novos pactos de cidadania, capazes de refundar as lógicas democráticas e os canais de participação política frente às exigências desse tempo de *mudanças*, constitui um dos maiores desafios atuais para os sistemas políticos do continente”. Raventós (2008, p. 15) defendeu que a construção de tal projeto alternativo “demanda que avancemos do estudo da democracia (enquanto regime institucional específico) ao estudo dos processos de democratização”.

Considerando os perigos e contratempos da *confluência perversa*, Albuquerque colocou como objetivo central a consolidação de conceitos-chave como participação e cidadania, para que não sejam desqualificados e despolitizados pelo projeto neoliberal (Albuquerque, 2002, p. 254). O debate sobre a democracia na América Latina no período pós-ditatorial tem encontrado muitos obstáculos para consolidar uma reflexão profunda e criativa sobre as possibilidades de caminhos.

O argentino José Nun (2001, p. 9) destaca quatro principais causas para a perda de profundidade da discussão democrática. Primeiro, a herança deixada pelas ditaduras, que gera uma estrutura de análise que classifica os sistemas políticos mais pela sua oposição ao sistema autoritário que pela sua proximidade com um regime efetivamente democrático. A prática democrática é avaliada “independentemente da qualidade de suas próprias instituições e práticas, do apoio que despertam e inclusive da distância real que as separa do passado”. O autor, numa análise política das décadas de 1960 a 1980, conclui que um dos obstáculos para o avanço da democracia participativa nos países latino-americanos é o esforço para restabelecer a democracia representativa frente aos governos autoritários militares. A luta contra governos ditatoriais em prol do objetivo mais amplo de democratização levou a uma *naturalização* do modelo representativo como princípio inexorável de uma vida coletiva democrática (Nun, 1989, p. 63).⁷

⁷ Robert Dahl (1997, p. 59) discorre sobre dois diferentes caminhos na história do mundo traçados para a consolidação de poliarquias (regimes democráticos); um deles é a conquista da poliarquia através da luta

O segundo obstáculo para o aprofundamento da reflexão democrática está ligado à hegemonia de um pensamento único, estruturado pelo neoliberalismo, que prega a não existência de alternativas ao “enfoque formalista e tecnocrático” de democracia que predomina na atualidade. O sistema existente, afirma Nun, “único possível”, é a forma acabada de democracia, que promove a busca por um equilíbrio possível dos conflitos, que se mantém estável enquanto não houver uma interferência na pauta da acumulação capitalista (Nun, 2001, p. 9).

O terceiro motivo é uma forte desarticulação das identidades e solidariedades dos setores populares, que foram historicamente os principais promotores e garantidores de uma ampla participação política. Para Nun (2001, p. 10), décadas atrás, a maioria dos excluídos políticos eram trabalhadores lutando pela sua cidadania; hoje, a maioria dos excluídos são desempregados ou trabalhadores com subempregos, que têm que lutar para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Finalmente, o cenário de superficialidade reflexiva intensifica-se por um contexto de “palpável retração do pensamento crítico”. Para Nun (2001, p. 10), o pensamento social latino-americano dedicou-se muito mais ao exame dos regimes “oligárquicos, populistas e despóticos”, e muitos intelectuais sofrem de uma má consciência por haver atacado, por anos, a democracia *formal*. “O mínimo que se pode dizer é que o tema da democracia não se transformou na América Latina no fermento de um debate sobre o presente e o futuro de nossos países”.

Apesar das dificuldades e obstáculos presentes para a solidificação de um processo amplo de reflexão e ação em direção a mudanças no sistema político, não se pode negar a existência – e crescimento – de espaços de inovação democrática, que vêm permitindo uma retomada da utopia democrática, reavivando esperanças por sistemas políticos que garantam a soberania popular.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 13-14) apresentam uma visão otimista em relação aos avanços atuais do debate democrático. Para eles, pode-se perceber, atualmente, uma revitalização da discussão, deixando para trás os temas de transição e consolidação da democracia para caminhar em direção a um ambiente de reflexão mais criativo, embasado em diversas experiências inovadoras. Segundo os autores, três processos contribuíram para o avanço reflexivo: “[...] a consolidação da democracia eleitoral em toda América Latina”; “uma profunda insatisfação com os resultados dessas democracias em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão política”; e a existência de “muitos experimentos que, em matéria de aprofundamento e inovação

pela independência nacional. Uma série de países chegaram a regimes democráticos em decorrência de sua luta independentista, o que levou a uma articulação ideológica do nacionalismo com o governo representativo e o liberalismo político. Nesse contexto, “atacar a democracia representativa era atacar a nação”. Essa lógica parece reforçar a percepção de Nun. Nos países recém-saídos de períodos autoritários, a limitação à crítica ao sistema de governo representativo dava-se pelo receio de um retorno ao que havia antes. Dessa forma, a democracia representativa foi defendida não pelo que era, mas pelo que não era.

democrática, ampliação do campo da política e construção da cidadania, vêm se desenvolvendo em vários países da América Latina em anos recentes”.

Entre os indicadores dessa renovação reflexiva dos teóricos latino-americanos estaria a retomada do conceito de *espacio público* no debate sobre a democracia, indicando um relevante aprofundamento da análise qualitativa da democracia e a exaltação da contradição entre público e privado, que parece ser um dos temas mais relevantes na discussão política contemporânea. “O relevante do resgate contemporâneo do conceito de espaço público é a primazia da publicidade, ou seja, de tornar manifesto o que está oculto, de dizer em público o que havia permanecido privado, de dar a conhecer aos outros as opiniões, valores e princípios que são defendidos” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 23).

De qualquer forma, é evidente a necessidade de se aprofundar a discussão teórica sobre a possibilidade de avanço da democracia na América Latina. Na próxima seção, apresento subsídios que contribuem para a reflexão sobre a necessidade de adequações na teoria democrática, para esta ser útil na análise dos acontecimentos da nossa região.

A TEORIA DEMOCRÁTICA E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO

“Praticamente todas as definições de democracia que aparecem na bibliografia são uma destilação da trajetória histórica e da situação atual dos países originários, mas as trajetórias e a situação de outros casos que hoje podem considerar-se democráticos diferem notavelmente da daqueles.”

(Guillermo O’Donnell, 2000)

A principal referência para os autores sobre democracia é a situação e a história dos países desenvolvidos, particularmente os da Europa Ocidental e Estados Unidos. A região latino-americana guarda especificidades profundas, que certamente exigiriam uma revisão dessas teorias para se compreender os processos histórico-políticos aqui ocorridos.

Adequações necessárias à teoria democrática para a América Latina

Guillermo O’Donnell (2000) faz o exercício de inserir na discussão da teoria democrática novas questões que considerem a realidade da nossa região e de outras novas democracias que possuem especificidades. Um indicador é o caráter decisivo das eleições. Segundo o autor, na bibliografia, considera-se que, uma vez realizadas elei-

ções livres e justas, e declarados os vencedores, estes assumirão seus cargos, com toda a autoridade de direito e, ao longo do período previsto na constituição, respeitarão as regras democráticas locais. Entretanto, em muitos países, esse pressuposto não foi válido em diversos momentos, seja em função de golpes militares que impediram a transferência do cargo ao candidato vitorioso, seja por ações antidemocráticas tomadas pelos novos governantes (Fujimori, no Peru, e Yeltsin, na URSS), seja por limites de autoridade impostos aos novos governantes por outras instituições como as forças armadas. “Em todos esses casos, as eleições não são decisivas: não geram, ou deixam de gerar, algumas das consequências básicas as quais se supõe que conduziriam” (O’Donnell, 2000, p. 530).

Outra questão é o rarefeito acesso aos direitos civis e sociais da maioria da população dos países da América Latina, que não tiveram instaurados os princípios liberais de funcionamento social que estruturaram outras sociedades e garantiram sua estabilidade. Em função disso, para O’Donnell (2000, p. 549), as elites políticas latino-americanas viram na *aposta inclusiva* da democracia uma séria ameaça ao *status quo*, desencadeando, em vários locais, dinâmicas de repressão e de exclusão. Esse fenômeno, além de ampliar a alienação política da população e bloquear o processo de expansão dos direitos civis, resultou no surgimento de vários regimes autoritários na América Latina.

O conceito de *agência* de O’Donnell (2000, p. 537), considerado algo amplamente presente por muitos teóricos da democracia, é muito distante da nossa realidade, como afirma o autor: “Talvez por essa suposição [da presença da agência] tenha sido feita de forma tão corrente nos países originários, costumamos esquecer o quão recente, extraordinária e, em alguns países, incompleta é a conquista implicada por ela”.

O’Donnell (2000, p. 554 e 559) afirma que é possível implantar uma cidadania política nos países onde a cidadania civil é “fraca, intermitente ou tendenciosa”, mas, antes, é importante perceber que o funcionamento dos regimes democráticos, bem como as relações entre Estado e sociedade, será muito diferente do estabelecido nos países originários, onde a cidadania civil foi condição prévia da cidadania política. O autor exemplifica casos em que a ausência de direitos civis impede o acesso pleno aos direitos políticos: discriminação de mulheres e grupos minoritários; negação, legal ou real, do direito à sindicalização de trabalhadores ou camponeses; violação recorrente, por parte de grupos mafiosos ou da própria polícia, dos direitos dos pobres; acesso diferenciado ao sistema judicial. Esses grupos, que gozam de direitos políticos mas tem restringidos seus direitos civis, são, em muitas dessas democracias dos países “do Sul e do Leste”, uma grande proporção da população, se não a maioria.

Isso quer dizer que o contexto de escassez de direitos constitui a principal diferença na construção dos regimes democráticos mais recentes, pois, nos países originários, a aposta democrática deu-se posteriormente a uma “extensa e elaborada”

implantação dos direitos civis, mais tarde estendidos e complementados com novos direitos sociais (O'Donnell, 2000, p. 560). Além disso, a concepção de agência individual já era o cerne de um sistema legal estruturado a partir do êxito da formação do Estado e da expansão do capitalismo. O'Donnell (2000, p. 561) apresenta o conceito das “zonas marrones”:⁸ regiões em que a maioria da população não está atendida por uma gama ampla e sólida de direitos civis. Essas zonas, comuns em áreas rurais e periferias de cidades dos países da América Latina, vêm crescendo nos últimos vinte anos ao invés de diminuir, como seria esperado em regimes democráticos. Além da *pobreza legal*, que já se configura um relevante entrave à democracia, o autor destaca o obstáculo da *pobreza material* a que está submetida grande parte da população dos países de democracia recente. Esse grupo tem como tarefa exclusiva cotidiana a luta pela sobrevivência, não possuindo, portanto, a oportunidade, os recursos materiais, a educação, o tempo e/ou a energia para envolver-se em outras atividades.

No contexto latino-americano atual, outro aspecto importante a considerar é a relação entre Estado e sociedade e, principalmente, a heterogeneidade que há em cada um. Por vezes, principalmente nas frentes de luta por um projeto mais democrático, encontram-se abordagens que tendem a mitificar a sociedade, enquanto ente monolítico pleno de boas virtudes, intenções e princípios, e demonizar o Estado, como unidade homogênea de desvio de valores e interessada em manipular a população. Na complexidade da luta democrática, essa visão apresenta-se como extremamente limitada, impedindo a valorização de diversas iniciativas de transformação real pela sua simples vinculação e/ou dependência do Estado. Evelina Dagnino (2004, p. 4) condenou essa perspectiva de análise da relação entre Estado e sociedade civil como uma clivagem entre um lado que seria considerado um “polo de virtudes democratizantes” e outro, percebido como “encarnação do mal” e “obstáculo fundamental à participação e à democratização”.

As consequências negativas dessa visão homogeneizadora se agravam na medida em que ela tende a simplificar a imensa complexidade do processo de construção democrática e das relações que o constituem. Assim, o ritmo e a natureza da construção democrática encontrariam grande parte de sua explicação na análise do conflito que deriva dessa clivagem entre Estado e sociedade civil.

Considerando as diferentes experiências de inovação democrática encontradas nos países latino-americanos, é importante a exposição da diversidade interna que há nesses dois campos, Estado e sociedade civil, inclusive para perceber que em um

⁸ No original, “brown areas”. Em português, esse conceito foi traduzido para “zonas pardas”.

mesmo ambiente há diferentes projetos políticos em disputa, e a força transformadora maior estará, exatamente, em conseguir articular os grupos que estão vinculados ao projeto democrático participativo, dentro e fora do Estado. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 69-71) defendem que há maior possibilidade de um “impacto democratizador” quando essas duas esferas compartilham um mesmo projeto político democrático.

A necessária construção de projetos democráticos participativos passa pela desconstrução dessa visão dicotômica e enviesada de sociedade civil e Estado. É parte importante da luta democrática a disputa dentro do Estado, apoiando setores progressistas e articulados com um projeto democrático que estejam inseridos no poder estatal.

Em suma, a base societária sobre a qual se implantou o sistema democrático nos países latino-americanos apresentou-se completamente diferente da realidade dos países desenvolvidos em que a democracia moderna floresceu. Aqui, os países não gozavam de um contexto de ampla difusão de direitos e de profunda inclusão cidadã de sua população. Aqui, a habilitação da *agência* era uma ideia tão distante, tanto no Estado quanto na sociedade civil, que talvez se pudesse afirmar que não só seria impossível instaurar um sistema democrático pleno nessas terras, como a compreensão da relação entre sociedade civil e Estado necessitaria ser revista, de forma a desconstruir uma visão monolítica e preconcebida de ambos e permitir a identificação de projetos transformadores nos dois campos. Porém, a debilidade democrática na região não se deve apenas ao contexto, mas também à própria proposta democrática. Quer dizer, na realidade, o projeto de democracia implantado na América Latina já possui, desde seu início, um viés limitado e excludente.

A limitação da proposta democrática implantada na América Latina

Como afirma José Nun, as transições democráticas que ocorreram no contexto político latino-americano nas últimas décadas possuíam uma forte influência de uma concepção Schumpeteriana da democracia, restringindo-a ao método simples e realista e permitindo um distanciamento de possíveis fervores revolucionários presentes anteriormente. Nun (2001, p. 30) relata a ausência nessa construção democrática de “ilusões rousseauianas fora de moda”. Ou seja, os eixos centrais do sistema são a competição entre dirigentes e as eleições periódicas, e, por conseguinte, a construção democrática pós-ditaduras na América Latina vem enviesada de berço, inspirada por uma prática que importa a proposta democrática dos países centrais e ignora diferenças culturais, históricas e políticas em nossos países.

O erro, para Nun (2001, p. 32), está na própria leitura que os intelectuais e políticos latino-americanos fizeram de Schumpeter. Apesar do modelo proposto parecer universalista, o próprio autor esclarece que o método democrático defendido deve

funcionar “nos países de grande indústria de tipo moderno”, e seus argumentos, portanto, referem-se apenas à realidade daquelas nações. Ele faz alusão às “modernas sociedades capitalistas” ou às sociedades capitalistas “em seu estado de maturidade”, de cujas realidades os países da América Latina estão muito distantes.

A proposta que direcionou a redemocratização na região, afirma o autor, estava mais vinculada a uma abordagem minimalista de método democrático, baseada em uma interpretação equivocada de Schumpeter, do que a um desejo de implantação de um sistema que garantisse a soberania popular. Ou seja, nem na teoria do próprio Schumpeter, a implantação de um conjunto de regras é condição suficiente para a consolidação de uma dinâmica democrática. Sobre isso, Nun afirma (2001, p. 36): “[...] o economista austríaco não acreditava no *governo do povo* mas estava convencido de que, na ausência de uma série de requisitos muito precisos, o *governo dos políticos* desembocaria, mais tarde ou mais cedo, em um mero simulacro de regime democrático”.

Para Nun (2001, p. 151-152), no momento de queda das ditaduras, o neoliberalismo dedicou-se a substituir o imaginário coletivo de ideia da democracia como *governo do povo*, vendendo um projeto salvacionista de alternativa econômica, a única possível, com promessas de ganhos materiais crescentes e abundantes. E, com isso, o que se encontra, na realidade, são sistemas de competição eleitoral entre as elites, sem prestação de contas efetiva e periódica aos cidadãos, forjando um distanciamento cada vez maior da população em relação aos espaços políticos; o que “é indubitável que, na prática, o termo *democracia* se emprega hoje na América Latina para designar quase exclusivamente ao *governo dos políticos*” (Nun, 2001, p. 159). Como não poderia deixar de ser, os mais beneficiados são as elites dos diversos países, que definem a seu bel prazer as políticas de governo, levando, por vezes, ao aumento da desigualdade e à ausência de direitos efetivos da população.

Identifica-se uma baixa ou nula associação positiva entre proteção social e democracia representativa, pois o que apresentou crescimento em governos autoritários, tendeu a cair no momento da consolidação do sistema representativo, e vice-versa (Nun, 2001, p. 132). “Os processos de democratização em curso estão acompanhados por um crescimento dos três fenômenos [pobreza, desigualdade, polarização]” (Nun, 2001, p. 127). Essa contradição compõe o grande paradoxo latino-americano destacado por José Nun (2001, p. 151): como consolidar democracias representativas em países com um contexto social marcado pela pobreza, pela desigualdade e pela polarização, e onde os regimes sociais de acumulação fomentam a marginalidade e a exclusão, ao mesmo tempo que os Estados diminuem sua atuação e se revelam incapazes de dar conta da magnitude da crise?

Essa incapacidade de articular consolidação democrática com bem-estar geral resulta, inclusive, em uma perda de legitimidade da proposta democrática na população. Conforme visto anteriormente, é significativo o percentual da população que aceitaria governos autoritários desde que melhorassem suas condições de vida. Esse

fato acentua-se ao longo da década de 1990, quando as políticas neoliberais estavam em seu auge em muitos países da região, levando ao agravamento das condições econômicas e sociais, enquanto proliferavam denúncias de corrupção nos governos – o que, provavelmente, já era uma prática anterior, mas mascarada pela falta de transparência dos governos autoritários (Baquero, 1994a, p. 27). O autor afirma que, embora tivesse ocorrido uma forte valorização da democracia durante as décadas de 1980 e 1990, em função das experiências autoritárias que haviam criado um “pacto popular implícito” para evitar a retomada de uma ruptura institucional, a defesa democrática se enfraquece, fruto da prevalência e agravamento das desigualdades sociais e da concentração de renda: “Começa a difundir-se a ideia, com alguma intensidade, do grande desencanto dos cidadãos com a democracia” (Baquero, 1994b, p. 5).

José Nun (2001, p. 159) destaca as diferenças de contexto social em que se desenvolve a proposta democrática na América Latina, ressaltando que, na região, os direitos civis e sociais “acompanham muito parcial e incompletamente” os direitos políticos, o que tem um grande impacto na própria conquista destes últimos. O autor reforça a questão das fraudes eleitorais, um problema frequente na América Latina e que seria, na verdade, apenas uma manifestação de um problema muito mais amplo e profundo: “Por um lado, a escassa ou nula autonomia de que gozam vastas faixas de votantes e, por outro, um desenvolvimento incompleto e frequentemente distorcido do Estado de direito republicano”.

Como também ressalta Emir Sader (2010, p. 51): “A maioria dos latino-americanos não pode se organizar, não pode apelar para a Justiça, não tem identidade pública, não são cidadãos no sentido de que não são sujeitos de direitos, mas vítimas dos piores mecanismos de superexploração do trabalho”.

Diante desse cenário, Nun (2001, p. 165) defende a retomada da ideia de democracia como autogoverno coletivo, com intuito de buscar corrigir as profundas imperfeições do sistema atual. “Contrariamente ao que se fez, trata-se de emular a experiência do Primeiro Mundo, dando maior prioridade ao discurso de Marshall que ao discurso de Schumpeter”. É nesse caminho que muitos intelectuais e militantes defendem a proposta de um projeto de sistema democrático mais inclusivo, horizontal e igualitário: a democracia participativa.

A democracia participativa na América Latina

Em um contexto de insatisfação com o sistema político, surge a proposta de aprofundar a participação popular nos espaços públicos de tomada de decisão. O alto grau de insatisfação com a efetividade do atual sistema em resolver os problemas reais da população minou profundamente sua legitimidade e, em alguns lugares, abriu espaço para a entrada de novas propostas democráticas que contribuam para

uma reconfiguração da dinâmica política, de forma a incluir mais o grande grupo de pessoas que são, ao mesmo tempo, excluídas dos espaços decisórios e não atendidas pelas políticas governamentais. Originadas por grupos isolados de pessoas, movimentos sociais ou atores dentro do Estado, difundem inovações que tentam diminuir a distância entre Estado e sociedade, e que almejam fortalecer a interação entre sociedade civil e sociedade política.

Dessa forma, a América Latina torna-se um dos principais laboratórios políticos do mundo. Torna-se a região onde mais aparecem e se fortalecem experiências de democracia participativa, que buscam democratizar o sistema democrático liberal representativo hegemônico. Essas práticas não nasceram, em sua maioria, a partir de uma ideologia revolucionária de grupos que visam a derrocada do sistema capitalista e do sistema político atual, elas se baseiam na possibilidade de promover alterações na estrutura vigente, buscando adequá-la às necessidades dos direitos políticos, civis e sociais da população. A proposta da democracia participativa na América Latina ainda é uma gama desarticulada de experiências, mas que nasce como resposta às insatisfações com a democracia liberal elitista (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 17).

A proposta da democracia participativa pressupõe a externalização do conflito e do choque de opiniões como meio de se aproximar de propostas que atendam a todos os grupos envolvidos. É seu objetivo garantir que os diferentes grupos da sociedade, principalmente os excluídos na estrutura democrática tradicional, tenham espaços para colocar-se enquanto atores da sociedade civil. Trata-se de uma reformulação do Estado, de uma reconfiguração dos seus espaços de poder e de sua tomada de decisão. É preciso mudar a lógica de centralização de poder nas mãos do governante, reforçando outra que permita a consolidação de um poder diluído nos diferentes espaços públicos. Dessa forma, todos os grupos poderão ter seu pedaço de poder, caminhando na direção de um sistema em que vigore, efetivamente, a soberania popular e um regime democrático que esteja afinado com a proposta de *gobierno del pueblo*.

Há uma mudança de estratégia de transformação em relação aos principais movimentos sociais no longo do século XX. Em lugar do objetivo de o povo *tomar o poder*, assume-se a proposta de que o *poder deve chegar ao povo*. Com isso, inserem-se no procedimento democrático os conflitos que ficam escondidos e latentes e que, muitas vezes, geram atos extremos por falta de espaços públicos que os resolvam (Nun, 2001, p. 172).

A efetividade dessa proposta democrática participativa deve ter a preocupação de viabilizar essa inclusão política, principalmente por meio da garantia dos direitos civis e sociais das populações. Esse tipo de experiência, pela sua característica de inclusão de populações historicamente marginalizadas da sociedade política, exige dedicação à garantia das condições para sua participação. Como afirma Nun (2001, p. 157), “modificar o mecanismo resulta de imediato em ocupar-se das condições,

exatamente porque a democracia nunca foi e nem pode ser um mero procedimento”. É grande o risco de uma experiência de democracia participativa não ter profundidade e continuidade por não estarem assentadas as condições básicas para o envolvimento das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a teoria democrática geral possa fornecer subsídios para a compreensão da realidade na América Latina, faz-se mister o desenvolvimento dessa teoria através da sistematização da história e das práticas, de forma a cada vez mais consolidarmos um referencial teórico mais adequado às características dos processos aqui desenvolvidos. A revisão bibliográfica dos teóricos da democracia nos permite perceber a grande complexidade do tema, não apenas conceitualmente, mas também na prática, na sua execução. O dilema do físico, utilizado por Schumpeter, simboliza um importante aprendizado de que não há, e nem pode haver, um único modelo, uma única proposta de democracia que sejam adequados a todos os períodos e a todos os territórios. Portanto, não deve ser (ou não deveria ser) objetivo de qualquer teórico ou político a busca de uma definição restrita e universal para esse tipo de regime político. Nossa trajetória histórica, nossa cultura, nosso contexto socioeconômico e o percurso de construção do nosso sistema político dão contornos bem específicos que justificam a necessidade de construirmos um quadro de referência própria na análise dos contextos democráticos latino-americanos, para seguir pensando nos caminhos que podemos traçar em busca de uma ampliação do poder popular.

Da análise das proposições tradicionais da teoria democrática, elaboradas nos países desenvolvidos, em diálogo com importantes autores latino-americanos, que têm tentado consolidar uma autonomia e uma singularidade na reflexão sobre os sistemas políticos em nossa região, e articular com a proposta da democracia participativa contemporânea na América Latina, emergem dois grandes eixos de análise, cuja estruturação podem ser úteis para a construção de alternativas à democracia representativa em vigor.

Primeiro, a questão da formação de uma *cultura política* que permita a cada cidadão uma participação efetiva e autônoma nos espaços públicos. O distanciamento provocado pelo fracasso do sistema democrático liberal vigente enfraqueceu a capacidade das pessoas de cuidarem da *coisa pública*. Além disso, as profundas desigualdades socioeconômicas encontradas nos países da América Latina impedem uma igualdade na atuação política. Não se pode ignorar a necessidade de acesso a condições básicas de vida e educação para que a população, primeiro, tenha possibilidade de dedicar parte de seu tempo para a prática política e, segundo, seja capaz de compreender e participar qualificadamente dos espaços de discussão. Estamos usando o termo “cultura” em um sentido amplo e não individual, isto é, não restrito

apenas à intelectualidade dos cidadãos, mas ao próprio contexto daquela sociedade, cuja sociabilidade deve preocupar-se em fornecer às pessoas os requisitos para que possam ser atores políticos.

Segundo, a necessária construção de uma *estrutura política* participativa que permita que cidadãos autônomos e responsáveis possam, efetivamente, contribuir na definição das políticas públicas e nos demais espaços de tomada de decisão. A redução da democracia ao simples ato do voto é um dos principais obstáculos para a construção de sistemas realmente democráticos. Faz-se necessário ampliar as possibilidades de interferência da população no Estado, para que esta se insira no levantamento das demandas e na definição de prioridades de investimento dos recursos públicos. A atuação democrática precisa ser cotidiana, estar na preocupação diária das pessoas, e, para isso, há que fazer com que os cidadãos tenham o poder de decidir seu destino, há que fazer com que o *poder vá ao povo*. Essa *estrutura* tampouco deve ser compreendida de forma restrita, abrangendo apenas espaços formais, institucionalizados, dos quais órgãos do Estado façam parte; estão incluídas aí arenas da sociedade civil, em que possam ocorrer trocas de informações, debates e tomadas de decisão acerca dos problemas locais.

Não seremos exitosos na democratização dos Estados latino-americanos se a constituição de uma estrutura política participativa não for acompanhada do acesso aos direitos civis e sociais básicos e de um processo de formação política que permita à população intervir efetivamente nesses espaços. Identicamente, a consolidação de uma cultura política e de *agentes* terá pouca efetividade se o Estado não estiver disposto a criar espaços públicos de tomada de decisão abertos à participação da sociedade. Esses dois pilares devem caminhar juntos na construção de uma nova estrutura democrática.

Na minha tese de doutorado (Addor, 2012), utilizei esse duplo referencial (a partir dos conceitos de *agência* e de *esfera pública*) para analisar duas experiências de democracia participativa, uma em Cotacachi, no Equador, com um governo indígena, e outra em Torres, na Venezuela, com um processo de transformação ligado à Revolução Bolivariana. Essa análise baseada em experiências concretas de democratização do sistema político permitiu cegar a uma série de conclusões que podem ser melhor vistas na tese. Entretanto, um dos meus argumentos é que a transformação democrática na América Latina e, portanto, o avanço na conquista dos direitos políticos só serão concretos quando seu processo estiver cotidiana e continuamente vinculada a uma luta pelos direitos civis e sociais que ainda hoje são rarefeitos para grande parte da população latino-americana. A inovação democrática na América Latina deve ser guiada pela inversão da história recente de aumento da pobreza, da desigualdade e da precarização das condições de trabalho e de vida.

Como fruto dessa movimentação, foi criado em 2014, no Soltec, o projeto de pesquisa e extensão Democracia Participativa e Poder Popular na América Latina (PPAL), que tem como objetivo aprofundar essa reflexão e promover ações que con-

tribuem no questionamento do sistema político atual e na construção de alternativas de participação popular. Entre ações importantes desse projeto, estão a participação na campanha do plebiscito popular para a convocação de uma assembleia constituinte para a reforma política⁹ e a organização do I Seminário Internacional Poder Popular na América Latina, em novembro de 2014. Essa agenda reflete o desejo de caminhar para transformações reais no Brasil, mas articulando-se para uma reflexão e atuação mais ampla no âmbito no território latino-americano.

A consolidação de uma articulação regional em torno do projeto democrático participativo deve buscar garantir a *permissão da utopia*, dando a retaguarda para que as experiências incipientes, locais, em construção, estejam vinculadas a processos mais amplos de transformação da sociedade, de uma busca de um outro mundo possível. Desse modo, talvez consigamos caminhar de forma mais efetiva para a consolidação de democracias nos países da América Latina. Caso contrário, continuaremos a nos enganar com os atuais simulacros.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. *Teoria democrática e poder popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e wRegional) – Ippur/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo A. Movimientos sociales y sociedade civil en la construcción de la democracia en los países del Cono Sur. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). *La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. São Paulo: Instituto Polis, 2002.

BAQUERO, Marcelo. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: _____ (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994a, p. 26-41.

_____. Apresentação. In: _____ (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994b, p. 5-7.

BORON, Atilio. *Aristóteles em Macondo: reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.

CAETANO, Gerardo. Distancias críticas entre ciudadanía e instituciones: desafíos y transformaciones en las democracias de la América Latina contemporánea. In:

⁹ Disponível em: <www.plebiscitoconstituente.org.br/>. Acesso em: 21 maio 2015.

_____ (org.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006a.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. In: DAGNINO, Olvera; PANFICHI, Aldo. (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 13-91.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

GARCEZ, Mario. Marco teórico: ciudadanía, participación, movimientos sociales y democracia. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). *La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. São Paulo: Instituto Polis, 2002.

GRAMMONT, Hubert C. de. Introducción: algunos ejes de reflexión sobre la construcción de la democracia en el campo latinoamericano. In: GRAMMONT, Hubert C. de (org.). *La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

HEVIA DE LA JARA, Felipe. A institucionalização da participação cidadã: análise dos marcos legais da participação na América Latina. In: DAGNINO, Olvera; PANFICHI, Aldo (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 343-368.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2011. Santiago do Chile: 2011. Disponível em: <www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>. Acesso em: 26 set. 2012.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política – um esboço. In: BAQUERO, Marcelo (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 11-25.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. In: SADER, Emir. *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.

NUN, José. *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

_____. Democracia: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos? Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. Teoría democrática y política comparada. *Desarrollo Económico*, v. 39, n. 156. Buenos Aires, p. 519-570, jan./mar. 2000.

RAVENTÓS, Ciska. Introducción. In: _____ (org.). *Innovación democrática en el Sur: participación y representación en Asia, África e América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 1. ed. 1762. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SADER, Emir. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Para outras democracias. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <www.ordemlivre.org>. Acesso em: 10 jul. 2012.

PARTE 3

TECNOLOGIA
E SOCIEDADE

O CONCEITO DE TECNOLOGIA

Reflexões para a prática da extensão universitária na área tecnológica¹

*Flávio Chedid Henriques, Vicente Nepomuceno e
Celso Alexandre Souza de Alvear*

O Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ está envolvido em uma série de projetos de extensão universitária. Para orientá-los, utilizamos os conceitos de tecnologia social e economia solidária. No entanto, em nossa experiência prática de desenvolver soluções tecnológicas de forma participativa, em uma parceria de mão dupla entre a universidade e trabalhadores da economia solidária, percebemos que há a necessidade de um debate conceitual mais ampliado sobre tecnologia.

Este capítulo surgiu do desejo de problematizar esse conceito para iluminar nossa prática. A questão é: como a reflexão teórica acerca da tecnologia pode orientar melhor as metodologias de ação de um núcleo de ensino, pesquisa e extensão oriundo da engenharia?

Revisitamos os conceitos de tecnologia e de tecnologia social, apresentando as principais disputas existentes no campo que se forma em torno da tecnologia social. Para isso, foram revisitadas as obras de Álvaro Vieira Pinto, Renato Dagnino, Andrew Feenberg, Bruno Latour, Henrique Novaes, Pedro Cunca Bocayuva, Walter Bazzo e a concepção difundida pela Rede de Tecnologia Social. A partir da discussão teórico-conceitual realizada, levantamos pontos de reflexão sobre práticas de extensão universitária que buscam valorizar o trabalho coletivo.

¹ Parte deste capítulo foi originalmente publicada nas VIII Jornadas Latinoamericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y Tecnología (Esocite), encontro realizado em Buenos Aires no ano de 2010.

O CONCEITO DE TECNOLOGIA

A visão de Álvaro Vieira Pinto

Para Álvaro Vieira Pinto (2005), o conceito de tecnologia passou a ser utilizado no segundo pós-guerra e a visão dos teóricos meu âmbito oscilava de forma dualista entre uma ideologização dos artefatos criados pelo homem e a percepção da tecnologia como algo maléfico à sociedade.

Para dar suporte a essa primeira visão, criou-se a ideia de “era tecnológica”, que era, para Pinto (2005, p. 43), uma tentativa de tornar “esta época superior a todas as outras”, fato nada original em se tratando de tentativa de dominação. Tal endeusamento é funcional aos interessados em “incutir na mentalidade das nações periféricas a crença de que esse é o mecanismo natural e inevitável do progresso”. Além disso, dissemina-se a ideia de que são os países ocidentais desenvolvidos os responsáveis por engendrar as técnicas que devem ser posteriormente distribuídas aos países periféricos, que passam a ter uma atitude de gratidão perante aqueles, o que impede a expansão destes últimos.

Em um outro extremo, estão filósofos que buscam explicar os males da sociedade a partir da subordinação do homem à técnica, originando o que o autor chamou de “pseudoproblema de libertação do homem” (p. 158). Essa concepção, que Pinto (2005, p. 158) chama de alarmista, decorre do fato de haver uma grande massa de espoliados por conta do “emprego de procedimentos, instituições ou equipamentos técnicos, mas não pela técnica enquanto tal, porque o autor da espoliação identifica-se sempre com um grupo ou classe social que se vale dos instrumentos técnicos para satisfação de seus fins”. Tal confusão provém, para o autor, do fato de tais filósofos não considerarem as relações sociais de produção.

Fugindo dessa dualidade, Pinto (2005) entende que uma discussão da filosofia da tecnologia deve fundar-se nas mudanças do modo de produção social, sob o risco de ficar no terreno da intuição caso se estude a transformação dos produtos sem condicioná-los à própria transformação que os produz. Nesse sentido, o autor conceitua técnica a partir do que considera único no ser humano: a capacidade de projetar e sua condição de ser social para poder produzir.

O projeto é, para Pinto, a forma pela qual o ser humano relaciona uma ação a uma finalidade, a percepção mental das possibilidades de conexões entre as coisas e a distinção do homem que o coloca num estágio mais elevado do desenvolvimento histórico. Para o autor, a técnica é a relação da projeção feita com a ação, portanto, presente em toda atividade humana.

Com essa definição, o autor não reduz o problema do progresso tecnológico ao que chamou de aspectos “engenheiros”, muito menos restringe a noção de técnica às máquinas. Para Pinto, nem toda técnica se transforma em máquinas, embora estas tenham incorporado a capacidade de projetar e de agir que os homens transferem para outros corpos.

A partir do conceito de técnica, Pinto (2005) apresenta quatro significados principais para tecnologia, considerando não apenas aspectos etimológicos: 1) teoria, ciência, estudo da técnica, de acordo com a etimologia da palavra; 2) tecnologia e técnica como equivalentes; 3) conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade em qualquer fase histórica do seu desenvolvimento; e 4) ideologia da técnica.

No primeiro sentido do termo, o autor lamenta a separação entre teoria e prática, uma vez que os técnicos praticantes não se debruçam no estudo teórico da técnica, cabendo essa tarefa aos filósofos distanciados da prática. Tal situação resulta em concepções ingênuas da tecnologia, como a ideia de “explosão tecnológica”, que não considera o processo histórico de avanço das técnicas, representando “interesses sociais bem definidos e [...] pertencentes às frações minoritárias, embora dominantes, das sociedades do gênero da nossa” (Pinto, 2005, p. 226). Para o autor, a reflexão dos técnicos sobre seus produtos é fundamental para uma epistemologia da técnica (tecnologia) mais próxima da realidade. Além disso, o autor reflete sobre a atual mudança do estudo das técnicas, antes debruçadas no domínio da natureza, para a maneira pela qual os homens organizam as relações sociais de produção.

No segundo sentido atribuído pelo autor, tecnologia se equipara semanticamente à técnica. O que podemos considerar um uso mal-empregado da palavra, é, para Pinto (2005, p. 254), uma utilização propagandística do termo, com o intuito de apresentar as técnicas “com a aura de uma designação de ressonância científica”, abrindo caminho para uma manifestação ideológica, que é o quarto sentido atribuído ao conceito.

A tecnologia como conjunto das técnicas em vigor numa sociedade, num terceiro sentido, tem, para Pinto, duas interpretações. Uma, legítima, quando considera a variedade de técnicas existentes na sociedade em questão. E outra, ingênuas e nocivas, por desconhecer a realidade tecnológica do mundo pobre, definindo-o unilateralmente. Tal visão ignora o tempo de cada lugar, o que é, para Milton Santos (1994), o conjunto das técnicas existentes em um ponto do espaço. Em consonância com os estudos sobre subdesenvolvimento no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), Pinto (2005, p. 332 e 334) reflete sobre as importações de tecnologia que são, para ele, tentativas de “resolver por enxerto o que teria de ser resultado de uma sementeira” indicando a necessidade do plano de desenvolvimento nacional ser concebido em função da realidade atrasada com o objetivo de

fundar sobre o lado atrasado de nossa existência, aquele que infelizmente a exprime com plena veracidade no momento atual, os alicerces do progresso e não pretender construí-lo por transplantação, localizando-o no segmento relativamente desenvolvido, o que equivale a fazer desenvolver-se aqui o progresso dos outros.

Para que se possa entender essas quatro definições com mais clareza, mostraremos visões de outros autores sobre o conceito de tecnologia.

Estudos de ciência, tecnologia e sociedade

Bazzo, Von Linsingen e Pereira (2003, p. 38) também entendem a técnica como uma capacidade distintiva do ser humano, que o fez evoluir a tal ponto que sua vida não está “determinada e limitada pelas condições ambientais às quais cada espécie tem se adaptado”. A partir de definições de diferentes dicionários, os autores demonstram que há uma convergência de que o âmbito definidor da tecnologia se encontra na produção, sobretudo na produção industrial. Tal visão seria a responsável pela relação direta entre a tecnologia e os artefatos tecnológicos por ela gerados.

Embora os autores façam a distinção entre técnica e tecnologia, a partir da relação desta com a ciência, estando aquela relacionada às habilidades desenvolvidas sem o auxílio do conhecimento científico, eles refutam a ideia de a tecnologia ser simplesmente ciência aplicada. Para Bazzo, Von Linsingen e Pereira, essa imagem, criada por uma tradição positivista, é responsável por uma visão neutra da tecnologia. Os autores apresentam a ideia de que aspectos no desenvolvimento tecnológico alteram o conhecimento científico, além da existência de uma especificidade do conhecimento tecnológico.

Distinguindo a tecnologia do conhecimento que a faz possível, os autores definem “tecnologia como uma coleção de sistemas projetados para realizar alguma função” (p. 44). Ao considerá-la um sistema, incluem a noção de tecnologias de caráter organizativo, os sistemas de saúde ou educativos, retirando do termo “tecnologia” a conotação de meros artefatos. Não identificamos na definição desses autores o sentido etimológico colocado por Álvaro Vieira Pinto.

Ainda na busca de um conceito geral de tecnologia, cabe ressaltar o diálogo que Renato Dagnino trava com Andrew Feenberg, no esforço intelectual de refutar a ideia de neutralidade da ciência e da tecnologia com base na teoria crítica. Para Dagnino (2009), que trabalha o conceito no âmbito da produção, o que caracteriza a tecnologia, tanto a capitalista como as alternativas, é o controle. Este é entendido como a habilidade relativa ao uso de conhecimento incorporado em artefatos tecnológicos. O controle é, para Dagnino (2009), inerente a qualquer forma de produzir e varia de acordo com as características do processo de trabalho, embora entenda que não sejam abolidas simplesmente pela alteração da propriedade dos meios de produção. Segundo o autor, os artefatos tecnológicos, assim como os processos de trabalho desenvolvidos em determinado contexto, mantêm “impregnados” o tipo de controle dessa forma de produzir.

Tendo como foco o processo de trabalho, o autor entende tecnologia como

o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que ele controla e que, em função das características do contexto socioeconômico do acordo social e do ambiente produtivo em que ele atua, permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriado segundo seu interesse. (Dagnino, 2009, p. 102)

Assim como Álvaro Vieira Pinto, Dagnino (2009) fala sobre a tentativa de negligenciar os valores incorporados às tecnologias nas definições em que as fazem parecer únicas. Enquanto o primeiro enfatiza as relações de dependência dos países subdesenvolvidos geradas por essa concepção de tecnologia, o segundo aborda a neutralidade conferida à técnica como forma de obscurecer o controle capitalista, fazendo-o passar por uma questão “meramente técnica”. Tal fato pode ser observado no discurso presente no clássico *Princípios da administração científica*, de Frederick Taylor (1970), em que a separação entre planejamento e execução das atividades industriais, ou seja, o controle do processo produtivo pelos proprietários dos meios de produção, advém de uma questão apenas técnica com o objetivo de otimização da produtividade que deve acontecer a partir de uma cooperação cordial entre direção e empregados.

Assim como Dagnino (2009), Varanda e Bocayuva (2009, p. 13) consideram que o que caracteriza a tecnologia é o tipo de controle determinado por ela. Isso fica claro quando afirmam que a ciência, a técnica e a tecnologia não são neutras e expressam conteúdos de classe, ou seja, a tentativa de controle de uma classe sobre outra. Esses autores também trazem uma visão ampliada do conceito: “A tecnologia é compreendida [...] como o conjunto dos instrumentos, meios, relações e métodos que se articulam – enquanto base material e organização do trabalho – nos distintos modos de produção”.

Ainda sobre a suposta neutralidade da tecnologia, Ivan da Costa Marques (2005) mostra que as decisões técnico-científicas acontecem sobre quadros de referência, que serão sempre limitados, já que nenhum quadro de referência poderá incluir toda a complexidade do mundo real. Para ele, a construção desses quadros de referência levará em consideração alguns “(f)atores”. Por exemplo, na construção de uma fábrica na beira de um rio, os pescadores desse rio dificilmente serão consultados. Suas propostas sobre a melhor forma de se aproveitar os recursos presentes nesse rio não serão consideradas.

Além disso, o mesmo autor ressalta que, quando uma tecnologia é criada, os quadros de referência adotados pelos atores que desenvolveram essa tecnologia são arditosamente apagados do processo. Logo, as tecnologias desenvolvidas no exterior chegam aos países subdesenvolvidos como sendo “certas”.

Outro autor que traz uma reflexão muito interessante sobre a tecnologia é Andrew Feenberg. Ele foi orientado por Marcuse e muito influenciado pela teoria crítica da Escola de Frankfurt. Também participou dos eventos de maio de 1968, em Paris, e ficou mais conhecido pela publicação dos três livros seguintes: *Critical theory of technology* (1991), republicado como *Transforming technology: a critical theory revisited* (2002); *Alternative modernity: the technical turn in philosophy and social theory* (1995); e *Questioning technology* (1999).

Para a teoria crítica, um ponto de partida para se entender a tecnologia é buscar responder o que faz a ação técnica (ou a racionalidade técnica) diferente de

outras formas de o ser humano se relacionar com a realidade. Uma das formas mais comuns de responder essa pergunta é a partir da noção de eficiência, que diz respeito ao uso do melhor meio para se obter determinado resultado. Normalmente, essa noção está associada não só ao desempenho da solução, mas também ao custo, sendo a eficiência o resultado da divisão da performance pelo custo (Thiollent, 1980, p. 84). Porém, o problema de se definir a ação técnica a partir da eficiência é o fato de que este é um critério interno à própria ação.

Assim, Feenberg (2010c, p. 99-100) apresenta a ação técnica como uma tentativa humana de reduzir ou postergar a consequência de suas ações. No limite, seria uma tentativa de se colocar em uma posição de Deus e de se posicionar de tal forma no mundo que poderia agir sem sofrer consequências de seus atos, como que, de certa maneira, imune à terceira lei de Newton. Desse modo, uma pessoa pode usar um trator para destruir uma casa, enquanto desfruta de uma música calma sentado confortavelmente em uma cabine com ar-condicionado: “a reciprocidade da ação finita é dissipada ou adiada de forma a criar o espaço de uma necessária ilusão de transcendência”.

Voltando à questão da tecnologia, para Feenberg (2010a), a filosofia da tecnologia contemporânea pode ser organizada em quatro grandes perspectivas (tabela 1), a saber: o determinismo; o instrumentalismo; o substantivismo; e a teoria crítica. Essas perspectivas foram construídas a partir de dois eixos. De um lado, opõe-se uma visão de que a tecnologia é neutra para uma visão em que ela é carregada de valores; de outro, contrapõe-se uma visão de tecnologia autônoma a uma visão de tecnologia humanamente controlada, como se pode ver abaixo.

Tabela 1 – Perspectivas da filosofia da tecnologia

	AUTÔNOMA	HUMANAMENTE CONTROLADA
NEUTRA	(1) Determinismo	(2) Instrumentalismo
CARREGADA DE VALORES	(3) Substantivismo	(4) Teoria crítica

Fonte: Feenberg (2010a).

A perspectiva mais comum da modernidade seria o instrumentalismo, que vê as tecnologias como neutras e humanamente controladas. Essa perspectiva entende as tecnologias como meras ferramentas a serviço do homem. Assim, teríamos total controle na determinação dos objetivos dessas tecnologias, e elas serviriam a qualquer fim desejado, pois não passam de meros instrumentos (Feenberg, 2010a, p. 56-58). Essa perspectiva foi adotada, inclusive, pela União Soviética, ao importar e usar tecnologias desenvolvidas por países capitalistas como se essas fossem neutras, o que contribuiu para as contradições e derrota do modelo comunista soviético (Feenberg, 2002, p. 11).

No primeiro quadrante, temos o determinismo. Nessa perspectiva, as tecnologias moldam a sociedade, controlam e determinam o comportamento humano, pois possuem uma racionalidade técnica que lhes é inerente. Essa perspectiva tem influência de uma abordagem marxista, pela qual a força motriz da história é o avanço tecnológico. Baseia-se em uma tese de um progresso linear, de níveis mais baixos a níveis mais altos, existindo apenas um caminho formado por uma sucessão de etapas necessárias (Feenberg, 2010a, p. 58-59).

O substantivismo tem como principal autor Martin Heidegger, e nessa perspectiva, a tecnologia tende a dominar os homens. Assim, a partir do momento em que uma sociedade adota tecnologias, ela se torna uma sociedade tecnológica e se submete a valores como eficiência e poder, desumanizando-se e destruindo todos os seus valores tradicionais. É uma perspectiva essencialmente pessimista, na qual os seres humanos, no fim, tornariam-se engrenagens de uma sociedade maquinizada, como descrito no livro *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley (Feenberg, 2010a, p. 59-61). Nessa perspectiva, a única solução para os seres humanos é limitar o espaço das tecnologias na esfera da vida ou, preferencialmente, abolir o uso de tecnologias.

Por fim, temos a perspectiva da teoria crítica da tecnologia, proposta por Feenberg (2010a, p. 61-64; 2010c). Nessa perspectiva, entende-se que as tecnologias não são neutras e podem ser pelo menos parcialmente controladas pelo homem. Feenberg aceita a crítica de Heidegger sobre os valores de eficiência e poder relativos à tecnologia, porém os credits a um contexto específico, relacionado ao capitalismo e à modernidade. Nesse sentido, ele busca um diálogo entre o instrumentalismo e o substantivismo, entendendo que as tecnologias moldam ou condicionam modos de vida e favorecem ou reforçam determinadas formas e dificultam outras, mas não as determinam.

Exemplificando a perspectiva da teoria crítica da tecnologia, um revólver, por si só, não faz uma pessoa mais violenta; porém, uma pessoa sem a arma tem mais dificuldade de exercer uma ação violenta. Assim, um revólver facilita uma ação violenta, mas não a determina. Meios e fins estão conectados, mas não existe uma única relação possível entre eles. O mesmo meio possibilita diversos (ou alguns) fins e vice-versa. Como será refletido mais adiante, em alguns casos haverá maior ou menor flexibilidade tecnológica – o que possibilita o surgimento de alternativas tecnológicas.

Feenberg tem como inspiração Herbert Marcuse (1982) que, em seu livro *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, destacava a instrumentalização da sociedade moderna industrial. Dessa forma, a tecnologia desenvolvida por essa sociedade torna-se utilitarista, tendo como únicos valores a produtividade, a eficácia, o controle do homem e da natureza. A tecnologia capitalista, como a sociedade capitalista, promove a racionalidade instrumental em detrimento de todas as outras racionalidades possíveis (política, religiosa, ambiental, cultural, etc.).

Em contraposição a essa instrumentalização da tecnologia, Feenberg (2010b) propõe uma racionalização subversiva ou democrática, que seria democratizar o processo de desenvolvimento e controle das tecnologias, para permitir uma racionalidade ampliada e um maior controle humano sobre os meios e fins. Esse seria um modo de estender a democracia para o domínio técnico, democratizando o processo de concepção tecnológica para incorporar novos custos na racionalização tecnológica, para além da busca de lucro.

O que possibilitou esse avanço da teoria crítica sobre o substantivismo foram os diversos estudos da sociologia construtivista que emergiram recentemente, conhecidos como estudos sociais da ciência. Tais estudos questionam a neutralidade da ciência e mostram como diversos critérios, além dos técnicos e científicos, influenciam o resultado final da construção de teorias e tecnologias. Isso significa dizer que existem diversas soluções possíveis e tecnicamente viáveis para um mesmo problema teórico ou técnico (Feenberg, 2010b, p. 73-74).

Voltando à questão da eficiência, Feenberg (2010b, p. 82-86) reflete sobre como são criados falsos dilemas, como questões ambientais versus custo, satisfação dos trabalhadores versus produtividade, etc. Para ele, esse é um falso argumento que toma como elementos estanques questões que podem e devem ser conciliadas no projeto de tecnologias. Nesse sentido, ele apresenta o conceito de código técnico, que abarcaria os parâmetros conformados pela sociedade para o projeto de tecnologias. Assim, sempre que se buscam inserir novos parâmetros ou questões (como a ambiental ou a satisfação dos trabalhadores) em uma tecnologia, o primeiro argumento é o de que essas questões aumentarão o custo e diminuirão a eficiência da tecnologia. Porém, nos casos em que essas questões foram incorporadas às novas tecnologias, o que geralmente aconteceu após muitos debates, lutas sociais e, posteriormente, através de legislações e normas técnicas, foi que esse custo passou a não ser mais visto como algo específico de uma demanda social. Assim, é considerado parte do custo da própria tecnologia, pois os novos parâmetros foram incorporados ao código técnico.

Um exemplo dado por Feenberg são as caldeiras explosivas. Essas caldeiras eram usadas em barcos a vapor nos EUA e foram sujeitas a uma regulação, em 1852, que exigia mudanças no projeto, com o intuito de aumentar a segurança. O fato se deu porque muitas caldeiras explodiram e causaram a morte de mais de cinco mil pessoas. Na época, isso não era considerado tão alarmante, já que as pessoas continuavam a usar os barcos a vapor e havia a preocupação sobre o encarecimento das caldeiras, com a implantação de normas mais exigentes de segurança. Pelas leis de mercado, se o número de usuários continuava crescendo, não faria sentido mudar o projeto das caldeiras. Por meio de lutas sociais, porém, conseguiu-se aprovar uma lei que tornou as caldeiras mais seguras e reduziu drasticamente os acidentes. Anos depois, ninguém mais apontava que essas normas de segurança encareciam as caldeiras, pois se tornaram custos de produção intrínsecos. Ou seja, a incorporação de novas

demandas sociais, em longo prazo, não é vista como uma alteração do custo de produção, mas sim como a alteração da própria definição do objeto.

Dois outros conceitos fundamentais trazidos por Feenberg são a instrumentalização primária e a instrumentalização secundária. Feenberg os utiliza na concepção de uma tecnologia como forma de construir um diálogo da tecnologia com a definição filosófica da tecnologia e a abordagem social construtivista. A instrumentalização primária é o movimento de “transformar” em técnico e instrumental algo da natureza, enquanto a instrumentalização secundária é o movimento de reincorporar a reintegrar esse elemento técnico e instrumental à sociedade (Feenberg, 2010b, p. 223-229). Os dois momentos são, muitas vezes, apenas analiticamente distinguíveis (Feenberg, 2010b, p. 242).

A instrumentalização primária é composta por quatro momentos. O primeiro é o da descontextualização, na qual os objetos naturais são isolados da natureza para serem transformados em objetos técnicos. Assim, podem ser analisados a partir de sua utilidade e ficam disponíveis para serem usados dentro de uma lógica instrumental. Um exemplo é o da árvore que, em si, dificilmente pode ser analisada sob aspectos técnicos, mas, quando cortada em tábuas de madeira, pode ter suas partes analisadas sob aspectos físicos e utilitaristas, tais como resistência, cor, flexibilidade, linearidade, etc., o que permite que sejam tecnicamente úteis.

O segundo momento é o do reducionismo. Este complementa o primeiro, destacando as qualidades primárias dos objetos descontextualizados e descartando as qualidades tecnicamente não úteis. Voltando ao exemplo dado, temos que: de uma árvore cortada para se transformar em uma roda de madeira, será destacada apenas sua qualidade primária de redondeza; serão apagadas todas as outras qualidades da árvore, como seu *habitat* original, sua capacidade de fornecer sombra e abrigo, e ser uma espécie viva que cresce.

O terceiro momento é a autonomização, o qual está ligado ao modo como a ação técnica isola o sujeito dos efeitos de sua ação sobre o objeto. A ação técnica diminui ou retarda os efeitos da ação técnica sob o sujeito: por exemplo, um caçador sente apenas uma pequena pressão no ombro quando atira em um coelho. Ainda pode ser mais grave, quando o sujeito e o objeto são seres humanos: “[...] também a ação administrativa, como relação técnica entre seres humanos, pressupõe que se deixe o sujeito automatizado”. Ou seja, a ação administrativa como ação técnica permite que o sujeito, normalmente o gerente, não sinta os efeitos de sua ação sobre seus comandados. Assim, ele pode demiti-los sem sentir culpa ou remorso, pois havia uma justificativa técnica para isso.

Essa questão também vale para os dois momentos anteriores. Da mesma forma, para gerenciar pessoas, é necessário descontextualizá-las de sua complexidade. Mais especificamente, desconectando-as de suas famílias, de seu território, de suas crenças e isolando apenas suas características primárias, como inteligência, eficiência, força, conhecimento. Com isso, são desconsideradas suas características como

capacidade artística, religiosidade, sentimentos e muitas outras. Os seres humanos se tornam objetos técnicos na administração.

O quarto momento seria a tomada de posição. Como não se pode controlar tudo, é necessário fazer as pessoas se submeterem às lógicas que lhe são estranhas. E, como não é possível operar pessoas como máquinas, busca-se influenciá-las para que executem programas previamente existentes, através de estímulos e coações – o que elas não fariam por livre vontade. Como dito por Feenberg (2010e, p. 226), “toda ação técnica é uma navegação”.

A instrumentalização primária não é suficiente para criar sistemas apropriáveis pelo ser humano. Para isso, a técnica deve ser reintegrada aos aspectos sociais, culturais, políticos e muitos outros. Essa reintegração, chamada de instrumentalização secundária, articula objetos técnicos e os recontextualiza para que possam ser aceitos pela sociedade (Feenberg, 2010e, p. 226-229). Essa instrumentalização também possui quatro momentos, a saber: a sistematização; a mediação; a vocação; e a iniciativa.

A sistematização é o processo de combinar objetos técnicos com outros objetos técnicos, para que possam se tornar algo utilizável. É como uma roda que precisa ser encaixável e encaixada em um carrinho para ser útil. Esse processo é fundamental nas sociedades modernas, e podemos ver sistemas complexos formados pela combinação de milhares de objetos técnicos acopláveis.

O segundo momento é a mediação, no qual se reinserem qualidades estéticas e éticas aos objetos. Nas sociedades tradicionais, não há uma separação clara entre essas qualidades; assim, ao escolher uma árvore para se fazer uma canoa, por exemplo, não são considerados apenas seus aspectos físicos como tamanho e circunferência, mas também aspectos rituais que incluem valores estéticos e éticos. Nas sociedades modernas, as características não funcionais são apagadas durante a instrumentalização primária, e novas características estéticas e éticas são inseridas no processo de mediação. Nesse momento, são criados novos valores éticos para o objeto técnico, que recebem um empacotamento estético. Por exemplo, ao fim da construção de uma estante, pode-se usar um verniz para realçar a cor de madeira e atribuí-lo características como sustentável ou rústico.

O terceiro momento é o da vocação. Conforme o sujeito usa o objeto, ele sofre uma modificação no seu próprio ser, adquire certas competências e habilidades e recebe uma vocação. Nesse contexto, vocação deve ser entendida como uma tendência para uma profissão, e não como uma aptidão natural. Como exemplo, quando uma pessoa usa frequentemente um rifle para atirar em coelhos, ela vai adquirindo uma vocação de caçador. Dessa forma, sujeito e objeto se reintegram em um sistema interdependente.

Por fim, temos o quarto momento chamado de iniciativa. Esse momento representa o espaço de manobra que os sujeitos têm sobre o controle técnico. Quando as tecnologias são inseridas na sociedade, muitas vezes sofrem modificações por

parte dos usuários e passam a permitir usos para propósitos que não faziam parte da intenção inicial. Vários exemplos podem ser dados, principalmente na área da computação, em que indivíduos transformam sistemas concebidos para uso profissional em espaços de lazer e comunicação.

Pela ótica da teoria ator-rede (Latour, 2000), um artefato tecnológico também pode ser entendido como uma rede de articulações entre elementos humanos e não humanos. Para que um avião possa voar, é necessário articular diversos elementos como teorias mecânicas, aerodinâmica, desenvolvimento de novos materiais, aeroportos, empresas aéreas, financiamentos, etc. Da mesma maneira, a construção de um fato científico agrega diversos elementos heterogêneos como teorias, instrumentos científicos, financiamentos de pesquisa e laboratórios. Assim, para entender o processo de construção de tecnologias, é importante entender também o processo de construção da própria ciência.

Segundo Latour (2000), a neutralidade da ciência, tantas vezes apregoada, mostra um mito quando olhamos a fundo o processo de construção de “fatos científicos”, no qual o contexto e o conteúdo se fundem. Uma afirmação só se torna verdade ou fato quando muitos outros a assumem como tal, resolvendo as controvérsias existentes. Para que isso aconteça, diversos métodos são utilizados, de modo a convencer ou persuadir os leitores/ouvintes. Um dos métodos é o apagamento dos quadros de referências em algumas afirmações (modalidades positivas ou *positive modalities*). Nessas afirmações, todo o contexto é apagado, e o leitor as recebe como um fato incontestável. Além disso, os cientistas buscam apoiar-se em fatos já estabilizados, e a incorporação desses fatos em artefatos ou instrumentos científicos fortalece a transformação da afirmação em fato.

Latour (2000) também apresenta os laboratórios científicos como espaços construídos para “criar” fatos científicos. Esses laboratórios são constituídos por instrumentos (estruturas capazes de gerar elementos visuais para artigos científicos) que permitem enxergar a natureza, de forma a fazer “novas descobertas”. O primeiro problema é que esses instrumentos são consolidações de diversas caixas-pretas, o que sempre pode levar essas “descobertas” a serem questionadas, pois são resultado de um longo e complexo processo criado para tal fim. Outro problema é o de que, dessa forma, é necessário um alto investimento para criar laboratórios (quanto melhor o laboratório, mais caixas-pretas ele contém e mais caro ele é), reduzindo a pouquíssimas pessoas aqueles que podem fazer ciência nesse nível.

Como a natureza e os instrumentos científicos não falam, em última instância tem sempre alguém que fala por eles (Latour, 2000, p. 160-164). Desse modo, o autor (cientista), junto com todos os recursos contidos em seu laboratório, “fala” pela natureza; assim, a natureza, como nós a entendemos, não é nada mais que a consequência ou resultado de como os cientistas a definem. Depois que as controvérsias passam, esse processo é “apagado”, e a natureza é colocada apenas como o árbitro que resolveu as controvérsias.

Latour (2000) também apresenta as estratégias utilizadas pelos cientistas para ganhar mais aliados na construção do fato científico; porém, sem perder o controle e mantendo o crédito de autoria. Para isso, é necessário muitas vezes negociar objetivos e interesses com outros atores. Nesse sentido, a separação entre o trabalho “técnico” – do cientista – e o trabalho “administrativo/gerencial” é outro mito. Aqueles que se colocam como “puros” e que apenas fazem o trabalho “técnico/científico” só o fazem porque delegam para outros as tarefas “administrativas/gerenciais”. Assim, perdem o controle do resultado dessas negociações e ficam dependentes dos interesses que vêm associados aos recursos.

Para Latour (2000), a construção do conhecimento científico é um processo de diversas idas e voltas dos centros de pesquisa aos campos de estudo, em que a “situação” vai sendo dominada, controlada e colocada em um escala possível de ser visualizada por um homem. Esse é um dos motivos de o homem ocidental “endeusar” a ciência: ele busca controlar a natureza, as situações, e, para tanto, tem que ter todos os fatos móveis, estáveis e combináveis. Assim, ao longo do processo científico, vão combinando, consolidando informações para um desenho ou gráfico final, que seja cognitivamente inteligível para uma pessoa. É esse processo que permite todo tipo de agregação de heterogêneos, de interpretações e de transformações.

Latour (2000), através de sua teoria ator-rede, faz uma reflexão parecida com a instrumentalização de Feenberg para a ciência. O conceito de centrais de cálculo de Latour (2000, p. 349-420) tem muita similaridade com os dois primeiros momentos da instrumentalização primária: a descontextualização e o reducionismo. Assim, os elementos da natureza são retirados de sua origem e enviados para os laboratórios, onde, através de inúmeras experiências, são transformados em números que podem ser manipulados pelos cientistas.

Mas se as tecnologias não são neutras, que valores carregam e quem os define? Latour (2000, p. 276-284) reflete sobre como os cientistas e engenheiros, para desenvolver suas pesquisas e tecnologias, alinham-se com grupos muito mais poderosos e que têm recursos para financiá-los. Em sua pesquisa nos Estados Unidos, grande parte dos financiamentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) vinha da indústria. Em relação ao financiamento do governo, quase 70% dos gastos que iam para P&D destinavam-se a área de defesa (militar). Ou seja, valores dos financiadores, como competição, controle, dominação e vigilância, têm forte influência na P&D quando eles definem seus projetos.

Além disso, considerando que o objetivo de qualquer empresa é o lucro, quando essa financia um projeto de P&D, as variáveis e o escopo da pesquisa são definidos nesse sentido. Por exemplo, quando uma grande indústria financia um projeto de pesquisa para desenvolver novas tecnologias para suas fábricas, o principal critério para avaliar essas tecnologias será o aumento de produtividade que elas podem gerar, principalmente sob uma ótica financeira. Questões como impactos dessas

tecnologias nos trabalhadores e no meio ambiente, quando forem consideradas, serão variáveis secundárias.

Por fim, Latour (2000, p. 201-246) apresenta o conceito de mediação técnica como uma forma de explicar as relações de humanos com não humanos (objetos técnicos). Para isso, ele usa como exemplo o debate sobre se quem mata são os homens ou as armas. Segundo Latour (2000), tanto a pessoa que pega uma arma quanto a própria arma têm seus objetivos a priori, e o objetivo deste novo ator (homem com arma) se dará pela mediação entre os objetivos dos dois atores envolvidos. Para entender o objetivo do ator arma, teríamos que abrir sua caixa-preta e olhar toda a sua rede de articulações, todos os objetivos dos atores que faziam parte da rede de construção do fato. Assim, apesar de a arma ser um ator não humano, ela tem objetivos e proposições. Se uma pessoa tivesse o objetivo de se defender e para isso usasse um revólver, a chance de atingir o seu objetivo seria diferente da chance que teria se usasse um bastão ou uma arma de choque (*taser*). Mais ainda, a partir do momento em que essa pessoa passe a portar um revólver, haveria uma articulação entre esses dois atores, que geraria uma translação de significados (essa pessoa não seria mais a mesma, assim como o revólver).

Voltando ao Feenberg, o que ele traz de novo com sua teoria crítica da tecnologia é um diálogo entre: (i) uma abordagem essencialista da filosofia da tecnologia; (ii) uma abordagem materialista histórica dos valores que regem a construção de tecnologias; e (iii) os recentes estudos construtivistas da tecnologia. Essa perspectiva, sem perder uma visão crítica da realidade, abre portas para se pensar um novo processo de construção de tecnologias, com todas as dificuldades do atual contexto capitalista. Ela foge da falsa dicotomia sobre se devemos fortalecer uma luta específica da tecnologia ou se devemos travar uma luta maior contra o capitalismo (Feenberg, 2010d, p. 194-199), apontando que a luta pela democratização do processo de desenvolvimento e controle das tecnologias pode e deve ser feito em paralelo com diversas outras lutas, como o movimento feminista, racial, ecológico e a do modelo de sociedade e seu modo de produção.

A partir desse debate, não pretendemos ter um conceito preciso e único de tecnologia, mas como diz Álvaro Vieira Pinto, ter a clareza dos diversos sentidos apropriados para que possamos identificá-los nas diferentes situações em que o termo é empregado. Para dar prosseguimento a essa análise, é necessário discutir a construção do conceito de tecnologia social, assim como as disputas presentes em torno deste.

O CONCEITO DE TECNOLOGIA SOCIAL

A adjetivação “social” dada ao termo “tecnologia” já demonstra uma visão de que a tecnologia não é única, ou seja, outros adjetivos combinados ao nome trariam

outros significados. O conceito de tecnologia social (TS) parte de uma crítica à neutralidade da ciência e tecnologia, e sua construção tem em vista a necessidade de adequação da tecnologia vigente se quisermos construir uma sociedade com novas relações sociais de produção.

Esse conceito se opõe ao de tecnologia convencional (TC), que também poderíamos entender como tecnologia capitalista, por ser desenvolvida e utilizada pela empresa privada. A partir do conceito genérico que adotou, Dagnino (2009, p. 102) a entende como:

O resultado da ação do empresário sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade privada dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima uma coerção ideológica por meio do Estado) que ensejam, no ambiente produtivo, um controle (imposto e assimétrico) e uma cooperação (de tipo taylorista ou toyotista) permite uma modificação no produto gerado passível de ser por ele apropriada.

A construção do conceito de tecnologia social, entretanto, não parte apenas de elucbrações teóricas, mas tem sua gênese em práticas que buscaram opor-se à tecnologia convencional. Em um texto que busca explicar a formulação do conceito de TS, Dagnino, Brandão e Novaes (2004) conferem às ações promovidas por Gandhi, a favor das tecnologias tradicionais como forma de luta contra os teares britânicos, o *status* de berço do que passou a se chamar, no Ocidente, de tecnologia apropriada (TA).

Ao longo do século XX, esse conceito foi muito debatido e recebeu diversas contribuições como a do economista alemão Schumacher, que criou o conceito de tecnologia intermediária para designar as tecnologias adequadas aos países pobres pelo baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). As principais críticas ao conceito e ao movimento que esse conceito gerou devem-se ao fato de não prever a participação dos atores sociais interessados no processo de desenvolvimento tecnológico, além de atuar sempre nos interstícios do sistema dominante, não fazendo uma crítica contundente a este.

É com essa crítica que Dagnino, Brandão e Novaes (2004) delineiam o conceito de TS e a adequação sociotécnica como forma de operacionalizá-lo. Entendida mais como um processo e tendo uma perspectiva ideológica de rompimento com a TC, a TS deve privilegiar o envolvimento dos atores sociais interessados na sua concepção e, em última instância, prever a construção de um conhecimento científico-tecnológico novo. Como forma de distinguir as tecnologias sociais das tecnologias convencionais, Dagnino (2004) aponta algumas questões que podem ser sintetizadas pelo quadro comparativo a seguir.

Tabela 2 – Síntese da comparação entre TC e TS

TECNOLOGIA CONVENCIONAL (TC)	TECNOLOGIA SOCIAL (TS)
Segmentada: não permite controle do produtor direto	Orientada para a gestão coletiva ou promotora do controle coletivo
Maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada (mais poupadora de mão de obra do que seria conveniente)	Adaptada a pequeno tamanho físico e financeiro
Alienante: não utiliza a potencialidade do produtor direto (sua cadência de produção é dada pelas máquinas)	Liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto
Possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda	Orientada para o mercado interno de massa
Monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos (possui escalas ótimas de produção sempre crescentes)	Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas
Hierarquizada: demanda a figura do proprietário, do chefe, etc. (possui controles coercitivos que diminuem a produtividade)	Não discriminatória (patrão <i>versus</i> empregado)
Ambientalmente insustentável (intensiva em insumos sintéticos)	Uso de matéria-prima local, de forma sustentável

Fonte: Dagnino; Brandão; Novaes (2004).

A tabela 2 contém questões importantes para diferenciar a TS da TC. Talvez um dos pontos mais importantes seja a questão do controle. Muitas vezes, por mais participativa que seja a metodologia para desenvolver uma TC, há uma distinção entre o que é chamado de cliente e o que se entende como usuário; em outras palavras, entre quem é dono da tecnologia (e tem a palavra final nas decisões) e quem não é. Nesse sentido, a TC é um instrumento para dominação do usuário por aquele que detém a tecnologia.

Outra questão fundamental é o custo, que deriva da especialização para que a tecnologia seja voltada especificamente para um problema: o de quem paga. O desenvolvimento de tecnologias por meio de outras lógicas, como é o caso das tecnologias livres e do software livre, mostra outro caminho possível. Nessa perspectiva, não há um demandante específico e busca-se desenvolver uma solução que atenda à maior quantidade de pessoas possíveis, como será visto no tópico a seguir.

As TS ainda estão muito mais em um plano teórico do que concreto. Isso se dá pela dificuldade de conceber essas tecnologias dentro de um ambiente e de uma lógica diferentes daquela que pretendemos construir. Para isso, precisamos construir todo um conhecimento diferente daquele já concebido. Nesse sentido, um caminho proposto por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) são as sete modalidades de adequação sociotécnica (AST), a seguir na tabela 3.

Tabela 3 – Modalidades de adequação sociotécnica

USO	O simples uso da tecnologia com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado.
APROPRIAÇÃO	Concebida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção, implica uma ampliação do conhecimento por parte do trabalhador dos aspectos produtivos, gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.
REVITALIZAÇÃO	Revitalização ou repotencialização das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e revitalização do maquinário.
AJUSTE DO PROCESSO DE TRABALHO	Implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (preexistentes ou convencionais), o questionamento da divisão técnica do trabalho e a adoção progressiva do controle operário (autogestão).
ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS	Necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente dessa modalidade é a busca e a seleção de tecnologias existentes.
INCORPORAÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EXISTENTE	Resulta do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas, o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção para satisfazer as demandas por AST. Atividades associadas a essa modalidade são processos de inovação de tipo incremental.
INCORPORAÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO NOVO	Resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas por AST. Atividades associadas a essa modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de P&D ou universidades e que implicam a exploração da fronteira do conhecimento.

Fonte: Dagnino; Brandão; Novaes (2004).

Essas modalidades (tabela 3) têm algumas interseções e devem ser usadas muito mais como um esquema para pensar a construção de algo novo do que como formas em que se deve encaixar cada experiência. A ideia é a de que essa reflexão facilite o processo de desconstrução das TC e da reconstrução dessas, incluindo outros critérios (alternativos aos técnico-econômicos), reprojetoando-as, assim, na direção das TS.

Embora Pinto refute o alarmismo nos que veem a tecnologia como responsável pelos males de nossa sociedade, seu pensamento tem interseções com os desses pesquisadores, como podemos observar no trecho abaixo em que fala da crença da espontaneidade da máquina:

O engano, esterilizador de todas as reflexões ulteriores, consiste, mesmo não sendo dito ou pensado explicitamente, em julgar a máquina um objeto físico existente por si, e não ver nela um artefato no qual está incluída necessariamente a referência a um autor, que a concebeu primariamente em ideia e a seguir a realizou em forma de estrutura material. (Pinto, 2005, p. 73)

Entendendo ser a TS uma contraposição à TC, portanto ao sistema que a engendra e ao mesmo tempo que é por ela engendrado, os autores citados nesta seção partem de uma perspectiva de ruptura com a tecnologia capitalista e por isso aproximam-se, criticamente, do movimento de economia solidária, por entender que as práticas de autogestão devem ir para além da apropriação dos meios de produção, incorporando conhecimento científico-tecnológico novo, tanto do ponto de vista da organização do trabalho, que Novaes (2007) chama de *orgware*, como na repartição dos excedentes – *softwares* – e na aquisição de maquinário – *hardware*.

A REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL E AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE TS

Antes de entrar na discussão inicialmente proposta, pretendemos tecer breves comentários sobre a Rede de Tecnologia Social (RTS), composta hoje por mais de setecentas instituições interessadas em discutir e desenvolver TS. Segundo Rutkowsky (2005, p. 198), a RTS surgiu em 2004 a partir de uma articulação entre agentes governamentais e não governamentais com o intuito de “agregar sinergias e esforços para alargar e melhorar a atuação de cada um no campo social”.

Com propostas de organizar um banco de dados com as tecnologias sociais existentes e financiar projetos prioritários discutidos no âmbito da rede, esta surge com o apoio dos teóricos citados na sessão anterior, que questionavam não só a tecnologia convencional como o sistema capitalista de produção.

A partir da participação no 2º Fórum Nacional da RTS e II Conferência Internacional de TS, pudemos elaborar algumas hipóteses sobre o funcionamento da rede. A articulação de diversos setores da sociedade, abrangendo setores governamentais, universidades, ONGs e a iniciativa privada, ao mesmo tempo que garante uma visibilidade maior do tema e, conseqüentemente, um maior investimento nas iniciativas de TS, gera um conflito com a perspectiva inicial de embate colocada pelos teóricos da TS.

A definição hoje utilizada pela rede é de que tecnologia social “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”.² No entanto, percebemos, nos eventos supracitados, que não há um consenso entre os participantes da rede sobre o que significa transformação social.

Há os que entendem transformação como inclusão e há os que pensam em um novo projeto de sociedade. A partir dessa divergência, surgem as polarizações sobre o conceito. Para os primeiros, um dessalinizador de água, por exemplo, inclui diver-

² RTS. Disponível em: <www.rts.org.br>. Acesso em: 1º jan. 2010.

sas pessoas do semiárido, sendo, portanto, uma TS da maior relevância. Para os segundos – minoria –, é necessário que no processo de produção desse dessalinizador não seja gerado lucro para um capitalista, e sim um excedente que deve ser compartilhado pelo grupo produtor. Na primeira visão, está a solução de problemas específicos, uma forma de adaptação da tecnologia, em geral, voltada para grandes empresas, a resolver problemas da sociedade. Na segunda visão, encontra-se a crença de que um novo projeto de sociedade deve estar vinculado à produção de TS.

A concepção predominante no âmbito da rede deve-se à variedade de instituições e interesses que a compõem, o que faz com que, em vez de explicitar os conflitos existentes dos pontos de vista conceitual e ideológico – o que seria o papel importante de uma rede –, ignore-os, ao mesmo tempo que ganham força os elos mais fortes da disputa, que são, em geral, os que possuem maiores recursos financeiros. A composição do comitê coordenador da rede indica que há assimetrias dentro dela, por mais que se proponha horizontal: segundo informações do site da rede, o comitê é formado pelas mantenedoras, ou seja, quem possui os recursos financeiros, além de cinco instituições convidadas pelas mantenedoras.

Além das duas visões encontradas no âmbito da RTS – a da inclusão e de transformação social –, encontramos na pesquisa uma terceira visão, a dos que se apropriam do conceito e utilizam o que, em sua gênese, era uma crítica ao sistema capitalista, para promover ações de responsabilidade social empresarial. Em um edital para financiar projetos de tecnologia social, a empresa telefônica Oi define TS como “produtos, técnicas e/ou metodologias sustentáveis e replicáveis, desenvolvidas em diálogo com a comunidade e que gerem resultados efetivos de desenvolvimento social” (Henriques, 2013).

É curioso reparar que o edital da Oi parte do conceito utilizado pela RTS, inclui o termo sustentabilidade e substitui transformação social por desenvolvimento social. Essa intrigante mudança, certamente, não é casual, e a (des)apropriação do conceito pela tecnologia capitalista ocorre, supostamente, porque a falta de convergência em torno da necessidade de um novo projeto de sociedade fragiliza a construção de um campo teórico forte, capaz de se contrapor à tecnologia convencional.

Ao explicitar as disputas em torno do conceito de tecnologia social, temos a intenção de nos posicionar com relação à necessidade de incorporar na teoria e prática de TS a crítica ao sistema capitalista, sob o risco de não avançarmos com relação ao movimento de tecnologia apropriada. Sem a perspectiva de ruptura com o sistema, as propostas de inclusão³ não serão transformadoras, significando apenas a inclusão num sistema excludente.

³ Em geral, muito relevantes, como é o caso citado do dessalinizador de água do semiárido; dos aquecedores solares de baixo custo; dos programas voltados para agricultura familiar; dos projetos de construção de cisternas no sertão; entre outros.

REFLEXÕES PARA A PRÁTICA DA EXTENSÃO EM ÁREAS TECNOLÓGICAS

Este capítulo objetiva fazer uma revisão de nossa prática extensionista no Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) e, para tanto, retomaremos a questão inicialmente colocada: como a reflexão teórica acerca da tecnologia pode orientar melhor as metodologias de ação de um núcleo de ensino, pesquisa e extensão oriundo da engenharia?

Em primeiro lugar, cabe ressaltar a nossa origem na engenharia de produção. Embora não seja usual a prática de extensão universitária⁴ pelas áreas tecnológicas, ao longo de dez anos de atuação, há uma grande demanda de projetos sociais por trabalhos de engenharia: assessoria técnica aos empreendimentos de economia solidária; desenvolvimento de tecnologias da informação para grupos populares; desenvolvimento de energias alternativas para comunidades isoladas; entre outras.

A atuação, tendo como referencial teórico a tecnologia social, exige, entretanto, que as áreas tecnológicas dialoguem com outras áreas de conhecimento, como, por exemplo, a sociologia, a pedagogia, a história e a geografia, a fim de buscar a participação dos atores envolvidos nos projetos na concepção tecnológica e garantir que os mesmos sejam pensados a partir de uma visão crítica ao modo de produção vigente.

No entanto, essa interdisciplinaridade exige uma mudança cultural que julgamos não termos alcançado ainda. Embora nossos projetos sejam multidisciplinares, com a presença de profissionais de diversas áreas, ainda notamos que acontece o que o Álvaro Vieira Pinto (2005) critica, ao afirmar que os técnicos praticantes não se debruçam no estudo teórico da técnica. No nosso caso, alguns dos engenheiros que passaram a pensar a tecnologia de forma crítica, distanciaram-se, em alguma medida, da chamada “tecnologia hard”. E muito embora queiramos mudar esse caráter duro da tecnologia, faz-se necessário apropriar-se dela, para que a adequação sociotécnica se concretize.

Temos exemplos de projetos, como é o caso de assessoria a uma fábrica recuperada, em que, quando precisamos lidar com tecnologias que desconhecíamos, conseguimos agregar profissionais e estudantes sensibilizados pela causa de um projeto social, mas não pela necessidade de reformulação dos valores subjacentes às técnicas adotadas. Com isso, julgamos que devemos caminhar no sentido de aproximarmos-nos da prática da técnica e aproximar os profissionais e estudantes que

⁴ Aqui falamos das atividades de extensão que interagem com as classes populares, e não das consultorias pagas voltadas para grandes empresas, que, a nosso ver, não devem ser enquadradas como atividades de extensão.

se juntam ao núcleo da reflexão crítica sobre o modo de produção capitalista e as tecnologias por e para ele desenvolvidas.

Uma segunda reflexão que nos coloca, de certa forma, numa situação paradoxal, refere-se ao fato da adequação sociotécnica, tal como preconizada na teoria, não ser uma reivindicação dos grupos populares para os quais são idealizadas. Como exemplo, temos o caso da assessoria à fábrica recuperada. Por dois anos, atuamos como assessores de uma fábrica que funciona há quinze anos sem a presença de um patrão. Iniciamos o projeto com a proposta de rever as tecnologias de gestão da fábrica com o intuito de fortalecer o processo de autogestão do empreendimento. Com cerca de oito meses de trabalho, deparamos-nos com uma grande redução na participação dos trabalhadores e, ao avaliarmos o processo junto com eles, chegamos à conclusão de que a demanda principal do grupo era a de reorganização do processo produtivo nos moldes capitalistas, ou seja, no único modelo que conheciam de experiências pretéritas.

Por mais frustrante que tenha sido para nós, que também somos atores do processo, iniciamos o diálogo com estudantes de um grupo de pesquisa que realiza consultorias para grandes empresas, e a assessoria continuou por mais um ano. Uma avaliação feita um ano após o fim do projeto constatou que houve aumento de produtividade, aumento de vendas e, conseqüentemente, aumento das retiradas dos trabalhadores. Não conseguimos, entretanto, rever as tecnologias de gestão tradicionais, tal como nos propusemos no início do projeto.

Essa experiência e a observação em diversos espaços de formação voltados para grupos de economia solidária nos leva a acreditar que a tecnologia social, enquanto contestadora do modo de produção capitalista, não é uma demanda dos empreendimentos populares. Ou seja, há uma distância grande entre os anseios de quem teoriza sobre tecnologia social e o público com o qual elas seriam supostamente desenvolvidas.

Mas há pontos de interseção entre esses atores? Quais seriam?

Embora não concordemos com a ideia de que as tecnologias sociais devam ser sempre de baixo custo, acreditamos ser esse um ponto de interseção importante, que deve ser refletido. Os empreendimentos de economia solidária possuem, em sua maioria, rendas baixíssimas, o que os impossibilita de acessar as tecnologias convencionais. Em muitos casos, tecnologias sociais de baixo custo são a única saída. Não queremos dizer aqui que a concepção de TS não deva estar presente em grandes projetos tecnológicos, pois não acreditamos que uma transformação real do modo de produção possa acontecer sem disputar o modelo tecnológico hegemônico; entretanto, a dimensão de baixo custo deve ser valorizada para trabalharmos com os empreendimentos de economia solidária.

É necessário que as tecnologias desenvolvidas para o trabalho coletivo devam considerar possibilidades de aumento de produtividade das atividades cooperativas. Ao invés das vantagens competitivas, devem valorizar as vantagens cooperati-

vas que podem ser estimuladas pelas tecnologias sociais (TS). Essa visão pragmática considera que o motivo determinante para associação de trabalhadores é a necessidade econômica.

Não defendemos nesse capítulo que nós, pesquisadores extensionistas, devamos desconsiderar os motivadores políticos e ideológicos que nos impele para ação junto aos grupos populares. Como não temos neutralidade nas atividades que realizamos, é necessário também trabalhar para estimular o desenvolvimento e utilização de TS. Entretanto, para conseguirmos dialogar com os usuários das tecnologias sociais, é imprescindível considerar o determinante econômico que faz com que os trabalhadores se associem. Nossos métodos devem, portanto, levar em conta esse fator.

Uma última reflexão refere-se à abrangência dos conceitos de técnica e tecnologia. Um consenso entre os autores estudados é que estes não se restrinjam aos artefatos, pois consideram as tecnologias de gestão e tecnologias organizacionais. Outro aspecto que parece ser convergente refere-se ao caráter científico dado ao conceito de tecnologia, sendo que, por vezes, busca-se igualar os dois conceitos com o objetivo de conferir a determinadas técnicas uma “aura” científica. Uma problematização dessa questão prescindiria de uma discussão sobre o que é ciência, que foge aos objetivos deste capítulo.

O aspecto, entretanto, que parece gerar mais questionamentos refere-se à vinculação do conceito de tecnologia ao ambiente de produção. Enquanto para alguns autores, tecnologia se refere unicamente aos processos que visam controlar as atividades produtivas, outros possuem uma visão mais ampliada do conceito, considerando, como tecnologia social, por exemplo, a incubação de empreendimentos econômicos solidários e os métodos pedagógicos que prezam pela dialogicidade.

Não temos, por ora, uma visão fechada sobre essa questão; apenas gostaríamos de problematizar sobre as distintas consequências das diferentes abordagens. A que é mais abrangente corre o risco de tirar o foco das mudanças que necessitam ser realizadas no ambiente produtivo para uma efetiva mudança do modo capitalista de produção? A visão mais restrita incorre na mesma ideologização da tecnologia criticada por Álvaro Vieira Pinto? A ampliação da abrangência sobre o que é considerado tecnologia deve-se à existência de editais públicos que crescem por conta do trabalho da RTS para financiamento de tecnologias sociais?

Sem ter uma resposta para essas questões, julgamos importante explicitá-las, uma vez que suas respostas podem ser úteis para adoção de metodologias de projetos de extensão na área tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste capítulo, em que pudemos revisar e problematizar os conceitos de técnica, tecnologia e tecnologia social, refletimos sobre a nossa prática extensio-

nista, com objetivo de aprimorá-la de acordo com o conceito de TS com o qual nos identificamos.

No sentido de ampliar a participação dos atores envolvidos⁵ na concepção tecnológica e no engajamento crítico ao sistema capitalista, necessitamos rumar a uma efetiva interdisciplinaridade, fazendo com que os praticantes da técnica passem a refletir sobre a mesma, e quem se ocupa da epistemologia da técnica possa aproximar-se da prática. Esse processo necessariamente passa pelo trabalho coletivo e interativo de profissionais e estudantes de áreas de conhecimento diversas. Esse é um esforço de aprendizado que necessita romper com enormes barreiras culturais. Embora trabalhemos há dez anos com essa perspectiva, ainda há muito caminho a ser trilhado.

A análise feita neste capítulo também sugere que a conceituação e desenvolvimento de tecnologias sociais necessitam se aproximar mais da realidade dos empreendimentos econômicos solidários. Considerando que esse é o público principal que utilizará essa tecnologia, é necessário considerar os seus anseios e motivações principais para a associação dos trabalhadores. Com isso, devemos buscar evitar a ideologização da própria tecnologia social, sem deixarmos de considerar que, enquanto pesquisadores extensionistas, também somos atores desse processo com anseios e motivos, que devem dialogar com os desejos dos grupos com os quais trabalhamos.

Na prática, isso significa, por exemplo, que as assessorias aos empreendimentos solidários necessitam considerar a necessidade de evitar a pausa no processo produtivo; as tecnologias desenvolvidas devem levar em conta a inexistência de capital para aquisição de equipamentos de alto custo; e a grande necessidade de aprimoramento de produtividade, diante de uma concorrência desleal. Por fim, as questões apresentadas neste texto buscam estabelecer um diálogo com outros pesquisadores sobre a temática que tenha como norte a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BAZZO, Walter; VON LINSINGEN, Irlan; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. *Introdução aos estudos CTS (ciência, tecnologia e sociedade)*. Madri: Cadernos de Ibero-América – OEI, 2003.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: LASSANCE Jr. et al. *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

⁵ Aqui, leiam-se como atores grupos populares e os pesquisadores extensionistas.

_____. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia In: _____. *Tecnologia social: uma ferramenta para construir uma outra sociedade*. Campinas: IG/Unicamp, 2009, p. 73-113.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. *Tecnologia social – Uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15-64.

FEENBERG, A. *Critical theory of technology*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

_____. (org.). *Alternative modernity: The technical turn in philosophy and social theory*. Califórnia: University of California Press, 1995.

_____. *Questioning technology*. Routledge, 1999.

_____. *Transforming technology: a critical theory revisited*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. O que é a filosofia da tecnologia? In: NEDER, R. T. *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010a.

_____. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, R. T. *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010b.

_____. Teoria crítica da tecnologia: um panorama. In: NEDER, R. T. *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010c.

_____. Precisamos de uma teoria crítica da tecnologia? (resposta a Tyler Veak). In: NEDER, R. T. *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010d.

_____. Do essencialismo ao construtivismo – A filosofia da tecnologia em uma encruzilhada. In: NEDER, R. T. *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010e.

HENRIQUES, Flávio Chedid. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de

Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LATOURE, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARQUES, Ivan da Costa. Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, p. 13-25.

NOVAES, Henrique Tahan. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RUTKOWSKY, Jaqueline. *Redes de tecnologia social: pode a tecnologia gerar desenvolvimento social?* In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, p. 109-121.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios da administração científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

THIOLLENT, M. Crítica da racionalidade e reavaliação de tecnologia. *Educação & Sociedade*, n. 2, Rio de Janeiro, p. 7, 1980.

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *Tecnologia social, autogestão e economia solidária*. Rio de Janeiro: Fase/ Ippur/UFRJ, 2009.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

O caso da Cooperativa Eita¹

Alan Freihof Tygel

Quinta-feira, 10 de abril de 2014, 13h31, sala de informática de uma escola técnica na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Nas cadeiras de espera, fora dos computadores, quatro senhoras aguardam o início da aula. São rendeiras, bordadeiras, artesãs, pintoras, mas, sobretudo, mulheres que constroem o movimento social da economia solidária. Cada uma delas se organiza em um ou mais empreendimento autogestionário, e juntas, geram sua renda trabalhando, de forma solitária ou coletiva, mas sempre solidária. Comercializam o fruto de seu trabalho em feiras organizadas em praças, eventos, universidades e onde mais houver oportunidade.

Enquanto aguardam a chegada dos formadores, conversam sobre a vida, os problemas enfrentados no dia a dia, o trânsito, o cansaço, e mais trânsito. Todas moram em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, e levam de duas a três horas para chegar ao centro da cidade. As dificuldades da organização do movimento de economia solidária, por meio de seus fóruns regionais, estadual e nacional também entram na roda de conversa.

Passados dez minutos, chegam mais alguns formadores, e outras mulheres trabalhadoras da economia solidária. Finalmente, a turma se completa com nove senhoras, um jovem e um homem de meia-idade.

No momento inicial de apresentação, histórias. Surge o fantasma da informática. “Sou semianalfabeta nos computadores”, diz uma. “Quando mexo em alguma coisa,

¹ Este capítulo não poderia ser escrito sem as contribuições da Maria Luiza Machado Campos, orientadora da minha tese de doutorado, e das companheiras e companheiros da Eita: Rosana Kirsch, Fernanda Nagem, André Luis Monteiro, Bráulio Oliveira, Daniel Tygel, Pedro Jatobá e Vinicius Brand.

tudo dá errado!”, profetiza outra. “Sei mexer uma coisinha aqui, outra lá”, responde uma terceira, mais otimista.

Em comum, a insegurança em relação à tecnologia, que pode ser explicada por sua idade, pela condição social, pelo nível de estudo, e pela presença dos “professores” que trarão o conhecimento para elas. Ao mesmo tempo, comungam da crença (esperança? certeza?) de que aquelas tecnologias que ali seriam apresentadas poderiam trazer respostas objetivas a questões candentes em suas organizações, principalmente relativas à comunicação e aos canais de comercialização virtuais, que poderiam aumentar suas possibilidades de vendas.

A atividade desenvolvida nesse espaço, com estes atores, foi uma oficina para uso do Cirandas.² Este sistema foi desenvolvido especialmente para o movimento de economia solidária, com o objetivo de ser uma rede social e econômica. Rede social para potencializar os fluxos de comunicação, de saberes, de práticas e, sobretudo, de identidades, e que pudesse, no mundo virtual, reunir militantes de um movimento real que se espalham por todo Brasil e, em grande parte, fora dos grandes centros, no meio rural. Rede econômica porque, na economia solidária, a atividade militante se dá através do trabalho coletivo, e o Cirandas se propõe a ser um canal de comercialização adequado aos contextos de regionalidades, comércio justo, sustentabilidade, entre outros.

Durante cerca de quatro horas, as senhoras trabalhadoras da economia solidária se sentaram em frente aos computadores e tiveram a ajuda de alguns formadores – homens, com nível superior de estudos, moradores das regiões centrais da cidade – para se cadastrar no Cirandas, ativar seus empreendimentos, inserir produtos e adicionar fotos.

Ao final, na avaliação, muitos agradecimentos, o reconhecimento da importância de se apropriar do Cirandas, ao mesmo tempo em que assumem as dificuldades no uso da ferramenta. Não faltaram palavras de perseverança, motivação renovada e esforços redobrados para fazer exercícios em casa. Foi solicitada, e prontamente atendida, a realização de mais uma formação para que se pudesse finalizar o trabalho proposto.

A partir do que foi descrito, é possível desenvolver uma série de questionamentos e reflexões acerca do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) por movimentos sociais do campo popular. Neste capítulo, pretendemos abordar apenas alguns deles, sem pretensão de estabelecer respostas objetivas. Não que elas não sejam necessárias. Na realidade, andam em falta nos dias atuais. Infelizmente, pelo fato de as investigações estarem em curso, ainda não é possível chegar a tanto.

² Sistema de Informações da Economia Solidária. Disponível em: <www.cirandas.net>. Acesso em: 14 maio 2015.

Algumas das reflexões presentes aqui fazem parte do desenvolvimento de uma tese de doutorado cujo título provisório é “Uso e publicação de dados por movimentos sociais”. Trata-se do estudo de um aspecto mais específico da relação entre movimentos sociais e as TICs – uso e publicação de dados – mas que, de forma geral, se debruça sobre diversas questões pertinentes neste texto.

Outra ressalva é em relação ao compartimento do saber, de onde saem as ideias aqui postas. Não queremos endossar as separações entre as ciências exatas e humanas, como se umas fossem inexatas, e as outras, inumanas. No entanto, queiramos nós ou não, as diferenças entre elas existem, e a maioria da bibliografia até o momento coletada vem do campo das ciências sociais. Por isso, pode-se indicar que aqueles que teorizam sobre a tecnologia não a praticam; pior, aqueles que a praticam o fazem sem reflexão, como ressalta o filósofo Álvaro Vieira Pinto (2005).

No caso deste capítulo e, de forma geral, da pesquisa maior em que ele está inserido, a proposta é que a reflexão seja feita a partir do campo da informática. Este ponto de vista traz consigo uma forte responsabilidade, que é a realização dialética da prática que gera a teoria e que, por sua vez, gera uma prática melhorada.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira traz algumas reflexões sobre as relações entre as TICs e os movimentos sociais, a partir de apontamentos teóricos e da prática cotidiana. Abordaremos questões como a necessidade ou não de desenvolvimento de TICs específicas, as consequências do uso das TICs para fins contra-hegemônicos, os movimentos sociais na era da vigilância em massa, as possibilidades do debate sobre TICs dentro das organizações, e uma revisão bibliográfica sobre novas formas de atuação dos movimentos sociais a partir das TICs.

A segunda parte do capítulo procura descer do mundo das ideias para a realidade da prática. Para tanto, utilizaremos o caso da Cooperativa Eita (Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão), um empreendimento de economia solidária, autogestionário, cujo foco é o desenvolvimento de TICs para movimentos sociais.

Este caso será utilizado para ilustrar tanto as possibilidades da organização de trabalhadores/as para desenvolver TICs para movimentos sociais, quanto alguns exemplos de TICs desenvolvidas no âmbito da cooperativa.

Voltemos à sala de informática da escola técnica na zona norte do Rio de Janeiro. Um estudante de dezesseis anos que ali entrasse, desavisado, poderia se espantar com o perfil das senhoras usuárias dos computadores. Chamaria sua atenção a dificuldade delas frente aos computadores e a dos formadores em lidar com elas. Ao focar os olhos na tela, e perceber, num rápido relance, que o que estava sendo feito poderia, com maior agilidade, ser feito pela rede social usada por todos os adolescentes, ele indagaria:

“Tia, porque tu num usa o ‘Feice’?”

Em outras palavras: “Senhora trabalhadora militante de um movimento social, por que utilizar um sistema feito dentro da economia solidária para a economia

solidária, cujo investimento difere em, no mínimo, três casas decimais em relação a outro sistema mais simples de usar, em que praticamente qualquer pessoa pode ajudar e pode fazer quase as mesmas coisas que a senhora conseguirá fazer com este tal de Cirandas? Por que usar um sistema que, desde sua concepção, leva em conta preceitos de autogestão, solidariedade, cooperativismo, transparência, participação, sustentabilidade, em vez de usar um outro cuja finalidade é ser lucrativo para seus sócios?”

Do ponto de vista do desenvolvedor, a pergunta poderia ser traduzida por: “Por que desenvolver uma tecnologia específica para um movimento social, ou de forma mais ampla, quais são as especificidades que levam à necessidade da construção de uma tecnologia específica para grupos que se organizam a fim de contestar algum aspecto da ordem estabelecida ou mesmo a própria ordem?”

A senhora interromperia o trabalho no momento em que estava escolhendo a categoria do produto que iria cadastrar na página do seu empreendimento solidário. Seu olhar inseguro à frente do computador se transformaria num semblante tranquilo quando inicia sua resposta ao jovem: “Meu filho, eu também uso o Facebook, com ajuda dos meus netos. Mas o Cirandas é diferente, porque ele foi construído pela gente. É nele que eu possuo um site para o meu empreendimento, porque ele é reconhecido pelo movimento como, de fato, um local onde se pratica economia solidária. O Cirandas permite que eu cadastre meus produtos utilizando qualidades que são da economia solidária, como ‘Produto da Reforma Agrária’, ‘Conhecimento Livre’, ‘Comércio Justo e Solidário’, e vários outros. Ele permite também que eu divulgue meu preço aberto, dizendo para os meus clientes quanto do preço final é devido ao trabalho, às matérias-primas, aos impostos e custos fixos. Além disso, quando algo não me agrada no Cirandas, eu sei com quem posso conversar, pois ele é feito por pessoas que participam do nosso movimento e compartilham da nossa visão de mundo.”

Esta visão parte do princípio de que nos movimentos sociais existem especificidades que levam este público a ter necessidades que não serão atendidas por outros sistemas. Os sistemas convencionais, além de não atenderem suas demandas, moldam ou modulam o comportamento dos usuários, de modo que, ao invés da tecnologia se adaptar o usuário, é ele quem se adapta à tecnologia, que diz como ele deve se comportar.

TICS E MOVIMENTOS SOCIAIS:

É NECESSÁRIO CONSTRUIR ALGO NOVO?

O discurso construído dentro do campo da chamada tecnologia social defende que, caso tenhamos em mente uma mudança de estrutura da sociedade, devemos construir também outra tecnologia sobre alicerces da solidariedade, da cooperação e

da igualdade social. Qualquer tecnologia construída nos braços do sistema capitalista traria consigo suas marcas, notadamente a hierarquia, a alienação, o monopólio, enfim, a exploração do homem pelo homem, do trabalhador proprietário da sua força de trabalho pelo burguês proprietário dos meios de produção (Dagnino, 2004).

De fato, se pudermos analisar um clássico Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Sige), iremos notar nele todas as características do sistema capitalista de produção, sobretudo porque são sistemas voltados, exatamente, para gerenciar a produção dentro do sistema capitalista.

Dentro de um Sige, a hierarquia implementada reflete a organização de uma empresa. Trabalhadores de nível mais baixo têm acesso a um conjunto limitado de informações, e a cada nível que se sobe na hierarquia, é possível acessar mais informações. Além de cristalizar a organização hierárquica da empresa, esse tipo de sistema implementa ainda a alienação do trabalhador: aqueles que se encontram na ponta não têm informações suficientes para compreender o funcionamento do todo e não podem, assim, se apropriar do processo de produção. Eles são os apertadores de parafusos dos tempos modernos.

Quem costuma frequentar supermercados já deve ter reparado um procedimento peculiar realizado pelas operadoras de caixa, na maioria das vezes mulheres, que passam horas sentadas na mesma posição em cadeiras nada ergonômicas. Quando algum produto precisa ser cancelado, a própria operadora não tem autonomia para fazê-lo sozinha. É necessário chamar um coordenador – em sua maioria homens – que digita uma senha e autoriza o cancelamento. Além da hierarquia, esse exemplo mostra outro aspecto das tecnologias convencionais: o controle dos padrões sobre os empregados. A tecnologia, em vez de ser usada para aumentar o bem-estar da sociedade, atua como ferramenta de controle.

Imaginemos que, do dia para a noite, todas as grandes empresas fossem socializadas e passassem a ser geridas de forma coletiva pelos trabalhadores. Não haveria mais patrão nem empregado, e todos dividiriam de forma justa e igualitária o fruto do trabalho. A mudança, no entanto, foi tão abrupta que não houve tempo (talvez nem profissionais capacitados!) para desenvolver um novo sistema de informações adequado à nova lógica de organização do trabalho. As consequências do uso do Sige tradicional numa empresa autogestionária seriam tenebrosas.

Qual seria então a solução para uma sociedade que desejasse mudar seu modo de produção? Jogar toda a tecnologia desenvolvida na lata de lixo e construir um novo arcabouço tecnológico do zero? Não haveria possibilidade de um meio termo: uma solução intermediária que pudesse aproveitar algo do velho, para, sobre ele, construir o novo?

É disso que se trata o conceito de adequação sociotécnica (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). Entre os extremos da tecnologia convencional e social, seria possível construir diversos níveis de adequação das tecnologias que passam de um lado

para o outro de forma gradual. Esta adequação pode caminhar desde o simples uso das tecnologias convencionais, contanto que se reparta o produto final gerado pelo trabalho, passando por um ganho no conhecimento do processo produtivo, por parte dos(as) trabalhadores(as), passando por ajustes no processo de trabalho e incorporação de conhecimentos existentes e finalmente chegando a outro patamar da tecnologia social, em que são incorporadas tecnologias advindas do conhecimento novo desenvolvido especialmente para aquele modo de trabalho. Essa forma de entender a transição da tecnologia é muito mais palatável, pois trata de forma mais concreta de um caminho de transição, mais que dois polos estanques.

Finalmente, existe uma terceira abordagem, que trata da subversão do uso das tecnologias: a cultura hacker. A partir do pensamento hacker, seria possível subverter a lógica das tecnologias e usá-las em sentido oposto. O exemplo clássico é o caso da licença copyleft, que usou a mesma racionalidade das licenças de copyright, as quais resguardam a propriedade intelectual, para criar um instrumento jurídico que garanta a propriedade intelectual livre.

A ideia seria então “hackear” as tecnologias convencionais existentes: “Nesse sentido, o verbo ‘hackear’ deve ser entendido como ‘reconfigurar’, explorar novas características, ir além do que os protocolos delimitaram, buscar a superação do controle” (Silveira, 2010).

O hacker entende que um sistema de informação pode ser utilizado de formas não previstas originalmente pelos seus desenvolvedores. Voltando ao Sige, uma cooperativa poderia utilizar o mesmo sistema, designar todos os trabalhadores – independente da sua função – como usuários com máximos poderes e, assim, “hackear” para torná-lo, pelo menos, igualitário.

Após um passeio por alguns conceitos – tecnologia social, adequação sociotécnica e cultura hacker – nada melhor que voltar ao mundo concreto para alimentar a reflexão. Consideremos o Cirandas um modelo de tecnologia social, e o Facebook como oposto no marco da tecnologia convencional. Ficaríamos então com as opções:

- utilizar apenas o Cirandas para organização do movimento de economia solidária;
- “hackear” o Facebook para que possa ser usado a favor da economia solidária, ainda que todas as informações sejam entregues de bandeja aos proprietários desta plataforma;
- desenvolver algum tipo de integração entre as duas plataformas, reconhecendo vantagens e desvantagens em cada uma delas.
- a Cooperativa Eita, responsável técnica pela manutenção do Cirandas, lançou recentemente uma consulta *on-line* para os usuários do sistema com as seguintes questões: Você acha importante integrar o Cirandas com o Facebook? Você contribuiria para integrar o Cirandas com o Facebook? Com qual valor?

Os resultados são mostrados nas tabelas a seguir:

VOCÊ ACHA IMPORTANTE INTEGRAR O CIRANDAS COM O FACEBOOK?		
Resposta	Percentual	Total
Não	6,16%	45
Um pouco	11,22%	82
Bastante	22,16%	162
Sim, muito	60,47%	443
Total	100%	731

VOCÊ CONTRIBUIRIA PARA INTEGRAR O CIRANDAS COM O FACEBOOK? COM QUAL VALOR?		
Resposta	Percentual	Total
Sim: só mobilização	51,30%	375
Sim: até R\$ 20	20,25%	148
Sim: até R\$ 30	9,30%	68
Sim: até R\$ 100	4,24%	31
Sim: R\$ 250 (com prêmio)	1,23%	9
Não	13,68%	100
Total	100%	731

O resultado apresentado na primeira tabela é claro: mesmo que haja um reconhecimento de que o Facebook não é uma tecnologia feita nem pela e nem para a economia solidária, a maioria das pessoas considera importante que o sistema feito pela e para a economia solidária possua ferramentas de integração com o Facebook. Podemos especular que isso decorre do fato de que a maior parte desses usuários também usa o Facebook e reconhece nele uma ferramenta de mais fácil manuseio que o Cirandas.

A segunda tabela mostra inclusive uma possível viabilidade financeira do projeto. A partir das respostas, podemos esperar uma contribuição de R\$ 10.350,00, suficientes para custear cerca de 130 horas de trabalho. Mesmo com todo o debate possível e necessário de ser feito acerca deste tema, o nível de rejeição à proposta foi baixo e sinaliza uma vontade de usar o Cirandas, ao mesmo tempo que reconhece a importância do Facebook no diálogo com a sociedade.³

³ Às vésperas da publicação deste livro, foi encerrada a rodada de financiamento coletivo para o aplicativo “CirandasNoFace”. Foram arrecadados R\$ 26.559,00 de 418 doadores, muitos deles coletivos, ultrapassando a meta em mais de R\$ 3.000,00.

O debate sobre TICs e movimentos sociais

Uma das maiores dificuldades em se construir tecnologia social dentro dos movimentos sociais é a baixa prioridade usualmente dada a este assunto. Para aqueles que trabalham com este tema, é bastante claro como o discurso é de que as TICs são muito relevantes na organização dos movimentos, mas na prática, outros debates assumem prioridade mais alta.

A falta de prioridade é compreensível, na medida em que os movimentos sociais funcionam no limite dos seus esforços, e há pouco espaço para reflexões que estejam para além das lutas imediatas. É realmente difícil priorizar a construção de um grande sistema de informação enquanto milhares de famílias passam todo o tipo de necessidade acampadas, muitas vezes há anos, debaixo de lonas pretas à beira das estradas no Brasil. Tarefas relacionadas à organização do movimento e com visibilidade em curto prazo, como ocupações, atividades de educação, saúde e comunicação, irão sempre se sobrepor ao diálogo sobre sistemas abstratos que trazem uma promessa de melhoria nos processos internos, por exemplo.

Geralmente oriundos da classe trabalhadora, das camadas mais pobres da sociedade, os militantes dos movimentos têm o perfil de relacionamento com as TICs semelhante ao de qualquer brasileiro(a) pobre. Não possuem em geral acesso à internet em casa, e ficam por vezes reféns de acesso por dispositivos móveis que viabilizam o uso da rede, permitindo apenas o acesso a determinados serviços.

Outro fato relevante em relação ao uso da tecnologia é a forma como estudantes e profissionais são ensinados a lidar com o computador. Em vez de ser apresentada como um campo fértil para a construção do novo, a máquina é vista como um produto acabado, o que resulta numa restrição das possibilidades criativas a partir do computador. Esta é, portanto, uma das barreiras a se vencer na luta pela construção de uma tecnologia que possa ser apropriada pelos movimentos: provocar o debate interno, e ao mesmo tempo empoderar os militantes para que também percebam as TICs como verdadeiras ferramentas de luta.

As consequências do uso contra-hegemônico

As funcionalidades específicas da economia solidária – categorias, preço aberto, compartilhamento de rotas, etc. – não são os únicos motivos que levam à construção de um sistema próprio de informações.

Quando se trata de movimentos sociais que possuem uma luta antissistêmica, a utilização de *software* livre é mais que um simples capricho ideológico. Ter o controle sobre o código e sobre o servidor significa também ter o controle sobre os dados inseridos no sistema e sobre o comportamento do sistema propriamente dito.

Ainda que se argumente que o Facebook foi utilizado para convocar manifestações pelo Brasil e pelo mundo, ele possui um limite claro que é sua relação com os

Estados nacionais e seus governos. No atual estágio capitalista, os Estados nacionais estão cada vez mais subordinados ao poder econômico. Assim, uma determinação do Estado poderia interceptar comunicações e até mesmo bloquear o Facebook em um país, caso se considere que as ações que por lá ocorrem atentam contra algum interesse econômico dominante. Um exemplo recente sobre isso foi o sumiço das favelas dos mapas do Google, a pedido da Prefeitura, às vésperas da Copa do Mundo.⁴ Os locais passaram a se chamar “morro”, ou simplesmente sumiram do mapa, num claro interesse em tornar a cidade mais rentável ao mercado imobiliário.

Portanto, ao pensarmos em tecnologias voltadas para movimentos sociais, não podemos deixar de lado o aspecto contra-hegemônico de seu uso, e as consequências que pode gerar.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO MUNDO PÓS-SNOWDEN

Ao analisar o uso das TICs por movimentos sociais, não há como ignorar o estabelecimento de um novo paradigma após as denúncias de Edward Snowden. Em maio de 2013, o ex-agente da CIA e da NSA (Agências de Inteligência dos Estados Unidos) relevou milhares de documentos que descrevem programas de vigilância global, sobretudo o programa Prism, da NSA, e as ações da agência de inteligência do Reino Unido, a Government Communications Headquarters (GCHQ).

Os documentos revelam que, além da interceptação de informações diretamente através dos cabos de fibra ótica, as agências de inteligência possuem acordos com as principais corporações da Internet – Apple, Microsoft, Google, Yahoo e Facebook – que repassam dados de seus usuários, quando solicitado.

Ainda que se saiba que a vigilância sempre existiu, hoje não há mais dúvidas de que ela é feita “no atacado”, por meio de bisbilhotagem massiva que considera que todo usuário da internet é suspeito. Essa forma de agir leva a uma completa inversão de valores: primeiro as pessoas são espionadas, e depois, a partir dos dados colhidos (com quem conversa, quais sites visita, qual música ouve) ele se torna suspeito. Nesse ponto tem início a vigilância no “varejo”, em que estes “suspeitos” são perseguidos de forma mais objetiva.

Há atualmente duas correntes de pensamento em relação a este tema. A primeira admite que tudo está vigiado, que não há mais nada que se possa fazer, que nem a maior criptografia resiste aos supercomputadores da NSA, e ainda mais, argumentam mesmo que utilizar criptografia é um atestado de que ali circulam informações importantes.

⁴ A pedido da Prefeitura, o Google faz remoções virtuais no mapa do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2013/04/07/a-pedido-da-prefeitura-google-faz-remocao-virtual-no-mapa-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 7 abr. 2013.

Entretanto, alguns grupos⁵ no Brasil e no mundo têm se dedicado a pensar soluções que possam minimizar os riscos de espionagem, e construir uma cultura de segurança da informação, que, ao menos, torne a vigilância mais cara e trabalhosa.

As estratégias sugeridas têm foco em três tipos de ação:

- Fornecer menos dados para as empresas, ou fornecer dados errados.
- Utilizar criptografia.
- Utilizar navegação anônima.

Nenhuma dessas ações irá garantir comunicações 100% seguras. No entanto, a sua utilização em larga escala poderia inviabilizar o sistema de vigilância no “atacado”. Estima-se que o custo de leitura de uma mensagem não encriptada seja de U\$ 0,10, enquanto o uso da criptografia eleva esse custo para U\$ 10.000.

Além da vigilância institucional do Estado, muitas empresas adotam esse expediente contra organizações que vão contra seus interesses. O relatório intitulado “Spooky Business” (Ruskin, 2013) revela casos de espionagem de corporações como Walmart, Bank of America, McDonalds, Monsanto, Shell, Chevron, Burger King, Kraft, Dow Química e Câmara Americana do Comércio.

No Brasil não é diferente. Em 2013, um funcionário demitido da Vale revelou um complexo esquema de espionagem dos movimentos sociais que atuam defendendo os direitos dos atingidos pela Estrada de Ferro Carajás.⁶

No caso dos movimentos sociais que realizam ações fora da ordem estabelecida – ocupação de terras improdutivas, ocupação de prédios vazios, danos ao patrimônio de empresas que cometem crimes –, fica claro que suas comunicações já são alvo de vigilância. Mesmo que não circular informações sensíveis via meios digitais já seja uma prática estabelecida, o uso de cuidados adicionais na rede poderia dificultar o trabalho de espões.

Dados abertos e movimentos sociais

Se dentro dos movimentos sociais, falar de tecnologias da informação e comunicação pode não ser tão fácil, o tema dos dados abertos pode ter uma melhor aceitação. O movimento que luta por transparência pública e abertura de informações dos governos vem tendo êxito em todo mundo. Parece uma tendência irreversível a criação de portais de dados abertos governamentais,⁷ cujo objetivo é tornar possível

⁵ Os coletivos Saravá <www.sarava.org/> e Actantes <www.actantes.org.br/> organizam, com outros, o evento CryptoRave <www.cryptorave.org/>, uma versão brasileira da CryptoParty, ação internacional descentralizada com objetivo de difundir ações sobre segurança da informação.

⁶ Disponível em: <www.apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>. Acesso em: 18 maio 2015.

⁷ Por exemplo, no Brasil <dados.gov.br>, EUA <data.gov>, Reino Unido <data.gov.uk>, entre outros. Acesso em: 18 maio 2015.

o controle pela população das ações dos governos e, com isso, criar um ambiente propício à participação direta do cidadão na definição das políticas públicas.

Muitos movimentos sociais têm forte atuação na produção de dados primários ou derivados, através de pesquisas que revelam aspectos relacionados às violações de direitos humanos, à resistência das populações atingidas e às alternativas que elas constroem para a sociedade. Entretanto, devido a diversos fatores, incluindo a estrutura de processamento de dados, as informações não são publicadas respeitando os princípios dos dados abertos, tampouco podem se ligar a outras bases de dados relevantes.

O uso de dados também possui uma importância central na construção dos argumentos que sustentam as lutas dos movimentos sociais. Ao lutar por uma reforma agrária popular que viabilize a produção de alimentos saudáveis, movimentos camponeses se comunicam com a sociedade através dos dados do próprio Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) de que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e que cada brasileiro consome 5,2 litros de agrotóxicos por ano, e que a maioria das grandes propriedades usa venenos em suas plantações, enquanto a minoria das pequenas propriedades utiliza agrotóxicos (IBGE).

Os dados gerados pelo Estado possuem (ou deveriam possuir) uma estrutura de coerência metodológica, uma continuidade de publicação e um alto grau de automação do processo através da inserção de ferramentas tecnológicas, como, por exemplo, dispositivos móveis em vez de fichas em papel. Espera-se também que esta melhor estrutura na coleta dos dados resulte em uma maior facilidade de disponibilização dos dados em formato aberto. No entanto, normalmente influências políticas e econômicas se sobrepõem a essas questões técnicas.

Já os dados gerados pelos movimentos sociais têm como característica uma carga de contestação ao discurso oficial. São dados que buscam contar outra história e provar empiricamente o contrário do que os dados oficiais retratam. Buscam muitas das vezes dar voz, rosto e sentimento aos sujeitos que compõem as frias estatísticas dos dados oficiais. Além disso, costumam ser produzidos de forma artesanal, com poucas ferramentas tecnológicas e, sobretudo, com dificuldades de continuidade na geração dos dados.

Pode ser interessante, inclusive, a definição de “dados contra-hegemônicos”, denotando dados que são produzidos com o objetivo de questionar o poder instituído (seja ele do Estado, governos ou o poder econômico) e propor alternativas emancipatórias. Neste caso, será necessária uma caracterização dos “dados hegemônicos” enquanto dados que trazem embutidos em sua concepção a manutenção da ordem social vigente.

Um bom exemplo do que poderiam ser dados contra-hegemônicos pode ser visto no sistema Intermapas,⁸ desenvolvido a partir da articulação entre nove redes de movimentos sociais, que culminou no Encontro de Diálogos e Convergências, realizado em 2011, em Salvador. O Intermapas se propõe a ser um protocolo de diálogo entre bancos de dados georreferenciados de movimentos sociais. Por meio dele, é possível ter uma visão territorializada sobre denúncias, resistências e alternativas construídas nas comunidades afetadas pelo modelo de desenvolvimento.

Hoje, o Intermapas reúne quatro bases de dados georreferenciadas: o mapa de projetos financiados pelo BNDES, os conflitos ambientais, os empreendimentos de economia solidária e as experiências de agroecologia. Com esses dados, é possível obter uma narrativa contra-hegemônica dos territórios: os mapas de economia solidária e agroecologia, representando as alternativas, narram a contra-hegemonia ao trabalho assalariado capitalista e ao agronegócio, respectivamente; o mapa dos conflitos ambientais revela os problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, que despreza a vida de camponeses, quilombolas e indígenas em favor da construção de hidrelétricas, minas, entre outros; e finalmente um dos principais vetores deste modelo de desenvolvimento hegemônico, o BNDES e os projetos que financia. Este mapa, apesar de ter um caráter oficial, só foi obtido através de uma grande mobilização por transparência neste banco público, operada por um conjunto de movimentos sociais reunidos na Plataforma BNDES.

Uma grande barreira para um uso mais efetivo dos dados são os formatos inadequados sob os quais eles são disponibilizados. Um exemplo interessante para se analisar é o Dossiê sobre Impactos dos Agrotóxicos na Saúde, publicado em três volumes (Carneiro et al., 2012; Giraldo et al., 2012; Rigotto et al., 2012). Alarmados com o alto uso de agrotóxicos no Brasil e com as consequências disto para a saúde da população, diversos cientistas de todo o país se reuniram para elaborar um documento que pudesse ser usado como instrumento de pressão sobre o Estado brasileiro com o intuito de frear o uso de venenos. O trabalho foi de extrema importância para um conjunto de movimentos sociais que atua no meio rural, em especial a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, pois forneceu uma prova científica contundente dos males causados pelos agrotóxicos.

O Dossiê é repleto de dados advindos de diversas fontes, como, por exemplo, produção agrícola e pecuária (IBGE), consumo de agrotóxicos (Sindag), resíduo de agrotóxicos em alimentos (Anvisa), efeitos dos agrotóxicos na saúde (artigos científicos), pesquisadores que trabalham com agrotóxicos (CNPq).

O trabalho de coleta de dados foi feito de forma artesanal pelos diversos autores. Em alguns casos, o acesso aos dados foi dificultado pela falta de uma fonte confiável, como o caso dos dados sobre consumo de agrotóxicos no Brasil. Em outros, o

⁸ Disponível em: <www.fbes.org.br/intermapas/>. Acesso em : 18 maio 2015.

maior problema se deu nas possibilidades de cruzamento de dados. Por conta dos diversos formatos de representação e diversos níveis de granularidade, gerar informação a partir da utilização conjunta das bases se torna uma tarefa árdua.

Um exemplo: o registro de intoxicações por agrotóxico não fornece nenhuma informação relativa ao tipo de agrotóxico e é disponibilizada através de uma plataforma de consulta *on-line*⁹ com possibilidades de filtragem e exportação dos resultados em formato CSV. O volume de utilização de agrotóxicos é disponibilizado até o nível das classes dos produtos (herbicidas, fungicidas, etc.) em planilhas no formato XLS disponibilizadas sob demanda; e a pesquisa sobre o nível de contaminação apresenta especificamente o ingrediente ativo dos agrotóxicos encontrado em determinados alimentos e disponibilizado em um relatório no formato PDF.

Os três níveis distintos de granularidade dos agrotóxicos (geral, classes e específico) e os três diferentes formatos de representação dos dados (PDF, XLS e consulta *on-line*) não permitem, por exemplo, que se possa associar o aumento do uso de uma determinada substância a variações na quantidade de resíduos nos alimentos ou no número de intoxicações devido àquela substância.

Uma plataforma que permitisse a consulta a todos esses dados, de forma integrada, com granularidade fina, com possibilidades de cruzamento entre dados, com opções de visualização e possibilidades de agregação de outras bases, poderia ter facilitado o trabalho e gerado resultados com maior poder de diálogo com a sociedade – um dos objetivos do Dossiê.

Outros tipos de formatos poderiam ser mais adequados. Novas tecnologias, como os dados abertos interligados, prometem facilitar a integração entre bases de dados dispersas e incluir camadas semânticas que potencializem o uso de dados. Será importante entender se as novas tendências que estão se desenhando para o futuro da internet, como a Web Semântica, baseada no uso de dados abertos interligados, respondem a essa questão de forma positiva.

Trabalhos recentes mostraram que existe uma carência de aplicativos intermediários que possibilitam que usuários não especialistas se beneficiem das vantagens da Web Semântica (Hoefler, 2013). O desenvolvimento deste tipo de aplicativo pode trazer uma solução concreta para a popularização do uso de dados abertos interligados.

Nesse ponto, existem problemas de ordem técnica, mas, sobretudo, há muitas dificuldades políticas relacionadas à liberação dos dados. Um exemplo desta dificuldade política pôde ser percebido na participação do projeto Quem São os Proprietários do Brasil, no Open Government Partnership, um programa internacional que incentiva a transparência de governos. A proposta colocada pelo projeto

⁹ Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Disponível em: <dtr2004.saude.gov.br/sinan-web/>. Acesso em: 18 maio 2015.

reivindicava a abertura dos dados relativos aos sócios-proprietários das grandes empresas, ressaltando a necessidade de transparência também para empresas privadas, que se utilizam de financiamento público de diversas formas. No encontro com 120 participantes da sociedade civil, realizado em março de 2013, foi aprovada a proposta. Contudo, ao ser encaminhada aos órgãos responsáveis (Ministério da Fazenda/Receita Federal), a reivindicação não foi sequer respondida. Outras tentativas de obter os dados sobre o Quadro Societário e Administradores das empresas por meio da lei de acesso à informação foram negadas em várias instâncias.

Incentivar a cultura do uso de dados pode contribuir para uma mudança da sociedade em busca de mais transparência, assim como de seu maior envolvimento. Apenas com a pressão popular será possível atingir níveis de transparência que possam expor situações de risco, ações interferentes do setor privado e mau uso dos recursos públicos, e assim constranger os poderes econômicos e políticos estabelecidos.

Para os movimentos sociais, é, portanto, necessário:

- lutar por transparência, seja do Estado, seja do poder econômico, para que haja subsídios concretos no embasamento das lutas.
- se apropriar dos dados já disponíveis e das ferramentas para seu uso, entendendo suas possibilidades e limitações.
- publicar os dados que produzem, utilizando padrões e formatos que permitam flexibilidade na inserção de novas informações, que viabilizem a utilização em conjunto com outras bases e que agreguem em si uma semântica que os descreva.

AS NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DO USO DAS TICS

Trabalhos do campo da sociologia têm se dedicado a estudar a relação dos movimentos sociais com as TICs. Na maior parte dos estudos analisados, observa-se a questão pela perspectiva de quais são as novas possibilidades que as TICs trazem para os movimentos, ou seja, como os movimentos se modificam e se renovam a partir das novas tecnologias. Talvez, por conta do próprio campo do saber de onde se fala, poucas vezes se percorre o caminho oposto: como se criam novas tecnologias a partir das (possivelmente também novas) demandas dos movimentos sociais? De todo modo, realizamos uma breve revisão bibliográfica de trabalhos recentes sobre o assunto.

Pereira (2011) analisa como os movimentos sociais se apropriam das novas TICs para mudar as formas de organização interna e inaugurar o ativismo político *on-line*. No trabalho, o autor também traz a perspectiva dos militantes internautas

ocasionais, que partem de um interesse político prévio para ter uma atuação através das TICs, como, por exemplo, a assinatura de petições *on-line*.

Sobre esse assunto, Castañeda de Araujo (2014) analisa as novas formas de ação coletiva a partir da internet, investigando especificamente o caso do Avaaz, uma organização que promove campanhas de assinaturas digitais por e-mail. Para ele, o Avaaz é fruto da reconfiguração do fazer político a partir da internet e reflete as mudanças de repertórios de protestos e lógicas de ação.

A utilização das novas TICs por ONGs e movimentos sociais também é tema do trabalho de Oliveira (2012). O autor analisa a atuação em rede de uma ONG, e classifica a internet como imprescindível e estratégica para o seu trabalho. Ele vai além e afirma que o uso da Internet, ao possibilitar o estreitamento de relações entre pessoas, gera por si só uma ação política.

A dissertação de Zampier (2007) analisa o impacto e a apropriação das TICs na Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc), uma rede de movimentos sociais do campo na América Latina. A análise é focada sobretudo nas mudanças organizacionais ocorridas na Cloc com a incorporação das TICs. Um ponto interessante deste trabalho é que o conceito de TIC é tratado de forma mais ampliada. A autora considera a própria internet como uma TIC, a partir da qual são gerados instrumentos como e-mail, teleconferência, bate-papo, blogs, etc. Ela analisa a história da relação entre movimentos sociais e TICs, categorizando os tecnofóbicos (com referências desde os Luditas, trabalhadores que quebraram os teares no início da revolução industrial), tecnocêntricos (que veem a tecnologia como instrumento de marketing para a persuasão) e os indiferentes. O equilíbrio entre eles se dá, de acordo com a autora, pelos movimentos sociais que veem em cada ação uma dimensão comunicativa, colocando a comunicação e suas tecnologias associadas como ação transversal a todo o trabalho.

Outros dois trabalhos que aprofundam a análise sociológica acerca da relação entre movimentos sociais e TICs são de Paciornik (2013) e Pereira (2008). O primeiro fez uma extensa revisão bibliográfica acerca do tema e analisou a fundo o caso de um movimento social que faz uso de TICs e as desenvolve, na periferia de São Paulo. O segundo, além de uma densa discussão sobre democracia, fez uma pesquisa de campo com 48 entidades, entre ONGs e movimentos sociais, acerca da forma como utilizam as TICs em suas ações.

Milhomens (2011) analisou o uso das TICs no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e concluiu que o site do movimento é sua maior estratégia ciberativista, por conta da divulgação de notícias e documentos. Mesmo tendo a peculiaridade de ser um movimento com raízes no campo, onde o acesso à internet ainda é baixo, o MST pratica o ativismo social e político por meio dos meios digitais, ao mesmo tempo em que investe na inclusão digital de sua base camponesa.

O impacto na organização dos movimentos sociais também é analisado por Santos (2008). Em seu trabalho, ele argumenta que o aumento da complexidade

da sociedade teria inviabilizado o formato centralista de organização de partidos, especialmente aqueles de inspiração leninista. As novas tecnologias da informação seriam então uma forma descentralizada e, portanto, viável de organização política, sobretudo no que tange à possibilidade de incorporação da diversidade.

Como se pode ver, o campo da sociologia conseguiu calçar de maneira razoável o campo teórico da relação entre movimentos sociais e as TICs existentes. Analisaram-se as transformações sofridas pelos movimentos a partir da utilização massiva da internet pela sociedade, as formas que encontraram para se adaptar tanto em termos de organização interna quanto nas formas de ação, e até conceituaram um novo tipo de ativismo social feito exclusivamente através das TICs.

Mais uma vez fica evidente a falta do olhar para os movimentos sociais, vindo de quem desenvolve as TICs. Até este ponto, buscamos levantar questionamentos e colocar impressões sobre as TICs não como entidades monolíticas acabadas, que moldam o comportamento dos movimentos sociais, mas sim como massas de modelar que podem (e, na verdade, devem) ser esculpidas de modo a atender as especificidades dos movimentos sociais.

Nesse sentido, Alvear (2014) analisa dois sistemas de informação voltados para movimentos sociais (um deles o próprio Cirandas) buscando verificar as possibilidades de construção de propostas coletivas a partir desses sistemas. Esse trabalho se debruça justamente sobre os processos de desenvolvimento de software para movimentos sociais e sugere diretrizes para tais, com foco nos métodos de participação.

DESENVOLVIMENTO DE TICS VOLTADAS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

O jovem estudante curioso da escola técnica realmente começa a se interessar pelo assunto. Vendo aquelas senhoras animadas com o uso da ferramenta, e vendo os instrutores que dominavam o assunto e buscavam fazer com que elas se empoderassem da ferramenta, ele começa a pensar no próprio futuro. O caminho usual de seus colegas seria um emprego em alguma grande empresa de telecomunicações, em que ele seria eternamente subordinado a um patrão. No melhor dos casos, com uma pequena chance, ele mesmo viraria o patrão e subordinaria outros jovens como ele.

Diante da possibilidade aberta pelo Cirandas de trabalho coletivo e autogestionário e, principalmente, de emancipação dos(as) trabalhadores(as) e de apropriação dos frutos do seu trabalho, o jovem começa a pensar se não seria o caso de ele mesmo ser um desenvolvedor do Cirandas. Participar do movimento social, entender seus problemas e especificidades e se apaixonar por um projeto de transformação social que poderia melhorar a vida de muitos jovens como ele, tudo isso passava por sua cabeça diante daquela cena. De repente, algo lhe ocorre, e ele pergunta: “Tia, gostei desse bagulho aí. Mas dá pra ganhar dinheiro com isso aí? Ou é tudo no amor?”

A atuação junto aos movimentos sociais traz sempre o dilema entre o trabalho militante voluntário e as necessidades objetivas de reprodução da vida dos seres humanos. A economia solidária de certa forma possui como proposta equacionar essa questão, ao preconizar o trabalho associado, coletivo e autogestionário, como a própria forma de transformação da sociedade. Ao negar o trabalho explorado e hierárquico, entendidos como a essência do capitalismo, trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária negam também o trabalho não remunerado, que remete à caridade, e não à solidariedade. Na economia solidária, todos devem receber o valor justo por seu trabalho, que viabilize uma vida digna e que possibilite fazer o trabalho com comprometimento e seriedade.

A EITA COOPERATIVA DE TRABALHO

Partindo deste princípio, foi constituída a Cooperativa Eita, sigla para Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão, com objetivo principal de apoiar a luta dos movimentos sociais com tecnologias da informação e metodologias de formação associadas. A Eita é a responsável técnica pela manutenção do Cirandas e tem um acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que repassa uma verba mensal destinada ao pagamento do número de horas necessárias para esta tarefa.

Existem diversas outras cooperativas e coletivos semelhantes, mas iremos utilizar o caso da Eita para dialogar com as angústias do jovem estudante. Assim como ele, alguns militantes da economia solidária se perguntavam, em 2011, se seria possível viver de um coletivo autogestionário fazendo o que sabiam: desenvolver sistemas de informação.

O início

A julgar pela demanda existente, a resposta, claramente, era sim. Faltava então reunir um grupo de pessoas com habilidades tecnológicas e comprometimento político para começar a oferecer os serviços. Faltava também a coragem para abrir mão de empregos formais, com carteira assinada e remuneração garantida, para começar a operar numa lógica de instabilidade.

O marco de fundação da Eita se deu em maio de 2011, quando seis pessoas se reuniram em Arrozal, distrito de Pirai, no sul do estado do Rio de Janeiro. O local foi escolhido por ser o mais central entre os pretendentes a cooperados, vindos de Brasília, Campinas, Recife e Rio de Janeiro. Das seis pessoas presentes no encontro, havia quatro homens com habilidades na área tecnológica e duas mulheres com experiência em ciências sociais e educação popular.

A partir do mapeamento das habilidades de cada integrante, e da disponibilidade que cada um estava disposto a oferecer inicialmente ao projeto, montou-se a primeira carteira de ofertas da Eita. Esta incluía a elaboração de mapas para movimentos sociais, a manutenção do Cirandas (que já era operada por alguns membros), produtoras culturais colaborativas, portais comunitários, agregador de notícias para movimentos sociais, entre outros.

O estágio atual

No início de 2014, a cooperativa opera com nove integrantes, que estão geograficamente localizados no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Dos nove, sete são homens com formação em áreas das ciências exatas, e duas são mulheres das áreas de ciências humanas. Ressaltamos este fato, pois mesmo que todos(as) os(as) cooperados(as) possuam habilidades interdisciplinares e que o objeto de trabalho não admita técnicos sem sensibilidade política, nem o contrário, ainda não conseguimos romper a barreira que historicamente afasta as mulheres das áreas tecnológicas.

A missão da Cooperativa é definida da seguinte forma:

A Eita – Cooperativa de trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão – possui como missão fortalecer as lutas de movimentos sociais do campo popular, através da construção de tecnologias livres da informação e metodologias participativas para seu uso e apropriação.¹⁰

Em decorrência dessa missão, cada projeto assumido pela cooperativa precisa, necessariamente, ter uma base social que legitime sua implementação. É preciso garantir que haja sempre um sujeito coletivo que, de fato, expresse uma demanda pelo trabalho, e é a este sujeito coletivo que a Cooperativa presta contas, independentemente de quem financia o projeto. A Eita é contratada por um movimento social, que, por sua vez, se responsabiliza pela obtenção de recursos, seja a partir da sua própria atividade, seja por meio de parcerias.

O dia a dia da Eita é todo operado à distância usando ferramentas de comunicação e colaboração via internet. Há uma reunião semanal com todos(as) os(as) integrantes e reuniões específicas de cada frente de trabalho.

Internamente, cada trabalho tem uma equipe executiva, que é responsável por cumprir um serviço contratado. As equipes definem de forma autônoma sua dinâmica de trabalho e repassam informações na reunião geral. Em muitos casos, pelo

¹⁰ Disponível em: <eita.org.br/>. Acesso em: 12 jul. 2014.

menos um membro de cada frente de trabalho mora na mesma cidade do contratante, o que facilita o diálogo.

Além das equipes de trabalho, existem quatro grupos de trabalho dedicados às funções que dizem respeito à manutenção da cooperativa: o Bem Viver, que tem por objetivo observar a disposição pessoal de todos(as) os(as) cooperados(as) e verificar eventuais problemas que precisem ser debatidos coletivamente; o Administrativo, que cuida de questões financeiras e administrativas da cooperativa, como documentos, atas e certidões, elaboração de orçamentos, cobranças, etc.; a Análise Política, que aprofunda debates e analisa atuações políticas que o coletivo da Eita venha a ter, além de monitorar a aderência dos trabalhos à missão da Cooperativa, estabelecida em sua carta política; e a Formação Interna, que tem como meta avaliar temas de interesse geral dos cooperados e incentivar atividades de formação.

Duas vezes por ano são realizados os encontros presenciais, que são as assembleias ordinárias e extraordinárias da cooperativa.

Estimativa de custo e valor-hora

A metodologia para estipular o custo de cada projeto se baseia numa estimativa do número de horas de trabalho necessárias, desde a concepção do projeto, passando por desenvolvimento até a fase de testes e manutenção. Esta estimativa é então multiplicada por um valor-hora, que resulta no custo total do projeto.

A estimativa de horas é uma atividade contraditória. Antes de se começar o trabalho, é preciso imaginar o número de horas que será gasto até o final. Entretanto, em todos os projetos, as informações disponíveis no início são insuficientes para se fazer essa estimativa. Além disso, a adoção de metodologias participativas de desenvolvimento pressupõe uma flexibilidade quanto aos resultados e objetivos, dado que o caminho será definido em conjunto com os usuários ao longo do caminho.

A solução de compromisso entre precisão na estimativa de horas e flexibilidade dos objetivos vai sendo ajustada de acordo com cada projeto. Naquele de mais longo prazo, é possível atrelar algumas metas gerais a um banco de horas, de modo que se possa sempre reavaliar o número de horas disponíveis em relação à quantidade de trabalho necessária para o cumprimento de cada meta. Em projetos curtos, como página na internet ou análises pontuais de dados, é possível utilizar a experiência de trabalhos anteriores para estimar o trabalho necessário.

O valor da hora é definido com base em algumas variáveis. A principal delas é a expectativa em relação ao ganho líquido que cada membro da cooperativa julga necessário para manutenção da sua vida e de sua família, se for o caso. Esta expectativa foi inicialmente consensuada num valor universal, mas não está descartada a adoção de valores distintos de acordo com a realidade de cada cooperado ou cooperativa (número de filhos, custo de vida em cada cidade, etc.).

Partindo deste objetivo final – a retirada líquida – adicionam-se outros custos para o cálculo do valor-hora final. Esses custos incluem, além dos impostos, fundos de férias e licença maternidade ou paternidade, e uma variável importante: o número de horas de trabalho interno à cooperativa.

Considerando-se que a entrada de recursos ocorre apenas nas horas de trabalho externo, ou seja, aquelas horas de trabalho dedicadas ao desenvolvimento de um sistema para um parceiro, é preciso que essas horas paguem o tempo de trabalho dedicado à manutenção da cooperativa, em atividades acima descritas dos grupos de trabalho interno. O custo deste trabalho não pago é incorporado ao valor da hora, de modo que os trabalhos externos deem conta do funcionamento adequado da cooperativa.

Procedimento de entrada de novos membros

Dos seis membros que participaram do primeiro encontro, cinco seguiram na cooperativa e mais quatro foram incorporados, totalizando nove cooperados/as no início de 2014. O processo de entrada de novos membros cumpre um rito definido em assembleia, que busca, por um lado, garantir um período gradual de reconhecimento mútuo entre cooperados e candidatos e, por outro lado, evitar a terceirização do trabalho.

A cooperativa parte do princípio radical de autogestão entre todas e todos os trabalhadores associados. Uma implicação disto é a postura em relação à atuação de trabalhadores não cooperados. Há um entendimento de que a convivência entre cooperados e não cooperados pode gerar um desequilíbrio, na medida em que haverá pessoas com maior poder de decisão que outras.

A partir do momento em que os membros identificam a necessidade de mais força de trabalho na cooperativa, busca-se definir o perfil de uma pessoa que satisfaça esta necessidade, e se abre uma chamada pública, com ampla divulgação nos espaços pertinentes. As entrevistas com os(as) candidatos(as) são realizadas por teleconferência pelo maior número de membros possível. Cada candidato é avaliado técnica e politicamente, e aquele com melhor desempenho é chamado a iniciar o processo de aproximação.

Este processo pode durar até três meses, em que o(a) candidato(a) trabalha de forma remunerada em algum projeto em que haja necessidade e, eventualmente, também em tarefas internas da organização. Ao fim dos três meses, deve ser feita uma avaliação mútua, em que o candidato considera se gostaria de entrar na cooperativa, e a cooperativa considera se aceita o novo candidato. O processo batizado de “aproximação pelo trabalho” já foi realizado duas vezes, e, em ambos os casos, a conclusão (negativa num caso e positiva no outro) foi consensual e ocorreu antes dos três meses.

Formalização

Nas primeiras discussões sobre a formação do empreendimento, o tema da formalização veio à tona diversas vezes. Foi decidido que a formalização seria feita apenas quando fosse estritamente necessário. No início do empreendimento, é vantajoso não ter custos com contabilidade, conta bancária, etc. A receita baixa pode ser gerenciada pelos cooperados de maneira informal.

A decisão de que era hora de se formalizar foi tomada em janeiro de 2012, e o processo foi iniciado em junho do mesmo ano. Na época, havia a opção de formar uma cooperativa ou uma microempresa com estatuto autogestionário. A vantagem desta opção seria o menor custo de impostos e a facilidade de operação, dado que todo o sistema de controle (juntas comerciais, contadores, receita federal) ainda tem muitas dificuldades em operar com cooperativas. A desvantagem da microempresa é a dificuldade de entrada e saída de sócios, que só pode ser feita através de alteração no contrato social.

Finalmente, o fator de maior peso foi o ideológico e optou-se pela forma jurídica de cooperativa. Esta forma traz consigo uma carga simbólica, já que se coloca como estrutura autogestionária e não utiliza os conceitos de salário (que carrega consigo a exploração) nem lucro (que remete à mais-valia).

O processo de formalização foi longo e penoso, e mereceria um artigo à parte para ser descrito. De forma resumida, ele passou por duas cidades e levou, desde a primeira tentativa até a obtenção do CNPJ, cerca de 19 meses.

Hoje, a cooperativa pode emitir notas fiscais para recebimento de receitas. Os(as) cooperados(as) recebem retiradas mensais de acordo com o número de horas trabalhadas, e estão sendo organizados fundos que possam garantir férias e licenças.

Projetos

Em três anos de trabalho, a Eita já realizou uma quantidade razoável de trabalhos, com uma gama variada de parceiros. A tabela a seguir lista esses parceiros, categorizados por tipo, pelo(s) projeto(s) em que se envolvem e pelo papel que cumprem na parceria.

NOME DO PARCEIRO	TIPO	PROJETO(S) E TECNOLOGIA(S)	PAPEL
Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)	Movimento social	Cirandas	Ator político
Centro de Formação em Economia Solidária (CFES)	Projeto	Mapa dos Educadores da Economia Solidária	Financiador
Cáritas Brasileira	ONG	Mapa dos Educadores da Economia Solidária	Gestor
Rede de Educadores em Economia Solidária	Movimento social	Mapa dos Educadores da Economia Solidária	Ator político

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)	Rede de pesquisa	Site ABA	Ator político, financiador
Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar (FBSSAN)	Rede de movimentos sociais	Site FBSSAN, Análise sobre alimentos biofortificados	Ator Político, financiador
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Movimento social	Curso Técnico em Meio Ambiente	Ator político
Fiocruz	Universidade	Curso Técnico em Meio Ambiente	Gestor
Apoiadores do Catarse (850)	Financiamento colaborativo	Proprietários do Brasil	Ator político
Instituto Mais Democracia (IMD)	ONG	Proprietários do Brasil	Gestor
Colivre	Cooperativa	Cirandas	Gestor
Rede Xique-Xique	Rede	Cirandas	Ator político
Unisinos	Universidade	Cirandas	Gestor
UnB	Universidade	Obteia*, Mapeamento da economia solidária	Gestor
Instituto InterCidadania	ONG	Escambo	Gestor
Ministério da Cultura	Governo	Escambo	Financiador
Kairós	ONG	Portal do Consumo Responsável	Ator político
Rede de Coletivos de Consumo Responsável	Movimento social	Portal do Consumo Responsável	Ator político
Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego	Governo	Portal do Consumo Responsável	Financiador
Fundação Bohl	ONG	Análise sobre alimentos biofortificados	Financiador
Ministério da Saúde	Governo	Obteia*	Financiador
Grupo da Terra	Movimento social	Obteia*	Ator político

* Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas – Teia de Saberes e Práticas (Obteia)

A seguir, são descritos alguns dos projetos em andamento atualmente na Eita. A descrição procura mostrar a tecnologia social desenvolvida e os movimentos sociais que dialogam com ela.

Cirandas

O Cirandas é o sistema de informações do movimento social de economia solidária no Brasil. Hoje, conta com 7.893 usuários, 565 comunidades, 1.751 produtos cadastrados de 649 empreendimentos ativados (de um universo de mais de 20 mil que possuem um espaço na plataforma, mas que ainda não foi utilizado).

No relatório da sua IV Plenária Nacional, realizada em março de 2008, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) apresenta como demanda

o desenvolvimento de sistema FBES [...] [, que] consiste num amplo sistema de integração dos empreendimentos solidários, com poderosas ferramentas de busca de produtos e serviços da ES, além de ser uma teia de relacionamentos, em que cada EES terá o seu próprio site, e que comunidades por cadeia, por ramo de atividade ou por recorte territorial, entre outros, podem ser formados e potencializar tanto a constituição de redes e cadeias solidárias, como também a troca de conhecimentos e envolvimento de consumidores não organizados. (FBES, 2008, p. 78)

O sistema foi então desenvolvido como software livre pela Cooperativa de Tecnologias Livres (Colivre), da Bahia. Em 2012, a Cooperativa Eita assumiu a gestão técnica do Cirandas, deixando a gestão política a cargo do FBES.

As fontes de financiamento que sustentam a manutenção e o desenvolvimento de novas funcionalidades vêm de diversos parceiros do FBES, como universidades e organizações não governamentais. Ainda assim, o compromisso da Eita é sempre com o movimento social, representado pelo FBES.

Quem são os proprietários do Brasil?

Por meio de uma parceria com o Instituto Mais Democracia, em 2012, foi desenvolvida uma plataforma para análise de relações de poder entre empresas. O projeto incluiu a adaptação de uma metodologia de quantificação de poder e um sistema de informações que exibe um gráfico sobre as relações entre pessoas, empresas e órgãos e empresas públicas.¹¹

Neste projeto, o problema da utilização de dados públicos para movimentos sociais ficou latente. Toda metodologia elaborada para descobrir “Os Proprietários do Brasil” se baseia em dois tipos de informação: (i) a composição acionária de uma empresa, ou seja, quem são seus donos, e em qual proporção; (ii) a receita da empresa.

Com muito custo, foi possível obter estas informações para as empresas de capital aberto, que atuam na bolsa de valores. Formou-se então uma rede composta pelas 701 empresas de capital aberto e seus acionistas, totalizando 5.600 empresas privadas, pessoas, empresas públicas e órgãos de governo.

Entretanto, o Brasil possui mais de 16 milhões de empresas registradas que estão fora do levantamento pela dificuldade de obtenção dos dados. Como são dados

¹¹ Disponível em: <www.proprietariosdobrasil.org.br>. Acesso em: 15 maio 2013.

públicos, seria possível acionar as juntas comerciais de cada estado para que fornecessem os documentos de registro de cada empresa. Outra possibilidade seria através da Receita Federal, que possui essa informação por conta do Imposto de Renda, e que, até 2012, a disponibilizava livremente em seu portal.

A Receita Federal foi então acionada por meio da Lei de Acesso à Informação para que liberasse os dados sobre acionistas das empresas registradas no Brasil. No entanto, o pedido foi negado, assim como outros três recursos.¹² Mesmo assim, há sinais de que pelo menos duas empresas comercializam esses dados, a um custo de R\$ 4 a R\$ 10 por empresa.¹³ Fica claro como o problema da liberação dos dados é, antes de tudo, político e subordinado a interesses financeiros.

Um dos destaques em relação a este projeto foi sua forma de financiamento. Por intermédio de uma campanha de financiamento colaborativo na plataforma Catarse, foram arrecadados R\$ 61.098,00 de 851 colaboradores. Esta quantia possibilitou a abertura de mais empresas, além daquelas incluídas na base inicial, além da elaboração de algumas análises específicas, de um curso sobre dados abertos e participação, e do desenvolvimento de um novo portal baseado em WordPress. Esse portal utiliza *plugins* desenvolvidos para o projeto, e, por serem software livre, podem ser utilizados para fazer plataformas semelhantes em outros países.

Revelar o que há por trás do poder econômico estabelecido parece ser um tema de grande interesse da sociedade. Foram realizadas inúmeras palestras por todo o Brasil sobre o tema, gerando grande discussão. No entanto, existe a avaliação de que mesmo com tanto interesse, houve uma baixa utilização efetiva dos dados, possivelmente pelas dificuldades de compreensão do modelo utilizado, dos algoritmos de quantificação de poder, e do próprio funcionamento do mercado em si. Uma metodologia de formação associada a esta tecnologia seria fundamental.

Rede Escambo

A demanda de uma plataforma que suportasse a realização de trocas à distância veio de coletivos de pontos de cultura do Nordeste.¹⁴ Nasceu o Escambo, uma rede que utiliza a mesma plataforma que o Cirandas – o *framework* Noosfero – e através de alguns *plugins*, implementa processos de troca de produtos e moedas alternativas.

A lógica por trás deste sistema está em fortalecer a colaboração entre empreendimentos da área da cultura, auxiliando no estabelecimento de relações que não

¹² Veja a história completa em: <cirandas.net/tag/LAI>. Acesso em: 15 maio 2013.

¹³ Pelo menos a Procob (distribuidora Serasa – disponível em: <www.procob.com/pacotes-comprar-credito/>) e a Neoway (<idetecta.neoway.com.br/>) comercializam dados sobre composição acionária de empresas, sem especificar como os obtêm.

¹⁴ Disponível em: <escambo.org.br>. Acesso em: 19 maio 2015.

sejam mediadas por dinheiro. O Escambo permite que usuários se cadastrem e criem os pontos de cultura, que são entidades equivalentes aos empreendimentos do Cirandas. Cada ponto de cultura pode cadastrar os produtos e serviços que oferece e pelos quais se interessa, além de permitir aceitar moedas sociais.

Depois de cadastrados os produtos, os usuários podem propor trocas entre si. Cada troca é composta por propostas que contêm os produtos e serviços a serem trocados. Uma troca vai evoluindo entre várias propostas, até que se chegue a um acordo final e a troca pode então ser efetuada, por fora do sistema. O final do processo se dá por meio de uma avaliação da troca feita pelos dois lados.

Um porém é que a Rede Escambo ainda não pode ser implementada em maior escala, por uma falta de articulação com as outras redes de empreendimentos culturais.

Curso técnico em meio ambiente

A demanda deste projeto veio de um curso organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, junto com o MST. O curso técnico em meio ambiente foi oferecido a duas turmas simultâneas, uma no Paraná e outra no Ceará. Em cada uma delas participaram cerca de trinta educandos e educandas do MST e de vários outros movimentos sociais.

O curso foi realizado em regime de alternância, em que os momentos pedagógicos são divididos em tempo-escola e tempo-comunidade. No tempo-escola, os(as) estudantes passam um mês juntos, de forma intensiva num mesmo local, com atividades de aulas, oficinas e leitura. Já no tempo-comunidade, cada educando(a) retorna ao seu local de moradia e executa as tarefas definidas no tempo-escola, junto a sua comunidade.

O trabalho final do curso é um diagnóstico de saúde na comunidade do educando(a). Este diagnóstico é composto por várias etapas feitas ao longo do curso, relacionadas a saneamento, doenças, agricultura, equipamentos de saúde, etc.

Os professores do curso relataram diversos problemas que eles supunham que um sistema de informação poderia dar conta:

- dificuldade de comunicação durante o tempo-comunidade: como todos os educandos vivem em área rural, a comunicação da turma, quando se está fora da sala de aula, é difícil. É preciso que haja um contato para dialogar sobre as atividades a serem realizadas e resolver possíveis dúvidas.
- dificuldade na manutenção dos arquivos pelos estudantes: todos os estudantes receberam um *pen-drive* no início do curso. Nele deveriam ser guardados os trabalhos parciais realizados ao longo do curso, que comporiam o trabalho final. No entanto, a contaminação dos *pen-drives* com vírus ou simplesmente a perda dos arquivos era muito comum.

- falta de um espaço de disponibilização de material virtual, avisos, conversas virtuais, e diálogo entre orientadores/as e orientados/as.
- diálogo entre educandos e educandas das turmas do Paraná e do Ceará, que estavam passando pelo mesmo processo pedagógico.

Diante desse contexto, foi construída uma ferramenta de apoio ao ensino presencial em pedagogia da alternância. O ambiente virtual foi construído a partir das demandas dos(as) professores(as), coordenadores(as) e alunos(as) que participaram de reuniões de especificação e avaliação de protótipos.

O desenvolvimento foi feito a partir do software livre OpenAtrium, que, por sua vez, é uma distribuição da plataforma Drupal. A partir da configuração do ambiente, cada usuário se cadastra e recebe um papel (estudante, professor, coordenador) e tem acesso a serviços como: gerenciador de arquivos com possibilidade de comentários, blog das turmas, avisos dos coordenadores, *chat* entre usuários *on-line*, álbum de fotos, etc.

Uma das maiores dificuldades neste projeto foi o fato da implementação da ferramenta ter ocorrido próximo ao final do curso. Neste momento, já havia dinâmicas estabelecidas – trocas por e-mail, ou mesmo redes sociais – que tornaram a transição difícil. A dificuldade no acesso à internet nos locais onde eram realizados os tempos-comunidades também foi um empecilho.

Ao final do curso, foi feita uma pesquisa entre educandos e educadores, com objetivo de entender o grau de familiaridade com o computador e a internet, e obter pistas objetivas sobre a percepção de participação no desenvolvimento e no uso da ferramenta. A média de idade dos respondentes foi de 26 anos, com desvio padrão de nove anos.

PERGUNTA	SIM	NÃO
Possui computador em casa?	73% (35)	27% (13)
Possui internet em casa?	27% (13)	73% (35)
Frequência de acesso à internet	Todo dia: 22,22% (10) Pelo menos uma vez por semana: 48,89% (22) Menos de uma vez por semana: 22,22% (10) Nunca: 6,67% (3)	
Você usa o computador para fazer seus trabalhos?	91,67% (44)	6,25% (3)
Você usa o computador para se comunicar com outras pessoas (e-mail, Facebook)?	91,49% (43)	6,38% (3)
Você usou a ferramenta desenvolvida para o curso?	81,25% (39)	18,75% (9)
Você contribuiu no desenvolvimento da ferramenta?	65,00% (26)	35,00% (14)
Você acha que a ferramenta contribuiu com o processo de ensino/aprendizagem no curso?	85,71% (30)	14,29% (5)

Um olhar geral sobre os dados revela que, apesar de a maioria ter computadores, apenas uma pequena parte possui acesso à internet em casa. Além disso, um

número pequeno, mas considerável, de pessoas não acessa a rede. É importante notar que foram relatados casos em que o acesso à Internet se dá através de um celular, que restringe o acesso apenas ao Facebook. Esse fato é extremamente perigoso, pois revela uma forma restrita e economicamente direcionada de inclusão digital justamente da população mais pobre e afastada dos grandes centros.

Mesmo sendo o uso da ferramenta recomendado pelos formadores, uma parcela significativa das turmas não a utilizou. Muito provavelmente, o fato de sua implantação ter ocorrido com o curso já em andamento e de alguns orientadores de trabalhos não terem aderido a ela contribuiu com este resultado.

Em relação à contribuição no desenvolvimento, houve um esforço por parte da Eita em integrar os estudantes, professores e coordenadores no processo. Houve um convite formal para que alguns deles participassem das reuniões de especificação e validação de protótipos. Nem todos puderam contribuir dessa maneira, sobretudo pelo fato de as reuniões ocorrerem via teleconferência, o que não facilita a participação para quem mora em locais com dificuldade de acesso à internet. Entretanto, grande parte dos estudantes afirmou que contribuiu com o desenvolvimento da ferramenta por ter dado sugestões e relatado problemas. Houve uma intencionalidade dos desenvolvedores em reafirmar a tecnologia livre com algo possível de ser construído e desconstruído.

A última pergunta – “Você acha que a ferramenta contribuiu com o processo de ensino/aprendizagem no curso?” – pode ser analisada de forma mais interessante pelas respostas discursivas. Apesar da maioria das respostas ter sido positiva, é das negativas que podemos retirar os melhores ensinamentos. Um estudante respondeu que “Não, porque nem todos puderam acessar”. Essa resposta revela o sentimento de unidade coletiva que a própria organização do curso incentiva. Outro educando relatou as dificuldades: “Não tive muito acesso, mas acho que sim; onde moro não tem internet, só no curso não dá conta de dominar a ferramenta, não tem quase tempo”. Finalmente, um dos relatos mostrou como as ferramentas deixam brechas que podem ser hackeadas, ocasionando uma utilização não programada inicialmente: “Contribuiu muito, pois podíamos nos comunicar a todo momento e podíamos tirar nossas dúvidas olhando o trabalho dos outros”.

O desafio agora é consolidar a ferramenta utilizando em outra turma, desde o início, e elaborar um pacote contendo o *software* livre customizado e a descrição da metodologia para que outros cursos possam utilizar.

Portal do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas

O objetivo do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas – Teia de Saberes e Práticas (Obteia) é “avaliar e contribuir para implantação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do

Campo e da Floresta (PNSIPCF) por meio de uma teia de saberes envolvendo intelectuais engajados, pesquisadores populares dos movimentos sociais do campo e da floresta, e os gestores do Sistema Único de Saúde” (Brasil, 2011). Além disso, um dos objetivos específicos do projeto se refere à “identificar e construir novos indicadores e mapas com temas relacionados à implementação da PNSIPCF”. Para alcançar tal objetivo, umas das suas metas se refere à “estruturação de um painel de acompanhamento da política por meio de um portal de internet”. A Eita foi então contratada para executar este serviço.

O Obteia possui três instâncias principais: um comitê gestor; uma equipe executiva; e a teia de saberes e práticas. O comitê gestor, coordenado pela Universidade de Brasília (UnB), é composto por integrantes do Ministério da Saúde, representantes dos movimentos sociais e pela Fiocruz. O grupo executivo é responsável por operacionalizar as atividades planejadas pelo projeto de implantação do Obteia e conta com profissionais de diversas áreas.

A Teia de Saberes e Práticas envolve os dois grupos acima, além de pesquisadores, militantes sociais e profissionais do SUS ligados à questão de saúde no campo, floresta e das águas. O desenvolvimento do portal do Obteia¹⁵ na internet teve início em maio de 2013, quando alguns membros da Teia de Saberes e Práticas se comprometeram em formar um grupo que pudesse dialogar de forma sistemática com a Eita. Este grupo seria fundamental para que se pudesse realizar um desenvolvimento participativo (Schuler; Namioka, 1993), conceito este desenvolvido inicialmente nos países da Escandinávia, nos anos 1970, com objetivo de repensar os projetos de tecnologia a partir do ponto de vista dos usuários. As técnicas de desenvolvimento participativo preveem que haja interação dos técnicos com os futuros usuários dos sistemas (e não apenas os clientes) durante todo o processo de desenvolvimento de uma tecnologia, e não apenas na especificação e nos testes. Dessa forma, utilizando-se protótipos e métodos interativos, é possível alcançar um produto final mais adequado ao uso, ao mesmo tempo que o usuário que participou do processo se empodera da tecnologia de modo mais ampliado que seria se apenas recebesse o produto final acabado.

Entretanto, a dinâmica do desenvolvimento participativo não funcionou da forma esperada nesse caso. Os(as) integrantes do grupo do portal estão em diferentes estados e organizações, com prioridades muito distintas. Nesse sentido, houve boas interações nos momentos presenciais, mas, fora deles, houve pouco avanço. A maior parte do diálogo no desenvolvimento do portal se dá dentro do grupo executivo, que de fato é quem tem o Obteia como parte da sua rotina de trabalho.

O portal hoje conta com funcionalidades que haviam sido planejadas no início, e outras que emergiram ao longo do processo:

¹⁵ Disponível em: <www.saudecampofloresta.unb.br>. Acesso em: 25 maio 2015.

- notícias sobre o Obteia, sobre a PNSIPCF e sobre saúde do campo, floresta e águas em geral.
- biblioteca virtual, contendo livros, artigos e vídeos sobre o tema.
- informes mensais contendo as principais notícias, agenda e novidades da biblioteca, enviados por e-mail.
- ficha de informação sobre os municípios: foi desenvolvido um *plugin* de WordPress que recebe planilhas com informações sobre municípios e gera uma página para cada um deles. A ficha exibe dados sobre proporção de população rural e urbana, doenças relacionadas ao meio rural, equipamentos de saúde rural presentes no município, entre outros. O objetivo é que pequenos municípios, geralmente de perfil rural, possam também se reconhecer e obter informações a partir do portal.
- mapa de experiências em saúde do campo, floresta e águas: através de um formulário no site, o visitante responde a três perguntas principais: “O que ameaça a vida no seu território?”, “O que promove a vida no seu território?” e “Quais as sugestões para melhorar as condições de saúde da sua comunidade?”. Com essas informações é gerado um mapa contendo ameaças e soluções à saúde dessas populações no Brasil. Este mapa agrega também informações georreferenciadas sobre a implementação da PNSIPCF.
- dados abertos sobre saúde do campo, floresta e águas: serão organizadas algumas coleções de dados abertos sobre o assunto para serem disponibilizadas ao público.

A partir dessas funcionalidades, tenta-se fazer com que o portal seja uma fonte de informações relevantes para movimentos sociais, profissionais de saúde, pesquisadores e para a população em geral. Nesse sentido, o desafio é como dialogar com ribeirinhos do interior do Maranhão e intelectuais de Brasília, no mesmo portal. Para isso, a Eita conta com parceiros que executam as tarefas de programação visual e organização das informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há várias formas de tratarmos a relação entre movimentos sociais e as tecnologias da informação e comunicação. Como pudemos observar neste capítulo, o modo como os movimentos têm se apropriado das TICs, alterado sua maneira de funcionar e incorporado novos repertórios de ação, já recebeu alguma atenção de pesquisadores, sobretudo vindos das ciências humanas.

No entanto, parece haver uma lacuna no sentido inverso: em vez de só pensar como os movimentos se adaptam às novas TICs, é também necessário compreender quais são os requisitos e especificidades para se desenvolver novas TICs adequadas à forma de funcionamento dos movimentos.

A primeira tarefa, nesse sentido, parece ser sensibilizar os próprios movimentos sociais nesse debate, afinal não serão agentes externos que dirão como devem ser os artefatos tecnológicos utilizados por eles. E esse incentivo só pode existir com uma elevação considerável no nível de compreensão acerca das TICs, eliminando medos, mitos, e ressaltando a importância delas para as lutas contemporâneas. Isto é, o uso contra-hegemônico das TICs não pode ocorrer sem uma reação vinda dos poderes preestabelecidos. Por isso, quanto maior for o controle das organizações sociais sobre a tecnologia que utilizam, maiores as chances de sucesso. Nesse ponto, o uso de tecnologias livres é fundamental, assim como a autonomia sobre os servidores que armazenam seus dados.

Por isso, a vigilância estatal e privada também precisa ser levada em conta. Faz parte da tomada de consciência dos movimentos sociais sobre as TICs entender o papel do anonimato e da criptografia para se manter atividades minimamente sigilosas. Faz parte também entender que a comunicação nunca será 100% segura.

A batalha pela informação livre também deve entrar na pauta de lutas dos movimentos sociais. A publicação, em formatos abertos e interligáveis, de dados relacionados ao Estado e às corporações é importante para municiar os movimentos sociais com informações. Da mesma forma, é importante que os movimentos publiquem os dados contra-hegemônicos por eles produzidos, de modo que a realidade possa ser contada à sua maneira.

Ainda que partindo de pouca reflexão teórica e altamente limitados pelas condições objetivas da vida real, desenvolvedores e desenvolvedoras têm se esforçado no sentido de produzir tecnologias em diálogo com os movimentos sociais, a partir das suas demandas e especificidades. Este é o caso da Cooperativa Eita, formada por integrantes que buscam mesclar habilidades de programação, educação popular e articulação política. O coletivo tem desenvolvido redes sociais e econômicas, redes de trocas, sistemas de visualização de dados, apoio à pedagogia da alternância e portais, sempre em parceria com movimentos sociais que formam a base de utilizadores das ferramentas.

Desenvolver TICs para movimentos sociais é um desafio intrinsecamente socio-técnico. Não que programar um Sige para uma grande corporação não o seja. A diferença se encontra precisamente em entender o sociotécnico não apenas como processo que perpassa questões de ordem social e técnica, mas sim como um posicionamento político de se utilizar o conhecimento técnico em favor de uma sociedade justa, solidária e principalmente livre das alienações, tanto do trabalho, quanto da tecnologia.

Após o término da aula, o jovem estudante da escola técnica na zona norte do Rio de Janeiro se dirige ao trem que o levará para sua casa, no subúrbio da cidade. Ao chegar na estação, encontra por coincidência novamente a senhora com quem havia dialogado mais cedo. Ambos descobrem que moram no mesmo bairro e terão ainda duas horas de conversa.

A conversa entre os dois está para ser construída por todos(as) aqueles(as) que participam e apoiam a luta dos movimentos sociais, acreditando que o uso e desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação é um componente crucial na luta de classes contemporâneas.

A chave de toda essa história pode estar na juventude. A geração que nasce a partir dos anos 1990 é aquela que tem a possibilidade de enxergar nas TICs a construção do novo.

Se é verdade que o Facebook foi utilizado para organizar os “rolezinhos” nos shoppings de São Paulo no início de 2014, então ele foi hackeado. O sistema construído para vender propaganda de marcas inacessíveis à classe trabalhadora moveu milhares de jovens negros e pobres para dentro dos shoppings, apavorando as elites legítimas consumidoras dessas mesmas marcas.

Quando a juventude – que tem capacidade de olhar para as TICs como processos em construção, como massas de modelar à espera de escultores – compreender as TICs como instrumento em busca da libertação de suas opressões, então a conversa entre os nossos personagens terá tido sucesso.

REFERÊNCIAS

ALVEAR, C. A. de S. *Tecnologia e participação: sistemas de informação e a construção de propostas coletivas para movimentos sociais e processos de desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Ministério da Saúde, 2011.

CARNEIRO, F. F. et al. *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, parte 1 – Agrotóxicos, segurança alimentar e saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.

CASTAÑEDA DE ARAUJO, M. *Ação coletiva com a internet: reflexões a partir da Avaaz*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: LASSANCE JR., A. E. et al. (ed.). *Tecnologia social, uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 187-209.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR., A. E. et al. (ed.). *Tecnologia social, uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15-64.

FBES. Relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2008.

GIRALDO, L. et al. *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde – Parte 2: Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.

HOEFLER, P. Linked data interfaces for non-expert users. In: *The semantic web: semantics and big data*. Springer Berlin Heidelberg, 2013.

MILHOMENS, L. *Entendendo o ciberativismo sem-terra e a nova esfera pública interconectada*. Anais do 35º. Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2011.

OLIVEIRA, J. T. D. A. O uso de “novas tecnologias da informação” pelos movimentos sociais e ONGs e o pensamento político de Hannah Arendt. *Universitas Humanas*, v. 8, n. 2, p. 145-157, jul. 2012.

PACIORNIK, G. F. *Movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação: um estudo de caso na zona sul da cidade de São Paulo, a Casa dos Meninos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PEREIRA, M. A. *Cyberativismo e democracia: movimentos sociais e novos repertórios de ação*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Coimbra, 2008.

_____. *Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital*. Anais do IV Encontro da Compólitica, Rio de Janeiro, 2011.

PINTO, A. V. *O conceito de tecnologia – v. 1*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIGOTTO, R. M. et al. *Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde – Parte 3: Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes*. Porto Alegre: Abrasco, 2012.

RUSKIN, G. *Spooky business: corporate espionage against nonprofit organizations*. Washington: Center for Corporate Policy, 2013.

SANTOS, N. B. dos. Novas tecnologias: do partido centralizado às redes da sociedade civil e comunidades virtuais. *Liinc em Revista*, v. 4, n. 1, p. 54-62, 2008.

SCHULER, D.; NAMIOKA, A. *Participatory design: principles and practices*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.

SILVEIRA, S. A. da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, n. 86, p. 28-39, 2010.

ZAMPIER, M. B. *Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da coordenadora latinoamericana de organi-*

zaciones del campo. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Viçosa, Minas Gerais, 2007.

ENGENHARIA E ALTERIDADE

Casamento possível?

*Flávio Chedid Henriques, Sidney Lianza e
Vicente Nepomuceno*

A conquista de uma sociedade mais justa, equânime – em que a produção de bens seja propulsora de relações mais harmoniosas, seja entre os seres humanos, seja entre esses com a natureza –, precisa passar por inúmeras lutas que propiciem o diálogo e a negociação de conflitos iminentes de distintos atores: movimentos sociais, organizações da sociedade civil e Estado.

Em cada um desses campos, contestar o *status quo* exige um balanceamento entre coragem, organização e fôlego. Coragem porque demanda que enfrentemos posições consolidadas e poderes estabelecidos, como também que alguns atores privilegiados pelo sistema atual, porém descontentes, saiam de suas zonas de conforto. Organização porque o desejo e a coragem de uma pessoa não se sustentam de forma isolada e precisam ter eco para enfrentar instituições extremamente organizadas. E fôlego, muito fôlego, para renascer das pequenas batalhas perdidas.

Assim precisa ser o médico, que deseja combater a organizada e poderosa indústria farmacêutica; o professor, que mesmo dentro de instituições privadas, tenta enfrentar a mercantilização do ensino com uma proposta pedagógica libertadora; os sindicalistas, que anseiam por uma verdadeira representação dos trabalhadores contra os pelegos fortalecidos por poderosas organizações; os servidores públicos, que precisam lidar cotidianamente com assédios morais para fazerem com que os órgãos públicos simplesmente cumpram seus papéis; os comunicadores populares, que disputam espaço com os grandes veículos de comunicação; ou ainda os jovens, que acampam nas ruas acreditando na mudança do mundo e que saem do conforto de sua situação para pensar na dor do outro, como exemplificado pelas inúmeras manifestações de apoio aos moradores removidos de Pinheirinhos e pelas ocupações de ruas em diversas cidades do Brasil, no fim de 2011.

O campo em que situamos nossa militância é dentro da universidade pública. Mais especificamente, nos cursos de engenharia. Na universidade, precisamos lidar com uma arcaica instituição criada para manutenção do *status quo*, que, sob o discurso da manutenção da excelência acadêmica, busca afastar qualquer possibilidade de alterar o estado das coisas. Nos cursos de engenharia, em que esse discurso é amplificado, lutamos contra uma tecnocracia que tenta se esquivar a todo custo da responsabilidade de suas ações, sob o argumento da neutralidade da ciência e da técnica.

Seja por crença ou por cinismo, é com esse discurso que os cursos de engenharia, majoritariamente, favorecem quem está estabelecido no poder. Parece tratar-se de uma incrível coincidência o fato das decisões técnicas e neutras sempre favorecerem as grandes corporações e latifundiários.

A formação do engenheiro busca direcionar o seu olhar para o inevitável rumo do progresso. Não parece se tratar de uma cegueira, tampouco uma cegueira branca, como retratada por José Saramago. Parece mesmo que buscam colocar antolhos nos aspirantes a engenheiros, impedindo que esses desviem suas miradas com desnecessárias discussões políticas.

Dentro desse ambiente, além de coragem, organização e fôlego, faz-se necessário dispormos de estratégias pedagógicas que nos permitam despertar o interesse de aspirantes a engenheiros na resolução de problemas da maior parcela do povo brasileiro. Pudemos notar, ao longo dos anos em que militamos nesse campo, que há uma forte alienação dos estudantes no que diz respeito aos problemas sociais que vivemos, ao mesmo tempo que observamos haver uma demanda reprimida por poderem ser sujeitos ativos na construção de uma nova sociedade. Mas a formação tecnocrática, que não deixa de ser uma formação de classe, os impele a atuar sem conseguir enxergar as especificidades da vida do outro, sempre numa perspectiva de quem ensina. É nesse sentido que refletimos o conceito de alteridade, com o intuito de estimular o olhar para o outro.

Esperamos que o tom irônico destas palavras introdutórias, aliado ao caráter propositivo deste capítulo, não dê a impressão ao leitor de que descobrimos o caminho para mudança de rumo dos cursos de engenharia. Patinamos muito, mas também conseguimos viver alguns pequenos espaços de esperança que nos fazem seguir em frente.

Um deles foi o encontro com alguns jovens da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).¹ Ávidos pelo novo, por transformação social, pela aproximação da universidade com os trabalhadores da agricultura familiar e do movimento de economia solidária, os mesmos que organizaram o VII Encontro

¹ A idealização deste capítulo surgiu no encontro com esses jovens no VII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, em Teófilo Otoni, MG, em 2010.

Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds), nos fazem acreditar que há pequenas vitórias que precisam ser festejadas e amplificadas.

A inquietação que embasa este capítulo é a de como permitir que os estudantes de Engenharia olhem para os lados. Fazer com que eles vejam o diferente não significa catequizá-los, mas sim apresentar novas perspectivas para que possam tomar decisões de maneira crítica. Apenas dessa maneira conseguirá enxergar o outro.

Como o outro, entendemos não apenas alguém que não seja ele próprio, mas também alguém que não pertença à sua classe social ou à classe em que aspira chegar. Referimo-nos aos quilombolas, aos indígenas, aos operários, aos pescadores e ribeirinhos, aos atingidos por barragens, aos trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares e aos desempregados. Enxergá-los significa colocar em suas tabelas de cálculo ou quadros de referências (Marques, 2005) a parcela mais significativa da população brasileira e, com isso, cumprir o dever de um estudante formado por uma universidade pública.

Para dar conta de nossa proposta, buscaremos refletir inicialmente sobre o conceito de alteridade. Depois, debateremos o papel da universidade pública, resgatando o pensamento de alguns dos principais intelectuais brasileiros sobre o tema. Em seguida, retomamos passagens de alguns documentos que regem, ou deveriam reger, a ação do engenheiro no Brasil. Como estamos inseridos dentro do curso de Engenharia de Produção, daremos especial ênfase a essa carreira. Finalizamos com uma proposta de ênfase dentro dos cursos de Engenharia de Produção, que muito longe de ser uma virada de mesa sobre a lógica atual, busca ser um pequeno espaço, um germe do novo dentro de um ambiente dominado pelas grandes corporações industriais, de serviços, rurais e financeiras.

SOLIDARIEDADE TÉCNICA: O CONCEITO DE ALTERIDADE QUE AUXILIA A PRÁTICA

Desde 2003, participamos juntos de uma iniciativa de extensão, pesquisa e ensino que tenta politizar a discussão da formação e atuação dos engenheiros dentro da UFRJ. Por uma formação crítica no desenvolvimento tecnológico (Lianza; Addor, 2005), estamos convencidos da necessidade de inserir uma perspectiva metodológica dialógica nas atividades de extensão que nos propomos a praticar.

Lianza, Addor e Carvalho (2005, p. 23) assim definiram solidariedade técnica:

[...] é a responsabilidade recíproca construída a partir do diálogo livre e qualificado entre os atores da Sociedade, do Estado e do Capital que enseja o surgimento de inovações sociais e tecnológicas visando ao desenvolvimento social e solidário, baseado na paz, na democracia e na justiça social.

Debruçamo-nos, para tanto, em pensadores como Paulo Freire, Michel Thiollent e Miguel de Simoni, que nos ajudaram a perceber a limitação de um olhar que não enxerga o outro em sua plenitude, enquanto agente ativo no mundo.

Freire (2009, p. 33) nos ajuda a perceber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção e construção. Cada ser irá codificá-lo de acordo com sua vivência e inserção no território. Por isso, “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

Paulo Freire também colabora na percepção do caráter político do ensino ao dizer que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica. Não seria diferente no ensino de engenharia. Dagnino e Novaes (2006), ancorados no estudo de Lili Kawamura, de 1981, dizem que os engenheiros têm um importante papel na perpetuação da ideologia dominante ao ajudarem a naturalizar a sociedade de classes. O caráter meramente instrumental de boa parte dos cursos de engenharia, aliado ao não questionamento crítico desses instrumentos, são elementos da formação do engenheiro que o ajudam a cumprir esse papel.

Qual perspectiva metodológica nos ajudaria a atuar com pescadores, trabalhadores desempregados, quilombolas, permitindo-nos utilizar o conhecimento da engenharia em diálogo com os conhecimentos existentes em cada um desses grupos sociais? Desde 2004, buscamos praticar e refletir sobre a pesquisa-ação, definida por Thiollent (2004) como uma pesquisa social de base empírica que envolve uma ação ou resolução de problemas coletivos em que há participação ativa dos pesquisadores e dos atores envolvidos com a situação.

Também nos inspiramos em Miguel de Simoni (2000), que propunha três passos como perspectiva metodológica em atividades de extensão: “[...] ir lá pra ver, ir lá pra viver e ir lá pra ver com os olhos dos outros”. Negava-se, portanto, a ser um engenheiro de escritório, que utiliza o ferramental aprendido, sem considerar a realidade local. É preciso ir lá pra ver. Tampouco se sentia um sujeito neutro diante dos grupos com os quais trabalhava. Não negava vivê-los. Porém, o que consideramos mais difícil e também mais importante para uma atuação responsável do engenheiro é a capacidade de colocar-se no lugar do outro e enxergar o mundo com as dificuldades vivenciadas por cada um.

Trata-se de um convite ao exercício da alteridade. Frei Betto (2010) define alteridade como a capacidade de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença. A prática da engenharia sem alteridade é responsável pelo desastre social e ambiental em que vivemos. A instrumentalização das pessoas e da natureza é fruto da incompreensão das diferenças existentes em nossa sociedade. Segundo um dicionário online, alteridade significa “qualidade do que é outro”. O Houaiss pouco modifica esta definição, agregando a palavra “distinção”. No Wikipedia, encontramos uma interessante referência ao livro do húngaro Tzedan Todorov chamado *A conquista da América: a questão do*

outro. Nesta obra, a análise das grandes navegações passa pela forma com o que os conquistadores viam os outros, ou melhor, a forma como eles não os viam. Segundo Todorov (2003), Colombo tinha o hábito de ver as coisas segundo sua conveniência e nunca tentou entender a outra cultura que havia encontrado na América. Essa incompreensão, que causou o maior genocídio da história, tem dois componentes que, segundo Todorov (2003, p. 58), marcam praticamente todas as relações até os dias de hoje entre colonizadores e colonizados:

Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar esse termo) são seres completamente humanos com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção dos seus próprios valores sobre os outros, ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo.

Essa ideia de que há apenas um mundo, que faz o autor afirmar que Colombo descobriu a América, mas não os americanos, não é tão rara de ser encontrada entre engenheiros. Uma comunidade ribeirinha que queira abdicar das supostas vantagens de uma política desenvolvimentista, por exemplo, em muitos casos ou não é compreendida ou é considerada inferior. Não é tão difícil encontrarmos argumentos de que os indígenas do Xingu são atrasados ao lutarem contra a Usina de Belo Monte. Como sabiamente disse o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2011) em uma entrevista no *Brasil de Fato*: “Os indígenas nunca foram atrasados, eles sempre viveram seu próprio tempo”.

Reforçamos nossa visão sobre a importância do exercício da alteridade na prática da engenharia em uma mina de carvão recuperada por trabalhadores em 1988, na cidade de Criciúma, caminhando com o seu engenheiro elétrico a quatrocentos metros de profundidade. Filho e neto de mineiros, esse engenheiro perdeu parentes nas minas de carvão. Por muitos anos não quis ver uma mina. Pôde estudar Engenharia e ter uma profissão diferente de seus familiares, mas quis a vida lhe colocar no caminho a tarefa de ser um dos engenheiros da mina que foi recuperada por seu pai, em uma longa luta dos mineiros no final da década de 1980.

Caminhamos por uma mina que ainda estava desativada. Estava completamente iluminada, ao contrário do que imaginávamos encontrar. Tinha uma altura razoável e não era o ambiente claustrofóbico que esperávamos ver. Ao longo do caminho, sem que fosse indagado, o engenheiro disse que nunca enxerga um mineiro como um subordinado seu, pois sempre vê ali seu próprio pai. O maior prazer de seu trabalho é melhorar as condições de trabalho dos mineiros, que ainda são precárias. Provou para toda a cooperativa que o projeto de iluminação da mina poderia ser compensado com outras economias de energia.

Sua sensibilidade nos tocou e nos motivou a pensar na importância da alteridade em projetos de engenharia. Muitos poderiam argumentar que, ao ver seu próprio pai e, quem sabe, a si próprio, há no caso narrado uma autoidentificação que dificilmente conseguiremos reforçar dentro do ensino de engenharia. Essa inquietação inicial, contudo, nos provoca a pensar em como desenvolver nos estudantes de Engenharia a capacidade de enxergar as pessoas afetadas pelos projetos desenvolvidos por eles em sua plenitude, assim como a não coisificar a natureza.

Segundo Pinto (2004):

A modernidade, guiada pelo pensamento racional, excluiu a natureza do centro das ações éticas, no momento em que passou a vê-la não mais como algo vivo e orgânico, mas sim como objeto, como “coisa” passível de ser dominada, submetida, posta a benefício da ideia de progresso e de satisfação das necessidades consumistas dos homens.

O mesmo autor reforça que a prática da alteridade “propõe estabelecer uma relação pacífica e construtiva com os diferentes, na medida em que se identifique, entenda e aprenda a aprender com o contrário”. A ética da alteridade, para Pinto (2004), tem a ver com o reconhecimento do outro em si mesmo, com os mesmos direitos, deveres e responsabilidades.

Adorno e Horkheimer (1985, p. 11), no clássico *A dialética do esclarecimento*, buscaram responder à seguinte questão, ao discutir o período que se segue ao iluminismo: “Por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie?”. Além de o pensamento esclarecedor não poder ocorrer sem a liberdade na nossa sociedade, como bem identificaram os autores, toda a racionalidade desenvolvida nas áreas técnicas está a serviço da produtividade econômica. É nesse momento que “progresso converte-se em regressão” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 14). A cegueira do esclarecimento descrita por Adorno e Horkheimer é muito parecida com o que aqui chamamos de visão unidimensional das engenharias.

Conflitos são imanentes à vida em sociedade. Mesmo enxergando o outro, o engenheiro pode optar por: construir uma barragem para construção de hidrelétricas; conceder a licença para a construção de um imóvel em área de preservação ambiental; projetar sistemas de produção que reduzam o controle do operário sobre a atividade de trabalho. A maior provocação deste capítulo é a de que um profissional com tamanha importância na nossa sociedade como o engenheiro não pode tomar tais medidas sem a consciência das relações sociais envolvidas, tampouco com a crença de que suas decisões técnicas são neutras. Podem optar por um modelo de desenvolvimento que favoreça os grupos econômicos que são hoje favorecidos, mas não podem fazer isso sem a consciência da decisão que estão tomando.

Individualmente, podem optar por decisões individualistas. Contudo, teria a universidade algum papel indutor na formação dos engenheiros? Especificamente, qual é o papel das universidades públicas e como esse papel deveria interferir na formação em Engenharia em universidades públicas?

O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Esta seção não pretende abordar todo o histórico de construção da universidade brasileira, o que seria interessante para compreendermos o contexto em que ela foi criada e a sua perspectiva classista. Consideraremos que essa é uma história já conhecida e buscaremos apenas apresentar algumas ideias de pensadores progressistas que apontam para a necessidade de construção de um projeto político pedagógico voltado para as necessidades da maior parcela da população brasileira.

Darcy Ribeiro (1975) destaca que, mesmo com um grupo interessado em realizar a mudança, é preciso cuidado e vigilância, pois são poderosas as forças que atuam nas universidades latino-americanas. Essas forças querem levá-las para a direção da atualização histórica ou da modernização reflexa, ou seja, atualizarmos-nos na nossa condição periférica ou modernizar em reflexo das outras nações.

Para isso, é necessário que as universidades definam metas claras, projetos trabalhados e cuidem da sua execução, garantindo que elas sigam o caminho do desenvolvimento nacional autônomo. Outra questão reforçada pelo autor é a importância de deixar clara a intenção do caminho que se quer seguir, pois nossas universidades tendem muito mais para o lado oposto, de se manterem como estão, de atuarem como freio da mudança (Ribeiro, 1975). Para que se possa planejar essa mudança, é preciso mexer na estrutura das universidades e permitir novas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, defende o autor, é preciso fugir de uma modernização tecnológica apenas; a mudança a ser proposta é sociopolítica.

A respeito da mudança nas universidades, Vieira Pinto (1986) diz que esta se considera a única capaz de fazer a reforma, e os seus professores, os únicos habilitados. Dessa maneira, o autor faz a seguinte provocação: “É como dizer que a reforma agrária deve ser feita pelos latifundiários”. Para o autor, não se trata de mudar a forma da universidade, mas de mudar o conteúdo dela, a fim de permitir o ingresso das massas, assim como colocar a cultura da universidade a serviço dos seus interesses.

Colocar a cultura da universidade a serviço dos interesses das massas não é tarefa fácil se considerarmos que as estruturas já formadas são extremamente fortes. Sobre isso, Anísio Teixeira, pensa que “para a reforma de uma universidade já constituída e cujo professorado não se pode remover, a reforma tem de ser gradual e lenta e por setores, não podendo operar a mudança global subitamente” (apud Fávero, 2000, p. 101).

Ancorados nesses grandes intelectuais brasileiros, afirmamos que uma universidade pública precisa exercitar seu caráter público e isso não é possível sem uma total reformulação dos currículos, critérios de entrada e critérios de financiamento de pesquisas. Neste capítulo focado na questão do currículo, a universidade deve ter um papel indutor ao pensamento crítico, tanto nas áreas de humanas e saúde como nas ciências exatas. Nas áreas de engenharia, esse papel indutor, que não se trata de uma catequização, deve buscar, ao menos, apresentar a diversidade de relações sociais envolvidas no desenvolvimento tecnológico em curso, que seria apenas um passo inicial para colocar a cultura da universidade a serviço dos interesses das massas, como gostaria Álvaro Vieira Pinto. Um primeiro passo é saber da existência de outros e das dificuldades vividas por eles. Isso não é possível sem a alteração do currículo atual.

O PAPEL DA ENGENHARIA NA SOCIEDADE

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Engenharia, instituídas através da Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002, do Ministério da Educação, em seu artigo 3º, dispõem que o curso de graduação em Engenharia tem como perfil do formando o engenheiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade. Dispõem ainda, em seu artigo IV, incisos X e XI, que a formação do engenheiro deve dotar o profissional dos conhecimentos para “compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais” e “avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental”.

O MEC e o Conselho Nacional de Educação definem, na introdução às Diretrizes Curriculares para o engenheiro, que:

O novo engenheiro deve ser capaz de propor soluções que sejam não apenas tecnicamente corretas. Ele deve ter a ambição de considerar os problemas em sua totalidade, em sua inserção numa cadeia de causas e efeitos de múltiplas dimensões. (CNE/CES, 2002, p. 1)

O processo Poli-USP 2015, que envolveu o mundo acadêmico, empresários, sindicatos, organizações não governamentais e governamentais, definiu a missão da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo:

A Escola Politécnica tem como missão formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país, com responsabilidades social,

econômica e ambiental. Sua formação deve ser abrangente, com sólido conteúdo das ciências básicas para a Engenharia e com ações que o capacitem a praticar a cidadania com habilidades de comunicação e ética no relacionamento humano.

Apesar dessas diretrizes, o que podemos observar é uma engenharia completamente distante dos problemas sociais, cuja formação proporciona uma visão unidimensional, ao contrário do que é preconizado pelo MEC. Com relação a isso, Miguel de Simoni (2000, p. 139) critica a inexistência de uma engenharia de produção voltada para a maioria da população brasileira:

A engenharia de produção é voltada quase exclusivamente para as grandes empresas. Um indicador dessa situação pode ser retirado da consulta aos projetos de formatura dos cursos. As técnicas aplicadas são voltadas, de modo geral, para os processos de produção em larga escala e/ou com grande investimento de capitais. Mais recentemente, um mercado para a atuação do engenheiro de produção que cresceu bastante é a área financeira da economia. As pequenas empresas (que representam o maior contingente de mão de obra) não recebem da engenharia de produção praticamente nenhum apoio. O que dizer então das formas de trabalho não formais, não legais: camelô, pequena produção agrícola, biscaterios, prestadores de serviço e outras formas de obtenção de renda que hoje fazem o cotidiano de milhões de brasileiros?

A partir dessas diretrizes e da crítica, apresentamos, no final deste capítulo, uma proposta de um novo setor em um departamento de engenharia de produção.

ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As atividades extracurriculares, que deveriam se tornar curriculares, como práticas de extensão, participação em conselhos acadêmicos e organização de eventos, também podem ter um caráter transformador nas faculdades de Engenharia.

Há dez anos participamos da organização do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds), que, em 2014, realizou sua décima primeira edição na Universidade Federal do Pará. Esse encontro tem sido um dos principais instrumentos de mobilização de engenheiros em torno dos problemas sociais brasileiros. Foram realizadas quatro edições na UFRJ, entre 2004 e 2007, para depois seguir, a cada ano, para as seguintes instituições: Universidade de São Paulo (2008), Universidade Estadual de Campinas (2009), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2010), Universidade Federal de Ouro Preto (2011), Uni-

versidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Em 2013, em sua décima edição, o encontro voltou para a UFRJ. Além disso, contando com uma forte mobilização estudantil, foram realizados encontros regionais (Ereds) nas seguintes cidades: Natal, RN; João Monlevade e Governador Valadares, MG; Nova Iguaçu, RJ; Castanhal e Belém, PA; Crato, CE; Salvador, BA, Campinas, SP; Florianópolis, SC.²

Alguns temas são recorrentes nos encontros, e o acúmulo de informações ajuda na construção de um projeto político pedagógico para as faculdades de engenharia. Entre eles, podemos citar: a não neutralidade da ciência e tecnologia; os problemas socioambientais gerados pelas grandes obras de energia, assim como as propostas de energia alternativa; a discussão sobre o modelo de desenvolvimento do país; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; as relações sociais de produção nas grandes empresas e as propostas alternativas, como a economia solidária; o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação para fins sociais; a gestão compartilhada de recursos naturais com protagonismo das comunidades de populações tradicionais; e o próprio debate sobre formação em engenharia.

O interesse dos estudantes de engenharia por esses temas nos faz afirmar que há uma demanda reprimida não atendida pelos currículos atuais. Em todos os temas listados, há acúmulo suficiente para a criação de disciplinas. Entretanto, entendemos que elas não devem ser oferecidas de maneira isolada, de sorte a parecer que são as matérias que “não tem muito a ver com engenharia”. Estas devem ser articuladas com a capacidade de influenciar nos debates das disciplinas tradicionais, como Planejamento e Controle da Produção, Organização do Trabalho, Desenvolvimento de Softwares, Planejamento Energético.

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: PROPOSTA DE UM SETOR

Queremos uma engenharia que não seja a da exclusão social, como relata Miguel de Simoni (2000). Uma engenharia que enxergue e valorize o outro, que hoje é entendido como o entrave ao pleno desenvolvimento da engenharia. Incluir novas variáveis e novos personagens no quadro de referência da engenharia, para utilizar a categoria de Marques (2005), complexifica e enriquece o desafio dos engenheiros.

A Engenharia de Produção, por ter uma forte ênfase nos processos de gestão e de organização do trabalho, tem relação com diversas áreas do conhecimento, como na gestão da saúde, na gestão ambiental, além de, obviamente, na gestão dos processos de trabalho.

Limitar o currículo da engenharia de produção aos grandes conglomerados multinacionais, ao setor de petróleo e ao setor financeiro não é uma posição neu-

² No primeiro livro desta coleção, há um capítulo que descreve cada encontro realizado até 2013.

tra. Não são os setores que mais empregam no Brasil, como bem observou Simoni (2000), tampouco são os únicos setores que trazem desafios acadêmicos. São os setores mais ricos.

Como podemos melhorar a gestão do ineficiente sistema de saúde pública do Brasil? Que conhecimentos podem ser aportados para a discussão da gestão compartilhada de recursos naturais, que envolve, além das comunidades ribeirinhas, muitos interesses econômicos e ambientais? Como viabilizar a organização autônoma de trabalhadores que decidem produzir sem a figura de um patrão? Como aportar conhecimentos no desenvolvimento de sistemas agroecológicos?

Certamente, a engenharia de produção não pode ser a única área de conhecimento a pensar nessas questões, mas pode dar uma grande contribuição se estiver disposta a repensar sua metodologia. Concordamos com Anísio Teixeira quando este diz que, em instituições já constituídas, precisamos atuar por setores, dada a dificuldade de mudança de estruturas solidamente construídas.

Neste sentido, dentro do Departamento de Engenharia Industrial da UFRJ, por um momento propusemos a criação de um setor que pudesse propiciar uma sinergia entre professores nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão no escopo acima exposto.

O setor foi proposto sob o nome provisório de Desenvolvimento Solidário (ou Social) e Sustentável. Em um momento inicial, o debate não foi conclusivo, mas vale relatar que chegamos a articular com alguns professores a oferta de disciplinas articuladas a outras já existentes, em uma tentativa de que fossem articuladas horizontalmente. São sete novas disciplinas, por enquanto: Gestão no Sistema Único de Saúde; Métodos de Estruturação de Problemas Sociais Complexos; Sociedade e Empresa; Gestão Cooperativada de Resíduos, Planejamento e Gestão Participativa; Economia Solidária: Teoria e Prática; e Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local de Territórios Populares. Somam-se a outras já oferecidas: Gestão de Projetos Solidários, Gestão Ambiental da Produção, Organização do Trabalho e Autogestão, que comporiam a proposta inicial do setor.

Consideramos que a institucionalização de todas essas atividades é importante para reformar o projeto pedagógico visando a outro modelo de engenharia, de sorte a não deixá-las como atividades marginais. Nesse sentido, retomar o debate sobre a proposta de ênfase está em nosso horizonte em curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como não acreditamos na neutralidade da ciência e tecnologia, não achamos que as atuais ferramentas dos engenheiros podem ser automaticamente utilizadas para solucionar problemas dos operários, dos quilombolas, dos ribeirinhos, etc. Elas precisam ser adequadas, reinventadas. Neste capítulo, propusemos que o primeiro

passo para essa reinvenção seja a tentativa de exercício da alteridade. Conhecer em profundidade a realidade dos que serão afetados pelas tecnologias projetadas e dialogar com os saberes locais, a fim de buscar soluções conjuntas, já são os pressupostos do conceito de tecnologia social, como pode ser observado em Dagnino, Brandão e Novaes (2004).

Para permitir que os futuros engenheiros exerçam a alteridade, é necessário que eles possam conhecer uma realidade que ainda desconhecem. Verificamos, ao longo da atuação do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), que há uma demanda reprimida por parte dos aspirantes a engenheiros que têm interesse em se envolver com os problemas que afetam a maior parcela da população brasileira. Para responder a essa demanda, propusemos a inserção de novas cadeiras nos diversos currículos de engenharia e exemplificamos com uma proposta em andamento para o curso de engenharia de produção da UFRJ.

Uma proposta como essa não deverá alterar, de uma hora para outra, as prioridades de um curso como o de Engenharia de Produção. Todas as proposições feitas já são diretrizes do Ministério de Educação ou já foram há muito tempo propostas, mas não são efetivadas, porque não encontram o respaldo necessário para a institucionalização de práticas dispersas.

Acreditamos ser a institucionalização um passo importante para despertar nos estudantes de engenharia uma visão crítica da sociedade e um olhar para o outro, mais especificamente, para o outro invisibilizado pela cultura e discurso hegemônicos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Teodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BETTO, Frei. *Alteridade, subjetividade e generosidade*. 2010. Disponível em: <www.saraiva13.blogspot.com.br/2010/02/alteridade-subjetividade-e-generosidade.html>. Acesso em: 13 mar. 2011.

CNE/CES. Parecer nº 1.362/2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 fev. 2002, Seção 1, p. 17.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR. et al. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique Tahan. O papel do engenheiro na sociedade. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 2006. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu>>.

br/ct/tecnologiasociedade/index.php/000/article/viewFile/7/7>. Acesso em: 2 ago. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Inep, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (org.). *Tecnologia para o desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

LIANZA, S.; ADDOR, F.; CARVALHO V. (org.). Solidariedade técnica: por uma formação crítica no desenvolvimento tecnológico. In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

MARQUES, Ivan da Costa. Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos. In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 13-25.

PINTO, A. A. Biermann. *Alteridade: categoria fundamental da ética ambiental*. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10241/alteridade-categoria-fundamental-da-etica-ambiental/2>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, 7 dez. 2011.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SIMONI, Miguel de. Engenharia de Produção da exclusão social. In: THIOLENT, M; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. (org.). *Metodologias e experiências em projetos de extensão*. Niterói: UFF, 2000.

THIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TODOROV, Tzedan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Poli-USP. Portal da escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.poli.usp.br/pt/a-poli/missao.html>. Acesso em: 13 mar. 2011.

VIEIRA PINTO, A. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

PARTE 4

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS E A PESQUISA-AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ricardo Ferreira de Mello e Ruth Espínola Soriano de Mello

Em meio a cenários paradoxais, complexos e diversificados que marcam a sociedade humana contemporânea, a busca pela melhoria da *qualidade de vida* parece representar um raro consenso, o qual parece trazer subjacente o entendimento de que o desenvolvimento é temática central associada a tal esforço. O *desenvolvimento*, por sua vez, embute diversas concepções e oportuniza infindáveis possibilidades de ações e justificativas. Situando o termo em sua concepção convencionalmente ligada ao crescimento econômico e suas derivadas, emerge o paradoxo de que o mesmo possa ser, por definição, produtor e dependente (na medida em que se apoia em sua existência) de *desigualdades*, fator social que incomoda a muitos.

Nesse contexto, tem-se que o padrão de capitalismo identificado como *keynesianismo-fordismo* foi responsável por índices elevados de crescimento e bem-estar social nos países que mais se industrializaram ao longo do século passado. Não obstante terem vivenciado momentos de crises profundas, como o de superprodução, em 1930, e de rentabilidade, em 1973, àqueles países convencionou-se a roupagem de “desenvolvidos”. Ao keynesianismo-fordismo se associa um modelo de desenvolvimento que contemplou produção em massa, regime salarial, organização taylorista do trabalho e um papel centralizador dos Estados nacionais, tanto no planejamento econômico quanto na cobertura social.

Esse último aspecto se traduziu em condição orgânica às políticas econômicas keynesianas, centradas no vínculo entre emprego, integração e cobertura social, com o Estado presente diretamente na organização e no controle de setores estratégicos na produção industrial, e operando com lógicas de planejamento em longo prazo. A vinculação levou à interpretação de que a crise do planejamento centralizado a partir da instância central estatal refletia também a crise do modelo for-

distas e da sociedade industrial, suscitando a vários autores¹ que se mobilizassem para buscar compreender fenomenológica ou estruturalmente a emergência de uma sociedade pós-industrial.

No Brasil, que não vivenciou um fordismo clássico, a transição para as formas pós-fordistas teve como agravante o fato de o país ter observado um crescimento econômico de forma muito concentrada e com dinâmica descolada do desenvolvimento social. Isso levou o país a um crescimento econômico vigoroso durante mais da metade do século passado, ao mesmo tempo que viu consolidar-se uma sociedade extremamente desigual. Assim, a insuficiência dos modelos de desenvolvimento ancorados no crescimento econômico e supostos correlatos efeitos benéficos no campo social possui, no Brasil, um caso exemplar. Os esforços para empreender novos processos produtivos, a própria mudança na forma de se perceber o que é produtivo, a intensificação no uso de novas tecnologias de base microeletrônica, a expansão de formas híbridas e alternativas de trabalho e geração de renda ensejaram novas ações, serviços, ênfases e prioridades e suscitaram a discussão acerca do desenvolvimento, principalmente nas duas últimas décadas.

No entanto, não se avançou tanto, em paralelo, na construção de referenciais teóricos de análise, acoplados a esse universo, aptos a delinear o que poderia se configurar um novo modelo de desenvolvimento, já que a emergência de novos paradigmas no pós-fordismo não corresponde necessariamente ao advento de um novo modelo. Não se trata da substituição de uma antiga ordem por outra. Está em curso um processo mais complexo de transição e deslocamento de padrões, mudanças de perspectivas de trabalho e reprodução social, novas concepções de cultura e a criação de um ambiente não propício a determinismos de qualquer espécie.

Nesse campo de análise e construção é que o *desenvolvimento local* se insere. Noção que adquiriu força, portanto, no cenário pós-fordista e que está longe de constituir um caminho único, consensual, dotado de um arcabouço teórico comum às diversas correntes que convergem ao perceber sua relevância. O que se pode apreender, todavia, como ponto em comum, é que os conceitos, análises e diretrizes que lhe são atinentes sugerem, de imediato e em contraposição à concepção convencional, que o desenvolvimento em dimensão local ou territorial é algo que se constrói, e não algo que se busca.

Nessa construção que pode, assim, trilhar caminhos diversos – combinações variadas do plano mais teórico aos aspectos mais práticos, referentes aos processos implementados em apoio ao desenvolvimento local (DL) –, o presente capítulo enfoca um campo específico de aplicação: a relação que as estratégias participativas podem desempenhar com o intuito de alavancar o DL. Mais detidamente, o papel

¹ Ver Castells (1999), Offe (1999), Albuquerque (2001), entre outros abordados mais detidamente em Mello (2014).

que pode desempenhar a metodologia da pesquisa-ação nesse sentido, e como pode a mesma contribuir para o aumento da capacidade endógena territorial, que sobressai em nossa análise como componente motriz dos processos em apoio ao DL.

PROTAGONISMO LOCAL E A MOBILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E PRODUTIVA DO TERRITÓRIO

Um aspecto deve ser salientado ao leitor deste capítulo: não se trata de estabelecer, aqui, qualquer espécie de *overview* sobre o tema,² principalmente levando-se em conta a diversidade de enfoques que se pode dar ao assunto e a necessidade do caráter propositivo. Afinal, já se disse que “quem muito abarca pouco aperta”, e a proposta do capítulo se dirige a quem realiza ou pensa realizar trabalhos na linha de pesquisa mantida pelo Soltec/UFRJ, que se volta para territórios com déficits de natureza múltipla: ausência de Estado; tecido socioproductivo esgarçado; baixo grau de cooperatividade, de capital social, ou de outras designações afins a essas.

Embora tais territórios muitas vezes mirem na perspectiva do desenvolvimento como maior poder local de atração de investimentos – assim como o fazem grandes cidades e mesmo países –, não é discutir essa questão o objetivo deste texto. Pode até se configurar tal dinâmica maior, enquanto uma situação decorrente, mas não se mostra como força propulsora do desenvolvimento territorial algo que não *parta do aumento da autonomia e da capacidade de autodeterminação, como potência para a mudança efetiva das condições de vida da população*. Assume-se assim, como conceito-chave do desenvolvimento local, a *mobilização democrática e produtiva dos territórios, como uma via de transformação social* e que *pressupõe o desenvolvimento como um processo que envolve a interação de múltiplos fatores atuantes nas sociedades humanas*.

Mesmo quando o território passou a ser reconhecido como ator, durante algum tempo, fez-se menção ao desenvolvimento econômico local como força propulsora dos demais fatores, sem que este recaísse no modelo mais convencional ao se prospectar a melhoria das condições econômicas, e só então, por conseguinte, os demais fatores. É a noção que Albuquerque (2001) situa, criticamente, como “a metáfora da locomotiva, que supostamente arrasta o crescimento dos territórios em desenvolvimento”, que também se caracterizaria por tomar apenas ou, sobretudo, a empresa (ou o conjunto delas) como a unidade referencial do desenvolvimento.

A abordagem sobre a mobilização democrática e produtiva pressupõe a construção socialmente mais ampla do tecido territorial, como se associa à noção de *territórios produtivos*. Esses podem ser considerados uma tradução, em síntese, para

² Para isso, ver Tenório (2007).

o conjunto de redes socioterritoriais, políticas, produtivas, constitutivas de novos sujeitos e protagonistas, que propicia às localidades estarem conectadas por dentro e para fora. Isso que extrapola, claramente, qualquer referência ao isolamento ou a uma possível autossuficiência de um local, muitas vezes assim vinculado a uma questão de tamanho ou escala. Como situam vários autores que se debruçam sobre o tema, o território não é “fotografável” desde um helicóptero, nem visível em imagem de satélite.

Entre esses autores, Cassiolato (2008) aponta que diversas escolas epistemológicas simplesmente abstraíram esta questão, a começar pela teoria neoclássica da economia, que tratava o território como fator exógeno em seus modelos. E assim se seguiu, gradativamente, para os anos do pós-Segunda Guerra, com a dimensão territorial do desenvolvimento sendo permanentemente posta de lado, corroborando com Albuquerque para quem “a crise do fordismo é também a crise das teorias predominantes sobre o desenvolvimento, as quais haviam eliminado a alusão ao território, substituindo-o pela lógica abstrata das categorias macroeconômicas e das economias de escala da produção” (Albuquerque, 2001, p. 28).

Quando desponta a convivência entre diferentes formas organizacionais e configurações produtivas no pós-fordismo, Albuquerque (2001, p. 29) assinala que o mesmo possibilita a construção de novas modalidades de articulação territorial da vida socioprodutiva. Ou seja, gestam-se condições para que o território deixe de ser, essencialmente, um pano de fundo. Passa a ser considerado um “recurso” específico e o “ator” principal do desenvolvimento, e não unicamente um mero espaço ou marco das atividades econômicas e sociais.

A despeito dos problemas de toda ordem vivenciados nos territórios populares, ou de periferia, o desenvolvimento local pressupõe ainda o fortalecimento do *protagonismo local*, entendido pela desconstrução progressiva do vínculo tradicional entre ações verticais e ações de mudança estrutural, ou como se convencionou designar: fenômeno pelo qual os *agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino*. Para o que se torna fundamental, por sua vez, a melhoria qualitativa nas relações, as interações e a cooperação, isto é, o aumento do que se identifica muitas vezes como o capital social em um dado território, por meio de um conjunto de práticas e ações a serem implementadas.

Esse componente diz respeito ao fato de a mobilização necessitar ser também *democrática*, devendo o conceito de democracia ultrapassar a noção simplificada de obtenção de direitos para a maioria e ir em direção ao que apontam Greenwood e Levin (1998), para os quais a sociedade democrática é aquela na qual se contempla a *diversidade social*, em que grupos minoritários estão representados e participam efetivamente da tomada de decisões em seus respectivos níveis de atuação –, local, regional ou nacional. Desse modo, o *desenvolvimento territorial* representa uma busca contínua pelo aprimoramento de processos endógenos em que estão presentes o meio ambiente e os atores sociais, além de sua mobilização no território, com

seus consensos, convergências e conflitos. Isso garante que o desenvolvimento não seja o produto da busca de equilíbrios de grandes agregados estatísticos macroeconômicos, mas sim a conjunção dos diferentes esforços e compromissos dos atores sociais em seus territórios e meio ambiente concretos. Isto é, o resultado do compromisso de uma parte significativa da sociedade local e de mudanças básicas em suas atitudes e comportamentos, o que permite substituir a concepção tradicional de espaço (como simples cenário físico) pela de um contexto social de *cooperação ativa* (um território; que é também um ator).

A *cooperação* aparece, assim, como condição intrínseca ao desenvolvimento local das forças produtivas, em especial aquelas presentes nos territórios mais fragilizados pelos processos de reestruturação produtiva e metamorfoses do mundo do trabalho. Não é de causar surpresa que nos contextos que marcam os guetos, onde se juntam os *desfiliados*, os despossuídos, os socialmente excluídos e os vitimados por conflitos, intensifiquem-se os laços e atos de reciprocidade, ajuda mútua, mutirão e congêneres. Como sublinha Cunha (1998), as transformações em curso desterritorializam empresas e empregos, desestruturam antigos padrões de regulação contratual, fragmentam os lugares, dualizam e informalizam, precarizando as sociedades e os mercados de trabalho. Os próprios mercados gerados no contexto de informalização e precarização vão perdendo capacidade de absorção do enorme contingente de trabalhadores que passam a constituir os novos *desfiliados* do século XXI, numa visão *à la* Robert Castel (1995).

Nesse ponto, realçada a essencialidade atrelada ao protagonismo local, para que a mobilização a ser promovida tenha chances de levar o desenvolvimento local a territórios populares, há que se fazer uma digressão histórica capaz de desvelar em que medida a tutela e a ausência de autonomia presentes nesses territórios possuem raízes mais ou menos fincadas na estrutura da sociedade brasileira. Para que a ênfase propositiva não se desvaneça antes mesmo que se lance a empreitada, vamos ao que interessa.

FATORES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS QUE DIFICULTAM A MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como é amplamente sabido, com o “cale-se” imposto pelo golpe militar de 1964, a pasteurização do conceito de desenvolvimento comunitário passou a representar ações que não impediram o avanço da tutela, do patrimonialismo e do clientelismo que se consolidaram no período ditatorial civil, militar e empresarial. A redemocratização, que só iniciou na segunda metade da década de 1980, posteriormente, incentivou a conquista pela sociedade civil de inúmeros avanços sociais, mormente no aspecto da participação em políticas públicas, com experiências que só seriam

implantadas na década seguinte, emitindo sinais de que se tornariam referência, inclusive no plano internacional.

No entanto, algo de podre talvez já estivesse entranhado na própria cultura política nacional, redundando em fatores estruturais e conjunturais que hoje se apresentam como desafios, entraves e sérios obstáculos ao desenvolvimento local, no que tange aos aspectos apresentados na seção anterior. Dentre os fatores estruturais, encontram-se aqueles que motivariam a busca por um suposto “elo perdido”, que auxilie a desvelar o que há por detrás de características de descontinuidade e dependência, que marcam inúmeras ações territoriais, no que poderia se chamar como um “pós-desenvolvimento local”, isto é, o período de tempo quando se encerram as ações concentradas de desenvolvimento local, que invariavelmente contaram com vários parceiros institucionais.

Sem pretender que esta breve digressão abarque o resgate de contribuições históricas de intérpretes do Brasil, contrapondo, por exemplo, a miscigenação consagrada de Gilberto Freyre às vicissitudes advindas do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, o que sobressai com clareza para nós consiste no acirramento da cultura política da tutela e suas sequelas; traços culturais enraizados pelo patrimonialismo histórico brasileiro e revisitados pelo clientelismo nosso de cada dia, em função da condição subserviente, feudal e submissa, que os antigos lugarejos, aldeias, grotões passaram a assumir em relação aos “detentores do poder”. Esses conduziram ao aceite regular de atos corriqueiramente praticados por “amigos influentes” do território: aqueles que gozam de funções, cargos, responsabilidades públicas e/ou políticas e acenam com a possibilidade de conseguir benefícios privados em troca de favores ou a simples obediência. Como se percebe, a lógica do “manda quem pode, obedece quem tem juízo” vem de muito tempo atrás e se dissimula apenas sob a fachada de uma sociedade dita democrática.

Já no tocante a fatores conjunturais, assiste-se a certa afirmação lógica de um modelo de gestão que, pelo menos no caso brasileiro, e talvez latino-americano, situa a dimensão participativa – e aí não se restringe à capacitação – como incapaz de “adquirir escala”. Isto é, trataria de ser ‘algo menor’, muito embora as duas últimas décadas tenham sido palco de incontáveis avanços no que se refere à implantação de fóruns setoriais, conselhos de políticas públicas e mecanismos de democracia participativa que, como enunciamos, passaram a servir como referência. Situadas no esteio do que se identifica como uma esfera pública ampliada, essas experiências acabam por se defrontar com imperativos de ordem pragmática que fazem se sobrepujar às propostas de ampliação democráticas e, com isso, volta-se, com frequência, às condições trazidas pela velha estrutura.

Assim, do mesmo modo que os gestores locais são adulados em suas negociações com a população, há uma escada hierárquica que faz com que os mesmos gestores tenham que adular instâncias oficiais superiores, no sentido de não sofrerem represálias ou garantirem migalhas restantes no banquete dos grandes detentores do capital político e financeiro.

Na ponta inferior da corrente de relações, resta aos territórios superar obstáculos de natureza extremamente complexa e arraigada, para que se possa avançar na direção do aumento do protagonismo local, do capital social e da capacidade endógena. Sendo mais direto, como supor possível atender a tais atributos em um cenário de medo, desconfiança, controle e militarização pelo qual passam – mas não exclusivamente – as favelas em uma cidade como o Rio de Janeiro? Questão que leva a constatar a junção dos fatores estruturais e conjunturais rebatendo sobre um aspecto que também – e em consequência – sobressai nos territórios em foco, qual seja a má gestão, a má administração local, a incapacidade de alavancar a melhoria da qualidade de vida, cumprindo tarefas que seriam básicas, mas que sucumbem ao jogo de interesses, favores, desvios, etc. Essa realidade relega várias cidades brasileiras a uma situação de inferioridade no processo de seleção natural, sendo o requinte da crueldade o fato de os mais fortes nem precisarem buscar superar os mais fracos: o Estado fortalece suas “espécies mais aptas”, a partir do momento que essas também o fortalecem.

Ao final do século XX, os Estados sofreriam um duplo ataque, inicialmente dificultando esse *modus operandi*. Por um lado, as correntes hegemônicas capitalistas impuseram o neoliberalismo e a vigência de um Estado mínimo. Por outro lado, lançou-se a nova corrida imperialista, travestida de globalização, expondo os Estados-nação à fragilidade competitiva de economias em escala global. Constituindo-se aquele período histórico em momento temporalmente próximo à alavancagem do desenvolvimento local, dois caminhos foram logo tomados, sob essa perspectiva: um pelo lado da resistência, e outro pelo lado da proficiência, em como tirar vantagens de uma nova situação econômica que se estabelecia.

Embora pareça paradoxal, o fato é que ambos os caminhos passariam pela discussão de inovação, com a diferença lapidar, porém, de que sob um dos pontos de vista, inovação é sinônimo de patente. Sob o outro ponto de vista, à luz da perspectiva sistêmica, propõe-se a perspectiva contrária, da quebra das patentes, do desamarrar as formas convencionais e de se analisar e prospectar o novo. Como diria Milton Santos, no documentário dirigido por Silvio Tandler *Encontro com Milton Santos ou: o mundo global visto do lado de cá*, de 2006, “agora, o novo vem da periferia”.

Em suma, provocar movimentos endógenos pode ser a derivada de uma descoberta no campo da mineralogia ou de formas inovadoras na prestação de serviços. No entanto, para a mobilização democrática, produtiva, com aumento do protagonismo local capaz de fazer com que *movimentos* se transformem em *capacidades* traduzidas pela maior condição de apropriação, conhecimento, permanência e autonomia, antes há que se modificar o enfoque do que se identifica, *a priori*, como carência, percebendo o que nele se revela como potência. Nesse sentido, Cunha (1998) destaca que novas formas de cooperação produtiva parecem emergir, permitindo um enfoque diferenciado da *flexibilidade e uma reterritorialização de processos*.

Conforme descrito em Mello e Silveira (2005), o território, com seus recursos e arranjos socioinstitucionais, torna-se a base para a constituição do espaço produtivo e, como um efeito de reforço, faz com que a cooperação se converta em força produtiva, aproveitando a dinâmica das novas interações. O compartilhamento de saberes, a aprendizagem continuada, o uso socializado de meios técnicos e informacionais, a produção de alianças estruturadas por redes de atores sociais, institucionais e governamentais, tais fatores são componentes fundamentais de um processo de mobilização produtiva do território.

Trata-se de uma concepção do *território-ator* totalmente contraposta, por exemplo, à noção do local como uma comunidade carente, como feudo sociopolítico receptor de ações em tese beneficiadoras. É evidente que os déficits crônicos de cidadania e riquezas são obstáculos reais, mas, conforme argumentam Silveira, Zapata e Cunha (2001, p. 256), será que não se pode explorar a crise da escala, a crise das profissões típicas do período taylorista-fordista, como oportunidades para gerar alternativas de trabalho e renda? Podem os acúmulos técnicos e as vocações encontradas nos diferentes territórios transmutar-se para novos modelos ocupacionais, distintos das formas de precarização do trabalho com terceirização perversa? São questões essenciais que transcendem o escopo deste texto, mas que apontam inequivocamente para um aspecto-chave na análise em curso, também assinalado por Albuquerque (2001): o principal fator estratégico é o *conhecimento incorporado às atividades econômicas* na reorganização da produção e do espaço, podendo, desde que mais intensamente produzido e disseminado, na arquitetura social e territorial, ser capaz de combinar e fazer interagir os atores públicos e privados, e não apenas no âmbito restrito das empresas ou das articulações entre empresas. O conhecimento incorporado às atividades econômicas, em seu caráter eminentemente tácito e de aprendizado, isto é, de apropriação e domínio coletivo do processo, enseja potencialidades essenciais no sentido de fortalecimento da *capacidade endógena inovativa* de uma região. Trata-se de ponto nevrálgico, em que se coadunam, por um lado, a análise do desenvolvimento territorial com as noções da inovação como processo, e por outro, a centralidade que se associa ao componente de capacitação, em especial, com a implementação de métodos participativos em processos de desenvolvimento local.

Não desconsiderando, com efeito, todo o revés de desafios estruturais e conjunturais, parece despontar uma mirada voltada a revisar e ressignificar valores e atributos, em uma leitura na qual o território deixa de lado a postura receptiva ou apenas reativa e passa à “pro”atividade, na busca pelo aumento de sua capacidade endógena, para o que constitui um binômio imprescindível: a participação e a capacitação.

CAPACIDADE ENDÓGENA TERRITORIAL, PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Os caminhos trilhados pelo desenvolvimento local perfazem um espectro em que é possível abarcar noções de resistência (Zaoual, 2006; Pecqueur; Zimmerman, 2004; Castells, 1999), de empreendedorismo (Krucken, 2009; Franco 2000; Casarotto Filho; Pires, 2001; Martinelli, 2003), de inovação sistêmica (Leydesdorff; Etkowitz, 1998), e sob um olhar especial na análise aqui proposta, de *capacidade endógena*. Esta última pode ser percebida até como abrangendo as demais, desde que a compreensão por “abrangendo” não seja igual a “contemplando”, na medida em que uma elevada capacidade endógena leva um território a saber escolher e se comprometer com qual caminho irá seguir na promoção do desenvolvimento local.

Em se tratando da busca por caminhos de transformação social, uma capacidade endógena territorial implicaria, assim, a maior capacidade de (re)conhecimento dos problemas e de participação efetiva no processo de busca e implementação de soluções por parte do território – compreendido esse como ator. Evidentemente o componente de aprendizado, de domínio de técnicas, de capacitação, de transformar conhecimento tácito em conhecimento socialmente multiplicado, em cotejar o saber técnico e o saber popular torna-se, pois, vital para o desenvolvimento local.

No estudo de metodologias para o desenvolvimento local que não apenas contemplam – já que isso seria reivindicado como comum, por um sem-número de iniciativas, em face ao entendimento amplo e genérico sobre o que seria capacitação –, mas priorizam o componente *capacitação* e que, ao mesmo tempo, sejam possuidoras da *dimensão participativa* em seu núcleo, há que se fazer ressalvas à questão do Estado, seja na dimensão de sua atuação mais pontual, no dia a dia dos territórios, seja na dimensão macro. Embora transcenda ao escopo deste capítulo aprofundar tal questão, sinalizamos a seguir sobre que tipo de ressalvas há que se levar em consideração. Fazendo o caminho do micro para o macro, a gestão pública em nível local, como é majoritariamente exercida no Brasil, consiste em um tratamento dirigido, no caso, ao município e à sua população, por governantes que se adornam com velhos trajes patrimonialistas e clientelistas.

Uma ressalva sobre esse aspecto aponta que a gestão participativa local (Tenório, 2007) vem contemplando abordagens e experiências que devem ser cada vez mais aprimoradas e multiplicadas, como é o caso do orçamento participativo, ou de conselhos regionais de desenvolvimento. Há processos de desenvolvimento local em curso, promovidos pelo Estado (como no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário) ou que contam com sua participação direta, cujos fundamentos derivam de abordagem territorial participativa e sobre os quais há que se reivindicar a continuidade e o aprofundamento, consolidados enquanto políticas públicas de Estado (indo além de iniciativas atreladas a um ou outro governo).

O problema reside, como situamos, na necessidade de “adquirir escala” quando se trata da presença direta do Estado, pressuposto que pode imputar ao desenvolvimento local uma espécie de armadilha acidental: a armadilha de se recair em uma discussão ampliada, porém desfocada da contribuição essencial do DL, que remeteria à substituição simples da noção convencional de desenvolvimento por outra que valorizasse as iniciativas locais como carro-chefe de uma economia nacional. Implica armadilha na medida em que significa retomar perspectivas de que é algo: que se busca (e, portanto, exógeno); que se dá intralimites fisicamente determinados (contrariando a noção de ser o território um ator, e não um espaço físico); capaz de reduzir as macro desigualdades entre países, impostas pela divisão internacional do trabalho e do capital. Sobre esse aspecto e em face à dimensão macro que acaba por exigir os ganhos de escala, prospectar o aumento da *capacidade* endógena como potência factível, no sentido de resolver problemas centrais ao território, não consiste em revisitar conceitos e ideias atrelados às teorias do *desenvolvimento endógeno*, embora não seja o caso de desprezá-las como fonte inspiradora original.

Atribuindo a construção do modelo de desenvolvimento endógeno “à insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento ‘a partir de fora’ proposto nos anos 1960 e 1970”, Vázquez-Barquero (2002) argumenta que o mesmo corresponde a um processo de mudança estrutural e de crescimento econômico no qual sobressaem como elementos de mudança “a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural”. Ao território, compreendido como um “emaranhado de interesses”, muito distante de qualquer conotação unicamente material para um local onde se desempenham atividades econômicas, designa-se o papel de agente de mudança ou de transformação social.

Vázquez-Barquero (2002) considera como fatores determinantes reconhecidos para que se viabilize a acumulação econômica, além do progresso tecnológico (outro fator que seria essencial em processos de mudança), “a criação e difusão de inovações no sistema produtivo; a organização flexível da produção; a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades; e o fortalecimento das instituições”. Esses fatores seriam tratados em trabalho posterior (Vázquez-Barquero, 2004) como “as quatro forças que impulsionam o desenvolvimento endógeno”, cuja interação propiciaria o efeito H, um fator de eficiência do processo de acumulação econômica, retomando a concepção original com uma reformulação ligeira: “a) a organização flexível da produção; b) a difusão das inovações e do conhecimento; c) a capacidade de mudança e de adaptação das instituições; e d) o desenvolvimento urbano do território”.

A ênfase conferida pelo autor espanhol se dirige, assim, aos entornos urbanos que, tal como os entornos de produção, “formam uma rede em que os atores locais se relacionam entre si e trocam bens, serviços e *savoir-faire* segundo regras específicas (Vázquez-Barquero, 2002). Ou seja, a própria dinâmica das cidades, em par-

ricular pela intensiva interação dos mecanismos e forças e extrema diversidade de recursos incidentes sobre os processos, agregaria externalidades cruciais ao desenvolvimento endógeno. A organização flexível da produção seria uma prerrogativa no sentido de enfrentar o “desafio do aumento de produtividade e competitividade do sistema produtivo”, como parte do conjunto de estratégias de desenvolvimento no qual também se inserem a melhoria de distribuição de renda e a conservação dos recursos naturais, patrimônio histórico e cultural e dos bens comuns.

Quanto ao processo de difusão das inovações e do conhecimento, cabe ressaltar que o mesmo se encontra condicionado pelo chamado entorno produtivo, abrangendo empresas, instituições, atores econômicos e sociais. Sublinha-se, em particular, que a confiança mútua entre os empresários gera cooperação e confiança para as transações entre as empresas locais, reduzindo custos, valorizando a qualificação dos recursos humanos do território e outros resultados de âmbito não necessariamente econômico, como a redução de conflitos sociais.

No tocante às instituições, frisa-se que o desenvolvimento possui “raízes institucionais e culturais”, ocasionando que saiam fortalecidos processos implementados em territórios que possuem sistemas dinâmicos e flexíveis. Assim, quando há uma densa rede de relações, envolvendo desde aquelas estabelecidas entre empresas até articulações entre empresas e universidades, instituições de pesquisa, sindicatos, governos locais, entre outros, os recursos locais disponíveis tendem a ser melhor utilizados.

De modo geral, destaca-se que “um enfoque de desenvolvimento endógeno nos obriga então a focalizar a análise” tanto nas estruturas familiares, culturais e de valores locais como em fatores que condicionam o desenvolvimento, como “nas condições locais e nos processos sociais internos que estão na base do processo de acumulação econômica regional”. Entre esses, aqueles relativos “à cultura local e às relações de poder” (Vázquez-Barquero, 2002), fatores que afetam, por sua vez, a própria interação entre as “forças do desenvolvimento” e, supostamente, determinariam o comportamento do fator H de eficiência do processo de acumulação.

O autor propõe, então, uma “nova interpretação” para a situação enfrentada por regiões pobres e desiguais, para as quais a aplicação da teoria do desenvolvimento endógeno permitiria também a “identificação de novas potencialidades sociais de acordo com os atuais desafios de cada região e uma tomada de consciência coletiva acerca das necessidades de novas normas de convivência social economicamente mais eficientes e socialmente mais inclusivas” (Vázquez-Barquero, 2002).

A questão problemática estaria em remeter ao âmbito do desenvolvimento sob a visão convencional que se tem sobre o mesmo. Nesse sentido, o componente endógeno entraria em uma disputa de modelos, correndo-se permanentemente o risco de se passar da cooperação ativa para a competição efetiva, em que acaba por se reintroduzir a retroalimentação de desigualdades, que é inerente aos modelos alicerçados no crescimento econômico e seus efeitos derivados. Dessa forma, assu-

mindando que o aumento da capacidade endógena pode contribuir decisivamente para aumentar as condições de autonomia vivenciadas em um dado território, parte-se da aceitação de que o processo pode ser pequeno em alcance, lento, gradativo, sendo o mais importante que seja endógeno, ou apropriado em seu domínio pelas forças locais.

Entendendo que o território-ator se capacita na leitura e busca pela resolução de seus problemas, o mesmo exige que a orquestra de forças seja regida por uma inteligência coletiva. Orquestra invariavelmente composta por uma equipe que tem propensão elevada a dispersar, em virtude de flexibilidade, mobilidade, gratuidade (trabalho voluntário), e com o agravante, em se tratando de territórios populares de periferia (como aqueles onde o Soltec/UFRJ notadamente atua, em parceria com organizações locais), de haver enfrentamentos de diversas mazelas, da deficiência de serviços públicos ao medo e à desconfiança permanentes.

Tomando por base a cidade do Rio de Janeiro, talvez por ter sido capital federal, entre outros motivos que exigiriam uma análise antropológica profunda, tais territórios foram histórica e genericamente tratados como periferia, constituindo um emaranhado composto por feudos de dominação de oligarquias locais, onde a ausência (ou presença desqualificadora) do Estado se fez latente. Quando da redemocratização, a partir dos anos 1980/90, esse vácuo acabou preenchido por agentes da criminalidade, do tráfico de drogas e, mais recentemente, de milícias urbanas que se utilizam da sementeira do terror e da violência para se impor nos territórios. O que tem suscitado, por sua vez, tardia e incipientemente, uma reação do Estado através da política de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que se pautam, contudo, também pela prioridade ao controle e imposição da ordem.

A resultante é que, seja pelo lado da (suposta) ordem, seja pelo lado da delinquência, imperam o medo e a desconfiança, com reflexos inequívocos sobre as relações sociais gerais que se estabelecem em territórios populares, no tocante ao esgarçamento dos laços de cooperação e atuação conjunta e coletiva. Desse modo, a exigência que o Estado cumpra seu papel de fato, promovendo direitos sociais e de cidadania, integra necessariamente a agenda pela qual se intenciona uma capacidade endógena territorial, partindo dos mecanismos existentes da democracia formal representativa, e assumindo a priorização urgente de mecanismos de democracia direta local.

Levando em conta tal premissa, e reconhecendo assim a necessidade da presença do Estado, especialmente situado dentro de uma esfera pública ampliada, com participação e controle social, considera-se que esta é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento local. Há que se investir, sobretudo, em dois pilares, absolutamente interligados: capacitação e estímulo à participação, assumindo-se que sem o segundo componente a capacitação não se realiza. No caso de promover capacitação com a resolução de problemas práticos, talvez nada seja mais prático do que buscar resolver problemas que tornem, em primeiro lugar, habitável

o espaço físico onde se mora, trabalha, cria filhos, diverte, produz e absorve cultura. A partir daí, podem-se reunir condições favoráveis para que efetivamente passe a se planejar o desenvolvimento local.

Nesse sentido, a capacidade endógena territorial pressuporia caminhar em sentido semelhante àquele proposto por Castells (1999) quando defende a necessidade de se passar de uma identidade territorial – associada à resolução de problemas – para uma identidade de propósitos, ou de projetos, com resultados a atingir, tendo uma visão de futuro e uma meta coletivamente compartilhada. No entanto, reunir tais atributos não é tarefa espontânea, voluntária, muito menos liberal. Para se conseguir crescer em capacidade endógena, traçando metas, distribuindo responsabilidades, implementando, monitorando, replanejando as ações em uma espiral cuja definição é dada por um grupo que se sinta sujeito desse processo, precisa-se de método, de metodologia e de estratégias participativas.

Sob esse matiz, este capítulo percorreu um trajeto analítico que enseja como reflexão conclusiva a recomendação de estratégias participativas, e em particular, a pesquisa-ação para o desenvolvimento local.

ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS E A PESQUISA-AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tratando-se de uma seção que busca traçar recomendações práticas, dirigidas àqueles que atuam ou pretendem atuar em processos nos territórios, enviamos esforços menos no sentido puro de sua análise e mais no sentido de enfocar a relação, principalmente potencial, entre a pesquisa-ação (Thiollent, 2011 e 2012; Dionne, 2007) e métodos participativos (De Toni, 2010) com o desenvolvimento local.

A abordagem leva em conta inúmeros avanços sociais conquistados pela sociedade civil desde a redemocratização do país, notadamente no tocante à participação em políticas públicas. Ocorre, porém, que talvez o efeito concentrado naquele momento de expandir os espaços, tendo em vista o atendimento a uma demanda por participação que ficara anos refreada, tenha se diluído. Ou então, e mais provável, o caráter não deliberativo de vários desses espaços ditos democráticos tenha proporcionado um sentimento generalizado de que “tudo permanecerá do jeito que tem sido”, como dizem versões da canção de uma música brasileira que bem reflete o espírito captado das pessoas com relação à participação: há uma saturação e certo descrédito.

Diante de tal contexto, observa-se que não há resposta única, específica, e as que existirem pressupõem técnicas de comunicação, mobilização popular, talvez até mesmo componentes motivacionais, sugerindo intensa interdisciplinaridade. Ensinamentos que a gente traz na bagagem fazem lembrar que poucas situações mobilizam e mobilizaram tanto as pessoas quanto os mutirões habitacionais. Mesmo estes,

contudo, não estão imunes a que, quando o grupo que era “sem casa” se torne “com casa”, a mobilização refreie e novas conquistas que poderiam ser obtidas sequer sejam formuladas. Isso ensina que, mesmo os *métodos participativos que se mostram eficazes no sentido da sensibilização e da mobilização necessitam de uma dimensão dinâmica*, como no caso da espiral da pesquisa-ação, evitando caracterizar ações com “início, meio e fim”, em que atingida a meta inicialmente traçada podem ser dispersados os esforços. Isso iria em uma contramão do desenvolvimento local, que se constrói ao caminhar, sem um mapa que mostre como o alcança.

Ao se diferenciar de outros métodos participativos que objetivam a transformação social, a *pesquisa-ação traz a marca de se referenciar pela ação, com o componente pesquisa necessariamente associado*. No tocante a esse componente de pesquisa, especificamente, é sabido que são produzidas aos montes com enfoque sobre territórios populares, como é o caso das favelas. Agora, vinculadas a uma ação, ou a um conjunto de ações, talvez não sejam tantas. Do mesmo modo, as estratégias participativas são recorrentemente destacadas, mas, quando se desce ao solo do território, percebe-se que alguns fatores carecem de maior vinculação, de mais contrato *à la* Andre Morin (2004), nem tanto de caráter formal, mas de responsabilidade compartilhada, de compromisso coletivo com ações pactuadas.

Nesse sentido, o protagonismo local no desempenho de ações cujo sujeito é o conjunto de atores locais exige método. Não se trata apenas de realizar reuniões entre atores locais e parceiros institucionais ou contratar facilitadores, muito embora este constitua um passo inicial básico. Para isso, há um sem-número de situações em que a promoção de um alinhamento conceitual entre os parceiros institucionais pode produzir bons resultados. O que dificilmente poderá se obter sem a adoção de instrumentos participativos, de fato. Mesmo com a adoção desses, caso a intenção seja a de que se consolide um sujeito político coletivo, em especial no caso de territórios periféricos, favelas, há que se levar em conta o concurso de reações antagônicas, tanto nos planos internos quanto externos ao território.

Constata-se, por vezes, algum tipo de predisposição contrária a determinados métodos, como se os mesmos engessassem ou tolhessem a criatividade e a liberdade. Isso representa o caso típico de entidades “oficiais” de capacitação profissional, que dispõem de pacotes prontos, invariavelmente sob a forma de cursos ditos, de forma corriqueira, como produtos “de prateleira” e que são caracterizados pelo uso de um mesmo material didático, de um mesmo conjunto de métodos e dinâmicas, como se estes fossem aplicáveis a qualquer contexto e conjuntura. Em contraposição a esse modelo, defende-se, por parte de alguns formuladores, de alguns executores, e principalmente do público participante, quando aguçada sua visão crítica acerca de tais processos, a adoção de estratégias nas quais sobressaiam como valores essenciais, a flexibilidade e a capacidade de adaptação.

Nesse particular, um atributo precioso da pesquisa-ação, conforme a descrição da metodologia segundo Thiollent (2011), reside na definição do *problema central*

e da busca coletiva pelas soluções, pelo conjunto de atores participantes. Sabe-se que tem um ponto de chegada e um ponto de partida. O caminho, tal qual o desenvolvimento local em cada território, ainda está por se construir, mas dentro de alguns princípios.

Um princípio que nos parece guia é o compromisso assumido e que será monitorado e cobrado por um grupo. Sugere-se algum grau de semelhança com a lógica do aval solidário, presente em programas de microcrédito, tal como fora disseminado por Yunus (2000). Naqueles programas, a “pena” pelo não pagamento de uma parcela de empréstimos, por parte de um dos membros, recai sobre todo o grupo. No caso de um método participativo, em que se firmam pactos coletivos, a “pena” seria, portanto moral e não pecuniária. O que, por seu turno, também atende aos requisitos de construção de novos valores para uma sociedade, que já passou do tempo de autodiagnosticar a necessidade de estar se transformando.

Com relação à mobilização e ao desenvolvimento produtivo, acerca das chamadas condições materiais, melhores resultados econômicos e sua relação com o processo de desenvolvimento local como um todo, vale destacar que esse atualiza, de certa forma, o conceito de geração de trabalho e renda, exercendo efeito impulsor, quando não imprescindível. Porém, aumentar o influxo de circulação monetária não tem correlação direta positiva com a melhoria da qualidade de vida para o território. Em virtude da ausência de mecanismos formais de distribuição, recai-se na situação hoje sofrida por quem vive em territórios controlados, por exemplo, de milícias urbanas, que criam taxas de segurança, tarifas e tributos, sem terem qualquer vestígio de prestadores de serviços públicos.

O modelo do inovador individual, do microempreendedor individual sagaz, que se encontra invariavelmente nos grandes centros, acaba tendo efeito quase insignificante em nível local, ao contrário de um sistema inovador capaz de mobilizar produtivamente um território. Há sistemas que nascem de alguma identidade ou sem qualquer uma definida e que alcançam resultados diferentes em função de suas circunstâncias. Mesmo aqueles que se deparam com circunstâncias favoráveis, sabem que há um tempo de maturação do investimento, e que os resultados palpáveis podem demorar a aparecer e/ou se estabilizar.

De todo modo, o território-ator deve ter condições de realizar seus investimentos e suas apostas, e, com qualquer limitação que se depare, pode fazer adaptações, em um movimento constante. A partir de uma força endógena a ser capacitada, o ator local deve evitar a descontinuidade das ações e a dependência do território, seja de recursos aportados unilateralmente pelo Estado, seja da ação de parceiros externos, que não moram, não dormem, nem realizam seus planos de vida a partir daquele lugar. Os que se constituem assim, enquanto atores locais, enfocam o papel do poder público como mais um ator no território, embora essencial. Para muitos, sem Estado não há desenvolvimento local. Na verdade, para quem se considera antiliberal, sem Estado não existiria sequer vida em sociedade. Paradoxalmente, não existiria sequer mercado.

Se a divisão da sociedade em que vivemos obedece a uma divisão entre Estado, mercado e sociedade civil, processos em apoio ao desenvolvimento local que venham a contar com a implementação de uma pesquisa-ação, ou de outros métodos participativos, necessitam de um contexto incomum àqueles que surgem exclusivamente por iniciativa governamental em relação ao horizonte temporal.

Por um lado, pelo tempo necessário para serem alcançados os resultados definidos pelo grupo, considerando que é fundamental viabilizar uma assessoria que não se atenha a parâmetros produtivistas. Nesse bojo, a pesquisa-ação pode demorar tanto tempo quanto os atores (e autores) que dela participem venham a definir, o que contraria a lógica de qualquer modelo de fomento por parte do Estado.

Por outro lado, pela importância de se valorizar as pesquisas ligadas aos processos de um trabalho de desenvolvimento local, e não somente aos seus resultados – e nesse particular, a universidade e seus grupos, como o Soltec/UFRJ,³ talvez reúnam condições mais proficuas para o desenvolvimento de processos de pesquisa-ação.

Na verdade, na relação que se estabelece com a(s) ação(ões) definida(s) perfaz a contribuição essencial da pesquisa-ação e de uma possível participação da universidade. Embora esta se revele uma organização desconectada, de forma geral, da mobilização em curso nos territórios, ela possui uma responsabilidade com a transformação, justamente por ser uma universidade pública. Essa aproximação, que pode vir a ser trabalhada, a partir de uma reconfiguração do papel da universidade pública, tem como grande força as atividades de extensão universitária, que possuem inegável potencial para a melhoria de vida da população, ao menos em nível local.

Outro componente essencial, relativo às estratégias participativas com o desenvolvimento local, aponta para a questão abrangendo *parcerias, redes, a governança e a gestão do desenvolvimento local*, na qual se situa governança como gestão local compartilhada no processo, e em que cabe ressaltar que ainda predomina uma intensa fragilidade para que se possa propagar o funcionamento em rede dos territórios, assim como quanto às condições para se tocar a contento a gestão do desenvolvimento local. Vive-se no Brasil uma lógica predominante de editais de projetos como alicerce para a realização de políticas públicas, onde o componente “capacitação” resulta em, se não prejudicar, não contemplar o sentido formativo que se acusa pretendido.

No que se refere à gestão, esta se torna ainda mais complicada pela inexistência de atividades-fim, pela difícil tradução das ações implementadas em termos de resultados palpáveis, e outras condições que denotam problemas de falta de transparência, falta de democracia e falta de um organizador às ações. Essa dificuldade

³ Neste contexto, não por outro motivo, a pesquisa-ação consiste no referencial metodológico que guia vários processos, projetos, pesquisas e mesmo disciplinas oferecidas em cursos universitários dos quais participam os professores ligados ao Soltec.

organizativa, que dificilmente é resolvida institucionalmente, abre um flanco para que se prospecte a implementação de métodos participativos ou da pesquisa-ação, em virtude de uma capacidade organizacional que pode contribuir para aumentar a capacidade endógena territorial. Essa capacidade organizacional desempenha, em situações de construção de rede e de governança local, um papel que não é neutro, pela esterilidade dessa expressão, mas que se faz técnico, não envolvido com as partes, ao mesmo tempo que conclama à participação.

Assim, a capacidade endógena territorial dá mostras de poder fortemente ser potencializada com a pesquisa-ação, com métodos participativos (Brose, 2010; Fiege, 2010; De Toni, 2010; Demo 1993), ou com a gestão participativa local, desde que contemplados – ou em vias de serem – cinco componentes que se configuram como essenciais para que um território alcance resultados significativos no (re) conhecimento de seus problemas e na participação efetiva pelos autores e atores desse território, no processo de busca e implementação de soluções, atentando para que nos dirijamos a territórios que vivenciam condições específicas e semelhantes àqueles onde o Soltec/UFRJ tem atuado.

Em primeiro lugar, um método como a pesquisa-ação exige que se tenha uma interlocução local, o que no caso dos territórios populares de periferia impõe o enfrentamento de uma grave crise de representação, para que se exerça então, o protagonismo local. Crise de representação que, talvez, só tenha precedente semelhante no período em que grandes grupos econômicos, primeiro apoiando e depois se beneficiando, ajudaram ao regime militar brasileiro a calar a voz da população como um todo.

Outro aspecto que sobressai para o aumento da capacidade endógena e que foi enfatizado é a *participação*. A origem do “aprender fazendo” nada tem a ver com o mecanismo oblíquo de transmissão da tarefa, típica dos postos de trabalho tayloristas-fordistas. A origem moderna remonta às corporações de ofício, ao trabalho do artífice, que Richard Sennet (2009) brilhantemente enfocou na literatura, e que, contextualizado às realidades territoriais com as quais nos deparamos, expressam a dificuldade do componente de participação, por parte de quem tem medo, desconfiança, pelo não acesso ao trabalho, que se faz de maneiras diversas e que resulta em dificultar, ainda mais, condições de mobilidade interna.

Afinal, esse ser vulgo e desfigurado denominado “sociedade” espera, de quem participa, que se tenha ao menos um ofício. E, assim, criam-se requisitos para a participação. Ao passo que a participação não deveria ter requisito *a priori*, e sim um método que faça se acentuarem os compromissos e se avaliarem os resultados, como preconizam o método da pesquisa-ação e outros métodos participativos.

Um terceiro requisito para a capacidade endógena territorial remete às condições efetivas para que aconteça o desenvolvimento e mobilização das forças produtivas em nível local; o *desenvolvimento produtivo*, sobre o qual fizemos menção, algumas vezes, usando a antiga expressão de “não se jogar fora o bebê com a água

do banho”. Isto é, quando o desenvolvimento local começou a propagar-se, muitos viram nele possibilidades de avanço do desenvolvimento econômico local, levando a críticas pelo suposto reducionismo de uma visão mais abrangente, que conteria também a dimensão social, sustentável, ecológica. No entanto, a afirmação de uma visão mais abrangente não pode prescindir de se buscar e se encontrar formas de enfrentamento da questão da baixa e/ou precária renda nos circuitos produtivos dos territórios de periferia urbana. Nestes, circularia muita riqueza, mas a potência do território não está organizada a ponto de se beneficiar da riqueza gerada, e quiçá de assumir o controle, impactando negativamente o que seria a capacidade endógena nesse território.

Outro componente está ligado aos impactos subjacentes à ação do Estado, ao *papel do poder público*. Atualmente, esse papel é de controle, domínio e militarização, enquanto os serviços públicos em territórios populares de periferia são de péssima qualidade. Tal condição propicia, quando muito, que o morador se capacite na reivindicação de direitos básicos – que não deveriam ser, sequer, reivindicados, mas republicanamente oferecidos e de forma regular pelo Estado – fazendo com que a implementação de serviços públicos se conformem abrigados como que sob um “guarda-chuva”, constituindo um fim em si mesmo, o que leva a uma compreensão imprecisa dos agentes do território sobre o que acontece a sua volta.

Métodos participativos são naturalmente empoderadores, uma vez que visam a imbricar no processo de discussão todos aqueles diretamente envolvidos. Isso suscita possibilidades concretas de aumento da capacidade endógena territorial, por meio de uma ação concertada, via parcerias, redes e formas diversas de articulação interinstitucional, suscitando formas novas de *gestão e governança do desenvolvimento local*, que é o quinto componente.

Dessa forma circular e concêntrica, os cinco fatores – protagonismo local; participação; desenvolvimento produtivo; papel do poder público; gestão e governança – atinentes à capacidade endógena se colocam, pois, a fazer parte de um conjunto, de onde derivam as principais recomendações aos processos de desenvolvimento local que este capítulo sintetiza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos da importância de diferentes concepções e do processo histórico em que o desenvolvimento tem sido empregado. Cenário este em que o desenvolvimento local se insere e que observamos que os diferentes conceitos, análises e diretrizes associados sugerem, em primeira vista e em contraposição à concepção tradicional, que o desenvolvimento em dimensão local ou territorial é algo que se constrói, e não algo que se vislumbra.

Entendemos que se trata mais de um *constructo* que pode trilhar caminhos diversos, dentre os quais destacamos, e este capítulo abordou, o papel associado às estratégias participativas e a pesquisa-ação como fonte potencial do aumento da capacidade endógena territorial. Foram identificados cinco fatores principais, que embasaram também recomendações para processos em apoio ao desenvolvimento local e que são aqui novamente elencados: protagonismo local; participação; desenvolvimento produtivo; papel do poder público; gestão e governança.

O caráter propositivo do capítulo visou gerar subsídios ao leitor cujo perfil se aproxima dos que estudam e buscam implementar iniciativas – como o corpo técnico do Soltec/UFRJ – em territórios invariavelmente deficitários sob diversos aspectos: ausência de Estado, tecido socioprodutivo esgarçado, baixo grau de cooperatividade e de capital social, etc. Assim, entendemos que a força propulsora do desenvolvimento territorial advém do aumento da autonomia e da capacidade de autodeterminação como potência para a efetiva mudança das condições de vida de uma população.

Faz-se mister compreender o desenvolvimento local a partir da mobilização produtiva e democrática dos territórios enquanto via para transformação social, pressupondo o desenvolvimento como processo que associa uma variedade de fatores atuantes nas sociedades humanas. Também é necessário ponderar a existência de fatores estruturais e conjunturais em desafio à mobilização para o desenvolvimento local no contexto brasileiro, por implicarem a superação de obstáculos de natureza complexa e arraigada para que se possa avançar na direção do aumento do protagonismo local, do capital social, e da capacidade endógena. Isso adquire relevo ainda maior se considerarmos a realidade das favelas do Rio de Janeiro em que há, historicamente, sentimentos como medo, desconfiança, controle, criminalização da pobreza, militarização da intervenção do Estado, etc., além de serem tidos como feudos sociopolíticos receptores de ações ditas beneficiadoras, mas contabilizando crônicos déficits de cidadania, oportunidades e recursos de naturezas múltiplas.

Apresentamos a necessidade de fortalecer a capacidade endógena inovadora de regiões conforme as descritas, ação que está ligada ao conhecimento associado às atividades socioeconômicas em seu aspecto tácito, de aprendizagem, de apropriação e de domínio coletivos. Tal assertiva compreende a análise do desenvolvimento territorial em que a noção de inovação é um processo, por um lado, mas considera a centralidade associada ao componente de capacitação, especificamente, no tocante à implementação de métodos participativos e da pesquisa-ação em processos de desenvolvimento local, tendo em vista que territórios possam superar uma postura passiva, receptiva ou reativa, tornando-a uma característica proativa, na busca do aumento de sua própria capacidade endógena, em que a participação e capacitação se configuram um binômio imprescindível. Vimos que é necessário investir na capacitação e no estímulo à participação, já que sem estímulo a capacitação não acontece. Nesse contexto, a presença do Estado é necessária, mas não suficiente, para a promoção do desenvolvimento local.

Em tal contexto, a identidade de propósitos e projetos com resultados para serem alcançados a partir de uma visão de futuro comum são características que devem ser buscadas quando se anseia o aumento da capacidade endógena de um território. Apontam para a necessidade de se projetar metas, delegar e distribuir responsabilidades, implementar, monitorar e replanejar ações em uma espiral cuja definição é dada por um grupo que se sinta sujeito desse processo.

A utilização de métodos, metodologias, estratégias participativas são fundamentais. O desenvolvimento local pode possuir na pesquisa-ação um importante aliado, em face do potencial de transformação social que esta representa, em especial quando voltada para o trabalho junto a populações marginalizadas, invariavelmente alijadas de processos efetivos e estruturais e necessitadas de meios que lhes aumentem a autonomia e lhes brindem oportunidades concretas para a melhoria da qualidade de vida, em suas diversas dimensões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

BROSE, Markus (org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. 2. ed. Porto Alegre: Tomo, 2010.

CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo; LASTRES, Helena (org.). *Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. (Criatividade e cultura, v. 1).

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A sociedade em rede, v. 1).

CUNHA, P. C. C. B. B. O desenvolvimento local e redes socioprodutivas. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliana C. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, 2001.

_____. O local e o periférico: qual ingenuidade? *Proposta – Revista Trimestral de Debate da Fase*, n. 78, Rio de Janeiro, 1998.

DE TONI, Jackson. O planejamento estratégico e situacional (PES). In: BROSE, Markus (org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. 2. ed. Porto Alegre: Tomo, 2010.

DEMO, Pedro. *Participação é uma conquista: noções de política social participativa*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DIONNE, Hugues. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Liber Livro, 2007. (Série Pesquisa).

FIEGE, Hans-Jürgen. Cefe – conheça suas competências, defina seu caminho e melhore a sua realidade: um novo método cativa o Brasil. In: BROSE, Markus (org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. 2. ed. Porto Alegre: Tomo, 2010.

FRANCO, Augusto de. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável? *Separata da Revista Século XXI*, n. 3, Brasília, 2000. Publicação do Millennium – Instituto de Política.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO (IADH). *A experiência de desenvolvimento local na Bomba do Hemetério: um olhar sobre a concepção pedagógica*. In: ZAPATA, T. (org.). Recife: IADH, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas do Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> Acesso em: 2 fev. 2014.

GREENWOOD, Davydd J.; LEVIN, Morten. *Introduction to action research: social research for social change*. Sage Publications, 1998.

KRUCKEN, Lia. *Design e território: valorização de identidades e produtos locais*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LEYDESDORFF, Loet; ETKOWITZ, Henry. The triple helix as a model for innovation studies. (Conference Report). *Science and Public Policy*, v. 25(3), p. 195-203. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MARTINELLI, Dante P.; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2003.

MELLO, Ricardo F. *Métodos participativos e a pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2014.

_____. *Desenvolvimento local enquanto ferramenta para o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MELLO, Ricardo F.; SILVEIRA, Caio. *Desenvolvimento local e gestão de ONGs*. Brasília: Sesi/Departamento Nacional, 2005. (Gestão de iniciativas sociais, v. 11).

_____. *Participação e gestão social: formação e capacitação em gestão de iniciativas sociais*. Brasília: Sesi/Departamento Nacional, 2002.

MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L. C. Bresser et al. (org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp; Brasília: Enap, 1999.

PECQUEUR, Bernard; ZIMMERMANN, Jean-Benoit (org.). *Economie de proximités*. Paris: Hermès Lavoisier, 2004.

SENNET, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVEIRA, Caio M. Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social. *Proposta – Revista Trimestral de Debate da Fase*, n. 112, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.acompanhamentoproninc.org.br/proposta/proposta_112/caio.pdf> Acesso em: 30 ago. 2010.

SILVEIRA, Caio M.; ZAPATA, Tania; CUNHA Pedro Cláudio C. B. B. *Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo: Pólis, 2001.

TENORIO, Fernando G. Desenvolvimento local com cidadania. In: _____ (org.). *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ed. Unijuí, 2007.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Pesquisa-ação numa perspectiva de desenvolvimento local. CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DA COMUNIDADE E TRABALHO SOCIAL, I., 2012, Belo Horizonte. *Anais...* Tomo 1, ago. 2012.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 2002.

_____. Desarrollo endógeno: interacción de las fuerzas que gobiernan los procesos de crecimiento económico. In: VERGARA Y VON BAER (ed.). *En la frontera del desarrollo endógeno*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 2004.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A; Coppe/UFRJ, 2006.

COMUNICAÇÃO COMO RESISTÊNCIA

Representação de favelas e comunicação comunitária no Rio de Janeiro

Marília Gonçalves

No dia 5 de abril de 2014, tropas do exército brasileiro ocuparam o conjunto de favelas da Maré, localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Quinze dias antes, as favelas já estavam ocupadas pela Polícia Militar, que até então haviam assassinado 16 pessoas e prendido mais de 150. Apesar dos números desastrosos, as notícias, nos meios de comunicação de maior circulação, continuavam a apresentar a ação policial como uma atividade legítima e necessária para a “pacificação” da comunidade. Pouco antes de fechar este trabalho, o jornal *O Globo* trazia uma notícia intitulada “Exército intensifica segurança e troca tiros com criminosos na Maré, Rio”¹

Desde o seu surgimento, a favela foi representada como um espaço inadequado à cidade. Para fazer referência a alguns dos significantes que lhe foram atribuídos ao longo da história: doença; insalubridade; atraso; criminalidade; violência. A favela nasce como o oposto da cidade, o oposto do que a cidade do Rio de Janeiro quer ser no século XX. Por conta disso, esse território será representado sempre a partir de seus aspectos negativos, como um problema que precisa ser resolvido. Vemos que, até hoje, o peso da representação negativa da favela ainda é muito grande. Ela serve também à legitimação de políticas públicas que matam. No limite, esse argumento justificaria a necessidade de defesa contra essa representação.

A luta por outras formas de representação da favela se mostra essencial, portanto, na luta pela cidade. Nesse sentido, a comunicação comunitária tem se apresentado ao longo da história como um importante instrumento de autorrepresentação favelada, em que se torna possível a afirmação de outras características destes

¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/exercito-intensifica-seguranca-e-troca-tiros-com-criminosos-na-mare-rio.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

espaços. Além disso, a comunicação comunitária produzida nas favelas cariocas é também a efetivação da democratização da comunicação, uma vez que multiplica as vozes produtoras de informação. No cenário brasileiro da concentração dos meios, falar da sua democratização é falar em um avanço considerável do próprio processo democrático.

Este trabalho buscará apresentar elementos históricos que nos permitam entender como a comunicação comunitária instituiu-se no Rio de Janeiro como uma forma de resistência. Para tanto, apresentarei hipóteses sobre o surgimento das favelas na cidade e seu estabelecimento enquanto território genérico de moradia. Depois, veremos alguns dados sobre a representação histórica das favelas e a formação do ideário negativo destes espaços, seguindo com alguns dados mais recentes sobre sua representação midiática.

Por fim, vemos como a população favelada usou a comunicação como ferramenta de autorrepresentação, estabelecendo uma resistência seja a ataques concretos, como as remoções, seja a ataques simbólicos, como as constantes publicações nos jornais que criminalizavam o território. Passamos aí também pelo conceito de comunicação comunitária e algumas outras formas de autorrepresentação da população favelada, como a literatura.

A ORIGEM DAS FAVELAS

Existem diferentes hipóteses sobre a origem das favelas no Rio de Janeiro. Em grande parte, essas hipóteses são, na verdade, elementos que se complementam na explicação de como esses espaços se estabeleceram na cidade. Apresentarei aqui alguns desses elementos, com base nos estudos de Valladares (2005) e Campos (2012).

Entre os anos de 1865 e 1870, momento em que ainda é utilizada mão de obra escrava no Brasil, o país está vivendo uma guerra contra o Paraguai. Nesse período, o governo imperial prometeu conceder a liberdade aos escravos que se alistassem para lutar na guerra. Caso voltassem, estariam livres. Muitos assim o fizeram e alguns retornaram. No entanto, uma vez livres, encontraram-se sem trabalho e sem moradia. Além disso, é de fundamental importância lembrar que a Lei de Terras do período proibia ex-escravos de possuir terrenos no país. Em outras palavras, a propriedade privada lhes era tolhida por lei.

Isso fez com que esses negros – muitos deles mutilados – fossem viver nos cortiços e nos “quilombos periurbanos”, onde já existia uma rede de solidariedade entre os negros e pobres. Esses quilombos ficavam em morros, normalmente no seu topo, devido à necessidade de serem também locais de resistência e oferta de abrigo secreto a escravos fugidos (Campos, 2012). Vemos, assim, alguns elementos que indicam o início da ocupação dos morros da cidade.

O processo da Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, foi parecido, ainda de acordo com Campos. Derrotados em três campanhas contra o povoado

baiano – que, liderado por Antonio Conselheiro, resistiu aos ataques do exército brasileiro –, os soldados que conseguem retornar à capital chegam insatisfeitos: sem moradia e com soldos atrasados. O exército permite que construam suas casas para moradia temporária no Morro da Providência, próximo ao local onde ficava o então Ministério da Guerra. Mais tarde, o morro ficará conhecido como Morro da Favella, já que “favella” era o nome de uma vegetação típica da região de Canudos que também estava presente na Providência.

Nesse momento, já não se usava legalmente mão de obra escrava no Brasil. Apesar disso, os negros continuavam sem ter acesso à terra e conseguir trabalhos assalariados era ainda muito difícil. A abolição, em 1888, “despeja” vários negros, já que estes viviam nos locais onde eram explorados. Essa população, sem opção de moradia e sem poder se afastar muito do centro, onde havia mais ofertas de trabalho, vai ocupar os morros e os cortiços. Até agora, portanto, esses elementos históricos nos permitem inferir que os morros e cortiços da cidade estão inchando durante as últimas décadas do século XIX.

Somado a isso, a política urbana, na virada do século XIX para o século XX, é de grande importância para entendermos o surgimento da favela como categoria nessa cidade que está em fase de crescimento. Está em voga, nesse momento, a política higienista, que irá, sob o pretexto de tornar a cidade mais saudável e moderna, executar diversas medidas radicais contra a população pobre, como, por exemplo, acabar com os cortiços. Campos (2012, p. 61) observa que, ainda que os cortiços fossem uma forma de moradia presente na cidade desde 1850, é só a partir de 1870 que o Estado inicia uma campanha contra eles, já que foi o período em que foram concedidas mais alforrias a escravos, ou seja, o período em que a população negra nos cortiços aumentava vertiginosamente e passava, portanto, a representar um incômodo na cidade. Em 1893, chega ao auge a política higienista com a demolição do maior cortiço da cidade: o Cabeça de Porco. Aproximadamente 4 mil pessoas ficaram desalojadas, indo ocupar justamente o Morro da Providência, que pouco mais tarde receberia os combatentes de Canudos.

No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena urbana e seus personagens populares voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada ‘classe perigosa’. Definido como um verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço carioca era visto como ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade (Valladares, 2005, p. 24).

Vemos, assim, parte dos elementos que estão colaborando para um aumento da ocupação dos morros da cidade do Rio de Janeiro, a partir do final do século XIX. Também podemos concluir que essa ocupação se dá em maioria por uma popula-

ção pobre e negra, que ocupa os morros por falta de opção no restante da cidade (uma vez que estão sendo despejados e não têm recursos financeiros ou permissão legal para ter acesso a outros espaços). Retomando, então, temos os seguintes elementos: retorno de soldados das Guerras do Paraguai e de Canudos que, sem moradia, recebem permissão para ocupar a encosta do Morro da Providência, próximo ao Ministério da Guerra; aumento vertiginoso da população negra livre – primeiro com o aumento da concessão de alforrias, depois com a abolição completa do trabalho escravo – nos morros (onde já existiam Quilombos) e cortiços, uma vez que havia sido “despejada” dos seus locais de “trabalho”; proibição legal de acesso à terra para ex-escravos, pela Lei de Terras em vigor; e, por fim, a política higienista funcionando também como um agente despejador de negros e pobres pela cidade (que irão, finalmente, também ocupar os morros).

No início do século XX, o “problema” dos cortiços está praticamente resolvido, tendo sido a quase totalidade deles extirpados da cidade. Por outro lado, nascia um novo “problema”: a favela. Observem que os morros já eram parcialmente ocupados, mas é justamente nesse período de crescimento da população (negra e pobre) que o termo “favela” se torna genérico, deixando de se referir apenas ao Morro da Favella, e passando a ser uma “categoria nova para designar um *habitat* pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas” (Valladares, 2005, p. 26). É também nesse momento que a política higienista se volta para as favelas, como mostra Valladares (2005, p. 28):

A favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o *habitat* popular – já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio.

Com a contextualização histórica do surgimento da favela na cidade do Rio de Janeiro, vemos o quanto o estabelecimento desses espaços como territórios específicos, separados da cidade formal, foi tomado como um problema a ser resolvido. Isso vai influenciar enormemente as políticas públicas voltadas para a favela, até os dias de hoje. De formas diferentes, são políticas que, em sua maioria, tentam resolver o problema da favela – seja diretamente extinguindo-as, através de remoções, seja por meio de outros processos mais complexos como a gentrificação e a remoção branca – em vez de resolver os problemas na favela – infraestrutura, acessibilidade, educação, entre outros.

Podemos também entender essa visão – da favela como um problema – como causa ou consequência do estigma construído historicamente sobre esses territórios. “Causa”, uma vez que esta foi a visão hegemônica, das elites e do Estado, que deu origem não só às políticas públicas, mas à construção de todo um imaginário social sobre estes espaços. “Consequência”, já que isso só foi possível uma vez que, a princípio, a elite econômica estava no controle ou tinha grande poder de influência sobre os instrumentos de construção desse imaginário (o estado, as mídias, a literatura).

A REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS

Em vista das informações até aqui, não é muito difícil entender o porquê da favela ter se tornado um ambiente tão estigmatizado. O preconceito que identificamos historicamente, e ainda hoje, nesses lugares não nasceu ali, mas é anterior ao seu “surgimento” na cidade. Trata-se de um preconceito de raça e classe. Trata-se de um preconceito contra os negros ex-escravos que foram inicialmente ocupar os morros e formar a classe trabalhadora da cidade.²

Gostaria, no entanto, de incorporar outros elementos que nos ajudarão a entender a formação do ideário coletivo negativo sobre as favelas. Um deles tem a ver com a Guerra de Canudos e a imagem formada nas cidades a respeito do ocorrido no interior da Bahia. De acordo com Valladares (2005, p. 29-30), mais do que um fator objetivo para o crescimento do que viria a ser a favela carioca, o mito de Canudos tem fundamental importância na construção simbólica desses locais. A autora responsabiliza a influência exercida pela obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, que narra a guerra ocorrida no povoado baiano. Publicado em 1902, o livro torna-se um *best-seller* e “é lido por todos os intelectuais da época”. A obra foi como um sinal de alerta para as elites brasileiras, que mantinham foco no litoral e nas cidades em crescimento, esquecendo-se do interior. É como se Euclides da Cunha, com a narrativa, lembrasse às elites políticas da força e resistência do povo sertanejo.

Até aí, nenhuma relação com as favelas recém-formadas. Os responsáveis por fazer essa ponte seriam os jornalistas e formadores de opinião. Vejamos como João do Rio descreve uma visita ao Morro de Santo Antônio³ em 1908:

Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho que serpenteava desce-ndo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. [...]

² Nesse período, a mão de obra disponível nas cidades era a de ex-escravos. Só posteriormente começam a chegar também imigrantes (pobres) de países da Europa, que vão servir como mão de obra (Campos, 2012, p. 58).

³ Outro morro onde foi permitido aos soldados regressos de Canudos se instalarem temporariamente.

Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de Canudos ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme. (Martins apud Valladares, 2005, p. 30)

Os morros sempre foram inacessíveis e desconhecidos para as elites cariocas. Não à toa, formam-se ali os quilombos na época da escravidão. Posteriormente, ocupado por classes desprezíveis, eles continuam pouco interessantes às elites, a não ser pela necessidade de controle e pelo medo. O mistério que ronda esses locais, portanto, vai ser parcialmente diluído pela descrição que os jornalistas aventureiros farão de lá. Como nos mostra Valladares (2005, p. 30), no entanto, estes relatos serão permeados por uma visão do sertão construída já por Euclides da Cunha em *Os sertões*.

O que se tornaria o modelo da favela já estava, portanto, bastante presente no espírito desses intelectuais do Rio de Janeiro, que descobriram tais espaços novos na cidade através do olhar de Euclides da Cunha sobre Canudos. A fonte inspiradora está bastante evidente, não só na geografia como também na forma de representar as suas populações.

Com isso, cria-se a imagem da favela como o sertão – logo, o atraso – que está logo ao lado. Da oposição entre sertão e litoral vai nascer a oposição entre favela e cidade, respeitando as mesmas características: um representando o atraso, outro representando o progresso. Daí que a resistência ao “progresso” seja tomada – pela elite política, logo, pelo Estado – como um entrave na cidade, um problema urgente a ser resolvido no caminho da construção de uma cidade moderna segundo o padrão europeu.

No entanto, a representação negativa da favela nos meios de comunicação é anterior ao lançamento do livro de Euclides da Cunha. Não é a obra, portanto, a única causa responsável pela criação do imaginário coletivo negativo sobre esse espaço. Em 1900, por exemplo, uma matéria do *Jornal do Brasil* caracteriza a favela como um local “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias” (Valladares, 2005, p. 26). O preconceito ligado à favela é anterior à formação desta categoria enquanto espaço de moradia urbana. O ponto é que a obra de Euclides da Cunha acabou por influenciar a visão dos intelectuais brasileiros, inspirando e corroborando sua visão negativa a respeito das favelas e estes, por sua vez, irão reproduzi-la pela cidade através da criação de discursos hegemônicos.

Até hoje, esse é o discurso hegemônico que encontramos na cidade a respeito das favelas: aquele que a representa sempre por algo que falta (sua “carência”), e não por algo que a favela tem (positivamente). A visão criminalizante desse território nunca deixou de ser uma realidade nos veículos de comunicação. No próximo tópico, vemos exemplos disso e os motivos dessa representação homogeneizante.

SÉCULO XXI: A FAVELA NA MÍDIA E A CONCENTRAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Uma pesquisa realizada entre 2001 e 2002 em um dos jornais de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro indicou que um terço do noticiário de crime referia-se de alguma forma à “favela”. Quase metade das notícias de crime falavam de “tráfico”, apesar de, curiosamente, apenas 40% destas fazer alguma menção à droga comercializada (Vaz, 2005). Anos depois, entre 2005 e 2006, outra pesquisa realizada no mesmo veículo de comunicação identificou que 68% das referências à “favela” na editoria Rio falavam de tráfico e/ou violência. Considerando todo o conteúdo do jornal, apenas 22,8% das matérias que se referiam à “favela” apresentavam algum aspecto positivo desses lugares (Paiva; Nóra, 2008).

Nota-se, portanto, que os “aspectos negativos” prevaleceram na imensa maioria das representações da favela (77,2%).

Em outras palavras: o jornal separa, isola e enquadra de tal maneira os fatos, que é difícil perceber que ele trata de uma mesma comunidade quando ela aparece na editoria Rio e nas páginas de cultura do Segundo Caderno e do Prosa & Verso, por exemplo. Como os textos jornalísticos – independentemente de ressaltarem os aspectos negativos ou positivos dos espaços populares – geralmente se concentram numa pessoa ou num grupo específico, a percepção da comunidade como um todo, em sua diversidade, é ainda mais prejudicada. Não obstante, permanece a imagem negativa das populações socialmente excluídas, reforçada pela cobertura estereotipada e pelo fato de a mídia privilegiar os aspectos negativos dessas comunidades. (Paiva; Nóra, 2008, p. 21)

Segundo Paulo Vaz (2005), a associação entre favela e atividades criminosas que a mídia hegemônica⁴ faz é muitas vezes artificialmente forjada. Vejamos, por exemplo, o caso de uma nota publicada no jornal *O Globo*, em 5 de março de 2001, sobre um arrastão no metrô do Rio. O caso terminou em troca de tiros entre criminosos e policiais, sem que fosse efetuada nenhuma prisão. Apesar disso, sem a apresentação devida de resultados de qualquer investigação policial, o crime foi atribuído a “traficantes”. Dessa forma, cria-se uma similaridade entre o “tráfico” e o crime em

⁴ Expressões culturais hegemônicas são aquelas que detêm poder simbólico sobre as outras. Para tanto, não necessariamente são quantitativamente majoritárias ou expressão do maior grupo presente em uma sociedade, mas suas ideias são predominantes. Isso ocorre através do controle de estruturas societárias como, por exemplo, a mídia. Nesse contexto, considero aqui “mídias hegemônicas”, portanto, as mídias comerciais, que funcionam como empresas capitalistas e difundem ideias de grupos dominantes (Gonçalves, 2010).

geral. “Com a construção da associação entre tráfico e crime, favela e tráfico, e com a dissociação entre tráfico e comércio ilícito, o nexos que está sendo proposto aos moradores da cidade é entre favela e toda sorte de ‘violência’ que acontece no Rio de Janeiro”.

A predominância do caráter negativo na representação das favelas pela mídia não é algo de difícil percepção para quem acompanha minimamente os noticiários. Isso, sem dúvida, tem consequências – e causas – na formação de um ideário comum sobre esse espaço. O que vai, por sua vez, gerar resultados para a população residente das favelas, frequentemente representada como “ameaçadora”,⁵ aumentando o terror na cidade e o preconceito social. Para compreender o caráter homogêneo da representação midiática da favela, é preciso ter uma visão do contexto da organização dos meios de comunicação no Brasil.

A concentração de propriedade dos veículos é um problema grave no país: historicamente, temos poucos veículos de massa, que, além disso, pertencem a algumas poucas famílias há muito tempo (incluindo famílias de políticos). Originalmente, a possibilidade de controlar veículos de massa – especialmente no caso da TV – só foi dada a pessoas de classes sociais abastadas. Hoje, essa situação praticamente não mudou, pois as concessões públicas de radiodifusão concedidas dificilmente (ou nunca) são revistas e retiradas. O resultado é um processo comunicacional incompleto, em que poucos falam para e sobre muitos, criando uma falha de representação.

De acordo com o projeto *Donos da Mídia*, a Rede Globo é o maior grupo dono de veículos de comunicação do país. Essa rede possui 340 veículos, considerando suas afiliadas (que retransmitem seu conteúdo em território nacional), de um total de 551 veículos controlados por grupos nacionais. Um único grupo – controlado por uma família, a família Marinho – detém mais de 60% dos veículos de comunicação pertencentes a grupos nacionais no Brasil⁶ e produz informação para 56% da audiência da TV.

Quando abrimos o campo de visão, a situação não melhora muito. “De acordo com relatório divulgado pelo Article 19, organização não governamental voltada à liberdade de expressão, seis empresas de mídia controlam o mercado de televisão no Brasil” (Moraes, 2011, p. 42). Essas seis empresas, ainda segundo Dênis de Moraes, controlam aproximadamente 20% do total de veículos existentes, considerando TVs, rádios e jornais, mas o controle da audiência é muito maior: 92% da audiência televisiva é desses veículos. Logo, temos um cenário em que apenas seis empresas detêm algo perto de 20% dos veículos e mais de 90% da audiência.

⁵ Se a favela é o lugar do crime por excelência, o que seria o favelado? Criminoso ou vítima? Na mídia hegemônica, o favelado aparece como o criminoso em 66% das notícias pesquisadas e não aparece como vítima em nenhuma delas (Vaz, 2005).

⁶ Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

Dessa forma, a situação de representação homogênea sobre um determinado assunto torna-se comum. Detentora de grande poder frente ao Estado e ao público, os donos da mídia representam a realidade da maneira como lhes é conveniente. A lenda do jornalismo imparcial está cada dia mais distante da nossa realidade. O que vale aqui é o jornalismo comercial: as empresas de comunicação atuam como quaisquer outras empresas capitalistas, interessadas primordialmente na obtenção de lucros cada vez maiores. Sendo seus proprietários pertencentes a classes sociais dominantes, as ferramentas de comunicação, que deveriam ser de interesse público, servem à disseminação de ideias conservadoras do *status quo*.

A comunicação no Brasil não tem se concretizado, portanto, dialogicamente, mas “como um processo não democrático, não participativo. Não se realiza, dessa forma, o direito do cidadão à comunicação” (Gonçalves, 2010, p. 33). Nesse cenário, nota-se a pertinência da luta pela democratização da comunicação, seja por meio da militância pela criação e/ou modernização de um marco regulatório para os meios, seja por meio da prática de construção de veículos alternativos, contra-hegemônicos.

Existem inúmeras formas de comunicação alternativa sendo produzidas historicamente no Brasil. Por comunicação alternativa, refiro-me àquelas realizadas como contraponto à visão hegemônica difundida pelos grandes veículos comerciais. Estes, como vimos, estão comprometidos com a manutenção de uma determinada visão da sociedade. No caso das favelas, por exemplo, é a manutenção das visões expostas nos primeiros tópicos deste trabalho.

A comunicação comunitária é uma dessas formas. Trata-se de veículos de comunicação que são produzidos pelos próprios membros da comunidade em questão (Paiva, 2003). No caso do Rio de Janeiro, os termos “favela” e “comunidade” há muito se confundem. Em um dado momento, tornaram-se sinônimos, sendo acasados por diferentes atores de acordo com interesses diversos.⁷ Também por conta disso, os estudos sobre a comunicação comunitária na cidade estão intimamente relacionados a esses territórios, bem como a própria produção desses meios de comunicação. No próximo tópico, veremos como a comunicação é utilizada como forma de resistência nas favelas cariocas.

⁷ De acordo com Patrícia Birman (2008), quatro “intenções maiores” que estabelecem o uso do termo “comunidade” no lugar de “favela”: o eufemismo; a tradição; o apelo às histórias em comum; e a reflexão comunitária.

COMUNICAÇÃO COMO RESISTÊNCIA: AUTORREPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

De acordo com o que foi apresentado até agora, o cenário que se apresenta diante de nós não é favorável. Vivemos uma situação de grande concentração de propriedade dos meios de comunicação nas mãos de sujeitos pertencentes a uma mesma classe social, ou seja, que defendem, em geral, os mesmos interesses socioeconômicos. Dá-se, com isso, a veiculação massiva de uma representação homogênea da “favela”, sempre relacionando esse espaço e seus moradores a situações ruins como o crime, o tráfico, as doenças, etc. Por sua vez, essa ideia negativa sobre o espaço favelado o acompanha desde o seu surgimento enquanto um território com características específicas na cidade (a generalização do termo favela), já que o preconceito que existe sobre a favela é anterior ao seu próprio surgimento, sendo um preconceito contra raças e classes que estabeleceram habitação ali. O resultado dessa equação é a criação de um estigma: a marca que acompanha a identidade do “favelado” hoje é uma das mais perversas na cidade do Rio de Janeiro.

A população das favelas não aceita calada a criação desse estigma. A produção de autodiscursos como formas de resistência favelada é uma realidade desde, pelo menos, o início do século XX. Isso se deu de diferentes formas, através da música, por exemplo, e da literatura, com destaque mais recente. Nesse caso, os *rappers* Ferréz, da periferia de São Paulo, e Fiell, de uma favela carioca, são bons exemplos.

Ferréz é autor de pelo menos sete livros e defensor da literatura marginal. Fiell lançou, em 2011, o livro *Da favela para as favelas*. De origem nordestina e ex-morador da Cidade de Deus – atualmente, Fiell vive no Santa Marta –, o músico assina como *repper*, devido à sua música ser originária do repente, estilo de rima musicada típico daquela região do país.

[...] estamos diante de um grupo de autores (do movimento intitulado Literatura Marginal) que possui uma origem socioeconômica comum. A expressão Marginal, nesse sentido, passa a designar núcleos sociais alocados à margem da sociedade, seja no sentido territorial (a periferia urbana) ou em uma leitura socioeconômica (as camadas populares). (Saback; Patrocínio, 2013, p. 127)

O discurso produzido por Fiell (2011, p. 28-29) é claramente uma tentativa de se opor à representação hegemônica feita da favela. Ele vai no sentido de afirmar o valor que tem esse território e esse povo para a própria população, já que o livro é direcionado ao público das favelas.

Até meados dos anos 2000, eu continuava seguindo as tendências da TV e outros meios de comunicação consumistas. Não enxergava outras alternati-

vas. Foi preciso estudar um pouquinho sobre a grande manipuladora chamada TV e todas as emissoras empresariais. [...] Cultive a cultura local da sua favela, bairro e cidade, não tenha vergonha de você nem da sua família.

Já a comunicação comunitária pode ser considerada, em si mesma, um movimento de autorrepresentação, uma vez que se considera um veículo comunitário quando seus produtores são pertencentes à comunidade (moradores da favela, no caso). Mas, afinal, o que é comunicação comunitária?

Desde o final do século XX e, especialmente, no século XXI, uma nova realidade tem se afirmado na comunicação. O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) abre uma série de possibilidades novas no campo, entre elas, a da multiplicação das vozes, do aumento do número de emissores e da interação no processo comunicacional. É relevante conhecer esse aspecto, pois as possibilidades para a comunicação comunitária também aumentaram consideravelmente. Além dos velhos jornais e rádios produzidos nas favelas, agora jovens têm mais acesso à produção de discursos em blogs, sites, produção e publicação de fotografias, entre outros.⁸

Nessa dinâmica de crescimento da produção de veículos, cresce também a produção acadêmica sobre o assunto, funcionando como um identificador de características comuns entre os veículos de comunicação comunitária e descobrindo o que os diferencia de outros veículos de alcance local. Cicília Peruzzo identifica uma série dessas características, já sistematizadas em um trabalho anterior. São elas: ausência de fins lucrativos; programação comunitária; gestão e propriedade coletivas; interatividade; valorização da cultura local; compromisso com a cidadania; agir para a democratização da comunicação (Peruzzo apud Gonçalves, 2010).

Um veículo comunitário, portanto, deve ter compromisso com interesses públicos e não privados, o que os diferencia de veículos de alcance local que pertencem a pequenos empresários e visam ao lucro, por exemplo, ou a representantes de religiões específicas, ou mesmo a políticos interessados em controlar um veículo local como forma de influenciar seu público.

[...] a imprensa comunitária se apresenta como alternativa possível à representação standartizada gerada pelos grandes veículos de comunicação [...] Defende-se, pois, a ideia de uma mídia comunitária na qual a agregação se dê pela valorização de sua identidade, enfoque na aglutinação de sua população em busca da solução dos seus problemas. A comunicação comunitária pauta-se, principalmente, pela busca de matérias e notícias que enfatizem a

⁸ Embora seja de fundamental importância considerar esses aspectos, também não se pode ignorar a extrema desigualdade que ainda existe no Brasil e se reflete na divisão dos recursos da comunicação também.

proximidade, o pertencimento, e pelo sentimento de obrigação para com o grupo. (Paiva; Nóra, 2008, p. 27)

A mídia comunitária surge, portanto, como resposta política de parcelas da população às diferenças de acesso ao processo de produção de informação. O conteúdo desses veículos vai pautar a própria comunidade: sua identidade, sua cultura, sua memória. Ou seja, conteúdos que não estão presentes na mídia comercial.

O primeiro jornal produzido em uma favela carioca de que se tem registro chamava-se *A Voz do Morro* e tem origem na Mangueira. Seu primeiro número é de março de 1935, pouco depois do “surgimento” da favela. Segundo Marco Morel (1986, p. 51), a criação do jornal inspira-se no movimento de imprensa operária (alternativa) que já era produzida na cidade. Nota-se que a publicação tinha “nítida consciência de favela enquanto movimento social”.

Muitos jornais comunitários vão servir não só como ferramentas de defesa dos favelados contra o discurso hegemônico, mas como importantes instrumentos de luta contra políticas públicas que têm como base esse discurso. Na maior parte do tempo, por exemplo, a “solução” encontrada para o “problema” da favela foi a remoção, que até hoje – ora em maior ora em menor grau – encontra-se presente na cidade. Um dos resultados dessa política remocionista, em muitos casos, foi o fortalecimento da organização política na favela, especialmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Fortalece-se, assim, uma identidade coletiva, do “morador de favela” que, organizado, desenvolve uma “luta democratizante” na cidade (Burgos, 2006). Exemplo disso são as associações de moradores, que, até a ditadura militar, funcionaram como significativos espaços coletivos de resistência favelada às remoções (muitas delas planejadas para os famosos parques proletários) e luta por direitos nesses espaços. Segundo Burgos (2006), a ditadura é responsável pelo sufocamento desses movimentos sociais favelados que vinham se organizando cada vez mais desde a década de 1940. Se até o início da década de 1960, o Estado tentara de alguma maneira controlar as favelas, mas com algum nível de diálogo – através da Igreja Católica, sobretudo –, incoerentemente combinando políticas de remoção e urbanização, a partir de 1964, inicia-se o remocionismo autoritário. Ocorre uma reelaboração da identidade do favelado que, de “irmão cristão”, passa a ser (ou volta a ser) o viciado, promíscuo ou criminoso (Burgos, 2006).

A polarização entre o mundo da ordem e o lugar da desordem devolve a representação da favela aos termos da década de 40, da favela como habitat de indivíduos pré-civilizados, e, por isso, não cabe mais o diálogo com suas entidades políticas: a discussão sobre o que fazer com as favelas torna-se impermeável à participação de seus moradores.

Encontramos aí, talvez, uma das melhores justificativas para a necessidade da existência de uma comunicação comunitária que funcione como resistência: persis-

tir em participar das decisões sobre suas próprias vidas. Isso só seria possível com a criação de uma nova identidade favelada.

No final dos anos 1970, com o início do processo de redemocratização que vai culminar no fim da ditadura militar em 1988, várias favelas da zona sul já estão produzindo seus jornais. Em maio de 1979, o *Eco*, produzido na favela Santa Marta, já está em sua oitava edição. Ainda em 1976, na Rocinha, sai a segunda edição do jornal *Tagarela*. Além deles, *O Canto do Galo* (Cantagalo), *O Vinte* (Guararapes, Vila Cândido e Cerro Corá), *Chapéu* (Chapéu Mangueira), *Azul* (Morro Azul) e *O Mensageiro do Vidigal* (Vidigal) (Morel, 1986).

Vejamos o caso do jornal *O Mensageiro do Vidigal*. De acordo com Marco Morel, o veículo nasce no momento em que a comunidade está lutando contra a ameaça de remoção, em 1978. “O contexto que ele surgiu foi marcante, foi a expressão da vitória de uma favela que, pela primeira vez, conseguiu vencer os empresários da especulação imobiliária, a polícia, o governo: resistiram e ficaram no seu chão” (Morel, 1986, p. 61). A segunda edição do jornal traz em sua capa um editorial-testemunho intitulado “O dia em que a gente ficou”. Na comunidade Guararapes, o jornal *O Vinte* também nasceu em 1979 ligado à luta pela urbanização. No Cantagalo, um trecho do editorial publicado no jornal da comunidade, em 1980, deixa claro um dos objetivos do veículo: “[...] queremos ver unidos a nós, com palavras, documentos e vontade, visando a Posse da Terra” (Morel, 1986, p. 61).

Outro tema comum nesses jornais comunitários é a violência. No jornal *O Mensageiro*, 19% do conteúdo analisado por Morel (1986, p. 62) era dedicado a esse tema, sendo mais de 10% desses referentes à violência gerada por forças policiais, governos ou órgãos públicos. O autor descreve, ainda, um episódio em que o jornal teve problemas com a polícia por conta de seu conteúdo:

Quando *O Mensageiro* se dispôs a berrar alto contra a Polícia Militar que cometera um “covarde assassinato”, a barra pesou. Mal o jornalzinho (nº 11, janeiro de 1980) começou a ser distribuído, soldados da PM, fardados ou à paisana, foram ao Vidigal ameaçar os redatores, que tiveram visitas incômodas em seus barracos.

Outros temas caros aos jornais comunitários são a cultura da comunidade e a memória local. Tanto nos jornais analisados por Morel nos anos 1980 quanto nos mais recentes, produzidos atualmente nas favelas da cidade,⁹ a presença de matérias que tratam de artistas moradores da favela, eventos culturais, etc. é uma constante. Alguns jornais trazem também uma preocupação latente com a manutenção da

⁹ Como exemplo de jornal comunitário produzido atualmente que valoriza a cultura local, sugiro a terceira edição do *A Notícia por Quem Vive*. Disponível em: <www.cidadededeus.org.br>. Acesso em: 21 abr. 2014. O segundo livro desta coleção contém um capítulo que trata especificamente desse caso.

memória local, publicando entrevistas e perfis com moradores antigos que contam, em geral, histórias do surgimento daquela comunidade.

A preocupação com a valorização da cultura local e a preservação da memória da comunidade é também uma tentativa de travar uma batalha simbólica com a representação hegemônica da favela. É como se a população estivesse a afirmar que existe uma memória, uma história que só eles podem contar. Já tantas vezes desrespeitados, a necessidade de autorrepresentação dá-se como uma forma de defesa, de resistência. Dessa forma, vemos que a comunicação comunitária, produzida nas favelas do Rio de Janeiro, está intimamente ligada às formas de luta que os pertencentes a esses territórios têm travado na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As pedras de que se constitui uma cidade não são suficientes para edificá-la” (Pechman, 1997). As cidades não são edificadas sobre concreto, somente. Os discursos formados a seu respeito são responsáveis também pelo que lhe é realizado, pelo que é concreto nos seus espaços. Os discursos dão fôlego à escolha por determinadas ações e não outras.

Neste trabalho, vimos que os discursos produzidos historicamente a respeito da favela no Brasil supervalorizaram seus aspectos negativos, relacionando sempre a existência desse território a um problema que precisava ser resolvido. Dessa forma, só poderiam gerar ações que não consideram a cidadania dos habitantes desses locais. Esses discursos foram criados a partir de um preconceito anterior à própria existência da favela enquanto categoria, mas devido a um preconceito de raça e classe contra as parcelas da população que foram ocupar os morros da cidade originalmente.

A visão negativa da favela instituiu-se como hegemônica e perpetua-se até hoje, através dos veículos de comunicação de maior circulação. Isso porque a concentração de propriedade dos meios de comunicação no Brasil não permite a viabilização da democracia em última instância. A parcela da população responsável por produzir representações sobre todas as outras (os donos dos meios de comunicação) é muito pequena e pertencente a uma classe social específica, ou seja, resultam daí representações erradas, incompletas, homogêneas, que não representam a diversidade da sociedade brasileira.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro constrói um dos seus estigmas mais fortes: o do favelado. Vejamos o que diz Loïc Wacquant (2001) sobre o efeito do estigma sobre os moradores da *cit * francesa:

Seria difícil os moradores da *cit * não ligarem para o desprezo do qual são objeto, uma vez que o estigma de morar num conjunto de habitação popular

de baixa renda tem sido associado à pobreza, ao crime e à degradação moral, o que os afeta em todos os aspectos da vida – na procura de empregos, no envolvimento romântico, na relação com agentes de controle social, como a polícia ou órgãos de bem-estar social, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas.

Efeitos similares acometem também os moradores das favelas cariocas. Aqui, no entanto, esses grupos vão resistir à formação dessas ideias preconceituosas. Daí a importância dos processos de autorrepresentação: no cinema, literatura ou nos meios de comunicação. A comunicação comunitária, um processo de autorrepresentação, é realizada como uma forma de resistência nas favelas.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FIELL, Repper. *Da favela para as favelas: história e experiência do Repper Fiell*. Rio de Janeiro: Malungo Comunicação e Editora, 2011.

GONÇALVES, Marília Alves. *Outra comunicação: o caso do Portal Comunitário da Cidade de Deus*. 2010. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2010.

MORAES, Dênis de. *Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

MOREL, Marco. *Jornalismo popular nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: RioArte, 1986.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PAIVA, Raquel; NÓRA, Gabriela. Comunidade e Humanismo Prático: a representação da periferia no Rio de Janeiro. In: PAIVA, R.; SANTOS, C. H. R. (org.). *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

PECHMAN, Robert Moses. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos S. B; VASCONCELOS, Sandra G. T. (org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p.101-107.

PERUZZO, Círcia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SABACK, Lilian; PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. A insurreição dos sujeitos silenciados: autorrepresentação nos discursos literário e audiovisual. *Revista Alceu*, n. 26, p. 127-140, jan.-jun. 2013.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudo sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Fase/Revan, 2001.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VAZ, Paulo et al. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime. *Revista Fronteiras*, v. 7, maio-ago. 2005.

TERRITÓRIO, IDENTIDADE SOCIOTERRITORIAL, CONFLITO E (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Vera de Fátima Maciel Lopes

O projeto econômico e político em curso no Brasil segue a lógica da incorporação de padrões globais que atendem aos interesses do grande capital. Na arena política, as divergências são pontuais e os diversos grupos liberais, neoliberais, nacionalistas, democratas e até mesmo setores que se dizem de esquerda aliam-se em torno da concretização de um modelo desenvolvimentista, que atende e privilegia os interesses das grandes corporações internacionais em parceria com setores nacionais (Maciel Lopes, 2013; Fernandes, 1972).

Os territórios e seus recursos são mercantilizados, privatizados e/ou ocupados por megaempreendimentos, que atuam de maneira associada, e são verdadeiros oligopólios de diversos setores: agroindustrial, turismo, portuário, siderúrgico, petrolífero, hidroelétrico, entre outros (Firpo, 2013).

As decisões em relação às escolhas dos territórios para a implantação dos megaempreendimentos, assim como a apropriação e uso dos recursos disponíveis, são pautadas por decisões e interesses econômicos estratégicos sob controle das corporações em cada segmento. Decisões econômicas e políticas que desconsideram os aspectos socioambientais não levam em conta os desafios epistemológicos, éticos e políticos que envolvem a relação homem-natureza e, muito menos, as vivências e a cultura das comunidades locais (Vieira; Berkes; Seixas, 2005). Em muitos casos, as prefeituras entram no circuito de negociação somente após aprovação do projeto em instância superior, extralocais (Leite Lopes et al., 2004); isto é, uma engenharia de negócio projetada de fora para dentro, pautada por concepções tecnicistas, por um discurso ideológico e por uma forte propaganda que articula a ideia de crescimento econômico, modernização, geração de emprego, melhorias nas condições de vida e responsabilidade socioambiental corporativa.

No entanto, se pesquisarmos os processos judiciais contra os empreendimentos, as denúncias em relação aos processos de licenciamento ambiental e os Relatórios de Impactos Ambientais (Rimas), ainda que apresentem falhas, é possível encontrar evidências que desconstruem os discursos e as falsas imagens construídas pelas empresas: processos de desmatamentos, remoções, transposições de rios, aterramentos, dragagens, dúvidas e ansiedades das populações em relação às implicações dos empreendimentos, aumento da violência, aumento populacional da região, geração de resíduos sólidos e efluentes, supressão da vegetação nativa, alteração dos patrimônios arqueológicos e históricos, alterações de paisagens, ameaças à saúde, desinformação, falta de transparência, pouca ou nenhuma participação das comunidades afetadas, entre outros (RAP – Rede Ambiente Participativo, 2012).

Desde 2004, no âmbito das pesquisas e projetos de extensão do Soltec/UFRJ, mais especificamente no âmbito da Pesquisa-Ação da Cadeia Produtiva da Pesca (Papesca/UFRJ), acompanhamos, por meio de estudos e vivências, o drama de inúmeras comunidades de pescadores artesanais que, em função da lógica e do poder do grande capital, acabam por perder o território, a sua identidade e a dignidade.

Guardadas as especificidades locais, os dramas vividos por inúmeras famílias são similares. O depoimento de uma moradora da Ilha da Madeira/RJ sobre os processos de remoções decorrentes da implantação de complexos industriais ajuda a evidenciar o quadro de revolta e desolação dos moradores afetados pelos megaempreendimentos: “As empresas, quando chegam, querem que a gente saia. Vão dando preço para as nossas casas. Eles enxergam tijolos e cimento, mas não é só isso, é nossa vida! Como se põe preço em relações construídas ao longo de toda uma vida?” (moradora da Ilha da Madeira, Rio de Janeiro, 2012).

Partindo da problemática vivenciada nos projetos de pesquisa e extensão do Soltec/UFRJ e na pesquisa de doutorado em Meio Ambiente desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (Maciel lopes, 2013), objetivamos apresentar abordagens conceituais relativas a território, identidade socioterritorial, conflitos e injustiças socioambientais que permeiam as nossas pesquisas e práticas.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE SOCIOTERRITORIAL

O conceito de território é polissêmico e assume vários significados a partir dos recortes dados pelas diversas áreas das ciências. Haesbaert (2007) ressalta que o entrecruzamento de proposições teóricas, na atualidade, ampliou a apreensão do conceito de território, superando a dicotomia das concepções material/ideal. Nesse contexto, o território envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço geográfico, concreto ou imaginário que integra e/ou é parte indissociável das relações (Haesbaert, 2007).

Segundo Milton Santos (2007, p. 13-14), tudo que é considerado essencial no mundo se faz a partir do conhecimento do que é território.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência [...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Para ele, o espaço (objeto de estudo da geografia) correlato a território resulta de um passado histórico, da densidade demográfica, da organização social e econômica e dos recursos técnicos dos povos que habitam os diferentes lugares, estando, portanto, impregnado de história. Algo que é produzido e consumido por práticas sociais; um produto construído, vivido e utilizado como meio de sustentação para as práticas sociais (Santos et al., 2000).

Este autor faz distinção entre território como recurso e território como abrigo. Afirma que o território usado é tido como um recurso para os atores hegemônicos, ou seja, ali eles têm a garantia de realização de seus interesses particulares. No entanto, para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, “buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam a sua sobrevivência nos lugares” (Santos et al., 2000, p. 12-13).

A periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. Ressaltando a dialética dos processos históricos, ele nos ensina que em cada momento histórico “os elementos mudam seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (Santos, 1985, p. 9).

O território também se configura pelas técnicas, meios de produção, objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isso, Santos vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Para ele, a relação entre o homem e o meio é dada pela técnica, “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 1994, p. 61).

A concepção de Santos contribui para a compreensão das formas de ocupação dos territórios e para o que vem ocorrendo na atualidade com os processos de instalações dos megaempreendimentos. Dentro do capitalismo, há processos diferenciados de desenvolvimento e de forma de apropriação dos territórios. Em alguns casos, o “novo” convive com o “velho”, há projetos de cidades, de produção, etc., e essa permanência de processos, guarda relação com o enraizamento da cultura e com a capacidade organizativa e participativa das populações nas decisões políticas.

No Brasil, nos diversos períodos históricos, as formas de apropriações do território ocorreram de forma violenta (física e simbólica), em que prevaleceu a concepção de projetos desenvolvimentistas pautados por ideias positivistas, tecnicistas e etnocêntricas. Uma ideia de “progresso”, cuja lógica é a de suplantando a cultura local, em geral considerada atrasada, primitiva. Hoje há ainda o mesmo cenário, com a implantação dos megaempreendimentos. Ao se instalarem nos territórios, desconsideraram a cultura sociotécnica local, desorganizaram os modos de vida existentes e justificam essa postura, com a visão redentora de que estão trazendo o progresso, “salvando” a população local do atraso e do primitivismo, sem levar em conta as relações socioambientais, os impactos negativos, o saber local das comunidades, o conhecimento tácito, o que elas pensam e o que elas querem.

Raffestin (1993, p. 154) afirma que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço, passando à implantação de novos recortes e ligações. Para o autor, a malha, também denominada tessitura é

a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas [...]. A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aquelas que estão limitadas às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.

Na sua concepção, o poder define-se pela capacidade dos atores de agir, realizar ações e produzir efeitos, ou seja, de fazer uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos atores pertencentes a este.

Raffestin (1993, p.143-144) destaca que o território se forma a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza a fusão de um ou mais elementos/um programa) em qualquer nível.

[...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que a envolve, se inscreve num campo de poder.

A compreensão de território de Raffestin (1993) passa pela construção das relações de poder existentes entre as pessoas ou grupos, sem as quais não se define o território. Essa concepção reafirma que a contraposição ao modelo de desenvolvi-

mento hegemônico, que privatiza o território e os recursos de uso comum, passa pelo fortalecimento da cultura local, com a organização social, política, técnica e ambiental das comunidades afetadas.

Para Corrêa (1996), o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. As relações sociais e a consciência de si estabelecem padrões de convivência social, produzindo os símbolos e imagens que materializam uma identidade e só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários a partir de uma perspectiva endógena. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial.

O território preenche o espaço com conteúdos particulares, relacionados a construções históricas entre pessoas, organizações e Estado. A territorialidade, segundo Corrêa (1996), refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, que garantiriam uma apropriação e uma permanência em um dado espaço por determinados grupos sociais e organizacionais. Pode ser visto não somente pela perspectiva do domínio físico, mas também de uma apropriação que incorpora à dimensão simbólica e, pode-se dizer identitária afetiva.

Por isso que o trabalho, as relações sociais e o território são características definidoras da identidade dos sujeitos. Há uma inter-relação de sentidos e significado entre identidade social e territorial ao mesmo tempo que a identidade social vai sendo definida a partir de relações estabelecidas em um território específico, com apropriações que se dão tanto no campo das ideias quanto na realidade concreta. O território também ganha significado a partir dos grupos sociais e da forma específica de sua ocupação. Haesbaert (1999, p. 172) considera que “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”.

Na produção da vida, ao buscar suprir as suas necessidades por meio do trabalho, os homens cultivam saberes e acabam constituindo uma cultura distinta, dentro de um cotidiano muito peculiar. Essa especificidade nos remete ao conceito de identidade socioterritorial, conforme Haesbaert (1999, p. 172):

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta. O espaço geográfico constitui, assim, parte fundamental dos processos de identificação social.

As pesquisas realizadas no âmbito do Soltec/UFRJ, com pescadores artesanais, evidenciam uma particular relação do modo de vida tradicional das pessoas com os elementos da natureza. Isso faz parte da construção do conhecimento: quanto maior a interação, maior a possibilidade de sucesso no trabalho. Essa relação produz um sentimento de pertencimento e ajuda a caracterizar a identidade socioterritorial.

Na atividade pesqueira, há um saber tácito que é passado de geração para geração. Esse saber nativo advém da experiência e define escolhas estratégicas que influenciam diretamente no desenvolvimento da atividade. Os “pescadores”, por exemplo, são definidos por marcas simbólicas, vinculadas ao conhecimento do território (o mar), da natureza, à tradição de posse e ao uso do local por parte do grupo de pescadores que praticam a pesca familiar ou pesca de parceria (Furtado, 2008).

A água, espaço de produção primária, é onde se desenha objetiva e simbolicamente a territorialidade segundo códigos nativos (Maciel Lopes, 2013). Esses códigos (demarcação de pescadores, trajetos, etc.) muitas vezes conflituam com os de direitos convencionais. Os pescadores estão expostos às dinâmicas territoriais, em função do avanço da industrialização sobre seus territórios e de políticas públicas nacionais e regionais com externalidades que afetam suas relações grupais e ambientais, bem como seus modos de vida e trabalho, interferindo na construção de sua identidade (Furtado, 2008).

Brandão (2007) analisa que as transformações sistêmicas que vêm ocorrendo no capitalismo repercutem nos territórios. Para o autor, não há determinações lineares e fáceis. As mudanças que estão se operando nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista e na dinâmica societária apresentam uma série de desafios. As modificações nas bases materiais e sociais e a mundialização do capital subverteu e aprimorou o uso que o capitalismo sempre fez do território. Desembocou-se no primado da lógica do mercado sem travas, impondo o tratamento analítico rigoroso das relações dialéticas entre as complexas relações entre fluidez/mobilidade do capital e sua crescente faculdade de captar e reagir às diferenciações territoriais.

CONFLITO E (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Os conflitos são inerentes à própria vivência humana e não precisam ser assumidos a partir de uma conotação positiva ou negativa. Mas, nos últimos anos, com o avanço das lutas socioecológicas, as disputas pelo acesso e uso dos bens comuns (Ricoverti, 2012) fizeram surgir um campo de estudo e de ação política sobre conflitos ambientais ou socioambientais.

Little (2001) define conflitos socioambientais como disputas sociais derivadas dos distintos tipos de relações que os grupos mantêm com o meio natural em que estão inseridos e que englobam três dimensões: o mundo biofísico e seus ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais e a clivagem entre esses dois mundos.

O autor trabalha com dimensões e tipologias de conflitos, dividindo-os em três tipos básicos: a) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, relativos às dimensões política, sociais e jurídicas; b) em torno dos impactos ambientais que englobam a contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e

degradação dos ecossistemas; e c) em torno do uso e dos conhecimentos ambientais entre grupos sociais ao redor da percepção de risco, envolvendo o controle formal dos conhecimentos ambientais e dos lugares sagrados.

Little (2001) afirma que os conflitos são encaminhados ou resolvidos. Em ambos os casos, podem ser utilizadas cinco tipos de conduta: 1) Confrontação; 2) Repressão; 3) Manipulação política; 4) Negociação/mediação; e 5) Diálogo/cooperação.

No Brasil, os casos de conflitos socioambientais, de projeção nacional e internacional como, por exemplo, a construção da usina de Belo Monte (PA) e da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA-RJ), evidenciaram as piores formas de conduta: confrontação, repressão, manipulação, e isso pode ser verificado em farto material de pesquisa (artigos científicos, sites, vídeos, processos judiciais nos ministérios públicos).

Para Acselrad (2004a, p. 26), os conflitos socioambientais são desencadeados “quando certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em espaços conexos, sejam estes ambientes residenciais ou de trabalho, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, água ou pelo solo”.

Segundo ele, já nos anos 1960, o economista heterodoxo Georgescu-Roegen chamava a atenção para dois tipos distintos de ecologismo: a) quantitativo, que observava o meio ambiente apenas como estoque de matéria-prima, afirmando que, se os recursos são finitos, era necessário economizá-los; e b) uma perspectiva que se preocupava com a qualidade da vida social.

Se o mundo e seus recursos são finitos, quais são os fins para os quais deles nos apropriamos? Para fabricar armas mortíferas ou para produzir alimentos para os que têm fome? No caso do Brasil, podemos perguntar, para exportar pasta de celulose e grãos para equilibrar as contas externas e cumprir os compromissos com os credores internacionais do país, ou para viabilizar a agricultura familiar de alimentos? (Acselrad, 2004a, p. 7)

O ecologismo das quantidades, economicista, tem sido absorvido pelo capitalismo, dando lugar à chamada “modernização ecológica”:

[...] os Estados e as grandes corporações celebram a economia de mercado, a ideologia do consenso político e a confiança na capacidade do mero ajuste tecnológico. A questão ambiental, para essa perspectiva, tornou-se um simples elemento a mais do projeto neoliberal, na busca de economizar meios para os mesmos fins da acumulação de riqueza para poucos. (Acselrad, 2006, p. 1)

As abordagens críticas analisam os aspectos sociais integrados ao meio ambiente e pensam o mundo material socializado e dotado de significado. Isso significa compreender a complexidade de fatores, o que implica reordenar os mecanismos contemporâneos de regulação dos recursos ambientais a nível mundial e encontrar os instrumentos de análises apropriados “ao entendimento dessa rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que põem a natureza no campo dos conflitos” (Acsehrad, 2004a, p. 9).

Os métodos de análises propostos por ele devem articular as questões naturais e sociais, por exemplo:

A questão da água da discussão das questões fundiárias, de articular a caracterização das dimensões físico-materiais com a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o “meio”, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos nos conflitos [...] implica a busca de processos mais democráticos de ordenamento do território, a ocasião de dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infraestruturas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos. (Acsehrad, 2004a, p. 9)

Acsehrad afirma que as *técnicas* pautam os diversos modos de uso do ambiente; as *políticas* configuram as relações de forças sociais; e as *dimensões simbólicas* dizem respeito às representações dos diferentes grupos sociais sobre o ambiente. O autor ressalta ainda que as empresas e o governo propõem campanhas de modernizações propagando um discurso ecológico, mas que de fato são destinadas a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. “Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico.” Ou seja, a tendência é a de considerar o controle e superação dos problemas ambientais, sem abandonar o padrão de modernização e sem alterar o modo de produção capitalista (Acsehrad, 2004a, p. 23).

Na linha da “modernização ecológica”, os temas do desperdício e da escassez de matéria e energia passaram a ser veiculados mundialmente nos debates ecológicos. A corrente dominante que veicula tais ideias costuma entender a questão ambiental como ordem meramente técnica, “alheia a qualquer discussão acerca dos fins pretendidos com a apropriação extensiva e intensiva do meio ambiente na escala em que hoje conhecemos” (Acsehrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 13).

O ambiente expressa um espaço territorialmente percebido, com diferentes escalas de compreensão e intervenção, em que se opera a relação sociedade-natureza, exprimindo uma totalidade que só se concretiza na medida em que é preenchida pelos sujeitos, individuais e coletivos, com suas visões de mundo (Gonçalves, 1989 e 2000).

Os projetos elaborados nas universidades, nos gabinetes ou escritórios de negócios ganham concretudes nos territórios que estão impregnados de vida, de pessoas que o constroem cotidianamente. A lógica da exploração do trabalho, do ritmo acelerado marcado pela velocidade da produção e do consumo, da minimização de custos e maximização de lucros dos interesses privados compreende alguns dos fatores que inviabilizam a participação das populações nas decisões políticas que dizem respeito às suas vidas (Maciel Lopes, 2013). Por isso, as representações dominantes do mundo, propositadamente, configuram-se com um raciocínio simplista, que escamoteia a forma como os impactos e problemas ambientais estão sendo gerados e distribuídos, tanto em termos de incidência quanto de intensidade. Conforme criticam Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 13), há uma simplificação que leva a afirmações como as de que “os riscos inerentes às práticas poluidoras e destrutivas que as técnicas produzem, mas não controlam, poderiam atingir a todos de maneira indistinta, independentemente de origem, credo, cor e classe”. Dessa forma, o meio ambiente passa a ser percebido como “naturalmente escasso, uno e homogêneo e os seres humanos – vistos como um todo indiferenciado – [...], onde todos seriam responsáveis pelo processo de destruição das formas naturais do ambiente, da vida”. Os “partidários da modernização ecológica” tendem a não considerar a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. No entanto, há estudos e pesquisas que evidenciam que “é sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder que recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos”.

Geralmente, os locais com alto índice de pobreza tornam-se zonas de sacrifício, acentuando as discriminações, não só do ponto de vista social, mas também ambiental. O conceito de “racismo ambiental” é usado para caracterizar a imposição desproporcional de rejeitos perigosos, intencionais ou não, a determinadas comunidades. Entre os fatores que explicariam essa imposição podem ser destacados: a existência de terras baratas; a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa; a falta de recursos políticos e de políticas públicas para as comunidades tradicionais; a falta de mobilidade espacial em razão de discriminação residencial; e, por fim, a sub-representação das “minorias” nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (Acselrad, 2002).

A busca pelo crescimento econômico acelerado, a ocupação territorial desordenada, a alocação espacial de processos poluentes, fragilidades e descontinuidades nas políticas públicas, gestão e governança refletem a indiferença em relação a critérios éticos e morais (Bauman, 2001), que guarda relação direta com o conceito de justiça ambiental, que diz respeito:

[...] ao tratamento justo e ao desenvolvimento pleno de todos os grupos sociais, independente de sua origem ou renda nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios. [...] Se contrapondo

ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Trecho da declaração de princípios da rede brasileira de justiça ambiental).

O conceito de justiça ambiental pressupõe um conjunto de princípios que garante que nenhum grupo de pessoas (de diferenciação étnica, racial ou de classe) suporte situações de risco ou consequências ambientais negativas de intercessões econômicas, políticas, de programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (Bittencourt, 2013).

O conceito foi cunhado nos Estados Unidos em 1970, a partir das experiências e das lutas pelos direitos civis das populações afrodescendentes. Os negros, discriminados e vulnerabilizados, começaram a descobrir que as injustiças sociais e ambientais têm origens comuns e se retroalimentam, gerando situações profundamente desiguais. Para os pobres, maior parcela da população, condições de degradação crescente (exposição a riscos ambientais por habitarem as vizinhanças de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes); para uma minoria, os ricos, lucros e modo de vida fartos e abusivos.

O movimento pela justiça ambiental surgiria “em resposta às iniquidades ambientais, ameaças à saúde pública, proteção desigual, constrangimentos diferenciados e mau tratamento recebido pelos pobres e negros nos Estados Unidos” (Bullard, 2004, p. 54).

Expoente da Rede de Justiça Ambiental, Bullard, em discurso na Mercer University (2000), afirmou que:

A Justiça Ambiental busca o tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão dessas políticas.

Conforme o autor, há uma crise ecológica mundial: “[...] a intoxicação sofrida por afro-americanos no Centro-Sul de Los Angeles e por mexicanos nas montanhas da fronteira dos EUA tem suas raízes no mesmo sistema de exploração econômica, pressão racial e desvalorização da vida humana” (Bullard, 2000, p. 13).

O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, as injustiças socioambientais não têm somente uma característica étnica/racial, mas principalmente um recorte de classe. A injustiça socioambiental atinge, acima de quaisquer estatísticas ou premissas, pessoas pobres, expostas às injustiças sociais, econômicas e ambientais.

Nos últimos anos, no Brasil, as populações tradicionais têm vivido recorrentes situações de conflitos e injustiças socioambientais. Dentre as populações tradicionais ameaçadas estão os pescadores artesanais. Do ponto de vista social, os pescadores artesanais vivem em condições precárias e de vulnerabilidade. Contribuem para o agravamento da crise vivenciada pelos pescadores artesanais: a diminuição dos estoques em função do emprego de novas tecnologias e o aumento da captura na pesca industrial; o crescimento da aquicultura em larga escala; o crescimento urbano; os desmatamentos; a destruição dos manguezais; o aumento do lixo urbano e industrial; o esgoto despejado nos rios em natura; as atividades de complexos industriais, portuários, turísticos, hidrelétricos, entre outros (Maciel Lopes, 2013).

Estudos e pesquisas, como o Mapa de Injustiça Ambiental (Fase/Fiocruz, s/d) evidenciam a intensificação dos conflitos socioambientais vivenciados por pescadores de todo o Brasil. Muitos desses conflitos estão relacionados à instalação de megaempreendimentos, como o Porto de Açu (RJ), a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), o Porto de Sudeste (RJ), o Porto de Suape (PE) e a Transposição do Rio São Francisco (MG e BA).

No Rio de Janeiro, desde 2003, vêm ocorrendo casos de conflitos socioambientais graves, com denúncias e mortes de pescadores. Um desses casos ocorreu no município de Magé (RJ), Baía de Guanabara, mais especificamente com membros da Associação de Pescadores Homens do Mar (Ahomar). É o caso de Alexandre Anderson, presidente da Ahomar, que vive sob a assistência do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH – Governo Federal). Segundo ele, “os pescadores que denunciaram a Petrobras vivem exilados dentro do seu próprio país” (Alexandre Anderson, pescador).

Na Baía de Guanabara, foram instalados terminais flexíveis com dutos submarinos de 10 quilômetros de extensão que segue em direção à praia de Mauá, no município de Magé. A partir desse ponto, inicia a parte terrestre do gasoduto com cerca de 5 quilômetros de extensão, que segue até outro terminal no município de Duque de Caxias. Esse projeto objetiva a importação de gás natural liquefeito e sua regaseificação para o atendimento de demandas por gás natural em curto prazo. Trata-se de uma obra realizada por empresas prestadoras de serviço da Petrobras.

Impactos negativos apontados na instalação do terminal referem-se a: alteração na qualidade da água, mudanças na fauna marinha, supressão da vegetação, emissão de poluentes, desapropriação das terras e criação de zonas de exclusão de pesca em função de uma área de segurança em torno das ilhas. Nessas zonas de exclusão, é

proibida a permanência de embarcações sem a autorização das empresas que administram os empreendimentos. Por conta disso, desde o início das obras em 2003, os pescadores se encontram impedidos de realizar suas atividades. Além disso, o intenso tráfego das embarcações tem afugentado os peixes, destruído as redes e os instrumentos de trabalho, tornando a pesca mais difícil.

A falta de preocupação com os impactos que seriam gerados pela instalação do empreendimento, juntamente com a omissão das indenizações às famílias atingidas, têm gerado constantes atritos entre a comunidade e as empresas. Nesse conflito, ocorreram vários protestos, e as lideranças passaram a ser perseguidas.

Em várias audiências públicas (na Assembleia Legislativa Estadual e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro), os pescadores denunciaram as ações e o des-caso com que a empresa Petrobras vem atuando. Desde que começaram a luta e as denúncias contra as empresas, em 2003, quatro pescadores foram assassinados. Os laudos e inquéritos policiais não confirmam que as mortes por assassinato tenham relação com os conflitos dos pescadores contra as empresas. No entanto, os quatro que morreram participavam do movimento e estavam envolvidos nas lutas e denúncias contra o Projeto GLP (Petrobrás), e dois deles eram representantes da Ahomar.

“Para mim, quem mata não é só quem atira ou manda atirar. É também quem deixa atirar. Não tenho dúvida de que minha retirada foi determinada pela Petrobras. Houve um pedido político para eu deixar Magé”, acusa Alexandre, 43 anos, fundador e presidente da Ahomar. “Já são mais de 550 dias longe de casa. Tenho de voltar com escolta e ser protegido enquanto perdurarem as ameaças e os acusados não forem presos” (Alexandre, pescador da Ahomar, 2014).

Esses pescadores denunciam, desde 2003, a situação de degradação da Baía da Guanabara e a atuação das empresas poluidoras. Já realizaram diversas manifestações, barqueatas e ações diretas, tentando chamar a atenção da opinião pública quanto à gravidade do que vem ocorrendo. Tentam pressionar a Petrobras e o Estado para que assumam as responsabilidades frente à destruição socioambiental.

Em contraposição, as empresas vão se aperfeiçoando nas formas de enfrentamentos das lutas socioambientais. Investem na segurança de seus patrimônios e gastam recursos para garantir que os seus projetos sejam implantados com eficiência e eficácia. Escolhem, estrategicamente, quem deve atuar em cada área. Contratam pessoas ou empresas que fazem intermediação dos processos e conflitos, que atuam como informantes, ou com a contra-informação, rastreando os movimentos legítimos, contratando escoltas e seguranças para rastrear e intimidar as lideranças e as pessoas mais resistentes (Sevá, 2011).

Guardadas as especificidades, os casos de conflitos socioambientais no Brasil, como em outras partes do mundo, apresentam aspectos generalizáveis: perda do território; ação desrespeitosa das empresas; falta de diálogo com as comunidades; falta de fiscalização e transparência nos processos de licenciamento; e falta

de espaços para as negociações dos projetos, dos financiamentos e das políticas de compensações ambientais. Prevalece, então, um modelo de produção que se impõe hegemonicamente, em detrimento de outras formas organizativas de produção. No cenário de disputa priorizam-se os interesses do grande capital. Os atores hegemônicos, que tratam o território como “abrigo” (Santos et al., 2000), continuam lutando, mas muitas vezes, são forçosamente “obrigados” a buscar formas de adaptação, ao mesmo tempo que recriam estratégias que possam garantir a sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No diálogo com Santos, Haesbaert, Acselrad, Bullard, entre outros, evidenciamos os conceitos de território, identidade socioterritorial, conflitos e (in)justiça ambiental para destacar a crise socioambiental vivida pelas populações tradicionais, em especial, pescadores artesanais.

Ao tratar dos conceitos de território e identidade socioterritorial, ressaltamos as condições de vida, ou melhor, a negação à vida a que as populações tradicionais vêm sendo submetidas, com a perda dos seus territórios em decorrência do avanço do capital sobre os mesmos.

Evidenciamos ainda que a hegemonização dos modelos de racionalidade técnica inviabiliza a permanência de outras formas de organização do trabalho, outras culturas e outra lógica de organização social. A potencialização dos recursos financeiros continua se sobrepondo aos demais interesses, interferindo nos direcionamentos políticos. Enquanto um grupo social tem diversas opções de escolha sobre os territórios e os recursos de uso comum, outros não têm sequer a opção de viver e manter a sua identidade e dignidade no território de origem.

O discurso mudou, as práticas políticas mudaram, mas as estratégias do chamado “crescimento econômico” continuam as mesmas. Os impactos decorrentes dos investimentos econômicos privados, destacados neste capítulo, são uma realidade vivida no Brasil, assim como em outras partes do mundo.

Nas arenas políticas são estabelecidos os acordos, os negócios e as estratégias. Investe-se na burocratização, cooptação e alinhamento das lideranças e dos movimentos sociais e ambientais. Afinal, a fragmentação é uma questão-chave para manter, sob controle, os movimentos e as lideranças. O resultado disso já se conhece: a hegemonização das populações, a fragilização das organizações sociais, a manutenção da ordem por meio da criminalização dos movimentos e do apagamento da memória coletiva, e a “fidelização dos votos”. Ou seja, independente de governos de direita, centro, esquerda, são sempre os de fora, ou “extralocais”, conforme termo usado por Leite Lopes et al. (2004), que definem o que é melhor para os “locais”. Evidentemente, isso não se dá por uma via de mão única, já que muitas vezes há também os interesses de parcelas de “locais” que defendem os interesses “extralocais”.

Nessa lógica perversa, os atores “hegemonizados” que tratam o território como abrigo, vão buscando se adaptar às mudanças, sejam elas técnicas, políticas, ambientais, etc., ao mesmo tempo que procuram recriar estratégias que possam garantir a sobrevivência nos lugares.

A mudança dessa lógica envolve uma complexidade de fatores e a necessidade de transformação tanto das políticas de Estado como do comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, etc.), o que aponta, ainda, para a necessidade de reflexão sobre o crescimento da esfera institucional e sobre o avanço nas formas de participação políticas, em que as decisões e a gestão dos recursos naturais sejam efetivamente compartilhadas.

A luta das populações tradicionais em defesa dos territórios e por justiça socioambiental não pode ser compreendida de forma específica, que é de responsabilidade de quem pertence a esses grupos. A luta deve ser de todos os oprimidos, sendo uma luta que incorpore as bandeiras ecológicas pela preservação da vida planetária em toda a sua dimensão. Uma luta que deve envolver todos aqueles que, de alguma forma, se sentem explorados, agredidos, sensibilizados. Uma luta contra a desigualdade e as injustiças sociais e ambientais. Uma luta contra a lógica e o modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. *Justiça ambiental e construção social do risco*. XIII Encontro Da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto: 2002.

_____. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.

_____. (org.). *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.

_____. *Um ambientalismo dos trabalhadores*. Comunicação apresentada na Conferência Sidical sobre Trabalho e Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, Sustainlabour – CC.OO. São Paulo: 18 abr. 2006.

_____. et al. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ASCERALD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BRANDÃO, Carlos. O necessário diálogo entre a economia política do desenvolvimento e a geografia econômica, crítica em momento de crise estrutural do capitalismo. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2007. Disponível em: <www.sep.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BAUMAN, Z. *A modernidade líquida*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BITTENCOURT, Marcio T. *A política e a legislação ambiental inseridos no conceito de Justiça Ambiental*. 2013. Disponível em: <www.unama.br/seer/index.php/coloquio/article/download/99/pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BULLARD, Robert (org.). *Confronting Environmental Racism – Voices from the Grassroots*. *Revista Ibase*, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental*. *Revista Ibase*, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Enfrentando o racismo ambiental no século XXI*. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros*. *Revista Geosp: espaço e tempo*, n. 14, São Paulo, p. 119-125, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Territorialidade e corporação*. In: SANTOS et al. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FASE/FIOCRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: LIS/ICICT/Fiocruz, S/D. Disponível em: <www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>. Acesso em: 4 maio 2014.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERREIRA, J. M. C. *O desenvolvimento sustentável no contexto da globalização e das novas tecnologias*. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Ribeirinhas, Portugal, 2007.

FIRPO, Marcelo. *O conflito é essencial para a construção da democracia*. *RADIS*, n. 129, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/radis>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

FURTADO, L. G. *Reservas pesqueiras. Uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas*. In: *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.

GEBARA, Livia. *Gestão do monitoramento ambiental marinho das atividades de produção de petróleo e gás no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário Ambiental, Uerj, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. Natureza e sociedade: Elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J. S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ibama, 2000.

_____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

HAESBAERT, R. Redes de diásporas. *Cadernos de Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 9-15, 1999.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE. *Dados sobre pescadores na Baía da Guanabara*, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.portalbaiadeguanabara.org.br>. Acesso em: jul. 2010.

LEITE LOPES, J. S. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP, 2004.

LITTLE, P. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). *Difícil sustentabilidade*. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MACIEL LOPES, Vera F. M. *Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência*. (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ). 2013. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente (PPGMA/Uerj), 2013.

PACS. *Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul*. Disponível em: <www.pacs.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2010.

PACHECO, Tânia. *Justiça ambiental e racismo*. 2013. Disponível em: <<http://justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Justicaambientaleracismo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PESQUISA-AÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA (PAPESCA/UFRJ). Relatório técnico. Rio de Janeiro: Soltec/Papesca/UFRJ/Finep, 2010. Disponível em: <<http://papescalitoralfluminense.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAP (Rede Ambiente Participativo). *Portos, aeroportos, rodoviárias e terminais do RJ: ampliação do Porto Sudeste*. Disponível em: <http://rap.mp.rj.gov.br/?p=438>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

REDE SOLIDÁRIA DA PESCA. Disponível em: <<http://redesolidariadapesca.blogspot.com>>. Acesso em: jul. 2012.

RICOVERI, Giovanna. *Bens comuns versus Mercadorias*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. et al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.

SEVÁ, Oswaldo. *La ofensiva del capital contra los pueblos indígenas y campesinos es global*. 2011. Disponível em: <<http://desinformemonos.org/2011/02/11406>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais*. Santa Catarina: Secco, 2005.

REDES COMO ELEMENTO OU MÉTODO DE ANÁLISE

Celso Alexandre Souza de Alvear

O Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) destaca em identidade a estratégia de atuação em rede, seja uma articulação ampla de instituições universitárias para a consecução de um projeto, como no caso do mapeamento nacional das fábricas recuperadas relatado, no segundo livro desta coleção, seja pela amplo diálogo com diversas instituições locais de um território de atuação, como na Cidade de Deus. Essa perspectiva me estimulou a estudar mais aprofundadamente a questão das redes sociais¹ e apresento, neste capítulo, os principais pontos de reflexão a seu respeito.

Este capítulo tem como objetivo apresentar e desenvolver o conceito de redes como forma de organização e como forma de análise. Por um lado, atores, grupos e organizações cada vez mais se articulam em redes para responder aos problemas atuais de maneira mais flexível e eficiente. Por outro, a análise das redes como método permite entender as estruturas sociais não pelo conjunto de indivíduos que fazem parte dela, mas pela forma como esses se articulam. Assim, este texto destrincha as diversas possibilidades de compreender as redes na atualidade.

Alvear (2008) analisa a rede de articulação das organizações de base comunitária da Cidade de Deus entre si e com outras organizações de dentro e fora da Cidade de Deus (como ONGs, empresas, órgãos públicos e outros). Para a análise dessa rede, usei conceitos apresentados neste capítulo, combinando metodologias qualitativas e quantitativas. Isso permitiu perceber fragilidades e padrões, como centralização, relações puramente de cunho material/financeiro e subredes (grupos de organiza-

¹ Este capítulo é uma compilação dos capítulos 2 e 3 da minha dissertação de mestrado (Alvear, 2008).

ções que dialogavam muito entre si, mas pouco com outras organizações). Aquela rede contribuía pouco para o desenvolvimento local e permitiu apresentar propostas, como foi o caso da construção de um portal comunitário, que se tornou um projeto de extensão do Soltec.²

O QUE SÃO AS REDES?

O conceito de redes vem ganhando importância em diversas áreas. Há as redes de computadores, as redes de organizações e as redes pessoais. Apesar de serem diferentes aplicações do conceito de redes, todas compartilham semelhanças. O que define uma rede são elementos como estrutura, processo e finalidade (Van Alstyne, 1997, p. 2), diferentemente de outras estruturas que têm como foco seus elementos.

As redes como forma de organização surgiram em contraposição à estrutura piramidal e hierárquica de organização. Assim, prezam pela igualdade de participação e pelo compartilhamento de valores entre seus membros. Além disso, as redes são estruturas flexíveis que se adaptam a rápidas mudanças de ambiente, em consequência da distribuição de conhecimento e poder por todos os seus nós.

Segundo Mance (1999, p. 24), a rede nada mais é do que “a articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo reciprocamente”. Desse modo, o autor destaca princípios de rede: o funcionamento como um sistema aberto que se autorreproduz; a intensividade; a extensividade; a diversidade; a integralidade e a realimentação. Quer dizer, é um sistema aberto que se autorreproduz porque permite sempre a entrada de novos elementos e, como fortalece seus elementos, permite criar diversas sub-redes que se comunicam. A intensividade significa que cada unidade fortalecida pode atingir mais pessoas, enquanto a extensividade significa que a rede pode facilitar a criação de novas unidades em outras localidades. A diversidade significa a possibilidade de integrar unidades diferentes e de não ter de uniformizá-las, enquanto a integralidade significa absorver de forma incremental as diferenças, no sentido de as unidades, por solidariedade, compartilharem dos objetivos das outras unidades. E a realimentação, por fim, significa que uma nova unidade, tendo sucesso devido à contribuição da rede, se sentirá grata e contribuirá para outras unidades entrarem na rede e obterem sucesso.

Uma das questões de análise mais importante é entender as redes como formadoras de ações coletivas. A rede, em um sentido mais estático, pode funcionar apenas como um agrupamento de diversas organizações diferentes, permitindo diver-

² No segundo livro da coleção, há um capítulo que descreve a experiência do portal comunitário da Cidade de Deus.

cidade, mas sem gerar ações coletivas. Por outro lado, uma rede mais dinâmica, a partir das interações entre seus membros, pode auxiliar na formação de ações coletivas, nas quais diversas organizações se identificam com uma causa propulsora e se unem para fortalecê-la (Scherer-Warren, 2005, p. 30).

Nesse sentido, Scheren-Warren (2005, p. 35) afirma que é importante distinguir coletivos em rede e movimentos sociais.

Coletivo em rede refere-se a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta.

Coletivos em redes estão relacionados com a formação de redes por organizações para se ajudar mutuamente. Os coletivos em rede também têm, como foco principal, a troca de informações, muito mais do que uma atuação conjunta. Como exemplo, a autora cita *websites* que funcionam como fóruns de discussão entre diversas ONGs feministas ou fóruns virtuais de discussão sobre gênero.

Por outro lado, existem os movimentos sociais, que são redes complexas que unem pessoas e organizações sem uma fronteira bem delimitada na luta de causas comuns. Nesses movimentos, a própria identidade vai se formando de maneira dialógica a partir das discussões e das identificações sociais, éticas, culturais e políticas comuns a seus membros. Esses movimentos têm como objetivo transformar a sociedade com propostas alternativas aos sistemas e modelos socioeconômicos vigentes.

Para analisar as redes sociais, algumas categorias podem ser usadas, como a temporalidade, a espacialidade e a sociabilidade (Scherer-Warren, 2005, p. 37). A temporalidade significa que em redes sociais podem conviver diferentes momentos históricos. Assim, essas redes permitem o convívio da diversidade no aspecto temporal. Tradição e modernidade podem conviver e até ganhar força em uma rede na qual organizações que trabalham preservando antigas culturas podem atuar juntas com outras que desenvolvem trabalhos com novas ferramentas tecnológicas. Assim, articulam seus conhecimentos e geram novas formas de resgatar e atualizar antigos hábitos.

Em relação à espacialidade, as redes se desenvolvem em territórios já consolidados, mas também se ampliam e se desenvolvem em novos territórios. Além dos territórios físicos, as redes criam territórios virtuais que interagem entre si. Dessa forma, aproximam organizações que se localizam fisicamente distantes, mas que nesse novo território virtual podem eliminar essas distâncias.

Por fim, as redes podem gerar grandes impactos na sociabilidade entre seus membros, haja vista que amenizam as assimetrias de poder e facilitam relações de solidariedade e reciprocidade. Como seus membros encontram-se interconectados

e, de alguma forma, interdependentes, são estimulados a cooperar; quando um ganha, todos ganham.

AS REDES DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

No terceiro setor, as redes também estão fortemente presentes devido à imensa quantidade de interconexões entre diversas organizações sociais, que por sua vez se articulam em redes formais e informais, em uma estrutura dinâmica, sem que se tenha, necessariamente, um poder central. Na prática, pode-se dizer que essas redes funcionam como uma comunidade, já que seus membros compartilham valores e objetivos em comum e obedecem a regras criadas coletivamente (Rits, 2008a). Assim, por meio da cooperação, os membros conseguem atingir resultados que não alcançariam sozinhos.

No Brasil, as redes de organizações sociais cresceram imensamente a partir da década de 1990 por conta do progresso das tecnologias de comunicação e da criação de leis que estimulam o trabalho em parceria entre os três setores: governo, empresa e sociedade civil. Esse avanço permitiu replicar as experiências sociais de sucesso tanto em âmbito local como regional e nacional, transformando pequenas iniciativas executadas por organizações sociais em políticas públicas geridas pelos governos.

Segundo Scherer-Warren (1996, p. 13-25), a partir de meados do século XX até os anos 1970, as tentativas de transformação passavam pelas lutas de classe e lutas nacionais-populares, priorizando-se a macroanálise das questões sociais. Já na década de 1980, ganharam força os movimentos de base, direcionando as lutas para o campo comunitário e priorizando as microtransformações. Por fim, a partir dos anos 1990, buscou-se a articulação entre as esferas macro e micro, através das redes de movimentos. Dessa forma, a transformação local gerada a partir do trabalho das organizações de base comunitária, bem como a articulação entre essas práticas em diversas localidades (com a formação de redes e movimentos sociais) permitiram transformar a macroestrutura.

Nesse sentido, o todo que se pretende transformar não é visto como uma uniformidade, na qual se pode construir um modelo ou uma única solução satisfatória. A rede seria a estrutura que permite atuar no global, respeitando a diversidade e o pluralismo local (Scherer-Warren, 1996). Dessa forma, podem-se construir soluções articuladas que respeitem cada particularidade local, mas sem causar fragmentações.

Dentre facilitadores para a organização em rede, as tecnologias da informação têm um papel fundamental (Mance, 1999, p. 24). Como tecnologias da informação consideram-se computadores, celulares, internet, redes de dados, banda larga e ferramentas de comunicação (como e-mail, programas de mensagens instantâneas e

grupos de discussão eletrônicos). Essas tecnologias permitem aproximar organizações, melhorar a comunicação entre organizações próximas e compartilhar dados que facilitem o nivelamento de informações entre as organizações da rede, entre outras possibilidades.

Outro facilitador são os meios de comunicação de massa (Scherer-Warren, 1996, p. 25), como jornais, *websites*, fóruns virtuais, rádio e televisão. No caso de comunidades pobres ou favelas, outros importantes meios de comunicação de massa são os carros de som e as rádios comunitárias. Esses meios permitem fortalecer as organizações a partir de sua aproximação direta com sua base ou com a população local. Assim, é possível ampliar a rede para a base, fazendo com que a rede ganhe capilaridade e representatividade popular.

As redes de organizações sociais podem se institucionalizar a partir da formação de comitês, fóruns ou conselhos, que podem articular diversas organizações sociais, além de contar com a participação de atores do setor público e privado. Muitas vezes são criados portais na internet permitindo uma troca constante de informações entre seus membros. Em alguns casos, também são realizados eventos para juntar fisicamente as organizações, possibilitando estabelecer relações pessoais entre seus membros, fato valorizado nas organizações sociais.

REDES E TERRITÓRIOS

As redes de organizações sociais podem apresentar diferentes configurações. Uma rede pode ter relação direta com uma região ou localidade e ter como motivação a discussão de um determinado tema, não estando diretamente vinculada a nenhuma localidade específica. Existem também redes que têm como função articular diversas organizações sociais, para ganhar força como grupo. No site do Rits (2008b), essas redes são descritas como:

Redes temáticas – São aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica (ex.: meio ambiente, infância) ou específica (ex.: reciclagem, desnutrição infantil).

Redes regionais – As redes regionais têm em uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros: um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade, um conjunto de bairros, etc.

Redes organizacionais – São, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade suprainstitucional – isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns, etc.) – ou a organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e/ou dispersas territorialmente.

As redes regionais ou redes comunitárias são formadas por organizações que realizam diferentes atividades sociais em uma mesma localidade. Estas organizações se reúnem para discutir conjuntamente propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre a comunidade e os problemas da região. A região pode ser uma favela, um bairro ou até mesmo um pequeno município.

Para resolver problemas sociais como violência, drogas e doenças, é necessário um conhecimento mais profundo dos aspectos socioculturais da região em foco, pois existe uma forte correlação entre esses fatores. Como cada organização detém parte das informações a respeito da população da região, apenas por meio do compartilhamento dessas informações se poderia entender melhor o cenário que se pretende mudar.

Outro ponto importante é a possibilidade da troca de valores por meio do convívio entre os membros das organizações sociais, com o intuito de eliminar as possíveis divergências políticas ou, pelo menos, permitir convivência pacífica e respeito pelas opções políticas dos outros grupos. Uma rede permite a interação entre os diversos membros e a percepção da interdependência do trabalho que cada grupo realiza. Assim, através da atuação conjunta em pequenos projetos, podem-se transformar relações frágeis em parcerias mais consistentes (Villasante, 2002, p. 111).

Por meio de fóruns e reuniões de discussão local, as diversas organizações podem trocar informações junto à população da região e desenhar um plano de desenvolvimento local. Através de seu poder de representatividade, essas organizações podem atuar junto ao poder público, exercendo pressão para um investimento maior e mais adaptado à realidade da região. Consegue-se, desse modo, desenvolver soluções de grande impacto que recebem maior receptividade da população por terem sido geradas coletivamente.

Como exemplos de redes regionais ou comunitárias têm-se o Comitê Comunitário da Cidade de Deus, formado basicamente por ONGs, e o Comitê de Desenvolvimento de Vila Paciência, que conta principalmente com a participação de moradores. Estes são exemplos de redes comunitárias formadas em comunidades pobres na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Além disso, existem diversas outras redes em favelas que juntam moradores e organizações, como é o caso do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, no Complexo do Alemão, e o Conselho Comunitário de Manguinhos. Também temos conhecimento de diversas redes formadas em pequenos municípios do estado de São Paulo e em bairros da capital paulista fomentadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que congregam ONGs, empresas e participantes do poder público. Como se percebe, algumas redes são formadas pelos atores da própria região; outras redes são estimuladas por atores externos. No caso da Cidade de Deus, o Comitê Comunitário foi criado pelas próprias organizações sociais. Já o Comitê de Desenvolvimento de Vila Paciência foi criado por estímulo de atores externos em um pro-

jeto coordenado por uma ONG da área de saúde, com apoio do Soltec/UFRJ³, que estimulou sua criação. Da mesma forma, as redes formadas pelo programa Rede Social são estimuladas pelo Senac-SP. Essas redes têm em comum o objetivo de gerar desenvolvimento local em suas regiões.

Uma organização também pode interagir com outras organizações para trocar conhecimentos e metodologias a respeito de atividades semelhantes que exercem, formando redes de conhecimento. Já que cada organização social costuma possuir uma especialidade (como educação, saúde, mulheres, jovens, etc.), essas redes de conhecimento são relacionadas a um determinado tema. Em função disso, também são conhecidas como redes temáticas.

Uma crítica à estratégia de atuação por redes temáticas é que uma solução bem-sucedida adotada em uma localidade pode não ser aplicável, ou não ser bem-sucedida, quando aplicada em outra localidade. Questões sociais estão, na maioria das vezes, diretamente relacionadas a especificidades locais e contextos culturais. Dessa forma, uma experiência bem-sucedida em um local pode ter sua reaplicação dificultada ou impossibilitada em outro. Essa ideia reforçaria a importância de redes com vínculo a um território específico. Ainda que as trocas de informações sobre experiências diferentes sejam muito importantes, deve-se sempre estar atento ao contexto sociocultural em que ocorreram e às adaptações que seriam necessárias para aproveitá-las em outras localidades. Villasante (2002, p. 107) ressalta a importância da utilização de “especialistas temáticos” como elementos de apoio na construção de um plano de desenvolvimento local, e não como elementos centrais, como ocorre muitas vezes.

Ao propor um papel mais circunscrito para os “especialistas-temáticos”, o autor reforça a necessidade de valorizar o conhecimento local dos próprios atores da região ou, nas palavras dele, dos “especialistas-convivenciais”. Em nenhum momento é desprezada a importância do conhecimento externo; o que se busca é reverter uma situação atual de supervalorização desse conhecimento em detrimento da experiência local. Assim, é importante estimular a troca de informações através da formação de redes regionais.

Como exemplos de redes temáticas, há a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), que reúne mais de trezentas entidades que lutam pela preservação da mata atlântica; a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, formada por diversas ONGs que lutam pelos direitos das mulheres afrodescendentes no país; a Rede de Comunidades Saudáveis, formada por diversas organizações sociais com a finalidade de promover a saúde no município do Rio de Janeiro; e a Rede Solidária da Pesca, composta por pessoas e organizações, entre elas, o Soltec/UFRJ, que lutam pela pesca artesanal e pela aquicultura familiar no Brasil.

³ No primeiro livro da coleção, há um capítulo que relata a experiência do projeto na Vila Paciência.

Na prática, muitas redes possuem articulações internas e externas em uma localidade. Em certos casos, é possível distinguir as redes cuja principal característica é a identificação com uma região das redes definidas pela participação de organizações que atuam em temáticas semelhantes. Porém, na maior parte dos casos, as organizações se articulam dentro de sua região de atuação para discutir o desenvolvimento local e se articulam com organizações externas para trocar informações sobre determinados temas em que atuam, não havendo uma fronteira clara entre essas redes.

Apesar dessas redes serem formadas basicamente por organizações sociais, em muitos casos, também há a participação de empresas ou órgãos públicos. É difícil imaginar a possibilidade de desenvolvimento local sem a presença desses atores. Da mesma forma, quando organizações sociais se reúnem para trocar informações sobre determinados temas, empresas e órgãos públicos também podem contribuir. No caso específico de comunidades pobres, as articulações externas costumam ter características bastante distintas das articulações internas. Parcerias com empresas ou grandes ONGs costumam ter o objetivo de atrair recursos financeiros e materiais para dentro das comunidades (Wetterberg, 2007, p. 590). Isso se dá porque, normalmente, nessas regiões existem poucas empresas ou grandes ONGs que possam ajudar com recursos.

A articulação com órgãos públicos também é importante, já que estes raramente se localizam dentro das comunidades pobres. A presença do Estado é quase inexistente nessas regiões, e isso, em parte, explica o descaso e o abandono de muitas localidades pobres. Assim, normalmente é necessário buscar articulações fora da comunidade, tendo em vista políticas públicas para a região.

Outro caso é o de algumas organizações que se reúnem em associações ou redes organizacionais, para se fortalecer como grupo ou setor. Esse tipo de rede não é tão comum quanto às outras duas formas. Alguns exemplos são a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), uma associação que reúne diversas ONGs no Brasil inteiro, e a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) e a Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-RIO), que são federações de associações de moradores do estado e do município do Rio de Janeiro. Ambas têm em comum o objetivo de articular diversas entidades para obter representatividade perante o poder público.

REDES COMO MÉTODO DE ANÁLISE

O conceito de redes muitas vezes é utilizado como um método de análise para entender a estrutura social, a partir das relações existentes entre os atores (Villa-Sante, 2002, p. 96). Nesse sentido, busca-se descrever e tipificar as relações entre determinados atores como uma forma de compreender uma realidade. Nessa visão,

um território pode ser mais bem entendido pelas relações que se dão dentro dele, e não pelos atores e suas características (Scherer-Warren, 2005, p. 33). Atualmente, uma técnica conhecida como Análise de Redes Sociais (*Social Network Analysis – SNA*) é a mais usada para esse tipo de abordagem.

Dois grandes paradigmas surgem no estudo de redes sociais. O primeiro é o estudo das redes a partir da análise de suas estruturas, enquanto o segundo é o estudo das redes a partir da análise de sua historicidade. Enquanto o primeiro é uma análise estática, o segundo é uma análise mais dinâmica. Dessa forma, técnicas como a da análise de redes sociais se enquadram no primeiro paradigma, buscando compreender a rede por uma “fotografia” de um determinado momento. O segundo paradigma é ainda menos explorado e vem sendo desenvolvido com análises etnográficas e históricas, envolvendo pesquisas de movimentos sociais (Scherer-Warren, 2005, p. 32).

Diversas técnicas e modelos investigativos foram desenvolvidos dentro do campo de estudo de análise de redes sociais para buscar padrões de interação dentro das redes. Dentre os principais podemos citar *blockmodelling*, *small world networks* e *scale-free networks/power-law distribution networks*. Essas técnicas e modelos são muito utilizados, principalmente em estudos organizacionais.

A técnica de *blockmodelling* permite identificar atores que desempenham papéis semelhantes dentro de uma rede (Scott, 2000, p. 131-142). Para isso, tem como base a procura de padrões de estruturas na rede nas quais se definem posições. Essas posições são definidas a partir das relações encontradas na rede, e não pelas características dos atores, ainda que, posteriormente, sejam comparados os resultados das estruturas encontradas com as posições definidas a partir dos atributos dos atores.

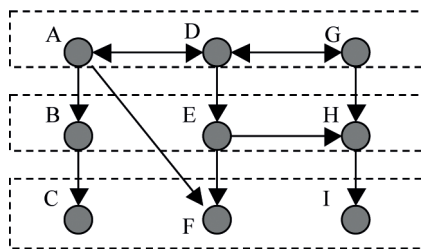


FIGURA 1 – Estruturas equivalentes

Fonte: Elaboração própria

Um exemplo para ilustrar esse conceito poderia ser a análise de uma rede de relações entre pessoas dentro de uma organização. Nessa rede, podem ser encontrados padrões de relações que identifiquem uma estrutura. Na figura 1, é possível identificar três posições estruturais equivalentes: a primeira é representada pelos indivíduos A, D e G; a segunda identificada pelos indivíduos B, E e H; e a terceira pelos indivíduos C, F e I. Em alguns casos, essa estrutura poderia ser claramente

identificada por atributos de cada indivíduo (como, por exemplo, seu cargo dentro da organização), sendo uma estrutura formalmente identificada.

Já no caso de uma organização, como uma cooperativa, em que não houvesse cargos hierárquicos, outras hipóteses teriam que ser formuladas. Uma hipótese poderia ser o fato de essa estrutura ter sido formada devido ao tempo em que cada membro tinha na cooperativa e pela forma como cada membro entrou na cooperativa. Assim, os membros A, D e G, que possuem posições equivalentes, poderiam ter sido os fundadores, que futuramente convidaram os membros B, E e F, respectivamente, e assim em diante, formando as três posições diferentes.

Um modelo muito conhecido é o *small world networks*, que tem como propriedades principais o fato de que qualquer indivíduo de uma rede está próximo de outro por meio de poucas relações intermediárias. Essa teoria começou a ganhar força a partir do momento em que o mundo ficou cada vez mais conectado pelas tecnologias da informação, surgindo o mito de que cada pessoa está conectada com outra por no máximo seis graus de separação. Esse “número mágico” é, em geral, creditado a uma pesquisa (Travers; Milgram, 1969) na qual foram feitos experimentos com pessoas de Nebraska e Boston, para verificar através de quantas pessoas intermediárias eles conheciam uma pessoa em Massachussets. Como a média variou entre cinco e seis graus, posteriormente ficou conhecido como a ideia de seis graus de separação, apesar dos autores nunca terem colocado isso dessa forma.

Independentemente do número e da forma como surgiu, matematicamente mostrou-se que muitas redes se comportam dessa forma, como a internet, redes de neurônios e algumas redes sociais. Assim, quando uma rede apresenta características como ter grupos de pontos altamente conectados entre si e com alguns poucos pontos conectados com outros grupos, essas redes se comportam como o modelo de *small world networks*. Um exemplo é a figura 2, na qual cada nó se relaciona com seus três vizinhos mais próximos, e há apenas quatro conexões aleatórias, as quais permitem que qualquer nó esteja conectado a outro por apenas poucos graus de separação.

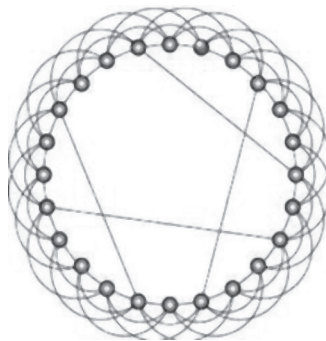


FIGURA 2 – Exemplo de uma rede *small world*

Fonte: Strogatz (2001).

Por fim, existe o modelo chamado de *scale free networks* ou *power-law distribution networks*. Nesse tipo de rede, poucos indivíduos possuem muitas relações, enquanto a maioria tem poucas relações. Assim, esses indivíduos altamente relacionados têm o papel de *hub*, ou seja, de disseminadores de informação. Outra característica importante é que a estrutura da rede é independente do seu tamanho e é regida por uma distribuição conhecida como *power law*. Em função da distribuição *power law*, cada novo indivíduo na rede tem maior probabilidade de se conectar com indivíduos que têm mais conexões (Barabási; Albert, 1999, p. 509). Uma rede do tipo *scale-free* possui alguns pontos muito conectados, ligados a alguns pontos um pouco menos conectados, que, por sua vez, são ligados a mais pontos ainda menos conectados, e assim por diante. É o que pode ser visto na figura 3.

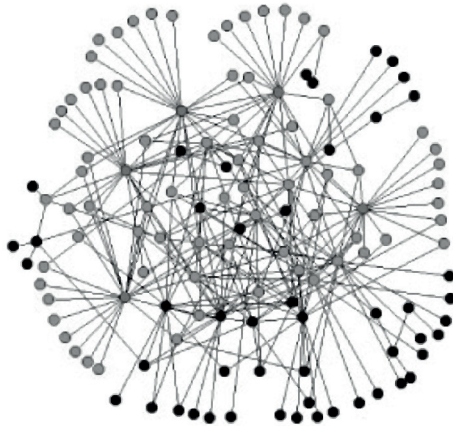


FIGURA 3 – Exemplo de uma rede *scale-free*

Fonte: Albert, Jeong e Barabási (2000).

TIPOS DE RELAÇÕES

Em uma articulação entre organizações, essa relação pode se dar de diferentes formas. Segundo Hall (1991, p. 217-218), existem três configurações básicas. Em primeiro lugar, vem a relação de díade ou uma relação direta entre duas organizações. Em segundo lugar, existe a configuração estrela, em que uma organização é o centro das relações, e se formam díades entre ela e outras organizações. Por último, existe o que ele chama de rede interorganizacional.

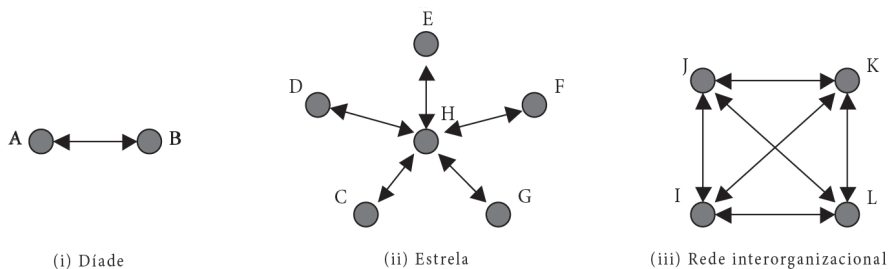


FIGURA 4 – Formas de relações interorganizacionais

Apesar de uma rede ser formada por um conjunto de díades, esta apresenta características diferentes da simples soma das características dessas partes. Isso se dá em grandes partes, devido às interações de segunda ordem que ocorrem entre essas díades, tornando a configuração um sistema muito dinâmico. Na figura 4, por exemplo, uma interação da díade I-J tem comportamento distinto de uma interação da díade A-B ou da díade D-H. No caso da rede, os elementos I e J, além da interação direta I-J, podem interagir através das relações de segunda ordem I-L-J ou I-K-J. Para o caso de uma rede maior, existiria a possibilidade de interações de ordem maiores, aumentando ainda mais a dinâmica do sistema e sua complexidade.

Outro ponto importante é o de que, em uma rede o número de interações possíveis e prováveis cresce exponencialmente em relação ao número de elementos. Assim, quanto maior o número de elementos em uma rede mais complexas são as possibilidades de interação nessa configuração. Em uma díade, em uma sequência linear ou em uma estrela ampliada (figura 5), o número de interações possíveis é igual a $n+1$, em que n é o número de elementos. No caso de uma rede, o número de interações possíveis é igual a $n*(n-1)/2$. Assim, enquanto nos primeiros casos a relação é linear entre o número de elementos e o número de interações possíveis, no último caso essa relação é de segundo grau.

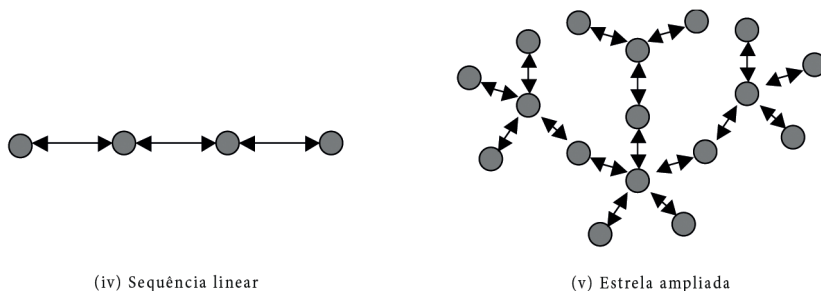


FIGURA 5 – Sequência linear e Estrela ampliada

Para analisar uma rede, o processo inicial é analisar as díades contidas nela. Essas díades possuem características pelas quais podemos compreender um pouco

melhor essas relações. Um primeiro ponto que pode ser analisado em uma relação é se esta é cooperativa ou conflituosa. No primeiro caso, duas organizações se ajudam para atingir algo em comum, enquanto que, no segundo caso, normalmente uma tende a atrapalhar a outra.

Alguns autores diferenciam a cooperação da coordenação (Hall, 1991, p. 237). Essa diferenciação pode se dar através de duas concepções diferentes. Na primeira, a cooperação acontece quando duas organizações, apesar de terem objetivos ou missões diferentes, trabalham juntas, cada uma ajudando a outra a atingir seu objetivo. A coordenação acontece quando duas organizações compartilham o mesmo objetivo e trabalham juntas para atingi-lo. Em uma segunda concepção, a diferença se dá na autonomia ou na obrigação da relação, enquanto que, na cooperação, a relação acontece por livre vontade. Já na coordenação, as duas organizações são obrigadas a interagir por algum motivo.

No caso de relações conflituosas, estas podem acontecer por causa de concorrência, no sentido de que duas organizações têm objetivos iguais e de que quanto mais perto uma organização chegar de atingir seu objetivo mais distante a outra estará. O conflito também pode se dar por assimetrias de poder, quando uma organização não aceita colaborar com outra, pois se sente superior e acha que deve realizar uma relação de subordinação.

Uma primeira característica de uma relação é o tipo de recurso trocado. Esse recurso pode ser financeiro, material, informacional, humano, etc. As relações também podem ser descritas de acordo com a intensidade de recursos que é trocada em cada relação. Outra possibilidade é descrevê-las segundo a dependência que cada organização tem em relação aos recursos compartilhados.

Outra característica que pode ser estudada é a formalização dessa relação. Algumas relações podem ser formalizadas em acordos, em termos de parceria ou até contratos. Outras relações podem ocorrer informalmente, através de relações pessoais entre membros de duas organizações diferentes, ou mesmo institucionalmente, sem que haja formalização alguma. Em alguns casos, também pode existir uma organização intermediária que media essa relação, controlando para que não haja assimetria ou relação desigual de poder.

Outro ponto é o nível de padronização da relação. Quando há troca de recursos materiais, a relação pode se estabelecer com recursos mais ou menos padronizados. Por outro lado, os procedimentos de relação entre duas organizações também podem ser mais ou menos padronizados. Em cada interação, a relação pode se firmar de forma preestabelecida ou pode haver uma grande variação a cada vez.

As relações também variam a respeito da importância dada por cada ator. Dependendo de como uma determinada relação contribui para que uma organização atinja seus objetivos, a organização pode considerá-la de maior ou menor importância. Normalmente, a importância está diretamente relacionada com a fre-

quência em que se dá a relação, e quanto mais importante mais provável que a relação seja formalizada (Hall, 1991, p. 234).

Granovetter (1973, 1983) desenvolveu um estudo famoso sobre a importância das relações fracas, em que argumentou que as relações fracas têm uma grande importância, pois costumam ser pontes entre redes diferentes. Como exemplo, podemos analisar uma rede pessoal de um indivíduo que tem diversos amigos bem próximos com os quais mantém relações. Existe uma grande probabilidade de esses amigos se conhecerem, formando uma rede de relações fechada. Esse indivíduo também se relaciona com pessoas com quem ele tem menos proximidade, que seriam apenas seus conhecidos, através de relações mais fracas. Esses seus conhecidos tem pouca probabilidade de conhecerem um ao outro, porém cada um deve ter sua rede de amigos mais próximos. Assim, as relações mais fracas funcionam como uma ponte para outras redes a que o indivíduo não tem acesso. Nem todas as relações fracas têm esse papel de ponte. A tese central é a de que as relações fracas têm maior probabilidade de serem pontes entre redes diferentes.

Assim, as interações fracas que fazem ponte entre redes diferentes possibilitam um indivíduo ou organização a ter contatos com outras culturas. Dessa forma, essas pontes são fundamentais para estimular a diversidade. Se uma rede não tivesse conexões com outras redes, tenderia a se uniformizar; pois, se seus elementos possuem relações sólidas, provavelmente compartilham muitas características.

Outra questão importante é a frequência de uma relação. Em alguns casos, duas organizações podem relacionar-se diariamente, enquanto que, em outros, apenas anualmente. Apesar de, normalmente, frequência e importância estarem diretamente ligadas, podem existir casos nos quais essa relação não se dá tão diretamente assim. Outros fatores como proximidade entre duas organizações podem influenciar para que a relação seja mais frequente, mas não necessariamente tão importante.

As relações também podem se dar mais ou menos de forma recíproca. Essa característica mede a simetria da relação. Normalmente, essa característica está diretamente associada à simetria entre o tamanho e o poder das organizações presentes na relação. Essa simetria, além de ser analisada no instante da relação entre organizações solidárias, deve ser vista com o tempo. Ao contrário de uma relação baseada em poder, na qual a maior organização tende a ganhar mais numa relação com outra menor, em uma relação solidária deveria acontecer o oposto, buscando uma simetria de longo prazo.

Além das características das relações, outro ponto importante é entender o contexto ou em que fatores ambientais e situacionais as relações ocorrem. O ambiente e a situação podem estimular ou dificultar o acontecimento de relações entre organizações. O ambiente envolve questões culturais, tecnológicas, legais, econômicas, ambientais e políticas (Hall, 1991, p. 223-224). Seguem alguns exemplos para cada uma das questões citadas:

- em um local onde há uma cultura de individualismo, haverá dificuldades para se estabelecer relações entre organizações, principalmente de cooperação. Por outro lado, em um ambiente com facilidade de acesso a tecnologias da comunicação, será mais fácil estimular a cooperação e, principalmente, permitir que ela ocorra com mais frequência.
- em um ambiente regulatório que dê benefícios fiscais a empresas que financiem projetos sociais, provavelmente haverá muitas relações de parcerias entre empresas e organizações sociais, principalmente no que tange a repasse de recursos financeiros. Por outro lado, em uma situação de recessão econômica, pode haver redução de parcerias entre empresas e organizações sociais, pois as empresas teriam menos recursos para financiar projetos sociais.
- em locais onde há degradação do meio ambiente, existe maior probabilidade de que organizações sociais de defesa do meio ambiente estabeleçam parcerias entre si para pressionar governos.
- em um ambiente conturbado politicamente, como, por exemplo, em períodos de eleição, quaisquer parcerias entre Estado e organizações sociais tendem a enfrentar dificuldades, pois as preocupações costumam ser muito mais eleitorais e imediatas do que de mudanças em longo prazo.

Fatores situacionais também têm grande importância para o estabelecimento de relações entre organizações. Segundo (Hall, 1991, p. 225-227), existem cinco fatores situacionais que influenciam as relações. Entre os quais quatro se aplicam às organizações sociais: a consciência de interdependência; a região de atuação; a proximidade geográfica; e o tamanho da rede de relações já estabelecidas de cada organização.

Em primeiro lugar, se duas organizações sabem que dependem uma da outra, há mais chances de se relacionarem. Provavelmente também a relação se dará com mais frequência e será dada mais importância a essa relação. Dessa forma, quando uma organização tem consciência de que outra realiza uma atividade que pode complementar seu trabalho, há mais chances de essas organizações se relacionarem. O importante é que não basta só existir a interdependência, pois a relação só terá mais chances de ocorrer quando houver o reconhecimento dessa interdependência.

A região de atuação de duas organizações também influencia muito na possibilidade de se estabelecer relações. No caso de empresas que atuam na mesma área, aumentam as chances de existir relação conflituosa, por causa da concorrência pelo público. Por outro lado, no caso de organizações sociais que atuem na mesma área, há maior chance que estas cooperem, já que podem trocar informações que ajudem nos seus trabalhos. Porém, mesmo para o caso de organizações sociais, a atuação em uma mesma área também pode acarretar em conflitos pelo fato de estarem competindo pelo mesmo público, o que não deveria acontecer, mas que infelizmente acontece em alguns casos.

A proximidade geográfica facilita muito o estabelecimento de relação entre duas organizações, principalmente no que tange à frequência de relação. Por um lado, as tecnologias da informação, como telefone e internet, facilitaram muito a relação mesmo entre organizações que se localizam distantes uma da outra. Porém, no caso de organizações sociais comunitárias, a relação de proximidade ajuda muito a estabelecer relações, principalmente as de troca de informação, já que as organizações costumam ter menos acesso a essas tecnologias.

O último fator situacional é o tamanho da rede de relações que cada organização já tem estabelecida. Quanto maior for a rede já estabelecida, menor a chance de se estabelecerem novas relações. Isso se dá porque, operacionalmente, é impossível manter um número muito grande de relações, já que a manutenção de uma relação exige tempo, que é um fator limitado. Normalmente, quanto maior a rede de relações, menor a importância dada a cada relação, já que menos tempo se tem disponível para se dedicar a cada relação. Entretanto, também é menor a dependência da organização a cada uma das relações, já que, caso haja problemas em uma relação, existem outras que podem compensá-la.

Por fim, as relações interpessoais também têm uma grande importância na relação entre organizações, principalmente nas organizações sociais, já que as relações de cooperação se dão com base na confiança. Essa confiança, normalmente, se estabelece quando pessoas de ambas as organizações se conhecem e possuem alguma conexão, seja de amizade, familiar ou religiosa.

O CAPITAL SOCIAL E AS REDES

Capital social é um termo muito usado atualmente referindo-se, em geral, às redes em que um indivíduo está inserido e que podem lhe trazer vantagens. Apesar de ser considerado um conceito recente, a ideia da importância da participação em grupo e das relações com outros indivíduos é tratada desde Durkheim e Marx (Portes, 1998). Porém, os primeiros usos desse termo “capital social” são recentes e são creditados principalmente a Pierre Bourdieu e James Coleman.

Para Bourdieu (1986, p. 241-258), as teorias econômicas capitalistas reduziram as trocas apenas para seu significado mercantil. Entretanto, para entender a estrutura social, é necessário analisar o capital em todas as suas formas. Segundo Bourdieu, além do capital econômico, existem o capital cultural e o capital social. Capital econômico são todos aqueles bens materiais que podem ser convertidos diretamente em dinheiro. Capital cultural estaria relacionado com a formação e educação que cada indivíduo possui e que lhe confere um *status* mais elevado na sociedade.

O capital social seria o conjunto de recursos disponíveis em uma rede de relações sociais, na qual há reconhecimento mútuo entre os membros. Para Bourdieu, o volume do capital social de um indivíduo depende do tamanho da rede em que ele

está inserido e da quantidade de recursos possíveis de mobilizar a seu favor em sua rede. Por isso, pressupõe-se que haja um mínimo de homogeneidade de objetivos dentro da rede, para que seja possível mobilizar recursos de um indivíduo a favor de outro.

Bourdieu afirma que a existência da rede de relações não é algo natural ou espontâneo, mas sim um produto de estratégias de investimento (conscientes ou inconscientes) que podem gerar retorno a curto ou médio prazo. Para estabelecer e manter uma rede de relações, é necessário um esforço contínuo de sociabilidade e uma série de trocas entre os membros da rede que afirmam e reafirmam constantemente o reconhecimento entre seus membros.

Para Coleman (1988), o capital social apenas pode ser definido por sua função, já que é composto por várias entidades. Estas entidades possuem dois elementos em comum: pertencem a estruturas sociais e facilitam certas ações dos indivíduos. Assim, sua definição é bastante vaga, confundindo o que é causa e efeito de capital social. Ele também afirma que relações entre organizações, e não só entre indivíduos, podem constituir capital social.

Para o autor, existem três formas de capital social: obrigações e expectativas, canais de informação e normas sociais. As obrigações e expectativas acontecem quando um indivíduo ajuda outro e ganha um “crédito” por isso. Essa forma de capital social depende de um ambiente de confiança e do nível de obrigações existente entre os indivíduos. Outra forma de capital social são as relações sociais que são canais de troca de informações e que podem auxiliar em determinadas ações. Por fim, as normas sociais são uma forma poderosa de capital social, que podem ajudar ou dificultar certas ações.

Segundo Coleman (1988), as redes mais fechadas contribuem na efetividade de normas sociais, porque permitem que haja maior controle social entre seus membros. O associativismo e a formação de organizações entre membros também geram capital social; posto que, normalmente, estão relacionadas a objetivos comuns entre seus membros, facilitando a relação de confiança e de troca de informações. Uma diferença em relação a Bourdieu é que Coleman defende que o capital social tem características de bem público, beneficiando a todos que fazem parte da estrutura social, e não apenas a quem investiu em sua formação. Para isso, ele dá o exemplo da criação de normas que beneficiam a todos e não só àqueles que participaram de sua criação. Assim, esse tipo de capital social não traria estímulo para que um ator investisse, já que ele teria tanto benefício quanto outros que não investiram. Apesar disso, ele afirma que, em alguns casos, determinados atores podem se beneficiar mais do que outros indivíduos; esses seriam casos em que haveria maior investimento em capital social.

Por outro lado, o capital social pode ser tratado sob uma perspectiva institucional. Segundo Putnam (2005, p. 177), “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam

para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Putnam relaciona o desempenho institucional de regiões da Itália com o que ele chama de comunidade cívica, aquela formada por cidadãos que, apesar de terem interesse próprio, são sensíveis ao interesse coletivo. O papel do capital social é o de fortalecer os laços de solidariedade, confiança, tolerância e reciprocidade que permitem formar os cidadãos da comunidade cívica.

Como principais indicadores para avaliar a existência da comunidade cívica, Putnam faz uso dos seguintes indicadores: a quantidade de associações locais e a participação da população; a existência e a leitura de jornais e periódicos locais; a participação da população na política e a forma como se relacionam com seus representantes; a participação em sindicatos e partidos; e a presença de valores como solidariedade, cooperação e honestidade.

A quantidade de associações locais e a participação da população indicam maior capacidade de se articular e pressionar representantes públicos a realizarem ações concretas na comunidade, além de permitir trazer mais recursos públicos e privados. A existência de jornais e periódicos locais (poderíamos incluir as rádios locais) permite a disseminação de informação entre a comunidade, o que resulta também em uma maior capacidade de articulação e organização da população. A participação na política e a forma de relação com seus representantes possibilitam a eleição de representantes da comunidade e a criação de políticas públicas adaptadas à localidade. Por fim, a presença de valores como solidariedade, cooperação e honestidade facilitam as ações coordenadas.

Portes (1998) busca definir de forma mais clara o que é capital social, suas fontes e suas consequências ou resultados (figura 6). Inicialmente, define capital social como a “capacidade dos atores de garantirem benefícios em virtude de pertencerem a redes sociais ou a outras estruturas sociais” (Portes, 1998, p. 6). Para ele, existem quatro diferentes fontes de capital social, que podem ser divididas em duas motivações: as instrumentais e as altruístas. Como fontes instrumentais, o autor identifica as “trocas de reciprocidade” e a “confiança forçada”. Como fontes altruístas, existem os “valores introjetados” e a “solidariedade limitada”.

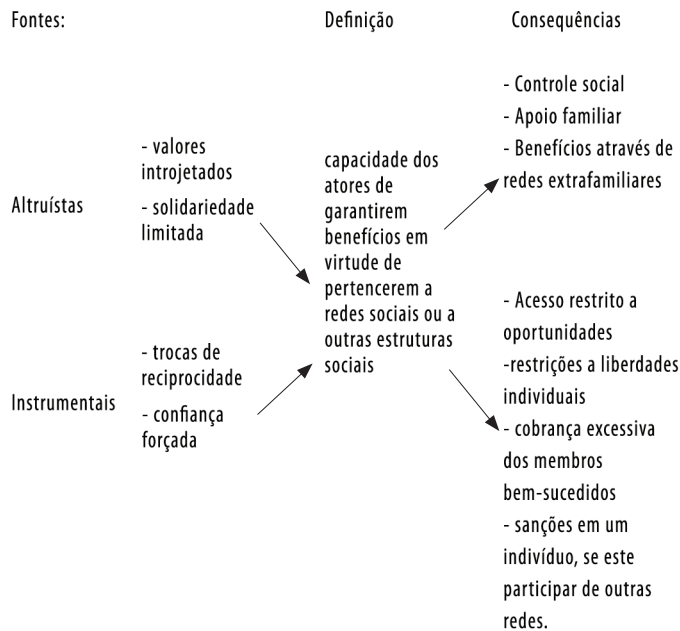


FIGURA 6 – Fontes e efeitos do capital social

Fonte: Portes (1998, p. 8).

As “trocas de reciprocidade” são aquelas em que um indivíduo dá algo para outro esperando um futuro retorno. Assim, as obrigações e expectativas, que são uma forma de capital social para Coleman, são apenas fonte de capital social para Portes. O que difere essas trocas de relações puramente econômicas é que, em primeiro lugar, o recurso trocado pode ser intangível. Em segundo lugar, a troca é deslocada no tempo, ou seja, o indivíduo A ajuda o indivíduo B, sem uma data predeterminada que defina quando o indivíduo B recompensará o indivíduo A.

A “confiança forçada” é aquela que acontece dentro de grupos. Nesse sentido, diferentemente das trocas de reciprocidade, a expectativa de retorno não se dá pela confiança no beneficiário. Por um lado, o retorno pode vir pela ampliação de *status* ou poder do doador perante o grupo; por outro, o próprio grupo pode garantir que o beneficiário irá recompensar o doador futuramente.

Em relação às fontes altruístas, os “valores introjetados” são aqueles que podem estimular as pessoas a agirem de forma correta, criando um ambiente de confiança e cooperação. Coleman (1988) se refere a esse tipo de fonte como normas sociais. Assim, os membros de uma comunidade em que existam esses valores podem realizar determinadas ações com mais facilidade, como fazer empréstimos e deixar crianças brincarem sozinhas na rua.

Por fim, a “solidariedade limitada” é aquela que ocorre entre indivíduos que possuem interdependência ou vivem situações semelhantes, por exemplo, pais que têm filhos que estudam na mesma escola ou membros da mesma igreja. Dessa maneira, a solidariedade entre essas pessoas ocorre apenas dentro de sua comunidade, tendo um efeito limitado. Essas pessoas se ajudam, porque se identificam uma com as outras.

Em seguida, Portes (1998) define quais seriam os efeitos ou resultados do capital social. Como efeitos positivos, o capital social funciona como forma de controle social, como forma de apoio familiar e como forma de obter benefícios através de redes extrafamiliares. Como controle social, a formação de redes sociais dentro de uma comunidade permite maior controle entre seus membros, para que haja disciplina e respeito às normas. Nesse sentido, há uma realimentação positiva para a formação de capital social, pois, com o cumprimento das normas, estas se reafirmarão.

Em relação ao apoio familiar, vários estudos foram feitos para mostrar como uma rede de relações entre parentes beneficia seus membros. Quando um membro enfrenta alguma dificuldade, outros podem lhe ajudar com recursos ou informações, facilitando alcançar objetivos que estariam além de seu alcance. A própria educação é transferida nas relações entre pais e filhos, trazendo benefícios para aqueles filhos que tem pais com maior nível cultural.

Por último, as redes extrafamiliares permitem que pessoas obtenham recursos pertencentes a outros membros da rede. Granovetter (1973, 1983) discute como as relações extra-familiares e as relações que permitem acessar outras redes são importantes para obter benefícios ou recursos não existentes dentro do círculo próximo de amigos e familiares de um indivíduo. A formação de redes densas dentro de comunidades pobres também é importante, pois pode ajudar na sobrevivência de seus membros por meio de relações de solidariedade.

Por outro lado, Portes (1998) apresenta quatro efeitos negativos que o capital social pode gerar. O primeiro é a exclusão de pessoas que estão fora da rede, dificultando a entrada de novos membros. O segundo é a cobrança excessiva dos membros bem sucedidos que, uma vez tendo se beneficiado da rede para ter sucesso, ficam com uma dívida infundável com seus membros. O terceiro são as restrições a liberdades individuais que, com a existência de normas e do controle social, podem limitar a liberdade de alguns indivíduos. Por último, os membros de uma rede podem infringir sanções em um indivíduo se este participar de outras redes, causando uma forma de prisão.

Woolcock (1998) discute a relação entre capital social e desenvolvimento econômico. Para isso, trabalha com capital social sob o aspecto de comunidades ou países e através de dois conceitos base: *embeddedness* ou indissociabilidade, e *autonomy* ou autonomia. O primeiro conceito foi concebido por Karl Polanyi (1980) e reintroduzido por Granovetter (1985) e defende que toda ação econômica está indissociável às relações sociais. Em um nível micro, *embeddedness* refere-se às relações intraco-

munitárias; em um nível macro, refere-se às relações Estado-sociedade. *Autonomy*, no nível micro, refere-se às relações extracomunidade; no nível macro, refere-se à capacidade e à credibilidade institucional. Assim, *embeddedness* e *autonomy* são duas formas diferentes de capital social.

Para cada uma das formas diferentes de capital social, Woolcock dá um nome diferente. *Embeddedness*, no nível micro, é chamado de *Integration* ou Integração. *Autonomy*, no nível micro, é chamado de *Linkage* ou Vinculação. *Embeddedness*, no nível macro, é chamado de *Synergy* ou Sinergia. E, por fim, *autonomy*, no nível macro, é chamado de *Organizational Integrity* ou Integridade Organizacional.

Para haver desenvolvimento, as quatro formas de capital social devem estar presentes. No nível micro, como no caso de uma comunidade pobre, a Integração tem o papel de reforçar a solidariedade dentro da comunidade e estimular as trocas locais, enquanto que a Vinculação permite trazer recursos de fora e ter acesso a informações e oportunidades que não existem dentro da comunidade. No caso macro, a Sinergia significa uma boa relação entre Estado e sociedade, enquanto que a Integridade Organizacional significa um Estado forte e eficiente, capaz de cumprir a agenda exigida pela sociedade.

Como principais conclusões, Woolcock aponta que, no nível local, organizações sociais de base comunitária devem atuar cultivando Integração e Vinculação, para conseguir trazer recursos de fora e permitir que sejam apropriados de forma eficiente. No nível macro, o autor aponta que Estado forte e sociedade forte não são contraditórios, sendo ambos necessários para o desenvolvimento.

Para Lin (1999), o capital social pode ser entendido como os recursos ou o *status* que podem ser obtidos através das redes de relações sociais. Assim, um agente que investe no fortalecimento de sua rede de relações facilitará suas ações futuras. Lin dá três justificativas: a rede facilita o fluxo de informações que podem ajudar o agente a decidir melhor sobre suas ações; influencia outros agentes em função deste agente; e lhe dá “credenciais sociais” que permitem acessar recursos de outros membros da rede.

Em relação ao retorno do investimento na rede de relações, Lin (1999) afirma que tanto o agente que investiu na rede, como os outros atores dentro dela têm retorno, mas de maneiras diferentes. No caso de redes densas ou fechadas, o retorno na ampliação da rede é melhor distribuído entre todos seus membros. Da mesma forma, normas e valores influenciam em um retorno mais coletivo.

Dois elementos podem ser analisados em uma rede de um indivíduo. O primeiro elemento é chamado de *embedded resources*. Estes podem ser os recursos de outros indivíduos da rede que ele pode utilizar quando necessário, ou os recursos de conexão, que são contatos capazes de ajudar numa ação, como no caso de uma pessoa que pode lhe indicar para um emprego. O segundo elemento é a localização do indivíduo na rede. Uma hipótese é a de que este elemento explicaria a razão que, dentro da mesma rede, alguns indivíduos conseguem acessar mais recursos que outros.

Prosseguindo, Lin (1999) propõe um modelo para teorizar melhor o capital social (figura 7). Este modelo consiste em três blocos. O primeiro se refere às condições para formação do capital social e aos fatores da estrutura social que facilitam ou dificultam o investimento em capital social. O segundo bloco representa os elementos do capital social em si. Por fim, o terceiro bloco representa os possíveis resultados que o investimento em capital social pode gerar.

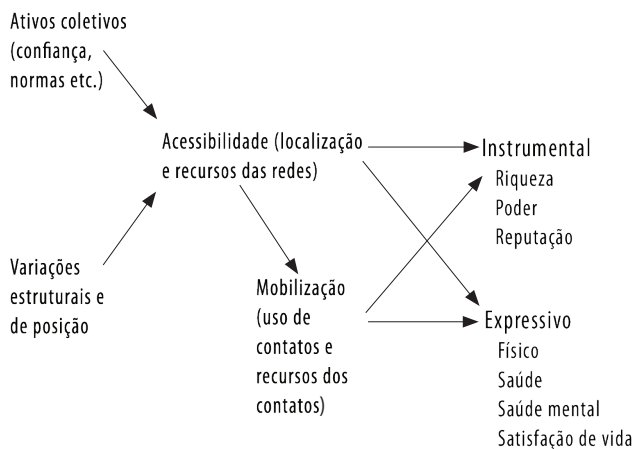


FIGURA 7 – Modelo teórico de capital social

Fonte: Lin (1999, p. 41).

O primeiro bloco é formado pelos bens comuns e pelas variações da estrutura social e das posições dentro da estrutura. Os bens comuns podem ser o ambiente de confiança, as normas, os valores comuns, etc. As variações da estrutura social são caracterizadas pela diversidade da industrialização, pelo nível educacional, pela variação da produtividade econômica, etc. Dentro da mesma estrutura, também podem existir variações posicionais, como pessoas em diferentes níveis e classes sociais.

O segundo bloco diz respeito à acessibilidade dos recursos dentro da rede e à capacidade de cada ator em mobilizar esses recursos a seu favor. Assim, dada uma estrutura social e determinados bens comuns, evidencia-se como os indivíduos utilizam o capital social de forma desigual para tomada de ações. Nesse sentido, mesmo reconhecendo condições estruturais, os agentes têm possibilidades para tomarem diferentes caminhos.

O terceiro bloco representa os efeitos e retornos do investimento em capital social. Lin distingue duas formas de retorno diferentes: os retornos instrumentais e os retornos expressivos. Os instrumentais são o status, o poder e o reconhecimento e são assim chamados, porque normalmente são meios para se obter os retornos

expressivos. Os expressivos são a saúde física, a saúde mental e a qualidade de vida do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de formação de redes para o desenvolvimento local, o capital social representa as relações sociais que acontecem entre os membros da comunidade e de fora dela. O equilíbrio entre as relações intra e extracomunitárias pode determinar o quanto de retorno a comunidade vai ter com esse capital social. Enquanto as relações intracomunitárias podem estabelecer laços de solidariedade, as relações extracomunitárias, principalmente em comunidades carentes, podem possibilitar o estabelecimento de canais que permitam fluir recursos de fora para dentro (Wetterberg, 2007, p. 587).

Em uma comunidade pobre, as relações internas podem estabelecer laços de confiança e honestidade que estimulem a população a respeitar as regras, pois sabem que ninguém irá se aproveitar para tirar vantagem. Dessa forma, os serviços públicos podem atingir níveis de eficiência maior, pois a própria população cuidará para que todos sejam atendidos da mesma maneira.

Entretanto, as relações externas podem permitir que alguns moradores consigam boas oportunidades de trabalho fora da comunidade, pois eles passam a ter boas referências externas. Do mesmo modo, as organizações sociais podem conseguir ajuda financeira de empresas e órgãos públicos externos através desses contatos, trazendo recursos para dentro da comunidade.

O capital social tem um papel fundamental na formação de políticas públicas apropriadas às questões locais de uma comunidade. Políticas que invistam em infraestrutura (bens coletivos), que fortaleçam redes locais – para que estas tenham capacidade de resistir a interesses particulares – e que estimulem a formação de grupos e redes sempre abertas à entrada de novos membros à comunidade e que direcionem o capital social para geração de efeitos positivos (Triglia, 2001, p. 437-439).

Além disso, as políticas públicas devem ser direcionadas principalmente para as fontes de capital social, estimulando a cooperação e a solidariedade, devendo buscar e estimular os efeitos positivos do capital social, como o controle social das normas, ao mesmo tempo que desestimula os efeitos negativos, como a exclusão de determinados grupos. Apesar do processo de formação de capital social não ser totalmente conhecido, há um relativo consenso de seus efeitos positivos e negativos, sendo esse um caminho possível para formação de políticas públicas.

Por fim, em nossa atuação do Soltec/UFRJ na Cidade de Deus fortalecemos as redes das organizações comunitárias numa trajetória desde 2008. Inicialmente, ajudamos a construir um portal comunitário que integrasse diversas organizações de lá. No contexto do portal, realizamos um curso de comunicação comunitária para

moradores, que teve como principal fruto a criação de um jornal comunitário autogerido por moradores.⁴ No ano de 2014, iniciamos um grande programa de extensão em rede com professores e técnicos da UFRJ de outras unidades para, junto com as organizações da Cidade de Deus, atualizar o plano de desenvolvimento local que eles tinham feito em 2004 e buscar solucionar as principais demandas do território, principalmente por meio do diálogo e pressão sobre o poder público municipal.

REFERÊNCIAS

ALBERT, R.; JEONG, H.; BARABÁSI, A. Error and attack tolerance of complex networks. *Nature*, v. 406, p. 378-382, 2000.

ALVEAR, C. A. S. *A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus*. Dissertação (Mestrado no Programa de Engenharia de Produção) – Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

BARABÁSI, A. L., ALBERT, R. Emergence of scaling in random networks. *Science*, v. 286, p. 509-512, 1999.

BARBOSA, M. T. S., BYINGTON, M. R. L., STRUCHINER, C. J. Modelos dinâmicos e redes sociais: revisão e reflexões a respeito de sua contribuição para o entendimento da epidemia do HIV. *Cad. Saúde Pública*, v. 16, n. 1, p. 37-51, 2000.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Westport, CT: Greenwood Press, 1986.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, v. 94, p. S95-S120, 1988.

FREEMAN, L. C. *The development of social network analysis: a study in the sociology of science*. Vancouver, BC: Empirical Press, 2004.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 5, p. 1.360-1.380, 1973.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, v. 1, p. 201-233, 1983.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

⁴ A experiência do jornal *A Notícia por Quem Vive* está descrita em um capítulo do segundo livro desta coleção.

GUIMARÃES, F. J. Z.; MELO, E. S. Diagnóstico utilizando análise de redes sociais. Projeto final (Especialização *Lato Sensu*) – Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

HALL, R. H. Interorganizational Relationships. In: _____ (ed.). *Organizations: structures, processes, and outcomes*. 5. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1991.

LIN, N. Building a network theory of social capital. *Connections*, v. 22, n. 1, p. 28-51, 1999.

MANCINI, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. S. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 1-24, 1998.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RITS. *Fundamentos e paradigmas das redes*. Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_conceitos.cfm>. Acesso em: 3 abr. 2008a.

_____. *O que são redes?* Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm>. Acesso em: 26 fev. 2008b.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. *In search of the nonprofit sector II: the problem of classification*. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, n. 3. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1992.

SARACOSTTI, M. Social capital as a strategy to overcome poverty in Latin America: an overview. *International Social Work*, v. 50, n. 4, p. 515-527, 2007.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (ed.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SCOTT, J. *Social network analysis: a handbook*. Londres: Sage, 2000.

SENAC-SP. *Rede social*. Disponível em: <www1.sp.senac.br/terceirosetor/redesocial/>. Acesso em: 4 abr. 2008.

SOARES, W. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese de D.Sc., Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

STROGATZ, S. H. Exploring complex networks. *Nature*, v. 410, n. 8, 2001.

TRAVERS, J.; MILGRAM, S. An experimental study of the small world problem. *Sociometry*, v. 32, n. 4, p. 425-443, 1969.

TRIGILIA, C. Social capital and local development. *European Journal of Social Theory*, v. 4, n. 4, p. 427-442, 2001.

VAN ALSTYNE, M. The state of network organization: a survey in three frameworks. *Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce*, v. 7, n. 3, p. 83-151, 1997.

VILLASANTE, T. R. *Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WETTERBERG, A. Crisis, connections, and class: how social ties affect household welfare. *World Development*, v. 35, n. 4, p. 585-606, 2007.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, v. 27, p. 151-208, 1998.

SOBRE OS AUTORES

ALAN FREIHOF TYGEL

Cooperado da Eita – Educação, Informação, e Tecnologias para Autogestão –, Alan é engenheiro de Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e comunicador popular. Na tentativa de romper a fronteira entre esses mundos, cursa doutorado em Informática na UFRJ, buscando entender, na prática, como as tecnologias da informação e comunicação podem fortalecer as lutas dos movimentos sociais. Colabora com o jornal *Brasil de Fato*, na comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST) e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

ANTÔNIO CLÁUDIO GÓMEZ DE SOUSA

Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia e mestre em Engenharia de Sistemas e Computação pela UFRJ, onde é professor adjunto. Tem experiência na área de engenharia de software. Realiza pesquisa, ensino e extensão em engenharia de software, desenvolvimento social, informática educativa, educação em engenharia e história da técnica.

CELSO ALEXANDRE SOUZA DE ALVEAR

Formado em Engenharia Eletrônica e de Computação pela UFRJ, é mestre e doutor (2014) em Engenharia de Produção pelo Programa de Engenharia de Produção (PEP)/Coppe/UFRJ. Iniciou o programa Tecnologias da Informação para Fins Sociais (Tifs) do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ). É analista de tecnologia da informação da UFRJ, pesquisador-extensionista do Soltec/UFRJ e diretor de Comunicação do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ).

FELIPE ADDOR

Graduado e mestre em Engenharia de Produção e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Professor do Nides/UFRJ. Participou da criação e hoje é coordenador geral do Soltec/UFRJ. Organizador do livro *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário* (Editora UFRGS, 2005), participou da Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (Papesca) na maior parte do seu tempo no Soltec e hoje coordena também o projeto Democracia Participativa e Poder Popular na América Latina.

FERNANDA SANTOS ARAÚJO

Formada em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), é mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. Professora do Departamento de Engenharia de Produção do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu (Cefet/RJ-NI) e doutoranda do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), participa como pesquisadora colaboradora do Soltec/UFRJ e integra o Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil (Gpert).

FLÁVIO CHEDID HENRIQUES

Tem graduação e mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Participa há dez anos do Soltec em projetos vinculados à cadeia produtiva da pesca, desenvolvimento local e empresas recuperadas por trabalhadores. É um dos organizadores do livro *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas* (Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, 2012) e coautor de *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil* (Editora Multifoco, 2013).

MARÍLIA GONÇALVES

Jornalista formada pela Escola de Comunicação (ECO-UFRJ), pós-graduanda em Sociologia Urbana pela Uerj. Pesquisa e atua desde 2009 na área de Comunicação Comunitária, especialmente em favelas da cidade do Rio de Janeiro. Foi coordenadora de comunicação do Soltec/UFRJ e participou da criação, em 2010, do jornal comunitário *A Notícia por Quem Vive*, na Cidade de Deus.

MICHEL JEAN-MARIE THIOLENT

Formado em Desenvolvimento Econômico e Social pelo Institut d'Étude du Développement Économique et Social, com mestrado em Développement Économique et Social – Université Paris I (Panthéon-Sorbonne) e doutorado em Sociologia – Université Paris V (René Descartes). É professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e ex-professor associado 3 (aposentado) da Coppe/UFRJ. Tem experiência na área de estudos organizacionais e metodologia de pesquisa qualitativa.

REJANE LÚCIA LOUREIRO GADELHA

Mestre em Educação, Cultura e Comunicação do Centro de Educação e Humanidades pela Uerj. É técnico-administrativa em Educação na UFRJ e trabalha com pesquisa, ensino e extensão nos campos de formação de professores, ensino profissional e técnico, educação básica e educação não formal.

RICARDO FERREIRA DE MELLO

Doutor e mestre em Engenharia de Produção pela Coppe, economista pela UFRJ e especialista em Desenvolvimento Local. É professor de Economia no Departamento de Engenharia Industrial (DEI) da Escola Politécnica da UFRJ e coordenador do programa Pesquisa-Ação em Desenvolvimento Local e Participação Popular na Cidade de Deus pelo Soltec/UFRJ, onde foi coordenador de ensino, pesquisa e extensão, além de coordenador da pesquisa de campo no projeto Rio Economia Solidária.

RICARDO JULLIAN DA SILVA GRAÇA

Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Cefet/RJ, é técnico-administrativo em Educação na UFRJ. Realiza pesquisa, ensino e extensão nas seguintes áreas: formação de professores, informática para educação, inclusão social e digital.

RUTH ESPÍNOLA SORIANO DE MELLO

Economista graduada pelo Instituto de Economia (IE/UFRJ), especialista em políticas públicas e governo pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e pela Universidade Cândido Mendes (Iuperj/Ucam), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora da PUC-Rio de Planos de Negócios Sociais, Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local. Assistente da Gerência de Cultura Empreendedora do Instituto Gênese da PUC-Rio. Tem experiência com formação popular em temas ligados à economia, gênero e orçamento público.

SIDNEY LIANZA

Graduado em Engenharia Civil pelo Instituto Mauá de Tecnologia, mestre e doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. É professor associado da UFRJ e atua no Soltec/UFRJ e no Nides/UFRJ. Coordenador da Papesca/UFRJ, integra a Rede Solidária da Pesca.

VERA DE FÁTIMA MACIEL LOPES

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da Uerj e mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ, é professora da Universidade Estácio

de Sá (Unesa/RJ). Articula-se ao Soltec/UFRJ em projetos de ensino, pesquisa e extensão com ênfase em sociologia, relações socioambientais e educação popular.

VICENTE NEPOMUCENO

Possui graduação em Engenharia Mecânica e mestrado em Engenharia de Produção, ambos pela UFRJ. Professor de Engenharia de Produção no Cefet de Nova Iguaçu e doutorando no Programa de Engenharia de Produção da UFF, foi pesquisador do Soltec e tem experiência no diálogo entre os conhecimentos da engenharia de produção com os setores populares.

Este livro foi impresso pela Gráfica Sermograf para a Editora UFRJ em julho de 2015. Utilizaram-se as fontes Myriad Pro e Minon Pro na composição, papel offset 90 g/m² para o miolo e cartão supremo 250 g/m² para a capa.